

ANAIIS

XVIII SEMANA DE GEOGRAFIA E
I COLÓQUIO NACIONAL DE GEOGRAFIA DA UEG

23 A 26 DE AGOSTO DE 2017

*Paisagens, imagens
e imaginários*

CONFERÊNCIAS, MESAS-REDONDAS,
MINI-CURSO, EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA,
COMUNICAÇÕES LIVRES E
TRABALHO DE CAMPO

APOIO:



REALIZAÇÃO:

Câmpus
Itapuranga



Universidade
Estadual de Goiás

ISSN: 2594-875X

XVIII SEMANA DE GEOGRAFIA E
I COLÓQUIO NACIONAL DE GEOGRAFIA DA UEG
23 A 26 DE AGOSTO DE 2017

*Paisagens, imagens
e imaginários*

ISSN – 2594-875X

XVIII SEMANA DE GEOGRAFIA E
I COLÓQUIO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Paisagens, imagens e imaginários

ANAIS

ISSN – 2594-875X

Itapuranga – Goiás – Brasil
Universidade Estadual de Goiás
Departamento de Geografia
2017
© 2017

XVIII Semana de Geografia
I Colóquio Nacional de Geografia
da Universidade Estadual de Goiás

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Comissão Organizadora e Científica

Organização Geral: Prof^a. Dr^a. Lorena Francisco de Souza

Coordenador do Curso de Geografia: Prof. Dr. Marco Túlio Martins

Prof^a. Dr^a. Laís Naiara Gonçalves do Reis

Prof. Me. Danilo Cardoso Ferreira

Prof. Me. Antonio Ferreira Leite

Prof^a. Dr^a. Ana Carolina de Oliveira Marques

Prof^a. Dr^a. Luana Nunes Martins de Lima

Prof. Me. Silvio Braz de Souza

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto

Prof^a. Esp. Daniela Almeida Rosa

Prof^a. Esp. Marlene Alves Pinho Moreira

Prof^a. Esp. Gilcileide Conceição de Faria

Prof. Esp. Marcelo Cardoso Monteiro

A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas são de inteira responsabilidade dos autores.

APRESENTAÇÃO

A proposta de realização da XVIII Semana de Geografia e I Colóquio Nacional de Geografia da UEG (Campus Itapuranga) é parte integrante de um projeto que consolida, a cada edição, um espaço importante para discutir a formação profissional que intentamos no Curso de Geografia desta Unidade, promovendo eventos que estejam voltados para o debate e trocas de experiências.

A XVIII Semana de Geografia, há 18 anos permite o encontro da comunidade acadêmica de nossa região, potencializa ainda mais as atividades de ensino, pesquisa e extensão, haja vista que contamos sempre com a presença de outros colegas de grandes universidades do Brasil.

Este ano, com o tema central “Paisagens, imagens e imaginários”, a XVIII Semana de Geografia amplia sua margem de alcance na consolidação do I Colóquio Nacional de Geografia, buscando abordar os sentidos e significados que se processam não só na dimensão objetiva do espaço, mas nas imagens produzidas, nos desejos e nos imaginários de sujeitos, que passam a ser compreendidos pela ciência geográfica a partir de sua totalidade existencial. Nesse sentido, a Geografia Cultural Humanista será um dos pilares que estruturarão evento, por reconhecermos a mesma como uma abordagem capaz de fornecer aos alunos em formação e professores, instrumentos que possibilitem o alargamento do conceito de “indivíduo humano”, por meio de linguagens que privilegiam a percepção do mundo da experiência e da imaginação.

Toda a estrutura do evento é pensada para garantir a pluralidade de ideias e a criticidade do conhecimento, fazendo com haja uma integração e acessibilidade nos conhecimentos que estão sendo produzidos no campo da formação do profissional da geografia acerca da temática.

SUMÁRIO

A APRENDIZAGEM E O ENSINO DE GEOGRAFIA: REVISÃO TEÓRICA

Danley Rodrigues de Carvalho

Marlene Alves Pinho Moreira

10

A CIDADE PEQUENA NO CERRADO: UM ESTUDO SOBRE A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR EM URUANA- GO

Diôgo Rodrigues da Silva

17

A DINÂMICA DA MATERIALIDADE/IMATERIALIDADE NO DICOTÔMICO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO URBANA

Jussara Martins Rodrigues

José Armando Sanches Mendonça Niero

Joseane Aparecida Duarte

João Donizete Lima

24

A EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA FÍSICA: ALGUMAS REFLEXÕES

Danilo Cardoso Ferreira

Filipe Borba de Moura

Aladilson Magalhães Mendes

31

A GEOGRAFIA E O CONCEITO DE PAISAGEM EM ALEXANDER V. HUMBOLDT

Aladilson Magalhães Mendes

Danilo Cardoso Ferreira

36

A PAISAGEM NA VIAGEM À ÍNDIA, DE CECÍLIA MEIRELES: ESPAÇO, LUGAR E TOPOFILIA

Larissa Alves de Sousa

Márcio Vinícius Pires de França

42

A PRAÇA, ESPAÇOS VAZIOS E OCUPADOS NO CONTEXTO DA CIDADE DE ITUMBIARA – GO

Jussara Martins Rodrigues

João Donizete Lima

Joseane Aparecida Duarte

49

A RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

Michele Martins Rosa

Daniela Almeida Rosa

56

**ABASTECIMENTO PÚBLICO E O CONSUMO HUMANO DA ÁGUA EM
MORRO AGUDO DE GOIÁS**

Joice Marília Izaías Soares

Laís Naiara Gonçalves dos Reis

64

ÁGUA DE BALNEÁRIO: PADRÕES DE QUALIDADE E SEGURANÇA

Alessandra Batista

Idelvone Mendes Ferreira

Ádria Rodrigues Fontes

Lara Lane Oliveira

72

**ANÁLISE AMBIENTAL DE PARQUE URBANO – PARQUE LUIZOTE DE
FREITAS EM UBERLÂNDIA (MG)**

Joseane Aparecida Duarte

Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos

Jussara Martins Fabiano

José Henrique Rodrigues Stacciarini

79

**AVALIAÇÃO DE CONTAMINAÇÃO ORIUNDA DE CEMITÉRIOS
UTILIZANDO A NBR 15515-1**

Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos

Joseane Aparecida Duarte

Paulo Henrique Kingma Orlando

85

BIOMA CERRADO: FUNDAMENTOS E CONCEITOS

Nikaele Marinho

Laís Naiara Gonçalves dos Reis

93

**CONHECENDO O ENSINO DAS TEMÁTICAS FÍSICO-NATURAIS NA
GEOGRAFIA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS
MUNICIPAIS DE INHUMAS – GO**

Clara Lúcia Francisca de Souza

98

**ESPAÇO URBANO E HOMOSSEXUALIDADE: VIVÊNCIAS EM
ITAPURANGA-GO**

Lorena Francisco de Souza

Uislene Paula de Oliveira

Keila Dias da Silva

105

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BAIRRO: UM ESTUDO SOBRE O LIXO
URBANO COM OS/AS MORADORES/AS DA RUA DAS PALMAS EM
INHUMAS – GOIÁS**

Clara Lúcia Francisca de Souza

Lorena Francisco de Souza

110

**EXPANSÃO DO CULTIVO DE CANA DE AÇÚCAR EM ITAPURANGA-
GO**

Quelma Aparecida Braga

Rodrigo Guimarães

Marco Túlio Martins

Silvio Braz de Sousa

117

**IMAGINÁRIO, MEMÓRIAS E PERCEPÇÕES: VIAJANDO POR GOIÁS
VELHO**

Rodrigo Rodrigues Freire Gomes

Flávio Marcos Gonçalves de Araújo

125

**LITERATURA E SUA ESPACIALIDADE: UMA ABORDAGEM
GEOGRÁFICA E HISTÓRICA SOBRE A OBRA “A ENXADA” DE
BERNARDO ÉLIS**

Warly Arthur Borges Aquino

Carolina dos Santos Camargos

Jovair Vieira Silva

Renata Kikuda

131

**MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE. DICOTOMIA SUBSTANCIAL
NA PRAÇA CENTRAL DE ITUMBIARA – GO**

Jussara Martins Rodrigues

João Donizete Lima

137

USO DA IMAGEM E SUA VIABILIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Natalli Adriane Rodrigues Souza

Eliardo Miranda Oliveira

Barbára Maria Freitas da Silva

José Ricardo Rodrigues Rocha

143

**O CRESCIMENTO URBANO EM CONFLITO COM A PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL – UM ESTUDO DE CASO EM UBERLÂNDIA (MG)**

Ádria Rodrigues Fontes

Lara Lane Oliveira

Prof^a. Dr^a. Odelfa Rosa

150

**O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE HOTÉIS E POUSADAS NA
REGIÃO DE CALDAS NOVAS (GO)**

Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos

Joseane Aparecida Duarte

Paulo Henrique Kingma Orlando

158

**O LIVRO DIDÁTICO E O SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS
(SIG) NO ENSINO DE GEOGRAFIA**

Eliardo Miranda Oliveira

Natalli Adriane Rodrigues Souza

José Ricardo Rodrigues Rocha

Gustavo Araújo de Carvalho

164

O USO DO BIOMA CERRADO NO MUNICÍPIO DE GOIÁS – GO

Ana Carolina Santomé Franco

Marco Túlio Martins

171

OS IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO DA

**DUPLICAÇÃO NA RODOVIA GO 213 MORRINHOS A CALDAS NOVAS
GOIAS DEBILITANDO A PASSAGEM DA FAUNA**

Leticia Vieira do Carmo
Renato Adriano Martins
Rosana dos Santos Brandão Ferreira
Jales Teixeira Chaves Filho

177

**PAISAGENS DE CONFRONTAMENTOS DE ELEMENTOS SOCIAIS NAS
ÁREAS URBANAS**

Carlos Eduardo de Oliveira Marins
José Elias Pinheiro Neto

184

**PANORAMA DA INFORMAÇÃO SEGURANÇA DE BARRAGENS NO
ESTADO DE GOIÁS**

Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos
Joseane Aparecida Duarte
Paulo Henrique Kingma Orlando

191

**PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO NA ATIVIDADE MINERADORA À
PARTIR DO TRABALHO DE CAMPO DE GEOGRAFIA EM
PIRENÓPOLIS – GOIÁS**

Joseane Aparecida Duarte
Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos
Jussara Martins Fabiano
José Henrique Rodrigues Stacciarini

199

**POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO GEOPROCESSAMENTO NA
REDE DE ENSINO DE ITAPURANGA-GO**

Quelma Aparecida Braga
Rodrigo Guimarães
Marco Túlio Martins
Silvio Braz de Sousa

204

PRÁTICAS DE ENSINO E O ESPAÇO ESCOLAR PELA GEOGRAFIA

Gustavo Araújo de Carvalho
Arnaldo Ferreira de Araújo Filho
Natalli Adriane Rodrigues de Souza

210

**PROPOSTA DE CARTOGRAFIA AMBIENTAL PARA O ESTADO DE
GOIÁS**

Carolina dos Santos Camargos
Diego Péricles Rodrigues de Sousa
Laira Cândida da Costa
Warly Arthur Borges Aquino

215

RELIGIOSIDADE POPULAR CATÓLICA EM GOIÁS: ensaios preliminares

Rafael Ribeiro dos Santos
Maria Idelma Vieira D'Abadia

223

RESISTÊNCIAS E PRÁTICAS SOCIAIS NO SERTÃO GOIANO –

HISTÓRIAS DE LUTA PELO TERRITÓRIO E PELA IDENTIDADE

Ana Carolina de Oliveira Marques

Luana Nunes Martins de Lima

Valtuir Moreira da Silva

228

**UMA DÉCADA DO CURSO PRÉ VESTIBULAR SOCIAL DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG – JATAÍ (GO) E A
DISCUSSÃO SOBRE AS TURMAS DE 2016 E 2017 ATRAVÉS DO
OLHAR DA GEOGRAFIA**

Bárbara Maria Freitas da Silva

Natalli Adriane Rodrigues Souza

238

**UMA LEITURA DA PAISAGEM E DA IDENTIDADE DO SÍTIO
HISTÓRICO E PATRIMÔNIO CULTURAL KALUNGA**

Juliana Andrade Lee

250

**MUDANÇAS DE USO E COBERTURA DA TERRA: A PAISAGEM NO
MUNICÍPIO DE ITABERAÍ (GO)**

Marcelo Cardoso Monteiro

255

**LAZER E GEOGRAFIA: UM PANORAMA DA IMPORTÂNCIA DA
PRÁTICA DO LAZER NO ESPAÇO URBANO**

Fabricio da Mata Lucas

261

**GESTÃO DO ESPAÇO RURAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR: UMA
ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO (PA)**

Monique Helen Cravo Soares Farias

Christian Nunes da Silva

Norma Ely Santos Beltrão

268

**O PROJETO PORTO MARAVILHA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS
SOBRE A PAISAGEM DA PRAÇA MAUÁ**

Tamiris Batista Diniz

273

**ÁREAS VERDES URBANAS: UM PANORAMA DO DEBATE
CONTEMPORÂNEO**

Thiago Diniz Faria Coelho

Frederico Rodrigues Bonifácio

282

PARQUES LINEARES: INFRAESTRUTURA VERDE EM GOIÂNIA-GO

Andressa Rodrigues Santos

Laís Naiara Gonçalves dos Reis

287

**O CLIMA URBANO: VARIAÇÕES E FREQUÊNCIAS TÉRMICAS ENTRE
JATAÍ E CAÇU (GO)**

José Ricardo Rodrigues Rocha

Zilda de Fátima Mariano

295

**MAPAS MENTAIS E O CONTEÚDO DE GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO
FUNDAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Gabriella Goulart Silva

302

**ENSINO DE GEOGRAFIA MEDIADO PELA CATEGORIA PAISAGEM A
PARTIR DA LITERATURA CABRALINA**

Francisco Tomaz de Moura Júnior

Suzana Ribeiro Lima Oliveira

308

GEOGRAFIA E OS DIFERENTES MÉTODOS NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Marcos Paulo Françozi

316

A APRENDIZAGEM E O ENSINO DE GEOGRAFIA: REVISÃO TEÓRICA

Danley Rodrigues de Carvalho
Professor de Geografia

Marlene Alves Pinho Moreira
Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás
geografalais2013@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo construir uma reflexão sobre as relações de aprendizagem na disciplina de Geografia. É necessário compreendermos que na contemporaneidade a educação básica passa por distintas dificuldades em que o ensino de Geografia se torna uma questão a ser problematizada. Com a realização deste trabalho é perceptível a necessidade de novas ampliações nos processos metodológicos e uma modernização nos conteúdos a serem trabalhados, para que assim as aulas possam se tornar mais atrativas e interessantes, com debates que sejam compreensíveis pelos alunos. As leituras dos autores Cavalcanti e Castrogiovanni possibilitaram uma conclusão de que a disciplina necessita passar por algumas modificações para que assim o objetivo da mesma seja alcançada. Essas modificações se dão principalmente na formação dos professores e no currículo educacional de onde se origina os conteúdos a serem trabalhados

Palavras-chave: Ensino. Ensino de Geografia. Processo de ensino e aprendizagem.

1. Introdução

Neste trabalho temos como principal objetivo, reconhecer qual a importância do ensino de Geografia no desenvolvimento e aprendizagem do aluno no ensino médio, para isso, as pesquisas serão realizadas por vários caminhos, serão feitas algumas perguntas e até mesmo entrevistas, algumas delas serão elaboradas especificamente para os alunos, onde esperamos que proporcione um fortalecimento nas afirmações que seguem descritas ao longo deste trabalho. Buscamos analisar meios distintos que possibilite ao professor criar metodologias diferentes para a execução de “melhores” aulas, o professor deverá buscar sempre ensinar a Geografia de modo que, o ensino esteja interligado a vida e a realidade de cada um, desenvolvendo então aulas em que os alunos irão de fato participar ativamente, provocando questionamentos realizando um importante aspecto, que é, fazer com que os alunos sejam produtores dos seus próprios pensamentos. Iremos analisar como se dá a distribuição de aprendizagem Geográfica no ensino médio, visando compreender quais são as principais barreiras e dificuldades encontradas na contemporaneidade.

A Geografia possui uma ampla extensão de informações, pois busca compreender os mais diversos fatores existentes no mundo, em determinados momentos provoca, discussões que dizem respeito não somente a Geografia, mas também a outras disciplinas e outras áreas de pesquisa. A Geografia contribui no desenvolvimento da sociedade, a partir das informações que os alunos recebem com o aprendizado que a disciplina lhes proporciona, é importante que saibamos sobre a importância da disciplina ser trabalhada nas escolas, e principalmente nas séries de ensino médio, pois é nesse período em que os alunos começam a desenvolver sua percepção de mundo de forma crítica, produzindo com frequência questionamentos e indagações, que mesmo não percebendo, estão relacionados e possuem características Geográficas.

Este trabalho tem como objetivo construir uma reflexão sobre as relações de aprendizagem na disciplina de Geografia. É necessário compreendermos que na contemporaneidade a educação básica passa por distintas dificuldades em que o ensino de Geografia se torna uma questão a ser problematizada.

2. O ENSINO DE GEOGRAFIA E SUAS ESPECIFICIDADES

A população vive em constante modificação e transformações da sociedade e de sua dinâmica espacial, transformação que podem ser classificadas por desigualdade socioeconômica, crise política dentre outras, é importante lembrarmos que a Geografia se insere neste contexto. Devemos então analisar o período em que alguns pesquisadores, como exemplo: Vlach, que realizou reflexões sobre o caráter ideológico da incorporação da Geografia no currículo escolar, segundo Vlach.

Foi, indiscutivelmente, sua presença significativa nas escolas primárias e secundárias da Europa do século XIX que a institucionalizou como ciência, dado o caráter nacionalista de sua proposta pedagógica, em franca sintonia com os interesses políticos e econômicos dos vários Estados-nações. Em seu interior, havia premência de se situar cada cidadão como patriota, e o ensino de Geografia contribuiu decisivamente neste sentido, privilegiando a descrição do seu quadro natural. (1990, pág 45) Diante dessa afirmação podemos citar o período em que a Geografia era vista como uma ciência que buscava entender somente questões relacionadas a área física, de modo que, atualmente a Geografia física se torna só mais uma das áreas de pesquisas relacionadas ao pensamento Geográfico. Somente com o avanço das informações produzidas por grandes pesquisadores como exemplo Milton Santos, é que foi surgindo novos olhares e novas formas de se pensar a Geografia, perceberam então que a Geografia não poderia ser tomada por determinadas questões, ou por fontes de informações limitadas.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento de técnicas de trabalho e as relações sociais, percebe-se então que se torna evidente e contraditório negar que as especificidades existentes a essa evolução humanística não se inseriam a Geografia, com isso a Geografia ia se tornando cada vez mais complexa e indispensável, surgiu então uma nova concepção que modifica cada vez mais as modalidades de se pensar a Geografia.

É possível perceber o quanto a Geografia possui relações positivas a quem busca compreendê-la. Segundo Cavalcanti (1998) a aprendizagem de Geografia se torna essencial pelo fato de contribuir na formação das pessoas que compõe uma espacialidade humanística, os autores fazem uma reflexão sobre o papel da escola e da disciplina e chega a conclusão da grande importância da Geografia na vida dos alunos.

Percebe-se que a Geografia possibilita aos alunos uma visão de mundo, que os torna capazes de fazer a sua própria leitura, e assim compreender a realidade do meio onde vive, ou seja, os alunos se tornam capazes de perceber as modificações causadas pelas práticas e pelos movimentos sociais, e econômicos que geram constantes mudanças no espaço e no mundo.

Acredita-se que o desenvolvimento de todo e qualquer espaço se dá através da junção de uma sociedade que produz em troca de sua subsistência, a partir disso vão surgindo grupos que vão moldando este espaço através de suas diferentes culturas, raças, anseios, práticas sociais sem nos esquecermos de que todas essas funções devem ser relacionadas a materialidade existente no local, essa materialidade pode ser subentendida como a estrutura física do lugar onde se vive.

Diante disso, os autores nos levam a perceber que o pensamento Geográfico possibilita aos alunos um conhecimento mais aprofundado sobre o conceito de espacialidade, e assim contribui também para que esses alunos possam se tornar cidadãos capazes de formar suas próprias ideias e críticas pela forma em que as coisas acontecem.

A Geografia enquanto disciplina lhes proporciona um pensamento espacial que os distingue de outros campos do conhecimento, pessoas que não aceitam tudo de forma simples e correta, mas que buscam analisar e compreender as transformações e fenômenos existentes no espaço desde a escala, local, regional, nacional até a mundial, de acordo com Cavalcanti: “O conhecimento Geográfico é, pois, indispensável a formação de indivíduos participantes da vida social a medida

que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais” (1998, p. 11).

Desse modo devemos nos atentar para o fato de que os alunos não têm uma visão ampla de sua importância na sociedade, em detrimento das ligeiras modificações e inovações existentes no meio social, não consegue de fato compreender como se dá toda essa movimentação social, econômica, cultural e outras mais. O aluno deve perceber que vive em um mundo globalizado, essa globalização envolve uma série de questões que devem ser entendidas, porém são informações bastante complexas, em razão dessa complexidade, o aluno enquanto cidadão não consegue compreender o espaço com uma visão articulada e crítica sobre as mudanças e o processo evolutivo que gera desenvolvimento.

O aluno, ou até mesmo o funcionário de alguma empresa consegue compreender apenas informações limitadas, tendo uma visão mínima de como se dá o processo econômico e social. Deveria ser este o papel da Geografia, propiciar aos alunos uma visão ampla e crítica sobre as movimentações sociais, mas para isso, é necessário que tanto os professores, como os alunos façam sua parte. O professor de Geografia deve sempre usar recursos didáticos não tradicionais para alcançar a atenção dos alunos, sua metodologia deve estar relacionada com a realidade de vida que o aluno leva, o professor deve conseguir através de suas aulas, fazer com que o aluno perceba informações que sejam intrínsecas a realidade do seu dia-a-dia, para que assim o aluno perceba a importância da busca por conhecimento na área da Geografia.

Na realidade que presenciamos o ensino nem sempre se realiza assim, os alunos não perceberam ainda o papel da Geografia, isso deve ser considerado como um problema encontrado na educação, de acordo com Cavalcanti:

(...) os alunos não conseguem formar um raciocínio geográfico necessário a sua participação ativa na sociedade; não conseguem assimilar de modo autônomo e criativo as bases da ciência geográfica que propiciem a formação de convicções e atitudes a respeito da espacialidade da prática social. Também não conseguem formar relações entre os conteúdos que são transmitidos nas aulas de Geografia e as determinações espaciais que permeiam, direta ou indiretamente, sua prática social diária. Por não entenderem a importância dos conteúdos de Geografia para suas vidas, os alunos se comportam na sala de aula “formalmente”, ou seja, cumprem deveres de alunos para que possam conseguir aprovação da escola, sem se envolverem com os conteúdos estudados (1991, p. 278)

O importante seria que os alunos tivessem a certeza de que aprender Geografia se torna algo essencial para a formação de cada um, percebesse então que aprender Geografia se trata de obter um enriquecimento de saberes e assim ter uma ampla percepção das diferentes interpretações e olhares sobre as transformações existentes, essas transformações se dão a partir do desenvolvimento social, as pessoas vão evoluindo cada vez mais, transformando então suas características sociais.

Falamos sobre as mudanças e transformações que vão surgindo para entender qual o papel da Geografia e como ela contribui para o aprendizado de questões como desenvolvimento populacional, urbano, rural e outros, através dessa transformação social a Geografia cria conceitos para tentar explicar e entender fatores como, por exemplo: lugar, espaço, cultura, política, centro, periferia, marginalidade ou seja fatores que na maioria das vezes se encontram sem muitos questionamentos e explicações, o pensamento Geográfico busca compreender todas essas questões como elas se realizam e porque acontecem dessa forma.

É interessante quando são analisados os locais, centro, periferia e sua marginalidade, por que se fizermos uma reflexão sobre estes três diferentes espaços, vamos entender que na contemporaneidade em que vivemos, eles devem ser problematizados a partir de questões que

envolva as relações sociais, e a Geografia através de sua grande área de pesquisa busca compreender essas questões.

A urbanização com o passar do tempo vem sofrendo grandes mudanças, essas mudanças se dão a partir da sociedade que a compõe, e que gera o espaço urbano, nos grandes centros percebemos um grande fluxo de pessoas que circulam constantemente, a trabalho, fazendo compras, passeando enfim, criando então o que chamamos de movimento urbano, seja econômico ou social.

Devemos analisar e compreender que essa intensa movimentação se dá principalmente no centro de toda e qualquer cidade, mas devemos nos atentar e buscar entender, como se da essa movimentação nas periferias, por que de fato, é importante que fique claro para nós que, para criar-se um centro, e ele tornar-se existente, naturalmente haverá nas margens da cidade áreas menos desenvolvidas e menos favorecidas em questões econômicas sociais, envolvendo toda uma má estrutura física onde podemos apontar como principal fator, as condições de moradia, iluminação, segurança e outros mais.

É notável que exista uma grande diferença de uma área considerada centro, com uma área considerada periférica, mas devemos buscar compreender como essa diferença reflete na sociedade que compõe este espaço. Questões como essas contêm uma inteira ligação com o espaço, e como este espaço é trabalhado pelas pessoas, percebe-se então que a uma quebra de relações de um local para outro dentro de um pequeno espaço, de modo que, as pessoas que vivem nas periferias naturalmente terão um comportamento distinto comparado as pessoas que vivem no centro.

Este fato se dá, por uma série de motivos que podem ser citados começando pela educação que as crianças e jovens das periferias recebem, logo devemos lembrar que nem todas as crianças, jovens ou até mesmo adultos que se encontram nas periferias tiveram motivação, incentivo e até mesmo acesso a uma educação de qualidade, é possível perceber que muitos nem chegaram a frequentar a escola, diferente das pessoas que se encontram nos grandes centros, que na maioria das vezes recebem uma “boa educação”, escolas bem estruturadas enfim, é um processo bem diferente que gera uma discrepância de comportamentos sociais de um local para outro.

A Geografia então procura compreender essas questões para explicar exatamente como e por que se realizam dessa forma, e na disciplina dentro a sala de aula, ela busca mostrar essa realidade que muitas vezes não são problematizadas na mente dos alunos, logo eles acabam não tendo conhecimento sobre o assunto. Nesse sentido Cavalcanti continua afirmando a importância da disciplina de Geografia nas escolas, a partir da Geografia os alunos passam a observar os acontecimentos a sua volta de uma forma diferente, é como se eles observassem uma paisagem e pudessem então compreender individualmente que aquela visão não pode ser conceituada apenas como paisagem, deve ser conceituada a partir dos muitos horizontes e fontes de informações existentes naquela paisagem.

A partir da Geografia é que os alunos buscam compreender todo o processo histórico da paisagem, e como ela se tornou existente se formou e se concretizou daquela forma. A Geografia também mostra sobre o papel da sociedade nas alterações do espaço, pois já dizia Cavalcanti sobre a ligação existente entre o homem e o espaço, e que entre os dois há um intenso movimento, segundo Cavalcanti.

Cavalcante também fala sobre a importância do lugar na formação do indivíduo, devemos compreender que todo e qualquer espaço se desenvolve a partir das produções indústrias, comerciais e eventos, devemos entender que, uma cidade é mais do que um simples lugar onde vive um aglomerado de pessoas que trabalham para sua sobrevivência.

A Geografia através de seus muitos pesquisadores nos permite compreender como as características das pessoas podem refletir no desenvolvimento de uma cidade. A Geografia então se torna uma das ciências que nos permite ter um amplo conhecimento sobre os mais diversos fatores, desde a teoria até o que está relacionado a prática uma vez que ambos estão relacionados um ao outro no processo de ensino aprendizagem. Aprendemos sobre os avanços tecnológicos e quais os

efeitos que essa tecnologia causa na sociedade, por exemplo, o celular que hoje se transformou em um dos aparelhos mais utilizados e tem gerado modificações comportamentais nas pessoas, essa modificação de comportamento vai das crianças até as pessoas mais experientes.

É possível notar que os jovens atualmente já não possuem mais relações de convivência uns com os outros, a utilização do celular se torna algo tão intenso que tira o tempo dos adolescentes de estarem juntos. É como se a comunicação estivesse aos poucos se transformando, fazendo com que o hábito da fala e do diálogo entre as pessoas já não seja algo tão natural e praticado pela sociedade, percebe-se que essa modificação acontece nos mais diversos lugares, até mesmo nas famílias, e a Geografia busca compreender esta questão, por que, a comunicação e as relações sociais são fatores essenciais no desenvolvimento e produção do espaço. A produção do espaço que é gerada pelo homem, vem causando grandes modificações, essas modificações que foram realizadas com o passar do tempo 16 causou graves problemas ambientais, e o resultado destes problemas muitas vezes são desastrosos, o homem com todo seu conhecimento ainda se mantém incapaz de compreender as reações da natureza.

A Geografia física nos possibilita conhecer os riscos que a humanidade sofre por causa da devassa falta de entendimento do homem com relação as forças naturais, se observarmos iremos ver que a humanidade sofre graves problemas que foram gerados por causa do que todos chamam de desenvolvimento, seja urbano, tecnológico ou qualquer outro, todo e qualquer tipo de avanço ou desenvolvimento acontece em função do uso e desgaste do meio ambiente. Por isso a existência das desmatamentos, poluição do ar, degradação de água que por sinal já se encontra escassa em vários lugares do mundo sem esquecermos do uso de agrotóxicos que já estão espalhados no ar, na água, nas plantações e até mesmo no nosso alimento, segundo Castrogiovanni.

O QUE GERA DESINTERESSE NA APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA?

A Geografia se trata de uma disciplina presente na vida das pessoas queiram elas ou não, é uma ciência que está ligada aos mais diversos fatores relacionados ao antepassado e também aos fatores contemporâneos. Percebe-se que na atualidade em que nos encontramos a Geografia tem sido vista pelos alunos de forma não positiva e nem tão pouco produtiva, ou até mesmo como apenas mais uma das disciplinas a serem estudadas, nas avaliações aplicadas durante a aula é possível perceber que os alunos não possuem entendimento sobre o que de fato a disciplina propõe.

Na maioria das vezes os alunos se deparam com perguntas do tipo: Qual a importância da Geografia enquanto disciplina curricular na sua formação? E as respostas na maior parte dos casos são sem nenhum fundamento onde os alunos dizem que através da disciplina eles só apreendem sobre mapas, relevos e meio ambiente, ou seja, respostas produzidas por mentes que não possui ainda o mínimo conhecimento sobre a tão grande importância da Geografia em sua formação.

Talvez um dos principais problemas existentes esteja no conteúdo que é trabalhado com os alunos, como sabemos, vivemos em um mundo globalizado onde as relações humanas e sociais se realizam de forma muito rápida, e os alunos enquanto jovens estão naturalmente ligados e atualizados a essas diversas transformações e inovações, são muitas as descobertas, os anseios pelos meios de comunicação virtual, como exemplo, o Facebook e WhatsApp que atualmente se mantêm os principais e mais usados no espaço urbano e até mesmo em áreas que não se localizam próximo de uma cidade.

São estes alguns fatores que devem ser observados por um professor de Geografia, para que assim, o professor esteja sempre atento as modificações e inovações existentes no espaço utilizando então dessas novas fontes de informações para elaborar sua própria aula, tornando-a mais atrativa, ou seja, aulas com debates e assuntos atuais, que despertem nos alunos o interesse de apreender sobre sua espacialidade através da Geografia.

É essencial que os professores aprendam a lidar com novas formas e utilizem de metodologias diferentes principalmente no processo de educação básica para que os alunos tenham criticidade e embasamento, o professor deve mostrar aos alunos através de muitas questões que a Geografia pode lhe proporcionar um conhecimento amplo que futuramente irá contribuir em sua formação.

A disciplina de Geografia é vista pelos alunos de ensino médio como uma disciplina “chata” porque nela os alunos estudam sobre informações das mais diversas que falam sobre a natureza, meio ambiente, Cartografia, fala também de como se deu todo o processo do desenvolvimento urbano, industrialização, economia, ou seja, a aula de Geografia pode muitas vezes deixar o aluno ficar meio confuso com tantas informações e problematizações feitas pela disciplina, cabe ao professor saber dividir os momentos para falar de determinadas questões para que o aluno possa realmente compreender a função da Geografia.

Cabe ao professor utilizar de seu esforço e experiência para realizar boas aulas, e fazer com que o aluno queira analisar informações em busca de conhecer o que a Ciência Geográfica lhe propõe, para isso, o professor deve sempre preparar bem suas aulas utilizando dos seus mais diversos recursos existentes, elaborando uma boa fala e de fácil compreensão, e dividindo por partes o conteúdo para que assim os alunos possam apreender como se dá a construção e as relações de desenvolvimento no mundo.

3. Considerações Finais

Neste trabalho fizemos inicialmente um apanhado de importantes informações sobre a Geografia como Ciência e principalmente como disciplina. Primeiramente observamos o quanto a Geografia se mantém importante com o passar do tempo devido a sua especificidade e suas pesquisas, estudamos assuntos condizentes ao passado onde aprendemos informações sobre como se deu a Geografia e quais eram suas fontes de pesquisa e também relacionados a contemporaneidade a qual nos encontramos.

No decorrer da pesquisa percebe-se que a uma grande necessidade de mudanças nos planejamentos das aulas a serem trabalhadas na disciplina, e que já não se torna mais viável trabalhar com os alunos de hoje a mesma Geografia que era trabalhada com os alunos de tempos atrás. Pois é necessário que os professores percebam que a modernização gera diferentes formas de receber informações por isso é essencial que haja essas alterações no conteúdo e no modo de pensar as aulas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA apud SOUZA (1991). **O ensino de Geografia e a formação de professores: concepções e práticas**, 1991.

CAVALCANTI. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. 1998 - Campinas, SP

CAVALCANTI apud SOUZA, (1989). **O ensino de Geografia e a formação de professores: concepção e práticas**.

CASTROGIOVANNI. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Organizador. – Porto Alegre: Mediação, 2000. 176p

FILIZOLA, Roberto. **Teoria e prática do ensino de Geografia: memórias da Terra**: volume único: livro do professor Roberto Filizola, Salete Kozel.- 1.ed. São Paulo: FTD, (2009).

RABELO, Kamila. KAVALCANTI, Lana. **A Evolução da aprendizagem em Geografia com base na perspectiva Sócio construtivista de ensino.** ENPEG.

Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/1702401602>

2012Laborat%C3%B3rio_de_Ensino_de_Geografia_Aula_2.pdf. Acesso em 11 de 2016. Pág 4.

RABELO, Kamila. KAVALCANTI, Lana. **A Avaliação da aprendizagem em Geografia com base na perspectiva sócio construtivista de ensino.** EMPEG. SOUZA, Vanilton Camilo. **O ensino de Geografia e a formação de professores: concepções e práticas** (2010).

VLACH apud CAVALCANTI (1990). **Geografia, escola e construção de conhecimentos/** Lana de Souza Cavalcanti. 1998 – Campinas, SP.

A CIDADE PEQUENA NO CERRADO: UM ESTUDO SOBRE A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR EM URUANA-GO

Diôgo Rodrigues da Silva

Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades - Programa de Pós-Graduação em
Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás –
Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas

d1ogo.rodrigues@outlook.com

Resumo: Este trabalho enseja destacar num primeiro momento a importância da construção e efetivação do Plano Diretor nas cidades pequenas com menos de vinte mil habitantes. O foco principal desta pesquisa é o município de Uruana localizado na região central do Estado de Goiás, pertencente à microrregião de Ceres, que por sua vez integra a mesorregião Centro Goiano. Por fim, pretende-se demonstrar a necessidade do planejamento urbano e construção de um Plano Diretor comprometido com a realidade da cidade, visando principalmente o bem-estar da população uruanense pensando nas transformações ocorridas no município nos últimos anos de forma clara e acima de tudo observando como seria a realidade da cidade se o poder público comprometido com a política de desenvolvimento buscasse meios para a construção de um plano diretor.

Palavras-chave: Políticas Urbanas. Cidade Pequena. Plano Diretor.

Introdução

A presente pesquisa analisa os impactos e desafios da falta de Plano Diretor para o município de Uruana (GO). É crescente a preocupação com a implementação de políticas de planejamento e gestão dos municípios, a partir desta inquietação surgiu a ideia do desenvolvimento desta pesquisa.

Antes de abordar o surgimento e povoamento do município de Uruana é importante retornar a toda sua historiografia, apresentar a atual conjuntura da cidade, no primeiro momento é necessário compreender a história da ocupação do Estado de Goiás e como esse processo possibilitou o aparecimento de novas cidades.

Uruana “foi fundada em 1938, no local onde um ano antes foi levantado um cruzeiro, por José Alves de Toledo [...]” (IBGE, s.d.) o fundador da cidade que “depois de construir uma ponte sobre o Rio Uru, para facilitar o escoamento da produção, fez doação de alqueires de terras de sua fazenda à Arquidiocese de Goiás para a formação do patrimônio” (IBGE, s.d.). Macêdo (2001, p. 59) destaca que “no contexto da fronteira econômica em Goiás, a cidade de Uruana surge concomitantemente com o avanço da frente pioneira do Mato Grosso Goiano, com uma família oriunda do Estado de Minas Gerais”.

O município de Uruana se localiza no estado de Goiás, na mesorregião do Centro Goiano e microrregião de Ceres. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010, on-line), o município possui uma extensão territorial de 522.506 km².

Conforme o Censo Demográfico de 2010, mensurado pelo IBGE, Uruana possui uma população de 13.826 habitantes, incluindo a população urbana e rural, sendo considerada desta forma uma cidade pequena, conforme definição de Maia (2010):

Geralmente os estudos funcionais ou que priorizam o sistema hierárquico das cidades usam terminologias similares às de cidades pequenas, médias e grandes. Para tanto, tomam como base os dados referentes a seus contingentes populacionais. Assim, na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que

possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes. Este critério, com algumas variantes, tem sido adotado pelas instituições de estudos estatísticos (MAIA, 2010, p. 19).

Muitos autores divergem sobre o conceito de cidade pequena, Corrêa (2011, p. 06) afirma que “a cidade pequena é, assim, antes de mais nada um núcleo dotado da função de sede municipal” nesse contexto o autor deixa claro os efeitos da globalização sobre a cidade e a questão do critério político-administrativo que é adotado no Brasil para justificar a definição de cidade. Corrêa (2004) ainda aponta quatro caminhos ao longo dos quais evoluíram a cidade pequena:

- i – Prósperos lugares centrais em áreas agrícolas nas quais a modernização não afetou radicalmente a estrutura fundiária e o quadro demográfico. Esses centros distribuem produtos para as atividades agrícolas e para a população, que tem nível de demanda relativamente elevado. A prestação de serviços é também importante. Podem, em muitos casos, realizar o beneficiamento da produção agrícola. [...];
 - ii – Pequenos centros especializados. A modernização do campo esvaziou a hinterlândia desses centros, mas capitais locais ou de fora foram investidos em atividades industriais, via de regra uma ou duas, que garantem a permanência da pequena cidade que, em alguns casos pode mesmo crescer econômica e demograficamente. [...];
 - iii – Pequenos centros transformados em reservatórios de força de trabalho [...];
 - iv – Pequenos centros em áreas econômica e demograficamente esvaziadas por um processo migratório que desequilibra ainda mais uma estrutura etária, afetando ainda a proporção dos sexos. A renda da cidade é em grande parte procedente de emigrantes que mensalmente enviam escassas sobras de recursos aos familiares que permaneceram, ou procedente de aposentadorias de trabalhadores agrícolas. [...]
- (CORRÊA, 2004, p.75-76).

Além desses quatro caminhos, outros devem ser pensados em função dos critérios que visam definir a cidade e sua população seja ela urbana ou rural, a principal preocupação ao apontar os caminhos é facilitar o entendimento da cidade pequena. Há uma preocupação crescente em estudar o conceito de cidade pequena, para entre outro esclarecer esse conceito, conforme afirma Maia (2010):

Nos últimos anos, algumas pesquisas, inclusive teses e dissertações, foram realizadas e revelaram a diversidade do que se pode caracterizar como cidades pequenas e médias. O esforço em se superar tais nomenclaturas tem sido realizado, entretanto, ainda não se pode apontar para outra denominação que caminhe para um conceito. Daí a manutenção dos nomes classificatórios (MAIA, 2010, p. 22).

Vários autores estão contribuindo para a caracterização da cidade pequena, e tentando desmistificar a ideia de que as cidades pequenas não são cidades. As cidades pequenas não devem ser desconsideradas cidades, afinal sua dinâmica apresenta características dos demais conceitos de cidades média ou grande, ao estudar Uruana que segundo a definição de alguns autores pode ser considerada cidade pequena, vamos reforçar essa importância de considerar esses aglomerados urbanos cidades.

Uruana no contexto do desenvolvimento do Estado de Goiás

Uruana surgiu no contexto das políticas de integração e desenvolvimento do Estado Goiás, criadas por Getúlio Vargas a partir da década de 1930, que marcaram a produção do território

goiano através da Marcha para o Oeste, e por sua proximidade com a cidade de Ceres, que estava em pleno processo de povoamento e desenvolvimento econômico devido à implantação da CANG, fato que influenciou, também no povoamento e desenvolvimento de Uruana. Migrantes se fixaram nesta região no final da década de 1930 e início da década de 1940, devido à existência de fazendas que se cultivavam café, arroz e milho. Sobre o aspecto de ocupação da região Macêdo (2001) ressalta:

Se, por um lado, a ocupação da região de Uruana ocorreu por iniciativa particular, ou seja, de forma espontânea, motivada basicamente pela apropriação dos recursos naturais, como ocorreu em vários pontos do território, por outro, a ação governamental desencadeada, a partir da década de 40 no país, atuou no sentido de intervir no processo de ocupação do Oeste. Portanto contribuiu para promover a interiorização da população e de recursos materiais. (MACÊDO, 2001, p. 150).

A partir da instauração da ditadura civil-militar no Brasil em 1964, desenvolveram-se políticas públicas e programas governamentais de desenvolvimento para incentivar e fortalecer a agricultura, consolidar o acesso dos agricultores às pesquisas agrícolas realizadas por órgãos do governo, a linhas de créditos rurais, maquinários agrícolas, produtos químicos (fertilizantes, defensivos agrícolas, entre outros), melhoramento genético das sementes e ao incremento do conhecimento e uso tecnológico na produção, bem como às políticas de assistência técnica e extensão rural; “Dentre os programas destinados ao cerrado, o PRODECER talvez seja o que mais promoveu a ocupação desta área, estando em desenvolvimento desde 1979 até os dias atuais” (GOBBI, 2004, p. 142).

A década de 1980 aparece como redentora para o Estado de Goiás, e em especial, para o município de Uruana, período em que se consolidam de fato as inovações na agricultura. Foi o momento em que os agricultores voltaram-se para outras culturas, e a produção de melancia aparece como propulsora da economia, tanto em termos econômicos como sociais, em razão do grande emprego de mão de obra.

A produção de melancia acarretou melhorias na cidade de Uruana, nas áreas de infraestrutura e de equipamentos urbanos como: pavimentação das ruas, saneamento básico, criação de escolas, de áreas de lazer, hospitais, comércios. Foram implantados, também, novos programas de habitação e de incentivos à criação de novas vagas de emprego, entre outras. A partir da década de 1980, pequenos proprietários moradores do município de Uruana saíram de suas terras na zona rural para arrendá-las aos produtores de melancia e foram morar na área urbana da cidade. A Tabela 01 apresenta a evolução da população no município de Uruana.

Tabela 01 - Evolução na população no município de Uruana-GO (1970 -2010)

Ano	População Urbana	População Rural	População Total
1970	6.333	7.853	14.186
1980	6.869	5.227	12.096
1991	9.333	4.333	13.666
1996	11.307	3.519	14.826
2000	10.899	3.043	13.942
2010	11.231	2.595	13.826

Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Uruana, como se pode verificar através da tabela acima, apresentou um crescimento da população urbana em detrimento da população rural a partir da década de 1980, esse fato também pode ser observado no Estado de Goiás e no Brasil decorrentes do êxodo rural.

A migração do campo para a cidade contribuiu para que Uruana, em um curto período de tempo, passasse a se destacar na produção de melancia, ao ponto de ocupar a primeira posição no ranking de produção de melancia no país.

A produção camponesa, que utiliza a mão-de-obra familiar, apesar de não ter sido extinta perdeu forças com modernização do campo em Goiás, sendo esta uma das razões que explica a queda da produção dos alimentos básicos da população como o arroz e o feijão, além de explicar o processo de urbanização crescente: no Estado e em Uruana. Contraditoriamente, verifica-se o aumento da produção de grãos para exportação, da importação de alimentos e a expulsão do homem do campo para a cidade. O município hoje se encontra cortado de estradas e rodovias, verdadeiros corredores a escoar a produção. A estrutura fundiária local é representada por fazendas de médio e grande porte.

O papel do Plano Diretor na construção de uma nova realidade

A partir da década de 1970 muitas mudanças ocorreram tanto no meio rural quanto no urbano: naquele momento a cidade de Uruana passa a servir de abrigo para os trabalhadores que migraram para lá em busca de trabalho nas lavouras de melancia. Assim, o antigo projeto do núcleo urbano da cidade foi ultrapassado por bairros com pouca infraestrutura, levando famílias camponesas a encontrar dificuldades com a mudança para a cidade. Nota-se nesse momento a importância do planejamento nas cidades.

Apesar da falta de planejamento associado ao surgimento do núcleo urbano, a economia da cidade tem apresentado elevados índices econômicos influenciados pela produção de melancia. Mas isso não significa qualidade de vida, nem potencial econômico bom para todos, pois muitas mazelas cotidianas no dia a dia da cidade corroboram para a necessidade da construção e efetivação de um Plano Diretor.

O Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001) trouxe no capítulo III a importância da construção do Plano Diretor para um efetivo planejamento das cidades, porém assegurou essa necessidade apenas para as cidades médias e grandes com mais de vinte mil habitantes:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

É fundamental destacar que apesar do Estatuto das Cidades criado em 2001 apontar a necessidade da construção do Plano Diretor, a Lei Orgânica do Município de Uruana criada em 03 de outubro 1990 já trazia em seu capítulo II quando tratava do planejamento municipal aspectos da necessidade do Plano Diretor:

Art. 163 – O Município de Uruana deverá organizar a sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanentemente pleno e ordenado das funções sociais da cidade, do bem-estar dos habitantes e do cumprimento da função social da propriedade urbana.

Art. 164 – Considera-se processo de planejamento a definição de objetivos, determinados em função da realidade local, a preparação dos meios para atingi-los, o controle de sua aplicação e a avaliação dos resultados obtidos.

Art. 165 – O Município iniciará o seu processo de planejamento, tendo como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbanos o plano diretor.

§ Único – O plano diretor deverá ser adequado aos recursos financeiros do Município e às suas exigências administrativas.

Cabe ressaltar que, apesar do Estatuto das Cidades e da Lei Orgânica do Município demonstrar claramente a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento e expansão da cidade, o fato de Uruana possuir um número menor que vinte mil habitantes não obrigam a elaboração do Plano Diretor, isso influencia de maneira negativa no desenvolvimento e na fiscalização do uso e ocupação do solo da cidade. Contribui também para as irregularidades da situação de propriedade da terra ou do imóvel nas cidades, sobre essa situação: Maricato (2003) afirma que:

[...] a maior tolerância e condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano vem dos governos municipais aos quais cabe a maior parte da competência constitucional de controlar a ocupação do solo. A lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, de mandatária de serviços públicos. Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos pré-eleitorais (MARICATO, 2003 p. 157).

É cada vez mais crescente a discussão sobre a cidade pequena, apesar do aumento na abordagem desse conceito, vários autores ainda divergem nessa questão de número de habitantes para considerar o tamanho da cidade, Figueiredo (2008) afirma:

Atualmente, no Brasil, não existe uma definição precisa para as cidades grandes, médias ou pequenas. Entretanto, quando são realizadas pesquisas sobre cidades médias, a maioria dos pesquisadores considera, nesta categoria, aquelas cidades cuja população é superior a 50 mil habitantes, sendo que o limite máximo varia de autor para autor, o que por si só já revela alguma inconsistência, fato que não se restringe apenas ao nosso país, pois essa indefinição se verifica também em outros. (FIGUEIREDO, 2008, p. 38).

É muito comum a preocupação apenas com o tamanho e número de habitantes das cidades quando abordamos a definição de cidade pequena, porém independente de números é preciso atentar para a qualidade de vida da população conforme ainda desta Figueiredo (2008):

Desta forma, observa-se que as pequenas cidades podem ser estudadas a partir de diferentes enfoques e dimensões. Nos estudos realizados no Brasil, o limite demográfico máximo não excedeu os 50.000 habitantes. É necessário ter em consideração que mais importante do que discutir o tamanho é saber como vivem as pessoas que habitam esta categoria de cidades, ou seja, como é a sua qualidade de vida. (FIGUEIREDO, 2008, p. 55).

O núcleo urbano de Uruana ao longo dos anos passou por algumas repaginações, recebendo várias reformas para adaptá-lo à demanda do capital e ao aumento da população urbana. Uruana desde sua emancipação, Uruana vem passando por um crescimento ascendente na questão de produção agrícola, caminhando a frente de várias outras cidades de sua região, o que a tornou uma cidade um com destaque na microrregião de Ceres.

A cidade de Uruana também tornou-se palco das decisões socioeconômicas, pólo de concentração e exercício do poder econômico na microrregião de Ceres mesmo possuindo pouco

menos de vinte mil habitantes. Apesar de Uruana desempenhar um importante papel na região, o município de Ceres ainda é considerado um importante polo econômico. Buscando entender o papel de Ceres nesse contexto Jurado da Silva (2006) afirma que:

As cidades passam a ocupar funções na divisão do trabalho e o capitalismo além de homogeneizar modos, heterogeneiza também territórios e os subordina ao poder e à subjugação de outros lugares com maior poder de “barganha”. As cidades pequenas encontram-se na periferia das divisões econômicas e políticas e acabam por ter uma participação reduzida ou precária na rede urbana, ocupando apenas o status de cidade local na hierarquia, embora a mesma seja de dimensão regional. (JURADO DA SILVA, 2006, p. 4)

Para o poder público muitos obstáculos aparecem ligados ao uso e ocupação do solo e, mais uma vez, é visível a necessidade de pensar um Plano Diretor, pois há falta de recursos econômicos satisfatórios para fluir o centro urbano e a zona rural do município. A população possui necessidades de construção de projetos e obras principalmente na área rural onde, ainda hoje é muito comum a falta de estradas e pontes sobre córregos e rios, o que são verdadeiros entraves pela fluidez local.

Na cidade de Uruana estão sempre ocorrendo conflitos envolvendo a população e o uso do espaço, nesse sentido o Plano Diretor seria o instrumento necessário para disciplinar o uso e ocupação do solo. Nas cidades pequenas eles podem até parecer desnecessários mas independente do tamanho da cidade o plano diretor pode contribuir em várias situações que ajudam a desenvolver a luta contra a desigualdade socioeconômica da população.

Conclusão

Estudar a cidade pequena é importante para contribuir com as pesquisas sobre o espaço urbanos nessas formas de aglomerações urbanas, uma vez que a maioria das pesquisas realizadas hoje abordam as cidades média e grandes e metrópoles.

A cidade de Uruana nos últimos 50 anos tem presenciado transformações no uso do solo. Os conflitos observados envolvendo a população e o uso do espaço refletem a distribuição desigual das formas urbanas. O Estado tem um papel nesses modos uma vez que ele deve preocupar com a realidade urbana da pequena cidade.

Após demonstrar as principais carências da população do município de Uruana é fácil notar que o poder público municipal deve contribuir para medidas que estabeleça a necessidade de construção do plano diretor na cidade, e acima de tudo pensar na melhoria da qualidade de vida de toda população.

Com essa pesquisa foi possível identificar inúmeros desafios para a gestão municipal relacionado ao uso e ocupação do solo urbano e rural. A solução mais viável para a melhoria da cidade de Uruana é o dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e a efetivação do Plano Diretor na cidade mesmo ela possuindo menos de 20 mil habitantes, sendo que melhorias para a população são garantidas somente com a gestão democrática.

Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. **Rede urbana**: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. Cidades, v. 1, n.1, p.65-78, 2004.

_____. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

GOBBI, Wanderléia Aparecida Oliveira. **Modernização agrícola no cerrado mineiro: os programas governamentais da década de 1970.** Caminhos de Geografia, v. 9, n. 11, p. 130-149, 2004. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/downloads/80148.pdf>>

ESTATUTO DA CIDADE. **Guia para implementação pelos municípios e cidades.** 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do RioGrande do Sul:** contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000. 2008. 265 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas.

IBGE. **IBGE - cidades @.** Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/3AYP>> Acesso em: 02 nov. 2016.

_____. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 30 out. 2016.

JURADO DA SILVA, P. F. **O papel das pequenas cidades na rede urbana e as relações entre o urbano e o rural:** o caso de Flora Rica-SP. 2006.

MACÊDO, Marta de Paiva. **Uruana e sua dinâmica espacial recente.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2001. 120 f.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. In: HENRIQUE, W.; LOPES, D. M. F. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** Salvador: SEI, 2010. p. 13-37.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos Avançados, v. 48, n. 17, p. 151-167, 2003.

A DINÂMICA DA MATERIALIDADE/IMATERIALIDADE NO DICOTÔMICO CONTEXTO DA PRESERVAÇÃO URBANA

Jussara Martins Rodrigues
Mestranda em Geografia UFG Catalão – GO
jussaramartinsfabiano@yahoo.com.br

José Armando Sanches Mendonça Niero
Graduado em Engenharia Civil – UNESP
projetosja@yahoo.com.br

Joseane Aparecida Duarte
Mestranda em Geografia UFG catalão – GO
joseanesanitarista@yahoo.com.br

João Donizete Lima
Doutor em Geografia UFG catalão – GO.
donizeteufg@gmail.com

Resumo: a pesquisa acerca da preservação do espaço urbano como sendo parte da política pública voltada para a sustentabilidade e preservação cultural, tem como tema principal: a reflexão acerca da intervenção do poder público no espaço estudado. O presente estudo pauta-se na metodologia qualitativa sendo o resultado da pesquisa obtido quando da identificação do lugar no contexto do Centro histórico de Itumbiara – GO, em especial a Praça da República; como espaço de valor imaterial que impacta no valor material da cidade, além da percepção de que este constitui — dentro da cidade — ecossistema sensível que, uma vez alterado gera reações ambientais e sociais em cadeia.

Palavras-chave: Cidade pequena. Praças. Dinâmicas urbanas. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Na literatura e nas artes do período condoreiro a praça foi alçada ao posto de local para a manifestação do povo e no qual haviam também manifestações para o povo. Célebre no canto de Castro Alves tais locais funcionaram – e funcionam – como marcos fundamentais da edificação das cidades, sobremaneira nas cidades do interior de Goiás. É na praça, desde o período do bandeirantismo que se originam as primeiras edificações citadinas quando da formulação de um povoado e, daí, surgem os demais espaços urbanos sempre a gravitar em torno das instituições nela estabelecidas e expoentes da cultura de cada época.

Faz-se então o dialogar com a noção de praça/espaço com a elaboração do conceito “espaço” de Milton Santos:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletivas que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Na avaliação do lugar no espaço geográfico o Centro Histórico originado na Praça, constitui elaboração sobremaneira pautada na construção de um sistema de ocupação que perpassa a

formação do Brasil e encontra eco na elaboração da polis desde a antiguidade. Da análise dos objetos da pesquisa o presente trabalho lança sua observação sobre as três praças centrais da cidade de Itumbiara (GO). Elas constituem o centro histórico cultural da cidade refletindo neste contexto microcósmico o macrocosmo da elaboração das cidades do interior e sua estrutura econômica, política e social.

Muito embora o conceito arquitetônico defina a praça como espaço livre de edificações, tal fato — ou por esse fato — a praça é terreno ávido por pessoas. A *Piazza* é um espaço aberto ao convívio, à interação entre pessoas, irmão do conceito de *Ágora* enquanto espaço para o debate de ideias e exercício pleno da democracia.

Tornar a praça dos Centros históricos sustentável é mais que preservar sua fauna e flora local, para além disto esta sustentabilidade é voltada para a preservação de humanidade que a praça carrega.

DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Para a elaboração de uma política pública de preservação da cultura de determinado local a fim de que esta preservação constitua em bônus para a população, faz-se necessário visualizar a sustentabilidade deste aspecto cultural como empreendimento em longo prazo. Assim a percepção do valor do patrimônio advém do conhecimento acerca do espaço que deve ser disseminado para a população.

As parcerias públicas – privadas tem somado esforços para a manutenção das praças, mas a alteração empreendida não tem contemplado a preservação dos aspectos culturais, pois quando da celebração destas parcerias o que é salutar são os prospectos econômicos em detrimento do aspecto ambiental e cultural. É necessário então salientar que o problema da sustentabilidade e preservação cultural extrapola o conceito rudimentar de fauna e flora, para contemplar a análise do mesmo com nuances subjetivas muito mais complexas, como salienta SANTOS (1994) quando da observação acerca dos valores imateriais de território.

O problema dos planos diretores que empreendem transformações sem o estudo de caso de cada local a ser transformado é gritantemente uma forma de extirpar o sentido social e ambiental, esterilizando o significado das praças e relegando-as a definição de espaço vazio não um espaço de preservação ambiental, mobilidade, lazer e cultura.

Desta feita o questionamento aqui consiste em construir uma análise acerca de quais são as estratégias das políticas públicas que devem ser elaboradas para que as praças retomem seu valor histórico, sem depredação ou reforma das mesmas.

Este trabalho tem então como objetivo principal, propor diretrizes ao poder público municipal para que seja efetuada a restauração dos espaços das praças preservando as características inerentes às mesmas de forma a preservar assim seu papel enquanto espaço de socialização e de patrimônio cultural. Levando em consideração a localização do município e seu papel enquanto patrimônio imaterial na microrregião do Meia Ponte.

Especificamente busca-se a identificação do conceito da praça e o contexto da praça em Goiás e dessa forma elencar as ações de revitalização e seus impactos para, então, investigar a existência de ações que contemplem a preservação das praças dentro do plano diretor.

Esse trabalho se justifica desta forma pela necessidade, hora identificada, que é propor diretrizes ao poder público municipal para que seja efetuada a restauração dos espaços das praças preservando as características inerentes às mesmas, proposta esta desencadeada na reflexão acerca do excerto, “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS 1997, p. 51). Assim é preciso analisar em que instância o poder público deve agir a fim de propor benefícios às pessoas e não excluí-las de seu lugar de origem.

O valor social desta pesquisa se justifica pela necessidade de repensar os planos diretores das cidades no claro intuito de propor o resgate do espaço da praça como espaço mais que geográfico, mais que estético.

O processo de reprodução do espaço na metrópole apresenta como tendência a destruição dos referenciais urbanos, isto porque a busca do incessantemente novo - como imagem do progresso e do moderno - transforma a cidade em um instantâneo, onde novas formas urbanas se constroem sobre outras, com profundas transformações na morfologia, o que revela uma paisagem em constante transformação. Nesse contexto, as práticas urbanas são invadidas/paralisadas, ou mesmo cooptadas, por relações conflituosas que geram, contraditoriamente, estranhamento e identidade, como decorrência da destruição dos referenciais individuais e coletivos que produzem a fragmentação do espaço (realizando plenamente a propriedade privada do solo urbano) e com ele, da identidade, enquanto perda da memória social, uma vez que os elementos conhecidos e reconhecidos, impressos na paisagem da metrópole, se esfumam no processo de construção incessante de novas formas urbanas. A destruição dos referenciais urbanos fica visível no desaparecimento das marcas do passado histórico na e da cidade provocando, não só o estranhamento porque as formas mudam rapidamente, mas também, porque estas produzem as possibilidades que atestam o empobrecimento das relações de vizinhança, a mudança das relações dos homens com os objetos que lhe são próximos e o esfacelamento das relações familiares. (CARLOS 1994 p. 13)

O que não pode ser mensurado neste processo é a perda imaterial, que acaba por destituir a cidade daquilo que lhe é tão caro, entretanto impalpável ao primeiro olhar.

Aqui o estudo debruça-se sobre a pesquisa *in loco*, na qual o campo e a coleta de dados são primordiais para determinar o objeto a ser estudado, este explicitado conforme consta em publicação da cidade de Itumbiara - GO:

CENTRO HISTÓRICO DE ITUMBIARA FAZ PARTE DE ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE URBANÍSTICO

O município de Itumbiara quando da aprovação de seu plano diretor em 2006 foi dividido em dez macrozonas, sendo a urbana, uma delas.

O mesmo Plano Diretor criou as áreas especiais, entre as quais se destaca as de Interesse Urbanístico.

Estas áreas especiais devem ser integradas da melhor forma a estrutura da cidade, com normas próprias de uso e ocupação do solo e destinação específica.

São consideradas áreas especiais de Interesse Urbanístico, o CENTRO HISTÓRICO, o Capim de Ouro, o Parque Linear da Avenida Beira Rio, a Prainha e sua extensão, os Cemitérios, O Complexo Esportivo, a Escola de Tempo Integral e a UEG.

O Centro Histórico seria um círculo imaginário cortado ao centro pela Rua Paranaíba, antiga Rua do Porto Velho, circundado por parte da Avenida Trindade até a Rua Benjamin Constant, até a altura da Rua João Manoel de Souza e por outro lado a divisa seria a Rua Goiás.

Este espaço que deveria ser preservado, praticamente não conta com mais nenhum local histórico, a não ser as próprias ruas. (Diário de Itumbiara, 2013)

Desta forma a percepção de que a notícia é de interesse popular invoca a compreensão de que a praça faz parte da cidade não apenas como espaço livre, mas também como local de manutenção acerca de quem é o povo que habita a cidade:

O Centro Histórico que tem como construção mais antiga a Igreja de Santa Rita de Cássia, construída por volta de 1852, não foi preservada em suas características e já foi totalmente modificada.

A antiga Prefeitura que funcionou na Rua João Manoel de Souza, também não existe mais na característica original.

Casarões localizados na antiga Praça Getúlio Vargas, hoje, Praça da República também foram destruídos.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, que deveria participar opinando nas mudanças nestas áreas especiais, praticamente não atua.

Assim, o Centro Histórico é apenas um nome bonito que está na Lei no Plano Diretor, mas que não faz parte da realidade do itumbiarense, que não tem preocupação em preservar mais de 170 anos de história. (Diário de Itumbiara, 2013)

A análise é então empreendida sob caráter multidisciplinar no qual o significado imediato não constitui referência *prima*, mas sim seus significados imateriais de pertencimento da população ao lugar que o mesmo imbui às pessoas quando passa a fazer parte de sua história.

Contrapondo a informação acerca do que foi determinado como centro histórico enquanto espaço da cultura em 2006 e 2016, os dez anos permitem uma comparação em transformações substanciais. Até mesmo a praça central mencionada na publicação de 2013 não resistiu ao planejamento urbano empreendido neste local.

Tal ação: o planejamento, não constitui problema quando bem elaborado e voltado a atender as expectativas da população no que tange a elaboração de um espaço voltado para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Há que se avaliar, entretanto; a necessidade de elaboração do planejamento crítico, construtivo e focado na solução dos problemas reais do cidadão que devem ser observados pelas políticas públicas. É preciso então ter clareza quanto a necessidade de políticas públicas para a resolução de um problema real, existente; e a elaboração de um problema para a criação de uma política pública que atenda aos interesses de setores específicos.

No contexto da praça existe o problema real: tráfico e consumo de entorpecentes. A política pública resultante deste problema não deve ser focada na reforma da praça, mas na elaboração de soluções efetivas para a recuperação destes usuários, ou seja o que se percebe não é a necessidade de uma obra na praça, mas de um investimento substancial no setor da saúde e assistência social. Quando a obra se volta, neste discurso para a reforma da praça, ela deturpa uma necessidade latente da comunidade, transformando esta necessidade em um subterfúgio para o investimento não em um problema real, mas em uma ação que resulte em maior visibilidade política.

Depreende-se desta REFORMA ainda outro problema desencadeado pelo não planejamento efetivo: as praças revelam a essência da cidade, dali ela deriva e se expande. Certo é que esta observação revela a não linearidade desta expansão, mas seu cerne e dela advém a base para a compreensão da contradição na apropriação do espaço. Esta avaliação é do espaço enquanto revelador da história e não determinante, uma vez que o espaço quando revela esta história elabora perspectivas inclusive de transformação da mesma. O problema levantado é que a transformação deve se ater a melhoria, não a destruição, pois esta quando ocorre acaba por fazer do movimento de transformação um jogo perde ganha, que em nenhum momento é positivo para a questão da humanização das cidades. Este jogo é positivo quando adota a postura ganha- ganha, na qual o que já está edificado serve como “inspiração” para aquilo que há de ser construído futuramente.

A transformação meramente quantitativa desvincula o significado do signo e desconstrói o processo de humanização com base na instantaneidade da pós modernidade.

O período atual sinaliza uma brutal transformação no tempo e nas formas de vivê-lo, mas se a chamada “pós-modernidade” é marcada pela instantaneidade no que se

refere ao tempo, o tempo enquanto uso, isto é, identificado como duração da ação no espaço e revelado nos modos de apropriação, é hoje um tempo acelerado, comprimido e imposto pelo quantitativo. (CARLOS, 2007 p.55)

A memória impressa no espaço esmorece o referencial da vida humana quando é apagada em nome da modernização e quando o planejamento urbano voltado para o imediatismo advém da ausência de pesquisa, ele deturpa as relações de humanidade entre o ser humano e o espaço que ele ocupa. Esta relação desconstruída acaba por mitigar a memória coletiva e propicia a alienação do indivíduo frente a sua própria formação histórica.

O que advém dessa alienação é uma falta de compromisso com a cidade. Tudo pode ser transformado. Tudo é descartável. Inclusive as pessoas.

A gestão urbana neste contexto ordena a perspectiva de que tudo que não é “útil” ou “agradável” deve dar lugar a algo moderno, agradável, útil. Neste contexto o que se lê é que o planejamento atual das cidades não admite aquilo que não reflete a modernidade e, segundo esta análise, a cultura do descarte decai sobre o patrimônio histórico material como forma de extirpar o patrimônio imaterial.

Assim o passado não tem valor capital sendo — neste contexto — necessário esquecer nossa formação cultural como meio para alcançar um progresso que nos é impingido de cima para baixo, especialmente no interior do país onde impera a visão de que é necessário modernizar-se qualquer custo para alcançar o progresso.

Nesta proposta a praça não é vista então como um espaço de produção. Ela se constitui como espaço vazio, que não produz e desta forma não reflete a modernidade, não é útil. Visto em CASTRO (2007) “um espaço sem referências e inóspito à vida, porque limita e restringe as modalidades do uso” uma vez que no contexto moderno apenas é espaço urbano aquilo que produz algo.

Para além da expropriação da praça há que se avaliar no período de 2006 a 2016 a transformação violenta do espaço em um fluxo de construção/desconstrução da sua utilidade. O Centro histórico sem manutenção, em especial do espaço da praça, se configura como espaço vago e violento, ou de potencial violência; o que impulsiona a falsa ideia de que apenas a modificação deste espaço subtraindo-lhe o ideário de lugar trará a segurança e higienização. O ritmo na praça é então modificado para atender a esta nova necessidade. O valor social da praça muda. Logicamente o valor monetário daquele espaço e de seu entorno também é modificado, assim como a estrutura arquitetônica o que em longo prazo causa às pessoas uma estranheza frente ao seu próprio contexto, a sua história de vida. Esta estranheza faz com que não apenas o espaço não mais pertença às pessoas, mas as pessoas não pertençam ao espaço.

Como esses conjuntos não pertencem, exclusivamente ao domínio das formas, das práticas sociais, assistimos então a constituição de uma outra identidade com o lugar, ou seja, a dos moradores com estes novos “monumentos” da vida cotidiana moderna. Como as formas se associam ao uso, dois tempos podem ser percebidos na paisagem urbana, que são aquele da história e do contexto de sua transformação e aquele do contexto e do tempo do seu uso. O primeiro tempo liga-se ao tempo da morfologia urbana ou da história da cidade e o segundo refere-se ao tempo e ao ritmo da vida na cidade o qual permite a construção das referências da vida urbana (no tempo da vida). (CARLOS 2007 p. 59).

O que elabora estas características é em maior escala reproduzido nas adjacências. Ora, se a praça central e o centro histórico são os locais dos quais a cidade advém, as transformações empreendidas nestes locais imprimem transformações nos demais locais da cidade. Pois mesmo que a transformação física destrua o contexto arquitetônico, a ideia de expansionismo cultural que a

praça congrega ainda existe e é exemplificada na reprodução de suas alterações que passa a ocorrer nas demais praças e bairros que elaboram seu conceito de modernização pela observação do espaço central da cidade.

São longos tais processos — tanto os físicos quanto os processos de desconstrução cultural; haja vista que a centelha da cultura vai sendo apagada do espaço público e a integração social passa a ser restrita a espaços cada vez mais exclusivo. Desta forma o planejamento urbano ao modernizar a praça retira dela seu papel de espaço social e faz deste “novo” espaço algo completamente desvinculado daquilo que ele era ou representava anteriormente passando a ser um espaço de aculturação; sendo isto intercorrência tanto metropolitana quanto interiorana.

A atenuação da sociabilidade é marcada pelo fim de atividades que aconteciam nos bairros, com o fim das relações de vizinhança provocado pela televisão, num primeiro momento, e pelo adensamento dos automóveis, em outro, que tirou as cadeiras das calçadas. Constata-se o fim das procissões, onde todos se encontravam; o fim das quermesses que marcaram o período das festas juninas; o fim dos encontros nas esquinas, os ensaios das escolas de samba que antes ocorriam nas ruas dos bairros, hoje ocorrem em quadras cobertas e fechadas, a destruição de ruas e praças em artigos bairros que acabam com pontos de encontro, etc. (CARLOS, 2007 p. 52)

A posição de que o espaço da praça não traz mais segurança para a interação social é uma forma de minar estas relações impulsionando a ideia de que a destruição do patrimônio não é, na verdade negativa. Esta destruição passa a ser vista como um bem à sociedade, à segurança; na medida em que é criada a ideia de que o problema é o centro histórico abandonado e não a falta de infraestrutura da cidade.

CONCLUSÃO

Considerações de Aninha

Melhor do que a criatura,
fez o criador a criação.
A criatura é limitada.
O tempo, o espaço,
normas e costumes.
Erros e acertos.
A criação é ilimitada.
Excede o tempo e o meio.
Projeta-se no Cosmos. (CORALINA, 2004)

Avaliar o processo dinâmico do espaço urbano tomando como mote o Centro histórico de Itumbiara – GO significa elaborar a construção de um processo dicotômico, pois a percepção da preservação urbana extrapola o conceito primitivo, engessado e simples da preservação ambiental. O ambiente compreende pessoas e estas não são regidas apenas pelas relações objetivas da troca e do valor, mas também pelas relações subjetivas do pertencimento, da afinidade e da vivência — aspectos muito particulares que, embora coletivos, são construídos na vivência individual.

O Centro histórico não é um espaço obsoleto, assim como não o são as pessoas que nele atuam. A modificação de suas praças tem o poder de — para além da alteração material; alterar a percepção humana do mesmo e esta alteração é que constitui a dicotomia homem/ ambiente.

O estudo ambiental da praça e sua dinâmica perpassa a preservação cultural no claro intuito de que, não obstante a preservação da fauna e da flora, a vida em sociedade constitui a preservação de humanidade nas relações sociais. Assim a cultura das cidades interioranas sofre enorme pressão

dos centros comerciais e culturais tidos como exemplos da modernidade e progresso do país. Frente a esta pressão a destruição do patrimônio imaterial é um forte indício da desconstrução das cidades dos rincões do Brasil implantando no interior do país, sob a premissa da modernidade e progresso a qualquer custo; uma esterilização de sua cultura e uma massificação do gosto popular; no claro âmbito de homogeneizar a identidade do povo que habita o Brasil, do povo pra quem a praça era diversão e disseminação de suas características mais peculiares.

Nesta pesquisa não se propõe a imutabilidade deste espaço, outrossim busca-se dentro da preservação o planejamento para que o novo e o antigo caminhem de forma concomitante. O planejamento não é a desconstrução/reconstrução vazia; outrossim é a ambientação do antigo e do novo a fim de que o desenvolvimento seja construído sobre bases firmes.

A restauração busca então preservar o espaço, a fauna a flora e a humanidade das cidades e não a elaboração de edificações alienígenas do contexto na qual são empreendidas sob a premissa de efeito paliativo.

Em suma, o planejamento dos espaços públicos das praças não deve ser efetuado de forma a mascarar as necessidades daqueles que habitam, gravitam e utilizam a praça. O planejamento deve, outrossim, voltar-se para as necessidades latentes da saúde e educação propondo as políticas públicas que podem, certamente, utilizar o espaço social da praça para ações de ampliação de suas atividades para propagação de campanhas ou apresentações culturais que tenham como objetivo disseminar a saúde, a educação, o desporto.

Lefebvre trabalha o sentido de vida no espaço enquanto um conjunto de relações estabelecidas entre pessoas dentro de um contexto, desta forma é impensável que a reforma da praça vá resolver o problema destes setores.

REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani. *O lugar no/ do mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007

CARLOS, Ana Fani. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.

DIÁRIO DE ITUMBIARA (2013) Acedido a 20 de Julho de 2016 em:
www.diariodeitumbiara.com.br

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

LEFEBVRE, Henri. *La vie quotidienne*. 3 volumes. Paris: L'Arche, 1961

SANTOS, Milton et al (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova*. Hucitec – São Paulo, 1978.

A EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA FÍSICA: ALGUMAS REFLEXÕES

Danilo Cardoso Ferreira

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, Atualmente é professor substituto da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Itapuranga, do curso de Geografia
prof.daniloueg@gmail.com

Filipe Borba de Moura

Graduando em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás Campus Itapuranga. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).
filipeborbahti@gmail.com

Aladilson Magalhães Mendes

Graduado em Geografia Universidade Estadual de Goiás – Campus de Itapuranga (2016).
aladilson_mendes@hotmail.com

Resumo: Esse trabalho tem o objetivo de ressaltar a produção do conhecimento geográfico, principalmente da geografia que trata das leituras sobre as questões físicas. Os debates contemporâneos feitos em torno da ciência geográfica não deixam claro as origens dos debates sobre a natureza das questões físico-naturais na geografia, e por isso o intento deste trabalho é ressaltar os debates filosóficos e epistemológicos sobre essa Geografia. O percurso desse artigo é a partir das literaturas essenciais ao conhecimento geográfico. Por fim, apontar para referências essenciais as questões da geografia física no que tange ao saber geográfico a partir de sua totalidade.

Palavras-chave: Geografia. Epistemologia. Conhecimento.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo abordar questões que são essenciais para o conhecimento da geografia física no Brasil, como também ressaltar as reflexões filosóficas que são abandonadas dentro dessa área do conhecimento na Geografia e que para os pesquisadores deste campo, não são questões prioritárias. Buscaremos fontes teóricas nas bases desta ciência afim de contribuir para identificar as abordagens metodológicas e conceituais, para uma melhor compreensão da *episteme* geográfica. A finalidade da pesquisa sobre o tema “Epistemologia e Geografia Física”, é de tentar contribuir para a construção do conhecimento geográfico. Por fim, levar a reflexão sobre a necessidade das releituras da base do pensamento geográfico para a produção do conhecimento e dos processos, das dinâmicas que o mundo e a sociedade estão envolvidos.

EPISTEMOLOGIA E GEOGRAFIA FÍSICA

A epistemologia é “um estudo crítico das ciências destinado a determinar a sua origem lógica, o seu valor e o seu alcance” (CLAVAL, 2014, p.17). Então tem o dever de compreender desde sua gênese até os descaminhos da atualidade.

Kant, primeiramente, define a geografia (física) como sendo uma propedêutica do conhecimento do mundo. E o mundo, para ele, significa a totalidade (o solo sobre o qual nossos conhecimentos são adquiridos e aplicados), que, por sua vez, é a condição *sine qua non* para a representação do homem e da natureza enquanto um sistema (VITTE& RIBAS, 2009, p. 6).

Nesse artigo vamos discutir e analisar a geografia e perceber alguns descompassos que a ciência passou, afim, de buscar na gênese do conhecimento geográfico essa reflexão. Os grandes clássicos estão deixando de fazer parte dos estudos dos pesquisadores atuais para entender as ideias primeiras e os conceitos da geografia. E assim entender as questões físicas que originaram a partir de um intenso debate filosófico e não somente de técnicas constituídas.

Porém, mais do que cautela. É fundamental o aprofundamento teórico-conceitual, tendo por trás um indispensável lastro filosófico. Isso é imprescindível, sem o que estaríamos a erguer um edifício sem usar argamassa alguma, apenas empilhando tijolos. Na base do empirismo, nunca se chegou e nunca se chegará muito longe, especialmente em um momento como o atual. O trabalho empírico, obviamente condição *sine qua non* para a construção e reconstrução do conhecimento, é condição necessária, mas não suficiente. (SPOSITO, E. S. et al 2016, p.35).

A geografia física moderna surge entre os séculos XVIII e XIX, a ciência nesse momento deixa alguns de seus princípios primeiros e é vista em crise, já que Humboldt discutia a relação entre o homem e a natureza, e diante dessa abordagem a filosofia fazia parte dessa integração, pois era necessário a compreensão entre o homem e o meio como parte de um todo. Nesse contexto o saber geográfico perde um pouco da sua origem epistêmica, que tendeu a fugir do arcabouço central que era a unicidade da ciência-filosófica, que tinha como prioridade entender o todo.

Assim a discussão da geografia física moderna atual fala do afastamento entre a geografia física e humana, a dicotomia entre essa ciência geográfica que é o caminhar na mesma ciências, mas ao mesmo tempo em momentos distintos onde se busca conceitos e recursos para a geografia, podemos citar alguns campos que caminham em paralelo com a geografia como a Biologia que tem atuado no mesmo campo do saber geográfico e/ou a pedologia em que os engenheiros agrônomos e geólogos estão presentes e influenciando na mesma área do conhecimento, assim percebe-se que a geografia no decorrer da sua formação teve algumas dificuldades no que se refere a sua identidade enquanto ciência.

Percebe-se que a filosofia é um componente importante para a ciência geográfica, os debates filosóficos dão uma nova roupagem para a geografia. A crise da ciência não é de toda ruim, pois ela nos dá a oportunidade de repensar o que está distanciando uma da outra, e contudo repensar uma abordagem verticalizada, compreendendo os problemas como um todo, deixando a verticalidade de lado pois ela reproduz o conhecimento compartimentalizado.

A sistematização da ciência geográfica trouxe algumas questões que não estava de acordo com a ideia principal do autor, que é o caso de Humboldt, ele foi o principal protagonista da geografia física moderna. Sua visão era que essa ciência- filosófica que pudesse explicar a relação do homem com meio, e diante dos métodos epistemológicos e dos conceitos esse pensamento ganhou outros rumos. E assumiu um rumo oposto do que pretendia e assim, houve a fragmentação do conhecimento.

Mas e para a Geografia, o que representou esse processo de ruptura? E o que representa hoje em seu cenário de discussão epistemológica? Para a Geografia, a ruptura entre Filosofia e ciência representou a ruína completa de sua proposta de análise. Essa ruptura, que está no caminho de consolidação da Geografia como saber científico moderno, significa a impossibilidade de responder às demandas de seu objeto. Vimos ao longo de toda a tese que Humboldt caminhava na direção de uma explicação integrada, capaz de dar conta da interação e relação do homem com a natureza, postos mesmo como mutuamente dependentes. Sabemos, entretanto, que em sua institucionalização, a Geografia passou a se valer dos

métodos oferecidos pelas ciências já constituídas, como a Geologia, a História, compondo grupos e departamentos para analisar, a partir destes métodos, aquele mesmo objeto colocado por Humboldt: o campo de interação e relação do homem e da natureza na superfície da Terra. (SILVEIRA, 2011, p.418).

A filosofia em sua essência tem a dinâmica de ser investigativa e isso é algo que a geografia enquanto ciência precisa para verificar e estudar os fatos, e nesse novo período da geografia física moderna passou a ser valorizada a empiria que iria dar suporte em suas pesquisas deixando de lado o abstrato e valorizando o objeto concreto. Então a perda da filosofia na geografia não é bem vista, pois deixaria um vazio, ou seja, as perguntas ficariam sem respostas concertas devido a falta de informações, isso empobreceria e fragmentaria ainda mais o campo do saber científico.

A PRODUÇÃO DO SABER GEOGRÁFICO

Na geografia segundo Claval (2014) existe dois níveis de produção, o primeiro se faz automaticamente, nas coisas mais simples, como na sua própria localização, já o outro nível necessita de uma reflexão científica, como na interpretação da natureza, quando procura compreender o que está por trás daquela paisagem, aí existe as técnicas como a utilização de mapas, entre outros.

Existem diversos autores que contribuíram para a produção do saber geográfico, como um dos principais Humboldt e Ritter. Que tiveram como método fazer o estudo da totalidade, o mesmo que se perdeu no saber geográfico moderno. A produção do saber Geográfico, teve caminhos tomados que prejudicaram as investigações dessa ciência. “O caminho tomado pela ciência moderna no final do século XVIII e início do século XIX gerou uma série de ramificações e especializações” (SILVEIRA, VITTE, 2011, p.38). Essas especializações foi um dos motivos, que gerou o que está acontecendo atualmente, uma dicotomia nos estudos geográficos, entre uma dicotomia que se expressa entre dois polos epistemológicos (geografia física e geografia humana).

Carl Ritter (1779-1859) de uma então geografia comparada, foi um grande personagem na gênese da geografia moderna (SILVEIRA, VITTE, 2010). Tinha suas proximidades com a geografia, pelo fator histórico. Ritter compreendia que o homem e os elementos naturais, são formas mutáveis, porque sempre estão em transformação e adaptação ao meio.

Ritter e Humboldt não faziam seus estudos, separando o homem com o natural, não existia uma dicotomia nos estudos, caso que está claro atualmente, a separação da geografia física e geografia humana. “Não se pensa homem e natureza em dissociado, porque para ambos a referência da Geografia é a superfície terrestre e o homem o ser que vive na superfície terrestre.” (MOREIRA (2006) *apud* SILVEIRA E VITTE 2010, p. 24).

Essa relação da natureza e homem, como uma forma inseparável, faz parte de um período que Ritter viveu, foi o período da construção do romantismo Alemão (SILVEIRA, VITTE, 2010). Então a produção do saber nesse período ocorria filosoficamente romântica, apresentando a interdependência dos sujeitos, na superfície da terra.

Alexander Humboldt (1769-1859) existe grandes dúvidas e perguntas sobre ele, alguns se perguntam se ele era geógrafo ou não. Mais independentemente teve gigantes influências para a geografia, uma grande contribuição é quando estuda o “cosmos”, pensando em toda sua ideia de totalidade e conjunto. Segundo Silveira e Vitte (2010) quando Humboldt fala de geografia física, está ligada a descrição física da terra, sendo assim esse campo então se torna a compreensão de natureza e paisagem, representada através da morfologia.

Até mesmo Charles Darwin sofreu influências de Humboldt, na sua principal obra *A origem das espécies*. Darwin dava muito valor também as observações da natureza e a coletas de dados, segundo Vitte (2009) umas das obras de Humboldt, foi a maior influência científica pra Darwin, onde se consolidou como cientista natural. Assim como as observações constantes que Darwin e

Humboldt fez, conseguiram caracterizar que a natureza é dinâmica, espécie de um organismo, e sempre está sujeita a transformações. Nesse sentido a natureza é compreendida como um sistema.

Com todo seu conhecimento e influências que recebeu, como na geologia também que teve fortes influências, Darwin com a teoria de evolucionismo, quebrou a concepção teológica de natureza (Criação Divina) que era predominante na época. Segundo VITTE “Lyell que influenciará a geografia física e os trabalhos de Darwin diz respeito a importância do tempo na esculturação da superfície da Terra” (2009, p.8). Assim a formação do relevo constituirá através de agentes exógenos, na transformação de suas formas, e a geologia do período, caracteriza as geleiras como um dos principais fatores de transformação do relevo, porque ela faz o transporte de grandes sedimentos (Rochas).

Essa concepção de tempo e evolução, traz fortes impactos pra geografia física, é acaba se formando com um modelo metodológico na construção do saber geográfico.

Completo-se com os trabalhos de William M. Davis, particularmente com a “Teoria do Ciclo Geográfico da Erosão” (1899), em que Davis, retrabalhando a concepção evolucionista de Darwin, a partir de uma concepção neo-lamarckiana, influenciado por Agassiz, Shaler e Haeckel, Davis propõem que a evolução por ciclos permite inclusive a preservação de características processuais e morfológicas (VITTE, 2009, p.12).

Então, Davis, que era um geólogo americano, faz uma releitura dessa concepção de tempo, e compartimenta a evolução do relevo em três formas, o primeiro estágio e o de juventude, maturidade e salinidade (Velhice). Esse momento e o de formação da escola Anglo-Americana, onde fazem uma releitura teológica da natureza (VITTE, 2009).

A ciência geográfica moderna está seguindo na contra mão de seus fundadores como Humboldt e Ritter. O objeto de estudo ainda continua o mesmo, sendo o natural e o homem, mais estão produzindo esses estudos de uma forma sistemática, gerando dicotomias e especializações nos estudos geográficos. Então a geografia está tomando um caráter de ciência de síntese, e está passando por um atraso epistemológico (SILVEIRA, VITTE, 2011).

Esse novo método da ciência geográfica moderna, está distanciando das raízes filosóficas e tentam criar novos métodos. O surgimento do positivismo lógico, que em primeira instância era uma unidade metodológica, que permitiria unir o homem e natureza em uma base comum. “O positivismo lógico pretendia ser uma confluência entre ciência e Filosofia, e, nesse sentido, poderia ter funcionado para estabelecer uma unidade dos saberes que povoam o universo da Geografia” (SILVEIRA, VITTE, 2011, p.7).

Possuía uma fraca leitura filosófica, pretendia investigar tudo em uma base comum, que seria a lógica matemática. Mais como sabemos que o homem e a natureza sempre estão em constantes transformações, essa leitura lógica não foi suficiente para retratar o homem e a natureza.

Assim mais do que nunca e de extrema necessidade, essas leituras epistemológicas, porque não podemos abandonar a gênese da ciência geográfica, então esse é um problema em comum de todos os geógrafos.

A discussão que se coloca é de fundamental importância para o estudo da história e epistemologia da geografia, particularmente da geografia física, onde, constituiu-se uma concepção de natureza cíclica e segundo um arranjo pré-definido. No atual momento histórico, em que as mutações no mundo e na natureza são fortes e intensas, o momento é propício para discutirmos as bases da geografia física e, que natureza desejamos nessa nova geograficidade que está em construção (VITTE, 2009, p. 12).

O campo de pesquisa hoje está repleto de especialidades, que fazem a dicotomia física e humana, e dentro desse mesmo campo de produção do saber geográfico, fazem diversos recortes que propõe atingir níveis de detalhamento nunca imagináveis (SILVEIRA, VITTE, 2011). Mais estão fazendo na maioria das vezes leituras e estudos superficiais, gerando em muitas das vezes respostas não convincentes a produção do saber geográfico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão na ciência geográfica sobre os debates epistemológicos se torna essencial para construirmos referenciais dentro das pesquisas e estudos geográficos, por isso, entende-se que os geógrafos necessitam voltar cada vez mais aos grandes clássicos para consolidar as novas reflexões sobre uma natureza dinâmica e uma sociedade imediatista e detentora do conhecimento e do saber, para que novas posturas sejam tomadas frente as novos padrões e uso da natureza e do mundo. Nesse sentido o conceito de paisagem em Humboldt e Goethe fazem a diferença para as reflexões sobre natureza na ciência geográfica, principalmente, depois que a paisagem se torna uma categoria, ou instrumento de análise da Geografia de percepção do Cosmos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Estadual de Goiás, pela Bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC-UEG.

REFERÊNCIAS

CLAVAL, P. **Epistemologia da Geografia**. Tradução Margareth de Castro Afeche pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2. Ed. Rev. - Florianópolis: ed. UFSC, 2014.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVEIRA, R.W.D da. **FILOSOFIA, ARTE E CIÊNCIA: A PAISAGEM NA GEOGRAFIA DE ALEXANDER VON HUMBOLDT**. 2012. 472 f. tese (Doutorado em Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.: [s.n.], 2012.

SPOSITO, E.S. et al, **A Diversidade da Geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação**. 1. Ed.-Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2016.

SILVEIRA, R.W.D. VITTE, A. C. **A emergência de um novo saber geográfico: o retorno da ciência à filosofia**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 23 (1): 37-49, abr, 2011.

_____. **Debate e epistemologia na gênese da geografia moderna**. Porto: Faculdade de Letras (Universidade do Porto), Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia 6 a 9 de Outubro 2010.

VITTE, A. C. **Da teleologia da natureza ao darwinismo: mutações e possibilidades interpretativas sobre a construção da geografia física moderna**. Encontro de geógrafos de America latina, 2009.

VITTE, Antônio Carlos; RIBAS, Alexandre Domingues. **O curso de Geografia Física de Immanuel Kant (1724-1804): entre a cosmologia e a estética**. Revista Bibliográfica de Geografía Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. Vol. XIV, nº 844, pg. 1 – 12, 2009.

A GEOGRAFIA E O CONCEITO DE PAISAGEM EM ALEXANDER V. HUMBOLDT

Aladilson Magalhães Mendes

Graduado em Geografia Universidade Estadual de Goiás – Campus de Itapuranga (2016)

aladilson_mendes@hotmail.com

Danilo Cardoso Ferreira

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, Atualmente é professor substituto da Universidade Estadual de Goiás – Campus de Itapuranga, do curso de

Geografia

prof.daniloueg@gmail.com

Resumo: O objetivo desse artigo é apresentar as contribuições de Humboldt para a consolidação do conceito de paisagem na Geografia, e em especial para os estudos e compreensões da natureza. A metodologia abordada foi uma criteriosa revisão bibliográfica nos clássicos da Geografia moderna para o embasamento relacionado ao texto. Então, entender o conceito de paisagem e suas características é de fundamental importância e observar os avanços alcançados por Humboldt com seus debates, e o que essas influências contribuem com os estudos geográficos de hoje.

Palavras-chave: Geografia. Paisagem. Humboldt.

INTRODUÇÃO

Com este trabalho pretende-se observar se os geógrafos atuais estão utilizando os conceitos de paisagem na geografia em Humboldt, pois percebemos, hoje, um distanciamento nessas leituras, e isso é algo que está ocorrendo com a ciência geográfica. Por meio do projeto do PIBIC, que está sendo desenvolvido sob conceito de paisagem na geografia física moderna objetivou-se abordar se o conceito de paisagem está sendo usado como base no referencial teórico.

O artigo em questão vai analisar se o conceito de paisagem na geografia segundo a concepção de Humboldt está contribuindo com os estudiosos atuais, pois, esse tem o intuito de observar essa relação epistemológica entre estudos passados e atuais, e com isso também verificar se há uma integração do meio com o homem, pensar na integração/relação do homem com o meio, porque essa junção entre esses elementos será de suma importância para compreender a inter-relação entre esses dois representantes do conceito de paisagem.

A partir de leituras dos autores abordados no texto objetiva-se entender as contribuições epistêmicas do conceito de paisagem em Humboldt, sobre método na produção do conhecimento geográfico considerando os desafios que a ciência passou em sua trajetória no que diz respeito ao conceito de paisagem na geografia física. E em contra partida observar os avanços que esse conceito de paisagem trouxe para a geografia. Assim os pesquisadores podem analisar as obras de Humboldt como referência para seus trabalhos pois, ele é considerado o grande precursor do estudo de paisagem na geografia moderna.

Portanto problematizar essa natureza, observando, a superfície, seja ela do relevo ou da paisagem enquanto floresta, mata, etc., enfocando o homem e suas relações com essa paisagem, as transformações que esse pode fazer dentro dela. E pensar nessa relação sendo parte integrada e buscar explicações, fatos empíricos para essa nova visão sobre abordagem entre o homem/paisagem.

Diante disso, a paisagem não pode ser subentendida como uma descrição simples do ambiente externo ou interno e nem como um relato visual de algum fato isolado que tenha que buscar no método epistêmico respostas mais complexas e abrangentes. Só assim, na geografia

física, teremos uma totalidade do que a paisagem representa, com análises e pesquisas de cunho científico, buscando na gênese respostas acerca dessa ciência. Afinal, a paisagem é vista de que forma pela geografia física? Ela está sendo entendida pela geografia física moderna como um conjunto de elementos interligados em um mesmo contexto?

Com o estudo da estética em Humboldt, percebe-se que à via como a forma de observar a beleza e a harmonia da natureza, ele atribuía essa contemplação dos fenômenos que ocorrem na natureza e lhe confere um outro fator que é a descrição e a investigação que são conceitos importantes para a paisagem na Geografia. O trabalho será realizado em um primeiro momento, por meio de uma criteriosa revisão bibliográfica, com o referencial teórico necessário e em seguida um segundo momento de análises e reflexões das leituras e dos desafios e debates contemporâneos do conceito de paisagem na Geografia.

O CONCEITO DE PAISAGEM EM ALEXANDER VON HUMBOLDT

A paisagem, como objeto de estudo, destaca-se em Humboldt, considerado um dos autores que dedicou suas pesquisas a atender seus anseios enquanto pesquisador. E, no decorrer deste, objetiva-se descobrir alguns pontos de grande importância para o desenvolvimento que esse conceito tem para a geografia, a “Paisagem,” é, sem dúvida, algo que vários estudiosos buscam analisar e Humboldt, nesse campo, é um dos grandes precursores. Então levantaremos alguns pontos característicos da paisagem durante sua trajetória considerando os avanços alcançados por Humboldt com seus debates, e o que essas influências contribuem com os estudos geográficos de hoje.

As viagens que Humboldt (1907) e Goethe (1993) realizaram ao longo da história foram, sem dúvida, um marco importante para essa ciência, os chamados artistas que os acompanhavam deram uma nova roupagem para os trabalhos realizados e contribuíram para a evolução dos fatos que hoje a geografia estuda. A geografia foi construída a partir de vários fatores importantes, utilizando traços culturais e também envolvendo outras ciências como a filosofia e as técnicas da pintura, a serviço da ciência, além da sensibilidade para observar e captar o que estava sendo contemplado em todos os aspectos físicos e biológicos.

Nessa perspectiva, a metafísica também estava ligada a geografia e buscou incorporar a física e a matemática dentro de seu contexto metafísico, juntamente com a *Naturphilosophie*, originando o nascimento das categorias geográficas, espaço, região, natureza e paisagem, isso segundo as reflexões de Kant.

É no contexto da *Naturphilosophie* que se inseriu Alexander Von Humboldt um dos fundadores da geografia moderna. O projeto humboldtiano é o resultado do entrecruzamento do empirismo baconiano, das viagens de Cook, das ideias filosóficas de Kant, Fichtes, Schelling e Goethe (BOWEN, 1981; LEVINGSTONE, 1992).

Por meio desses pensadores, Humboldt levantou dados para identificar a harmonia e a beleza, mesmo sendo de formas interdependentes, ele compreendia que elas estavam ligadas e equilibradas. Humboldt tinha seus predicados como cientista explorador, artista e escritor, essas qualidades lhe foram úteis diante da sua jornada científica. Europa começou a enxergar a quantidade de dados geográficos que existiam na superfície terrestre, podendo ser trabalhada por intermédio da arte da pintura para catalogar as informações, isso seria o mesmo que materializa-la (VITTE, 2006).

Nessa visão, nota-se a passagem do tempo artístico subjetivo para um tempo real empírico dado que esses artistas retratavam em tempo real todos os aspectos da paisagem, físicos e biológicos, compreendendo os pontos visíveis e sentidos perceptíveis como luz, água, e os

contrastes do tempo. Humboldt, nos estudos da morfologia, elencou vários estudos ligados as formas, ele entendia que tudo estava entrelaçado pelo cosmos. A geografia das plantas de 1805 foi um importante feito nos estudos de Humboldt, pois lhe permitiu cruzar informações com outros estudiosos que tinham a mesma linha de raciocínio como Goethe e Schelling e, por meio dessas análises, ele pode elaborar reflexões sobre a morfologia.

Outros fatores cruciais foram as duas obras lançadas depois que os pesquisadores voltaram de suas viagens, “a geografia das plantas”, de Humboldt, produzida quando retornou da América, e “a metamorfose das plantas”, de Goethe, lançada depois de sua viagem à Itália. Este tem os mesmos fundamentos da obra de Humboldt e, ainda, um acontecimento marcante, o entendimento de que as plantas e os animais têm características morfológicas e fisiológicas. Isso constitui uma hierarquia na natureza, observando harmonicamente a vida desses seres vivos.

As próprias circunstâncias causam uma centralidade entre as plantas e os animais, isto é, eles estão em zonas horizontais ou verticais e também em climas diferentes, isso se dá na natureza, principalmente com a vegetação. Para Humboldt, a natureza, por mais que tivesse suas diversidades, deveria ser enxergada como unidade, pois as reais diferenças dos fenômenos não permitiam que tivessem separados, a natureza está ligada por meio de uma harmonia constante e transformadora, o passado e o presente estão entrelaçados e portanto, é possível estudar as partes em momentos distintos mas nem por isso podem ser separadas definitivamente, elas têm que estar sempre como unidade compondo um todo.

Ricotta (2003) considerava que para Humboldt ciência e estética eram vistas como uma forma harmoniosa, em que essas duas propostas deveriam caminhar em paralelo, considerando, na diversidade os elementos naturais que, mesmo invisível, estariam ligados. Humboldt teve influência de Schelling e dos pintores de paisagem que viajavam nas expedições, foi nesse momento que ele se viu maravilhado pela vegetação, e começou a estudá-la em comum com a ciência, unificando seus pensamentos acerca do assunto. Ele foi considerado como um cientista da Filosofia da natureza e uniu tanto a ciência quanto à natureza.

Em sua obra *Cosmos*, Humboldt (1862) demonstrou esse raciocínio e também outra importante visão que teve. Foi empirista no movimento de cartografia, no qual ele correlacionou-se à geografia das plantas para mostrar a relação entre a vida orgânica e o ambiente ao relacionar os diferentes lugares em que se situam. Sendo assim, a paisagem é móvel, está ligada ao movimento constante tanto das representações, através das pesquisas científicas, quanto das próprias mudanças pelo tempo.

A geração da paisagem é o resultado imediato da intencionalidade humana na superfície terrestre. Seja ontem ou hoje, por meios dos mais variados técnicos e científicos, a sociedade imprime sua marca no espaço que fica registrado na paisagem. Assim, a paisagem é uma representação do espaço na ciência geográfica e particularmente na geografia física, a paisagem passa a ser o sinônimo de natureza (VITTE, 2007, p.77).

Diante desse fato, a paisagem, durante toda a sua trajetória, “linha do tempo,” sempre teve um caráter polissêmico, isso pode ter uma fácil percepção de diversos pontos abordados no decorrer do texto, tendo em vista a categoria analítica da geografia física. Muitos apontamentos mostram essa complexidade, mas isso não é algo que a ciência vê como ponto de estagnação. São nesses apontamentos que os pesquisadores tentam se aproximar de um pensamento mais plausível da realidade da natureza.

A descrição e a observação devem estar ligadas com a reflexão no método da Geografia segundo Humboldt, essa proposta vai tentar buscar respostas no campo empírico e da Filosofia da Natureza, onde se analisa os campos investigativos da Geografia. A observação é o ponto essencial

para chegar a um saber, mas, não é único, ou seja, o pesquisador deve analisar as descrições e usar seus conhecimentos para chegar no plano da conquista da inteligência.

A simples acumulação das observações de detalhes sem relações entre elas, sem generalização das ideias, pode conduzir, sem dúvida, a um preconceito profundamente invertido, à persuasão de que o estudo das ciências exatas deve necessariamente frear o sentimento e diminuir os nobres prazeres da contemplação (MORAES, p. 113, 2011).

Assim, o simples fato da observação não garante ao pesquisador um pleno conhecimento, ele tem que usar dentro de sua metodologia analítica informações como, relações da diversidade passando para a individualidade e, ainda da unidade para a universalidade. Nessa perspectiva, segundo Humboldt na obra de Moraes (2011, p. 114) fala que, “É necessário distinguir entre a disposição do observador, seu estado de espírito durante a observação, e o engrandecimento ulterior do observado, que é fruto da investigação e do trabalho do pensamento”.

Partindo para um segundo momento da metodologia proposta por Humboldt, é a 2ª fase de catalogação dos materiais colhidos, ou seja, a parte teórica de suas pesquisas, onde todas as informações pesquisadas através da observação e experiências vão ser trabalhadas para se chegar a respostas sobre os objetos estudados. Nesse momento o autor nos chama a atenção para o que seria o trabalho de indução e comparação, ele enfatiza que as conexões, as relações, entre outros processos, que se dão nas concepções de Humboldt em acreditar na correspondência entre a razão e o mundo empírico, para entender a sua argumentação sobre sua proposta de método.

Moraes (2011) fala que na Geografia o termo intuição, tem o sentido de impressão da paisagem, isto é, o pesquisador, pode analisar uma paisagem num primeiro momento, pois, ele vai ter uma visão geral até então. Onde podemos atribuir a primeira impressão, e que a partir de um segundo momento vai para o campo da classificação, pois, assim, o pesquisador pode ter a condição de catalogar as informações observadas na paisagem da perspectiva do todo para o particular, e vice versa, da unicidade para o geral.

Para Humboldt o método da Geografia segundo Moraes (2011) é a contemplação da observação da paisagem, e essa por sua vez transmite ao sujeito uma sensação de intimidade com o meio, mesmo sem nos atentarmos para tal proposito, essa percepção simplesmente existe pelo fato de sermos parte integradora da natureza. Então nossos sentimentos nos dão capacidade para contemplar o objeto, de forma a entender a razão pelas vias da experiência, isso torna possível a existência da ciência. Pois, o homem deve estar dotado de sentimentos e emoções para então abstrair todas as informações de compreensão apenas com o olhar, o que Humboldt caracterizava como a apreensão estética.

Mas para Humboldt sua proposta de método vai muito além do plano das impressões subjetivas, em sua visão o pesquisador deve seguir alguns critérios para garantir êxito em seus estudos. O material empírico deve servir para que o pesquisador use a comparação e a combinação de dados da paisagem analisada para se chegar a resultados de cunho geográficos. Assim a indução é entendida como uma forma de dominar e elaborar os dados, com isso a observação é vista como algo presente levando em conta outros aspectos como, descrição e explicação individual para então compreender as conexões universais entre os fenômenos.

Em seguida Humboldt fala de entender ou comparar as informações com outras partes do globo, que vai garantir entender processos que ocorrem em diferentes partes do mundo, mas tenham correlação entre eles, esse é conhecido como método comparativo, desse modo Humboldt acredita que as relações decorrentes dos processos de observação da paisagem, que vão estar ligados com a medição e a descrição do método indutivo. Da individualidade a universalidade contempla uma escala que vai do local para o global, ou seja, estudar as partes de uma determinada área e/ou

compará-las a outras partes do planeta. Que Moraes(2011) coloca como difusa na proposta metodológica de Humboldt.

O objeto nessa visão tinha que ser entendido como unicidade, essa é a Geografia dentro do contexto. E ele entendia como uma ciência para estudar os diversos aspectos dos fenômenos buscando entender as relações entre eles, e nesse fator de estudo vai estar sendo analisado a superfície terrestre, o que vai permitir o entendimento dessas relações em diferentes partes do globo com estudos sistemáticos e de distribuição de fenômenos, que o geógrafo deve usar os critérios da observação, impressão, intuição e da indução para então chegar a unidade da área estudada em questão.

Mores (2011), fala que Humboldt não atendeu as propostas que ele colocou entre o meio e o homem, o autor retrata que a Geografia humboldiana descreve apenas à superfície da terra e que o homem aparece somente como um elemento a mais dentro da superfície terrestre. O autor também coloca que o homem se sobressai sobre os demais entes da natureza como vegetação e os animais por ser dotado de intelectualidade, e assim, Moraes relata que Humboldt não vê o homem com visão voltada para a Geografia humana, e ele se refere aos estudos de Humboldt como voltados para a natureza e a presença do homem nada mais seria que um mero participante enquanto espécie ativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim a Geografia que Humboldt propunha era a de entender o papel da natureza em duas concepções sob um mesmo ponto de vista, em um patamar de similaridade de ordem intelectual, onde dentro dessa nova ciência com todas as suas tradições e voltadas para a modernidade ele propôs que as pesquisas deveriam estar em plena sintonia com uma imagem coerente, o que justificaria o papel de uma visão científica do mundo moderno.

A grande questão que se tem na contemporaneidade, em se tratando de ciência geográfica, são os debates epistemológicos que não estão na centralidade esperada, isso acontece pelo fato de ocorrer a fragmentação do conhecimento e a dicotomia entre geografia física e geografia humana. A leitura dos grandes clássicos do conhecimento geográfico é fonte preciosa para o geógrafo, pois os fundamentos são importantes para saber de onde partir e para que lado ir. Sem um referencial é impossível realizar um bom trabalho, assim, pode-se dizer que as leituras sobre os fundamentos epistemológicos nos leva a concluir que está faltando mais leituras de base *episteme*.

A discussão na ciência geográfica sobre os debates epistemológicos se torna essenciais para construir-se como referenciais nas pesquisas e estudos geográficos, por isso, entende-se que os geógrafos necessitam voltar cada vez mais aos grandes clássicos para consolidar as novas reflexões sobre uma natureza dinâmica e uma sociedade imediatista e detentora do conhecimento e do saber, para que novas posturas sejam tomadas frente aos novos padrões e uso da natureza e do mundo. Nesse sentido, o conceito de paisagem em Humboldt e Goethe faz a diferença para as reflexões sobre a natureza na ciência geográfica, principalmente depois que a paisagem se torna uma categoria ou instrumento de análise da Geografia.

Nota-se a estética como ponto importante para a paisagem pois ela é caracterizada como a beleza dessa (imagem) e Humboldt estudava esse aspecto dentro de seu conceito em paisagem. Outro fator importante em questão é a importância que as obras de Humboldt (Geografia das Plantas) e de Goethe (A metamorfose das plantas) trouxe informações de obras escritas em viagens feitas pelos pesquisadores ao longo de suas vidas a fim de perceber as inter-relações que plantas e animais possuem uns com os outros em diversas partes do mundo. Esses estudos hoje contribuem nos campos de estudos da geografia física moderna.

Por fim, ressalta-se a importância do conhecimento estabelecido pelos grandes pensadores dessa ciência para refletirmos, a partir das teorias já construídas, sobre novas leituras de fenômenos e objetos da geografia que com um amplo campo de conhecimento entendem as relações da

sociedade e a natureza. Diante dos fatos relatados e dos avanços que percebe-se ao longo do texto valida-se como positivo as informações abstraídas sobre o conceito de paisagem na geografia física moderna, que irão contribuir com os debates e estudos da geografia atual.

REFERÊNCIAS

BOWEN, M. (1981). **Ernpiricisrn and Geographical Thought**. From Francis Bacon to Alexander von Humboldt. Cambridge: Cambridge University Press.

GOETHE, J. W. **Schriften zur botnik um wissenschaftsleher**. Munchen: Deustscher Taschenbuch Verlag, 1993.

_____, J.W. (1 993). **Doutrina dar Cores**. São Paulo: Nova Alexandria.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LIVNGSTONE. D. N. (1992). **The Geographical Tradition**. Massachusetts: Backwell.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **A gênese da geografia moderna**, 2. ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 20

RICOTTA, L. (2003). **Natureza, Ciência e Estética em Alexander von Humboldt**. Rio de Janeiro: MAUD.

SILVEIRA, R.W.D. VITTE, A. C. **A emergência de um novo saber geográfico: o retorno da ciência à filosofia**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 23 (1): 37-49, abr, 2011.

SPOSITO, E.S. et al, **A Diversidade da Geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação**. 1. ed. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2016.

VITTE, A.C. O Desenvolvimento Do Conceito De Paisagem E A Sua Inserção Na Geografia Física. Revista de geografia da UFC, vol.6, núm.11, 2007, pp.71-78, Universidade Estadual do Ceará.

_____, Antonio C. A terceira crítica kantiana e sua influência no moderno conceito de geografia física. **Geousp**, n. 19, 2006.

SOUZA, Marcelo, Lopes. **A diversidade da Geografia brasileira: Escalas e dimensões da análise e da ação**. Organizadores: Eliseu Savério Sposito.... 1 ed Rio de Janeiro, consequência Editora, 2016.

A PAISAGEM NA VIAGEM À ÍNDIA, DE CECÍLIA MEIRELES: ESPAÇO, LUGAR E TOPOFILIA

Larissa Alves de Sousa
Graduada em Geografia Licenciatura pelo Instituto de Estudos Socioambientais da
Universidade Federal de Goiás
larissaades@hotmail.com

Márcio Vinícius Pires de França
Graduado em Geografia Licenciatura pelo Instituto de Estudos Socioambientais da
Universidade Federal de Goiás
mvmarciovinicius@gmail.com

Resumo: Aquele que viaja, está disposto a conhecer novos caminhos que irão de alguma forma agregar valores e conhecimento durante e após o término da viagem. Nesta passagem, a paisagem faz parte do cenário não mais de forma estática, mas sim, interage com todos os outros elementos que irão compor a memória do viajante. Ao percorrer o universo poético de Cecília Meireles, encontramos uma poesia dos lugares e espaços experienciados composta por sentimentos topofílicos, seu olhar descritivo-interpretativo perpassa a exuberância das cores e figuras humanas que formam a identidade do oriente em *Poemas escritos na Índia*. Assim, ao estudarmos a paisagem na linguagem literária, encontramos uma forma de enriquecer os fenômenos geográficos, o olhar da poeta que se aproxima do olhar do geógrafo em uma eterna busca pelo conhecimento.

Palavras-chave: Cecília Meireles, Poesia, Viagem, Literatura.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender a relação entre Geografia e Literatura através da poesia de Cecília Benevides de Carvalho Meireles. As características essenciais para compormos este estudo vêm sendo estudadas pelos geógrafos do século XXI, em um momento que a Geografia busca aproximação com as artes literárias. Neste sentido, a poética de Cecília Meireles capta uma possível experiência humana no instante em que relaciona à paisagem, o imaginário, a percepção, os símbolos, aos seus poemas. Partindo desse pressuposto, os nossos objetivos serão traçados a partir da paisagem como categoria geográfica e o imaginário como conceito e expressão da linguagem simbólica, presentes em diversos poemas no livro *Poemas escritos na Índia* (2014).

Sobre uma necessidade de percorrer novos caminhos para interpretar a Geografia como ciência de uma forma “não geográfica”, o que os geógrafos da corrente cultural-humanista buscam, é compreender melhor as relações espaciais aplicadas nos fundamentos geográficos a partir da base fenomenológica. Há uma tríade: mundo, espaço e sujeito que compõe a existência do ser no mundo, e neste caso, a Literatura talvez seja um dos caminhos que nos levam a compreensão da espacialidade humana.

Considerando o (re)descobrimento através do olhar-poético de Cecília Meireles um novo objeto de exploração dos elementos geográficos, as suas viagens foram marcadas pelo universo de sensações que o deslocamento no espaço e tempo proporcionam ao sujeito. As suas experiências como viajante evidenciam seu olhar sobre o mundo contemporâneo, seu amor pelas viagens rumo ao desconhecido e a relação que estabelecia com os lugares.

O estudo será desenvolvido considerando o olhar geográfico e a linguagem literária, ciência e arte que se cruzam pela ultrapassagem contemporânea das fronteiras entre os saberes, tal qual sua importância subjetiva e reflexiva sobre a existência humana e a paisagem. Para assim, pensá-la para

além de suas objetividades morfológicas no sentido de identificá-la na percepção poética em *Poemas escritos na Índia* (2014), ampliando a visão ao imaginário poético como forma de descrever uma representação possível da realidade.

A PAISAGEM NA POÉTICA DE CECÍLIA MEIRELES E SUA RELAÇÃO COM A GEOGRAFIA

De acordo com Holzer (1998), o termo paisagem surge no ocidente, com o Renascimento, neste contexto a paisagem era dedicada às atividades artísticas, as pinturas em cavaletes eram uma forma comum de expressar a paisagem. Contudo, não havia discussões sobre este tema e nem preocupações específicas para uma investigação mais profunda a respeito de um possível conceito.

No final do século XIX e início do século XX, houve um processo instigante em transformar a paisagem em um objeto de pesquisa acadêmica, Holzer (1998, p. 52) diz que “[...] mas, tanto os alemães quanto os franceses, os pioneiros da geografia acadêmica, optaram por falar em “paisagem” a fim de conceituá-la, tornando-a objeto de estudo científico, não só das Artes, como em outras áreas do conhecimento: Geografia, Arquitetura e História.

Desde então, a paisagem, é um dos conceitos-chave que mais tem se resignificado no que tange os saberes da Geografia, talvez seja por isso que os geógrafos culturais e humanistas estão recorrendo à discussão sobre este conceito com outras áreas do conhecimento a partir da interdisciplinaridade, no qual a experiência desta relação seja neste estudo, o fio condutor da análise geográfica e linguagem literária nos poemas de Cecília Meireles. Holzer (1998, p. 59-60), afirma que:

Existiram então, dois modos distintos e interrelacionados de se usar o termo paisagem: uma representação artística e literária do mundo visível, do cenário, (scenery), visto pelo espectador; uma verificação e análise empírica, através de métodos científicos, da integração de fenômenos naturais e humanos em uma porção delimitada da superfície terrestre. Estes dois modos seriam integrados pelos estudos geográficos recentes sobre a paisagem. (HOLZER, p. 59-60)

Deste modo, a paisagem está para além do olhar estético da imagem, apresenta-se uma dualidade entre a percepção e a materialidade do espaço, acerca do sujeito que a observa e constitui uma experiência humana individual. Para os geógrafos culturais e humanistas, compete então analisar a paisagem carregada de símbolos, não apenas atribuindo a imagem como propriedade de um dos elementos que constituem a paisagem, mas compreendê-la em sua totalidade.

A Geografia Cultural surgiu em meados de 1920 por geógrafos ingleses como Carl Ortwin Sauer (1889-1975), desde então, a evolução destes estudos sofreu declínios nas décadas de 1930 até nos idos dos anos 1960, retomando as pesquisas desta vez com o importante geógrafo Denis Cosgrove (1948-2008). Assim, os estudos sobre a geografia cultural foram retomados a partir de 1980 e 1990, com geógrafos de diferentes países, incluindo o Brasil. (CORRÊA; ROSENDAHL, 2012, p. 9).

Sobre o conceito de paisagem nesta abordagem geográfica, ela estaria diretamente associada aos estudos sobre a cultura, entende-se que “[...] a cultura é um fator essencial de diferenciação social.” (CLAVAL, 2007, p. 14). De modo que, as relações sociais interagindo com o lugar, acarretam em uma linguagem cultural sendo extremamente útil para o entendimento dos problemas atuais. (CLAVAL, 2007).

Os estudos sobre Geografia e Literatura contribuem para enriquecer os saberes geográficos, sobretudo, utilizando o conceito de paisagem, e como na linguagem literária esse conceito geográfico está inserido de forma implícita e/ou explícita. Assim, Corrêa e Rosendhal (1998, p. 15)

afirmam que “[...] a Geografia assume responsabilidade pelo estudo de áreas porque existe a curiosidade comum acerca desse assunto”.

A paisagem poética pressupõe valores se levarmos em conta a experiência que o leitor constrói a partir da obra, perpassando sua experiência com o mundo vivido, para Dardel (2011) as relações humanas com as paisagens, espaços, e lugares são chamados de geograficidade, seria “[...] essa relação completa que liga o homem à Terra” (DARDEL, 2011, p. 2).

Neste caminho, a paisagem de Cecília Meireles é pensada além da materialidade do espaço, considerando também os significados que a constitui, Bachelard (2009) explica que as imagens são o germe da poesia e do mundo imaginante, deste modo, para compreendermos a relação entre a poeta e sua imagem é necessário estabelecer uma aproximação entre nós, leitores de sua poesia, com a consciência criadora da poeta a partir das suas imagens.

A fenomenologia das imagens poéticas, segundo Bachelard (2009, p. 4) é “[...] tentar restituir no leitor a ação inovadora da linguagem poética”. O devaneio poético meireliano através de uma relação profunda em sua viagem intimista, que impulsiona os sentidos do leitor àquela imagem descrita no poema. Para os estudos da fenomenologia o devaneio, é um instrumento de compreensão da subjetividade das imagens, como um método que auxilia no processo de concepção do ato criativo.

Meireles (2014) percorreu a Índia em uma paisagem cheia de sabores, cores, odores, emoções e sentimentos, mesmo lançando um olhar estrangeiro a autora não se furta ao observar de modo afetivo àquele lugar, como no poema *Cidade seca* em que Meireles (2014) retrata a escassez de chuva, a falta de água como símbolo de uma vida difícil e de terra infértil, uma luta diária pela sobrevivência:

(...)

Chuva nenhuma, jamais. Os rios de outrora – vales de poeira.
E quem olha?

Ainda rósea, e crespa de inscrições, de arcos, pórticos, varandas,
A cidade admirável é um cravo seco na mão do sol reclinado.
Do sol que ainda a beija, antes de morrer, também. (MEIRELES, 2014, p. 43).

“E quem olha?” quem se atreve a olhar o rio que antes estava cheio e agora se transforma em poeira? Há a ausência da figura humana na descrição do poema, nota-se apenas a observação por coisas que fazem parte da “cidade admirável” – mas admirada por quem? –, Prado (2011, p. 63) afirma que a cidade “[...] é representada, aqui, pelo cravo, algo frágil e de existência efêmera como a maioria das flores”. O “cravo seco na mão do sol reclinado” se diferencia da rosa e aqui ele se encontra ainda mais fragilizado pelo fato de estar exposto a intensidade da luz solar. Na última frase do poema, a cidade é “do sol que ainda a beija” no entardecer, como uma metáfora o sol se despede da cidade aos poucos até que, fazendo parte do ciclo da existência, um dia também irá morrer.

Tuan (1980) afirma que a “[...] topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal” (TUAN, 1980 p. 4). Assim, Tuan (1980) em seus estudos sobre a percepção da paisagem, nos mostra que o sentido é a base para a compreensão de *atitude, valor e visão de mundo*. Conclui que:

O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos outros sentidos. Os olhos exploram o campo visual [...] mas o gosto do limão, a textura de uma pele quente, e o som do farfalhar das folhas nos atingem como sensações. (TUAN, 1980, p. 12).

Meireles (2014) mergulhou na cultura indiana e essa experiência com o mundo oriental, permitiu-lhe conhecimentos profundos sobre o pensamento filosófico-religioso tanto hinduísta

quanto budista. Em diversos poemas, a paisagem indiana é retratada com o seu olhar poético e capta a essência da imagem e os demais elementos que a compõe, aproximando-se ao olhar do geógrafo, razão pela qual faz a sua poesia ser o objeto de estudo deste trabalho. A paisagem da Índia é retratada no poema *Tarde amarela e azul* que poderia ser porta de entrada para aqueles que buscam na linguagem literária, a paisagem geográfica:

VIAJO entre poços cavados na terra seca.
Na amarela terra seca.
Poços e poços de um lado e de outro.
Sáris amarelos e azuis,
homens envoltos em velhos panos amarelados,
crianças morenas e dóceis;
tudo se mistura aos veneráveis bois
que sobem e descem em redor dos poços.
(...) (MEIRELES. 2014, p. 41-2).

Percebe-se o olhar poético sobre os tipos humanos da Índia, país este que elevou sua espiritualidade a um alto nível de compreensão da vida humana. Na primeira estrofe, em que “Na amarela terra seca. / Poços e poços de um lado e de outro.” o sentido da percepção visual da poeta aponta características da paisagem indiana, a “terra seca” e ao mesmo tempo em que expressa o estilo de vida indiano, sob aspectos filosóficos, religiosos e culturais do oriente.

A referência nos versos “crianças morenas e dóceis / tudo se mistura aos veneráveis bois” nos faz pensar que a poeta tem um sentimento fraterno pelos sujeitos, – sobretudo, nas crianças indianas –, e a cor tem um poder de comunicação na cultura indiana que molda a paisagem cotidiana em uma experiência cromática. Damasceno (1975, p. 21) afirma que “[...] os bois são animais sagrados na Índia.”. E representam uma imagem divina e circulam nas ruas como animais domésticos, sendo assim, símbolo deste lugar.

As paisagens encontradas na obra meireliana, são frutos de sua sensibilidade e de relação única com o lugar, esse vínculo afetivo estabelecido por suas viagens rumo ao desconhecido, nos aproxima de uma cumplicidade “obrigatória” do ser no mundo, expressa, sobretudo, na leitura da paisagem de forma poética. Para o geógrafo Marandola Jr (2010) o encontro com a linguagem literária é “[...] buscar os traços essenciais da experiência geográfica do mundo. Mas, ao invés de carregar para dentro da literatura conceitos geográficos, trazer da experiência do mundo narradas na pena do escritor, sentidos para a Geografia” (MARANDOLA JR, 2010, p. 26).

O OLHAR GEOGRÁFICO EM CECÍLIA MEIRELES: (RE)DESCOBRINDO A EXPERIÊNCIA DA VIAGEM E NO IMAGINÁRIO

Cada vez que observamos a paisagem, reagimos de maneira diferente, somos influenciados pelos nossos sentimentos e cada indivíduo possui uma visão única e particular que interfere o nosso comportamento contemplativo à paisagem, é o que Tuan (1980) faz referência a um estender-se para o mundo.

Ao descortinarmos os horizontes da Geografia e da Literatura, entendemos que não há como estudarmos a paisagem na obra literária meireliana, sem referenciar o lugar como um dos conceitos geográficos resignificados pela vertente humanista, haja vista que o lugar é um dos vários elementos que compõe a paisagem e que neste estudo está atrelado as experiências vivenciadas pela poeta. A obra poética meireliana tem uma relação marcante com a paisagem, os espaços e lugares que percorreu como viajante possui história e se possui história, os elementos vinculados a eles perpassam o espaço existencial e se constitui no imaginário.

O tema viagem torna-se um símbolo na trajetória poética da autora e estudá-lo aqui é buscar os fragmentos e as possibilidades de elementos geográficos que nele contém, são inúmeras as experiências que Cecília Meireles viveu como sujeito e transmutou para o pensamento poético. E nessa dimensão poética, as viagens feitas por ela constituem possibilidades interpretativas aos estudos científicos da Geografia Cultural e Humanista.

Por essas experiências de viagens, faz-se necessário pensar em como a imagem é recriada pelo poeta, para o filósofo Bachelard (1993, p. 184) o “[...] poeta não me confia o passado de sua imagem e no entanto sua imagem se enraíza, de imediato, em mim.”. Descrivê-la na linguagem poética é, sobretudo, representar uma possível realidade para além da linguagem. Por este caminho, a paisagem é fruto de uma experiência humana, muito mais complexa e envolve uma dimensão imaginária.

A viagem como experiência concreta resignifica o espaço e lugar, não vemos em sua obra poética uma mera relação de funcionalidade dos lugares e espaços experienciados, a viagem torna-se então, símbolo da sua experiência no mundo vivido, evidenciado a partir de sua criação poética. A reflexão sobre a experiência humana e as realidades diferentes são encontradas em uma viagem no imaginário e no real, como forma de sempre (re)conhecer o outro a partir do seu ser. Conforme afirma Ianni (2003, p. 30):

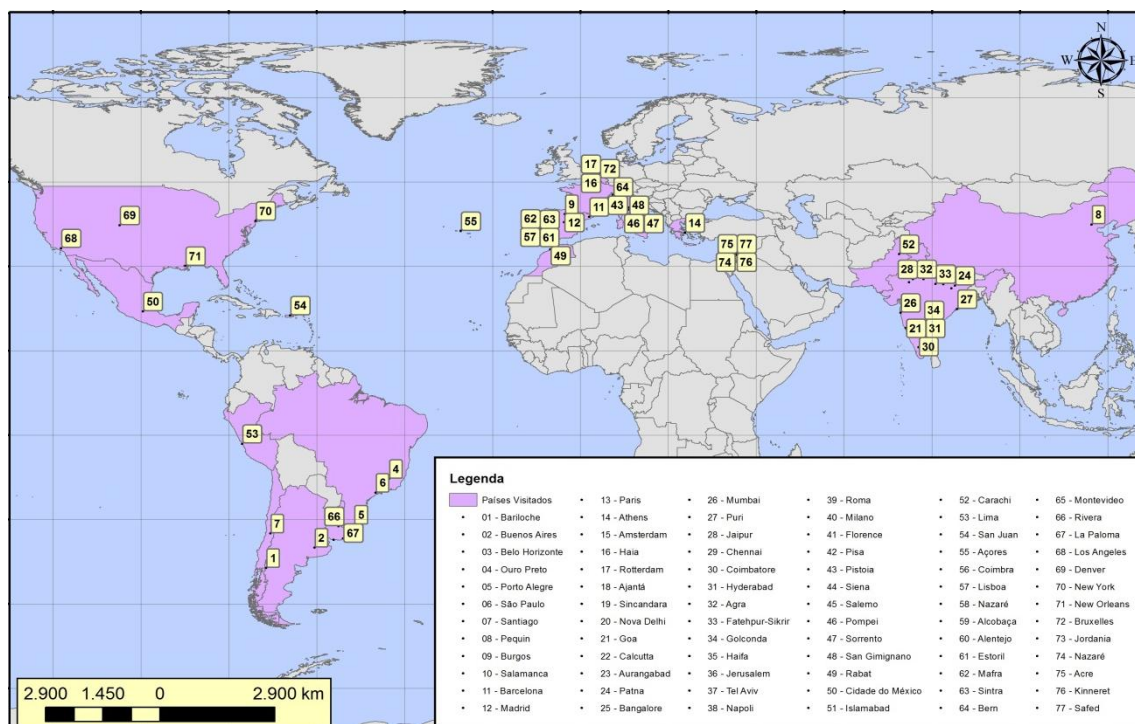
Quem viaja larga muita coisa na estrada. Além do que larga na partida, larga na travessia. À medida que caminha, despoja-se. Quanto mais descortina o novo, desconhecido, exótico ou surpreendente, mais liberta-se de si, do seu passado, do seu modo de ser, hábitos, vícios, convicções, certeza. Pode abrir-se cada vez mais para o desconhecido, à medida que mergulha no desconhecido. No limite, o viajante despoja-se, liberta-se e abre-se, como no alvorecer: caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar.

A experiência da poeta com a paisagem é um elemento simbólico relacionado diretamente a temática de sua obra poética, enquanto sujeito que se desloca espacialmente e nessa trajetória observa a paisagem através das viagens. Sua escala é o mundo, as imagens do mundo concreto como uso da expressão poética, faz a viagem elevar-se profundamente à experiência humana.

Ao deslocar-se de um lugar ao outro, as impressões da viagem são pautadas pelo imaginário. A paisagem dos lugares possibilita que a nossa imaginação busque no passado da imagem o que a nossa percepção visual não alcança, no sentido de capturar e compreender o que aquela imagem representou para os sujeitos de outrora. E de toda viagem imaginária, a sensibilidade é um dos elementos que compõem o campo “invisível” das coisas. Nessa travessia poética, a viagem como símbolo une a linguagem poética ao olhar do geógrafo.

Em toda viagem, descobre-se algo que irá acrescer valores a nossa experiência de mundo vivido e viajar no imaginário permite-nos percorrer entre o conhecido e o desconhecido. De toda forma, a viagem torna-se um desprender-se de sua raiz e nos convida a uma reflexão diante de nós e do outro. A fim de demonstrar a importância do tema *viagem* em sua criação literária, criamos um mapa temático que dialoga com as poesias dedicadas aos lugares visitados. Países e cidades que encantaram os olhos de Cecília Meireles, e que ela retribuiu de forma afetuosa com registros valiosos no universo de sua poesia.

Figura 1: Lugares visitados por Cecília Meireles



FINAIS

O presente estudo buscou analisar a obra poética de Cecília Meireles, a partir de seu livro *Poemas escritos na Índia* (2014) a fim de encontrar uma possível relação entre paisagem e topofilia em sua criação literária a partir de suas viagens, no sentido de enriquecer os estudos geográficos das abordagens cultural e humanista. De modo que, os estudos foram traçados de forma interdisciplinar. Da mesma forma em que buscamos o sentido de geograficidade neste estudo, sobre a existência do sujeito no mundo vivido, sobretudo, nas relações de afetividade com as diferentes culturas, espaços e lugares experienciados.

Concluimos que a sua forma singular de ver o mundo fora fundamental para compreendermos a temática da viagem em sua expressão poética, universalizada. As paisagens em seus poemas são uma forma de apreender com um novo olhar os fenômenos geográficos e como ela resignifica o espaço e o lugar. Ter contato com a Literatura é percorrer novos caminhos e sensações que agregam conhecimentos aos fenômenos geográficos. E, sobretudo, na obra poética meireliana que desperta emoções e sensações sobre suas paisagens literárias, pois, através dela elevamos o que chamamos de realidade geográfica dos espaços vividos, sobre profundas transformações, tão importantes quanto os conceitos que abrangem a Geografia como ciência.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução: Antonio da Costa Leal; Lúcia do Valle Santos Leal. São Paulo. Martins Fontes, 1993.

_____. **A poética do devaneio**. Tradução. Antonio de Pádua Danesi São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural:** uma antologia. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra:** natureza da realidade geográfica. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011.

DAMASCENO, Darcy. **Cecília Meireles – seleta em prosa e verso.** Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio. 1975. 207p.

HOLZER, Werther. **Um Estudo Fenomenológico da Paisagem e do Lugar:** A Crônica dos Viajantes do Brasil do século XVI. 1998. 257 fls. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 1998.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARANDOLA JR., Eduardo. Geograficidades vigentes pela literatura. In: SILVA, Maria A. da; SILVA, Harlan R. Ferreira da (orgs.) – **Geografia, literatura e arte:** reflexões. EDUFBA, Salvador, Bahia: (2010). p. 21-32.

PRADO, Erion Marcos do. **Os rastros da viagem à Índia na Poética de Cecília Meireles.** Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2011.

_____. **Poemas escritos na Índia.** 2ª ed. São Paulo. Global, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

A PRAÇA, ESPAÇOS VAZIOS E OCUPADOS NO CONTEXTO DA CIDADE DE ITUMBIARA – GO

Jussara Martins Rodrigues
Mestranda em Geografia UFG – Catalão – GO
jussaramartinsfabiano@yahoo.com.br

João Donizete Lima
Doutor em Geografia UFG – Catalão – GO
donizeteufg@gmail.com

Joseane Aparecida Duarte
Mestranda em Geografia UFG – Catalão – GO
joseanesanitarista@yahoo.com.br

Resumo: A expansão comercial tem se revelado na atualidade uma forma de ocupação predatória para o ser humano, na qual a realidade urbana se reestrutura em uma nova problemática espacial. Desta feita, esta análise se pauta pela avaliação da conjuntura bilateral: vazio/ocupado nas cidades voltadas para a latente modernização do interior de Goiás. Isso pois que ao avaliar a definição de ocupação destes espaços e a contraposição desta com a definição de centro urbano, permite a compreensão do valor dado a ocupação nas cidades do interior de Goiás e o que esta ocupação representa para a população e sua cultura. Tal análise busca compreender a lógica das ocupações das praças centrais da cidade de Itumbiara – GO e, neste contexto, busca a compreensão das relações sociais nas pequenas cidades em contraponto com os centros urbanos.

Palavras-chave: Praças. Interação. Espaço. Cultura. Contexto Social.

Introdução

Os estudos acerca dos espaços públicos, em especial as praças, tem se edificado sobre os pilares da arquitetura, da história e da geografia como uma confluência de elaborações multifacetadas que tentam, sumariamente, convergir para uma justificativa do uso do espaço de forma subjetiva. As análises buscam avaliar o impacto das pessoas sobre o espaço e o valor material deste sobre o contexto citadino no qual estão inseridos: pessoas e praças. A elaboração/construção de uma praça consiste em uma edificação para a qual convergem subjetividade e objetividade em ténue equilíbrio que busca replicar nesta edificação os objetivos da urbanização em camadas que ocorre na formação típica das cidades. Desta forma é preciso buscar a compreensão do que sejam os papéis destes locais nas cidades e qual a elaboração que se tem acerca do que sejam as noções de vazio e ocupado para tais espaços, suas funções sociais, comerciais e culturais.

A função do passado na acepção das cidades brasileiras tem sido modificada ao longo da formação do país e reflete uma mudança nos valores sociais que até o momento eram responsáveis pela formulação das cidades no Brasil, país de: “cidades novas” para Abreu (2011. p. 21) que seguem se modernizando e re-modernizando ao longo de suas histórias, tendo sua preservação apenas sistematizada quando não há recursos para a modernidade ululante que parece fomentar as vertentes edificadoras de governantes e governados. Destarte faz-se necessária a análise das praças como resquícios desta identidade vilipendiada, pois

Independente do que estaria por trás desse movimento de preservação da herança (histórica ou construída) do passado, uma coisa se nos afigura como essencial: a

“memória urbana” é hoje um elemento fundamental da constituição da identidade de um lugar (Abreu, 2011, p. 23)

No que tange a avaliação dos espaços vazios, há que avaliar qual a definição deste vazio para a cidade e até em que ponto o vazio concreto da praça se constitui enquanto vazio efetivo. Quais as facetas de ocupação que transcendem a subjetividade que a praça congrega e como a replicação que tais espaços, largamente utilizada no processo de edificação das cidades no interior do Brasil, se configura como uma replicação de poder na ocupação territorial. É nessa avaliação macro que se cruzam as observações de Ana Fani Alessandri Carlos e sua análise em Da “Organização” à “Produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico (2011), Maurício Abreu com Sobre a memória das cidades (2011); e Paulo Cesar da Costa Gomes em Geografia e Modernidade (1996) – textos convergentes para a formação citadina e que são avaliados sob o aspecto replicador empregado na ocupação territorial urbana no interior do Brasil.

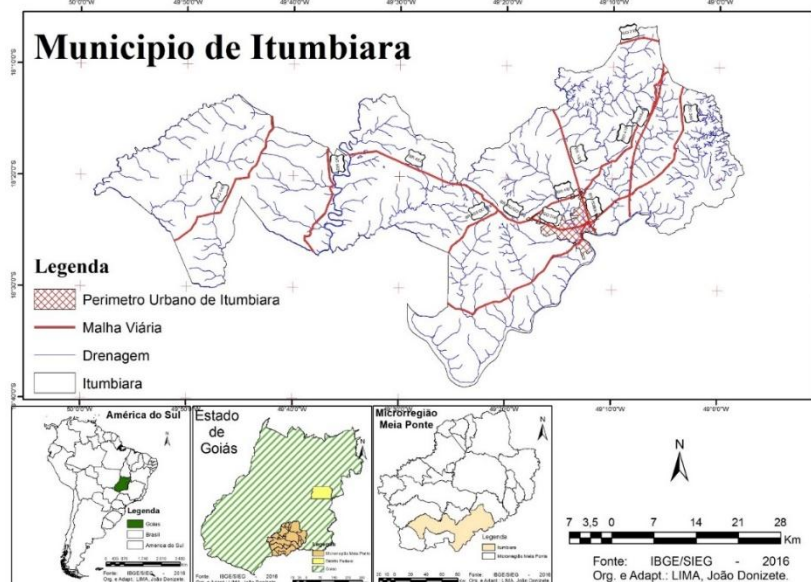
Em Vidal (1921 apud GOMES, 1996) há a colocação de que “uma região é um reservatório onde dormem energias das quais a natureza depositou o germe”, o que confere a “potência” do lugar em ser espaço para a edificação, mas a transformação da potência em ação depende da vontade/ necessidade do homem em ocupar este lugar, imprimindo nele as transformações que este homem carrega em sua memória individual e, posteriormente – com a edificação da cidade e suas relações sociais, culturais e comerciais – constituirão a memória e a história do local ocupado; influenciando de formas tanto objetivas quanto subjetivas nas relações da população com o espaço da praça.

É nesta perspectiva que este trabalho analisou a relação das praças e o espaço que elas representam enquanto espaços vazios ou ocupados debruçando-se na análise desta relação de nas praças Sebastião Xavier, Praça da República e Praça da Bandeira da cidade de Itumbiara – GO. Trabalhar com a percepção cultural/social/econômica de praças no interior de Goiás iniciou-se com material teórico comparativo, haja vista que os maiores estudos destas áreas são voltados para os grandes centros urbanos como bem o faz Carlos ou Abreu em seus escritos acerca da ocupação e memória urbanos. Para tal paralelo, a metodologia de pesquisa buscou os fundamentos teóricos em um primeiro momento; elencou informações históricas e geográficas dos espaços estudados por fotos. A pesquisa etnográfica proporcionou a reflexão acerca do espaço observado.

Praças em Itumbiara – GO e a memória da cidade

Itumbiara se localiza na Macrorregião do Meio Sul, extremo Sul de Goiás. A cidade tem grande relevância para o entorno e suas cidades limítrofes tais como Araporã, Panamá e Cachoeira Dourada, sendo a cidade mais populosa da microrregião e a décima primeira do estado, segundo dados do IBGE 2016. Sua localização propicia trocas tanto com o triângulo mineiro, cidade de Uberlândia, usualmente considerada referência para Itumbiara – GO; quanto com a capital goiana, Goiânia; ambas detentoras de subsídios culturais, educacionais e comerciais que aliciam cidadãos itumbiarense todos os anos.

Figura 1 – Município de Itumbiara na Macrorregião do Meia Ponte, 2016



As reflexões acerca da memória das cidades se pauta em sua história e cultura, mas pode ser evidenciada sobretudo no estudo da geografia das cidades. Como Itumbiara nasce no século XIX esta é considerada, assim como considera Abreu (1998) as cidades do Brasil, uma cidade nova. Tal característica faz de Itumbiara terreno fértil para a aplicação de projetos de intervenção no espaço urbano que privilegiem a modernização latente que busca aproximar o interior dos grandes centros, conferindo às cidades do interior do Brasil um aspecto de imagem em miniatura de estruturas e ocupações territoriais aplicadas às metrópoles brasileiras.

A ocupação do território itumbiarense segue, a priori, o mesmo *modus operandi* da ocupação de todo o espaço do território goiano que – por sua vez – replica a ocupação desenvolvida na colonização do Brasil. Esta forma de ocupação evidencia que: para a edificação da cidade é o estudo ambiental da área a ser ocupada um fator sedimentador da estratificação social; e esta prática não é nova ou exclusiva, mas antiga e aplicada em várias escalas.

Assim a construção da Praça da Bandeira em Itumbiara se pauta na necessidade de elaboração de um espaço para o qual convergissem os poderes básicos da cidade, quando de sua fundação. E nesta construção foram erguidos portentos que representam em sua explicitação mais objetiva a lei e a religião; fatores dicotômicos que sustentam e alimentam dois outros pontos tácitos na formação de zonas urbanas: o capital e a cultura.

“Desde o século XIX que se descobriu que a imagem urbana é uma mercadoria, que ela pode ser mercantilizada e pode dar grandes lucros, notadamente com o turismo” conforme salienta 1993, Kearns e Philo apud Abreu 2011. Desta forma a edificação da praça central de Itumbiara nas imediações do Rio Paranaíba e próximo à ponte que ligava (e ainda hoje liga) os estados de Minas Gerais e Goiás, transcende a visão bucólica e se configura como um posicionamento estratégico para o escoamento dos bens que seriam comercializados à época das expedições da capital do país aos rincões do Centro Oeste. Nesta leitura geográfica da escolha dos espaços percebe-se a elaboração de uma cidade a partir do ponto favorável a sua expansão, sob a ótica da construção do viver solidário que em Santos (1994) consiste na obrigação social do viver junto. Assim a praça surge como centro de convivência social, política e econômica que fornecerá para esta nova cidade os subsídios para a construção da memória coletiva da mesma através da transformação deste espaço.

Na formação da cidade o que pode ser percebido é uma reprodução em menor escala da ocupação dos grandes centros brasileiros. Tal comparação pode ser percebida na leitura das figuras 2 e 3 quando a percepção do espaço nos mostra que nos dois exemplos é à partir da praça central que se desenrolam as ocupações setoriais das cidades desde a colonização portuguesa, repetindo assim, o modelo de ocupação territorial conhecido pelos portugueses e aplicado à Lisboa.

Figura 2 – Mapa de Lisboa, 2010 in <https://www.disfrutalisboa.com/barrios>

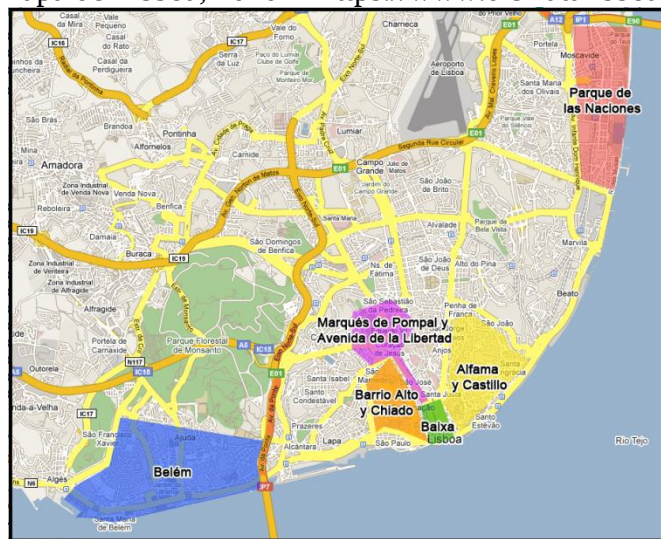


Figura 3 – Mapa do Centro de Itumbiara, 2016.in <https://www.google.com.br/maps/dir/Praça+da+República>



Desta forma é a construção da memória coletiva proposta em Abreu manifestada nas praças do interior do estado de Goiás. Proveniente da proposta dos colonizadores e, mesmo com a modificação que ocorre nos grupos sociais, esta perpassa o espaço subjetivo e se reproduz no espaço concreto. Tal ação ocorre, pois a construção do local não ocorre apenas pelas impressões locais, mas por uma gama de fatores que colaboram para sua singularidade.

Assim, a História de um lugar não pode se ater apenas aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação humana. Isso não pode ser feito, entretanto, às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização. (ABREU, 2011, p. 30)

Para além da reprodução física o que se vê nas escolhas da alocação das praças de Itumbiara é a reprodução de um modelo que passa a se propagar para as Praças Sebastião Xavier e Praça da Bandeira na clara repetição de um modelo de expansão territorial.

A ocupação do espaço no interior de Goiás

A maioria dos espaços ocupados no perímetro urbano nas cidades do interior de Goiás segue a lógica praça – expansão, mas é interessante notar que com o crescimento das cidades esta forma se multiplica de várias formas dentro da própria cidade. São muitos os casos em que o poder público determina a direção de crescimento abrindo loteamentos e dentro destes já estabelecendo o espaço da praça como centro do empreendimento. Nestas condições a população, alimentada pela memória coletiva construída em sua ocupação primeira, vê com naturalidade o valor mais expressivo dos terrenos no entorno da praça.

Mesmo que seus estudos se voltem para grandes metrópoles, é com base na constatação que a cidade do interior, no afã de modernizar-se e ser incluída no contexto de progresso e status da grande capital, imbuída do ideário capitalista que rege as relações de troca e poder entre o interior e os centros urbanos; que a leitura do texto de Carlos se aproxima desta pesquisa. Considerando-se ainda o fator referencial, segundo o qual na escala de referências subjacentes cidades estabelecem relações comparativas no que tange às suas percepções limítrofes.

Partir a formulação da cidade da praça repetindo estas estruturas, consiste em um meio de consolidar as estratificações sociais e comerciais. O estudo ambiental para implantação das praças não se restringe à fauna e flora, antes disso, é um modo de determinar o melhor fluxo de recursos e acessos que serão ímpares para o desenvolvimento urbano.

Considerada em sua totalidade, a acumulação tende a produzir uma racionalidade homogeneizante, inerente ao processo que se realiza produzindo não só objetos/mercadorias, mas também a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores. Desse modo, a vida cotidiana se apresenta tendencialmente invadida por um sistema regulador em todos os níveis, concretizada no espaço com norma – ditos interditos – que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-as a formas abstratas, autonomizando as esferas da vida e, como consequência, dissipando a consciência espacial. (CARLOS, 2011. p. 65)

O interior de Goiás é então reflexo dessa homogeneização que se repete cidade após cidade, bairro após bairro perpetuando uma esta ideia do espaço/mercadoria na qual a praça serve como elemento balizador das relações sociais. Neste âmbito o centro da cidade que congrega as relações comerciais e os valores mais altos para o metro quadrado que se valoriza ainda mais quando são empregadas políticas de valorização estética destes locais.

Em um primeiro momento esta percepção traz para a pesquisa que a valorização se daria, portanto apenas no centro da cidade. Entretanto como este processo de reprodução vai se replicando na cidade enquanto o macrocosmo estudado; reconstruindo - neste processo - microcosmos da sua ocupação. A que se perceber então a representatividade do público na praça, desta forma, configurada como local de voz do povo; explicitado no poema de Castro Alves: “A praça é do povo, como o céu é do condor”; verso que retoma a síntese da praça como Ágora, local de debate e reflexão.

Entretanto há que se avaliar que a ocupação de Goiás não foi discutida, foi executada. Nesta acepção o espaço é compreendido, neste modelo da expansão para o Centro Oeste, como uma obra inerente a necessidade de civilizar, nas palavras de Carlos (2015) “a produção do espaço, como construção social é condição imanente da produção humana ao mesmo tempo que é seu produto”; desta forma a criação deste elemento palpável é uma representação social impalpável daqueles/

daquilo; que a edificam. Nada mais pertinente para este local que a definição do título de outra obra de Carlos (2015) A cidade como negócio. Neste texto, no qual a autora trabalha a capitalização imobiliária da pobreza;

O espaço é entendido não mais apenas como matéria prima e meio de produção, mas como produto possuidor de valor e que se valoriza segundo dinâmicas propriamente urbanas/ espaciais e financeiras, as quais marcam uma fragmentação ainda maior do espaço e instituem novos mecanismos tanto de espoliação quanto de integração precária dos pobres ao urbano CARLOS (2015, p. 11).

Assim um leitor que se prenda à análise da geografia para determinados espaços, pode não compreender que a autora aplica uma definição de apropriação que leva à leituras tanto da metrópole quanto das demais cidades que reproduzem o sistema metropolitano de ocupação espacial. De forma mais clara: não nos interessa engessar a percepção do espaço em Carlos, mas – outrossim, compreender que a colocação de que o espaço é possuidor de valor e determinante na estratificação social; se aplica a qualquer cidade brasileira que repita os modelos de ocupação.

A praça e seu vazio referto

A elaboração do espaço da praça, em especial o espaço das praças aqui estudadas e que compõem o centro histórico da cidade de Itumbiara; erigi o debate acerca de qual a pretensão com tal ação. Sendo a praça espaço do povo e para o povo, sua reforma/restauração não pode abster-se da consulta à vontade do povo que usa em todos os sentidos este local; que transita de praça em praça, que trabalha ou vive nas praças aqui mencionadas.

Entretanto a principal necessidade explicitada na reforma em curso é “encher” o espaço tido como vazio. Neste pressuposto a praça é espaço vazio de obras e materiais táteis, palpáveis que são tão caros apenas a determinada parcela da população. Na verdade a praça é referta de significados imateriais e impalpáveis que transitam no espaço da história, da cultura e da memória impregnadas na geografia do centro histórico que as constitui, constituindo assim parcela singular na formação do caráter dos indivíduos por constituir elemento coletivo que imprime leituras particulares a cada cidadão que deste espaço usufrui; o que é retomado em Carlos (2007)

O tema da revitalização urbana aponta um modo de pensar praticamente a cidade, isto é, a cidade enquanto prática sócio-espacial, o que coloca desafios. Em primeiro lugar, a intervenção nos “lugares da metrópole”, através de processos de revitalização/requalificação, aponta uma relação complexa entre o Estado e o espaço, na medida em que, não se pode esquecer, o poder político tem possibilidade de intervir, permitir ou coordenar a intervenção no espaço, como é que ocorre no caso das revitalizações. Como já foi visto, esta também trata-se de uma ação que se realiza produzindo contradições. O estágio atual do processo de reprodução do espaço da metrópole nos coloca diante da necessidade de planejar a revitalização/reestruturação de lugares, não importando sua dimensão, o que nos remete ao ato de “planejar espaços”. Cabe, portanto, questionar sobre quais seriam as implicações deste fato. (CARLOS, 2007 p. 87)

É nesta leitura que se compreende a razão imaterial destes espaços urbanos, muito mais que espaços vazios suscetíveis a construções ou intervenções que possibilitem mais comércio, mais lucro; as praças são espaços de vida cotidiana que estabelece o sentido de pertencimento a medida em que comporta histórias de vida independente do tamanho que este espaço tenha.

Seja nos poemas de Castro Alves seja na leitura metropolitana de Carlos o sentido da praça permanece o mesmo: espaço popular coletivo que, para além da manutenção de pretensão espaço

verde no coração das cidades que preserva espécimes da fauna local, é espaço humano e como posto é espaço de vida que não pode ser extirpada da cidade a fim de dar lugar ao comércio.

As alterações nas praças com o intuito de revitalização perpassam, segundo Carlos (2007), pela potencialização e alteração não apenas do espaço material, mas de todo o contexto imaterial que o espaço da praça congrega. Assim a proposta não acrescenta sentido à vida cotidiana quando destrói os símbolos e muda as relações de uso do espaço relegando o espaço coletivo da praça apenas ao uso de uma minoria que passa a ter poder sobre ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As modificações empreendidas nas praças do centro histórico de Itumbiara – GO desencadearam profundos questionamentos acerca de qual o direcionamento que é dado às perspectivas sócio – culturais – espaciais no contexto itumbiarenses. A modificação do espaço desprovida da avaliação do impacto de tais obras no contexto material e imaterial da cidade, revela ruídos entre a necessidade coletiva e a ação administrativa que eclodem em problemas cruciais para o desenvolvimento amplamente sustentável da cidade; revelando a ausência de políticas públicas que tenham como foco o bem estar do cidadão tanto em seu caráter objetivo quanto subjetivo.

A reconstrução das praças não contempla a assistência social necessária aos moradores que lá habitavam, não prospectou o uso do espaço para a economia informal preexistente ou avaliou o impacto ambiental direcionado aos usuários da praça; tais ações acabaram desencadeando mudanças substanciais na cultura local com a alteração das festas religiosas, o acesso irrestrito a igreja matriz — além de desencadear a migração dos sem teto criando uma nova dinâmica de ocupação da cidade. O impacto mais amplo poderá ser percebido ao final da reforma, mas a alteração efetuada até o momento reflete o descompasso entre o que a cidade precisa e o que a ela é ofertado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **Informações e documentação – trabalhos acadêmicos** – apresentação: NBR 14724. Rio de Janeiro, mai. 2011. 11 p.

ABREU, M. de A., **Sobre a Memória das Cidades**: 1998 "O discurso geográfico na aurora do século XXI". Florianópolis, 28-29 de novembro de 1996.

CARLOS, Ana Fani. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011a. _____. Da “organização” {“produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In:

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011b.

CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Ed. Bertrand 1995.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

A RELAÇÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR

Michele Martins Rosa

Graduanda em Geografia, Universidade Estadual de Goiás

mihmrosa09@gmail.com

Daniela Almeida Rosa

Especialista em Educação Ambiental, Graduada em Geografia, Professora da Universidade Estadual de Goiás, Campus Itapuranga

danikitte07@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente trabalho é mostrar a importância da agricultura familiar diante de um tema muito importante e que tem tomado uma proporção e uma preocupação muito grande em toda sociedade e governos, que é a segurança dos alimentos e a segurança alimentar. Será tratado assuntos como o campesinato, a importância destes agricultores para a Feira, a agricultura familiar, programas do governo que auxiliam estes produtores, e um breve histórico do que é a segurança alimentar. A metodologia utilizada neste trabalho consiste em pesquisas bibliográficas sobre a história do campesinato e o que diz respeito à agricultura familiar, até chegar a segurança alimentar.

Palavras-chave: Segurança alimentar. Campesinato. Agricultura Familiar.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a relação da agricultura familiar em relação à produção, manuseio (embalagem, preparo, armazenamento), transporte e distribuição dos alimentos no que diz respeito à segurança alimentar, no âmbito municipal. Será abordada a questão camponesa, alguns conceitos e a transformação destes camponeses em agricultores familiares, conceituando agricultura familiar, a distinção entre os dois e a contribuição de cada um deles para o desenvolvimento do Brasil em relação à agricultura do pequeno produtor, a integração do mesmo no mercado capitalista.

Será feita a análise da importância deste agricultor ingressado no mercado capitalista, o novo cenário em que ele se encontra e a relação entre o agricultor e as novas técnicas de segurança alimentar e segurança dos alimentos, as exigências quanto ao não uso de agrotóxicos nas produções, os alimentos orgânicos e os programas do Governo Federal que o agricultor familiar faz o papel principal, além da diferença entre segurança dos alimentos e segurança alimentar.

AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ITAPURANGA – GO

Na década de 1990, a terra passou a ser o meio de trabalho no campo e o grupo familiar principal mão de obra deste trabalho, surgia assim à valorização do trabalho no campo através das famílias, os camponeses mesmo com suas intensas lutas pela terra passam a serem deixados de lado e uma nova era de agricultores começa a surgir.

De acordo com a Lei nº 11.326/2006 Art 3º, “é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família” (BRASIL, 2011, s.p)

O agricultor familiar passa a ser visto com outros olhares, por eles mesmos e pelo Governo que começa a abrir algumas portas para a estabilidade na vida no campo, a exemplo podemos citar o Pnapo (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) e o Pronaf Mais alimentos, as pequenas produções que antes apenas serviam para o sustento e subsistência da própria família passa a fazer parte integral do mercado capitalista local.

O PRONAF¹ é o principal programa de incentivo à agricultura familiar, é financiado através dele projetos ao pequeno produtor rural, com baixas taxas de juros.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País (MDA, s.d).

O programa beneficia várias famílias do meio rural, tem como objetivo a melhoria da vida no campo do agricultor, o programa pode financiar produtos para a safra ou máquinas para que possam trabalhar, estudos apontam que as propriedades que recebem a ajuda do programa vêm subindo em grande escala nos últimos tempos.

A nova proposta de modernização do campo e a ajuda do Governo com relação ao crédito rural aumentaram muito os avanços do campo quanto à produção em pequena escala, os agricultores familiares assim intitulados começavam a tomar espaço no mercado do agronegócio, esse grupo pode ser chamado de agricultura familiar consolidada.

De acordo com Castro (2005, p.33): “Agricultura familiar consolidada: constituída por aproximadamente 27% dos estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso a inovações tecnológicas e a políticas públicas funcionando em padrões empresariais”.

A principal mão-de-obra se concentra nos membros de cada família, e com o crescimento desse setor a necessidade de contratar mais mão-de-obra se faz necessário, o que faz com que outras pessoas participem desse crescimento e entrem para o grupo da agricultura familiar.

A agricultura familiar tem capacidade de absorver grande quantidade de mão-de-obra, e responde por quatro em cinco empregos gerados no meio rural. Ela pode ser, portanto um eficiente meio de se reduzir a migração do campo para a cidade[...] (CASTRO. et al., 2005, p.31).

Desde sua ocupação o município teve sua economia voltada a agricultura e pecuária, o que representa a maioria do seu PIB², o município tem grande influência na agricultura familiar em todo estado de Goiás, mesmo diante de todos os problemas que foram impostos nunca deixou de existir na região, pelo contrário, a maioria de suas propriedades no meio rural está voltada para agricultura familiar.

No contexto da modernização da agricultura, houve intensificação do cultivo das lavouras de arroz, milho e feijão, decorrente da oferta de crédito rural, incorporação de novas tecnologias nos processos produtivos e da ampliação das demandas do mercado. Porém, em razão dos elevados custos de produção e dos baixos preços desses produtos no mercado, os agricultores passaram a redefinir os sistemas de produção, com a introdução de cultivos de frutas (MATOS et al, 2009, p.206).

¹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

² Produto interno bruto.

A fruticultura se tornou uma forte economia para o Município, os agricultores começam a tomar novas direções para o fortalecimento da Agricultura familiar, os agricultores começam a ser acompanhados pela cooperativa do Município.

A COOPERAFI tem alcançado parcerias e resultados significativos com relação ao desenvolvimento da fruticultura no município. A Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga surgiu em 1998 com o objetivo de apoiar os agricultores familiares do município no desenvolvimento de suas atividades. Para iniciar os seus trabalhos a cooperativa contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga e da FETAEG - Federação dos Trabalhadores no Estado de Goiás (CAMPOS, 2008, p.83-84).

A Cooperativa conta também com o auxílio de dois projetos ligados à Fruticultura, um da UFG (Universidade Federal de Goiás) financiado pelo CNPq, que trata de agroecologia, e o outro é financiado pela Petrobrás, Fruticultura Sustentável no Cerrado Goiano, que apoia a implantação da fruticultura orgânica (CAMPOS, 2008).

O papel da Cooperativa tem sido de extrema importância para os agricultores do município, além de todo apoio que eles necessitam, como a comercialização dos produtos, novos projetos para implantações de uma agricultura sustentável, a COOPERAFI busca apoio junto ao governo municipal para que essa comercialização seja aberta a toda população através da “Feira do Produtor Rural de Itapuranga-GO”.

IMPORTÂNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

A agricultura familiar vem tomando um novo rumo no que diz respeito a produção, conservação, transporte e manuseio dos alimentos, com a ajuda do Governo Federal e a criação do Pnapo (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), conhecido como “Brasil Ecológico” vem trazer um meio rural sustentável.

O governo brasileiro lançou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), com a edição do decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012. Foi um importante passo para a ampliação e efetivação de ações de promoção do desenvolvimento rural sustentável, impulsionado pelas crescentes preocupações das organizações sociais do campo e da floresta, e da sociedade em geral, a respeito da necessidade de se produzir alimentos saudáveis conservando os recursos naturais (MDA, s.d).

A produção de alimentos saudáveis conta com técnicas e normas para adequação a um alto padrão de qualidade, tanto ao que diz respeito aos alimentos quanto ao que diz respeito à conservação dos recursos naturais. Essa nova técnica além de trazer benefícios para a sociedade traz benefícios para os agricultores que se fortalecem ainda mais economicamente, esses produtores contam também com a ajuda do PRONAF Mais Alimentos: “O Pronaf Mais Alimentos destina recursos para investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar e, assim, cria as condições necessárias para o aumento da produção e da produtividade” (MDA, s.d)

Estas produções e técnicas mesmo compondo o mercado capitalista se diferem em um ponto específico, muitos destes produtores optam pela opção de uma produção em que a qualidade de seus produtos é o item principal que aparece no seu meio produtivo, muitos preferem a qualidade a quantidade que é produzido. Produtos orgânicos começam a ser cobrados pelos consumidores que estão cada dia mais exigentes no que se diz respeito ao consumo de alimentos não industrializados.

Orgânico é um termo de rotulagem que indica que os produtos são produzidos atendendo às normas da produção orgânica e que estão certificados por uma estrutura ou autoridade de certificação devidamente constituída. A agricultura orgânica se baseia no emprego mínimo de insumos externos (BORGUINI; DA SILVA TORRES; 2006, p. 65).

O uso de agrotóxicos neste caso fica expressamente proibido, e deverá ser usado apenas recursos naturais para a produção. No Brasil a produção orgânica está regulamentada pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, a lei contém todas as normas necessárias para uma produção orgânica de qualidade.

De acordo com a referida Lei, considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que são adotadas técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade ecológica e econômica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BORGUINI; DA SILVA TORRES; 2006, p. 65).

Esse novo meio de produção trouxe muitos benefícios para os agricultores que se encaixaram nesse novo meio, cuja maior importância para os consumidores era o não uso de pesticidas, agrotóxicos e o uso de estimulantes de crescimento para as plantas. Esse crescimento obteve dados muito expressivos para os pequenos produtores.

Estima-se que 90% dos agricultores orgânicos no país sejam classificados como pequenos produtores ligados a associações e grupos de movimentos sociais. Os 10% restantes são representados pelos grandes produtores vinculados a empresas privadas. Os agricultores familiares são responsáveis por 70% da produção orgânica[...] (BORGUINI; DA SILVA TORRES; 2006, p.66).

Esta técnica que vem sendo muito utilizada se encaixa no que é chamado de Segurança Alimentar. Mas o que podemos definir como segurança alimentar?

O termo “Segurança Alimentar” vem do inglês “Food Security” e refere-se ao conceito de implantação de políticas públicas com o intuito de garantir a todas as pessoas, em todas as épocas e no mundo todo, o direito de acesso a alimentos em qualidade nutricional e quantidade apropriadas para uma vida saudável e ativa (TROFITIC, 2017, s.p.).

Diante de toda essa adaptação dos produtores com a lei orgânica e o que diz respeito à Segurança dos Alimentos, o pequeno produtor tem um salto diante do mercado que lhe foi imposto e tão bem adaptado. Estas técnicas não são fáceis para se obter, requer muito preparo e dedicação dos produtores. No município de Itapuranga, Estado de Goiás, isso vem sendo acompanhado bem de perto por técnicos da EMATER _GO, que trabalham no município. O objetivo da EMATER é: “Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável por meio da inovação, proporcionando o aumento da renda e da qualidade de vida no campo”. (EMATER, 2017)

Este tipo de acompanhamento traz ao produtor maior certeza de que seu trabalho vem sendo feito com eficiência e qualidade, e o principal, atendendo ao que vem sendo exigido pelos

consumidores, a Feira do Produtor Rural de Itapuranga possui alguns de seus produtores se encaixando na produção orgânica e as técnicas da segurança de alimentos.

No que diz respeito a Segurança de alimentos, pode-se definir como sendo:

A expressão “Segurança de Alimentos” vem do inglês “Food Safety” e refere-se à garantia da qualidade dos alimentos comercializados, desde as etapas de manipulação e preparo até o consumo destes. Ou seja, os mesmos são saudáveis, sem a presença de contaminantes químicos (como resíduos de agrotóxicos e metais pesados), físicos (partes de pedras e insetos, por exemplo) e biológicos (como bactérias), e não causam danos à saúde ou integridade do consumidor (TROFITIC, 2017, s.p.)

Esses alimentos estão sendo encontrados com mais facilidade nas mesas dos brasileiros, a preocupação com a nutrição e a alimentação tem aumentado devido ao aparecimento de várias doenças, causadas pela má alimentação, o trabalho que é feito com os agricultores da feira do produtor rural de Itapuranga-Go, traz mais qualidade ao alimento comercializado, garantindo ao consumidor mais tranquilidade na hora da compra, sabendo que aquele produto não trará nenhum mal à saúde.

Doenças ocasionadas pela má alimentação, mau preparo dos alimentos ou por alimentos contaminados vem crescendo cada vez mais, diante disso:

A qualidade higiênico-sanitária como fator de segurança alimentar tem sido amplamente estudada e discutida, uma vez que as doenças veiculadas por alimentos são um dos principais fatores que contribuem para os índices de morbidade nos países da América Latina e do Caribe (AKUTSU, et al. 2005. p. 421).

Os agricultores familiares são de extrema importância ao que diz respeito à Segurança alimentar, além de serem responsáveis por 70% de tudo que é produzido no Brasil, eles asseguram que a segurança alimentar e nutricional dos alimentos cada vez mais faça parte das mesas dos brasileiros.

Principal responsável pela comida que chega à mesa dos brasileiros, a agricultura familiar responde hoje por mais de 70% dos alimentos consumidos no país. Dados da Embrapa de 2014 mostram que o setor engloba 4,3 milhões de unidades produtivas (84% do total) e emprega 14 milhões de pessoas, o que representa cerca de 74% do total das propriedades distribuídas em 80.250.453 hectares (ha). A produção que resulta da agricultura familiar se destina basicamente para as populações urbanas locais, o que é essencial para a segurança alimentar e nutricional (CARGILL, s.d).

Não se pode mais separar segurança alimentar e agricultura familiar, estão intimamente ligadas ao que diz respeito à produção de alimentos e distribuição aos consumidores, o Governo Federal vem se preocupando ao que diz respeito à esse assunto, vários programas alguns deles já citados nesse trabalho vem fazendo total diferença para esse produtor, um programa que não podemos deixar de citar é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o programa compra alimentos dos agricultores e faz a distribuição destes alimentos até os consumidores, já pensando em acabar com a fome e diminuir a insegurança alimentar.

Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa

utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

Dentro deste mesmo programa além de comprar produtos direto dos agricultores ou de suas cooperativas para comercialização, o PAA também faz doações para famílias e entidades carentes.

Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal (SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, s.d.).

A segurança alimentar não tem sido uma preocupação apenas de alguns, já tem se tornado uma preocupação mundial. Doenças, desnutrição e altos riscos à saúde tem levado governos e até mesmo a sociedade a se conscientizarem quanto a esse assunto tão importante, a segurança a alimentação é um direito de todos.

O Governo Brasileiro se preocupou ainda mais com esta discussão em questão, um programa de políticas públicas e distribuição de alimentos que foi realizado pelo governo foi o Fome Zero, entre suas propostas a de uma alimentação digna para os brasileiros entra em suas principais questões.

O Projeto Fome Zero, documento de 118 páginas, foi elaborado pelo Instituto de Cidadania, sob a coordenação de José Graziano da Silva (hoje ministro do recém-criado Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome) com a participação de representantes de ONGs, institutos de pesquisa, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas vinculados à questão da segurança alimentar no país. Partindo da concepção de que o direito à alimentação deve ser assegurado pelo Estado, apresenta como principal objetivo a formulação de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional para a população brasileira (YAZBEK, 2003. p. 44).

Inúmeros foram os programas que surgiram desde a década de 90 no Brasil, política de distribuição de alimentos, como cestas básicas, restaurantes populares, apoio aos agricultores familiares e a produção de alimentos para autoconsumo fizeram parte desta lista, erradicar a fome e criar melhores condições de vida para os brasileiros era um objetivo, parceria do Governo Federal com os Estados e Municípios.

Todo país deve ser soberano para assegurar sua segurança alimentar, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. É responsabilidade dos Estados Nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, cada parte cumprindo suas atribuições específicas[...] (YAZBEK, 2003. p. 44).

O direito à alimentação vem sendo discutido a muito tempo pelas organizações e cooperativas e o próprio governo, porém com tudo que tem sido feito este problema ainda está longe de ser resolvido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira do produtor rural em Itapuranga – GO, manifesta interesse e incentivos em trabalhar com a segurança alimentar e a segurança de alimentos, onde existe a construção jurídica da alimentação adequada aos cidadãos, que tem esse direito assegurado. Destaca-se inúmeros e diferentes programas que interagem com a questão, buscando melhorias, metas, recursos e instrumentos para a conscientização de agricultores familiares, governos e a própria sociedade.

Por fim, se faz necessário este debate, pois a cada dia as pessoas estão tendo problemas com a saúde e muitas vezes estão relacionadas à alimentação inadequada, com usos de agrotóxicos e pesticidas, além da obesidade e também a fome. A pesquisa ainda não foi encerrada e estes são resultados parciais da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, Rita de Cássia Coelho de; et al. Adequação das boas práticas de fabricação em serviços de alimentação. 2005.

BORGUINI, Renata Galhardo; DA SILVA TORRES, Elizabeth Aparecida Ferraz. Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento. **Segurança alimentar e Nutricional**, v. 13, n. 2, p. 64-75, 2006.

BRASIL. Decreto - Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.**

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 13 de abril de 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>> Acesso em: 20 de maio de 2017

CAMPOS, Claudia A. Estruturação do indicador de sustentabilidade Dashboard aplicado à produção familiar de frutas orgânicas no município de Itapuranga-GO. 2008 Dissertação (Mestrado)—Universidade Federal de Goiás. **Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Goiânia**, 2008.

CARGILL – Fundação Cargill: Alimentação em foco. Disponível em : <<http://alimentacaoemfoco.com.br/noticias/1676>>. Acesso em : 12 de maio de 2017.

EMATER – Agência de Inovação Rural. Disponível em: <<http://www.emater.go.gov.br/w/15690>>. Acesso em: 09 de maio de 2017

CASTRO, Carlos Ferreira de . Eduardo. et al. Pontes para o futuro. 2005.

MATOS, Glays Rodrigues; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Agricultores familiares e sistemas de produção de frutas em Itapuranga, Goiás. **Pesquisa Agropecuária Tropical (Agricultural Research in the Tropics)**, v. 39, n. 3, p. 197-206, 2009.

TROFITIC – Gestão de Qualidade em Tempo Real. Disponível em: <<https://trofitic.com/saiba-diferenca-entre-seguranca-alimentar-seguranca-de-alimentos/>> Acesso em : 02 de junho de 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fome Zero**: uma política social em questão. Saúde e sociedade, v. 12, n. 1, p. 43-50, 2003.

ABASTECIMENTO PÚBLICO E O CONSUMO HUMANO DA ÁGUA EM MORRO AGUDO DE GOIÁS

Joice Marília Izaias Soares
Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás

Laís Naiara Gonçalves dos Reis
Professora Doutora do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás
geografalais2013@gmail.com

Resumo: A demanda hídrica, isto é, o consumo de água, está cada vez maior, devido ao crescimento da população e de suas atividades econômicas. A contaminação da água apresenta risco para a saúde humana. Coloca o Homem em exposição a diversos tipos de doenças tipo: leptospirose, cólera, salmonelose, entre tantos outros. A Estação de Tratamento de Água de Morro Agudo de Goiás faz parte do Distrito de Ceres da SANEAGO

Palavras-chave: Saneago. Abastecimento. Água. Morro Agudo de Goiás.

1. Introdução

Sabe-se que cerca de 70% da superfície da Terra está coberta por água, e que a manutenção da vida é dependente da existência da água. Pois, os seres vivos têm em comum a água em sua composição. Esta substância é essencial para toda a forma de vida, sendo composta pelo átomo de hidrogênio e oxigênio - H_2O . “A água é muito mais do que um recurso natural. Ela é uma parte integrante do nosso planeta. Está presente há bilhões de anos, e é parte da dinâmica funcional da natureza.” (PIELOU, 1998, p.2). Essa pode ser encontrada nas formas: salgada e doce, a primeira corresponde a 97,5% dessa, encontradas nos mares e oceanos, e já a segunda, equivale à 2,5% e está representada em rios, lagos, e geleiras. Ela pode ser encontrada nos estados da matéria: líquido, sólido e gasoso (PRESS, SIEVER, GROTZINGER E JORDAN, 2006).

A natureza da água e a sua circulação pode ser explicada pelo ciclo hidrológico, onde ocorre a troca da água presente na superfície terrestre para a atmosfera e vice e versa, que é movido pela radiação eletromagnética, gravidade, e pelo processo de rotação pela Terra. (TUCCI, 1993 apud JAKUES, 2005). A troca de água em diferentes estados físicos ocorre nos oceanos, nas calotas de gelo, nas águas superficiais, nas águas subterrâneas e na atmosfera (CARVALHO E SILVA, 2006).

O movimento permanente da água se dá pelo ciclo hidrológico. O vapor de água da atmosfera migra para a superfície por meio do processo de precipitação. Esse ocorre por duas maneiras (sólido e líquido), o primeiro refere-se a neve, e o segundo a chuva. Na superfície, em estado sólido, ela forma as geleiras e em estado líquido forma os lagos, rios, e oceanos. Ela pode infiltrar ou escoar, a primeira ação, trata-se da infiltração desta pelo terreno, por meio dos poros do solo, contribuindo para a formação das águas subterrâneas dos lençóis mais profundas. A água infiltrada localizada em pequenas profundidades encharcam as superfícies de argilas e areia, construindo os lençóis freáticos. Já no segundo processo (escoamento), a água das chuvas flui em terrenos, buscando um trajeto para o seu escoamento, sendo os córregos, rios, lagos, que buscam o seu nível de base que sejam o oceano. (MACHADO e TORRES, 2012).

As formas da água encontrada na superfície migrar para a atmosfera são: evaporar, transpirar e evapotranspirar. A evaporação é quando a água líquida presente nos corpos hídricos, se aquece passando para o estado gasoso. Transpiração é a dos animais, suor evapotranspiração é o mesmo processo só que para as plantas. O vapor de água na atmosfera pode condensar, é o processo de transformação do vapor transformando novamente em água líquida. “A condensação é visualizada pela a formação de uma nuvem no céu.” (MACHADO e TORRES, 2012).

O ser humano apresenta dependência da água. Esse a utiliza tanto para a sua dessedentação, quanto para várias atividades, tais quais: agrícolas, industriais, domésticas, entre outras. A

quantidade mínima para a vida doméstica de 50 litros por habitantes por dia (VILLIERS, 2002, p.54).

Sabe-se que a água doce fica acumulada nas geleiras. A porção disponível para o consumo humano se encontra nos rios e nos lençóis freáticos ou aquíferos (que são reservatórios subterrâneos de água doce). A drenagem se inicia das áreas mais altas para as mais baixas do relevo. Tanto os canais de drenagem quanto os lençóis são abastecidos pela água da chuva, isto é, pela precipitação. A quantidade de água disponível se altera, em função das variáveis climáticas (temperatura e precipitação), sendo diferente para cada estação climática.

A abundância da água varia também pelo espaço, em algumas regiões este recurso pode ser abundante, em outras ela é praticamente inexistente. A maior parte da água doce existente no mundo está localizada em apenas 10 países, entre eles destaca-se o Brasil. Desta maneira, deve-se levar em consideração que ela é distribuída de maneira irregular, esta situação pode ser agravada intempéries dos fatores climáticos (ORSI e SARUBO, 2011).

A demanda hídrica, isto é, o consumo de água, está cada vez maior, devido ao crescimento da população e de suas atividades econômicas. “Nos últimos 100 anos, enquanto a população mundial triplicava, o uso da água doce multiplicava-se por seis” (KITAMURA, 2004). De acordo a Nogueira (1999), no Brasil se encontra um dos maiores reservatórios de água doce mundial. O estado de São Paulo vem enfrentando grandes dificuldades devido ao ajuntamento das regiões metropolitanas, a escassez de água do Nordeste já é clássica, pela região ser de clima semi-árido, recebendo de maneira irregular as chuvas, e sofrendo pela falta de água por uma combinação de três fatores.

2. Metodologia

Foi feito um levantamento bibliográfico sobre o tratamento e abastecimento de água. Para descrição da Estação de Tratamento de Água de Morro Agudo de Goiás foi feito uma pesquisa em campo, na sede da área de estudo.

3. Resultados e discussões

Sabe-se a importância da qualidade e dos aspectos da água, no planejamento do uso e ocupação do solo das bacias hidrográficas. O planejamento dos recursos hídricos segundo tem objetivo de impedir o agravamento dos problemas ambientais, evitando efeitos negativos, como a poluição dos efluentes (industriais ou domésticos). (MENDES, 1991, p.53).

A contaminação da água apresenta risco para a saúde humana. Coloca o Homem em exposição a diversos tipos de doenças tipo: leptospirose, cólera, salmonelose, entre tantos outros. (MACHADO e TORRES, p.51 a 54). Existe parâmetros da água que são chamados de parâmetros de qualidade ou seja “substância representativa da qualidade da água”. Para o controle da água existe vários parâmetros adotados para a verificação da qualidade da água.

A qualidade da água deve ser monitorada através de análises de dados, para ser destinada ao consumo humano, ou seja, considerada água potável, deve estabelecer um padrão de potabilidade para o consumo humano, “água para consumo humano cujo os parâmetros microbiológicos, físicos, químicos e radioativos atendam ao padrão de potabilidade e que não ofereça risco à saúde.” (MACHADO e TORRES, p. 155e 156). A concentração dos coliformes possibilita a contaminação da água, ou a demanda bioquímica de oxigênio (DBO)e o oxigênio dissolvido (OD).

A água captada é tratada nas chamadas Estações de Tratamento de Água (ETA), onde é adicionado a característica de potabilidade ao recurso hídrico, isto é, deixá-la própria para o consumo humano. O Ministério da saúde possui uma portaria que regulamenta o tratamento da água (Portaria nº2.914, de 12 de dezembro de 2011).

A Saneago foi fundada no ano 1967, nos anos de 1960 e 1970, o saneamento no Brasil não era questão prioritária dos governantes, e era um dos mais baixos índices da América Latina. O Governador Pedro Ludovico Teixeira fez a exploração e o melhoramento do sistema de água, desde então o sistema passou a melhorar, por meio do investimento em obras e infraestrutura pública. O setor de saneamento passou a ser administrado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, até a implantação do Departamento Estadual de Saneamento (DES), no governo Mauro Borges.

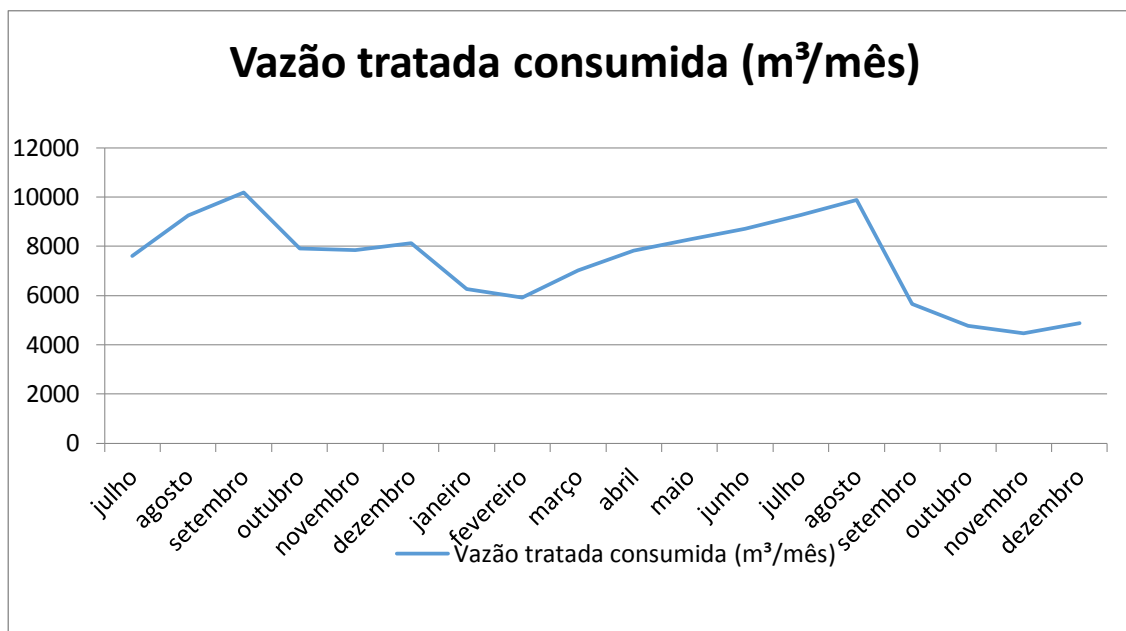
Segundo os dados da Saneago, sede de Morro Agudo de Goiás (Foto 1), no período de julho de 2015 até dezembro de 2016 foi atendido um total de 1.661 habitantes. A vazão de água tratada consumida média mensal foi de 7439,40 m³ e no total deste período, a população consumiu 133.909,3 m³ de água (Gráfico 1). Observa-se uma queda de água consumida no período de dezembro, janeiro e fevereiro de 2016, uma das razões atribuídas pode ser o esvaziamento da cidade no período de férias.

Foto 1- Sede da Saneago de Morro Agudo de Goiás.



Autora (2017).

Gráfico 1 – Vazão de água tratada consumida pela população de Morro Agudo de Goiás (julho de 2015 à dezembro de 2016).



Fonte: SANEAGO (2017). Org. autora (2017).

O processo de tratamento da água em Morro Agudo de Goiás utiliza o método de floco-decantação. A floculação é uma etapa do tratamento de água, em que coagulantes químicos (sulfato de alumínio) para formar os flóculos de sujeira que se depositarão no fundo do filtro. O processo de decantação é um processo onde se separa misturas heterogêneas, no caso da decantação feita na estação de tratamento de água do município de estudo, separa-se o líquido (água) do sólido (sedimentos). Em Morro Agudo de Goiás utiliza-se o filtro russo (Foto 2). Nesse reservatório maior utilizam-se sete camadas de sedimentos com diferença textural (areais e cascalhos). No segundo há a decantação das partículas floculadas e no terceiro compartimento passa-se por outro processo de filtragem. Após a filtragem da água bruta, a mesma é conduzida até um tanque onde será adicionado os produtos químicos flúor e cloro (Foto 3).

Foto 2 – Filtro Russo utilizado na Estação de Tratamento de Água de Morro Agudo de Goiás.



Autora (2017).

Foto 3 – Tanque que recebe a adição dos produtos químicos (cloro e flúor).



Autora (2017).

A Saneago de Morro Agudo de Goiás faz as análises químicas da água na própria estação de tratamento (Foto 4). Antes de destinar a água para o abastecimento público é feita análise da água tratada para verificar os indicadores de qualidade da água (IQA). É feita análise da turbidez da água, do pH, temperatura e do balanço entre os elementos químicos adicionados na água (Foto 5).

Foto 4 – Água bruta e água tratada para fazer análise química para estabelecer o IQA.



Autora (2017).

Foto 5 – Equipamentos para fazer análises químicas na ETA do município de Morro Agudo de Goiás.



Autora (2017).

Chama-se a atenção para o percentual de perda de água tratada pelo sistema, em função de danos nas tubulações, no período de um ano e meio dos dados informados pela Saneago de Morro Agudo de Goiás, em média 30 por cento do recurso é perdido (Quadro 1). Além disso, pode ser observado que o valor de débitos pendentes tanto particulares quanto públicos totalizam cerca de 50 mil reais.

Quadro 1 – Dados referentes ao abastecimento público de água em Morro Agudo de Goiás (julho de 2015 a dezembro de 2016).

	2015					
	jul	ago	set	out	nov	dez
Vazão da bomba (m ³ /dia)	324,38	366,09	391,33	363,14	339,21	337,3
Funcionamento (h/mês)	563,45	606,09	624,45	523,14	555,49	578,48
Vazão tratada consumida (m ³ /mês)	7615,50	9245,15	10181,92	7915,54	7851,16	8130,05
IQA(%)	90,81	86,81	91,41	92,47	93,71	95,8
Perda (%)	32,69	32,56	32,9	31,97	32,21	32,78
Reservação (%)	31	27,55	25,77	27,77	29,73	29,9
Arrecadação	25201,47	33.078,30	29384,48	32305,58	34437,72	37131,97
Déb. Pend. Particular	41698,69	43667,15	47946,19	56993,85	35691,19	50302,59
Déb. Pend. Público	6979,92	8081,16	9764,35	10762,86	12872,55	12961,85
	2016					
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Vazão da bomba (m ³ /dia)	291,77	296,44	310,74	333,28	343,7	354,86
Funcionamento (h/mês)	515,3	480	542,43	563,28	578,58	589,27
Vazão tratada consumida (m ³ /mês)	6264,55	5928,80	7023,11	7822,08	8285,75	8712,85
IQA(%)	87,03	80,97	99,73	99,77	95,6	99,64
Perda (%)	25,23	25,11	29,6	29,95	31,1	32
Reservação (%)	34,57	79,11	32,46	30,26	29,34	28,44
Arrecadação	28487,35	34439,11	35189,7	31150,56	36531,63	36282,94
Déb. Pend. Particular	56766,57	54731,74	50945,9	55079,19	50842,53	49122,93
Déb. Pend. Público	11396,41	12857,61	14048,64	16090,19	16120,54	15131,56
	2016					
	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vazão da bomba (m ³ /dia)	350,03	368,96	346,01	329,1	319,9	329,87

Funcionamento (h/mês)	636,36	642,57	392,04	348,3	334,49	355,54
Vazão tratada consumida (m³/mês)	9281,05	9878,44	5652,07	4776,06	4458,47	4886,75
IQA(%)	99,69	90,81	73,39	72,49	63,22	80,08
Perda (%)	32,91	33,63	33,45	33,51	33,87	33,98
Reservação (%)	28,81	27,33	29,15	30,64	31,53	30,57
Arrecadação	35020,99	40116,15	37319,6	38588,9	41031,72	40816,3
Déb. Pend. Particular	52132,82	51555,74	53722,73	51216,76	49062,41	50313,77
Déb. Pend. Público	14806,81	14626,49	15668,82	18245,14	13980,57	7735,31

Fonte: Saneago, 2017.) Org. autora, 2017.

4. Considerações Finais

A Saneago possui projetos e programas ambientais, que trazem informações, conhecimentos para a população, no que tange a importância de preservação da natureza, tais como: o projeto Abc-s Escolinha do Saneamento. O Jornalista Washington Novaes, propôs programações como atividades educativas, palestras, apresentações teatrais, entre outros, com o enfoque no processo de tratamento da água. Também possui o Programa Ambiental Faça o seu papel, que trata-se de um programa de ação voluntária da Saneago, cujo foco principal é a reciclagem dos resíduos sólidos utilizados na empresa, objetivando a reutilização e reciclagem para a redução do consumo, também pretende-se conscientizar os funcionários sobre os impactos que a atividade humana causa ao meio ambiente, em função do desperdício. Além desses existem outros projetos, como: Programa de Olho no Óleo, Piscicultura João Bênnio e Viveiro- Projeto de recuperação vegetal na ETE. (SANEAGO, 2014).

Morro Agudo de Goiás é umas das cidades que vem recebendo fornecimento de saneamento há 15 anos. A Saneago e o Governo de Goiás estão realizando melhorias no sistema de abastecimento para o município, com reformas na estação de tratamento trazendo resultados positivos e melhorias na qualidade da água que é distribuída para a população, com o melhoramento de 100% da qualidade. A Saneago com parceria com a administração de 2014, teve uma importante iniciativa de plantio para o reflorestamento das margens do córrego Olhos D'Água, para a preservação do manancial de abastecimento da cidade. Com o avanço a agência de atendimento foi reformada e informatizada para facilitar a prestação de serviço para toda a população trazendo facilidade, e rapidez na prestação de serviços dos funcionários da Saneago (Saneago 2014)

REFERÊNCIAS

DANTAS, Marciano. **Figura ilustrativa do ciclo hidrológico**. Disponível em:<
<http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2012/11/as-sociedades-humanas-e-agua.html>>
Acesso: fev. 2017.

CARVALHO, D. F., e SILVA, L. D. **Ciclo hidrológico o ciclo das águas** - UNIFOA - Engenharia Ambiental, 2006. Volta Redonda.

KITAMURA, M. C. **Aproveitamento de águas pluviais para uso não potável na PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Trabalho de Conclusão de Curso**, 2004. Curitiba. Acesso em Janeiro de 2012, disponível em:
<<http://www.hidro.ufcg.edu.br/twiki/pub/ChuvaNet/ChuvaTrabalhosPublicados/AproveitamentodeguaspluviaisparausonopotvelnaPUCPR.pdf>>

NOGUEIRA, C. **O planeta tem sede**, 1999. *Veja*. Acesso em Dezembro de 2011, disponível em: <http://veja.abril.com.br/171199/p_154.html>

ORSI, M. D., e SARUBO, R. S. **Captação e tratamento de águas pluviais para uso não potável**, 2011. Tatuí: FATEC. Acesso em Dezembro de 2011, disponível em: <http://www.revistasapere.inf.br/download/segunda/ORSI_SARUBO.pdf>

MACHADO e TORRES. Introdução à hidrogeografia, 2012. São Paulo.

SANTOS, Rosely Ferreira dos, **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: oficina de textos, 2004.

TUNDISI e TUNDISI-MATSUMURA, **Recursos hídricos no século XX I**. São Paulo: oficina de textos, 2001.

ÁGUA DE BALNEÁRIO: PADRÕES DE QUALIDADE E SEGURANÇA

Alessandra Batista

Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional
Catalão
alessandraatanasio@yahoo.com.br

Idelvone Mendes Ferreira
Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional
Catalão. Contato: idelvoneufg@gmail.com. Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em
Geografia e Coordenador do NEPSA/CNPq

Ádria Rodrigues Fontes
Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás – UFG. Regional
Catalão. Contato: adria1969@gmail.com. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Lara Lane Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Goiás - UFG. Regional
Catalão. Contato: llaneo.p@gmail. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia

Resumo: A água é um elemento indispensável à vida da biota terrestre. Em seus diversos tipos de usos, tem-se a atividade de lazer e recreação, destacando a balneabilidade. Nota-se uma escassez grande em programas de monitoramento e estudos nesta área, pois, os existentes limitam-se à Resolução do CONAMA nº 274, de 29/11/2000, que estabelece padrões que as classificam em próprias ou impróprias para o uso baseados em níveis de contaminação microbiológicos e físico-químicos. O trabalho, a partir de uma análise descritiva, objetiva apresentar os padrões sanitários que atendam a demanda de balneabilidade e reforça a necessidade de avaliação e revisão do tema pela comunidade científica e os órgãos ambientais.

Palavras-chave: Água. Balneário. Padrões de Qualidade.

INTRODUÇÃO

A água é um elemento indispensável à vida da biota terrestre. Seus múltiplos usos são indispensáveis em grande espectro das atividades humanas, onde se destacam entre outros, o abastecimento público e industrial, a irrigação agrícola, a produção de energia elétrica e as atividades de lazer e recreação, bem como a preservação da vida aquática (CETESB, 2009).

A poluição hídrica de águas de balneário, ou seja, águas relativas a banhos representa um dos mais impactantes danos causados pelo crescimento descontrolado das atividades de recreação e turismo em decorrência dos lançamentos de esgotos e à geração de resíduos de embarcações determinada pela ineficiência ou falta de coleta de lixo e pela falta de orientações dos próprios usuários dessas áreas. (AMORA, 2009).

O Brasil deveria explorar adequadamente a atividade turística, como é um país rico em meio ambiente artificial, natural e cultural, para que fosse uma das grandes fontes de receita e geração de emprego. O turismo explora diretamente o meio ambiente ocasionando malefícios que devem ser administrados evitando a poluição ambiental, promovendo além do lazer, benefícios ao desenvolvimento da localidade (CETESB, 2005).

Assim, a poluição dos recursos hídricos resulta na redução de possíveis atividades de recreação e lazer, e deflagra o afastamento de turistas. Neste sentido, a avaliação ambiental dos pontos turísticos é uma ferramenta necessária para a conservação e gestão das áreas naturais, pois ela fornece indicativos sobre as interações do homem com o meio, intensidade de uso e a dinâmica dos ecossistemas.

Citando o exemplo a cidade de Guarujá SP, promoveu um decréscimo considerável na atividade. A ausência de uma política municipal reguladora voltada a infraestrutura e meio ambiente acaba segregando o meio ambiente como palco de turismo (CETESB, 2005).

O presente artigo busca sintetizar os estudos sobre a qualidade das águas de balneários, visando uma apresentação sobre os indicadores dos padrões sanitários dos recursos hídricos que atendem à demanda de balneabilidade e servir como base e incentivo para o desenvolvimento de programas de monitoramento, estudos e conservação ambiental. Criou-se, a partir desse estudo, uma análise descritiva a respeito da qualidade microbiológica e físico-química, para avaliar os propósitos de uso, relacionada à água de recreação.

Neste contexto, o objetivo central desta pesquisa é apresentar uma análise descritiva da qualidade microbiológica e físico-química das águas de balneários, tendo os coliformes termo tolerantes ou *Escherichia coli* e o pH como parâmetros referenciais utilizados como critérios para determinar limites aceitáveis de qualidade e a classificação das águas de uso recreacional.

A ÁGUA

A água é um recurso natural de grande importância para a sobrevivência do homem e demais seres vivos no Planeta. A água sem impurezas é um líquido incolor, inodoro, insípido e transparente. Contudo, é um solvente, nunca é encontrada em estado de absoluta pureza, contendo várias impurezas que vão desde alguns miligramas por litro na água da chuva a mais de 30 mil miligramas por litro na água do mar (RICHTER; NETTO, 1991).

De acordo com Sperling (2005), o planeta Terra conta com um volume total de água de 1.386 milhões de Km³. Deste volume total, 97% são distribuídos nos mares e oceanos e os 3% restantes correspondem às águas doces. Destas, 2,2% formam as calotas polares e geleiras, e os 0,8% restantes correspondem às águas subterrâneas e superficiais. Entretanto, apenas 3% desse volume apresentam-se superficialmente, de maior acessibilidade ao ser humano.

O Brasil, sendo o maior país da América do Sul, possui uma situação privilegiada no cenário mundial, em sua extensão possui 12% do volume total de água doce superficial do Planeta e 53% do volume da América do Sul. A abundância aparente não reflete a distribuição desigual destes valores ao longo do território brasileiro que, associada a fatores como o aumento excessivo nas demandas e degradação da qualidade das águas, implica em problemas sérios de escassez em algumas áreas (HIRATA, 2001).

Balneabilidade

A balneabilidade é a qualidade das águas destinadas à recreação de contato primário, entende-se este como um contato direto e prolongado com a água (natação, mergulho, esqui-aquático, entre outros aspectos), onde a possibilidade de ingerir quantidades apreciáveis de água é elevada (CETESB, 2009).

Os padrões de balneabilidade são condições limitantes estabelecidas para a qualidade das águas doces, salobras e salinas destinadas à recreação de contato primário, conforme a Resolução do CONAMA nº 274/2000, Resolução CONAMA 357/2005, revogada pelas Resoluções 410/2009 e pela 430/2011, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, com o intuito de criar instrumentos para assegurar as condições necessárias para a manutenção da saúde e do bem estar da população humana que usufrui tais benefícios naturais ou artificiais.

A avaliação da qualidade das águas de mares, rios, represas e piscinas destinadas à balneabilidade, devem atender aos padrões estabelecidos pelas Resoluções do CONAMA nº

274/2000 e Resoluções 410/2009 e 430/2011. De acordo com a referida Resolução, as condições de balneabilidade das águas doces são avaliadas em categorias Excelentes; Muito boas; Satisfatória e Imprópria.

No acompanhamento da condição das praias ou balneários as categorias Excelente, Muito boa e Satisfatória poderão ser reunidas numa única categoria denominada Própria.

A atividade turística em balneários tem se destacado em diversos Países do mundo, proporcionando benefícios financeiros às comunidades envolvidas com geração de emprego e renda. Exerce uma série de pressões sobre o ambiente e, caso a recreação ocorra em águas contaminadas, os banhistas ficam susceptíveis a uma série de doenças, especialmente no que diz respeito a idosos, pessoas com baixa resistência imunológica e crianças. (POND, 2005).

Os corpos d'águas contaminadas por esgotos sanitários expõem os banhistas a riscos de doenças, devido à presença de bactérias, vírus, protozoários e helmintos. (Tabela 1). Além dos esgotos, é possível relacionar as fontes de poluição e sua incidência de acordo com as características locais, incluindo a geografia, a topografia, o uso do solo, a ocupação ordenada do território, a cultura e as condições socioeconômicas. (JORDÃO; e PESSÔA, 1995).

Tabela 1: Principais doenças de transmissão fecal oral associada à água, organizadas por organismo patogênico.

Organismo	Doença	Agente causal	Sintomas/manifestação
Bactérias	Desintéria	Shigella dysenteriae	Forte diarreia
	Enterite por Campylobacter	Campylobacter Campylobacter coli	Diarreia, dor indisposição, febre, vômito
	Cólera	Vibrio cholerae	Diarreia extremamente desidratação, alta taxa mortalidade
	Gastroenterite	Escherichia coli- enteropatogênica	Diarreia
	Leptospirose	Leptospira - várias Espécies	Icterícia, febre
	Febre paratifóide	Salmonella - várias Espécies	Febre, diarreia, de cabeça, aumento do envolvimento dos linfáticos e intestinos
	Salmonella	Salmonella - várias Espécies	Febre, náusea, diarreia
Vírus	Febre tifóide	Salmonella typhi	Febre elevada, diarreia, ulceração do intestino
	Hepatite infecciosa	Vírus da hepatite A	Icterícia, febre
	Doenças respiratórias	Adenovírus-vários	Doenças respiratórias
	Gastroenterite	Enterovírus, rotavírus etc - vários Tipos	Diarreia leve a forte,
	Meningite	Enterovírus	Febre, vômito, pescoço
Protozoários	Poliomielite	Poliomielitis vírus	Paralisia, atrofia
	Desintéria amebiana	Entamoeba	Diarreia prolongada
	Giardíase	Giardia lamblia	Diarreia leve a forte, indigestão, flatulência
	Criptosporidiose	Cryptosporidium	Diarreia
Helmintos	Balantidíase	Balantidium coli	Diarreia, disenteria
	Ascaridíase	Ascaris lumbricóides	Manifestações deficiência nutricional,

Tricuríase

Trichuris trichiura

obstrução intestinal e
órgãos
Diarreia, fezes com
prolapso retal

Fonte: Sperling (2005, p. 452).

De acordo com a (Tabela 1), a água age como veículo transmissor de agente infeccioso. As infecções relacionadas se classificam de acordo com o mecanismo do agente transmissor que é desde uma pessoa doente para um novo hospedeiro sadio.

Qualidade da Água

Segundo Silva e Araújo (2003), as impurezas que se encontram nas águas naturais são, em grande número, várias delas inócuas, pouco desejáveis e algumas extremamente perigosas. No caso das águas subterrâneas, diversos fatores podem comprometer sua qualidade, como o destino final do esgoto doméstico e industrial em fossas e tanques sépticos, a disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e industriais, postos de combustíveis, criação de animais, lavagem de máquinas usadas na agricultura, representam fontes de contaminação por bactérias e vírus patogênicos, parasitas, substâncias orgânicas e inorgânicas nocivas aos seres vivos.

A qualidade da água é representada por suas características físicas, químicas e biológicas, que devem ser selecionadas de acordo com a necessidade específica de uso e seus objetivos (PORTO, 1991).

Conhecer a qualidade da água disponível é fundamental para a gestão de recursos hídricos. Em função disso, foram desenvolvidos vários índices e indicadores ambientais para avaliação da qualidade da água com base em suas características físico-químicas e biológicas. (LIMA, 2007).

Águas doces

Conforme a Resolução CONAMA 274 (2000), as águas doces se classificam em, água especial que se destina ao abastecimento doméstico sem prévia ou com simples desinfecção; águas salinas que se destinam à recreação de contato primário à navegação comercial; à harmonia paisagística e à recreação de contato secundário e águas salobras que se destinam à recreação de contato primário e secundário, proteção das comunidades aquáticas, à criação natural e/ou intensiva (aquicultura) de espécies destinadas à alimentação humana destinadas à navegação comercial; à harmonia paisagística. (CONAMA, 2000. p.1)

Parâmetros indicadores da qualidade da água de balneário

De acordo com Chapman e Kimstach (1996), a seleção adequada dos parâmetros ajudará na obtenção de informações mais aproximadas da realidade. A qualidade da água pode ser representada por meio de uma série de parâmetros que são selecionados de acordo com a necessidade específica de cada uso de água e dos objetivos dos programas de monitoramento.

Grupo coliforme (totais e termotolerantes)

O grupo coliforme compreende todas as bactérias anaeróbicas facultativas, Gram-negativas, não formadoras de esporos, com capacidade para fermentar a lactose com produção de ácido e gás a 32-35°C dentro de 48 horas. Os gêneros *Escherichia*, *Citrobacter*, *Enterobacter* e *Klebsiella*, pertencem a este grupo (HAJDENWURCEL, 1998).

Os coliformes totais compreendem bactérias que, além do trato intestinal, podem ser encontrados em pastagens, solos e outros locais do organismo. Já os coliformes fecais estão associados às bactérias do trato intestinal, como a *Escherichia coli*, que é utilizada como indicador por ser específica de fezes humanas e/ou outros animais de sangue quente. A presença de coliformes fecais, mesmo não apresentando riscos à saúde humana, indica a possibilidade de existência de outros organismos patogênicos (HERMES E SILVA, 2004).

Para Silva e Junqueira (2007), devido às características dos microrganismos fecais, a terminologia mais apropriada para coliformes fecais refere-se aos coliformes termotolerantes, por serem resistentes à temperatura elevada do teste.

A utilização de coliformes termotolerantes como indicadores de qualidade de águas para fins de recreação apresenta a vantagem de estes serem facilmente isolados e identificados na água por técnicas simples e de baixo custo, e também por apresentarem sobrevivência semelhante à das bactérias enteropatogênicas (CETESB, 2003).

Segundo Chapman e Kimstach (1996), o monitoramento de organismos patogênicos consiste em uma ação essencial de qualquer avaliação de qualidade das águas, em que o uso possibilita a ingestão direta ou indireta de água.

Os padrões de balneabilidade são condições limitantes estabelecidas para a qualidade das águas doces, salobras e salinas destinadas à recreação de contato primário, conforme a Resolução do CONAMA nº 274/2000, com o intuito de criar instrumentos para assegurar as condições necessárias para manutenção da saúde e do bem-estar da população que usufrui tais benefícios naturais ou artificiais. As condições de balneabilidade das águas doces são avaliadas em categorias e definidas de acordo com os teores de coliformes fecais (termotolerantes) ou *Escherichia coli* por amostragens consecutivas. (CONAMA, 2000).

Potencial hidrogeniônico (pH)

O Potencial hidrogeniônico mais comum, pH é a medida do balanço ácido de uma solução definida como o logaritmo negativo da concentração de íons de hidrogênio. A escala de pH varia de 0 a 14, de forma que os valores menores do que 7 são denominados ácidos e os maiores, alcalinos. Já o valor de pH igual a 7 indica a neutralidade da solução (CHAMPMAN; KIMSTACH, 1996).

De acordo com Sperling (2005) os valores de pH estão relacionados a fatores naturais, como dissolução de rochas, absorção de gases atmosféricos, oxidação da matéria orgânica e fotossíntese, e a fatores antropogênicos pelo despejo de esgotos domésticos e industriais, devido à oxidação da matéria orgânica e a lavagem ácida de tanques, respectivamente.

Segundo Benetti e Bidone (2001), o nível de pH indica o potencial corrosivo da água sobre a tubulação e equipamentos de sistemas de água e esgoto, além de identificar a toxidez de certos compostos com metais pesados em relação à ictiofauna.

Considerações finais

Estudos e programas de monitoramento sobre a qualidade das águas de balneário estão limitados a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, 274 (2000), a qual define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras.

E de grande importância os serviços de saneamento básico, tanto na prevenção de doenças quanto na preservação do meio ambiente.

As Resoluções 410/2009 E 430/2011 dispõem sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de

lançamento de efluentes. Em termos de leis, a incorporação de aspectos ambientais nas ações de saneamento representa um grande avanço.

O tema ainda é pouco explorado devido a escassez de material que possibilite a criação de projetos futuros e outros estudos que dependem de interesse e motivação dos órgãos ambientais, é preciso criar condições acessíveis que estabeleçam um equilíbrio entre os aspectos ecológicos, econômicos e social, de forma que as necessidades de cada um possam ser satisfatórias, consciente e com responsabilidade quanto a preservação dos recursos hídricos e prevenção de doenças.

O primeiro indicador de contaminação apontado e adotado especificamente para a avaliação das condições de qualidade e segurança das águas de balneário são denominadas bactérias do Grupo coliformes fecais (totais e termotolerantes) e ainda o Potencial hidrogeniônico (pH). Fatores que se agregam a esses indicadores como tempo, temperatura, fezes humanas e animais, esgotos domésticos e industriais, dissolução de rochas, absorção de gases atmosféricos, oxidação de matéria orgânica e fotossíntese, poderia ser grandemente explorado para possibilitar melhor segurança e auxiliar na criação de novos programas de monitoramento ambiental em favor da natureza e da comunidade usuária.

A necessidade de revisão dos critérios de seleção adequada dos parâmetros que asseguram a qualidade das águas de balneário que é representada por suas características físicas, químicas e biológicas, poderia se aperfeiçoar com inserção de novos critérios e parâmetros em benefício à saúde e bem-estar dos usuários, equilibrando aspectos ecológicos, econômicos e sociais, e contribuir com os programas de monitoramentos oficiais.

Bibliografia

AMORA, A. S.; **Minidicionário Soares Amorada Língua Portuguesa**. São Paulo, 2009. p.80.

ARAUJO, A.S.; **Microbiologia Geral. Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar Unidade Acadêmica de Agronomia e Tecnologia de Alimentos**. Pombal, 2010. p. 38-40.

BRANCO, S. M. **Água: origem, uso e preservação**, São Paulo: Moderna, 1993.

BRASIL. Resolução nº 274 de 29 de novembro de 2000, CONAMA. **Define os critérios de balneabilidade em águas brasileiras**. Disponível em: <
<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=43>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

CETESB. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Rios e reservatórios: Informações**. Disponível em: < <http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/rios/informacoes.asp>>. Acesso em: 15 abri. 2017.

CETESB. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Relatório de balneabilidade das praias paulistas 2002**. São Paulo: CETESB, 2003. p.206.

CETESB. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Ecoturismo pode propiciar experiências e contribuir na formação social de jovens**. Disponível em :<http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2005/11/25_curso.htm. >. Acesso em: 17 de jun. 2017

CHAPMAN, D.; KIMSTACH, V. Selection of water quality variables. In: CHAPMAN, D. (Ed.). **Water quality assessments – a guide to use of biota, sediments and water in environmental monitoring**. London: UNESCO/WHO/UNEP, 1996. p. 74-133.

CHAPMAN, D.; KIMSTACH, V. Selection of water quality variables. In: CHAPMAN, D. (Ed.). Water quality assessments – a guide to use of biota, sediments and water in environmental monitoring. London: UNESCO/WHO/UNEP, 1996. p. 74-133.

HERMES, L. C.; SILVA, A. S. **Avaliação da qualidade das águas**: manual prático. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2004. 55 p.

HIRATA, R. Recursos hídricos. In: TEIXEIRA, W. et al. (Edits.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2001. p. 421-444.

JORDÃO, E. P.; PESSOA, C. A. **Tratamento de esgotos domésticos**. Rio de Janeiro: ABES, 1995. 720 p.

LIMA, A. J. B.; COSTA, G. R. L. X.; SOARES, L. P. C. Avaliação do índice de qualidade da água (IQA) nos reservatórios com capacidade de acumulação de água acima de 5 milhões de metros cúbicos, monitorados pelo IGARN na Bacia Hidrográfica Apodí-Mossoró/RN nos anos de 2005 e 2006. In: **CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, VIII**, 2007, Caxambu. Anais. Caxambu, 2007.

POND, K. Water recreation and disease. **Plausibility of associated infections: acute effects, sequelae and mortality**. London: IWA/WHO, 2005. 231 p.

PORTO, M. F. A. Estabelecimentos de parâmetros de controle de poluição. In: **PORTO, R. L. (Ed.). Hidrologia ambiental**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 1991.

RICHTER, C. A.; NETTO, J. M. A. **Tratamento de água: tecnologia atualizada**. São Paulo: Edgar Blücher, 1991.

SPERLING, M. von. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 3.ed. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de Engenharia Sanitária, 2005. v. 1, 452 p.

SILVA, R. C. A.; ARAÚJO, T. M. **Qualidade da água do manancial subterrâneo em áreas urbanas de Feira de Santana/BA**. Ciência e Saúde coletiva, v. 8, n. 4, p. 1019-1028. ISSN 1413-8123. 2003.

SILVA, N. et al. **Manual de Métodos de Análise Microbiológica de Alimentos**. 3. ed. São Paulo: Varela. 2007. 119-120.

ANÁLISE AMBIENTAL DE PARQUE URBANO – PARQUE LUIZOTE DE FREITAS EM UBERLÂNDIA (MG)

Joseane Aparecida Duarte

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de
Goiás;

joseane.sanitarista@yahoo.com.br

Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de
Goiás

Jussara Martins Fabiano
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de
Goiás

José Henrique Rodrigues Stacciarini
Professor Doutor da Universidade Federal de Goiás;
jhrstacciarini@hotmail.com

Resumo: Trata-se de uma pesquisa sobre o Parque Luizote de Freitas localizado na cidade de Uberlândia-Minas Gerais. Tem como objetivo fazer uma avaliação da paisagem e da função deste parque urbano para a comunidade em que ele está inserido. Para isto, foi necessário ir a campo, fazer observações nas paisagens do parque, fazer registros fotográficos e levantamento bibliográfico sobre as publicações e documentos do referido parque. Conclui-se que o parque não cumpre sua função devido aos riscos que ele oferece à comunidade, seja por falta de infraestrutura adequada ou por falta de segurança pública. Desta forma é preciso realizar ações de educação ambiental para a promoção de preservação e conservação do Parque Luizote de Freitas.

Palavras-chave: Análise Ambiental. Paisagem. Parques urbanos.

Introdução

Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter descritivo. Realizada como forma de obtenção parcial de nota da disciplina de Planejamento Ambiental, ministrada para os alunos de graduação do curso de Gestão em Saúde Ambiental do 8º período da Universidade Federal de Uberlândia no ano de 2015. Tem como objetivo colocar os alunos em possíveis realidades de trabalho, para aperfeiçoamento profissional como sanitaristas com ênfase para as questões ambientais que se relacionam com a saúde humana e animal.

Para isso, é preciso reconhecer que os parques urbanos tem uma função ecológica e social, além dos aspectos relacionadas com a estética e o lazer dentro das comunidades urbanas, e a qualidade de vida e ambiental que os parques urbanos com áreas verdes pode oferecer para as pessoas. Neste sentido, para a preservação e conservação do parque é preciso que a população que utiliza deste parque, o valorize e o proteja por meio de ferramentas como a educação ambiental.

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização"(MMA, 2015).

Neste sentido, a realização desta pesquisa além de aperfeiçoar a prática profissional em relação às questões técnicas, possibilita a reflexão crítica sobre os aspectos socioambientais que envolvem os parques urbanos em Uberlândia – Minas Gerais, para a promoção de participação popular e controle social nas entidades que cuidam dos parques urbanos e áreas de preservação.

Espera-se que este trabalho sirva como referencial para futuras pesquisas que possam ser realizadas sobre o Parque Luizote de Freitas.

Metodologia

A pesquisa foi dividida entre os alunos da turma, que tinha que realizar a seguinte metodologia para realização do trabalho de campo e teórico, para uma posterior apresentação em sala de aula e publicação de artigo científico em evento ou revista que trata do tema principal:

- (i) Divisão dos parques urbanos de Uberlândia para os grupos de estudantes, no qual este grupo ficou responsável pela pesquisa no Parque Luizote de Freitas;
- (ii) Distribuição de um roteiro de trabalho “Diagnóstico da Unidade de Conservação”;
- (iii) Visita e observação do campo de trabalho;
- (iv) Levantamento de referencial bibliográfico;
- (v) Construção de um artigo científico.

Resultados

Assim que foi realizada a distribuição dos parques urbanos de Uberlândia, Minas Gerais, grupos de alunos fizeram a busca do endereço para ir a campo observar e fazer anotações pertinentes à esta pesquisa. Dentre as investigações, encontrou-se na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) os seguintes dados cartográficos disponíveis de forma gratuita:

- Carta topográfica: Uberlândia (MI – 2451/3 - SE)
- Folha SE 22-Z – B – VI – 3 – SE –
- Região Sudeste do Brasil – Escala 1:25.000

Para KLIASS “os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação” (1993, p. 19). Para que se compreenda melhor a conjuntura do Parque Luizote de Freitas é preciso conhecer seu histórico, desta forma, o Parque Municipal Luizote de Freitas foi criado em 1987, com a função de preservar o meio ambiente e servir à comunidade do bairro como área de lazer e contemplação da paisagem. Por manter preservada uma das nascentes do Córrego do Óleo, é considerado pela legislação como área de proteção. Através do Decreto n. 7452, de 27 de novembro de 1997, o parque foi regulamentado, estando estabelecido na Rua Genarino Cazabona, no Bairro Luizote de Freitas, setor oeste da cidade de Uberlândia.

Sua área é de 53.120,79 m². Destacamos, no momento, uma raridade representativa de um fragmento remanescente de mata de galeria do bioma Cerrado, clavada em um braço esquerdo, tributário das águas do Córrego do Óleo. Trata-se de uma área de cerca de 5,7 hectares de parque de mesmo nome do bairro, local este, um sítio tropical onde se pode apreciar movimentações livres de pato, marrecos, garnisés, coelhos, jabutis, dentre outros, além de exuberante presença de peixes na lagoa e de inigualáveis repousos e pousios de pássaros, visto normalmente, em horários vespertinos.

Foto 1: Parque Luizote de Freitas em 2015.



Fonte: DUARTE. J.A., Janeiro de 2015.

O Parque Luizote, é uma unidade de conservação que não possui Plano de Manejo (PM); sendo que em Uberlândia, os únicos que possuem até o ano de 2015, são o Parque Siquerolli e o Parque Gávea; demonstrando assim, uma necessidade que a maioria dos parques urbanos de Uberlândia possui. O site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, catalogou os parques urbanos e traz a seguinte descrição do Parque Luizote:

O parque Municipal Luizote de Freitas está situado na área urbana do município de Uberlândia, onde se verificou a existência de uma nascente do córrego do Óleo, que represada, toma a forma de um lago. Este lago é composto de água caracterizada com aspecto claro, sendo uma pequena parte do mesmo ocupada por tábuas. Em meio à vegetação, observa-se a presença de gramíneas e ciperáceas que compõem um substrato onde predominam espécies arbóreas nativas e incorporadas ao local: ata brava, imbaúba, ingá, jequitibá, óleo e pau-terra; também, foi observada a existência de espécies frutíferas e ornamentais, como jambolão, ingá, amora, calabura e trema, às margens da represa. Sobre a fauna aquática deste parque, merece destaque o cágado, espécie ameaçada de extinção nos córregos de Minas Gerais; carpas; trairão; lambari; paquis e bagres. Percebe-se, também, a presença de avifauna, composta por tucanos, bem-te-vis, colerinhas, canários, beija-flores, pássaros-pretos e tizius. Outros animais também habitam o parque. Entre eles os gansos, patos, jabutis, além de pequenos outros que são soltos nessa área pela própria população. O parque encontra-se todo circundado por alambrado, sendo internamente iluminado, somente em alguns pontos, por postes de iluminação da CEMIG (nas proximidades do lago e do jardim próximo à casa de vigilância), externamente também se encontra iluminado por postes de mesmo caráter. O parque Municipal Luizote de Freitas está situado na área urbana do município de Uberlândia, onde se verificou a existência de uma nascente do córrego do Óleo, que represada, toma a forma de um lago. Este lago é composto de água caracterizada com aspecto claro, sendo uma pequena parte do mesmo ocupada por tábuas. Em meio à vegetação, observa-se a presença de gramíneas e ciperáceas que compõem um substrato onde predominam espécies arbóreas nativas e incorporadas ao local: ata brava, imbaúba, ingá, jequitibá, óleo e pau-terra; também, foi observada a existência de espécies frutíferas e ornamentais, como

jambolão, ingá, amora, calabura e trema, às margens da represa. Sobre a fauna aquática deste parque, merece destaque o cágado, espécie ameaçada de extinção nos córregos de Minas Gerais; carpas; trairão; lambari; paquis e bagres. Percebe-se, também, a presença de avifauna, composta por tucanos, bem-te-vis, colerinhas, canários, beija-flores, pássaros-pretos e tizius. Outros animais também habitam o parque. Entre eles os gansos, patos, jabutis, além de pequenos outros que são soltos nessa área pela própria população. O parque encontra-se todo circundado por alambrado, sendo internamente iluminado, somente em alguns pontos, por postes de iluminação da CEMIG (nas proximidades do lago e do jardim próximo à casa de vigilância), externamente também se encontra iluminado por postes de mesmo caráter. (PMU, 2004)

O decreto nº 21.724, de 23 de novembro de 1981 regulamenta os parques estaduais segundo o art. 2º, "os parques estaduais são bens do estado de minas gerais, criados para a proteção e preservação permanente de regiões dotadas de excepcionais atributos da natureza, ou de valor científico ou histórico, postos à disposição do povo", possuindo como principais objetivos a preservação e a intocabilidade dos ecossistemas naturais englobados, fonte de realização de estudos, pesquisas e trabalhos e de interesse científico e oferece condições para recreação, turismo e realização de atividades educativas e de conscientização ecológica.

O Parque Luizote possui solo de unidade hidromórfico, com acentuado teor orgânico, com mata de galeria até a lagoa, possui características similares ao de cerrado; com declividade suave. É uma área que contém três minas d'água, na qual é represada na forma de uma lagoa. Este lago é composto de água caracterizada com aspecto claro, sendo uma pequena parte do mesmo ocupado por tábuas. Em meio à vegetação, observa-se a presença de gramíneas e ciperáceas que compõem um substrato onde predominam espécies arbóreas nativas e incorporadas ao local: ata brava, imbaúba, ingá, jequitibá, óleo e pau-terra; também, foi observada a existência de espécies frutíferas e ornamentais, como jambolão, ingá, amora, calabura e trema, às margens da represa.

Foto 2: Parque Luizote de Freitas no ano de 2015.



Fonte: DUARTE. J.A., Janeiro de 2015.

Sobre a fauna aquática deste parque, merece destaque o cágado, espécie ameaçada de extinção nos córregos de Minas Gerais; carpas; trairão; lambari; paquis e bagres. Percebe-se,

também, a presença de avifauna, composta por tucanos, bem-te-vis, colerinhas, canários, beija-flores, pássaros-pretos e tizius. Outros animais também habitam o parque. Entre eles os gansos, patos, jabutis, além de pequenos outros que são soltos nessa área pela própria população.

O Parque Luizote conta com uma precária infraestrutura, sendo que o zelador possui um posto de trabalho em um barraco feito de lajotas, sem água, luz ou esgoto. As calçadas não permitem uma boa mobilidade, necessitando de reformas para melhorar o fluxo de pessoas, que as utilizam para fazer caminhada, corrida ou andar de bicicleta. Há um pequeno espaço destinado à um parquinho infantil, que conta com um escorregador e um balanço, que precisa de reparos, para não causar acidentes e danos à saúde das crianças que o utilizam. Outra necessidade é o aumento da iluminação e segurança pública no local.

Ao observar a paisagem do Parque Luizote de Freitas, conforme Barbosa (2009) indica, toma-se a paisagem como um aspecto visível e imediatamente perceptível do espaço, e ao observá-lo, o ser que observa atribui seus sentidos, valores, mitos, crenças, portanto a sua interpretação é carregado de experiência do que foi vivido e percebido. Portanto, a paisagem é o resultado do [...] “olhar lançado ao mundo e um objeto visível ao olhar do mundo” (PERRONE-MOISÉS, 1988, p. 327).

É possível concluir que a população não extrai todos os benefícios de se ter um parque urbano nas proximidades de suas casas, devida a insegurança que o mesmo oferece aos moradores, seja pelo risco de acidentes que possam acontecer dentro do parque com os equipamentos de lazer, ou pelo risco de afogamento na represa que não é aberta para o banho e mesmo assim algumas pessoas se arriscam ao nadar nela, ou pela falta de iluminação que faz com que este local seja um lugar propício para ladrões e usuários de drogas se esconderem.

O Parque Luizote, não possui nenhum programa ou ação ligada à Educação Ambiental. Sendo que o parque permanece de portas fechadas para visitação pública, só é autorizada a entrada de pessoas com autorização prévia do Diretor de Parques e Biodiversidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia, Senhor João Batista de Moraes, engenheiro agrônomo e químico. Havia um dia do ano destinado à pesca, na qual a população podia participar e interagir com o espaço do Parque Luizote de Freitas, porém, essa prática foi vinculada à interesses político-partidários, no que acarretou no fim dessa tradição.

Resultados e Conclusões

Embora, reconhecida a necessidade de mais melhorias estruturais e a dificuldade permanente de manutenção diária, entendemos como compensador o *feedback* constantemente manifestado pelas pessoas que contemplam aquele espaço. É preciso chamar a comunidade para interagir com esse espaço que é um bem público e que contribui com a qualidade ambiental e de saúde coletiva. Só valorizando o espaço é possível que a população pratique a educação ambiental, mudando os comportamentos que impactam negativamente o meio ambiente, como por exemplo, acabar com o esgotamento clandestino de água pluvial, jogar resíduos no parque, dentre outros.

Bibliografia

UBERLÂNDIA, Prefeitura. **Parque Municipal Luizote de Freitas**. Disponível em: Acesso em: 27 fev. 2015

MOREIRA, Vinícius Borges; et al. **Os parques urbanos de Uberlândia-MG**: Levantamento e caracterização destes espaços a partir da visão de seus usuários¹. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, Uberlândia, v. 3, n. 8, p.02-26, 02 dez. 2011.

http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5732.pdf

KLIASS, Rosa Grená. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. Pini, 1993.

Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos
Programa de Pós-Graduação Stricto sensu (Mestrado) em Geografia da Universidade
Federal de Goiás.
fellipe.rtcs@gmail.com

Joseane Aparecida Duarte
Programa de Pós-Graduação Stricto sensu (Mestrado) em Geografia da Universidade
Federal de Goiás.
joseane.sanitarista@yahoo.com.br

Paulo Henrique Kingma Orlando
Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Federal de Goiás. paulo.horlando@gmail.com

Resumo: Cemitérios são elementos do cotidiano das cidades, estão presentes em todos os aglomerados urbanos, e se fazem necessários por questões ideológicas, religiosas e/ou culturais. Entretanto, com o decorrer da história, constatações de contaminações ambientais cada vez mais foram identificadas, chegando ao imaginário popular que cemitérios são locais que necessariamente estão contaminados. O presente trabalho propõe a utilização da NBR 15515-1 que trata de avaliar a contaminação de solos e águas subterrâneas, associadas com outros critérios encontrados na literatura para formar uma metodologia experimental de avaliação ambiental de tais empreendimento.

Palavras-chave: Licenciamento de cemitérios. Contaminação. Solos e águas subterrâneas.

1. INTRODUÇÃO

O processo natural de evolução do homem, na amplitude do ciclo nascimento – morte, têm seus elementos estruturais pré-definidos, tanto institucionalmente, quanto no imaginário popular. A maternidade está associada a expectativa de uma nova vida, enquanto os cemitérios estão tomados por crenças, religiosidades, apropriações de espaço e cultura sempre no culto a saudade, ou a necessidade de algumas pessoas de manter um elo material com alguém que já está morto.

Inicialmente os corpos eram sepultados em igrejas, conforme costume da época quanto mais perto do altar, mais nobre e próximo do processo de salvação divina estava o indivíduo. Aos pobres competia serem enterrados em campos coletivos. O clero não esperava que a mercantilização e apropriação da cultura resultaria em putrefação e más condições ambientais do interior de suas igrejas.

Para fins de melhoria sanitária, o Estado então toma a responsabilidade de gerir os cemitérios, que passam a ser coletivos e preferencialmente em campos abertos e bem iluminados. A evolução do gerenciamento, contudo, não têm resultados pragmáticos no Brasil, o que pode ser constatado nas diversas regiões do país, na qual não existe uma definição cartesiana ou minimamente lógica de segregação dos espaços (na maioria dos cemitérios), não seguindo um arcabouço normativo, segundo regulamentações ambientais.

Com o passar do tempo, o capital identifica possibilidade de gerar especulação novamente nos processos fúnebres, atribuindo valores distintos às zonas distintas de um cemitério, entretanto os processos ambientais necessários a uma diminuição dos passivos não são levados em conta, justamente pela ausência de uma política efetiva a nível nacional de gerenciamento de cemitérios.

Este trabalho se justifica na ausência de boas práticas sanitárias, resultando em diversos casos de contaminação ambiental, seja do solo, do ar, das águas subterrâneas ou superficiais. O aumento da população e da concentração urbana sem planejamento também têm influências diretas nesses passivos ambientais.

Faz-se necessário aplicar métodos investigativos para determinação de possíveis contaminações ou não, subsidiadas em metodologia amplamente difundida para redução de mitos populares ou para a definição de potenciais fontes poluidoras. Um cemitério que opera dentro das resoluções CONAMA nº 335/2003, 338/2006 e 402/2008 trazem benefícios a toda uma cadeia vizinha ao empreendimento e as questões ambientais envolvidas.

O objetivo é discutir a possível utilização da ABNT NBR 15515-1 que trata de analisar a contaminação de solos e águas subterrâneas, na investigação de áreas que estão empreendidas para uso de cemitérios. O interesse dos autores em realizar tal abordagem é oriundo de pesquisas realizadas no período de graduação, no qual critérios de licenciamento ambiental e estudos de contaminação de ambientes elaborados.

2. ARCABOUÇO TEÓRICO

Cemitérios podem ser grande fonte de problemas sociais caso não sejam devidamente instalados e gerenciados. Leli *et al.* (2012) classificam que fatores físicos como localização, tipo de solo, profundidade do lençol freático, inclinação do terreno entre outros itens deve ser observados no momento da instalação de um cemitério. Entretanto, em algumas cidades históricas o crescimento e urbanização acelerada não permitiram que tais fatores fossem respeitados. A ausência de gestão nesses lugares acabou por gerar um problema urbano de prováveis consequências negativas para a sociedade.

Pode estar associado a ausência de gestão o fato de que há apenas as Resoluções do CONAMA nº 335/2003, 368/2006 e 402/2008 normatizam os procedimentos de implementação e operação de cemitérios. Ou seja, são normas relativamente recentes e que não tem paridade com o resgate histórico de mais de 500 anos de construção de cemitérios, desde as primeiras concentrações urbanas no Brasil.

A formação histórica dos cemitérios é retratada por Souza e Westphal (2017) desde os dogmas religiosos até o início do gerenciamento dos cemitérios pelo Estado.

Dentre os novos padrões de comportamento, destacamos a transformação pela qual o morto e a morte passaram no Brasil. O corpo do morto e o fenômeno da morte estiveram durante séculos sob a tutela da igreja, que controlava e ensinava os caminhos para a salvação, entretanto, diante da separação entre Igreja e Estado, foram liberados deste domínio. O discurso de secularização da sociedade atingiu além do morto e da morte, também o cemitério e os rituais fúnebres que deveriam também se encaixar nos discursos de civilidade e organização. O cemitério, território administrado pela igreja católica, sofreu os desdobramentos da secularização, pois, da mesma forma que a cidade dos vivos passou por mudanças, também a cidade dos mortos precisou adaptar-se aos novos ideais. Ele deixa de ser campo santo – benzido e administrado pela igreja – para torna-se necrópole – espaço para o enterro de pessoas de qualquer credo religioso, para a celebração da memória do morto, administrado e organizado por zeladores pagos pela municipalidade. (SOUZA E WESTPHAL, 2017, pág. 20-21).

Já Santos *et al.* (2015) explicam como foi o processo de transição da apropriação da morte e dos processos fúnebres, que deixa de ser da igreja e passa a ser do Estado, com locais de sepultamento públicos e preferencialmente localizados em campos abertos e iluminados por conta dos diversos problemas inerentes a questões sanitárias das igrejas.

A expansão urbana das cidades e o seu transbordamento aliado ao crescimento populacional foram fatores preponderantes para que os cemitérios coletivos a céu aberto passassem a ser criados devido ao aumento da demanda e falta de espaço para sepultamentos nas igrejas e capelas. É inegável a importância do cemitério para a sociedade, seja do ponto de vista cultural, espiritual, sanitário, entretanto, por se tratar de um empreendimento que oferece alto risco de poluição ao meio ambiente e impacto psicológico à população é motivo de polêmica e preocupação por parte de vários setores da sociedade. (SANTOS *et al*, 2015, p.11).

A mudança dos locais de sepultamento, entretanto, não excluiu a possibilidade de segregação socioeconômica, mesmo após a morte. Hoje temos cemitérios cuja organização institucional pode ser pública ou privada, na qual é possível observar questões contrastantes evidentes, principalmente em *layout* do empreendimento, origem social do falecido/família por meio de ornamentos em jazigos, e questões do pós-sepultamento, podem ser cobrança de mensalidade em cemitérios privados ou os empréstimos de sepulturas em cemitérios públicos - que estão disponíveis por certo período, sendo solicitados de volta à coletividade – competindo a família decidir por depositar os restos mortais em covas coletivas ou fazer a aquisição de jazigos.

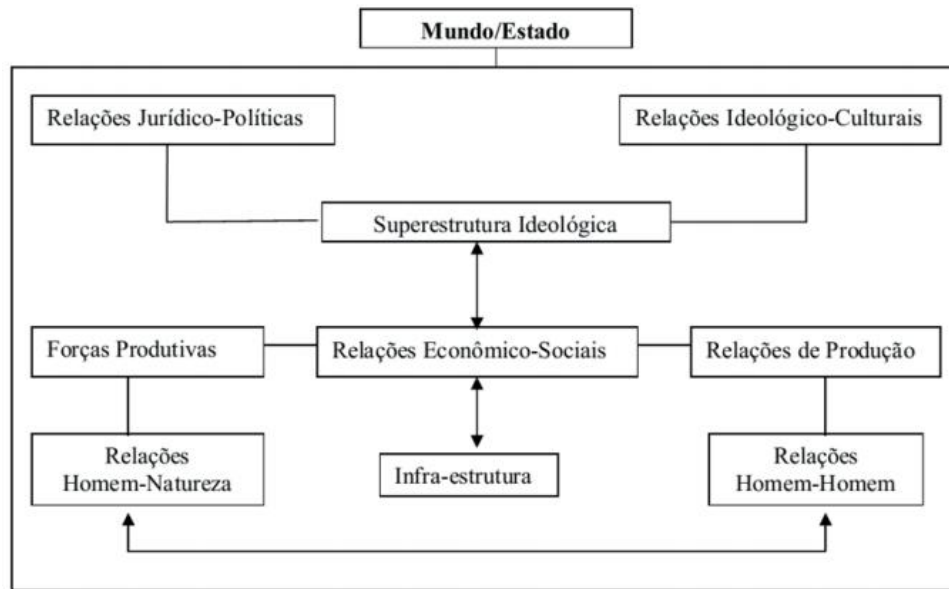
A localização dos jazigos já têm profundas ligações econômicas, com locais valorizados e locais com preços acessíveis – semelhantes a processos de especulação imobiliária. Uma leitura mais atenta das obras de David Harvey permite avaliar como o capital faz apropriação de tais locais e em *n* outros processos. Leli *et al*. (2012), avaliam que a necessidade do homem em manter cemitérios está tanto nas crenças religiosas e sociais, que tais empreendimentos subsidiam ao “trazer o convívio entre os vivos, e atender as necessidades psicológicas de manter uma relação material os entes que se foram”.

Desta forma o homem faz apropriação do ambiente, tornando-o uma mercadoria. Casseti (1991) diz que as relações de produção e apropriação não são determinadas por meio da correlação entre homem e natureza, mas sim dos resultados entre a interação homem- homem. Para justificar tal fala, ele faz a citação de Marx, “Para produzir, os homens contraem determinados vínculos e relações; através desses vínculos e relações sociais, e só através deles, é que se relacionam com a natureza” (Marx, 1967, p.441).

Para Orlando (2013) O processo de apropriação e transformação da natureza é o responsável pela existência dos problemas de degradação ambiental, posto que tal realidade possua origem no próprio interior das relações sociais.

Na figura 01 Casseti (1991) ilustra os elementos internos das forças produtivas. A superestrutura ideológica é amparada em dois pontos: nas relações jurídicos-políticas e nas relações ideológicas-culturais. Nesse aspecto, o licenciamento ambiental de cemitérios satisfaz os dois pontos, pois compete às relações jurídicas assegurar um ambiente saudável e de bem de uso comum, conforme Artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e também compete zelar e promover as relações ideológicas-culturais, aqui vistas na forma de religiões e necessidades culturais de ainda manter a memória de uma pessoa que já faleceu.

Figura 1 – Elementos internos das forças produtivas.



Fonte: Caseti (1991).

As relações econômico-sociais são categorias analíticas, sendo que a relação homem-natureza é o próprio objeto de trabalho, no caso o processo natural de morte. Enquanto as relações homem-homem enxergam a possibilidade de mercantilizar, mas também a chance de fomentar a cultura, a identidade e a memória de um povo.

Há nesse ponto questões relacionais as percepções de pertencimento baseadas na experiência de local e lugar. Perspectivas de lugar dentro da fenomenologia estão a partir da experiência do espaço vivido, discutidos por autores como Tuan. Discussões baseadas no materialismo-histórico dialético são voltadas para interações locais/globais, ou seja, relações internas/externas, como discutido por Milton Santos. Ambas abordagens dialogam com os processos vividos e experimentados que subsidiam a sensação de identidade e pertencimento aquele local.

3. PESQUISA EMPÍRICA

O conjunto dos indicadores ambientais podem fornecer uma síntese das condições ambientais, das pressões sobre o meio e das respostas encontradas pela sociedade para mitigá-las. Dividem-se em quantitativos (representado em escala numérica) ou qualitativos (classificado em categorias ou níveis), podendo ser biológicos, físicos e químicos. Por meio da tabela 01 é possível identificar os aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos utilizados como indicadores ambientais para cemitérios.

Tabela 01 – Indicadores ambientais para cemitérios.

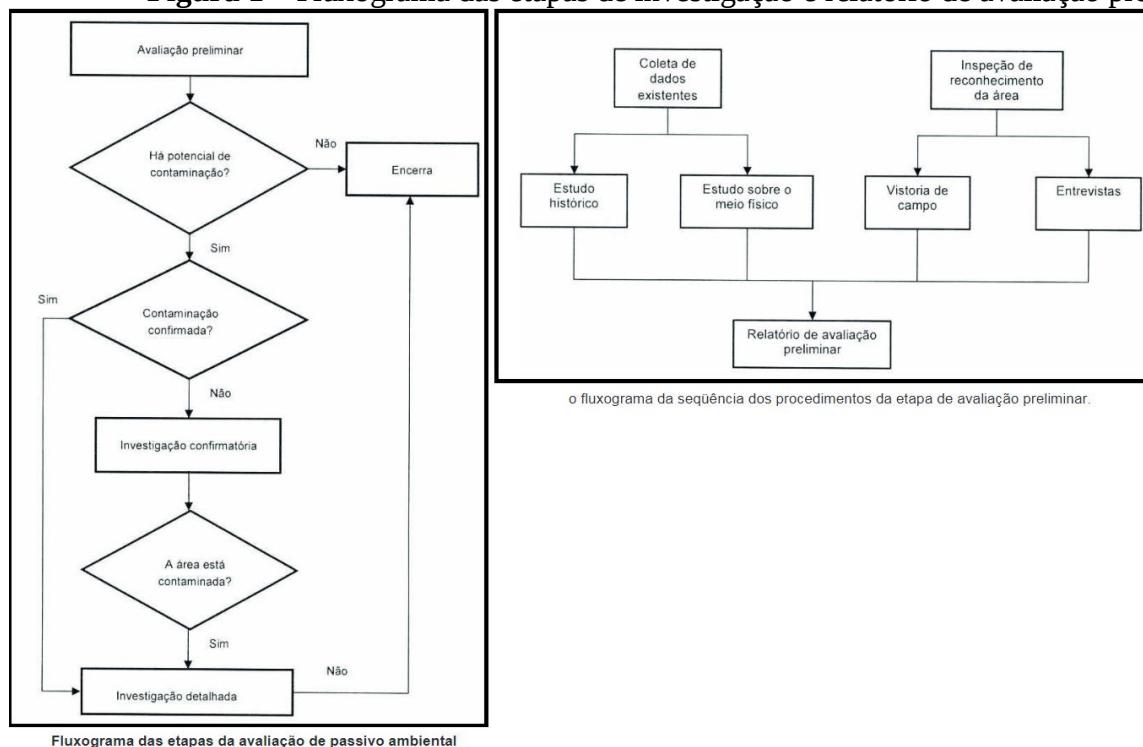
Dimensão	Aspecto	Impacto	Indicador
Física	Dinâmica da água superficial	Transporte de sedimentos provenientes da construção de sepulturas e de erosão do solo exposto	Quantidade de processos erosivos e sedimentos depositados a jusante
	Características da água subterrânea	Contaminação das águas subterrâneas	cor, turbidez, pH, temperatura, nitrito, nitrato, nitrogênio amoniacal, cálcio, coliformes termotolerantes e totais
	Características do ar	Mudanças nas características do ar por emissão de gases provenientes da decomposição dos cadáveres	Emissão de gases como CO ₂ , Gás sulfídrico, Metano, amônia, hidrogênio, odor
Biótica	Características da fauna	Presença de vetores como ratos, formigas e mosquitos	Quantidade de vetores
Socio-econômica	Infra-estrutura urbana	Alteração de tráfego, demanda de serviços e comércio, qualidade de serviços públicos	Quantidade de veículos em circulação, eficiência do transporte coletivo, quantidade de estabelecimentos comerciais, eficácia de serviços públicos
		Valorização ou desvalorização imobiliária	Evolução dos valores dos imóveis do entorno
	Qualidade de vida	Incomodo da população vizinha	Porcentagem de satisfação da população com o empreendimento

Fonte: Lelis et al (2012).

Uma das maiores preocupações em relação aos cemitérios é quanto à contaminação dos recursos hídricos, sejam água superficial ou subterrânea. Sabendo-se da importância da água para a sociedade humana, como recurso hídrico, os aquíferos têm despertado alto grau de interesse ambiental para sua preservação, surge dessa forma a necessidade de monitoramento da água subterrânea, sendo que, até pouco tempo, a preocupação era apenas com a água superficial.

Para averiguação da contaminação da água subterrânea será utilizada a ABNT NBR 15515-1 do ano 2007, que trata da avaliação de passivo ambiental em solo e água subterrânea. Na figura 01 estão dois fluxogramas, o da esquerda trata da avaliação preliminar da existência de contaminação, segundo a referida normativa. Caso a contaminação seja confirmada, o percurso metodológico é o do fluxograma da esquerda, que indica os procedimentos para elaboração do relatório de avaliação preliminar.

Figura 1 – Fluxograma das etapas de investigação e relatório de avaliação preliminar.



Fluxograma das etapas da avaliação de passivo ambiental

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas (2007).

O documento da ABNT NBR 15515-1 possui 51 páginas, cujo conteúdo é concatenado da seguinte forma: avaliação preliminar; coleta de dados existentes; estudo histórico; estudo sobre o meio físico; inspeção de reconhecimento da área; ficha técnica; guia para preenchimento da ficha técnica e relatório técnico.

Como o presente pré-projeto busca uma metodologia inédita de avaliação juntando elementos de caracterização de passivos ambientais de solo e águas subterrâneas, subsidiado pela ABNT NBR 15515-1, alinhando com métodos investigativos citados no trabalho de Lelis *et al* (2012), os critérios dos autores também serão aplicados. A partir da tabela 02 é possível identificar os parâmetros a serem avaliados segundo a fase de investigação e a tomada de decisão associada.

Tabela 02 - Tabela de desempenho para os métodos de avaliação de impactos

FASE DE INVESTIGAÇÃO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	TOMADA DE DECISÃO
Avaliação preliminar Fase I	Busca na área fonte (cemitério) para averiguação de possíveis problemas; Análise das condições gerais no interior do cemitério, (integridade tumular, perda de solo por enxurradas, manchas escurecidas no solo, distribuição tumular e distância entre limite dos túmulos e parede do cemitério); Espécies arbóreas (raízes pivotantes ou radiais); Análise dos arredores do cemitério, (integridade superficial do solo: erosão, manchas, odor), e informações dos moradores próximos (cheiro, outros problemas).	Definição da presença de passivos ou evidências de fontes de contaminação
Investigação confirmatória Fase II	Análise de água em pontos estratégicos e próximo ao cemitério - jusante e montante da área; Análise de solo, do interior, arredores e jusante;	Definição da existência de concentrações de compostos químicos acima do normal (definir se a área está contaminada)
Investigação detalhada	O necrochorume é composto de substâncias como, Carbono, Nitrogênio, Cálcio, Fósforo, Enxofre, Potássio, Sódio, Cloreto, Magnésio, Ferro e Água, portanto, se a amostra de água contiver excesso de salinidade (atentar para tipo de rocha, solo), certamente tem algum problema com contaminantes do cemitério. As águas dos corpos d'água com pouca oxigenação também são indícios de presença de bactérias. Portanto, é importante solicitar cultura das águas para bactérias aeróbicas, anaeróbicas e vírus. Os gases liberados pela decomposição do corpo, em alguns casos, também são tóxicos, por exemplo: H_2S - Gás Sulfídrico, é extremamente tóxico e inflamável e causa danos à saúde, sendo até fatal. CH_4 -Metano, a reação do metano é a combustão. NH_3 - Amônia, tóxico e dissolve facilmente em água. CO_2 - Dióxido de carbono, gás inodoro, incolor, sufocante. H_2 -Hidrogênio, incolor, inodoro, sem sabor e não tóxico.	Estabelecer o tamanho da pluma de contaminação existente na área e sua área de influência
Avaliação de Risco	O necrochorume é constituído por 60% de água, 30% de sais minerais e 10% de substâncias orgânicas, dentre as quais, duas diaminas muito tóxicas que é constituída pela putrescina (1,4 Butanodiamina) e a Cadaverina (1,5 Pentanodiamina). Silva (1998) registrou radioatividade num raio de duzentos metros das sepulturas de cadáveres que em vida foram submetidos a radioterapia ou que receberam marca-passos cardíológicos que funcionam à base de fontes radioativas. O autor sugere que cadáveres que passaram por tais tratamentos, deveriam ser cremados e suas cinzas dispostas como lixo atômico porque materiais radioativos são móveis na presença de água. Matos (2001) constatou o transporte de microrganismos no lençol freático - bactérias heterotróficas (tétano), proteolíticas (ação na coagulação sanguínea) e clostrídios sulfito-redutores (intoxicação digestiva), enterovírus (sistema nervoso central, musculatura, pâncreas, etc.) e adenovírus (vias aéreas superiores, bronquite, faringite, febre, etc.).	Estabelecer os níveis de riscos da contaminação para população do entorno. Estabelecer os níveis das concentrações máximas aceitáveis para cada contaminante
Projeto de remediação	Interdição das áreas críticas do ponto de vista ambiental, implantação de redes de drenagem de águas superficiais, calagem no solo, se for o caso (dependendo dos estudos), recuperação dos túmulos, medidas que evitem a saída de necrochorume dos túmulos (impermeabilização ou outra técnica aprovada pelo órgão ambiental). Análise das áreas de entorno a jusante do cemitério, não permitindo o uso de poços artesianos ou tipo cacimba. Monitoramento contínuo mensal dos solos e da água subterrânea.	Estabelecer o tipo de remediação mais adequada para o tipo e nível de contaminação existente na área
Remediação	Silva (2000) orienta a utilização de peróxido de cálcio ($CaCO_2$) oxidante, (baixo custo e de fácil aplicação). 1. Diretamente no interior dos caixões, no forro ou no travesseiro de cabeça do cadáver, dispostos em saquinhos de pano ralo permeável ou de papel poroso; 2. Externamente, ao redor dos caixões, nas covas de inumação ou nos carneiros dos túmulos; Outro oxidante enérgico é o ácido peracético (CH_3CO_3H), que tem ação fungicida-bactericida e viricida.	Acompanhar a evolução do processo de descontaminação da área para que os compostos fiquem abaixo da concentração máxima aceitável
Monitoramento	Os poços deverão ser amostrados, de acordo com a norma da ABNT NBR 15495-1 e 15495-2 e as amostras de água analisadas para os seguintes parâmetros: sólidos totais dissolvidos, dureza total, pH, cloretos, chumbo total, ferro total, fosfato total, nitrogênio amoniacal, nitrogênio nitrato, coliformes fecais, bactérias heterotróficas e mesófilas, salmonella sp., cálcio e magnésio. A amostragem é trimestral para cemitérios implantados até 1 ano, semestral (1 a 5 anos), e anual (acima de 5 anos).	Acompanhamento da Evolução da área após sua descontaminação

Fonte: Lelis et al (2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de perímetros urbanos tem como consequência a formação de cemitérios, pois lá se materializam necessidades culturais e religiosas. Modificar estruturas de tais empreendimentos de horizontal para cemitérios verticais apresentam relativos ganhos, mas não excluem a necessidade de se realizar o licenciamento.

Como ferramenta de auxílio na tomada de decisões e no procedimento de amostragem e análise, os indicadores apontados no estudo de Lelis et al (2012) foram escolhidos, pois proporcionam uma averiguação mais holística do sistema.

Portanto aplicar uma metodologia de avaliação de contaminação de solo e águas subterrâneas já estruturada e concatenada como a NBR 15515-1, na avaliação de possíveis contaminações pode ser feita de maneira experimental, e com os devidos estudos, ser incorporada nas normativas do CONAMA.

5. REFERÊNCIAS

ABNT NBR 15515-1. **Trata dos passivos ambientais para contaminação em solo e água subterrânea.** Disponível em <
www.abntcolecao.com.br/pdfview/viewer.aspx?Q=A004C8E3912D0B68AAF0A2CAC9D96E3583E72E20D2316EAF&Req= > acesso em 19 de mai. de 2017.

CASSETI, Valter. **Ambiente e Apropriação do Relevo.** São Paulo: Contexto, 1991.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 1. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

LELI, I.T.; ZAPAROLI, F.C.M.; SANTOS, V.C.; OLIVEIRA, M.; REIS, F.A.G.V. **Estudos ambientais para cemitérios: indicadores, áreas de influência e impactos ambientais.** Revista Bol. geogr. Maringá, v. 30, n. 1, p. 45-54, 2012.

ORLANDO, P.H.K. **A Natureza na perspectiva da produção capitalista: o cenário da exploração dos recursos naturais na atualidade.** *Emblemas*, v.10, n.1, 91-104, jan-jul, 2013.

SANTOS, P.J.A; GAMA, C.M; CAVALCANTE, L.P.S; LIMA, L.A.L. **Avaliação de impactos ambientais: estudo de caso no cemitério público do município de Queimadas – PB.** Revista Monografias Ambientais. Campina Grande, v.14, n 3, p. 10-17, 2015.

SOUZA, A.B; WESTPHAL, E.R. **Um patrimônio em conflito: os reflexos dos discursos de civilidade e lazer no antigo cemitério da lagoa em Barra Velha/SC.** Revista INTERthesis. Florianópolis, v. 12, n1, p.19 – 40, 2017.

BIOMA CERRADO: FUNDAMENTOS E CONCEITOS

Nikaele Marinho

Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás

Laís Naiara Gonçalves dos Reis

Professora Doutora do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás

geografalais2013@gmail.com

Resumo: O Cerrado brasileiro abriga uma grande quantidade de espécies da biota: vertebrados, invertebrados, microorganismos, e plantas em suas diversas complexidade. Algumas espécies são endêmicas deste bioma. O Cerrado apresenta uma paisagem composta por um mosaico de formações distintas. Este trabalho tem como objetivo apresentar os fundamentos e conceitos das diversas fitofisionomias do Cerrado para orientar uma possível chave-de-interpretação de imagens para o bioma.

Palavras-chave: Cerrado. Bioma. fitofisionomia. Conceito.

1. Introdução

Grande parte do Cerrado (lato sensu) está localizado no planalto central Brasileiro, sendo o segundo maior bioma do país. O domínio morfoclimático dos Cerrados apresenta uma área de “[...] 2.045.064 km², abrangendo oito estados do Brasil Central: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal (BARBOSA; BARROS; RIBEIRO, 2011, pp. 5). Sobre o clima do Cerrado, pode-se dizer que ele é intermediário, pois se divide em duas estações bem definidas, entre seca e inverno, já que entre maio e setembro quase não tem índices de precipitação significativos, com exceção dos períodos de invernicos e de outubro a abril tem-se o período de chuvoso.

O Cerrado brasileiro abriga uma grande quantidade de espécies da biota: vertebrados, invertebrados, microorganismos, e plantas em suas diversas complexidade. Algumas espécies são endêmicas deste bioma. Sobre a representatividade do Cerrado brasileiro, “[...] são catalogadas para o Brasil aproximadamente 50 mil espécies vegetais, “isso representa 1/7 das espécies de plantas existentes no mundo. E, entre elas, sete mil estão distribuídas nas fisionomias do bioma Cerrado.” (BARBOSA; BARROS; RIBEIRO, 2011, pp. 7)

A biodiversidade deste bioma é uma das mais ricas do mundo, com fitofisionomia arbórea, bastante variada. Apresenta árvores de pequeno à grande porte, com troncos retorcidos e raízes bem compridas, pois já essas buscam água no Latossolo (profundo), este bioma, também, apresenta formações campestres (BARBOSA; BARROS; RIBEIRO, 2011).

Segundo Barbosa, Barros e Ribeiro (2011) são mais de três décadas de ocupações agrícolas no Cerrado, pois começou a ser explorado, devido às práticas da pecuária, agricultura de grãos, extrativismo mineral e vegetal, entre outras. Neste bioma, observa-se desde pequenas plantações de lavouras à plantações em grande escalas, como o cultivo da soja, feijão, arroz, sorgo. Segundo Reis (2016, pp.), “[...] segundo o Cerrado detém 5% da biodiversidade do planeta, porém é o bioma mais ameaçado do País. Estima-se que 47,84 % da área do Cerrado já tenham sido desflorestados até 2008”. A biodiversidade do bioma está sendo ameaçada, seja pelas queimadas ou pelas estradas que cortam os habitats de vegetação nativa. Além da bovinocultura e as lavouras de grãos, contribuem para formar uma paisagem composta de matriz e de fragmentos (remanescentes de vegetação nativa), diminuindo a qualidade dos habitats.

Para Primack e Rodrigues (2001) o que mais vem ameaçando a diversidade biológica do cerrado e a perda do seu habitat, segundo esses não se sabe ao certo e nem tem como saber exatamente a quantidade de espécies que já entrou em extinção por não haver estudos da quantidade que se tinham anteriormente a essa destruição, e isso não vem ocorrendo só no Brasil mas também tem gerado bastante preocupação de nível mundial que engloba a floresta amazônica. Segundo Reis (2014) uma grande ameaça para fauna e a fragmentação dos habitats. Causada por fragmentos isolados por rodovias, conversão do uso da terra, o que ocasionam mudança brusca e repentina na qualidade dos habitats, colocando risco de extinção várias espécies que não conseguem se adaptar.

Este trabalho tem como objetivo apresentar os fundamentos e conceitos das diversas fitofisionomias do Cerrado para orientar uma possível chave-de-interpretação de imagens para o bioma.

2. Metodologia

Este trabalho é de cunho teórico, portanto foi feito um levantamento bibliográfico sobre as fitofisionomias do Cerrado.

3. Resultados e discussões

O Cerrado apresenta uma paisagem composta por um mosaico de formações distintas, que apresentam aspectos ambientais e de contribuição florística específica.

[...] onze tipos principais de vegetação para o bioma, enquadrados em formações florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão) savânicas (Cerrado sentido restrito, parque de Cerrado, Palmeiral e vereda) e campestres: (Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre). Considerando também os subtipos, neste sistema são reconhecidas 25 fitofisionomias. (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008, p. 164)

Segundo Sano, Almeida e Ribeiro (2008), a Mata Ciliar é aquela que acompanha os rios de médio e de grande porte do Cerrado tendo seu comprimento bastante estreito nos locais mais acidentados, mas que também possuem uma largura maior quando suas extremidades são planas, seu local de origem está distribuído nos terrenos acidentados.

As espécies arbóreas dessa fitofisionomia são de menor porte, pois algumas delas fixam suas raízes nas fendas das rochas já que é comum nesta fitofisionomia. O tamanho das árvores pode variar entre 20 m a 25 m.

Como espécies arbóreas freqüentes podem ser citadas: *Anadenanthera* spp. (angicos), *Apeiba tibourou* (pau-de-jangada, pente-de-macaco), *Aspidosperma* spp. (perobas), *casearia* spp. (guaçatongas, cambroé¹³), *Cecropia pachystachya* (embaúba), *Celtis iguanaea* (grão-de-galo), *Enterolobium contortisiliquum* (tamboril), *Inga* spp. (ingás), *Lonchocarpus cultratus* (folha-larga), *sterculia striata* (chichá), *Tabebuia* spp. (ipês), *Tapirira guanensis* (pau-pombo, pombeiro), *Trema micrantha* (crindiuva), *Trichilia pallida* (catiguá) e *Triplaris gardneriana* (pajeú). Também pode ser comum a presença das palmeiras *Syagrus romanzoffiana* (jerivá) em pequenos agrupamentos, e *Attalea speciosa* (babaçu) em locais abertos (clareiras), geralmente de origem antrópica. (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008, pp. 167)

A Mata de Galeria faz o acompanhamento com os rios e córregos de pequeno porte e formam a estrutura de dosséis fechados, corredores fechados (galeria). Ela pode ser observada em

locais como cabeceiras de drenagens ou também em fundo de vales. A sua formação arbórea desta fitofisionomia apresenta altura de 20 m a 30 m de altura. Apresenta copas que podem fornecer sombreamento de 70% a 95% do dossel (SANO, ALMEIDA, RIBEIRO, 2008).

Caracteriza-se pela grande importância fitossociológica de espécies das famílias Apocnaceae (*Aspidosperme* spp. – perobas), Leguminosae, Lauraceae (*Nectandra* spp., *Ocotea* spp. – canelas, louros) e Rubiaceae e por um número expressivo de espécies das famílias Leguminosae (p. ex., *Apuleia leiocarpa*-garapa; *Copaifera langsdorffii* – copaíba; *hymenaea courbaril* – jatobá; *Omosiá* spp. – tentos; e *Sclerolobium* spp. – carvoeiros), Myrtaceae (*Gomidesia lindeniana*- pimenteira; *Myrcia* spp. e Rubiaceae (*Alibertia* spp. *Amaioua* spp., *Ioxora* spp., *Guettarda viburnoides* – veludo-branco; e *Psychotria* spp.) (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008, pp. 169).

A Vegetação de Mata Seca ocorre em locais de solos mais férteis, sua formação florística apresenta espécies caducifólias (queda de suas folhas). A altura de sua vegetação arbórea e menor do que as de mata ciliar sendo de 15 m a 25 m de altura. No período chuvoso, esta fitofisionomia apresenta uma cobertura de 70% a 95% e com as perdas das folhas no período da seca, a cobertura do dossel cai para 50%.

Como espécies arbóreas frequentes encontram-se *Acacia polyphylla* (monjoleiro, unha-de-gato), *Amburana cearensis* (cerejeira, imburana), *Anadenanthera colubrina* (angico), *A. peregrina* (angico), *Apuleia leiocarpa* (garapa), *Aspidosperma subincanum* (guatambú) *Cabralea canjerana* (canjerana), *Cariniana estrellensis* (bingueiro), jequitibá), *Cassia ferruginea* (canafistula-preta), *Cedrela fissilis* (cedro), *Centrolobium tomentosum* (araribá) *Chloroleucon tenuiflorum* (jurema), *Dilodendron bippinatum* (maria-pobre), *Guazuma ulmifolia* (mutamba), *jacaranda brasiliana* (caroba), *J. caroba* (caroba), *Lithraea molleoides* (aroeirinha, aroeira-brava) (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008, pp. 169).

O Cerradão se caracteriza como um sub-bosque, com ervas e arbustos de pequeno porte, com vegetação arbórea entre 8 m a 15 m, sendo que por causa da luminosidade, esse produz estratos herbáceo diferentes, seus solos podem variar de baixa e média fertilidade. Destacam-se o *Caryocar brasiliense* (pequi), *Copaifera langsdorffii* (copaíba) *Siphoneugena densiflora* (Maria-preta) (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008).

O Cerrado Sentido Restrito possui árvores baixas com troncos tortuosos, com resquícios de corte ou queimadas, apresenta poder de se recuperar rapidamente (sucessão ecológica), ocorrem na classe do Latossolo vermelho, vermelho amarelo que são ácidos, podendo surgir erosão se a vegetação nativa for retirada (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008).

O Parque de Cerrado é representado por pequenos grupos de espécies arbórea e gramíneas assim como ocorre em campos úmidos, as pequenas elevações, conhecidas como murundus, micro-relevos, se forma devido a ação de cupins pois tem grande quantidade de cupinzeiros (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008, pp. 179).

Entre as espécies arbóreas mais frequentes, podem-se citar: *Alibertia adulis*, *Andira cuyabensis* (Angelim), *Caryocar brasiliensis*, *Curatella americana*, *Dipteryx alata* (baru), *Eriotheca gracilipes*, *Maprounea brasiliensis*, *Qualea grandiflora* e *Q. parviflora*. Das arbustivo-herbaceas citam-se os gêneros *Allagoptera*, *Annona*, *Bromelia* e *Vernonia* (*sensu lato*).

O Palmeiral pode ser encontrado em regiões com boa drenagem, mas há casos de ser encontrada em local mal drenado, em alguns locais o buritizal pode ser considerado como formação florestal, e importante lembrar que ainda foram feitos poucos estudos relativos aos palmeirais,

sendo que algumas de suas espécies arbóreas são cultivadas pelo homem. (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008).

As Veredas são formadas por palmeiras e buritis, além de exercer uma importante função para o lençol freático, para a fauna terrestre quanto para avifauna sendo que tem a função de pouso para essas aves, a vereda vem sofrendo ameaça devido a pratica da pecuária e agricultura uma vez que o gado faz a compactação do solo através de sua passagem, assim causando erosão no solo.

Quanto a florística, as famílias encontradas com muita frequência nas áreas campestres da Vereda são Poaceae (Gramineae), destacando-se os gêneros *Andropogon*, *Axonopus*, *Aristida*, *Panicum*, *paspalum*, *Schizachyrium* e *Trachypogon*; Asteraceae (*Baccharis*, *Eupatorium/sensu lato* e *Vernonia/sensu lato*); Cyperaceae (*Bulbostylis*, *Cyperus* e *Rhynchospora*); Melastomataceae (*Miconia*, *Microlicia* e *Tibouchina*); Fabaceae (*Desmodium* e *Stylosanthes*); e Eriocaulaceae (*Eriocaulon*, *Paepalanthus* e *Syngonanthus*). (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008, pp. 169).

De acordo com Sano, Almeida e Ribeiro (2008), as formações campestres estão divididas em três fitofisionomias: Campo Sujo, Campo Limpo, Campo Rupestre. O Campo Sujo apresenta três subtipos que são eles Campo Sujo Seco que ocorre devido ser profundo o lençol freático, Campo Sujo Úmido aparece quando o lençol freático é alto, e Campo Sujo com Murundus que são aqueles que apresentam micro-relevos.

As famílias de maior destaque são: Poaceae (Gramineae), com especies dos generos *Aristida*, *Axonopus*, *Echinolaena*, *Ichnanthus*, *Loudetiopsis*, *Panicum*, *Paspalum*, *Trachypogon* e *Tristachya*, além de Asteraceae, com *Aspilia*, *Baccharis*, *Calea*, *Chromolaena*, *Vernonia* (sensu lato) e *Wedelia*, entre outros. (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008, pp. 169).

Campo Limpo pode ocorrer em diferentes variações topográficas sendo sua diversidade herbácea com poucos arbustos e poucas arvores, mas pode se encontrado com frequência nas encostas, na borda das matas de galeria assim igualmente a de campo sujo também se forma o Campo Limpo Seco no lençol freático aprofundado, Campo Limpo Úmido lençol freático alto, e Campo Limpo com Murundus que e menos provável, sendo mais frequente os murundus em campo sujo.

Espécies comumente encontradas pertencem as seguintes táxons: Burmanniaceae (*Burmannia*), Cyperaceae (*Rhynchospora*), Droseraceae (*Drosera*), Iridaceae (*Cipura*, *Sisyrinchium*), Lentibulariaceae (*Utricularia*), Lythraceae (*Cuphea*), Orchidaceae (*Cleistes*, *Habenaria*, *Sarcoglottis*), Poaceae (*Aristida*, *Axonopus*, *Mesosetum*, *panicum*, *Paspalum*, *Trachypogon*) e Polygalaceae (*Polygala*), além de Várias Asteraceae, Eriocaulaceae e Xyridaceae, muitas com táxons que também ocorrem no campo sujo. (SANO; ALMEIDA, RIBEIRO, 2008, pp. 169).

Campo Rupestre é predominante nas áreas altas do cerrado com os solos mas/mais pobres pois na sua formação contém forte presença de quartzitos e arenitos descomposto, seu solo é formado por rochas, portanto suas árvores são de porte pequeno sendo comuns os arbustos além de ter um clima bem variado, durante o dia quente e a noite e bem frio, sua flora possui plantas endêmicas.

4. Considerações Finais

O Cerrado é um bioma rico em diversidade de espécies, e portanto em composição florística. Em relação à interpretação das diversas fitofisionomias que o mesmo apresenta, a distinção das mesmas pode não ser tarefa fácil. Portanto, recomenda-se a identificação de algumas espécies da flora que são endêmicas de cada formação vegetal, que associadas a outros elementos como relevo e tipo de solo se tornam importantes elementos da paisagem que compõe as paisagens: Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão) savânicas (Cerrado sentido restrito, parque de Cerrado, Palmeiral e vereda) e campestres: (Campo Sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre).

REFERÊNCIAS

EMBRAPA CERRADOS. **Cerrado sentido restrito**. Disponível e:<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Agencia16/AG01/arvore/AG01_52_911200585234.html> Acesso jun. 2017.

AGUIAR, Ludimilla Moura de Souza; CAMARGO, Amabilio José Aires de. **Cerrado: ecologia e caracterização**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados; Brasília: Embrapa Informações Tecnológica, 2004.

RICHARD B. Primack; EFRAIM, Rodrigues. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001.

RIBEIRO, Jose Felipe. BARBOSA, Altair Sales. BARROS, Marilda Ribeiro. **Cerrado. O pai das águas do Brasil e a cumeeira da América do sul**. São Leopoldo. ed. 382, 2011.

SANO, Sueli Matiko. ALMEIDA; Semíramis Pedrosa de. RIBEIRO; Jose Felipe. **Cerrado: ecologia e flora**. Embrapa Cerrados. - Brasília DF: Embrapa Informações Tecnológica, 2008.

CONHECENDO O ENSINO DAS TEMÁTICAS FÍSICO-NATURAIS NA GEOGRAFIA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE INHUMAS - GO

Clara Lúcia Francisca de Souza
Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás
claretoile@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o ensino das temáticas físico-naturais na Geografia Escolar do Ensino Fundamental em escolas municipais de Inhumas-Go a partir do estudo da Vegetação. Para realização da pesquisa buscará verificar as metodologias de ensino para as temáticas físico-naturais no ensino fundamental com foco na vegetação. Saber o que difere nos conteúdos de Geografia e Ciências quando o tema é vegetação. Quanto à proposta das atividades de ensino das temáticas físico-naturais aos alunos do Ensino Fundamental em conjunto com os professores das escolas, pretende-se confeccionar maquetes, mapas (localização, geologia, geomorfologia, solos, vegetação) do lugar onde vivem, exposição de fotografia (antigas e atuais) e trabalho de campo no município.

Palavras-chave: Ensino. Geografia. Físico-naturais. Vegetação.

1. Introdução

Os estudos que versam sobre o ensinar Geografia são uníssonos ao considerar que a Geografia Escolar tem a responsabilidade de propiciar aos estudantes uma visão crítica de apreensão da realidade que o cerca. A partir do cotidiano é que se torna possível a construção de conhecimento e produção de conceitos próprios da ciência geográfica. Segundo Cavalcanti, a Geografia tem a importante função de

[...] formar uma consciência espacial, um raciocínio geográfico. E formar uma consciência espacial é mais do que conhecer e localizar, é analisar, é sentir, é compreender a espacialidade das práticas sociais para poder intervir nelas a partir de convicções, elevando a prática cotidiana, acima das ações particulares, ao nível do humano genérico (CAVALCANTI, 1998, p.128).

A disciplina de Geografia deve se preocupar em trabalhar o cotidiano dos alunos e tentar confrontá-lo com o saber científico, o que não é uma prática fácil, muito menos, frequente. Por isso, um dos desafios da formação de professores é romper com a dicotomia Geografia Acadêmica e Geografia Escolar, que dissocia a teoria e a prática e distancia as disciplinas específicas das didático-pedagógicas (SOUZA, 2009).

Ainda é bastante comum na prática docente referente ao ensino básico, a apresentação superficial de conteúdos de Geografia, baseada apenas nas informações contidas no livro didático. Nesse sentido, é que pretendemos apresentar possibilidades de contribuição para o ensino das temáticas físico-naturais (rocha, solo, relevo vegetação...).

A pesquisa tem por objetivo analisar o ensino das temáticas físico-naturais na Geografia Escolar do Ensino Fundamental em escolas municipais de Inhumas-Go a partir do estudo da Vegetação.

De acordo com Fino (2016) esta metodologia de pesquisa consiste num tipo de investigação em que há um período de interações sociais entre o investigador e os sujeitos, neste caso na escola, neste período ocorre o recolhimento de dados e o observador passa a participar da vida/vivência dos sujeitos, partilhando suas experiências. O investigador busca desempenhar um papel no grupo envolvido, respeitando suas experiências e as ações compartilhadas no ambiente escolar.

Existe uma preocupação do professor em relacionar os conteúdos físico-naturais com a realidade do aluno? Quais são as práticas pedagógicas articuladas ao ensino destes conteúdos? Como se apresenta o ensino de tais conteúdos a partir do currículo da escola? Que metodologias ou recursos didáticos são utilizados para o ensino destes conteúdos? As escolas têm possibilitado o trabalho com os conteúdos fora da sala de aula, através de estudos do meio e trabalhos de campo?

A pesquisa se faz relevante ao considerar os desafios da formação de professores de Geografia no que tange à discussão acerca da relação teoria e prática no ensino das temáticas físico-naturais enquanto constituintes do conhecimento específico da Geografia e as possibilidades de relaciona-las. Há, portanto, metodologias de ensino que aproximam este conhecimento específico do conhecimento prévio dos alunos?

Como professora de geografia no ensino fundamental, pude verificar a necessidade em aproximar os conteúdos com a realidade dos alunos, como no caso da formação vegetal do município de Inhumas-Go, o que causa surpresa aos alunos ao perceberem o local em que vivem a partir de um “olhar geográfico”. Por essas questões, justifico o desejo de trabalhar as temáticas físico-naturais ao refletir sobre a importância de uma contribuição ao processo de ensino-aprendizagem dos alunos e para o conhecimento do professor e da pesquisadora.

O professor de Geografia deve considerar a complexidade da ciência geográfica e a abrangência dos conteúdos estabelecidos para o ensino básico que permita com que o aluno produza conhecimento e saiba se posicionar no mundo e no contexto em que vive.

De acordo, com Cavalcanti (2002, p. 19): “As orientações atuais para o ensino de Geografia têm dado ênfase a essa necessidade de trabalhar com os conhecimentos prévios dos alunos, de considerar os alunos como sujeitos ativos do processo, de buscar a geografia do cotidiano.” E dessa forma, a Geografia do cotidiano pode ser trabalhada a partir da relação/diálogo/contradições entre conhecimento científico e o senso comum.

2. Objetivos

Geral

Analisar o ensino das temáticas físico-naturais na Geografia Escolar do Ensino Fundamental em escolas municipais de Inhumas-Go a partir do estudo da Vegetação.

Específicos

- Verificar as metodologias de ensino para as temáticas físico-naturais no ensino fundamental com foco na vegetação;
- Saber o que difere nos conteúdos de Geografia e Ciências quando o tema é vegetação;
- Propor atividades de ensino das temáticas físico-naturais aos alunos do Ensino Fundamental em conjunto com os professores das escolas.

3. Formação de Professores, Ensino e as Temáticas Físico-naturais

A formação de professores tem procurado valorizar a prática escolar e o conhecimento prévio do aluno, pois o professor tem o papel de mediador do ensino e da aprendizagem. De acordo com Cavalcanti (2002, p. 21):

A formação de professores de Geografia, na concepção de profissional crítico-reflexivo, deve ser uma formação consistente, contínua, que procure desenvolver uma relação dialética ensino-pesquisa, teoria-prática. Trata-se de uma formação crítica e aberta à possibilidade da discussão sobre o papel da Geografia na

formação geral dos cidadãos, sobre as diferentes concepções da ciência geográfica, sobre o papel pedagógico da Geografia escolar.

Dessa forma, o processo de formação é evidenciado pelo papel de ensino e da própria Geografia. O ensino, segundo Cavalcanti (2008), é um processo que contém componentes fundamentais para alcançar o conhecimento e destaca a importância não só da formação inicial, mas também continuada do profissional de Geografia.

Moraes e Souza (2008, p. 152) relatam que “A formação do professor é algo contínuo e deve ocorrer durante toda a vida profissional.” Não basta que o professor tenha sua formação concluída e sim que procure aperfeiçoar seus conhecimentos.

Decorrente desta discussão cabe o profissional dotado de teorias que as coloquem em prática, realizando o papel de educador que deve imputar a aprendizagem geográfica a seus estudantes de forma que os fatos aconteçam, demarcando vivências e experiências de todos os indivíduos.

É importante que o professor trabalhe o cotidiano do aluno, a Geografia está no dia a dia, sendo fundamental para aprendizagem dos estudantes. Para Cavalcanti (1998, p.33): “A Geografia trabalha com conceitos que fazem parte da vida cotidiana das pessoas e em geral elas possuem representações sobre tais conteúdos”.

Com isso, vale à pena inovar, pois o professor deve assumir um novo papel na sociedade, o de aprender também ensinando, assim equivale às novas competências, destacadas por Silva (2010, p.01): “O professor diante dessa abordagem deve adotar uma postura reflexiva sobre sua prática pedagógica, que possibilite a capacidade de trabalhar, observar, analisar, criticar e de aprender com os outros.” Dessa forma, o professor passa a ser também um aprendiz e mediador, principalmente no ensino geográfico em que se deparam com situações do dia a dia relacionados com assuntos da Geografia. Cavalcanti (1998, p. 9) ressalta:

A matéria de ensino de Geografia corresponde ao conjunto e saberes dessa ciência, e de outras que não têm lugar no ensino fundamental e médio em Astronomia, Economia, Geologia, convertidos em conteúdos escolares a partir de uma seleção e de uma organização daqueles conhecimentos e procedimentos tidos como necessário à educação geral.

Conforme Roque (2009) a intenção de uma disciplina escolar faz modificações em seus rumos, acrescentando ou retirando conteúdos, ainda estimulando mudanças na metodologia de trabalho pedagógico. Roque (2009, p. 12) acredita que:

(...) o ensino da Geografia na Educação Básica é defendido por se reconhecer relevante a percepção das organizações espaciais pelos sujeitos sociais, entendendo-se que essa compreensão pode contribuir para a mobilização dos grupos e indivíduos. A partir de uma nova percepção espacial estes sujeitos sociais poderão contribuir, questionar, propor alternativas para melhorar existências coletivas e individuais.

Em se tratando da Geografia quanto a matéria de ensino, sendo uma ciência complexa, muitos professores acabam deixando de lado ou passam de forma superficial certos conteúdos e entre eles é o ensino das temáticas físico-naturais na geografia escolar.

Porém, estes conhecimentos são apenas citados e os estudantes não se interessam, pois acabam tendo uma visão distante dos conteúdos apresentados.

Devido a estas precariedades, o ensino das temáticas físico-naturais, tanto no ensino fundamental como no ensino médio, fica relativamente vazio, pois o professor, muitas vezes, não tem domínio do conhecimento sistematizado sobre tais conteúdos, o que acarreta na

superficialidade do tratamento sobre tais temáticas e a ausência da relação com a realidade vivida pelos estudantes. Conforme Morais (2013, p. 29):

Reforçamos a ideia de que as temáticas físico-naturais do espaço geográfico são conteúdos importantes para a formação dos alunos, visto que as problemáticas que as envolvem fazem parte do seu cotidiano de diferentes formas, seja na vivência imediata, seja a partir dos meios de comunicação, da internet etc.

Desse modo, os professores poderão aplicar o conhecimento com os próprios alunos e fazendo com que aprendizagem se torne algo interessante e atraente para os estudantes que podem aproveitar na sua vivência no cotidiano devido aos próprios meios de comunicação.

Dessa maneira, o professor e aluno quando não se tem outros meios para detectar os erros e os problemas pertinentes dos livros didáticos e, quando não há uma complementação com outras fontes de pesquisas como internet, revistas, televisão e outros, acabam ensinando e aprendendo os conteúdos apenas através de informações generalizadas do livro didático.

O objetivo dos livros didáticos é fornecer elementos para a compreensão de conteúdos aplicados por professores aos estudantes, mostrando as possibilidades para um melhor entendimento de determinado assunto. É importante mostrar para o aluno que livro é apenas um complemento dos recursos didáticos. Os professores devem mediar o conteúdo dos livros didáticos impostos com uma realidade diferente dos estudantes, pois os livros provêm prontos e acabados dos grandes centros urbanos.

A prática atual dos geógrafos na realidade mostra que os professores mesmo diante de um posicionamento crítico estão envolvidos num processo dialético de dominação, qual seja a ensinar sem pôr em questão o conteúdo dos livros didáticos. E estes sem que os produtos finais de seus ensinamentos fossem ferramentas com as quais seus alunos vão transformar o ensino que praticam e, certamente, a sociedade em que vivem.

É fundamental que os professores e os estudantes saiam de um sistema alienador e comecem a pensar sobre os conteúdos que são realmente importantes para o seu dia-a-dia. Participando do processo de produção do conhecimento, viveriam na prática os conceitos mais íntimos e essenciais para a valorização do cidadão, como um ser que pensa, que tem sua cultura e que tem sentimento.

Dessa forma, é importante que o professor considere o conhecimento prévio dos alunos. E que envolvam em atividades, partindo de suas realidades vivenciadas. E que busquem métodos de ensino que facilitem a aprendizagem.

4. Caminhos da Pesquisa

Na execução dos objetivos propostos no presente trabalho, utilizar-se-á o referencial teórico-metodológico calcado no Ensino de Geografia, Geografia Escolar, e Formação de Professores embasando nos trabalhos de Morais, Roque, Shulman Valadão, e outros. Para tal proposta, serão executadas ações imprescindíveis, para verificar as metodologias de ensino para as temáticas físico-naturais no ensino fundamental com foco na vegetação será feita observações nas aulas de Geografia, aplicação de questionários, entrevistas.

Para saber o que difere nos conteúdos de Geografia e Ciências quando o tema é vegetação será analisado os livros didáticos de cada disciplina enfocando como o assunto foi apresentado.

Quanto à proposta das atividades de ensino das temáticas físico-naturais aos alunos do Ensino Fundamental em conjunto com os professores das escolas, pretende-se confeccionar maquetes, mapas (localização, geologia, geomorfologia, solos, vegetação) do lugar onde vivem, exposição de fotografia (antigas e atuais) e trabalho de campo no município.

Para desempenhar a proposta recorre-se a observação participante que, segundo Ludke e André (2011) constitui um dos principais instrumentos de coleta de dados nas abordagens

qualitativas em educação. A experiência direta possibilita ao observador recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como complemento no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado.

Este método de investigação permite também a aproximação do observador da perspectiva dos sujeitos e se revela de extrema utilidade na descoberta de aspectos novos de um problema. Assim, a observação permite a coleta de dados em situações em que é impossível estabelecer outras formas de levantamento ou outras formas de comunicação. A observação participante, de acordo com Fernandes (2011, p.03):

Trata-se de uma técnica de levantamento de informações que pressupõe convívio, compartilhamento de uma base comum de comunicação e intercâmbio de experiências com o(s) outro(s) primordialmente através dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir, vivenciar... entre o pesquisador, os sujeitos observados e o contexto dinâmico de relações no qual os sujeitos vivem e que é por todos construído e reconstruído a cada momento.

Ao compreender que o convívio com os sujeitos em questão estabelece referenciais para a discussão e compreensão do processo de ensinar geografia, sobretudo os conteúdos físico-naturais pressupõem-se a inserção na realidade escolar, nos processos formativos e na construção de conceitos. Assim, são fundamentais os instrumentos de pesquisa (roteiros) aplicados aos atores/sujeitos envolvidos, de modo a explorar questões específicas e gerais que dialogam com nossa proposta teórico-conceitual que embasa esta pesquisa, bem como na concretização dos objetivos propostos.

É de suma importância, neste âmbito, a participação do professor na pesquisa, pois este não deve expor uma aula que não busque a realidade dos alunos. Conforme Moraes (2014, p. 193): “É necessário que os professores, de posse de diferentes materiais de apoio pedagógico-didático e de metodologias diferenciadas, deem destaque, no trabalho que realizam com as temáticas físico-naturais, ao local em que vivem seus alunos e eles próprios”. Para que assim, os alunos possam vivenciar os conteúdos no seu cotidiano.

Em relação ao caminho da pesquisa faz-se necessário sistematizar os instrumentos e as etapas de execução da pesquisa e deve-se ressaltar que as possíveis alterações não só na metodologia, como em toda pesquisa dependerá das análises e dos diálogos estabelecidos com o orientador. A pesquisa será organizada obedecendo às seguintes fases:

Cronograma

	2017		2018	
ATIVIDADES				
Primeira fase: Revisão bibliográfica	X	X		
Segunda fase: Seleção das escolas	X			
Terceira fase: Observação de aulas		X		
Quarta fase: Aplicação de Questionários			X	

Quinta fase: Tabulação dos dados			X	
Sexta fase: Redação final da dissertação.				X

5. Referências

CAVALCANTI, Lana de Souza.

Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.

_____. **Geografia e Práticas de Ensino.** Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

_____. Formação inicial e continuada em Geografia: Trabalho pedagógico, metodologias e (re)construção do conhecimento. In: ZANATTA, B. A.; SOUZA, V. C. de. (orgs.). **Formação de Professores: Reflexões do atual cenário sobre o ensino da Geografia.** Goiânia: Editora Vieira, 2008.

FERNANDES, F. M. B. Considerações Metodológicas sobre a Técnica da Observação Participante. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p. 262-274. Online: disponível em: <<http://www.ims.uerj.br/ccaps>>. Acesso em: 01 de dez. 2016.

FINO, Carlos Nogueira. **FAQs, etnografia e observação participante.** Disponível em: <<http://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/806/1/Fino14.pdf>>. Acesso em: 01 de dez. 2016.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 13. ed. São Paulo: EPU, 2011. (Temas básicos de educação e ensino).

MORAES, Dominga C. Pedrosa; SOUZA, Vanilton Camilo de. Aspectos atuais da formação dos professores de Goiás. In: ZANATTA, B. A.; SOUZA, V. C. de. (orgs.). **Formação de Professores: Reflexões do atual cenário sobre o ensino da Geografia.** Goiânia: Editora Vieira, 2008.

MORAIS, Eliana Marta B de. As temáticas físico-naturais como conteúdo de ensino da geografia escolar. In: CAVALCANTI, Lana de S. (org.). **Temas da geografia na escola básica.** 1. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

_____. As temáticas físico-naturais nos livros didáticos e no ensino de geografia. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 4, n. 8, p. 175-194, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/246/140>>. Acesso em: 04 de jan. 2016.

ROQUE ASCENÇÃO, V. de O. R. Os conhecimentos docentes e a abordagem do relevo e suas dinâmicas nos anos finais do ensino fundamental. 2009. Tese (doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SILVA, Ney. O professor do século XXI e suas competências. **Jornal O Imparcial.** Caderno de Opinião, p. 08, São Luís, MA, 2003. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles>. Acesso em: 26 de maio de 2012.

SOUZA, Vanilton Camilo de. **O processo de construção do conhecimento geográfico na formação inicial de professores.** Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. Goiânia, 2009.

ESPAÇO URBANO E HOMOSSEXUALIDADE: VIVÊNCIAS EM ITAPURANGA-GO

Lorena Francisco de Souza
Uislene Paula de Oliveira
Keila Dias da Silva

Resumo: Este artigo busca compreender as imposições da heteronormatividade, no domínio dos padrões que constituem e dão forma às relações de gênero, frente às relações homoafetivas vivenciadas na cidade de Itapuranga. A partir de um levantamento bibliográfico procuramos discutir conceitos fundamentais na análise do gênero e sexualidade como a própria categoria gênero, a heteronormatividade, a identidade, a representação, a performatividade, o espaço urbano e a Teoria *Queer*. A realização de entrevistas nos deu também bases para a discussão sobre as relações e vivências homoafetivas experienciadas na cidade de Itapuranga.

Palavras-chave: espaço urbano, identidade, homossexualidade.

Considerações Iniciais

Itapuranga, cidade do interior de Goiás, com uma população de aproximadamente 26.000 habitantes, é, em nosso entendimento, uma cidade conservadora, na qual as pessoas se pautam em concepções tradicionais a respeito das relações afetivas e a moral heteronormativa. A grande maioria da população cristã frequenta inúmeros templos de igrejas católicas e evangélicas presentes na cidade, além de participarem de grandes celebrações religiosas realizadas na cidade.

Diante desta observação sobre a cidade de Itapuranga, este artigo apresenta os olhares heteronormativos da sociedade que domina as relações de gênero, frente às relações homoafetivas vivenciadas na cidade de Itapuranga. Para isso, se fez necessário compreender alguns conceitos fundamentais para esta análise, como gênero, homossexualidade, identidade, heteronormatividade e representação social. Além disso, a partir de entrevistas com homossexuais e heterossexuais, observamos a realidade dos grupos homossexuais numa cidadã marcada pela ruralidade e pelo conservadorismo religioso e heteronormativo.

Gênero, Identidade e Heteronormatividade: elementos para os estudos da sexualidade

Para compreender o conceito de gênero, recorremos a Scott (1990) quando afirma que ele está associado aos movimentos feministas americanos que buscavam rejeitar o uso dos termos ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’ associados ao determinismo biológico. Sendo assim, este conceito possuía um aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

Butler (2003) argumentou que, ao contrário do que defendiam as teorias feministas até 1980, o gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003, p. 29). Nas palavras de Butler, essa possibilidade se apresenta: “A presunção aqui é que o ‘ser’ um gênero é *um efeito*” (p. 58, grifo da autora). Aceitar esse caráter de efeito seria aceitar que a identidade ou a essência são expressões, e não um *sentido em si* do sujeito.

Com esse pensamento, Butler (1990) queria afastar o conceito de gênero dos binômios gênero/sexo, ou gênero/natureza, ou sexo/natureza que estavam atrelados em si, o que levaria ao pensamento de que gêneros poderiam ser apenas masculino/feminino ou macho/fêmea. Ela expande o conceito de gênero para que este abarque também outras categorias que anteriormente eram excluídas, embora também produzidas a partir das relações socioculturais das pessoas e não apenas por sua natureza genética.

Entre estas outras categorias, destacaremos neste trabalho as relações entre homoafetivos. Tais relações são influenciadas, visualizadas, vivenciadas não apenas por homossexuais, mas também por heterossexuais. Diante disso, se faz necessário compreender o conceito de heteronormatividade que está presente nas sociedades.

Ao se pensar neste conceito, é preciso refletir sobre a construção das relações de poder e dominação, sendo a única forma aceitável de sexualidade. Esta passa a ser, assim, a regra, a norma, e a homossexualidade, sua antítese. Qualquer variação dessa norma sexual é vista como desvio, como problema, como sinal de imaturidade e de anormalidade. A heterossexualidade, por outro lado, é vista como natural, insuspeita, sinal de um comportamento adulto, maduro, portanto, normal.

A compreensão sobre heteronormatividade, se faz necessário compreender também o conceito de ‘representação’, pois todas as práticas são geradas a partir de representações, pois são através delas que os indivíduos dão sentido ao mundo. Também são as representações que evidenciam as construções das identidades sociais.

Para Chartier (1990), o mundo é constituído de várias representações, e entre elas estão as representações relacionadas a sexualidade aqui estudadas. O indivíduo ou o sujeito (o que vê, lê, e pensa o real) ao se deparar com “as representações sociais construídas que são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17), se apropriará “das representações” que ele considera “certas” ou “importantes”. Ao se pensar em heteronormatividade, percebe-se que a mesma está inserida na sociedade, pois existe uma tentativa, ou mesmo, uma legitimação de uma dominação por parte de um grupo que detêm o controle do poder social.

O conceito de representação está diretamente ligado ao conceito de identidade. Isto acontece porque as pessoas revelam suas identidades a partir de suas representações. Neste sentido, Lopes (2003, p. 20), define que

(...) identidade é um construto de natureza social – portanto, político –, isto é, identidade social, compreendida como construída em práticas discursivas, e que não tem nada a ver com uma visão de identidade como parte da natureza da pessoa, ou seja, identidade pessoal, nem com sua essência nem com um si-mesmo unitário. (LOPES 2003, p. 20).

De acordo com este pensamento, pode-se concluir que as identidades sociais são criadas por processos normalizadores e mantidas por meio de mecanismos sociais regulatórios que são pautados por diversas categorias, como por exemplo, raça, cor, gênero, sexualidade, pertencimento de classe, religião, etc.

É importante salientar que as identidades estão sempre em processo de formação, de modo que não se pode falar em identidades fixas, inalteradas. Lopes (2002, p. 55), de modo semelhante afirma que as identidades sociais não estão nunca prontas. Antes, estão sempre em processo. Conforme este autor, “a percepção do discurso como construção social coloca as pessoas como participantes nos processos de construção do significado na sociedade e, portanto, inclui a possibilidade de permitir posições de resistência em relação a discursos hegemônicos, isto é, o poder não é tomado como monolítico e as identidades sociais não são fixas”.

Seguindo este raciocínio, fica evidente a necessidade de se compreender como são estabelecidas essas relações de poder, que para Silva (2003) são estabelecidas a partir das representações identitárias que são forjadas por cada grupo social. Na sociedade brasileira, a heterossexualidade é tida como ‘normal’, natural, enquanto que a homossexualidade é taxada como ‘anormal’, fora dos padrões estabelecidos pela sociedade. Então, para ser considerado ‘normal’ ou ‘natural’ a pessoa deve ter uma inclinação para pessoas do sexo oposto, configurando o pensamento e práticas heteronormativas como adequadas e ideais.

A Sexualidade e sua influência para o surgimento de uma Geografia Queer

De acordo com Foucault (2006) a sexualidade é o produto de uma interação social produzida por todos os seres humanos através da expressão de suas múltiplas identidades, suas diferenças, suas performances, que pode ser percebida através do esquema representação/apropriação/prática. Desse modo,

A sexualidade, como dispositivo, opera por meio de um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, daí sua compreensão exigir procedimentos que articulem elementos tão diversos de regulação da vida social quanto discursos, instituições, formas arquitetônicas, enunciados científicos, proposições morais e filosóficas. (FOUCAULT, 2006, p. 244)

A heterogeneidade dos discursos e das práticas em torno da sexualidade promove um intenso debate acerca de quais discursos e práticas são dominantes, quais são recessivos, marginalizados excluídos, quais são aceitos pela sociedade, quais são negados pela mesma. Neste sentido, ao se pensar os binarismos, (macho x fêmea; homem x mulher; masculino x feminino; pênis x vagina) que envolvem as questões de gênero, percebe-se que o hegemônico só se constrói em uma oposição necessária a algo inferiorizado e subordinado. Percebe-se a sobreposição do masculino sobre o feminino, e de modo semelhante, da heterossexualidade sobre a homossexualidade.

Os estudos *queer* se preocupam com a sexualidade em todas suas manifestações e, principalmente, com as formas utilizadas pelo discurso heterossexual que normalizam, disciplinam, regulam, dominam e exercem o poder sobre os corpos que são considerados por eles como não naturais, anormais, fora do padrão. Sendo assim, este corpo teórico se atém aos sujeitos que não se enquadram dentro dos pressupostos da heteronormatividade. As 'identidades transgressoras' são ponto de partida de investigação e reflexão teórica e prática, no sentido de transgredirem as relações sociais que tentam naturalizar e sustentar a heteronormatividade, pensando nos processos sociais e históricos que tentam promover esta dominação.

Na Geografia, os estudos de gênero ganham força a partir de 1980 e após as publicações de uma Geografia Feminista Pós-Estruturalista e a Geografia da Sexualidade constituíram-se fortes críticas teórico-metodológicas da ciência geográfica e a noção desconstrucionista sobre a sexualidade permitiu a emergência da chamada Geografia *Queer*. (SILVA, 2010).

Os estudos *Queer* na Geografia têm um papel fundamental em estabelecer a reflexão *Queer* sobre as relações homoafetivas com o intuito não apenas de verificar como os processos de incorporação do gênero criam identidades binárias, baseadas em distinções férreas entre homens e mulheres, mas também como os processos sociais criam, naturalizam o corpo num parâmetro binário.

O espaço urbano é um sistema complexo que apresenta um grande número de elementos físicos e sociais onde estão entrelaçadas as paisagens urbanas. Retrata as ações humanas sobre o meio espacial apresentando características de cada tempo. Tais características são manifestadas através da construção do espaço urbano, a sociedade pode apresentar imensas variedades de elementos políticos, culturais e econômicos que favorecem o surgimento de contrastes que ressaltam as contradições sociais, as desigualdades e as discriminações.

Embora a cidade de Itapuranga seja, do ponto de vista urbano, uma cidade pequena idealizada como ponto de encontro e da solidariedade, percebemos que a discriminação e o preconceito contra os/as homossexuais é recorrente, embora mascarado. Trata-se de compreender a cidade a partir das suas contradições e da construção dos diversos sujeitos que a vivencia.

Representações sobre a homossexualidade em Itapuranga-GO

No espaço urbano de Itapuranga são vivenciadas as relações de gênero entre os diversos grupos sociais presentes na sociedade, que são caracterizados pelo antagonismo de ideias e de performances.

Ao serem questionados sobre a existência de uma comunidade (ou população) homossexual de Itapuranga, no que se refere também a algum ponto de encontro/território dos homossexuais na cidade, muitos/as homossexuais afirmaram que não existe um ponto de encontro, ou lugar específico para realiza-los. Eles se reúnem nas casas dos/as amigos/as. Marcam suas ‘festinhas’ ou se reúnem entre amigos/as sempre em locais reservados.

Não, não tem, não existe um ponto, a gente se encontra na casa de um colega, essas coisas... na pizzaria né, porque somos pessoas normais, mais não tem. (Marcos)

Sobre a percepção dos/as mesmos/as acerca da maneira como a população de Itapuranga encara a homossexualidade, percebemos que os/as entrevistados/as pensam que as pessoas são preconceituosas, apesar delas na maioria das vezes se calarem e não assumirem tal postura. Mas relatam que eles/as sentem o preconceito de forma velada através do olhar. Esse ‘olhar punitivo’, o ‘olhar da heteronormatividade’ que ainda impera em nossa sociedade, abomina as identidades diferentes, não respeita tais diferenças e ainda quer impor-se sobre os outros.

Olha, é difícil, tem gente que fecha a cara pra gente, tem gente que acha graça, mas não me importo mais com isso. (Silvia)

É ... eles lidam mal, porque... tipo...tem muita gente com muito preconceito ainda, que se você sai com uma pessoa... tipo... porque quando você é homossexual tem aparência de homossexual e as pessoas te jugam por isso, não sei porque, mas é assim. E se um casal hetero vê uma pessoa homossexual em um lugar, eles ainda têm preconceito aqui na cidade ainda e até tentam excluir essa pessoa do meio deles. (Pedro)

Estas falas culminam com a reflexão sobre a discriminação referente à orientação sexual na cidade, mas principalmente, no “mascaramento” das situações. Alguns/mas afirmam não terem passado por nenhum tipo de discriminação, outros/as lembram olhares de repreensão de professores homofóbicos, até ameaças verbais e agressões físicas sofridas por alguns/mas entrevistados/as.

Isto apenas reforça o quanto nossa sociedade ainda é influenciada por uma visão heteronormativa que impõe valores heterossexuais e que de certa forma ainda reforça uma dominação masculina que é característica de uma sociedade com grandes traços de patriarcalismo.

Considerações finais

De acordo com Silva (2003), os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais. Através deste jogo da representação que se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares. A representação produz efeitos ligados à produção de identidades culturais e sociais, reforçando, assim, as relações de poder.

Isso quer dizer que sempre existirá em cada sociedade, lutas sendo travadas entre os diferentes grupos sociais, que definirão quais identidades serão hegemônicas, quais serão aceitas, quais serão 'impostas', quais serão ditas 'normais', e também quais serão excluídas e classificadas como 'anormais'. Assim, seguindo esta lógica, na sociedade brasileira, a heterossexualidade é tida como 'normal', natural, enquanto que a homossexualidade é taxada como 'anormal', fora dos padrões estabelecidos pela sociedade.

Ao demonstrarmos a presença de homossexuais, seja enquanto grupo social, seja indivíduo sujeito, estamos afirmando a necessidade de reconhecimento de uma cidade plural, repleta de diferenças que precisam ser respeitadas, no entanto, a invisibilidade ainda é um elemento muito presente nos discursos e posturas sociais. Trata-se de uma necessidade de reafirmação dos/as homossexuais na cidade com o intuito de adquirirem até mesmo uma condição de sobrevivência, pois a luta por seus direitos é também uma luta pela sobrevivência em uma sociedade na qual eles são oprimidos por serem considerados 'anormais'. Por isso, se faz necessário que eles deixem de ser invisíveis perante a sociedade e lutem para garantir seus direitos. "A invisibilidade dos 'outros' não implica a sua inexistência. Pelo contrário, só se justifica o uso da força no processo de luta e, portanto, o oprimido age através de seus atos de resistência." (SILVA, 2007, p. 123).

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo, Graal, 2006.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais. In: _____. (Org.). **Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

SILVA, Joseli M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. In: **Geosul** (UFSC), 2007, vol. 22, p. 117-134.

_____. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: Desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 27, p. 39-55, JAN./JUN. 2010.

SILVA, Tomas T. da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 1 S, n.2, jul./dez. 1990.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BAIRRO: UM ESTUDO SOBRE O LIXO URBANO COM OS/AS MORADORES/AS DA RUA DAS PALMAS EM INHUMAS – GOIÁS

Clara Lúcia Francisca de Souza
Lorena Francisco de Souza

Resumo: Este artigo tem como objetivo saber o conhecimento de moradores/as de uma rua em um bairro na cidade de Inhumas, em relação à Educação Ambiental. Ainda, verificar qual o conceito dos/as moradores/as a respeito do termo: “Educação Ambiental”, identificando se os/as mesmos/as realizam algum tipo de atividade ambiental, se há sensibilização com o ambiente em relação ao lixo. Para a execução dos objetivos propostos, foi utilizado o referencial teórico sobre Educação Ambiental, aplicação de questionários e observação em campo. Destacamos como importante ponto deste trabalho a discussão sobre o tratamento do lixo e a sensibilização dos/as moradores/as em relação a Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Bairro. Percepção.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) pode ser entendida, como a análise da ligação da humanidade com a natureza, buscando a superação de mecanismos que não prejudiquem o ambiente. Assim, é importante saber “por que fazer” e “como fazer” para que se realize uma Educação Ambiental. Ela não deve ser vista como uma educação formal, aquela que sobressai na escola, mas sim, que tem uma continuidade fora da sala de aula, atingindo uma educação informal. Contudo, é uma educação transformadora, pois, possibilita a aprendizagem de cidadãos e cidadãs em favor do meio ambiente.

Este artigo é parte de uma investigação que teve por objetivo descrever e discutir o conhecimento dos/as moradores/as em relação à educação ambiental. Para isso, verificar qual o conceito dos/as envolvidos/as a respeito do termo: “Educação Ambiental”, além de identificar se os/as moradores/as realizam algum tipo de atividade ambiental, se há sensibilização com o ambiente em relação ao lixo.

Acredita-se que esta investigação contribuiu também para a percepção e sensibilização dos/as moradores/as em relação a educação ambiental, a fim de estimular e envolver as pessoas numa causa em que todos/as tentem buscar alternativas para amenizar os problemas causados pelo lixo, no caso específico o da rua em que moram.

2 DESCRIÇÃO GERAL DA RUA DAS PALMAS, INHUMAS – GOIÁS

A Rua das Palmas está situada no Bairro Jardim Raio do Sol, no município de Inhumas – Goiás. No sentido do centro da cidade, a rua é a primeira do bairro, de um lado localizam-se as chácaras e do outro as casas. (Figura 1):



Figura 1 – Foto: Rua das Palmas sentido a avenida de acesso ao centro da cidade.

Fonte: Souza, Clara Lúcia F. de, 2011.

O bairro está situado na parte sudeste do município, de acordo com IBGE (Censo 2000), há 353 domicílios e 1.224 habitantes. A Rua das Palmas possui cerca de 28 residências, foi possível aplicar o questionário a 16 moradores/as de residências diferentes, destes foram respondidos 12, e os quatros restantes não foi possível localizar, pois não encontravam em suas casas.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PERCEPÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

A capacidade de observação, por meio da visão, audição, olfato e até mesmo do paladar, permite-se sentir e pensar o ambiente que nos rodeia. Segundo o geógrafo Tuan (1983) o sentir e o pensar o espaço são perspectivas da experiência humana. No entanto, cria-se laços de afetividade no lugar vivido, portanto, é necessário que se entenda como as pessoas percebem o meio, em que vivem, para assim saber como atingem a percepção e a sensibilização.

Dessa forma, o interesse por esse tema aparece devido as observações feitas ao caminhar na Rua das Palmas, Jardim Raio do sol no município de Inhumas. Esta rua sofre com o lixo que é jogado não apenas pelos/as moradores/as da rua, mas também por moradores/as de outros locais. (Figura 4):

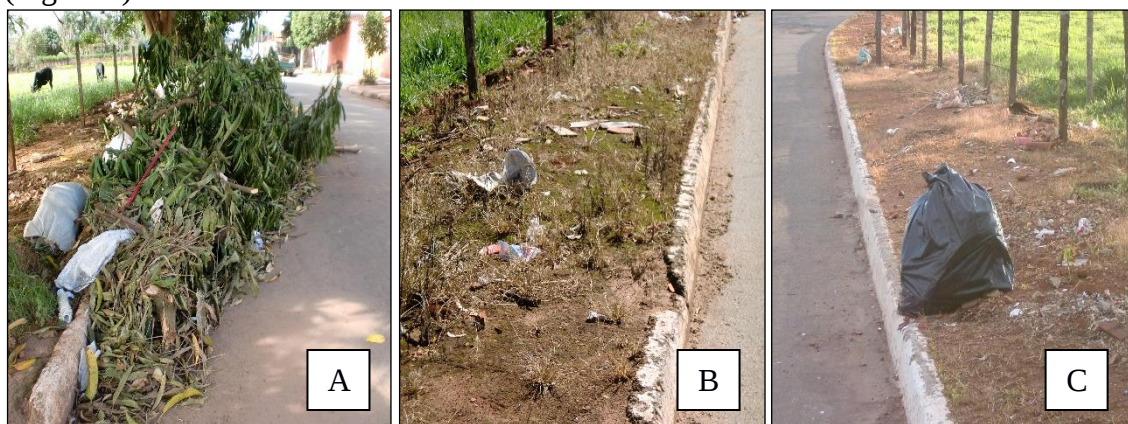


Figura 4 – Foto: A – Lixo despejado pelos/as moradores/as. Foto: B – Embalagens jogadas pelos/as moradores/as.

Foto: C – Lixo a ser recolhido pela Prefeitura.

Fonte: Souza, Clara Lúcia F. de, 2011.

Na foto A, nota-se o lixo jogado na rua há relatos de uma colisão entre um carro e o lixo. Disseram também que as pessoas aproveitam o entulho e jogam mais lixo, como roupas, vassouras, papeis, e outros. Na foto B, observa-se embalagens de papel e plástico, que se deslocam em direção ao pasto das chácaras. Na foto C, destaca-se o lixo no saco plástico, colocado pelos garis, mas segundo moradores/as o caminhão demora a recolher, ficando, assim, na rua. Por estas questões foi

escolhido trabalhar com a Educação Ambiental. A EA como base transformadora de atitudes e até educação política. Segundo Reigota (2009, p. 13)

Quando afirmamos e definimos a educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação.

Considera-se que a educação ambiental surge e se consolida num momento histórico de grandes mudanças no mundo. Entendendo a EA como um elemento importante de pesquisa e da relação entre pesquisador/a e pesquisado/a, Ratts (2003) afirma ser importante unir dados observados aos esclarecimentos promovidos pelo processo interativo entre pesquisador-pesquisado/a. A surpresa e os questionamentos que surgem nos conduzem para além da pesquisa, fazem parte de nossas ações cotidianas, elas permitem ao pesquisador a revisão de suas próprias convicções.

A sociedade hoje está cheia de conflitos e um deles é sobre a educação ambiental, mas, o que viria a ser esta educação? Seria uma educação aplicada na escola, para que a criança aprenda a viver em harmonia com o meio ambiente? Ou uma educação que prega a sustentabilidade do ser humano com a natureza? De acordo com Jacobi (2003, p. 198), temos:

A educação ambiental deve ser vista como um processo de permanente aprendizagem que valoriza as diversas formas de conhecimento e forma cidadãos com consciência local e planetária. E o que tem sido feito em termos de educação ambiental? A grande maioria das atividades são feitas dentro de uma modalidade formal. Os temas predominantes são lixo, proteção do verde, uso e degradação dos mananciais, ações para conscientizar a população em relação à poluição do ar. A educação ambiental que tem sido desenvolvida no país é muito diversa, e a presença dos órgãos governamentais como articuladores, coordenadores e promotores de ações é ainda muito restrita.

Dessa forma, a educação ambiental é transformadora, fazendo com que se repense as atitudes e que se possa levar para as casas e repassar o conhecimento adquirido para a comunidade do bairro e até mesmo na cidade. Como ressalta, Barbosa e Machado (2011, p. 03):

É importante promover uma ruptura com a ideia de que a sequencialidade é o único e exclusivo caminho para ensinar e aprender, e investir na descentralização para fazer educação na escola e em espaços da casa e da rua, escapando da ditadura do pensamento único neoliberal, que insiste em apregoar que ser só, estar só, é melhor.

Assim, é importante fazer com que a educação, seja realizada, e tenha capacidade de agir coletivamente para vigorar uma educação ambiental, desenvolvendo as práticas educativas, fazendo com que o ser humano viva harmoniosamente com a natureza, pois, o que é bom para o meio ambiente também é bom para o ser humano, a sustentabilidade. Para isso, Barbosa e Machado (2011, p. 05) propõem:

Pensar e viver colaborativamente as possibilidades de construir, via educação ambiental crítica, práticas educativas que configurem a cidade e o campo como espaços educadores e sustentáveis, com territórios e lugares permeáveis e de fronteiras cambiantes, não para subsumir a diversidade na homogeneização, mas para superar qualquer tipo de exclusão e de violência e promover a inclusão onde moramos e vivemos.

Por isso, a observação, a interpretação e a compreensão das transformações sócio-espaciais são essenciais para que cidadãos e cidadãs possam refletir sobre a sociedade em que vivem e repensá-la, repudiar as injustiças e exigir o cumprimento de seus direitos humanos. De acordo, com a Constituição de 1988, têm-se:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Na possibilidade de envolver todos/as os seres humanos, numa causa que também sejam deles/as em que cada um, no caso da pesquisa os/as moradores/as da Rua das Palmas do Jardim Raio do Sol, possam reconhecer os problemas, analisá-los e tentar buscar alternativas para solucioná-los, assumindo posturas coerentes com um pensamento crítico sobre a EA. Segundo, Jacobi (2003, p. 190):

Tomando-se como referência o fato de a maior parte da população brasileira viver em cidades, observa-se uma crescente degradação das condições de vida, refletindo uma crise ambiental. Isto nos remete a uma necessária reflexão sobre os desafios para mudar as formas de pensar e agir em torno da questão ambiental numa perspectiva contemporânea.

Para a Educação Ambiental prevalecer seria necessário a inclusão de todos/as os/as envolvidos/as, que sejam do campo ou da cidade. E assim, promover uma melhor comunicação com todos/as envolvidos/as com a educação, e no caso da presente pesquisa, como os/as moradores/as estão envolvidos/as com a Educação Ambiental? Será que cada um faz a sua parte? Para Carvalho (2001, p. 49):

Quanto à capacidade de uma educação promover valores ambientais, é importante destacar que o processo educativo não se dá apenas pela aquisição de informações, mas sobretudo pela aprendizagem ativa, entendida como construção de novos sentidos e nexos para a vida. Trata-se de um processo que envolve transformações no sujeito que aprende e incide sobre sua identidade e posturas diante do mundo.

Desse modo, espera-se que os sujeitos tantos os/as envolvidos/as na pesquisa como também os/as que não estão, possam não apenas se informar sobre a AE, mas, sim aprender como se faz e porque se faz. Tudo em razão de transformar cidadãos e cidadãs conscientes, pois o futuro pertence a uma nova geração que deverá aprender a viver com a sustentabilidade.

4 A opinião dos/as moradores/as da rua das Palmas, Jardim Raio do Sol, Inhumas – Goiás sobre a Educação Ambiental

O perfil educacional dos/as pesquisados/as são variados, sendo que três possuem o ensino fundamental I incompleto, três o ensino fundamental II, duas o ensino médio completo, uma ensino técnico incompleto, duas o ensino superior incompleto e uma o ensino superior completo. Das pessoas pesquisadas dez moram em casas próprias e duas pagam aluguel. O questionário (apêndice) compôs-se de dez questões e foram respondidas pelos/as próprios/as moradores/as.

A primeira questão trata-se sobre o entendimento da “Educação Ambiental”, todos/as os/as moradores/as demonstraram conhecimento do que vem a ser a Educação Ambiental, como: “É a educação com o objetivo de disseminar o conhecimento sobre o meio ambiente, auxiliando na sua

preservação e utilização sustentável dos recursos.” Ou: “Educação Ambiental é a preservação da natureza, não poluir e desmatar, fazer reciclagem do lixo, na qual possuem vários recursos sustentáveis para serem usados de forma positiva.” E: “É aprender a importância do meio ambiente e como preservá-lo.”

Dessa forma, é perceptível que os/as questionados/as se referem à EA como uma educação para a preservação da natureza, e assim, de acordo com Reigota (2009) pode-se perceber que a Educação Ambiental é a chave de ligação da humanidade com a natureza buscando a superação de organismos que não prejudiquem o meio. Assim, é importante saber “por que fazer” e “como fazer” que se realize uma Educação Ambiental.

Ao perguntar se os/as moradores/as realizam alguma atividade ambiental, quatro disseram que juntam plásticos e entregam para catadores/as, outros/as quatro tem-se a preocupação com o óleo de cozinha, sempre fazem sabão, dois moradores/as cuidam dos restos de comida, entregam para criadores de suínos, apenas dois disseram que não praticam atividade ambiental. Em relação sobre como estão envolvidos/as com a Educação Ambiental. (Figura 5):

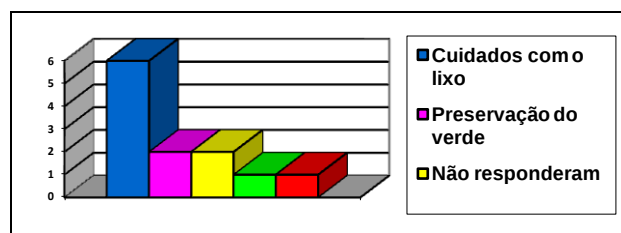


Figura 5 – Gráfico: Números de moradores/as envolvidos com a Educação Ambiental.

Fonte: Questionário aplicado aos moradores/as, Inhumas, 2011.

Percebe-se de acordo, com o gráfico seis moradores/as se preocupam com o lixo, duas pessoas ajudam na preservação do verde, dois indivíduos não responderam, uma pessoa disse que está envolvida nas suas atividades de rotina e apenas uma falou na economia de água.

No entanto, as atividades ambientais em que os/as moradores/as estão envolvidos/as são os cuidados com o lixo nas suas residências, economia de energia e de água foram os mais citados. Lembrando Jacobi (2003), as atividades ambientais são diversas, tendo com predominância o lixo, a preservação do verde e outros. Assim, justifica o destaque pelos/as moradores/as por essas respostas.

Em relação à preocupação com meio ambiente, todos/as os/as moradores/as responderam que se preocupam, pois dizem pensar nas gerações futuras, e como consta na Constituição (1988), todos/as têm direito ao meio ambiente preservado. Foi indagado o que os/as moradores/as fazem para ajudar o meio ambiente.

Para sete dos/as moradores/as ajudam o meio ambiente não jogando lixo na rua, duas pessoas disseram que procuram conscientizar outras pessoas, os demais falaram na economia de energia elétrica, na conservação do verde e no consumo de forma consciente. De acordo, com Barbosa e Machado (2011), as práticas educativas transformam os lugares e todos/as devem pensar e viver colaborativamente com possibilidade de construir com a EA.

Na questão sobre o que fazem com o lixo doméstico, oito moradores/as disseram que selecionam o lixo, retirando o que pode ser reciclado e entregam para os/as catadores/as e o restante do lixo é colocado em sacos plásticos para ser coletado pelo caminhão do lixo. Os/as outros/as quatro moradores/as apenas colocam o lixo em sacos plásticos e nos dias estabelecidos pela prefeitura para efetuar a coleta. Em se tratando do lixo foi questionado se havia lixo jogado na rua de suas casas.

A população estudada nesta pesquisa, a maior parte 67% dos/as moradores/as disseram que a rua em que moram há lixo jogado e realmente, através da pesquisa pode-se perceber pontos em que o lixo está na rua. E para os 33% restantes a rua está limpa, pois devido as suas casas ficarem

próximas a entrada de chácaras, as pessoas não jogam lixo, até porque os/as chacareiros podiam notar.

Também foi questionado porque as pessoas jogam lixo na rua, segundo os/as moradores/as é pela falta de responsabilidade e por não terem consciência, por falta de educação ambiental e cultura. Na opinião de um/a morador/a é: “Porque não pensam no futuro, nas consequências que teremos quanto ao poluir a natureza”.

Dessa maneira, retornando a Carvalho (2011), é importante promover a educação ambiental, embora o processo educativo não se dê apenas a aquisição de informação, mas, sim na prática.

Quando questionados/as se a coleta seletiva melhoraria a situação do lixo doméstico, os/as moradores/as em sua maioria disseram que sim, mas desde que tenha um coletor responsável para cada tipo de lixo, pois não adianta nada selecionar e um mesmo caminhão misturar todos os lixos no lixão.

Assim, é importante destacar que a educação ambiental deve suceder coletivamente, diante da pesquisa foi possível perceber que para fazer acontecer deve-se ter iniciativas e é isto que falta para as pessoas se envolverem em uma causa que também sejam delas.

5 Considerações Finais

A educação ambiental é capaz de mudar ações que o ser humano realiza no meio ambiente, pois, faz com que se repense as atitudes e levando para sua vivência e repassar o conhecimento adquirido para a comunidade do bairro e até mesmo na cidade.

Objetivou-se em descrever o conhecimento dos/as moradores/as em relação à educação ambiental, através da pesquisa constatou-se que os/as moradores/as da Rua das Palmas, Jardim Raio do Sol, Inhumas – Goiás conhecem o que vem a ser educação ambiental e tentam praticar no cotidiano.

Foi possível verificar o conceito que os/as moradores/as têm a respeito da expressão “Educação Ambiental”, identificar se eles/as realizam algum tipo de atividades ambientais e ainda investigar se há sensibilização com o meio ambiente em relação ao lixo.

A partir dos dados observados aos esclarecimentos da problemática da pesquisa, em que está fundamentada em como os/as moradores/as estão envolvidos/as na Educação Ambiental, percebe-se um processo interativo entre pesquisador-pesquisado/a.

Dessa forma, na realização do trabalho houve uma troca de conhecimentos e assim, surgem novos questionamentos que se conduzem além da pesquisa, fazem parte de ações cotidianas, elas permitirão a revisão de suas próprias convicções e se ater por iniciativas que levam a educação ambiental.

Essa proposta tem como desígnio contribuir para a percepção e sensibilização dos/as moradores/as em relação a educação ambiental. Para assim, fazer com que os/as moradores/as envolvam numa causa em que todos/as tentem buscar alternativas para solucionar os problemas, no caso específico o da rua em que moram. Se a Rua das Palmas, Jardim Raio do Sol, Inhumas – Goiás se encontra suja, assim os/as seus/suas moradores/as devem-se tomar atitudes buscando apoio municipal e comunitário. E assim, colocar o aprendizado em prática, fazendo com que dissemine-se a educação ambiental de modo reflexivo e que a partir de exemplos e atitudes todos/as possam adotar esta causa.

6 Referências

BARBOSA, F. A.; MACHADO, V. de F. **Desenvolvimento, Meio Ambiente e Educação Ambiental**. In: Educação para Diversidade e Cidadania. Módulo IV. Goiânia: UFG/CIAR, 2011. CD-ROM.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%E7ao_Compilado.htm>. Acesso em: 31 agosto 2011.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Qual educação ambiental? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em:
<<http://www.agroecologia.inf.br/biblioteca/educacao%20ambiental.pdf>>. Acesso em : 30 agosto 2011.

IBGE. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo 2000**. Disponível em:<
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>. Acesso em: 14 de novembro de 2011.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 118, p. 189 – 205, 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 24 agosto 2011.

RATTS, A. J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In. ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J. P. (Org.) **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983

EXPANSÃO DO CULTIVO DE CANA DE AÇÚCAR EM ITAPURANGA-GO

Quelma Aparecida Braga

Graduanda do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus
Itapuranga.

quelma_apbraga@hotmail.com

Rodrigo Guimarães

Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus
Itapuranga. Bolsista BIC/UEG.

rodrigoguimaraesgeografia@gmail.com

Marco Túlio Martins

Profº Dr. do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás.

marcogeografia2008@yahoo.com.br

Silvio Braz de Sousa

Profº Me. do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás.

sousasb@gmail.com

Resumo: Este artigo trata do processo de expansão do cultivo de cana de açúcar em Itapuranga – GO entre os anos de 2000 – 2015. A análise tem como foco a produção canavieira e a expansão territorial que vivenciou o município durante este recorte espacial. Foi apresentada a discussão sobre os sentidos da ampliação e redução dessa produção e o contexto do agronegócio presente no Centro-Oeste brasileiro.

Palavras-Chave: Cana de açúcar; Centro-Oeste; Goiás.

1. INTRODUÇÃO

O processo de expansão de cana de açúcar está presente em boa parte do território brasileiro, sobretudo nas áreas caracterizadas, pela literatura mais recente, como de expansão da fronteira agrícola. A ampliação do cultivo de cana em algumas regiões brasileiras deu a base de sustentação para a intensificação do aumento da produção de álcool e açúcar. O estado de Goiás se apresenta como um recorte espacial que tem essa característica de expansão da produção de cana de açúcar, expansão essa percebida a partir da análise da ampliação de áreas de plantio bem como da proliferação das usinas de cana espalhadas por grande parte do território goiano. Neste artigo, a análise ficará restrita à produção de cana de açúcar na microrregião de Ceres e suas inter-relações com o município de Itapuranga – GO. A principal usina que atua neste setor econômico na região supracitada é a Usina CRV Industrial (Grupo FARIA) localizada no município de Carmo do Rio Verde – GO.

O município e as regiões circunvizinhas de Itapuranga-GO faz o plantio da cana e distribui para as usinas mais próximas. No município de Itapuranga-GO está localizada uma filial desta mesma usina, contudo a mesma não apresenta atividades significativas em relação ao processamento de cana. Assim, o objetivo geral deste artigo é compreender a dinâmica socioespacial da expansão, ou não, da produção de cana de açúcar desse recorte territorial. O recorte temporal que compreende a análise é do início dos anos 2000 a 2015.

A metodologia utilizada para a construção deste artigo foi a revisão bibliográfica dos temas que convergiam para o assunto da produção de cana de açúcar no Brasil e no estado de Goiás. Além

dessa bibliografia foram analisados os dados retirados da plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) bem como o tratamento quantitativo e qualitativo dos dados levantados.

2. UM BREVE HISTÓRICO DO APARECIMENTO DA CANA DE AÇÚCAR NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS

Segundo Sakamoto (2001), as primeiras evidências do aparecimento de cana de açúcar na antiga colônia portuguesa data de aproximadamente 1532 vindas de navio comandado por Martin Afonso de Sousa. A chegada das primeiras mudas de cana na primeira metade do século XVI demonstrava os primeiros projetos da Coroa portuguesa com os processos econômicos que seriam colocados em prática no território da colônia. A primeira região colonial que recebeu os incentivos do plantio desse produto foi o que hoje se enquadra na regionalização brasileira como Nordeste.

A hegemonia do plantio de cana de açúcar ficou concentrado até o início da fase republicana do Brasil na região Nordeste. É importante destacar que a concentração dessa produção até a última década do século XIX deve-se a alguns fatores relacionados primeiramente ao poderio das elites locais e regionais do Nordeste bem como de fatores geofísicos que justificam a adaptação da cana naquela região.

A partir do século XX as disputas entre as oligarquias regionais nordestinas e as paulistas se acirraram na investidura no processo de modernização da produção da cana de açúcar. No decorrer do século XX a produção e modernização desse setor concentrou no estado de São Paulo. O cerrado brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 foi a principal área alvo dos projetos territoriais do Estado, sobretudo no que diz respeito a intensificação e configuração de uma nova fronteira agrícola.

O cerrado contém extensas áreas em condições geoambientais favoráveis à agricultura intensiva e à pecuária, sendo esta historicamente extensiva e dominante espacialmente. Nos anos 60 e 70 do século passado, por essa e outras razões de natureza geopolítica, o cerrado foi alvo de expansão da nova fronteira agrícola. Este avanço teve como base a modernização da agricultura, voltada principalmente para a produção de grãos, em particular de soja e de algodão, entre outros, além de incrementar também a oferta de carne, agregando-se à meta federal de incorporação de suas terras ao sistema produtivo nacional e à exportação na forma de commodities agrícolas (Barbosa, Gomes e Teixeira Neto, 1993).

A expansão de cana de açúcar em São Paulo foi caracterizada pelo arrendamento das terras o que possibilitou ainda mais a ampliação de terras cultiváveis com este produto. Com isso, a criação de grandes grupos econômicos interessados nesse setor produtivo foi ampliada, sobretudo a movimentação de um alto valor de capital no investimento de maquinário e insumos agrícolas. As terras arrendadas em São Paulo e nos estados demarcados pela presença do Cerrado eram terras até então utilizadas para o setor pecuarista e dos produtores de grãos.

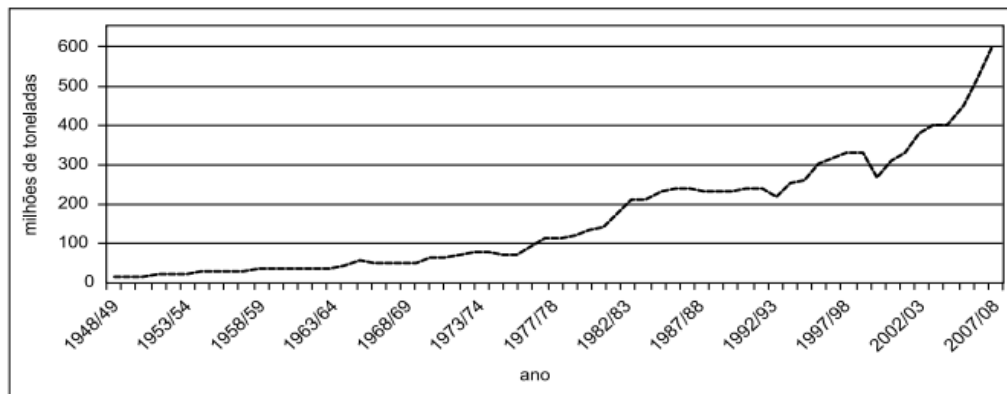
O eixo de expansão da produção seguiu o trajeto do Nordeste para o Centro-Sul do Brasil ocasionando uma “inversão” dos pólos produtivos da cana de açúcar. A região que era tradicional no que se refere ao cultivo desse produto foi afetado bruscamente pelos projetos de Estado que visava a modernização das áreas de cerrado no Brasil. Um desses principais projetos foi a criação, via Estado, do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) e também do programa federal Proálcool (1975-1979) “criado como expressão do Estado regulador, e movido pela necessidade de reagir às consequências da crise internacional do petróleo do início da década de 1970” (CASTRO, ABDALA, SILVA et.al, 2010, p.172). Tais incentivos pela via estatal no Brasil provocou um aumento avassalador da produção de cana no país.

As décadas que se seguiram à essa proliferação de programas que incentivavam e investiam no setor sucroalcooleiro vivenciou um momento de crise e de desregulamentação do setor nas décadas de 80 e 90 do século XX, momento este que acompanhou uma crise de proporções macroeconômicas a nível mundial. Essa nova des-ordem mundial, como destacou Hasbaert & Porto-Gonçalves (2006), provocou uma crise a nível mundial na produção do combustível de cana que estava ligada ao restabelecimento da produção mundial de petróleo. Como consequências dessa desregulamentação do setor produtivo de cana ocorreu o fechamento dos principais programas de incentivo tais como o Proalcool (1991) e o IAA. Assim, pode-se destacar que houve “dois grandes blocos produtores no setor: os do Nordeste e do Centro-Sul”. Neste contexto o estado de Goiás apresentou suas particularidades no que diz respeito à produção neste setor.

O estado de Goiás, onde o bioma cerrado é dominante, não apresentou desenvolvimento notável do setor na fase da expansão do Proálcool e nem depois, em razão, entre outros fatores, de estar sendo alvo dos prolongamentos da fronteira agrícola, com ênfase em grãos, algodão, arroz e gado. Nos anos 80 do século passado, começou a expandir-se nesse estado a produção alcooleira, mas foi somente após o final da década de 1990 que, de fato, essa expansão tornou-se notável. E o crescimento intensificou-se mais ainda no início do presente século, em razão da grande necessidade de diversificação na matriz energética, motivada pelos impactos ambientais decorrentes do modelo adotado anteriormente, baseado em combustíveis fósseis. (CASTRO, ABDALA, SILVA et.al, 2010, p.173).

Na figura 1 a seguir percebe-se o aumento significativo da produção de cana no Brasil no momento da criação dos programas estatais de incentivos nas décadas de 1960 e 1970 bem como uma diminuição significativa no momento da crise macroeconômica das décadas de 1980 e 1990.

Figura 1 - Histórico da produção de cana de açúcar no Brasil, safras de 1948-1949 a 2007-2008



F
onte:
(CASTRO,
ABDALA,
SILVA et.al,
2010)

O
estado de
Goiás
acompanhou
o aumento da

produção agropecuária pela qual também passou o Brasil no final do século XX e início do XXI. Este processo está ligado a uma dinâmica de maior envergadura à nível de Estado e das grandes transações financeiras ligadas aos interesses dos grandes produtores agropecuários que são os principais atores do agronegócio no Brasil e, sobretudo nos estados do Centro-Oeste. Além disso, os projetos de Estado voltados para o cerrado brasileiro também se intensificaram o que provou um aumento da produção agrícola para exportação e, também, mas em menos proporção, para o fortalecimento do mercado interno brasileiro. A produção de cana de açúcar é inclusa neste processo de âmbito nacional e internacional.

A DINÂMICA PRODUTIVA DA CANA DE AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE ITAPURAGA – GO

O município de Itapuranga possui várias propriedades que são divididas em pequenas propriedades rurais o que tem como consequência uma grande quantidade de pequenos proprietários rurais na região. Nessas propriedades são produzidos uma grande diversidade de alimentos que são vendidos na cidade de Itapuranga e nas cidades circunvizinhas. Todos os pequenos produtores se agrupam numa associação no município denominada de Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI). Além da grande quantidade de pequenos agricultores no município o cultivo de cana de açúcar se apresenta com pequena e média produtividade. Na tabela a seguir, construída segundo os dados retirados do IBGE (2000-2015) consegue-se ter uma amostragem da quantidade de cana de açúcar em hectares que foram plantadas no município de Itapuranga – GO.

Tabela 1 - Área plantada de cana de açúcar no município de Itapuranga – GO

no	rea (ha)
000	0
001	0
002	650
003	100
004	400
005	000
006	600
007	500
008	500
009	000
010	415
011	0612
012	962
013	239
014	834

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

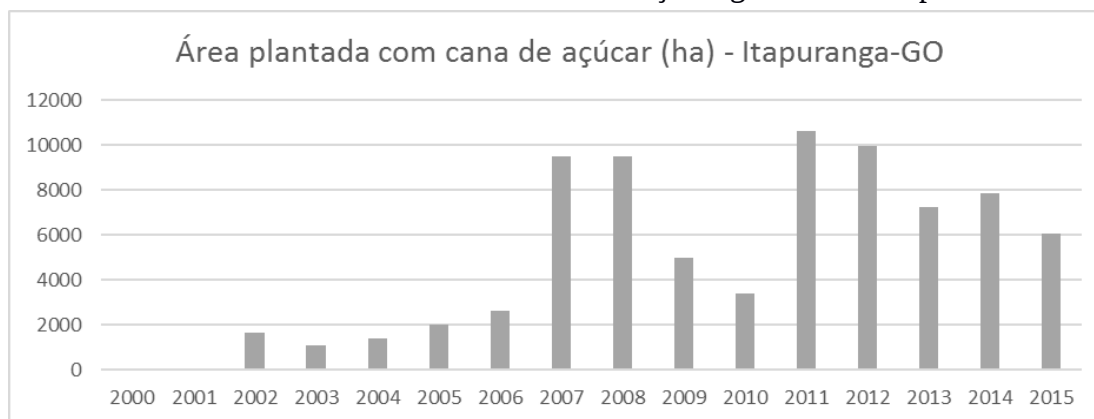
Com a análise pode se afirmar que os primeiros anos são insignificantes de plantio de cana de açúcar em Itapuranga – GO.

No ano de 2002 começou a ampliação da área plantada no município. Em 2003 a área plantada diminuiu, e em 2004 começou a aumentar e gradativamente a ampliação da plantação continuou nos anos subsequentes, quais sejam nos anos de 2005 e 2006. No ano de 2007 e 2008 a cana de açúcar no município de Itapuranga ampliou significativamente a produção em relação aos anos anteriores, tendo como área plantada 9500 (ha). Estes anos foram os de maior área plantada no município perdendo apenas para 2011 e 2012. Em 2009 apresentou uma diminuição na área plantada de 4500 (ha) em relação ao ano anterior. No ano de 2010 a queda na produtividade de cana de açúcar foi de 64% em relação ao ano de 2007.

Em 2011 obteve-se um aumento significativo com o crescimento de 210% de área plantada em (ha) com relação ao ano de 2010, sendo que 2010 teve 3415 (ha) e 2011 teve 10612 (ha). Os próximos anos apresentaram um decréscimo em relação ao ano de 2011. Em 2012 teve 6% de decréscimo, em 2013 a queda foi de 27%, 2014 de 8% e 2015 uma queda em (ha) de 22,8% de área plantada no município de Itapuranga.

Gráfico 1 – Área plantada com cana de açúcar (há) – Itapuranga - GO

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal



No gráfico 1 supracitado pode-se perceber algumas questões relativas à produção de cana de

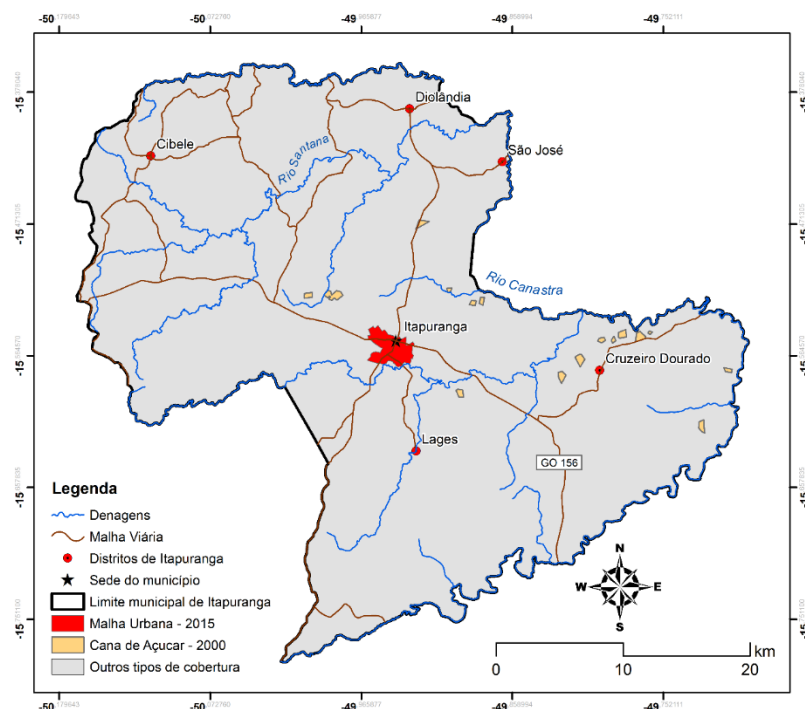
açúcar no município de Itapuranga – GO. O primeiro ponto a ser destacado é que houve dois momentos específicos que podemos definir como o ápice da produção de cana de açúcar no município: esses anos são os biênios 2007-2008 e 2011-2012. O pico de produtividade no biênio 2007-2008 no município está envolto em uma dinâmica maior vivenciada pela região Centro-Oeste, neste mesmo período, de um ápice da produção canavieira. O setor já presenciava um processo intenso de reorganização e readaptação às novas dinâmicas do capital financeiro ligado inteiramente ao agronegócio. O segundo biênio 2011-2012 acompanha um conjunto de outros municípios do estado de Goiás que apresentam uma grande produtividade da cana de açúcar.

Ainda segundo o gráfico 1 representado ulteriormente tem-se também em relação a produção de cana no município de Itapuranga Goiás um ciclo longo do aumento da produção e dois ciclos subsequentes de diminuição da produção. Entre os anos de 2000 a 2006 o município apresentou um aumento significativo e gradativo da produção canavieira. Os outros dois ciclos subsequentes e que apresentaram uma diminuição gradativa dessa produção foram 2009-2010 e 2013-2015. Esses dois últimos caracterizados pela desaceleração da produção acompanham também dois momentos de crise do setor sulcroatóico vivenciado no Brasil nestes mesmos períodos.

O mapa a seguir mostra os locais de produção de cana de açúcar no ano de 2000 no município de Itapuranga-GO, onde se encontra distribuído minimamente o cultivo de cana de açúcar nas proximidades do distrito Cruzeiro Dourado, seguindo a GO 230. A Noroeste de Itapuranga encontra-se uma área pequena de produção canavieira.

Neste mapa 1 nota-se uma pequena parcela territorial no município ocupado pela cana de açúcar. Este período a cobertura do solo do município de Itapuranga era dedicado mais a outras produções, como a pecuária. Ao observar o mapa pode se ver que a produção da cana de açúcar no município neste período se dá mais na região de cruzeiro dourado.

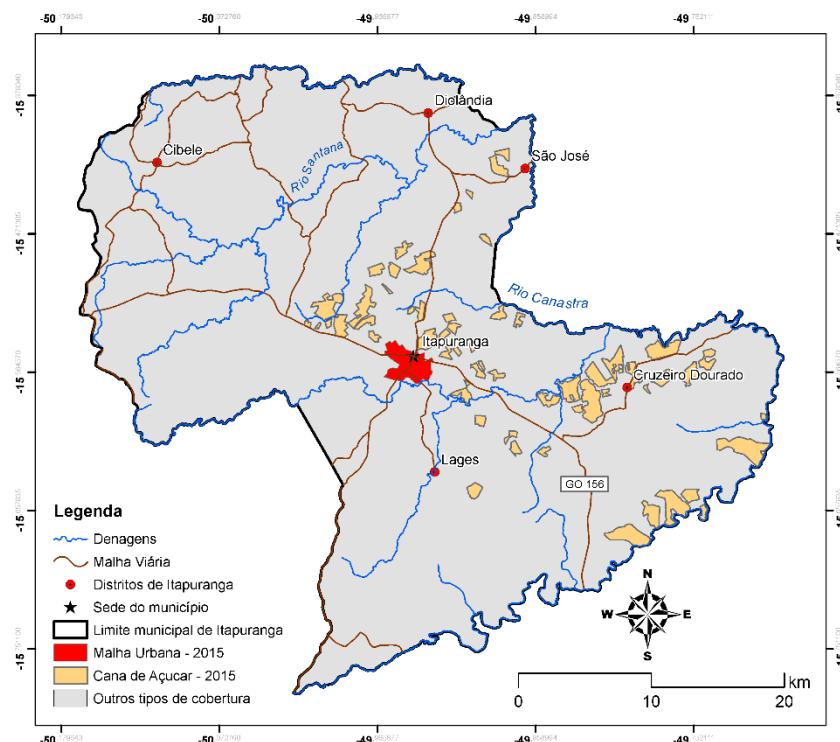
Mapa 1 - Localização das áreas plantadas de cana de açúcar no município de Itapuranga no ano de 2000



Fonte: Sousa, 2017

No a seguir, de 2015, a área plantada teve um aumento significativo no decorrer do período de quinze anos. As áreas aumentadas foram a Noroeste, ao Norte, a Nordeste, a Leste e Sudeste, na divisa de Heitorai e, um crescimento nas proximidades do distrito de Cruzeiro Dourado e em torno da cidade de Itapuranga. Nestes locais estão localizadas as áreas de maior produção por hectare de cana de açúcar no município.

Mapa 2 - Localização das áreas plantadas de cana de açúcar no município de Itapuranga no ano de 2015



Fonte: Sousa, 2017

A produção da cana de açúcar no município no ano de 2015 já se encontrava mais espalhada concentrando em grande quantidade na região do cruzeiro dourado, próximo a cidade de Itapuranga, na divisa com Heitorai e Uruana, próximo ao distrito de Lages e Vila São José.

Os outros tipos de cobertura do solo em ambos os mapas, relaciona matas de cerrado, pecuária dentre outros. Ainda é mostrado nos dois mapas a localização de pontos como municípios, malha viária, drenagem e sede do município, alterando apenas o recorte temporal da cobertura do solo. Portanto, observa claramente a expansão da produção de cana de açúcar no município de Itapuranga - GO através dos dois recortes temporais dos mapas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo buscamos mostrar as áreas plantadas de cana de açúcar no município de Itapuranga em hectares, pode se afirmar que Itapuranga tem produção significativa para o estado de Goiás e para o Estado brasileiro.

Para chegar a esta conclusão foi feito uma análise de quando começou o plantio de cana no estado de Goiás e quando chegou no município de Itapuranga, no ano de 2003 foi quando realmente começou o plantio porém só teve quatro anos que chegaram no ápice de grande quantidade de área plantada no município de Itapuranga.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Selma Simões de. ABDALA, Klaus. SILVA, Adriana Aparecida. et. al. A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no estado de goiás: elementos para uma análise espacial do processo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 1, p. 171-191, jan./jun. 2010.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. 2. reimp. São Paulo: UNESP, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/brasil>. Acesso em: 11/07/2017.

MARQUES, Dinamar Maria Ferreira; SILVA, Tallyta Carolyne Martins da; ZOPELARI, André Luiz Miranda Silva; et. al. Produção e preço da cana-de-açúcar em Goiás. **Conjuntura Econômica Goiana**, Goiânia, n. 23, p. 32-43, dezembro, 2012.

SOUSA, Silvio Braz. Mapa 1: Localização das áreas plantadas de cana de açúcar no município de Itapuranga no ano de 2000. Mapa 2: Localização das áreas plantadas de cana de açúcar no município de Itapuranga no ano de 2015.

IMAGINÁRIO, MEMÓRIAS E PERCEPÇÕES: VIAJANDO POR GOIÁS VELHO

Rodrigo Rodrigues Freire Gomes

Graduando em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás.

rodrigo.rodriguesfg@yahoo.com.br

Flávio Marcos Gonçalves de Araújo

Graduando em Geografia (Bacharelado) pela Universidade Federal de Goiás.

flaviosolgo@gmail.com

Resumo: O presente estudo teve como objetivo perambular e analisar a Cidade de Goiás por meio do seu aspecto paisagístico, imaginário e sensorial. Esta análise foi amparada a partir de um trabalho de campo realizado na cidade na disciplina de Geografia Urbana II, do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás, e de referências que abordam a importância de se ver a cidade em um espectro palpável e imaginário que sobrepuja a sua análise sociohistórica, em que a partir do nosso olhar a partir do conceito de *flâneur* – muito usado por Walter Benjamin – trouxe subsídios para formularmos reflexões e percepções imagéticas acerca da cidade. Assim, propomos nesta leitura trazer uma interpretação holística, romântica e rememorada da cidade que traz em si várias potencialidades e vários contrastes sociais, históricos e culturais que possibilitam um rico e minucioso olhar sobre seu espaço.

Palavras-chave: imaginário, sensorial, *flâneur* e cidade.

INTRODUÇÃO

Analisar a cidade para além de seu sentido sociohistórico e cultural é uma forma de ampliar nossas reflexões e percepções a partir do espaço urbano que vivemos e que materializam as formas do cotidiano das pessoas. Diante disso, o exercício de olhar, de debruçar, de perambular e de acalantar a cidade com uma visão imaginária nos possibilita sentir as subjetividades do espaço, da paisagem e, sobretudo, da turbulência que notamos no dia-a-dia das grandes cidades.

Investigar o tecido urbano com essa forma de notar o espaço que vivemos, torna-se crucial para resgatarmos nossa identidade, nossas memórias e nossos laços de afetividade com o lugar, que com a influência da intensa globalização, entraram em um verdadeiro estado de fenecimento e agrura diante do caos e da velocidade na relação espaço-tempo que está no ímpeto nas grandes cidades. Hall (2006) destaca que as transformações das sociedades e dos espaços oriundas da modernização afetam e mudam nossas identidades pessoais, emergindo então a ideia de sermos sujeitos integrados a essa fluidez do mundo atual, ou seja, sujeitos sem memória, dissociados dos sentidos que os lugares oferecem, perdidos pelo rápido decurso das cidades que acarretam em memórias rasas e transeuntes do espaço vivido.

Outra questão que é importante de ser pontuada e que permeia a essa discussão, se remete a ausência da memória das cidades. Nora (1981) ressalta que a aceleração da história causa uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. Ou seja, o autor salienta – se referindo a modernização das cidades – que a atual dinâmica global, das velozes informações que dilaceram as barreiras de comunicação torturam ferozmente a essência das memórias marcantes no seio de uma cidade, em que o mesmo autor complementa que a história em si, se baseia mais em rituais de uma sociedade sem ritual, tirando a essência de fidelidades particulares de uma sociedade que valoriza os particularismos, as diferenciações efetivas numa sociedade, demonstrando mais conflitos sociais como modelador e que traça um perfil histórico de um lugar.

Diante de tal turbulência que originou uma profunda transformação no espaço das cidades, Benjamin (2010) em seus contos aforísticos faz de forma implícita críticas sobre a nova dinâmica da cidade que impacta substancialmente na forma de sua escrita, em que a escrita abandona pouco a pouco a calmaria solitária do livro, passando a circular no ambiente urbano por meio de cartazes, letreiros, artigos de jornal, entre outros meios técnicos. Sendo assim, o espaço urbano agora sob uma ótica mercantil, passa a incumbência de sua escrita voltada para a acumulação de capital, em que o mesmo denomina de textos urbanos que atuam como instrumento de intervenção sobre as massas, sobre o cenário urbano da cidade. Este, por sua vez sofre com intensas publicidades – que como agressivos estratégias sociais -, alienam e modificam o caráter da escrita que passa do “saber” para o “possuir”, aludindo-se a ideologia consumista que vigora na sociedade moderna dos dias atuais.

Contrapondo a essa ótica presente no cenário urbano, surge o conceito de *flâneur* que é utilizado por Benjamin para investigar os caminhos, os becos, as ruas, as passagens, em que Bandeira (2008) em sua análise sobre as obras de Benjamin descreve o *flâneur* em uma parte de uma narrativa:

A rua se torna moradia para o flâneur que, entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apóia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa entre o ambiente. Que a vida em toda a sua diversidade, em sua inesgotável riqueza de variações, só se desenvolva os paralelepípedos cinzentos...(BANDEIRA, 2008 apud BENJAMIN apud LEITE e PONTUAL, 2006, p. 100).

De maneira análoga a essa citação, o *flâneur* é um andarilho na cidade, que não tem rumo, e tampouco um destino, em que sua função é de pensar sobre os espectros visíveis, criar um imaginário a partir do que ele vê, do que ele sente com uma pujança de elementos que desconstruem a lógica capital do espaço. Em relação ao imaginário que é uma perspectiva bastante presente no enfoque do *flâneur*, Pesavento (2003) caracteriza o imaginário como um sistema de representações sociais construídas e que expressam-se através do discurso, das imagens e das práticas visuais pensadas.

Mergulhando então sob essa perspectiva do *flâneur*, nos desafiamos a olhar para Goiás Velho a partir dessa perspectiva com o intuito de moldar um imaginário que transcenda e conecte-se com conhecimentos sóciohistóricos sobre a cidade. Partindo desta abordagem, propomos criar uma nova imagem da cidade que para Silva (2007) a imagem da cidade é compreendida como um conjunto das paisagens urbanas, representando uma imbricação entre formas e conteúdos culturais. É “moldura do mundo na quadratura do olhar” em conexão e reciprocidade com um espaço vivido em relação temporal e simbólica.

PERAMBULANDO POR GOIÁS VELHO

Indo para Goiás Velho, Velho porque em sua clivagem traz o marco do desenvolvimento do nosso povo, da nossa história, de nosso passado, uma vez que após a capital de nosso Estado se transferir para Goiânia – atual capital -, a cidade agora se apegua a uma identidade de um patrimônio histórico-cultural somada a sua reputação de uma cidade provinciana e bucólica, tornando-a uma cidade charmosa, escolhida como local de refúgio e paz de turistas que vivem em cidades dotadas de ambientes urbanos que imperam o caos e a vida rápida e agitada em sua natureza.

Nos arrabaldes de Goiás Velho, fizemos uma primeira parada em frente a uma igreja à beira da estrada. Adentrando em seu interior notamos que a mesma se encontrava-se em completo estado de abandono. Entretanto, tal situação de abandono nos remete a uma questão histórica pertinente em estudos sobre a historicidade do lugar, traçando a igreja como um elemento de construção social de uma cidade, trazendo implicações simbólicas, semânticas sobre a temporalidade e a historicidade de um espaço. Ainda nessa mesma igreja tivemos acesso a uma visão panorâmica da Cidade de Goiás transportando a nós um olhar atônito daquela vivacidade, da energia que o alto daquela igreja nos proporcionava, da paisagem, do horizonte que já não tinha mais “janelas” como Peixoto (1996) as figuram aos prédios, as grandes construções que aniquilam as belas paisagens e a opulência de imagens alegóricas que o horizonte nos proporciona.

Chegando a Goiás despertou-se em nós a curiosidade, o olhar detetivesco, e com esse olhar minucioso a paisagem que nos cercava observamos os habitantes andarem tranquilamente, os carros que passavam por uma baixa velocidade, os senhores que tranquilos se deliciavam com a brisa e a sombra de uma pequena árvore e que “papeavam” sobre coisas de seu cotidiano, os frentistas que mansarrões aguardavam seus clientes, o vento que soprava e reproduzia um ar descansado, longe do inquieto e ruidoso ar que corre nas grandes cidades. Ali notamos que o tempo passa devagar, que as relações sociais ainda acontecem à moda antiga. Vimos moradores sentados em frente as suas calçadas que sossegados e serenos apenas olhavam as pessoas passarem sem quaisquer preocupações. Assim, observamos que esses são alguns dos elementos inextricáveis que compõem o ambiente de uma cidade mais calma e pacata.

Caminhando pela cidade, nos deparamos com o Rio Vermelho – que foi um dos primeiros rios que foram utilizados para a extração do ouro de aluvião (que foi a atividade que propulsionou a ocupação do território goiano) – e que hoje é um rio sem vida. Uma água que trazia em seu curso a tristeza, as lágrimas de quem um dia já puderam beber e se banhar daquela rica fonte hídrica, os cavalos que ali estavam se alimentando daquele capim mal chegavam perto do Rio Vermelho, que vermelho agora estava de sangue, rodeado por uma miséria – a miséria de quem um dia foi rico e hoje dota de uma penúria interminável –, oh, Cora! Cora que certamente de onde nos olha, cria poemas expressando a sua dor, sua tortura e sofrimento de ver aquele rio morrer...

Posteriormente, fomos a um símbolo marcante de Goiás: a casa de Cora Coralina. É um ícone, uma insígnia de nosso estado. A casa que abriga todos os goianos, carregada de sentimentos e lembranças de uma guerreira chamada Cora, onde em seu pseudônimo encontramos a sutileza e o talento de uma goiana que representou a luta, a criatividade e o valor que nosso estado e nosso povo têm nesse colossal território brasileiro.

Ela que foi uma ilustre autora, teve em seus poemas uma suma importância para a construção da memória e do imaginário da cidade, vejamos isso neste poema:

Goiás, minha cidade...
Eu sou aquela amorosa
de tuas estreitas,
curtas,
indecisas,
entrando,
saindo
umas das outras.
Eu sou aquela menina feia da ponte da Lapa
Eu sou Aninha.
Do Poema Minha Cidade

No poema intitulado “Minha Cidade”, Cora Coralina traz uma sensível descrição da cidade a qual ela tem sua relação de pertencimento, sendo que nos versos fica clara essa afeição

pelo o lugar onde ela vive. O poema também nos traz a semântica da estrutura das ruas quando a mesma recita “de tuas estreitas, curtas, indecisas...”, ou seja, ela dá noção de uma cidade com ruas apertadas, onde não há movimento, onde a calma e a bonança dão o ar a pacata cidade. Por fim, o poema termina nos seguintes versos “Eu sou aquela menina feia da ponte da Lapa, eu sou Aninha.”, que nos remete a ideia de uma identidade, onde seus laços sócioafetivos estão socialmente estabelecidos naquele espaço.

Entrando em sua casa, percebemos a magia nos cercando, nos cingindo, nos orlando com sua maestria. Cora nos inspira, nos fascina e nos faz inalar de sua genialidade, de sua simplicidade e humildade. Ela representa nossos anseios, nossos desejos e nossas imaginações. Dos doces aos seus poemas bafejava a tua essência, aflava sua vida em versos singelos, em versos sinceros que marcaram a vida de muitas pessoas. Em sua casa – um casarão colonial suntuoso e elegante – (figura 1), que mantinha em sua arquitetura uma construção no modelo estético colonial, que em nosso olhar, de certa forma, imprime uma imagem de um lugar que contém histórias, na ponte que traz em si o âmago da história goiana, representando uma paisagem que se faz uma constelação simbólica, lugar de desejo do homem, onde reside paz e harmonia, habitação eterna de uma memória deixada pela pária autora.



Figura 1: Casa de Cora Coralina. Foto obtida pelos autores

Após a visita nos propomos a olhar a cidade em tom detetivesco, analisando sua dinâmica enquanto andávamos. Notamos o quão é prazeroso caminhar e calcorrear por aquelas ruas de pedra, ruas que abraçam o turista, ruas que trazem em sua semiótica o charme de uma cidade histórica, ruas que nos proporcionam a fuga do caos das grandes cidades, becos que nos trazem a calma, a pacacidade, o remanso que procuramos para escapulir das armadilhas das capitais. É gostoso sentir o ar puro, é prazeroso olhar aquele horizonte inspirador, aquele horizonte mágico, a natureza do nosso olhar que retoma naquele espaço... Andar pela querida Goiás é com a sensação de liberdade, de segurança, de despreocupação, de prazer em estar ali, sem obrigações, sem imposições que a cidade grande nos oferece, nos proporcionando a verdadeira essência do *flâneur*, do andarilho da cidade.

Silva (2007) ressalta que a praça e o jardim adquiriram muitas outras significações sociais enquanto espaços de alteridade, formas de conteúdos variantes ao longo dos séculos. Com a modernidade eles ficaram mais próximos de um artefato decorativo da cidade, reforçando a ideia de natureza domesticada e adaptada ao desenho urbano, representação que valoriza sua forma artificiosa e geométrica, que caracteriza outro ponto que simboliza a cidade – a Praça do Coreto -,

que é uma praça antiga, charmosa e ponto de reunião de famílias, de amigos. Um lugar que traz o sentimento de pertencimento aos vilaboenses e aos turistas que por ali passam, uma praça onde as pessoas dialogam, tagarelam calmamente sobre seu dia, sobre seu cotidiano, onde ali o tempo passa devagar, a praça do coreto é um relógio, um relógio anunciado pelo toque arrebatado e gritante do sino da Igreja. O coreto é local de diversão, lá as crianças jogam futebol, correm pela praça, despreocupadas, sorriem cativamente pela euforia de não se preocupar com os apressados carros que aceleram na rua.

Próximo dali, no Palácio Conde dos Arcos – que era a sede do antigo Governo de Goiás é evidente que os objetos contidos no interior do palácio subjaziam um significado, um status social, segregador e que detinha o luxo e a obtenção de poder aos políticos que ali governaram e/ou que participaram da administração do Estado de Goiás naquela época. O Palácio traz em si, fatos relevantes e modos de vida que ali se propagavam na época que nossa querida Goiás era capital de nosso Estado. Os cômodos, as mobílias ali contidas, tinham histórias para nos mostrar, costumes e jeitos de vida que a antiga nobreza do Estado vivia, tais costumes evidenciados acentuavam ainda mais a grande desigualdade que existia na antiga capital. Nossa querida Goiás, infelizmente, era um espaço totalmente segregacionista e excludente, e que ainda traz marcas de sua historicidade na atual dinâmica espacial da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da visita feita na Cidade de Goiás, consideramos que o ambiente da cidade, a forma como se materializa seu espaço é um total apanágio para um olhar detetivesco do *flâneur* que permite a nós olhar a cidade e formular seu aspecto imaginário, oferecendo espaços que ampliam a nossa capacidade de detectar a semiótica dos lugares e as memórias que ali estão intrínsecas.

Em contraponto, consideramos complexo realizar esse mesmo exercício inerente à grande turbulência presente nas grandes cidades, uma vez que as fendas, as barreiras, as armadilhas, a pressa, o desespero contido nos grandes aglomerados urbanos, faz com o que o tempo nos engulam, nos suprimam frente a essa ação de admirarmos a cidade com seus sentidos e consciências.

Assim, asseveramos que cada lugar traz sua memória, traz sua subjetividade, em que os objetos, as estruturas materializadas no âmbito urbano carregam em si seus significados, seus simbolismos, suas histórias, suas contradições e problemáticas, em que o olhar detetivesco nos permite ampliar o onírico imaginário das cidades.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Milena Berthier. **Imaginário: ressignificando a cidade para o turismo**. Caxias do Sul, 2008, 16 p.

BENJAMIN, Walter. Rua de Mão Única. In: **Obras escolhidas**. Trad. R. Rodrigues Torres Filho e J. C. Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 2010. v. 2.

BORGES, Rogério. **Os melhores poemas de Cora**. Goiânia: Jornal O Popular, 2015. Acesso em: <http://www.opopular.com.br/editorias/magazine/os-melhores-poemas-de-cora-1.825495>.

CAIMI, Cláudia Caimi; GOMES, Maurício dos Santos Gomes. **A cidade-texto e a crítica-poética: notas sobre Rua de mão única**. Porto Alegre, UFRGS.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

NORA, P. **Entre memória e história :a problemática dos lugares**. Les lieux de mémoire, (pp.28 – 42), 1984. Tradução de: Yara Aun Khoury,1993.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC, 1996. 347 p.

PESAVENTO, Sandra Jatay. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. Porto Alegre: UFRGS, 1993, 386 p.

SILVA, V.C.P. **Paisagens imaginárias: A cidade vista do espelho**. Revista Perspectiva Geográfica, n. 3, p 83-101, 2007. Acesso em: <http://books.scielo.org/id/c3qn3/pdf/silva-9788579830921-06.pdf>.

LITERATURA E SUA ESPACIALIDADE: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA E HISTÓRICA SOBRE A OBRA “A ENXADA” DE BERNARDO ÉLIS

Warly Arthur Borges Aquino

Mestrando em Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos Email:
warly_borges@hotmail.com

Carolina dos Santos Camargos

Mestranda em Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos Email:
carolcamargos03@gmail.com

Jovair Vieira Silva

Mestrando em Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos Email:
jovairvieirabio@hotmail.com

Renata Kikuda

Mestranda em Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos Email:
rntkikuda@hotmail.com

Resumo: Diante da prerrogativa de se fazer uma análise literária baseada em uma abordagem geográfica, este texto vem ressaltar a estreita ligação que pode ser encontrada entre a literatura e a Geografia, uma vez que a primeira permeia a linguagem e suas mais aprimoradas técnicas, ocorrendo uma profunda e sensível utilização do imaginário e/ou do real; enquanto a segunda vislumbra fatos concretos de localização e mobilidade, por meio de suas categorias de análise e as nuances organizacionais do ser humano enquanto construtor do espaço. Deste modo, busca-se realizar uma abordagem geográfica entre os a narrativa de Bernardo Élis e os comentários dos personagens, a fim de verificar os elementos naturais e sociais que permeiam a cronologia e a espacialidade do conto intitulado “A Enxada”.

Palavras-chaves: Geografia; Literatura; Bernardo Élis; Regionalismo; A enxada.

Introdução

A literatura está presente na configuração da Língua Portuguesa como uma forma cultural de manifestação intelectual, que utiliza aprimoradas técnicas linguísticas e gramaticais presentes em cada época para a expressão de escritores que fazem o uso da linguagem com o intuito de levar a sociedade suas indagações e percepções sobre a complexidade das organizações sociais de cada período temporal.

Neste sentido, pode-se correlacionar uma estreita relação entre a Literatura e a Geografia, pois ambas realizam uma discussão pautada em uma espacialidade que é construída por espaços naturais e antrópicos, assim como na complexa relação entre o homem e natureza, sejam em espaços reais ou até mesmo em espaços imaginários que se formam no psíquico dos autores, como é o caso da literatura.

Deste modo a Geografia em suas variadas categorias de análise, conceitos e fenômenos naturais ou sociais fornece a Literatura importantes ferramentas que auxiliarão na construção espacial de suas obras, desta forma envolvendo o leitor com a caracterização das paisagens que são vislumbradas e os espaços que servem de vivência para os personagens de cada composição literária.

Ressalta-se que através da literatura é possível retornar a importantes momentos históricos do mundo e do Brasil, ou seja, por meio dos escritos dos autores é exequível compreender como se organiza o espaço de acordo com cada época, assim como das diversas formas de se pensar e compreender o mundo ao longo da história humana de acordo com o desenvolvimento das suas técnicas de produção e comunicação.

Objetiva-se então neste texto, realizar uma análise do conto de Bernardo Élis que se intitula “A Enxada”, a fim de verificar como a Geografia pode auxiliar na construção de um espaço literário e assim servir de palco para o enredo criado pelo escritor. Outrossim serão analisados, o contexto histórico de um Goiás coronelista da década de 1950 e 1960, a vida desditada do personagem Supriano e de sua família e a valoração das relações sociais existentes na época e que marcam o enredo criado por Élis em 1966.

Assim, busca-se os elementos geográficos e linguísticos que foram utilizados pelo autor para a estruturação de seu conto, como também um retrato literário sobre a realidade da época que é utilizada cronologicamente no enredo, com o intuito de observar como a Geografia é fundamental para o reconhecimento do espaço, como para a sua (re)estruturação e também para as trocas sociais e de comunicação.

Perspectiva literária, geográfica e histórica do conto “A Enxada”

Bernardo Élis em 1966 publica o conto “A Enxada” e, revela por meio de seu escrito um retrato agrário que pode ser considerado cruel e opressor se observado de forma contundente às situações que eram impostas ao trabalhador rural goiano. O personagem Supriano e sua família estão inseridos em um contexto segregatório que permeia a crueldade de uma organização especial, entre os que possuem o capital e aqueles que são escravizados para que possam garantir a sua sobrevivência.

Este conto regionalista retrata a vida do sertanejo goiano, as relações de poder, a divisão do trabalho no campo e a vegetação típica desta região que podem ser identificadas em diversos fragmentos do texto. Outro aspecto geográfico que pode ser destacado é a relação dos personagens com as credences populares que permeiam a fé do sertanejo, ou seja, pode-se aqui realizar uma análise por meio da Geografia Cultural, que versa sobre as diferentes formas de representação do sagrado, atentando-se para as relações sociais e suas formas de organização no espaço, onde os eventos religiosos acontecem.

Com uma percepção geral da obra de Bernardo Élis é possível que se verifique vários elementos que servem de análise para a Geografia no decorrer do conto, como a hidrografia, a vegetação, a climatologia, o relevo e as trocas sociais. Deste modo destacando a região em que o enredo se fundamenta, assim como os aspectos naturais e humanos que se entrelaçam, sendo com a formulação da realidade ou do imaginário do autor, com o intuito de construir uma espacialidade concreta e assim denunciar de forma mais enfática a crueldade do coronelismo goiano e as misérias humanas que eram impostas aos trabalhadores do campo.

Com o objetivo de realizar a decodificação da paisagem regionalista descrita por Élis em seu conto e para assim identificar o *lócus* geográfico em que o enredo se desenrola, é necessário que se busque os conceitos de espaço e paisagem, propondo assim, uma discussão que permeie tanto a literatura e as marcas imaginárias do escritor, como a geografia e suas linhas de análise.

Relacionado a paisagem regional na perspectiva de uma literatura geográfica, Lima (2000, p.17) faz o seguinte apontamento:

(...) paisagem regional (...) pelas suas variações de fisionomia geográfica, sempre inspirou a transmissão das mais diversas experiências com o espaço por meio da literatura nacional, graças as características peculiares que as regiões brasileiras apresentam nos seus aspectos naturais e humanos, e que moldam até hoje a

realidade da organização dos espaços, em seus diferentes níveis, nestas áreas. (LIMA, 2000, p.17)

De acordo com autora verifica-se a importância de uma paisagem regionalista para a composição de textos literários nacionais, pois se vislumbram valores, paisagens naturais e dinâmicas humanas com variadas composições que se diferem de acordo com a região que se concretiza os enredos dos autores. Sendo que as paisagens são moldadas por elementos naturais e antrópicos, no conto é possível constatar onde ele se desenvolve de acordo com as características reveladas pelo escritor.

Sobre as considerações relacionadas à “paisagem” ao “espaço” que são duas categorias de análise que serão utilizadas para a análise do conto, Milton Santos assevera que “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são as formas mais a vida que os anima.” (SANTOS, 2002, p.103).

Assim a composição proposta por Bernardo Élis no conto “A Enxada” são maracas vivas de uma época que se constata as relações humanas com um molde ainda escravagista e a ocupação do solo goiano após a febre do ouro. Fornecendo assim ao escritor elementos entre o novo e o arcaico que juntos formam o cenário opressor e desumano da busca incessante de Supriano por um instrumento essencial para a sua própria escravização: a enxada.

Diante de uma análise histórica sobre do Brasil “os anos 50 e o início dos anos 60 foram marcados por um intenso movimento social no campo que, em certa medida, se associava ao projeto desenvolvimentista nacional.” (CORREÂ; COSTA, 2009, p.01). Em Goiás após o ápice do ouro os coronéis donos das propriedades rurais desenvolveram a técnica ainda que rudimentar de agricultura para uma produção lucrativa em suas terras. Sobre essas mudanças e movimentos que nascem no campo e transformam a paisagem e a valoração do espaço pode-se compreender por meio da seguinte afirmação:

Até mesmo as transformações das paisagens podem ser associadas à interatividade vivenciada pelos seres humanos. Trata-se de apreciar um vínculo do ser com fenômenos absolutamente interpretáveis, relação esta que se apresenta como modelo de permuta para a continuidade da percepção e, conseqüentemente, da significação. Através de uma rede complexa de possibilidades interpretativas, desdobradas enquanto paisagens internas e externas, é que indivíduos são envolvidos em modos específicos de interação. (SILVA, 2011, p.18)

Deste modo, pode-se verificar por meio do conto “A Enxada” que em Goiás já se havia se iniciado uma nova forma organizacional de apropriação dos bens naturais e das relações sociais de acordo com o desenvolvimento da agricultura. Porém ressalta-se marcas explícitas do preconceito racial que advinha da escravidão, como também uma nova forma de apropriação de mão de obra humana onde o camponês não se libertará de fato dos mandos dos coronéis. Sobre esta questão Bernardo Élis discorre da seguinte forma:

Piano pegou um empreito de quintal de café com o delegado. Tempo ruim, doença da mulher, estatuto do contrato muito destrangolado, vai o camarada não podê cumprir escrito e ficou devendo um conto de réis para o delegado. Ao depois vieram os negócios de Capitão Benedito com João Brandão, a respeito do tal peixe de ouro de Sá Donana, e no fritar, dos ovos acabou Supriano entregue a Elpidio, pelo delegado, para pagamento da dívida. (ÉLIS, 1966, p. 85)

Observa-se que o personagem Supriano nada mais era que uma “mercadoria” nas mãos dos possuidores do capital, ficando a mercê das ordens dos coronéis e até mesmo da própria sorte.

Sendo que é a partir da entrega do personagem Supriano para o coronel Elpídio que inicia toda a sua busca pelo um instrumento essencial para a labuta no campo que é a enxada, para assim cumprir as ordens e realizar o plantio de arroz nas terras do latifundiário e fugir da morte ou da prisão.

Piano só precisa de uma enxada para assim realizar o plantio e recobrar a sua “dignidade” de ser humano, contudo em alguns fragmentos do texto constata-se que o personagem era negro, sua mulher possuía deficiência física e seu filho deficiência mental, deste modo, todas as formas de segregação estavam impostas a esse personagem. Um esboço das formas cruéis de segregação e dominação do ser humano.

Outro aspecto geográfico que pode ser destacado é a relação dos personagens com as credences populares que permeiam a fé do sertanejo, ou seja, pode-se aqui realizar uma análise por meio da Geografia Cultural, que versa sobre as diferentes formas de representação do sagrado, atentando-se para as relações sociais e suas formas de organização no espaço, onde os eventos religiosos acontecem.

Diante da desenvoltura da religiosidade que norteia e molda as relações sociais pode-se afirmar que:

Em qualquer situação e lugar a religião estabelece sentido para a existência humana diante das agruras, das dores e das ameaças do cotidiano. Em geral as pessoas agem de acordo com suas crenças e envolvidas por elas sentem que podem atuar no mundo (...). (OLIVEIRA; ROSA, 2011, p. 764)

Deste modo pode-se destacar que o sincretismo religioso é constante na organização da trama, pois ao mesmo tempo em que são apresentados elementos do imaginário cultural como seres incorpóreos que permeiam o folclore goiano, também se observa a ocupação da igreja católica e de seus preceitos sobre o imaginário dos personagens do conto. Sendo que a temporalidade do enredo é medida segundo a realização de uma festa religiosa, que seria o prazo máximo para que Supriano fizesse o plantio de sua lavoura de arroz. “- Em dia de Santa Luzia, tu ainda nesse dia não tenha plantado o arroz te ponho um soldado no lombo (...)” (ÉLIS, 1966, p. 87).

Outra forma de organização espacial e de composição da paisagem que pode ser verificado no conto de Bernardo Élis são os componentes e fenômenos naturais que também são objetos de análise e de estudo da geografia, como o relevo, a vegetação, a climatologia e a hidrografia da área, em que se constitui a busca incessante e desvairada de Piano por uma enxada. Neste contexto o escritor goiano deixa várias marcas naturais que podem ser analisadas geograficamente para a identificação de localidade onde o enredo acontece.

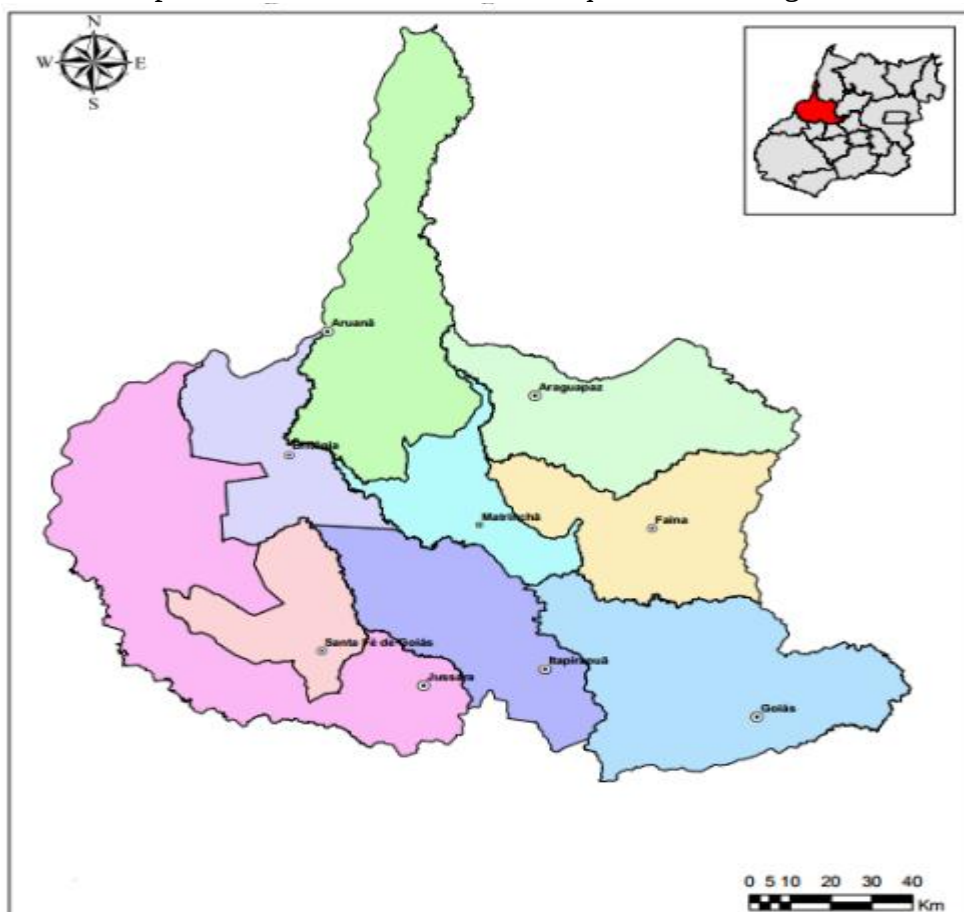
Por intermédio dos fragmentos do conto afirmar-se que este se passa em Goiás, mais especificamente na microrregião do Rio Vermelho, sendo que o autor deixa claro em seu escrito as características da vegetação típica do Domínio Morfoclimático do Cerrado que é encontrado abundantemente no estado. Ao observar a figura 1, que é o mapa do estado de Goiás com destaque na microrregião do Rio Vermelho é possível que se localize geograficamente o espaço selecionado por Bernardo Élis para as tramas envolvendo Supriano e os demais personagens.

Ao se realizar uma busca pelos componentes que compõe a fauna deste domínio morfoclimático afirma-se que “a diversidade de ambientes do Cerrado, conhecida também como mosaico de fitofisionomias, permite que espécies de características ecológicas bastante distintas existam em uma mesma localidade.” (BRASIL, 2009, p.22) Neste sentido, tendo com referência as narrativas de Élis e os diálogos de Supriano e identificável alguns animais que compõem a fauna presente na composição literária, como a jaguatirica, o jaó, a coruja, a seriema e os vaga-lumes.

Em alguns trechos do texto são citados alguns elementos da cobertura da vegetação do Cerrado, como o Jatobá, Buriti, Peroba Rosa, Lobeira, Sarandi, Murici e Mangabeira. Essas são algumas das formas de vegetação típicas do Cerrado que possui uma totalidade de 11.627 espécies

vasculares nativas (MENDONÇA *et al.* 2008), afirmando assim, a espacialidade e os elementos da paisagem em que se estrutura toda a trama do conto.

FIGURA 1: Mapa do Estado de Goiás com destaque na Microrregião Rio Vermelho - GO



Fonte: BRASIL, 2013, p. 06

Elís (1966) também deixa claro em seu escrito a influência do Rio Vermelho como uma importante fonte manancial, assim como uma forma de localização geográfica para o personagem Supriano. Outra característica física que é exposta pelo escritor é a forma do relevo que é composta por planaltos, desta forma afirma-se que estas informações são da localidade da microrregião do Rio Vermelho.

Ressalta-se que é identificável elementos naturais e sociais no conto de Bernardo Elís “A enxada”, assim como a localização onde ocorre todo o desenrolar da narrativa, por meio das marcas literárias deixada pelo escritor, como o regionalismo na fala, as formas de divisão do trabalho e os elementos do meio ambiente.

Contudo a principal questão que problematiza todo o enredo deste conto permeia a necessidade de uma enxada para o plantio de arroz, sendo que, até a finalização do enredo Supriano não consegue adquirir o instrumento, levando-o assim ao disparate de realizar o plantio usando seu próprio corpo como ferramenta de trabalho. Desta forma, pode-se realizar uma transcendência dos devaneios de Supriano com a instabilidade que o homem do campo encontra ao ficar à mercê da vontade dos “donos da terra”.

Considerações Finais

Diante das considerações tecidas neste texto pode-se entrever como é possível analisar este conto literário por meio de uma abordagem geográfica, analisando o escrito de maneira a destacar as questões físicas e humanas que permeiam o espaço geográfico e compõem as paisagens, sejam elas imaginárias ou reais.

Vale ressaltar que o objetivo deste trabalho não é realizar uma análise puramente literária ou mesmo identificar traços marcantes do escritor Bernardo Élis. Mas sim utilizar de sua narrativa para a verificação de fenômenos geográficos e do contexto histórico brasileiro, a fim de realizar a junção das diferentes áreas do saber científico e linguístico.

Realizando de forma multidisciplinar uma análise sobre os diferentes aspectos encontrados dentro de um conto literário, que por mais que seja uma realidade criada pelo imaginário do autor é possível identificar a espacialidade e a paisagem que compõem o universo da literatura por meio de conceitos geográficos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Estudos Microrregionais:** estudos e pesquisas econômicas, sociais e educacionais sobre as microrregiões do estado de Goiás – Microrregião do Rio Vermelho. Goiânia: IFG, 2013. Disponível em: <
https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/microrregiao_rio_vermelho_1%20consolidacao.pdf
> Acessado em 10 de jul. de 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado – PPCerrado. Brasília: MMA, 2010. Disponível em: <
http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/ppcerrado_201.pdf>
Acessado em 10 de jul. de 2017.

CORRÊA, A. L. dos R.; COSTA, D. M. F. C. E. Literatura, trabalho e reificação em “A enxada”, de Bernardo Élis. In: CORRÊA, A. L. dos R.; COSTA, D. M. F. de C.; SOUSA, G. H. P. de. (Org.). **Literatura e história:** questões dialéticas da produção literária em nação periférica. Brasília: CEEL, 2009, v. v.1, p. 101-116.

ÉLIS, Bernardo. **Veranico de Janeiro**. RJ: J. Olympio, 1966.

LIMA, S. T. de. **Geografia e Literatura:** alguns pontos sobre a percepção de paisagem. Geosul, Florianópolis, v.15, n. 30, p. 7-33, jul/dez. 2000.

MENDONÇA, R. C.; FELFILI, J. M.; WATER, B. M. T.; SILVA JÚNIOR, M.C.; REZENDE, A. V.; FILGUEIRAS, T. S.; NOGUEIRA, P. E.; FAGG, C. W. Flora vascular do Bioma Cerrado: checklist com 12.356 espécies. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. **Cerrado:** ecologia e flora. Planaltina- DF: Embrapa Cerrados, 2008. v. 2. 1279p.

OLIVEIRA, I. D.; ROSA, R. L. A religiosidade Trinitária do povo goiano. Horizonte, Belo Horizonte, 2011 v.9. 763-781 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

SILVA, Sandro Dutra. **As cicatrizes do progresso:** O desbravador do Oeste e as narrativas do enfrentamento e devastação da natureza na construção da Rodovia Belém-Brasília. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo: 2011

MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE. DICOTOMIA SUBSTANCIAL NA PRAÇA CENTRAL DE ITUMBIARA – GO

Jussara Martins Rodrigues

Especialista Docência do Ensino Superior. Discente do Programa de Pós Graduação em
Geografia –Mestrado – UFG Catalão – GO.

jussaramartinsfabiano@yahoo.com.br

João Donizete Lima

Doutor em Geografia — Docente do Programa de Pós Graduação em Geografia UFG
Catalão – GO.

donizeteufg@gmail.com

Resumo: O estudo da paisagem urbana é questão premente na atualidade, posto que obliterar os já exíguos espaços destinados ao folguedo nas cidades é forma violenta de ataque ao estrato citadino, erigido e reproduzido tanto do macrocosmo nacional para as cidades do interior; quanto dentro do microcosmo destas mesmas cidades. O debate aqui entabulado amalgama contribuições do imaginário literário acerca do espaço da praça, com diversas contribuições teóricas da geografia urbana e algumas referências empíricas mormente da praça da República situada na cidade de Itumbiara estado de Goiás — perquire a assimilação destas transmutações no âmbito da vivência diária do espaço da praça.

Palavras-chave: Geografia; Praças; Itumbiara; Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

Os centros urbanos dos quais emergem as perspectivas geradoras dos desdobramentos que formam as cidades tem sido perpetrados na conjuntura brasileira, à partir das praças centrais; edificadas como pontos de partida destas multiplicações espaciais que são, elas mesmas; reflexos propínquos de formulações metropolitanas tomadas como arquétipos de modernidade, progresso e bom gosto. As praças são então a confluência dos anseios que se pressupõem precípuos a uma cidade.

Fato é que as praças alicerçam a formação urbana consolidando-se como protagonistas na comunidade local e impetrando na mesma o sentimento primário de pertencimento ao mesmo tempo em que constitui espaço de amenidade elaborado para uma ampla sorte de usuários a fim de obsequiar-lhes boa qualidade de vida pela constituição de ambiente múltiplo e ímpar que congrega fauna, flora, sociedade, cultura, história e humanidade. Desta feita os benefícios das praças públicas advém da intrincada dicotomia entre sua importância material latente que — sendo palpável — reside em sua existência física; calçamento, bancos, árvores; e sua importância que transcende a matéria e habita o ideário da população imbricado em suas afinidades que intercalam as pessoas e o espaço que elas habitam.

Nesta leitura a avaliação da paisagem e sua necessária preservação constituem condição *sine qua nom* para o estabelecimento de tênue equilíbrio entre a necessidade de modificação — condição inerente ao progresso das cidades; e a necessidade de preservação — condição inerente a sobrevivência do conceito de humanidade nas cidades. Daí depreende-se que é necessário que a

cidade muda, mas não constitui esta mudança, precedente para a eliminação do suporte natural que ampara o trabalho humano de transformação do espaço como afirma SANTOS (2012)

Toda cidade resulta da agregação de trabalho humano a um suporte natural. Isto quer dizer que, uma vez fundadas, as cidades vivem se refazendo, jamais estão prontas. Talvez esse enfrentamento do espaço e do tempo através de ações sociais se pudesse chamar comais propriedade de história – de história urbana pelo menos. De todas as formas, estou convencido de duas coisas:

1- A história do homem acaba sendo enquadrada pelos espaços que inventou para que neles acontecesse a sua história. Não há maneira de pensar espaço significativo desacompanhado de história que o explique (quando se trata dos chamados “povos sem história” substitua-se história por mito ...). Da mesma forma, é impossível imaginar história ou mito não referenciados a espaços reais ou imaginários. (SANTOS, 2012, in Ensaio & Pesquisa p. 59)

Ao perscrutar o frugal espaço da praça depreende-se que este pode ser frugal, entretanto jamais frívolo; haja vista que em sua simplicidade de dimensionamento em espaço aberto congrega-se a identidade *prima* da cidade que se lhe constitui por ele e, para além disto há ali também excerto substancial do meio ambiente precursor da ocupação citadina.

DESENVOLVIMENTO

No estudo da geografia é de Milton Santos (1988) a definição de que “Tudo que nós vemos, e o que nossa vista alcança, é paisagem. [...] É formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc” e assim a percepção do espaço também se constrói a partir da visão de que o intercâmbio destas influências é ponto crucial para a compreensão da geografia.

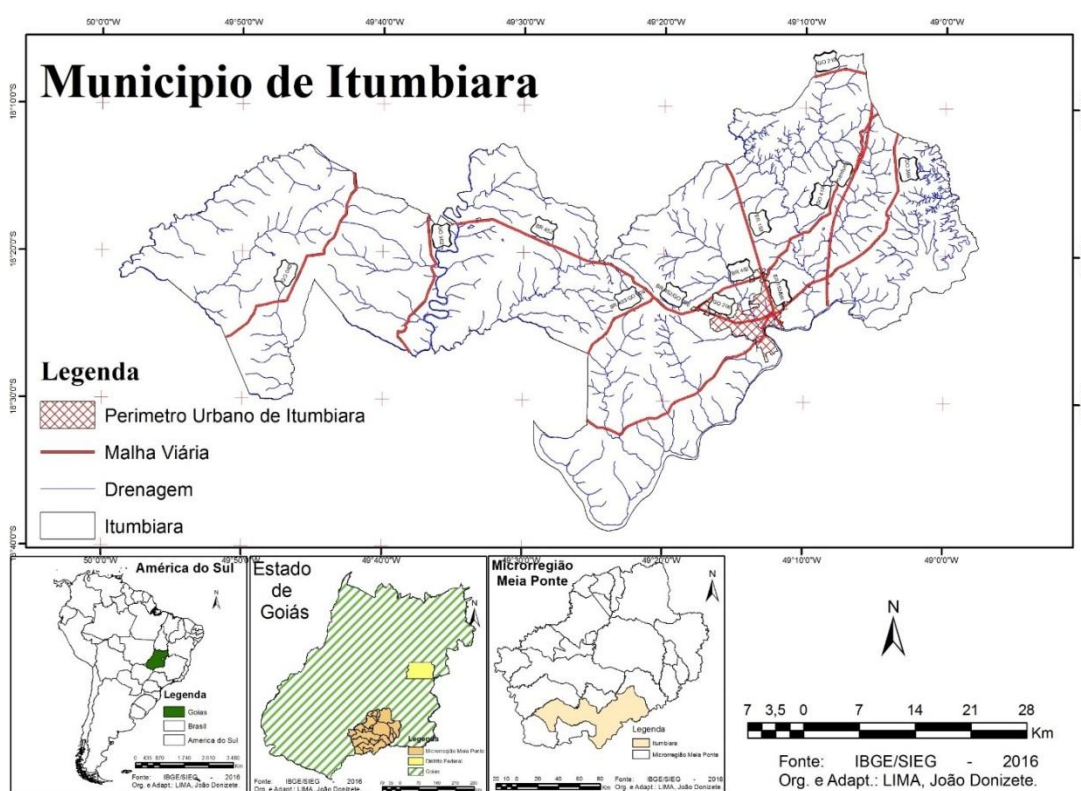
Nos estudos de Santos é mencionada ainda a postura de Carl Sauer sobre a qual a paisagem natural e artificial devem ser consideradas na elaboração do espaço geográfico, ao que pondera SANTOS (1988)

Desta maneira, com a produção humana há a produção do espaço. O trabalho manual foi sendo relegado a segundo plano, e a maquinaria foi sendo cada vez mais usada até se chegar à automação. A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social. A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial. (SANTOS, 1988, p. 22).

Neste contexto a praça consolida-se como espaço na paisagem das cidades que aduz a definição proposta no estudo mais amplo da geografia como espaço de confluência de ações e não

espaço vazio, uma vez que o mesmo é abarrotado de significados que dialogam entre si, com o contexto e com os usuários deste, refletindo esta multiplicidade de funções propostas por Santos.

Na elaboração da praça em questão sua função inicial consistiu no marco para o desdobramento de crescimento da cidade de Itumbiara – GO. Localizada no extremo Sul de Goiás, Itumbiara é cidade fundada às margens do Rio Paranaíba, na fronteira com Minas Gerais; com tal localização consiste portanto em ponto de entrada para o Centro Oeste e, desta forma a fixação de uma cidade constitui não vontade flébil, mas necessidade econômica de controle de fronteiras. É com esta proposta que em 1824 é construído um posto de arrecadação às margens do Rio Paranaíba que, posteriormente, daria impulso a edificação da capela de Santa Rita no espaço que em 1852 seria efetivado como a praça central, doravante denominada Praça da República; local em torno do qual passa a gravitar toda a vida econômica e social do Distrito de Santa Rita do Paranaíba, futura cidade de Itumbiara.



A cidade não surge com a praça, mas a partir dela. E assim o povoamento do entorno e, posteriormente dos bairros, vai seguindo o mesmo prospecto de multiplicação em camadas, segundo o qual os bairros repetem a estrutura da praça central como forma de organização do espaço geral da cidade enquanto repetição do espaço em escala da ocupação territorial.

Não é na Praça da República de Itumbiara – GO retratado o conceito de praça em Foucault quando de sua criação, como local para punições e cobranças, pois a praça em Itumbiara – GO surge em um contexto mais ligado ao movimento do romance urbano segundo o qual as praças passam a ser o espaço para o viver e conviver. A cidade é palco de interações e discussões acerca das modificações para um Brasil que busca uma simbiótica ligação entre a história, a natureza e o bem viver.

Neste contexto que abarca o movimento romântico quase naturalista realista, a praça engloba seu conceito subjetivo com maior ênfase. Destarte a preservação do meio ambiente encontra na construção da praça nos moldes dos jardins franceses, uma forma de elaboração

arquitetônica que visa exaltar um país que se quer nobre, moderno e elegante, mas que não se abstém de suas características naturais que lhe são características.

Surge a Praça da República em Itumbiara – GO nos rincões do Sul de Goiás como desenho de inspiração em *boulevard* francês com o intuito de valorizar o centro da cidade.

**FIGURA 01 — Terreno destinado a Praça da República de Itumbiara – GO.
Primeiras edificações.**



Diário de Itumbiara..

**FIGURA 02 – Reforma do Coreto, iluminação e calçamento Praça da República de
Itumbiara.**



Diário de Itumbiara.

FIGURA 03 – VISTA AÉREA



Diário de Itumbiara.

Nesta edificação ecoa a voz do poeta da época Castro Alves que enaltece a praça como “do povo” o que alimenta a versão da praça para a coletividade, enquanto local de passeio que elabora ainda mais a estruturação subjetiva e imaterial ao se tornar palco de histórias, sociais e pessoais que se constroem ali.

A cultura da cidade nas rodas de violeiros que se apresentam no coreto anima os namoros pueris, embalados pela fauna a sombra da flora local. Esta geografia imaterial da cidade se imbrica na formação da população que se identifica com o espaço da praça e nele imbui suas características particulares ao mesmo tempo em que permeia sua própria formação com elementos de conservação e modificação deste espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E nesse quadro que se analisa o envelhecimento das formas, tanto físico quanto social. As formas envelhecem por inadequação física, quando, por exemplo, ocorre desgaste dos materiais. Já o envelhecimento social corresponde ao desuso ou desvalorização, pela preferência social a outras formas. Às vezes, o movimento corresponde a tina moda, como a construção de suítes nas habitações; aqui há um envelhecimento moral. Às vezes, o envelhecimento das formas permite que haja uma mudança brutal de seu uso - grandes casas viram cortiços, mudam de moradias ricas para pobres. O envelhecimento físico das formas é previsível pela durabilidade dos materiais, o envelhecimento moral. Não é tão previsível, muda de acordo com o quadro político, econômico, social e cultural.

A paisagem é um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas e formas virgens. As primeiras estão à espera de uma reutilização, que pode até acontecer; as segundas são adrede criadas para novas funções, para receber inovações. (SANTOS, 1988, p.25)

Neste palimpsesto, neste mosaico proposto por Santos (1988) a praça de Itumbiara – GO sofre as mais duras reformas e as mais amplas alterações. Alterações estas que atuam em todos os aspectos do espaço da praça. A geografia ambiental então é palco de ações que transmutam as relações da fauna e flora local com a vivência humana, modificando as relações estabelecidas entre a população e a praça alterando suas relações de uso e ocupação. As formas virgens da fauna e flora vão se esvaindo em nome da necessidade de novas edificações com novas funções, valorizadas a partir da mudança de relação entre o coletivo que ocupa a praça e seu entorno e a necessidade de “uso” capital para o espaço geográfico.

A observação efetuada no objeto da pesquisa elabora a percepção de que a praça da República, a despeito de seu valor histórico e cultural imaterial tem sido tratado como espaço vazio inútil a exploração capitalista que não avalia a fauna e flora local, substancialmente preservadas no espaço da praça até o ano de 2016, como patrimônio imaterial, mas algo que somente gera custo e deve, segundo estas observações claramente pautadas na avaliação material, ceder espaço àquilo que gere lucro, emprego, renda. Desconsidera-se portanto que o *corpus* da praça tal como era antes da reforma iniciada em 2016 é objeto de renda e vivência coletiva para a população e que a depredação deste espaço não ocorre pela população que utiliza o espaço como local de lazer, cultura e trabalho; mas por usuários que encontram morada na praça uma vez que são negligenciados pelas políticas públicas que, desprovidas de qualidade, não solucionam os problemas sociais, outrossim se utilizam dos mesmos para fazer valer sua premissa de destruição cultural como forma de resgate enviesado do patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. *Diário de Itumbiara* in <http://nilsonfreirenews.blogspot.com.br/2013/10/centro-historico-de-itumbiara-foi.html>

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1981.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos **Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo**, in Revista Projeto nº86, São Paulo, Projeto, abr. 1986.p.59-63.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec.São Paulo 1988.

O USO DA IMAGEM E SUA VIABILIDADE NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Natalli Adriane Rodrigues Souza
Mestranda em geografia- UFG- Regional Jataí.
nattjti@gmail.com

Eliardo Miranda Oliveira
Graduando em geografia- UFG- Regional Jataí.
eliardo_7@hotmail.com

Barbára Maria Freitas da Silva
Mestranda em geografia- UFG- Regional Jataí.
bgeografia@hotmail.com

José Ricardo Rodrigues Rocha
Doutorando em Geografia- UFG- Regional Jataí.
joserocha90@hotmail.com

Resumo: Considerando as constantes mudanças ocorridas na sociedade torna-se necessária a renovação do ensino a fim de atender as demandas desta. Dessa maneira, o ensino de Geografia se torna de grande importância como instrumento que visa suprir as indagações que surgem referentes as mudanças que ocorrem no cotidiano. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho objetivou evidenciar a importância do uso da imagem como linguagem geográfica a fim de tornar as aulas de Geografia mais interessantes e próximas à realidade dos alunos. Com base neste estudo, se evidenciou a viabilidade do uso de imagens para o ensino de Geografia, considerando sua efetividade para o aprendizado.

Palavras-chave: Imagem. Ensino. Geografia.

Introdução

Ao longo dos anos o ensino de Geografia no ambiente escolar tem passado por diversas mudanças: passamos de uma Geografia extremamente tradicional pautada na chamada “decoreba” para uma Geografia que se constrói com base no desenvolvimento crítico do indivíduo, na sua capacidade de pensar e analisar por si só, de forma independente.

Sendo assim, de ciência tradicional dotada de respostas prontas a Geografia se reinventa e atualmente não se preocupa somente em oferecer-las e sim o necessário: oferecer ao indivíduo capacidade para que este encontre suas próprias respostas com base na sua percepção crítica, na sua análise, nos seus questionamentos, etc. Dessa forma, a formação de um indivíduo crítico se torna uma das principais metas do ensino de geografia.

Mas como trabalhar com essa ciência nos dias atuais dentro de sala de aula? Como tornar essa disciplina interessante para os alunos e ainda mais, como levá-la para a sala de aula de forma a despertar a criticidade e capacidade de análise e observação desses alunos? Com base em alguns autores da área nos reportamos a importância do uso de diferentes linguagens nas aulas de Geografia.

Neste íterim, os autores que compõe o estudo aqui apresentado são os seguintes: Alves (2016), Cavalcanti (2002) e (2012), Kaercher (2003), Melo (2013), Oliveira (1994), Sacramento (2012) e Santos (2006). Os mesmos destacam a importância do professor que, juntamente com a disciplina de Geografia se reinventa. Dessa forma, o uso das diferentes linguagens em Geografia

além de configurarem uma diversificação das metodologias de ensino na sala de aula, tornam as aulas mais interessantes, mais significativas, permitindo ao aluno maior compreensão e associação do tema estudado com a realidade em que vive.

Considerando a importância do uso dessas linguagens para a viabilidade de um ensino de boa qualidade, considera-se o uso da imagem. Mesmo se tratando de um recurso simples, essa metodologia se bem aplicada poderá elevar o ensino de Geografia a outro patamar, já que se torna um diferencial para as aulas, instigando os alunos na busca por novos conhecimentos, desenvolvendo sua prática de observação, entre outros.

Dessa maneira, o presente estudo objetiva destacar a importância do uso da linguagem visual, em especial a viabilidade do uso de imagens no ensino de Geografia a fim de elevar a um novo patamar o ensino geográfico, de forma a incentivar o aluno a se interessar pelo conteúdo estudado.

Referencial Teórico

Ao se tratar da importância que tem o ensino de Geografia nos dias atuais se torna interessante fazer uma retrospectiva de como era o ensino dessa disciplina em tempos atrás: os conteúdos referentes à Geografia eram basicamente descritivos ligados principalmente a nomes de rios, regiões, cidades, sendo a figura do professor vista como autoridade máxima dentro de sala de aula.

Nesse tipo de ensino, tinha-se o aluno apenas um receptáculo pronto para receber o conhecimento, como se o mesmo fosse uma folha em branco pronta para ser escrita: tal ação acabava por engessar esse aluno não dando possibilidades ao mesmo de questionar as informações que recebia, aceitando-as como verdadeiras.

Este então, tratou-se do chamado ensino tradicional: ainda hoje é possível ouvir relatos de nossos pais e avós de como o mesmo se dava, sendo este ainda muito presente em algumas das salas de aulas dos dias atuais (Melo, 2013).

No ensino tradicional não era considerado que o aluno tinha um conhecimento prévio, que ele poderia aprender Geografia “no pé”, ou seja, aprender a partir do meio em que vivia, das suas próprias observações com base em sua vida cotidiana (OLIVEIRA, 1994). Concordando com Oliveira (1994) acerca dessa Geografia aprendida no dia-a-dia também chamada por senso comum, Kaercher (2003, p.11) faz a seguinte ressalva: “Resumindo: a geografia existe desde sempre, e nós a fazemos diariamente. Devemos romper então com aquela visão de que a Geografia é algo que só veremos em aulas de Geografia”.

Assim, o ensino tradicional de Geografia não permitia que ela fosse encarada dessa maneira: como algo presente na realidade dos alunos, sendo assim um ensino engessado e alienador.

No entanto, com as novas demandas da sociedade essa Geografia tradicional não conseguiu mais suprir as necessidades que alunos, professores e a própria sociedade tinham, não satisfazendo assim nenhum lado. Com a renovação do ensino geográfico partiu-se da premissa de que era preciso formar mais do que simplesmente alunos, sendo responsabilidade da Geografia a formação de cidadãos cientes de seus deveres e direitos, questionadores, críticos, pensantes, enfim, transformadores de sua realidade, como destaca Oliveira (1994),

É nesses termos que a Geografia hoje se coloca. É nesses termos que seu ensino adquire dimensão fundamental no currículo: um ensino que busque incutir nos alunos uma postura crítica diante da realidade, comprometida com o homem e a sociedade; não com o homem abstrato, mas com o homem concreto, com a sociedade tal qual ela se apresenta, dividida em classes com conflitos e contradições. E contribua para a sua transformação (OLIVEIRA, p. 143, 1994).

Assim, a renovação do ensino de Geografia pautou-se na formação de um aluno pensante, questionador e, além disso que aprendesse não só por meio de textos, ou listas de exercícios, mas também por métodos diferenciados, interessantes, instigantes, que aproximassem o aluno da realidade vivenciada.

Dessa maneira, a renovação do ensino de Geografia viabilizou também, tanto a alunos como professores um conhecimento pautado no socioconstrutivismo (Cavalcanti, 2002), onde ambos são capazes de aprender e ensinar ao mesmo tempo, sendo esta uma troca de conhecimentos e experiências. Assim a partir de sua realidade, de sua vivência, e da compreensão do espaço em que vive, o aluno pode adquirir conhecimentos geográficos, utilizá-los em sala de aula ou fora dela.

A Geografia perde então seu papel descritivo, e passa a dar autonomia ao sujeito, dando ao mesmo liberdade de questionar, criticar, enfim ser agente transformador da realidade em que vive por meio do seu conhecimento.

Levando em conta as novas demandas a serem atendidas pelo ensino de geografia, o professor agora, tem como desafio associar os conteúdos apresentados em sala de aula com a realidade vivenciada pelos alunos, de modo que os mesmos possam pensar sua realidade através das discussões geográficas.

Diante disso, o uso de diferentes linguagens nas aulas de Geografia se tornam de grande importância para a efetivação de diversas frentes de conhecimentos, sejam eles relacionados ao espaço, a cidade, ao meio ambiente, a problemas sociais, políticos, entre outros.

Dessa maneira, ao falar da importância do desenvolvimento de determinadas metodologias no ensino/ linguagens em Geografia, Cavalcanti (2012) esclarece que os usos dessas linguagens não se tratam de “receitas prontas” no que se refere a dar uma boa aula. Para a autora, tais metodologias/linguagens se constituem assim, como menos cansativas, mais divertidas, mais próximas à realidade do aluno, indo além de “um simples ato passar de fórmulas” (Cavalcanti, 2012, p. 175).

Assim, ao se propor um conteúdo a ser apresentado para os alunos, o professor deve levar em conta o objetivo que tem com o mesmo, e a linguagem adequada a ser adotada para se chegar a esse objetivo. Diante disso, Cavalcanti (2012, p. 180) destaca que “São vários os procedimentos adequados na introdução dos estudos de Geografia, desde que se observem os objetivos a serem alcançados e as ações a serem implementadas[...]”. De acordo com a autora, objetivos e metodologias são indissociáveis no que se refere à aplicação de determinado conteúdo escolar.

A respeito do uso de diferentes linguagens para o ensino de Geografia Cavalcanti (2012, p. 198), ressalta que os usos de tais metodologias permitem uma maior interação professor-aluno, ultrapassam a sala de aula, dão mais vida ao espaço escolar e a sala de aula, tornam as aulas mais motivadoras, desenvolvem o raciocínio, permitem o desenvolvimento de outros saberes por meio da interdisciplinaridade, entre outros.

É válido lembrar que o uso de linguagens diferenciadas no ensino de Geografia também é responsável por proporcionar ao aluno uma maior compreensão da sua realidade, do espaço em que vive, atribuindo ao seu estudo significado e contentamento, como se refere Alves (2016):

A adoção do uso das diferentes linguagens, para uma melhor abordagem científica do ensino da geografia, contribui para uma maior compreensão da sociedade como o processo de ocupação dos espaços naturais, baseado nas relações do homem com o ambiente, em seus desdobramentos políticos, sociais, culturais e econômicos (ALVES, 2016, p. 29).

Sacramento (2012) ao tratar da importância do uso das diferenciadas linguagens geográficas que o professor de Geografia tem ao seu favor, destaca que este deve se conscientizar quanto ao uso das mesmas, já que são formas muito ricas e interessantes se utilizadas da maneira correta.

Considerando a importância do uso de diferenciadas linguagens no ensino de Geografia destaca-se aqui o uso da imagem. Tal linguagem, além de ser de fácil acesso, é barata, e pode ser usada com alunos de diferentes níveis cognitivos.

Levando em conta assim, o uso da imagem e sua viabilidade para as aulas de Geografia, é válido destacar que esse instrumento de ensino permite a aproximação do aluno com seu objeto de estudo, permitindo o conhecimento mais significativo de suas formas, características. A imagem pode ser usada tanto para evidenciar temas próximos à realidade do aluno, como também temas distantes da realidade do mesmo.

Trata-se portanto, de um instrumento que pode ser usado para o auxílio na ministração de diferenciados conteúdos desde industrialização, até meio ambiente, conflitos sociais, marcos históricos, entre outros. Assim, a imagem se configura como tempo congelado, e por isso é um instrumento de ensino amplo, que abarca vários períodos históricos, enriquecendo o ensino de Geografia, e de outras tantas disciplinas.

Dessa maneira, o uso da imagem passa a ser uma linguagem diferenciada, única, que contém características próprias, elementos e detalhes específicos que revelam muito do que representam, sendo de certa forma um contato mais próximo do aluno com seu objeto de estudo. Santos (2006) considera também que esse tipo de metodologia apresenta um tipo de comunicação diferente da comunicação escrita, ou auditiva: trata-se de uma comunicação visual, que permite múltiplas observações, quão grande é a diversidade que apresenta.

Outra característica muito importante referente ao uso dessa linguagem se relaciona à quantidade de elementos que podem estar inseridos em uma única imagem: por exemplo, a imagem de uma paisagem urbana, pode englobar elementos naturais como as árvores e o solo, elementos da paisagem modificada como casas e carros, elementos climáticos como a representação de um dia ensolarado, ou nublado. Assim, a imagem oferece inúmeras possibilidades para estudo e análise.

Deste modo, a imagem também permite um tipo de observação peculiar ao professor: a análise do processo de percepção dos alunos. À vista disso, esse recurso possibilita avaliar em que pé está o olhar crítico dos alunos, de que forma o conhecimento prévio dos mesmos influencia em suas análises, quais as dificuldades e facilidades apresentadas por eles, além de se configurar como uma forma diferenciada para fixação do conteúdo e avaliação dos conhecimentos já adquiridos.

Dessa maneira, diante da necessidade de despertar o interesse dos alunos mesmo diante do número reduzido de recursos e a própria falta dos mesmos na escola, o uso da imagem se destaca como uma metodologia viável, acessível e de baixo custo para o ensino de Geografia, tratando-se também de uma forma mais atrativa para esse ensino.

Metodologia

Este trabalho trata-se de um estudo que tem como principal foco a análise da importância das diferentes linguagens em Geografia, em especial o uso da imagem. Esse estudo realizou-se com base em autores da área da educação que discutem acerca da importância da renovação das metodologias de ensino para um efetivo desenvolvimento intelectual e crítico do aluno.

Tomando como base os autores da temática, essa pesquisa se torna exclusivamente de cunho bibliográfico, apresentando perspectivas para uma busca por diferencial nas aulas de Geografia por meio do uso de imagens.

Os autores aqui apresentados contribuem na compreensão do tema estudado, propondo ideias para o desenvolvimento de aulas de Geografia pautadas numa perspectiva socioconstrutivista onde aluno e professor ensinam e aprendem ao mesmo tempo, trocam experiências estabelecendo uma relação entre si, sendo o professor apenas mediador do conhecimento.

Tal perspectiva, valoriza assim, os diferentes tipos de aprendizado e linguagens usadas para se chegar a um ensino de qualidade, considerando que o sujeito pode aprender a partir de diferentes metodologias.

Discussão dos dados

A renovação do ensino de Geografia no ambiente escolar propôs diversas mudanças não só no âmbito do tratamento do conteúdo em si, mais também na busca por metodologias diferenciadas que atendessem tanto os objetivos dos professores como também dos alunos para a construção da aprendizagem.

Diante disso, o ensino de Geografia tem se renovado, as aulas que antes eram associadas a uma sala fechada onde o professor era detentor de todo o conhecimento, tomaram uma nova perspectiva, sendo encaradas a partir de então como uma produção conjunta fruto da relação professor- aluno. Diante dessa nova proposta para o ensino de Geografia, a necessidade de renovação dos professores também se tornou necessária: agora aulas baseadas apenas no quadro negro e no giz não atendiam as demandas.

Assim, a busca por novas linguagens para o tratamento dos conteúdos geográficos se tornou de grande importância a fim de romper com o paradigma tradicionalista antes existente no ensino de Geografia, promovendo então mudança na própria relação existente entre professor–aluno.

Dessa maneira, a busca por novas linguagens no ensino de Geografia além de romper com as chamadas aulas monótonas e descritivas, propõe uma nova forma de ensino onde o professor não é mais o detentor do saber, onde o conhecimento prévio do aluno é levado em consideração, e a Geografia passa a ser sim permissível de ser aprendida no dia-a-dia.

Considerando essas mudanças no cenário do ensino geográfico, os usos de linguagens diferenciadas em Geografia passam a reinventar o ensino, dando ao mesmo novas características como a interatividade, a criticidade, o senso de observação, entre outros.

Levando em conta as diferentes linguagens, esse estudo destaca o uso da imagem como metodologia de ensino. Considerando as dificuldades de recursos frente a situação educacional atual, a metodologia proposta além de ser de fácil acesso, trata-se de um recurso barato e presente no próprio livro didático.

A apropriação da imagem para o ensino de Geografia se torna relevante, pois a imagem tem uso em diversas frentes dos conteúdos geográficos: seja para falar de urbanização, de solo, clima, sociedade, entre outros. A imagem revela acontecimentos passados, detalhes, e tem sua própria linguagem, além de dar possibilidades a diferentes interpretações de acordo com a visão de mundo que tem o indivíduo que a observa. A foto 1, apresenta um trabalho realizado com alunos de uma escola estadual do município de Jataí- GO, a partir do uso da imagem em determinado conteúdo de geografia.

Foto 1: Alunos apresentado trabalho proposto em sala de aula a partir do uso de gravuras e fotografias.



Fonte: Eliardo Miranda Oliveira, 2015.

Dessa maneira, se verifica que o uso da imagem em sala de aula vai além da simples transmissão: a mesma é permissível de ser avaliada, no entanto, também avalia. A análise e observação da mesma, por parte dos alunos, fornecem ao professor subsídios para avaliar o grau de conhecimento de seu aluno, seu olhar crítico e sua percepção sobre o tema estudado.

Assim, o uso da imagem vincula-se a busca por um maior contato entre o aluno e o seu objeto de estudo de modo a despertar os sentidos do mesmo para a compreensão do sensível, sensível esse, presente não só nos detalhes incumbidos na foto mais na sociedade de que esse aluno faz parte e nas relações que o mesmo vivencia.

Considerações finais

Podemos considerar o ensino de Geografia tal qual o espaço geográfico: nunca permanece o mesmo, está sempre mudando, sempre se movimentando, sendo assim resultado das interações entre os homens e desses com o meio. Assim, o ensino de geografia nunca será o mesmo. O professor poderá ministrar uma mesma aula durante dez anos de sua vida e nunca dará a mesma aula, isso porque a Geografia se faz no cotidiano e este está sempre mudando.

Assim, todos os dias a Geografia se renova. Dessa maneira, não dá para falar de uma mesma Geografia por dez anos em sala de aula, já que a mesma se refaz todos os dias. E, da mesma maneira como a Geografia se renova, é necessário que o educador geógrafo também se renove: com tantas demandas que surgem na sociedade, a escola, os alunos e a própria sociedade pedem por um profissional renovado.

É claro que diante de tantas dificuldades no sistema educacional nem sempre é fácil a busca por essa renovação: tomemos os exemplos dos professores que possuem uma carga de aulas excessivas; nem sempre os mesmos disponibilizam de tempo para o preparo de uma aula diferenciada. Então, com base nesse estudo, tomamos aqui uma metodologia simples para o uso nas aulas de Geografia, mesmo para professores que vivem correndo contra o tempo: a imagem.

A imagem é sim uma linguagem muito importante em Geografia: além de tornar a aula diferenciada trata-se de uma metodologia que os próprios livros didáticos apresentam facilitando assim o ensino, e dando maior comodidade até aos que muitas vezes não disponibilizam de tempo para procurar por metodologias que fujam do uso do quadro e do giz.

Referências

ALVES, Cícera Cecílio Esmeraldo. Ensino de Geografia e Suas Diferentes Linguagens no Processo de Ensino e Aprendizagem: perspectivas para a educação básica e geográfica. **Geosaberes**: Fortaleza, v. 6, n.3, p. 27-034, fev.2016.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia na Escola**. Campinas (SP): Papirus, 2012.

KAERCHER, Nestor André. A Geografia é o Nosso Dia-a-Dia. In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. **Geografia em Sala de Aula: práticas e reflexões**. 4 ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MELO, Fabiano Antônio de. Aulas tediosas, alunos alienados. In: PASSINI, Elza Yasuko. **Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado**. 2 ed., 2 reimp.- São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?**.- 5 ed.São Paulo: Contexto, 1994.

SACRAMENTO, Ana Cláudia Ramos. Diferentes Linguagens na Educação Geográfica da Cidade Rio de Janeiro. **Revista Continentes**. Ano 1, n. 1, p. 97-118, 2012.

SANTOS, Clézio. O Uso de Desenhos no Ensino Fundamental: Imagens e Conceitos. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia em Perspectiva**. 3 ed.- São Paulo: Contexto, 2006.

O CRESCIMENTO URBANO EM CONFLITO COM A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – UM ESTUDO DE CASO EM UBERLÂNDIA (MG)

Ádria Rodrigues Fontes
Mestranda em Geografia PPGG/RC/UFG
adria1969@gmail.com

Lara Lane Oliveira
Mestranda em Geografia PPGG/RC/UFG
larabiolame@yahoo.com.br

Prof^a. Dr^a. Odelfa Rosa
Professora do PPGG/RC/UFG
rosaodelfa@gmail.com

Resumo: O rigoroso período seco que atingiu as regiões Sudeste, Centro-oeste e Nordeste do Brasil no ano de 2015, despertou tanto na população, quanto no poder público, a necessidade de campanhas de conscientização de uso racional de água; de preservação e recuperação das nascentes e margens dos canais fluviais. O objetivo deste é compreender como tem se dado o gerenciamento dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas no município de Uberlândia (MG). A metodologia envolveu levantamentos bibliográficos e trabalhos de campo em veredas urbanas entre os anos de 2015 a 2016. Assim verificou-se as dificuldades relacionadas a forma de ocupação da ambiente vereda, e consequentemente a questionar a aplicação das leis que amparam os recursos hídricos.

Palavras chave: Água. Veredas. Leis. Erosão.

1 – Introdução

O longo período de estiagem que atingiu as regiões Sudeste, Centro-oeste e Nordeste do Brasil no ano de 2015, chamou a atenção da população ao receber por diversas redes de televisão imagens de açudes secos e represas com cota baixa, como as do Sistema Cantareira em São Paulo (SP).

O crescimento populacional, o aumento de atividades econômicas e o uso intenso e desordenado de recursos hídricos, juntamente com secas prolongadas e desequilíbrios causados por falta de preservação de nascentes e de margens de cursos de água, despertou tanto o poder público, quanto a população sobre a importância do gerenciamento dos recursos naturais.

A questão de escassez e até mesmo falta de água potável, já vinha sendo estudada e questionada por especialistas da área (SCHNEIDER, 1996). Porém, escassez hídricas e racionamento de água, aparentava não ser uma realidade brasileira, uma vez que a Agência Nacional de Águas (ANA) informa que o Brasil possui cerca de 12% da água doce superficial disponível na Terra, índice considerado alto, já que muitos países têm índice bem inferiores a isso.

Acontecimentos, desse tipo, levaram administradores públicos e privados a repensarem a questão hídrica, objetivando com isso um planejamento mais adequado. A problemática que conduziu essa pesquisa está relacionada ao uso indiscriminado de água, bem como o descarte após seu uso (esgoto); e também como tem ocorrido a aplicação das leis que amparam os recursos hídricos.

Entendendo que a realidade de outras grandes áreas urbanas do Brasil e do mundo estão intrinsicamente interligadas ao gerenciamento dos recursos hídricos, é que se procurou neste trabalho tecer como objetivo geral compreender como tem se dado o gerenciamento dos recursos

hídricos e das bacias hidrográficas no município de Uberlândia (MG), mais especificamente no perímetro urbano.

A metodologia utilizada na elaboração desse trabalho envolveu pesquisa teórica e prática. Na primeira etapa, foi feita pesquisa bibliográfica, baseada em livros, revistas científicas predominantemente qualizadas pela CAPES, dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografia de graduação e especialização, jornais e revistas impressa e digitais. O uso de reportagens escritas, falada e televisionada, também foram consultadas em meios digitais e através da internet.

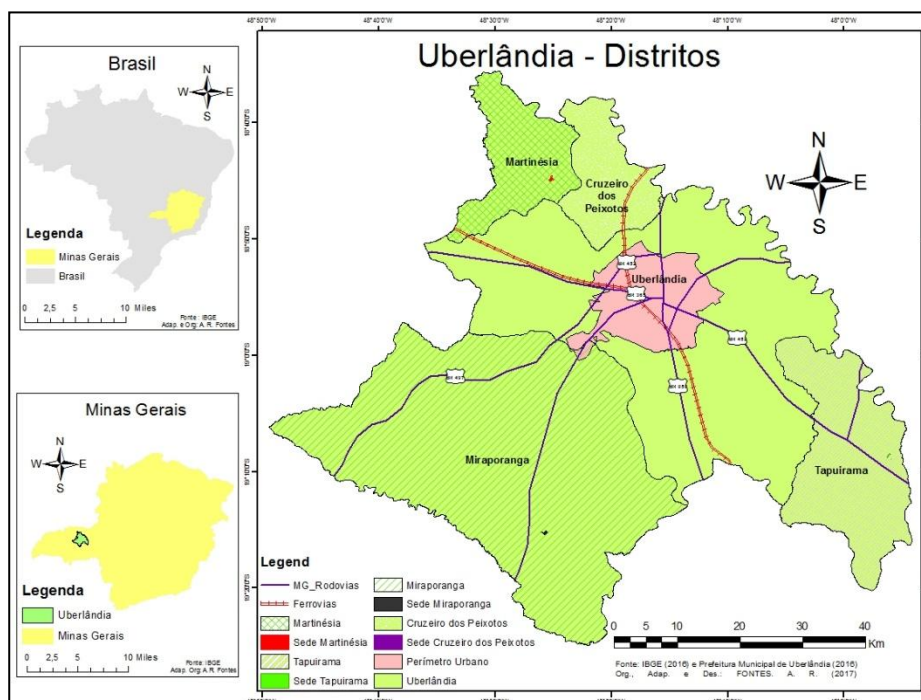
A segunda etapa da metodologia envolveu trabalhos de campo na cidade de Uberlândia (MG). O uso de ferramentas como máquinas fotográficas, binóculos, fotografias aéreas, imagens de satélite e ferramentas do Google Earth possibilitou identificar essas veredas e também identificar a melhor forma de obter acesso as mesmas.

É importante salientar que os trabalhos de campo foram divididos em duas etapas, onde na primeira, foram fotografadas veredas durante o período seco que em Uberlândia (MG), compreende os meses de maio a setembro de 2015. Já na segunda etapa prorizou-se os meses de outubro a abril de 2016, por entender ser necessário observar o limite da área úmida dessas veredas e como os eventuais usos interferem no seu regime hídrico durante o ano.

A elaboração do mapa foi realizada através do ArcGis 10.22 (Licencia Educacional) com o uso de arquivos Shapfiles disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas), IEF (Instituto Estadual de Florestas de MG) e PMU (Prefeitura Municipal de Uberlândia).

2 –Localização e Caracterização da Área

A cidade Uberlândia (MG) tem população estimada pelo IBGE para 2016 de 669.672



habitantes. Localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro (Figura 1) entre as coordenadas de 18°50'00" e 19°03'00" de latitude Sul e 48°10'00" e 48°25'00" de longitude Oeste.

Mapa do Município de Uberlândia - Figura 01

Fonte: IBGE – Prefeitura Municipal de Uberlândia (MG)
Organização: FONTES, A. R. – 2017.

O município de Uberlândia (MG) está inserido dentro do Bioma Cerrado, e assentado sobre os domínios morfoclimáticos do Brasil central, na porção norte da bacia sedimentar do Paraná. Suas altitudes médias situam-se em torno de 800 metros de altitude. Essas condições naturais fazem com que, suas principais nascentes e fontes de águas naturais, se originem em veredas BACCARO (1989), onde é possível verificar que a degradação das mesmas são bem expressivas em decorrência da ocupação urbana.

3 – Crescimento Urbano x Gestão dos Recursos Hídricos

Uberlândia (MG) localiza-se na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Minas Gerais. O município tem uma forte concentração de suas atividades econômicas no agronegócio, na indústria de transformação de bens agropecuários e silvicultura, e comércio, sendo este último o mais proeminente fator econômico. A malha viária e ferroviária que cortam o município também contribuem para o crescimento urbano/econômico e industrial.

Essas atividades econômicas desenvolvidas no município de Uberlândia, bem como o abastecimento público, geram uma demanda relativamente grande de água, consequentemente o gerenciamento dos recursos hídricos da bacia que abastece a cidade, é uma forma de minimizar ou até garantir que não falte água de qualidade em um futuro bem próximo (SCHNEIDER, 1996).

Leal (2003, p. 66) ressalta que a oferta de recursos hídricos em uma determinada área deve ser sempre associada à quantidade de pessoas e às atividades desenvolvidas no local, pois estes fatores são primordiais para a gestão de recursos hídricos, ou seja, para garantir a qualidade e quantidade de água, em níveis adequados, aos múltiplos usuários, atuais e futuros. Um planejamento adequado visa garantir a preservação, o uso, a recuperação e a conservação da água em condições satisfatórias para todos os usuários, de forma a garantir também o desenvolvimento equilibrado e sustentável da região.

A cidade de Uberlândia (MG) faz uso das águas da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinba e de seu sub afluyente Ribeirão Bom Jardim, mas recentemente, em 2015, teve início às obras para a captação das águas do Rio Araguari visando o abastecimento público. Percebe-se assim que os usos intensos e desordenados dos recursos hídricos desequilibram o ambiente e coloca a sustentabilidade da região, na qual Uberlândia (MG) se insere em risco. Dessa forma, a preservação e a recuperação de áreas que são relevantes para a manutenção dos recursos hídricos se tornam uma necessidade.

Na área de estudo a fitofisionomia vereda é típica do Bioma Cerrado, a qual possui uma vegetação com características própria, onde predominam espécies arbustivas, herbáceas e gramíneas; além dos buritis (*Mauritia flexuosa* ou *Mauritia vinífera*) que é a “palmeira” típica das áreas de vereda. As veredas geralmente estão associadas a solos ricos em matéria orgânica, argilas, siltes e areia além de ser rica em água (FERREIRA 2005/2006).

Ferreira (2005/2006) caracteriza vereda como:

...o ambiente de Veredas caracteriza-se por um sistema de drenagem superficial, geralmente mal delimitada, regulado pelo regime climático regional, composto de uma trama fina e mal definida de caminhos d'água intermitentes, em partes, nos interflúvios largos em que, na estação seca, o lençol d'água permanece abaixo dos talvegues desses pequenos vales, somente tangenciando as cabeceiras em anfiteatros rasos e pantanosos com presença de buritizais, caracterizando paisagens típicas desses ambientes. (FERREIRA, 2005/2006).

Outra observação que também deve ser levada em conta, é que as veredas estão sendo represadas, drenadas, canalizadas e aterradas para dar lugar a construção de avenidas, parques e outras obras, como escolas, postos de saúde, e estações elevatória de esgoto.

4 – Resultados e Discussões

O crescimento das cidades, e em Uberlândia (MG) isso não é diferente, geram um problema em cadeia, ou seja, com o crescimento populacional, são abertos novos loteamentos, são feitas mais construções (casas, prédios, indústrias), juntamente com infraestrutura (redes de água e esgoto) e pavimentação para atender os novos moradores. Consequentemente gera mais cobertura do solo, menos permeabilidade e mais água superficial a ser drenada; a necessidade de água para o consumo aumenta, bem como também aumenta o volume de esgoto a ser desprezado.

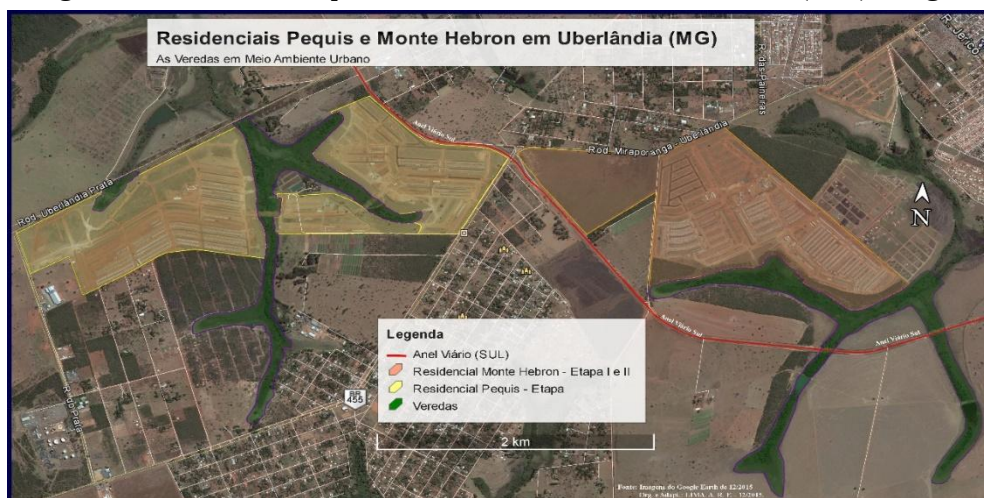
O aumento da impermeabilização do solo no meio ambiente urbano, através da pavimentação urbana com asfalto, o intenso uso do concreto na construção de calçadas (passeios) e até mesmo no lote inteiro aliados aos telhados aumentam o fluxo de água que são direcionados para as partes mais baixas das cidades.

Em Uberlândia (MG), períodos com chuvas concentradas (grande volume em pouco tempo), costumam gerar enchentes, associadas a muitas perdas de veículos, imóveis, e até vidas; além, é claro, da população desabrigada. O crescimento populacional dos últimos 10 anos, tem propiciado uma maior ocupação das margens dos canais fluviais, e principalmente das áreas de veredas.

A forma e o destino dado as águas superficiais também não tem sido suficiente e nem propícios para comportar toda a água pluvial que são destinadas as veredas e córregos, que tem seus volumes aumentados rapidamente, causando inundações. Toda água pluvial dos novos bairros é direcionada às partes mais baixa, juntamente com terra, lixo e restos de construções, trazidos pelas enxurradas, o que agrava o assoreamento.

Esse trabalho foi desenvolvido em uma área de veredas localizada na porção oeste/sudoeste da região central da cidade de Uberlândia (MG), entre as coordenadas geográficas de 19° 00' 14" e 18°57' 21" de latitude sul e 48° 23' 59" e 41" de longitude oeste de Greenwich (figura 2).

Carta Imagem Residenciais Pequis e Monte Hebron em Uberlândia (MG) - Figura 02



Fonte: Imagens do Google Earth – Org. e Adapt: LIMA, A, R. F. 2015

A primeira etapa do trabalho foi realizada em dezembro de 2015, início do período chuvoso, em uma região onde estava sendo construído dois novos conjuntos de casas populares, Minha Casa Minha Vida – Residenciais Monte Hebron e Pequis.

Apesar do acesso ser restrito, e estar distante, é possível ver as tubulações destinadas ao

escoamento de água pluvial (figuras 3 e 4).

Galerias de águas pluviais sendo direcionada para uma das veredas do Córrego das Guaribas.

- Figura 3(esquerda); e para a vereda que compõem as cabeceiras de nascentes do Rio das Pedras. - Figura 4(direita)



Autor: LIMA. A. R. F – Dezembro de 2015

Na primeira etapa, foi levantada a hipótese de possível carreamento, por águas pluviais, do aterro feito para a formação das ruas, para as veredas.

A segunda etapa do trabalho foi realizada em maio de 2016, com outro trabalho de campo nos Residenciais Monte Hebron e Pequís. As casas ainda não haviam sido entregues, motivo pelo qual o acesso ainda não estava liberado (área cercada e com vigias para evitar depredações e invasões).

O que foi possível observar de novo, cinco meses após a primeira etapa de campo, no Residencial Monte Hebron, devido à distância, foi somente o rebaixamento da tubulação da rede pluvial (figura 5).

Rede pluvial que sofreu rebaixamento da tubulação em decorrência de um processo erosivo em uma das veredas do Córrego das Guaribas.- Figura 5



Autor: LIMA. A. R. F – Maio 2016

Já no Residencial Pequís, onde o acesso é mais fácil, pois a tubulação chega a vereda que é cortada pela BR-497 (Uberlândia/Prata), a mudança no sistema de coleta e recepção da água pluvial estava sendo feita (figuras 6 e 7). O problema é que as mudanças só vieram depois que a erosão já havia chegado à vereda (figuras 8 e 9).

Ao pesquisar o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) foi constatado que a cidade possui 36 estações de bombeamento de esgoto. Segundo o DMAE a coleta do esgoto é feita

nas residências (por tubos) e descem por gravidade para as regiões mais baixas (veredas, rio Uberabinha e outros córregos) onde ficam as estações de bombeamento.

Também de acordo com o DMAE, a região oeste de Uberlândia, onde estão os dois conjuntos habitacionais (Monte Hebrón e Pequis) e o bairro Morada Nova, que antes fazia parte da zona rural, e passou a fazer parte do perímetro urbano com a Lei nº 11.819 de 9 de junho de 2014, e está recebendo a implantação da rede de esgoto; será a região que terá o maior número de estações de bombeamento, sendo um total de oito.

Rede pluvial desaguando dentro da Vereda, já é possível observar assoreamento da mesma por conta desse procedimento.- Figuras 6 e 7



Autor: LIMA. A. R. F – Maio de 2016

Galerias de captação e contenção de água pluvial direcionadas diretamente para uma cabeceira de nascente em área de Vereda.- Figura 8 e 9



Autor: LIMA. A. R. F – Maio de 2016

Outro problema que também se percebe em bairros mais antigos, são as ligações clandestinas da rede de esgoto. Muitas vezes, ao serem feitas reformas, e ou, ampliação dos imóveis, as redes de esgoto são ligadas as redes pluviais. Este fato já foi observado em visitas ao campo (veredas no perímetro urbano) em períodos de estiagem.

Os bairros Morada Nova, Monte Hebrón e Pequis ainda não apresentam estes problemas porque as casas ainda estão sendo entregues, ou porque a rede ainda não foi totalmente concluída, mas há necessidade de que haja um sério controle quanto a questão de ligações em redes clandestinas.

A preservação das áreas de veredas é amparada no Estado de Minas Gerais pela Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012, artigo 4º, inciso XI; pelo o Código Florestal de Minas Gerais, Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, artigos 2º, inciso III e XV, artigo 3º, incisos II-c, IX; artigo 10º, inciso II, artigos 12º e 17º e por uma lei Estadual específica para veredas, a Lei nº 9.375, de

12 de dezembro de 1986, que mesmo com a criação do Código Florestal Mineiro, não foi destituída.

Pode-se perceber que o estado de Minas Gerais é bem amparado legalmente, porém falta fiscalização e aplicação das leis, ou seja, punições, para quem não as respeita. Não adianta ter leis se estas não são usadas, cumpridas e respeitadas.

5 - Considerações Finais

Esse trabalho verificou que as condições da Veredas como reservas hídricas na área urbana de Uberlândia (MG), não estão sendo manejadas e cuidadas da forma estabelecida em lei.

É eminente a necessidade de um levantamento mais eficaz das características físicas (declividade, fragilidade do solo, cobertura vegetal e outros) para a cidade. A formação de um banco de dados de domínio público e centrado na PMU (Prefeitura Municipal de Uberlândia) permitirá que, mesmo com a expansão da cidade o impacto humano nas áreas de veredas possa ser minimizado ou até mesmo eliminado.

Esse banco de dados também poderá ser usado pelo DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) para a construção de estações de bombeamento, respeitando a área legal das veredas e cursos fluviais. Além de ter nestas estações um espaço apropriado (piscinões), para contenção de resíduos em caso de vazamentos.

Há de se salientar que a fitofisionomia vereda constitui-se em um ambiente frágil, e de extrema importância hídrica e faunística, precisando de políticas de gerenciamento e administradores que levem a sério, a sua preservação e recuperação; e que possam assegurar a quantidade e a qualidade de água nesses ambientes.

6 – Referências Bibliográficas

AB´SABER, A. N. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. CNARH – Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, 2007, **Manual do Usuário**, Brasília

ALENCAR-SILVA, T. **Delimitação, caracterização e tipologia das veredas do Parque Estadual Veredas do Peruaçu**. In: Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - v. 4 n. 2 (jul./dez.) 2008 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2005.

BACCARO, C. A. D., 1989, **Estudos Geomorfológicos do município de Uberlândia**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, Vol.1, n. 1, pp 17-21.

BRASIL. República Federativa. **Lei Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012** (Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa).

FOLHA. **Saiba mais sobre o volume morto**. Jornal Folha de São Paulo, São Paulo (SP), 08 de janeiro de 2015 (Crise da água). Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/01/1574108-saiba-mais-sobre-o-volume-morto.shtml>

Acesso em: 14 de janeiro de 2017.

FERREIRA, I. M.; **Evolução Geomorfológica das Veredas: um estudo das Veredas do**

Chapadão de Catalão (GO). Espaço em Revista, Catalão (GO), v. 6, n.1, p. 26-35, 2004.

FERREIRA, I. M.; **Modelos geomorfológicos das Veredas em ambiente de Cerrado**, Espaço em Revista, Curso de Geografia – Campus de Catalão/ UFG, v. 7/8, n. 1, p. 7-16, jan/dez. 2005/2006.

LEAL, A. C., 2003, Gestão Urbana e Regional em Bacias Hidrográficas: interfaces com gerenciamento de Recursos Hídricos. In: BRAGA, R.; CARVALHO, P. F. de. (Org.). **Recursos Hídricos e Planejamento Urbano e Regional**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan – UNESP – IGCE. 131 p.

LIMA, S. C. **As veredas do Ribeirão Panga no Triângulo Mineiro e a evolução da paisagem**. 1996. 260 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. MINAS GERAIS. Estado. Lei nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 (Dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado.).

MINAS GERAIS. Estado. **Lei nº 9.375, de 12 de dezembro de 1986**. (Declara de interesse comum e de preservação permanente os ecossistemas das veredas no Estado de Minas Gerais.).

OLIVEIRA, P. C. A. de. **Cenários ambientais e diagnose da Bacia Hidrográfica do Córrego Guaribas**, Uberlândia-MG. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

PINAGE, E. R.; LARANJA, R. E. de P. **Comparação florística entre uma vereda preservada e uma vereda alterada no Distrito Federal: um estudo de impactos antrópicos na composição da vegetação**. Espaço em Revista, Curso de Geografia – Campus de Catalão/ UFG, v. 7/8, n. 1, p. 159-168, jan/dez. 2005/2006.

SCHNEIDER, M. O., 1996, **Bacia do Rio Uberabinha: Uso agrícola do solo e meio ambiente**. 1996. 157 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE HOTÉIS E POUSADAS NA REGIÃO DE CALDAS NOVAS (GO)

Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos
Programa de Pós-Graduação Stricto sensu (Mestrado) em Geografia da Universidade
Federal de Goiás.
fellipe.rtcs@gmail.com

Joseane Aparecida Duarte
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Geografia da Universidade
Federal de Goiás
joseane.sanitarista@yahoo.com.br

Paulo Henrique Kingma Orlando
Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade
Federal de Goiás
paulo.horlando@gmail.com

Resumo: Compete ao Estado ponderar sobre os diversos conflitos de grupos e classes, quando se diz respeito a propriedade de interesse comum, como os recursos naturais. Nesse caso, o instrumento utilizado é o licenciamento ambiental, pois é a forma encontrada para dividir os benefícios e prejuízos de uma dada atividade. A cidade de Caldas Novas é autônoma para gerir seus processos de licenciamento de atividades hoteleiras locais e da região também. O presente trabalho mostra como a metodologia de construção das solicitações ambientais e procedimentos para obtenção de licenças. A reflexão desse artigo é fundamentada em pesquisa bibliográfica disponível na forma de leis e resoluções de órgãos e agências fiscalizadoras e análise de estruturas econômicas e superestruturas, como política, sociedade e direito.

Palavras-chave: Licenciamento ambiental. Industria hoteleira. Caldas Novas.

1. INTRODUÇÃO

Caldas Novas e Rio Quente devem apresentar laudos e documentos para fins de licenciamento ambiental de clubes e hotéis, específicos da utilização das águas termais e demais 22 solicitações. Tal processo de licenciamento foi amparado por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), número 42/1999, cuja finalidade é ponderar entre os interesses dos empresários do setor hoteleiro e as pressões sobre a demanda de recursos naturais.

Sobre as pressões ambientais, algumas medidas foram tomadas anteriormente ao TAC, como a implantação da portaria 42 do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em 2010, que proibia a perfuração de novos poços profundos.

O direito e justiça são conceitos diferentes, ambos diferem do conceito de sociedade, tanto na jurisprudência quanto na aplicação. O porquê desse desequilíbrio pode ser entendido de diversas maneiras, por exemplo, através dos conflitos entre classes e grupos econômicos que criam as leis.

O ato de regulamentar a atividade hidrotermal visando reduzir a demanda sobre os recursos é pragmática, pois reduz a quantidade de pousadas que não podem arcar financeiramente com a compra de água. O direito difuso e propriedade comum como a água passa a ser legislada e controlada em nome da sustentabilidade.

A limitação e controle de poços artesianos passa a criar um novo mercado, e têm como proprietários donos de grandes hotéis, que legalmente arcam apenas com encargos tributários. A

sociedade passa a compartilhar das ideologias da elite, pois são os grandes hotéis que atraem os turistas, e é o setor de serviços que movimenta a economia local. A ideia de progresso associado à conscientização e preservação do meio ambiente são solidificadas, mas transformações na sociedade e nos modos de utilizar a água não são alcançadas.

A contrapartida do Estado é que os fundos de vale presentes no perímetro urbano de Caldas Novas fossem revitalizados, o ribeirão não receberia mais águas pluviais contaminadas, somente os volumes descartados das piscinas e tratados previamente, coletados em adutoras exclusivas.

As características turísticas de Caldas Novas e Rio Quente não são exclusivamente dadas em função da rigidez locacional de suas instâncias hidrotermais. Como já pensado por Harvey, o capital ali se instalou, como já fez em diversas outras cidades, a prestação de serviços se padronizou, tendendo a um alto padrão. A construção do pensamento será ancorada em três reflexões:

1. A transformação de cultura em commodities padronizando-o, têm um elemento contraditório, que é a busca por singularidade na experiência adquirida, que pode ser exemplificada no serviço prestado, na atração inusitada, nos complexos de lazer, etc;
2. A práxis como categoria dialética, livre, de natureza criativa e instigante, e que leva o homem a modificar o meio em que está inserido;
3. A contradição, também uma categoria dialética, e que permite transformações de fenômenos.

2. METODOLOGIA DAS SOLICITAÇÕES AMBIENTAIS

Os documentos legais com função de atender as demandas das solicitações ambientais são entregues a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A metodologia consiste em relatórios, portfólios, observações, descrições, coleta e análise de dados, gráficos, mapas e tabelas de acordo com suas especificidades.

Os subitens dessa seção foram agrupados em eixos temáticos, ou seja, as solicitações que envolvem tratamento de efluentes líquidos estão isoladas das solicitações que, por exemplo, dizem respeito aos planos de educação ambiental, descarte de resíduos sólidos, entre outros. As 23 solicitações para licenciamento estão na tabela 01.

Tabela 01 - Solicitações ambientais para obtenção do licenciamento para clubes ou hotéis com piscina em Caldas Novas

NÚMERO	SOLICITAÇÃO
01.	ART DO PROJETO DA ETE COM O NOME DO EMPREENDIMENTO E CREA
02.	MONITORAMENTO BIOQUÍMICO
03.	PROCURAÇÃO
04.	LICENÇA DA ETE OU ETA
05.	CUMPRIMENTO DO TAC
06.	ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO DO EMPREENDIMENTO
07.	COMPROVANTES DE FONTE DE ÁGUA PARA CONSUMO DOMÉSTICO
08.	ARTS ESPECÍFICAS EM NOME DO PRÓPRIO EMPREENDIMENTO
09.	LAYOUT (PROJETO MAIS DETALHADO DO EMPREENDIMENTO)
10.	DARE DE LI
11.	PGRS (PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

SÓLIDOS)	
12.	PEA (PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
13.	DECLARAÇÃO SOBRE AMPLIAÇÃO NO EMPREENDIMENTO
14.	CROQUI MAIS DETALHADO DE ACESSO AO EMPREENDIMENTO
15.	ADEQUAÇÕES NO PGA (PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL)
16.	LICENÇA DE INSTALAÇÃO OU DOCUMENTOS PARA REQUERÊLA
17.	ATA ATUALIZADA DOS CONDONOMOS.
18.	RG DO REPRESENTANTE LEGAL DO EMPREENDIMENTO E DO SÍNDICO
19.	PRODUTOS BIODEGRADÁVEIS
20.	PUBLICAÇÃO DE LI.
21.	DESCARTE ADEQUADO DO ÓLEO DE COZINHA
22.	REGULARIZAÇÃO JUNTO AO DNPM
23.	COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS

Fonte: Secretaria de Meio Ambiente (2016)

Não existe uma concatenação da documentação para fins de elaboração do processo, podendo ser construídas em paralelo visando reduzir o tempo de tramite do sistema tanto dentro do escritório de assessoria, quanto na Secretaria de Meio Ambiente.

2.1 DESCARTE DE EFLUENTES LÍQUIDOS

O descarte de efluente líquidos deve atender as solicitações número 01,02, 04, 07 e 19 conforme tabela 01.

Pelo TAC 42/1999 ficou decidido que as águas das piscinas deveriam ser tratadas antes de descartada, e na documentação apresentada para licenciamento ambiental deveria constar o projeto detalhado da estação de tratamento de água (ETA), com a adutora de descarte, assinatura de responsabilidade técnica (ART) em nome do empreendimento e nome do responsável. Caso o empreendimento já possuísse uma ETA, é necessário acionar a gerência de controle e poluição (GCP), e anexar a cópia do protocolo. Caso exista apenas o projeto, este deve estar anexado ao requerimento de licença. Assim a solicitação 01 e 04 estão atendidas.

Pela necessidade de controlar a qualidade da água, comparando com os índices obtidos na saída do poço profundo e dos índices após o descarte, deve ser realizado periodicamente e de maneira sistemática a análise de efluentes, para atendimento da solicitação número 02, que trata do monitoramento bioquímico. Essa é atendida mediante apresentação de fotocópia do contrato firmado entre empresa de análise e empreendimento hoteleiro, fotocópias dos laudos, com assinatura e ART do responsável e laudos sempre atualizados.

O programa de gerenciamento de resíduos líquidos (PGRL) é apresentado anexo a solicitação número 02. Por meio desse plano, o sistema de tratamento e descarte das águas é apresentado de forma detalhada, com metodologia do sistema de limpeza e planta baixa do projeto. O PGRL também diz respeito ao uso da água termal em Caldas Novas por meio de *banner* educativo, informações sobre o aquífero termal da região e os cuidados para evitar sua contaminação e depleção, junto do histórico do uso das termas naquela região desde os tempos do Brasil Colônia.

Águas termais devem ser utilizadas exclusivamente para fins de balneários, o que não exclui a possibilidade de reutilizar a água das piscinas em outras dependências do estabelecimento. Dessa maneira um nicho de mercado foi criado, voltado para empresas de tratamento de efluentes.

Clubes e hotéis por exemplo, tem horários definidos diariamente para esvaziamento e limpeza das piscinas, essa água não está necessariamente na temperatura ambiente. E depois de devidamente tratada, pode ser utilizada nos chuveiros, o que reduz as despesas com energia elétrica, ou usando para descargas e usos diversos em áreas comuns do empreendimento.

Em relação aos produtos usados na limpeza de piscinas e áreas comuns, o TAC definiu que sejam utilizados apenas produtos biodegradáveis, que é a solicitação 19 (produtos biodegradáveis), atendida por meio da apresentação de ficha técnica dos produtos utilizados.

Solicitação 07 (Comprovantes de fonte de água para consumo doméstico), atendida por meio da apresentação de contas de água e esgoto da Departamento Municipal de Água e Esgoto (DEMAE), os valores destas contas devem estar de acordo com o tamanho do empreendimento. Além da apresentação da certidão do órgão citado, comprovando que o local faz uso de rede de consumo de água e coleta de esgoto.

2.2 DESCARTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O descarte de resíduos sólidos deve atender as solicitações número 11 e 21 conforme tabela 01. O descarte de resíduos sólidos está na solicitação número 11, que definiu a implantação da coleta seletiva de lixo. Para o atendimento dessa normativa, alguns critérios são postos: fotos dos pontos em que as lixeiras estão localizadas nos espaços de uso comum, fotos das lixeiras em área externa ao empreendimento, na qual o órgão responsável faz a coleta de lixo.

Deve ainda ser apresentada fotos do centro de segregação de lixo reciclável, com as baias devidamente identificadas para: papel, plástico, vidro, metais e orgânicos. Além desses, são necessárias fotos do local destinado à higienização do colaborador responsável pela tarefa.

As informações do destino final do material reciclável devem estar em anexo. Caso ele seja negociado com empresas, é necessário a fotocópia da compra do material e da destinação do dinheiro arrecadado.

Alguns dados como a lotação dos hotéis em alta e baixa temporada estão diretamente proporcionais a quantidade de lixo produzido. Para atendimento da solicitação 11 ainda é necessário o nome do responsável pela equipe de limpeza e número de pessoas envolvidas, com suas respectivas tarefas, na forma de tabela. Na forma de texto deve ser anexado um plano de políticas desenvolvias no empreendimento visando reduzir os resíduos.

Caso exista lanchonete ou restaurante, é necessário apresentar alvará de licença sanitária, licença de funcionamento com o nome e dados do responsável e Certificado de Conformidade, que é emitido pelo Corpo de Bombeiros. O óleo de cozinha deve ser devidamente descartado, com informações da quantidade produzida, que é a solicitação 21 (Descarte Adequado do Óleo de Cozinha).

2.3 PLANOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

Os planos de conscientização e gestão ambiental devem atender as solicitações número 12, 13, 15, 16, 20, 22 e 23 conforme tabela 01. Pelo acordo do TAC ficou celebrado a difusão da informação sobre boas práticas do uso das águas e conscientização ambiental, que é a solicitação 12 (Plano de Educação Ambiental- PEA), que é realizado por meio de palestras para funcionários, turistas e moradores. A comprovação da realização do PEA é feita recolhendo assinaturas dos participantes. Além disso, *banners* contendo informações com boas práticas do uso da água para fins de balneário e de conscientização ambiental são impressos e expostos em áreas de uso comum.

Um ofício tratando de informações como memorial descritivo do empreendimento, breves comentários sobre resíduos sólidos e líquidos – que são aprofundados nas solicitações específicas, é anexo ao processo. As palestras acontecem com o apoio da SEMARH Caldas, e em geral é destinado uma semana do ano para ir em colégios, empresas, condomínios e realizar as apresentações.

Solicitação 13 (Declaração sobre Ampliação no Empreendimento) é atendida com um ofício assinado pelo síndico ou responsável, trazendo a declaração que não houve ampliação do empreendimento durante os últimos anos, ou caso contrário, projeto detalhado da ampliação e ART do responsável.

Solicitação 15: Os primeiros Planos de Gestão Ambiental (PGA) contemplavam diversos aspectos do meio em que os empreendimentos estavam inseridos, desde o funcionamento dos horários de limpeza até os aspectos geológicos da região, ou seja, uma grande quantidade de informações, o que gerou um documento de 120 páginas. Quando enviado a SEMARH, ele retornou para que alterações fossem realizadas, que é a solicitação 15, que trata da adequação do PGA para um documento reduzido, com informações sucintas e relevantes, tendo em vista que boa parte era de revisão bibliográfica tratando da geologia estrutural, fauna e flora da região.

Pode-se destacar os elementos fundamentais de um PGA: memorial descritivo do empreendimento, com o nome, localização, quantidade de quartos, piscinas, processos de limpeza dessas, alguns tópicos do PRGS também são novamente informados. A origem da energia elétrica, vindo de rede de distribuição é citada, as prováveis fontes de ruídos e barulhos, caracterização da topográfica, geológica, a hidrogeologia, levantamentos sobre fauna e flora, sendo necessário uma equipe multidisciplinar para uma caracterização adequada.

A solicitação 16 (Licença de Instalação ou Documento para Requerer-la) está associado aos procedimentos iniciais do processo de licenciamento ambiental, e no caso de ampliação. A solicitação 20 é a que pede publicação da Licença de Instalação e/ou Ampliação nos jornais de circulação local e no Diário Oficial da União.

A solicitação 22 trata da Regularização Junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Empreendimentos que não possuem poços artesianos necessitam comprar a água dos poços espalhados pela cidade. Sendo assim, informações como o número do poço, a outorga dele, relatório de vazão, licença junto ao DNPM com fotocópia da publicação no Diário Oficial da União e em jornal de circulação local são solicitados. É necessária cópia do contrato firmado entre as partes sobre a compra da água, e o titular do poço tem que apresentar certidão de uso do solo.

A solicitação 05 diz respeito ao cumprimento do TAC estabelecido, e o comprovante é o certificado de fundo de vale, emitido pelos órgãos públicos que participaram da elaboração das diretrizes do licenciamento ambiental. A solicitação 23 que trata das compensações ambientais é obtida por meio do pagamento para um fundo de capital que pretende construir um parque municipal visando a proteção das áreas de proteção permanente (APP).

2.4 DEMAIS SOLICITAÇÕES

Algumas solicitações têm caráter mais ligados as informações legais e caracterização dos processos do empreendimento, sendo atendidas com a apresentação dos documentos explícitos nas notificações. Tais como:

- Solicitação 03 - Procuração do representante do empreendimento junto a SEMARH;
- Solicitação 06 - Alvará de Construção do Empreendimento;
- Solicitação 08 - ART's específicas em nome do próprio Empreendimento;
- Solicitação 09 - *Layout* detalhado do Projeto que é atendida mediante apresentação do projeto em planta baixa;

- Solicitação 10 - DARE retroativo da Licença de Instalação, de ampliação se for o caso, segundo Resolução 237 do CONAMA;
- Solicitação 14 - Croqui detalhado de acesso ao empreendimento: Esse croqui solicita apenas a extração simplificada do mapa de acesso ao empreendimento. Basicamente indicando as ruas vizinhas do empreendimento. Não são utilizadas imagens com georreferenciamento. Apenas uma extração de imagem do software Google Earth já atende a essa demanda.
- Solicitação 17 - Pede a ata atualizada dos condôminos;
- Solicitação 18 - Registro Geral (RG) do representante legal do empreendimento e do síndico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pressões tidas sociais criaram um mecanismo, mediado pelo Estado, para que a iniciativa privada se organizasse reduzindo as pressões sobre os recursos naturais. A consequência foi que os grandes empreendimentos conseguiram reduzir com seus concorrentes pequenos, em função de diversas vantagens competitivas, e os benefícios sociais inicialmente pretendidos não foram efetivamente obtidos.

Há nitidamente uma inter-relação de todas as partes (da proposta, da contraproposta e da conclusão), com os elementos estruturais econômicos, e superestruturais, como sociedade, política, intelectuais e jurídicos. Dois pensadores dialéticos podem ser colocados em análise, Marx, por acreditar que o Estado é um comitê da burguesia. E Gramsci, por identificar que é por meio da instituição pública que o campo de disputa é ofertado.

Somando-se a intrigante capacidade do capitalismo em investir grandes montantes em empreendimentos, e esperando o retorno financeiro baseando-se em experiências inéditas, tidas como “tentativa e erro”, vão de encontro às três reflexões propostas inicialmente no artigo e que podem ser visualizadas na construção da maior praia artificial de águas quentes com ondas – no planeta.

A práxis criativa que visualizou a experiência única de visitar uma praia cuja água é termal, em um local completamente contraditório – sertão goiano – de uma experiência que era associada apenas a cidades litorâneas, que é a presença de ondas, tudo isso com a prestação de um serviço de alto padrão.

O licenciamento ambiental ainda pode ser lido como categoria de totalidade, na qual o maior número de elementos e variáveis são caracterizados, com o discurso de ponderar as capacidades do meio e não as exaurir. Ao Estado compete analisar a pertinência ou não daquele empreendimento, e de todos os demais da cidade, entendendo que a totalidade é relativa, pois é mediante a totalidades parciais (cada empreendimento) que determinações e conclusões poderão ser tomadas em uma esfera total – municipal/regional – que é a totalidade parcial de n totalidades da realidade.

4. REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 1. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Termo de Ajustamento de Conduta 42/1999. Disponível em:

<mpgo.mp.br/portalweb/hp/9/docs/tac_poluicao_hidrica_hoteis_prefeitura_caldas_novas.pdf>.

Acessado em: 30 de mai. de 2017.

O LIVRO DIDÁTICO E O SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Eliardo Miranda Oliveira

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás.

Eliardo_7@hotmail.com

Natalli Adriane Rodrigues Souza

Mestranda, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás

Nattjti@gmail.com

José Ricardo Rodrigues Rocha

Doutorando, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás.

joserocha90@hotmail.com

Gustavo Araújo de Carvalho

Mestrando, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás.

Guttodecarvalho@yahoo.com.br

Resumo: Diante dos grandes avanços tecnológicos houve um aprimoramento em relação a qualidade e a rapidez de trabalhar informações, em especial os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), que visam facilitar o processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar no que se refere ao conteúdo de cartografia. Desse modo, o objetivo do trabalho foi analisar o livro didático e a presença de conteúdos que contemplem os SIGs. Portanto, demonstra-se que o livro didático é uma ferramenta que pode ser aliada ao uso de Softwares que facilitam o desenvolvimento da criticidade do aluno, bem como do seu interesse por demais conteúdos geográficos, visto tratam da importância de metodologias diversificadas a fim de se construir um processo de aprendizagem efetivo e transformador.

Palavras-chave: Contribuições. SIG. Processo de ensino-aprendizagem. Cartografia

INTRODUÇÃO

Sabe-se que os mapas são utilizados há muito tempo pela humanidade visando a descrição e representação do espaço em que vivem. Desde os primórdios os mapas tinham como função representar a realidade, demonstrando determinadas áreas do espaço geográfico de forma reduzida, servindo como referência para a localização, comunicação, permitindo que as pessoas descrevessem e compartilhassem informações.

Considerando essa evolução até os dias atuais, verifica-se que os mapas mudaram bastante, apresentando hoje uma maior precisão com a realidade, seguindo uma padronização, e apresentando elementos tais como: título, orientação, projeção, escala cartográfica e por fim uma legenda, estes, aliados ao uso de cores e símbolos tornaram possível uma interpretação mais eficaz da representação.

A técnica de confecção de mapas evoluiu, no entanto, segue com a mesma essência de anteriormente, como função de se localizar, nos orientar ao longo do espaço geográfico. A esse respeito, Cavalcanti (2002, p. 96), argumenta que

O trabalho com diferentes formas de orientação gráfica comuns na linguagem geográfica deve ser tomado como um procedimento de grande relevância nos estudos da Geografia, em seus vários momentos. É um procedimento que se orienta para uma das metas gerais da Geografia no ensino, que é a habilidade de orientação, de localização e de representação dos alunos e de aspectos da realidade socioespacial por eles estudada.

Porém, o ensino de cartografia não tem apenas a função de se localizar, deve permitir uma orientação crítica, levando a alunos e professores o estudo de diferentes temas a partir do uso de um simples mapa, proporcionando assim, um desenvolvimento crítico do aluno.

Portanto, é possível basear o ensino de cartografia numa perspectiva socioconstrutivista, onde professor e alunos aprendem juntos a partir de sua realidade tendo no mapa um auxílio no processo de ensino- aprendizagem.

Portanto, Catrogiovanni (2000, p. 40), enfatiza que

O fundamental no ensino de Geografia é que o aluno/cidadão aprenda a fazer uma leitura crítica da representação cartográfica, isto é, decodifica-la, transpondo suas informações para o uso do cotidiano. Deve ter claro que antes de mais nada é uma representação política. Para tanto, é necessário conhecer e saber utilizar os elementos do mapa em diferentes e possíveis leituras, como sendo verdades temporárias.

Para Melo (2006) as ferramentas SIGs são definidas como uma combinação de dados, softwares, hardwares, metodologias e recursos humanos a fim de produzir e analisar informações geográficas. Considerando os recursos humanos, esse autor ainda admite que este é formado por um usuário que coleta, armazena, manuseia, recupera, examina e gera informações a fim de solucionar problemas.

Considerando os vários recursos disponibilizados pelos SIGs, vem a se considerar o geoprocessamento como ferramenta para o ensino cartográfico. Quanto ao mesmo, este oferece uma nova abordagem para o ensino de geografia escolar, partindo da utilização de imagens de satélites, softwares livres, entre outros. Tais instrumentos, além de oferecem dados diversos, trabalham com diferentes escalas temporais e localizações, permitindo assim comparações, análises, questionamentos, enfim, diferentes estudos

Diante disto os SIGs são recursos que vem a auxiliar o professor no processo de mediação do conhecimento, sendo uma metodologia diferenciada que aproxima o aluno de seu objeto de estudo e desperta no mesmo interesse e curiosidade. A respeito da busca pela assimilação do conhecimento cartográfico, Libâneo (1993, p. 81) destaca:

Na medida em que são assimilados conhecimentos, habilidades e hábitos são desenvolvidos as capacidades cognitivas (observação, compreensão, análise e síntese, generalização, fazer relações entre fatos e ideias etc.) indispensáveis para a independência de pensamento e o estudo ativo.

Assim, a assimilação do conhecimento cartográfico, o uso de SIGs no aprendizado escolar vem a desenvolver potencialidades, levando o aluno a ser e pensar em cartografia de forma a decodificar, desmitificar mapas usando seu senso crítico.

É claro que, mesmo diante da sua eficiência no ensino de cartografia nem sempre esse tipo de tecnologia chega as escolas: o uso dos SIGs como metodologia de ensino ainda hoje é muito restrito ao ensino, principalmente de escolas públicas.

Desta forma, esse trabalho parte do uso do SIG como metodologia de ensino a fim de tratar o conteúdo de cartografia, visando propiciar aos alunos e professores novas experiências em sala de aula e aprendizados que poderão ser aplicados no cotidiano dos mesmos.

Considerando as dificuldades quanto a inserção do ensino de cartografia em sala de aula, o uso de tecnologias como forma de despertar o interesse dos alunos e desenvolver o aprendizado se torna uma forma interessante para se abordar o estudo de mapas. Diante disso, o uso de SIGs no ensino de cartografia vem a romper com o ensino tradicionalista, aproximando o aluno do seu objeto de estudo, instigando-o a busca pelo conhecimento, e desenvolvendo competências do mesmo no que diz respeito a análise crítica de mapas.

Assim, cabe ao professor incorporar tais metodologias ao longo das aulas a fim de se criar um ambiente onde o aluno sentirá prazer ao aprender, gerando conhecimentos e desenvolvendo seu senso crítico.

Desta forma, objetivou-se analisar o livro didático de geografia em escola pública (estadual), buscando os conteúdos relacionados com os SIGs e verificar se o mesmo está de acordo com a matriz curricular e o contexto abordado no mesmo.

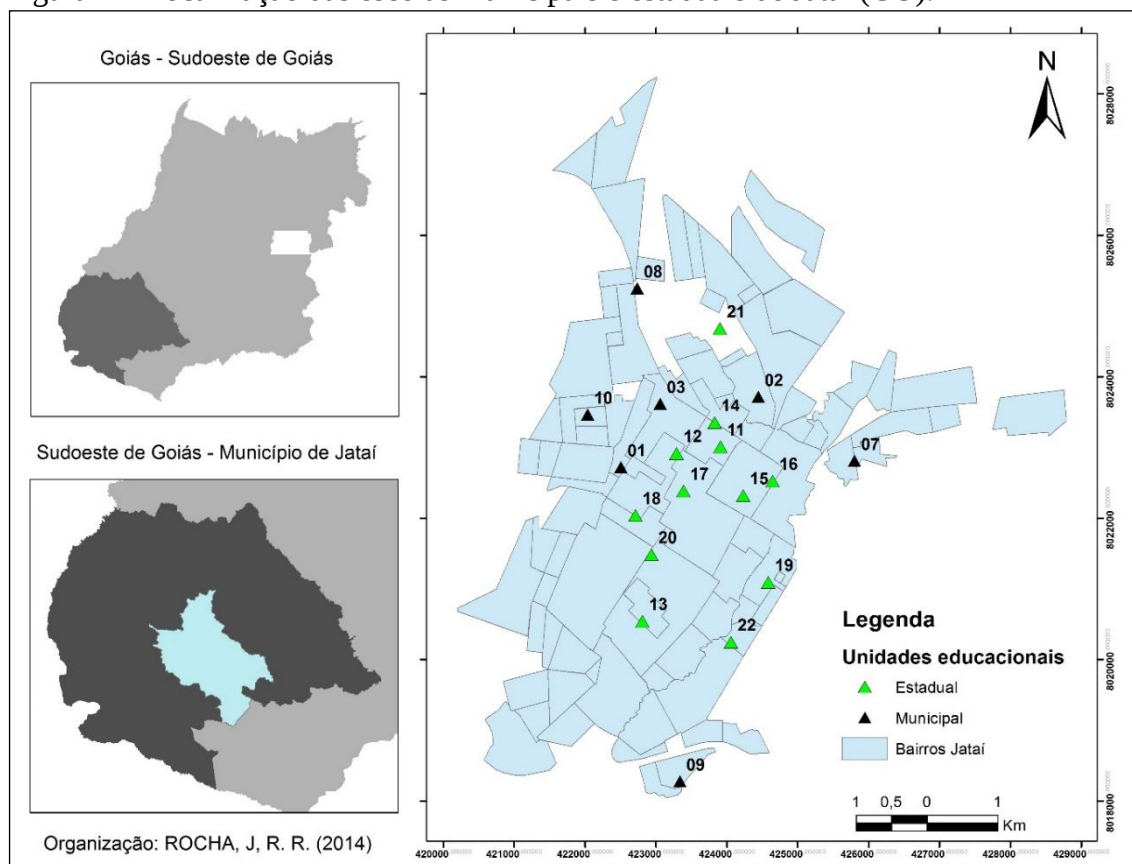
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A base metodológica em que está pautada essa discussão, se baseia em autores como: Libâneo (1993), Castrogiovanni (2000), Cavalcanti (2002), Rosa (2004), Melo (2006), Maio e Setzer (2011), e Cavalcanti (2012), tais autores veem a fundamentar a discussão acerca do uso de metodologias diferenciadas no ensino de geografia a fim de formar alunos críticos, e transformadores de sua realidade.

Assim, a abordagem metodológica da pesquisa consistiu em analisar com uma perspectiva crítica o livro didático utilizado na escola pública (Estado) no município de Jataí (GO) tendo como foco as questões dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), tendo como série escolhida a do ensino fundamental II, especificamente no 8º ano, sendo que na matriz curricular do estado de Goiás para essa série tem como princípio ao aluno “compreender a função dos mapas para interpretar e produzir suas próprias representações do espaço”.

A cidade de Jataí localiza-se no Sudoeste do Estado de Goiás, atualmente a cidade conta com 22 escolas públicas com ensino fundamental, sendo que 12 são estaduais e 10 municipais (Figura 1).

Figura 1 – Localização das escolas municipais e estaduais de Jataí (GO).



Fonte: Prefeitura Municipal de Jataí. Organização: Rocha, R. R. J., 2014.

DISCUSSÃO DOS DADOS

Apresentação do livro

O livro adotado para o ensino de geografia na escola estadual é “Vontade de Saber” de autoria da Neiva Torrezani. A autora dividiu o livro em 8 (oito capítulos) a partir do uso de cores vibrantes, sendo que cada capítulo possui uma imagem que retrata o tema abordado, o que acaba gerando uma certa atração por parte dos alunos, visto que a imagem os leva a prática da observação.

No início de cada capítulo os alunos são convidados a pensar sobre o que vai ser estudado, conversando com os colegas, expressando sua opinião ou refletindo sobre o que já conhece a respeito do assunto, sendo que esta parte também é primordial, pois parte da realidade do aluno.

Conteúdo e SIGs

O primeiro capítulo do livro analisado tem como tema “a dinâmica da natureza e os continentes terrestres”, este vem falar sobre as camadas da terra e o movimento das placas tectônicas: ao tratar do conteúdo apresentado, a autora faz uma apresentação do tema por meio de um texto e de um mapa das placas tectônicas.

Ao final desse primeiro conteúdo o livro traz uma atividade com o planisfério em que propõe ao aluno um quebra cabeça das placas tectônicas, assim, a atividade auxilia ao professor diversificar a metodologia de ensino em sua aula. Dando prosseguimento ao conteúdo o livro traz diversas fotografias bem chamativas além de imagens de satélite demonstrando áreas de limites entre placas (Figura 2).

Figura 2 – Imagem de satélite demonstrando colisão de placas tectônicas.

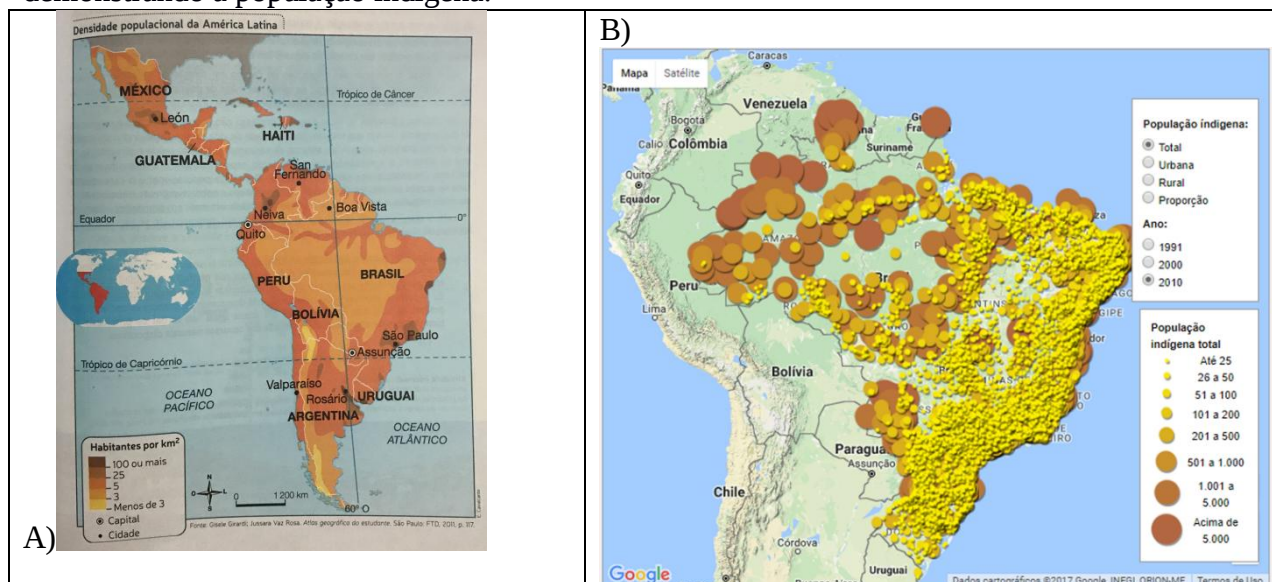


Fonte: Torrezani (2015)

Ao chegar neste momento o professor tem recursos didáticos que podem ser utilizados em sala e, que desperta no aluno a curiosidade de compreender o espaço geográfico. Percebemos que o uso do programa Google Earth é possível realizar uma “viagem” a terra demonstrando essas localidades, assim, o aluno consegue compreender o que é o movimento convergente de placas por exemplo, além de associar as cadeias de montanhas como a Cordilheira dos Andes, o que vem a tornar a aula mais atrativa contribuindo também com o aprendizado do aluno.

Quanto aos conteúdos trabalhados no livro, os mesmos demonstram diversas informações que podem ser tratadas em sala de aula utilizando os SIGs, por exemplo dados de etnia, ao acessar o site do IBGE, o professor tem acesso a estas espacializações além de analisar junto ao aluno dados históricos (Figura 3).

Figura 3 – A) Mapa abordando a densidade populacional e B) Ambiente no site do IBGE demonstrando a população indígena.



Fonte: Torrezani (2015, p. 173); IBGE (2017)

Ao analisar o livro, percebemos que sempre que possível a autora aborda o conteúdo demonstrando com imagens de satélite, mapas, gráficos ou tabelas, o que facilita o manuseio dessas informações pelo professor a fim de levar o aluno a criticidade.

Considerações finais

Muitos falam da dificuldade em se ministrar aulas de geografia no que diz respeito a cartografia, tanto professores como alunos, muitas vezes se sentem perdidos quando se deparam com esse conteúdo, sendo que o professor não sabe como despertar o interesse de seus alunos por esse conteúdo e, os alunos veem pouca ligação do mesmo com sua vida cotidiana, ou simplesmente não sabem lidar com o conteúdo.

Se perguntarmos para que servem os mapas muitos dirão: para se localizar. Mas, e além disso? Essa é uma das dificuldades enfrentadas por muitos professores de geografia: o de dar significado ao ensino cartográfico em sala de aula, bem como encontrar metodologias adequadas, eficientes e ao mesmo tempo que despertem o interesse dos alunos.

Diante de tamanhas dificuldades no ensino desse conteúdo, o uso da tecnologia como forma de despertar o interesse dos alunos, fazendo-os olhar de outra forma para o estudo dos mapas é uma alternativa eficiente para o rompimento com aulas tradicionais. O uso dos SIGs, por exemplo, se trata atualmente, de uma metodologia que vem a contemplar o ensino de cartografia de forma a despertar o interesse dos alunos e aproximá-los de seu objeto de estudo.

Assim, considerando a carência existente quanto ao uso dessa metodologia no ensino escolar, se torna viável a inserção da mesma não só nas aulas de geografia no conteúdo de cartografia, mas também em aulas de diferentes disciplinas, a exemplo da história, biologia, sociologia, matemática, entre outras. Nesse contexto, o uso e estudo de mapas se torna também um recurso interdisciplinar.

Levando em conta o papel da geografia no que se refere a necessidade da formação de alunos pensantes, críticos e não apenas portadores de boas notas, a busca por um ensino de cartografia que atenda essas demandas se torna necessária. Os mapas já não são meros instrumentos de localização, mas também dominação e, diante disso o ensino de cartografia deve se reinventar.

Desse modo, o ensino crítico referente a leitura de mapas se torna necessário: o aluno deve ver no mapa diversas possibilidades de leitura, entendendo que seu uso excede a função de localização.

No entanto, não é fácil despertar o senso crítico desses alunos a partir da cartografia, já que nem sempre os mesmos sentem que o conteúdo tem muita associação com sua vivência. Diante disso a aproximação entre estudante e objeto de estudo se torna relevante: o uso dos SIGs além de atender essa necessidade vem a despertar o interesse do aluno dando ao ensino de cartografia uma nova perspectiva.

Assim, o que se vê é o papel da tecnologia para a produção de conhecimento, sendo que a tecnologia não deve ser e estar restrita apenas a ambientes exteriores a sala de aula, ela deve estar inserida também no espaço escolar de forma a demonstrar novos usos, novas possibilidades, inserindo-as nas nossas ações cotidianas.

Assim, tomando como base o livro analisado percebemos que a autora contempla tanto o conteúdo em sua escrita quanto na sua representação com os dados (SIGs), seja eles por meio de tabelas, gráficos ou mapas, visto que a espacialização desses dados estimula a participação dos alunos em aula, pois se torna uma forma interessante de se aprender, cabendo ao professor saber conciliar o conteúdo ao livro e ambos com os SIGs.

Referências

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Ensino de Geografia: práticas e contextualizações no cotidiano. In: Antônio Carlos Castrogiovanni. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000. 173 p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002. 127 p.

MAIO, Angelica Carvalho Di; SETZER, Alberto W. Educação, Geografia e o desafio de novas tecnologias. **Revista Portuguesa de Educação**. n. 24, 2011, pag. 211-241.

MELO, A. de A.; MENEZES, P. M. L. de; SAMPAIO, A. C. F. O uso de SIG na pesquisa geográfica voltada para o ensino e a aprendizagem. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, n. 17, p. 97-116 fev. 2006. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10089/5960>> Acessado em: 01/01/2017.

ROSA, R. **Sistema de Informação Geográfico. Uberlândia**. Ed. da Universidade Federal de Uberlândia. 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

O USO DO BIOMA CERRADO NO MUNICÍPIO DE GOIÁS – GO

Ana Carolina Santomé Franco

Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – Campus Cora Coralina

Marco Túlio Martins

Profº Dr. do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás.

marcogeografia2008@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho compreende uma análise, descrição e reflexão acerca das ações antrópicas no Bioma Cerrado no contexto de formação até os dias atuais na Cidade de Goiás, bem como as possibilidades de implementação de ações de desenvolvimento sustentável e as relações entre preservação patrimonial e ambiental. Enquanto pesquisa bibliográfica, comparativa, se teve por base os estudos do geólogo Vieira (2013), as contribuições históricas de Palacin (1994) e as conceituações de Nascimento (2014), dentre outros.

Palavras-Chave: Cerrado; Goiás; Território.

Introdução

O presente trabalho utilizou como conceito básico de interpretação o conceito de território que de acordo com Santos, é herdeiro de uma concepção moderna, embora incompleta, que se atém em limites e não compreende que este, atualmente, se vale das ligações, ou seja, “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade dos territórios” (SANTOS et.al., 1994, p. 15).

O autor questiona a antiga ideia de território como algo pré-definido, estatizado e estável, empregando então novas situações que nele intervêm a partir das ações humanas no espaço, sendo possível, com essas, outras territorializações.

Andrade (apud SANTOS et.al., 1994) parte das Ciências Sociais e de seus expoentes Friedrich Ratzel e Elisée Reclus que, respectivamente, comportam o território aos limites impostos pelo Estado Nacional e pelas relações de classes no espaço ocupado. Tão logo, território é resultado de ações políticas e forças de dominação, não somente ligadas as ações do Estado, mas das próprias relações sociais e econômicas locais, o que permite, num mesmo território político (como o estado de Goiás) a coexistência de outras territorialidades.

Assim, para se compreender a atual constituição paisagística dos espaços urbanos da Cidade de Goiás, há que se considerar seus quase 300 anos de constantes intervenções antrópicas, seja em virtude de questões econômicas, políticas ou mesmo demográficas. Portanto, considera-se, para essa análise, os primórdios da ocupação desse espaço (a partir de interpretações de dados arqueológicos), bem como da conjuntura de formação territorial, com base nos relatos de viajantes, trabalhadores, outrora, pela bibliografia básica de História de Goiás, como Palacin, Salles, dentre outros.

Não obstante, é notória a ênfase nos processos econômicos e tecnológicos, uma vez que, para a temática em questão, das consequências antrópicas nas metamorfoses paisagísticas, estes são fatores impulsionadores, principalmente porque na história local, fora uma atividade econômica e o desenvolvimento de suas técnicas (a mineração) que influíram nas organizações espaciais, políticas, sociais e culturais que se notam ainda hoje.

Outras atividades, como agricultura e pecuária, embora de fato influenciem de diversas formas na mudança das paisagens do Cerrado, foram atividades isoladas até o século XX, sem grandes expressões. Vieira (2013) aponta que no início da atividade mineradora, essas atividades

eram complementares àquela devido ao fato da então Vila se localizar em regiões distantes do litoral, dificultando o transporte de produtos para subsistência.

Só ganharam força, de fato, quando a produção do ouro sofreu declínios, sendo as responsáveis, agora, pelo estabelecimento de diversas famílias na região, enquanto o restante da população se deslocava para outros locais a fim de dar continuidade àquela forma econômica. Assim, quando comparada à produção aurífera, estas são inexpressivas, daí centrar-se, no presente capítulo, nesse aspecto.

Formação territorial do Estado de Goiás e primeiras ações antrópicas

Procurando trabalhar o contexto da formação territorial, Gomes (1993) perpassa o que denomina pré história goiana, ressaltando que ainda não há como se estabelecer uma datação precisa sobre essa origem dado que, segundo o mesmo, as “escavações ainda não fornecem elementos definitivos”.

Até no que se refere ao percurso dos primeiros habitantes, ainda há divergências. Acredita-se vieram pelas caatingas, ao longo das depressões do Rio Amazonas, permanecendo um tempo em São Raimundo Nonato e Lagoa Santa, para então migrarem pela depressão do Rio São Francisco.

O mesmo autor destaca ainda que as populações que dominavam essa indústria lítica, concentraram-se numa área de cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, que compreende hoje às áreas de Mato Grosso, Goiás, Tocantins, oeste da Bahia, norte e oeste de Minas Gerais.

A partir do Holoceno³, já haviam populações em toda extensão do território brasileiro como se encontra atualmente. As mudanças de clima intervêm na dinâmica ocupacional dos ambientes, dado que igualmente transforma paisagens e, a longo prazo, relevos e demais formações. Nesse período ocorre a tropicalização do ambiente, ou seja, recuo da glaciação permite o degelo, bem como aumento do nível do mar, da temperatura e da umidade.

No que diz respeito a vegetação, o autor considera que esta continuou aberta, tornando menos expressiva no nordeste. No caso específico da região, predominavam os povos coletores (como a nação dos goyá), logo, observa-se que a dependência da terra, da água, a falta de tecnologias de domínio desses bens naturais, ainda apresentava uma relação amistosa entre ambos, sem grandes intervenções antrópicas, o que viria a perdurar até meados do século XVII, quando da descoberta do ouro na região, sendo enfatizado no século seguinte pelas ações de povoamento (ROCHA, SILVA, 2008).

Como se pode observar, há um grande lapso temporal que vai da chamada pré-história, cujas fontes advêm de trabalhos arqueológicos, até o que se convencionou a chamar de história, ou seja, a partir de documentos escritos. No caso do Brasil, essa história teria sido iniciada a partir da colonização, enquanto para Goiás, surgira com a “corrida do ouro”, apresentada no próximo tópico. As principais fontes sobre História de Goiás, como Palacin (1994) e Salles (1992), dentre outros, partiam dos relatos de viajantes que passaram pela região e então deixavam, em documentos, os registros de suas visões daquela época.

Portanto, a formação territorial do estado é extremamente marcada pela presença e ausência do ouro, embora as ações antrópicas tenham iniciado há cerca de 11,5 mil anos atrás.

Desenvolvimento econômico local e principais impactos à biodiversidade

Para chegar-se às modificações promovidas pelas técnicas mineradoras, há que se compreender alguns aspectos históricos e político econômicos. Palacin (1994) destaca que a

3 Equivale ao período Quaternário da era Cenozoica com início há cerca de 11,5 mil anos presente ainda hoje.

“corrida do ouro” se caracterizou pela dinâmica populacional, pelas ocupações e fundações de vilas e cidades, pelo surto econômico nas regiões de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Tocantins.

Ainda que perdurando um século, a corrida teria passado por três momentos, que Palacin caracteriza por semianarquia, durante as descobertas, depois o apogeu e, enfim, a súbita decadência. O fato de ter-se encontrado ouro nessa região, por aqueles desbravadores naquele período, é destacado pelo autor como consequência de três momentos: a busca de outro caminho por terra para Cuiabá, que não o fluvial tido como penoso; o momento psicológico, marcado por lendas e teorias de que existiria grandes jazidas e minas em regiões próximas à linha do Equador e o momento político, posto que São Paulo carecia desta descoberta para retomar uma boa relação com a Coroa.

Para essa segunda década do século XVIII, de acordo com as descrições de Palacin (1994) pode-se sugerir que as intervenções humanas no bioma cerrado fora, à princípio, para abrir caminho para os desbravadores. Assim, mostrando que estas ainda eram suaves em comparação ao período seguinte, o autor afirma que na região a locomoção era perfeitamente possível, entretanto, havia certas dificuldades, como as grandes distâncias, podem justificar os usos seguintes de veículos de tração animal. Lembrando que graças à estes abriram-se estradas maiores, cortando morros e serras.

Inúmeras Bandeiras são citadas anteriores a de Anhanguera, que viria a adentrar o território goiano em 1722. Esta teria por fim, o descobrimento de minas de ouro, prata e outros. Assim o fizeram, de modo que em 1725, os que sobreviveram às longas viagens e demais intempéries retornam à São Paulo com novas informações. Na volta, com outra expedição, para Goiás, Bartolomeu Bueno Filho funda o Arraial de Sant’ Anna, segundo Palacin, 1994, p. 25:

Localizado entre morros, numa quebrada no sopé da Serra Dourada, muito próximo das nascentes do Rio Vermelho, a nova povoação – que deviria converter-se de anos depois em vila e tornar-se capital – geograficamente encontra-se deslocada, como centro de operações, no território goiano e climaticamente exposta aos rigores de uma insolação concentrada, sem ventilação. Mas a urgência do momento não admite dilações. Há ouro e água, isto basta (PALACIN, 1994, p. 25).

O ouro explorado era de aluvião, aquele que é encontrado no leito e encosta dos rios, junto ao cascalho. Desta forma, regiões em que haviam esses córregos foram dando origem a povoados e arraiais devido à procura por ouro: Barra, Ferreiro, Ouro Fino, Santa Rita.

Segundo Palacin, Meia Ponte foi o principal rival de Sant’ Anna relativo à produção, o que dera origem há inúmeros questionamentos quanto ao qual local seria mais oportuno fundar-se a capital; Sant’ Anna foi escolhida por já ter uma Casa da Fazenda para taxaço de impostos.

Cunha Matos (apud PALACIN, 1994, p. 29) expressa quão brutal era a intervenção humana no meio quando da procura pelo ouro: “as escavações, a remoção de terras, desvio das águas, produziam a impressão de uma obra de ciclopes [...] inutilizando definitivamente o que deveria ser um legado para várias gerações”.

Como a extração do ouro ainda era algo novo tanto para bandeirantes quanto para aqueles que de fato eram a mão de obra das minas, ou seja, os negros escravizados, não é novidade reconhecer-se nestes a falta de perícia nas técnicas de produção.

Nessa passagem, os danos causados pela mineração aparecem difusos e generalizados. Em outra, entretanto, o autor define melhor os retratos da mineração na região, Palacin, 1994, p. 29:

Em quinze anos, abrem caminhos e estradas, vasculham rios e montanhas, desviam correntes, desmatam e limpam regiões inteiras, rechaçam os índios, exploram, habitam e povoam uma área imensa, em grande parte hostil pela aridez e pela insalubridade, que se estende a mais da metade do atual estado de Goiás (PALACIN, 1994, p. 29).

Por sua vez, Reis e Silva (2006, p.4) afirmam que, para aquele período, eram técnicas avançadas, tanto que foram responsáveis pelo rápido enriquecimento de diversas pessoas, que viriam a enfatizar e mesmo formar uma divisão social ainda hoje perceptível em algumas cidades interioranas:

Certo é que essas técnicas de extração e beneficiamento, consideradas rudimentares pelos cientistas e mineralogistas do Oitocentos, embora com baixa produtividade se comparada ao século XIX, enriqueceram muitos senhores e libertaram muitos escravos. Isto porque os cativos mineradores, em algumas regiões de mineração, eram estimulados (sistema de jornal) a tornarem-se produtivos podendo acumular pecúlio próprio para compra de sua alforria (REIS; SILVA, 2006, p. 4).

Outro fator que poderia influenciar na mudança da paisagem e em geral e intervir na organização natural do bioma Cerrado, seria o súbito aumento populacional provocado pela produção do ouro. Palacin (1994) ressalta que o ano de 1753 é o marco dessa produção, de forma que, no mesmo período, a população de Goiás (lembrando que o povoamento bandeirante iniciara há menos de 30 anos) já chegava à 30.000, sendo 10.000 destes, trabalhadores das minas.

Para as técnicas de mineração, Palacin (1994) destaca que variavam conforme a formação aurífera. Na região da antiga capital, tratava-se do ouro de aluvião, “depositado em seixos de areia”, precisamente no Rio Vermelho, o qual era retirado por técnicas simples, devido até mesmo à falta de maiores tecnologias.

Era iniciado o trabalho com represamento ou desvio do trecho do rio em que se encontravam vestígios de ouro; depois o cascalho era retirado e processado na bateia.

Em seguida, de acordo com Palacin (1994, p. 57):

Para apurar o cascalho, o sistema mais simples consistia em desviar a corrente, isso mediante uma barragem e se não era possível, por ser o rio caudaloso ou largo, fechar um espaço dentro dele com um paredão, esgotando depois a água com uma nora (PALACIN, 1994, p. 57).

Novamente as ações humanas no meio viriam a impor consequências drásticas, tanto em aspectos ambientais quanto econômicos. Ocorre que quanto mais se revolia o cascalho, mais profundo ficava aquele “virgem” com sedimentos de ouro. Palacin (1994) cita que, após um século de extrações, o ouro que restara em certos locais, só podia ser encontrado à uma profundidade de cerca de quinze metros.

Salles (1992, p.249) discute também o despreparo técnico e cognitivo desses trabalhadores quando no trato com a terra e a água:

As escavações ficavam abertas, expostas à enxurradas, e sem recursos para a extração das águas subterrâneas. Estas eram extraídas por meio de uma nora⁴ que não fazia porém um trabalho completo. À medida em que o filão se aprofundava, o “engenho” não podia alcançar a água contida, sendo necessária recolhê-la nas máquinas, por meio de baldes e madeiras (SALLES, 1992, p. 249).

Haveriam ainda duas outras opções de extração para prolongar a produtividade dessa economia: as margens dos rios, nos chamados taboleiros (terreno logo à margem), ou a mineração de morro, embora essa carecesse de muito trabalho, o que a tornava pouco usada. Assim, o autor se

⁴ Equivale a um instrumento, normalmente feito de madeira, em forma de roda que possui certos orifícios por onde armazena a água, assim, servia na mineração, para escoamento da água nos poços em que se extraía o ouro.

fundamenta no relato de viajantes como Saint'Helaire para demonstrar a afirmativa de que, na verdade, a forma de extração dominante em Goiás fora mesmo a do leito do rio, do aluvião.

Vieira (2013, p. 39), centrando suas análises nas consequências da mineração para a Bacia Hidrográfica do Rio Vermelho, expõe a existência, ainda hoje, de visíveis cicatrizes do passado, como “estruturas lineares formando valas para lavagem do cascalho, denominadas de catas (local de remoção dos depósitos de seixos mineralizados) e mudanças do canal do rio”.

O autor destaca que as intervenções antrópicas do período colonial geraram, principalmente na parte superior da Bacia, que perpassa o centro da Cidade de Goiás, problemáticas que viriam gerar, dentre outros malefícios, as cheias que mesmo hoje, ameaçam a população da cidade.

Enfim, retornando à contextualização inicial, a decadência, Palacin (1994) expõe como causas, a diminuição do rendimento dos impostos, da mão-de-obra e as dificuldades na extração do ouro. É, segundo o autor, a partir de 1778 que se nota alarmante diminuição de produção. Observe que mesmo no auge da produção, a decadência se anunciava, o que reafirma as referências de “súbita queda”.

Considerações Finais

A riqueza da biodiversidade do Bioma Cerrado, internacionalmente reconhecida, alarma, cada dia mais, para a necessidade de conciliar o desenvolvimento social cultural, político, econômico, com a preservação ambiental.

Neste trabalho, tentamos demonstrar o processo histórico-geográfico de ocupação do estado de Goiás e mais especificamente na cidade de Goiás. Percebe-se que o processo de ocupação antrópica nesta região provocou impactos à biodiversidade local/regional bem como ao patrimônio público. Há que se considerar a falta de políticas públicas que intervenham diretamente nestes processos degradantes e exploratórios sobre o cerrado.

Referências

GOMES, Horestes. **Geografia: Goiás/Tocantins**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico/UFG, 1993.
PALACIN, Luís. **O Século do Ouro em Goiás: 1722-1822** (Estrutura e Conjuntura numa capitania de Minas). 4 ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

REIS, Liana; SOUZA, Tânia Maria F. **Técnicas mineratórias e escravidão nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX: uma análise comparativa introdutória**. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A018.pdf. Acesso em maio de 2015.

ROCHA, Cleonice; SILVA, Marcos Pedro da. **Caracterização da mineração aurífera em Faina, Goiás, em um contexto ambiental histórico e atual**. Ambiente & Sociedade. Campinas, v. XI, n. 2, p. 373-388, jul.-dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a11.pdf>. Acesso em maio de 2015.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Minas**. Coleção Documentos Goianos nº 24. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994.

VIEIRA, Pedro Alves. **Dinâmica de ocupação, vulnerabilidades e cenários para bacia hidrográfica do Rio Vermelho, Goiás.** Tese (Doutorado). Goiânia: UFG, 2013.

VIEIRA, Pedro Alves. **Dinâmica de ocupação, vulnerabilidades e cenários para bacia hidrográfica do Rio Vermelho, Goiás.** Tese (Doutorado). Goiânia: UFG, 2013.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELA CONSTRUÇÃO DA DUPLICAÇÃO NA RODOVIA GO 213 MORRINHOS A CALDAS NOVAS GOIÁS DEBILITANDO A PASSAGEM DA FAUNA

Letícia Vieira do Carmo

Renato Adriano Martins

Rosana dos Santos Brandão Ferreira

Discentes do curso de Especialização Planejamento e Gestão Ambiental

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos

E-mails:

renato_geografo@hotmail.com

rosanabrandaodf@gmail.com

Jales Teixeira Chaves Filho

Docente da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Morrinhos.

E-mail: jaleschaves@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo apresenta os impactos ambientais provocados pela duplicação na rodovia GO 213 Morrinhos a Caldas Novas Goiás, onde as rodovias são consideradas como vetores de desenvolvimento humano para as sociedades, entretanto, ao mesmo tempo representa uma fonte de distúrbio antrópico para o meio ambiente ao seu redor. Nesse sentido a construção de novas rodovias permitiu a expansão de rede viária. Em decorrência dessa tamanha expansão ocorre a quebra de conectividade entre os habitats ecológicos e, por conseguinte, causa o atropelamento da fauna. Vários grupos de fatores podem estar envolvidos nos atropelamentos, influenciando tanto nos padrões temporais quanto espaciais. Nesses casos é de suma importância buscar alternativas que possibilite identificar os locais com maiores potencialidades de ocorrências de atropelamento e os fatores relacionados a eles, como características ambientais. Pensando nisso, o objetivo desse estudo é identificar com o apoio de Geotecnologia, locais com maior impacto ambiental de atropelamento da fauna, e ao mesmo tempo, implantação de medidas preventivas contra tais atropelamentos.

Palavras Chave: Atropelamento da Fauna, Passagem da Fauna, Impactos da Rodovia.

INTRODUÇÃO

As rodovias, assim como outras construções humanas, de um modo geral, mesmo quando bem planejadas, apresentam impactos sobre a natureza e com os agentes que dela fazem parte. Com os animais silvestres não são diferentes. Uma das ocorrências mais comuns registradas em rodovias são os atropelamentos por veículos. No caso uma das soluções mais eficazes para reduzir esses acidentes e que vem sendo aplicado em vários países é a implantação de passagens (dutos) da fauna sobre ou sob rodovias (DNIT, Monitoramento e Mitigação de Atropelamento de Fauna, 2012).

As construções de novas rodovias, particularmente intensificada no último século nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, permitiu a expansão da rede viária até as mais remotas áreas naturais remanescentes, resultando muitas vezes na quebra de conectividade e relações ecológicas nos ecossistemas por elas cortadas (ABRA, 2012, p.6).

“A implementação de rodovias é uma das formas disseminadas de modificação da paisagem. A construção de rodovias e o tráfego de veículos que causam inúmeros impactos diretos e indiretos na população de animais silvestres do entorno, como a perda de habitat, a morte por atropelamento e o efeito de barreiras” (TEXEIRA, 2011, p. 4).

O atropelamento e o efeito de barreiras são responsáveis pela fragmentação e isolamento das populações de animais silvestres que juntamente com a perda de habitat geram uma redução do tamanho populacional e, conseqüentemente, aumentam os riscos de extinções locais de inúmeras espécies (FORMAN, ALEXANDER, 1998, p. 481).

Em função das diversidades de impactos sobre a fauna silvestre, mostra – se necessário o planejamento e a implementação de medidas mitigadoras para os locais mais afetados, como passagem subterrânea da fauna, redutores de velocidade e placas informativas. A esse respeito Sampaio; Brito (2010) afirma que:

A Instalação de estrutura de dutos facilita o deslocamento transversal da fauna, frequentemente associada a dispositivos que evitam seu acesso à área de maiores riscos nas rodovias, as estruturas para transposição visam tanto prevenir a morte direta de indivíduos quanto restabelecer a conectividade de habitats (SAMPAIO; BRITO 2010, p.5).

No contexto acima considerando o atropelamento da fauna e a necessidade de uma definição correta de suas agregações, esforços para compreender os padrões de atropelamentos e os fatores relacionados a eles, esse trabalho objetivou avaliar a relação entre os padrões espaciais dos atropelamentos com o esforço amostral necessário para uma melhor definição desses pontos para instalação de medidas mitigadoras considerando a distribuição espacial e temporal dos atropelamentos.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Causas de atropelamento

As rodovias simbolizam o progresso social. Assim ao mesmo tempo em que as rodovias são consideradas vetores de distúrbio antrópico para o meio ambiente ao seu redor (CUNHA; BONET, 2012, p. 9). Nesse sentido o atropelamento ocorre devido a rodovia cortar habitat de espécie, interferindo no seu habitat natural.

O efeito barreira da rodovia isola as populações e dificulta o acesso a recursos, levando a redução e dificuldade de persistência das populações, especialmente devido á falta de fluxo gênico (COSTA, 2014, p. 19). Além de funcionar como barreira, a edificação das rodovias, criam novas bordas entre o limite rodovia-habitat levando ainda aos efeitos de borda. Definir uma faixa precisa com a extensão dos efeitos marginais causados pela rodovia e bastante difícil, já que é variável de acordo com a resposta de cada espécie, devido a biologia, ecologia e comportamento, além de características da rodovia envolvendo fatores bióticos e abióticos (FORMAN, 2003, v. 34 p.495).

Entretanto para algumas espécies a rodovia não funciona como barreira a movimentação, permitindo que mantenham seu deslocamento natural sobre as rodovias para manter sua dinâmica populacional (COLCHERO, 2011, v. 14, p.158). Este deslocamento sobre as rodovias aumentam as chances de grandes colisões e, conseqüentemente, a mortalidade por atropelamento, o que leva a uma alteração das taxas demográficas devido a perda de indivíduo, o atropelamento é considerado um dos impactos mais visíveis e estudados das rodovias sendo considerada a principal causa antrópica de mortalidade de vertebrados, superando ameaças como caça, predação e doenças (FORMAN; ALEXANDER, 1998, v. 29, p.208). A utilização das rodovias para o deslocamento leva ao aumento do atropelamento, especialmente em espécie, com maior área de vida e que procuram locais abertos e de mais fácil locomoção (COSTA, 2014, p.20). As estradas são vistas, morfológicas e funcionalmente, como corredores para muitas espécies, sobretudo mamíferos de médio e grande porte, que as utilizam como rota de deslocamento aumenta a probabilidade de colisão da fauna com automóveis (ROSA, 2012, p. 18).

De forma geral, animais que utilizam as rodovias como rota de dispersão e possuem grande capacidade de deslocamento são afetados por atropelamento que animais que sofrem o efeito de borda e barreira (FAHRING; RYTWINSKI, 2009, v. 14, p. 15).

Vários grupos de fatores podem ser envolvidos nos atropelamentos, influenciando tanto nos padrões temporais quanto espaciais. Estes fatores relacionados aos atropelamentos podem ser fatores ambientais, fatores humanos e fatores biológicos (COELHO; KINDEL, 2008, v. 54, p. 670). Todas as estas variáveis estão também relacionadas aos padrões temporais dos atropelamentos, pois são características variáveis ao longo do tempo e devido aos diferentes períodos de atividades das espécies (COSTA, 2014, p. 21). Juntamente a estes fatores, devemos considerar ainda que a presença de carcaças dos animais atropelados poder servir como um atrativo para o forrageamento de espécies carniceiras e, conseqüentemente, aumentar a probabilidade de ocorrência de um novo atropelamento proposital de algumas espécies consideradas prejudiciais ao humano, como as serpentes (PRADA, 2004, p. 5).

2.2 Descrições dos Impactos Ambientais em Rodovias

O desenvolvimento urbano e a construção de ferrovias, rodovias e estradas – chamados empreendimentos lineares de infraestrutura de transporte estão entre as alterações ambientais que causam os maiores impactos nas paisagens naturais no século XX em todo o mundo, incluindo grandes mudanças nas populações animais (LODÉ, 2000; BERGALHO, 2001; BOM; JONES, 2008).

Segundo a Resolução CONANMA 01/1986, Impacto Ambiental é:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológica do meio ambiente causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bem estar da população, II - as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e V – a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, Artigo 1º, p. 10).

Através desta resolução, percebemos que qualquer atividade que o homem exerce no meio ambiente provocara um impacto ambiental. No entanto pode ser classificado como negativo ou positivo. Infelizmente, na maioria das vezes, os impactos são negativos, acarretando degradação, poluição e como no caso da construção de rodovias o atropelamento da fauna, extinção de espécies, perda de habitats, efeito de barreiras, erosões entre outros grandes fatores.

Nesse sentido,

Os impactos são, na grande maioria causados pelo avanço de novas tecnologias, com o rápido crescimento da população e as necessidades de novas construções, principalmente sem infra – estrutura adequada para recebe-lo contribui bastante para vários danos ambientais observados atualmente (CUNHA; GUERRA 2000, p.35).

Os principais impactos ao meio ambiente, tanto positivo quanto negativo decorrente da implantação de estradas, podem ser definidos de acordo com sua área de influência (BRITO 2010, p. 2). Nesse sentido, particularmente, a construção de estradas é um mecanismo de fragmentação de alto impacto, removendo a cobertura vegetal original, gerando efeito de borda e alterando a função e a estrutura da paisagem (FERREIRA, 2004 *apud* ROSA, 2012, p. 14).

A Constituição Federal de 1988, no art. 255, caput, inciso 1º, VII, inclui:

A proteção à fauna, junto com a flora, como meio de assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente equilibrado, estando vedadas às práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade (CONAMA, Artigo 1º, p. 01).

A constituição propõe medidas de processo ecológicos essenciais que trata da preservação ambiental, para possibilitar condição de vida para as gerações futuras e busca evitar a extinção de espécie e sua diversidade genética. Onde se deve buscar equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental.

2.3 Geoprocessamento

Geoprocessamento é o tratamento das informações geográficas, ou de dados georreferenciados, por meio de softwares específicos e cálculos. Ou, ainda, o conjunto de técnicas relacionadas ao tratamento da informação espacial (FARIA, 2007, p. 10).

Ao analisar a região geográfica da GO - 213 para sua duplicação, e identificar seus pontos mais críticos de atropelamento da fauna foi necessário as variáveis explicativas (p. ex., o solo, a vegetação, geomorfologia e recursos hídricos) e determinar qual a contribuição de cada uma delas para obtenção de um mapa resultante.

2.4 Medidas Preventivas ao impacto na rodovia

As propostas de mitigação de atropelamento da fauna baseiam – se na implementação de mecanismos como: placas de sinalização para os usuários para que se atentem as possíveis travessias da fauna, diminuição da velocidade e outras informações e estruturas construídas especificamente para a travessia da fauna, que se apresentam passagem da fauna (ABRA 2012, p. 16).

Tabela 1 - Medidas mitigadoras ao atropelamento de fauna em estradas.

Medidas Mitigadoras	
Modificação do comportamento dos animais	Modificação do comportamento do motorista ou veículo
Telas e cercas	Placas de sinalização
Viadutos	Sistemas de sinalização com sensores
Pontes	Controle de velocidade dos veículos
Bueiros	Redução temporária de limites de velocidade
Passagens de fauna sobre a estrada	Redução temporária do fluxo de veículos
Passagens de fauna suspensa no dossel	Iluminação
Passagens de fauna sob a estrada	Educação de trânsito e campanhas informativas
Condutores de fauna para locais de travessia	

Fonte: FORMAN, 2003, p. 481

2.4.1 Passagem da fauna sob a Rodovia

Para a passagem de a fauna ser efetiva, ou seja, diminuir a mortalidade por atropelamento e/ou possibilitar conectividade entre populações, ela deve ser utilizada pelas espécies-alvo de

mitigação e incrementar a taxa de travessias com sucesso de uma população entre os dois lados da estrada (TEIXEIRA, 2011; COELHO, 2008, p. 689; *apud* KINDEL, 2013, p.15).

2.4.2 Cercas

A utilização de cercas como medidas mitigadoras ao atropelamento da fauna pode ter justificativa por uma ou pelas duas seguintes funções: (01) evitar que os animais cheguem á estrada e (02) conduzir os animais para a passagem de fauna. A cerca não possibilita a travessia de um lado para o outro da estrada, isolando grupos de animais e funcionando como barreira ao fluxo gênico de populações (JAEGER; FAHRING, 2004).

2.4.3 Lombadas

Lombadas pode ser uma medida adequada para mitigar o atropelamento de animais, além disso, apresentar um baixo fluxo de veículos, as lombadas não representam problemas ao tráfego (TEXEIRA, 2011; COELHO, 2008; *apud* KINDEL, 2013, p. 18).

2.4.4 Placas de sinalização

As placas de sinalização junto às lombadas não possuem um efeito adicional de mitigação. Com o uso das placas de sinalização nas estradas (advertências a animais selvagens) e dispostas ao longo da estrada onde apresenta maior frequência de travessia de animais (TEXEIRA, 2011; COELHO, 2008; *apud* KINDEL, 2013, p. 10).

3 METODOLOGIA

Os objetivos propostos, primeiramente foram realizados através de pesquisas bibliográficas, que teve o intuito de catalogar, identificar e consultar obras literárias que pudessem subsidiar e oferecer suporte metodológico, comercial e técnicos referentes ao geoprocessamento, engenharia de estradas, efeito de bordas em rodovias, monitoramento e mitigação de atropelamento da fauna. Após a pesquisa bibliográfica, iniciou-se identificar os locais adequados para implantação de medidas mitigadoras contra tais atropelamentos. Para tal, lançou mão do programa de sensoriamento remoto Google Earth PRO. Com uso desse software podem ser identificados os locais com elevado potencial de atropelamento, tais como: Ilhas de vegetação, matas de galeria, veredas, dentre outras fitofisionomias que funcionam como corredores ecológicos e que foram fragmentadas pela rodovia. Quanto às medidas de proteção a fauna a serem adotadas para reduzir o número de ocorrências, como a instalação de redutores de velocidades, placas educativas e passagem da fauna, evitando o atropelamento da fauna durante a rodovia que liga Morrinhos á Caldas Novas – GO.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a duplicação da GO – 213, o fluxo de veículos irá aumentar devido o acesso rápido a BR -153, assim facilitando o deslocamento do turista ate a estancia hidrotermal Caldas Novas, em decorrência, há evidencia que a mortalidade dos animais irá aumentar. Assim sugere se medidas mitigadoras para minimizar este impacto sobre a fauna silvestre da rodovia GO – 213. A rodovia GO – 213, é uma rodovia estadual asfaltada em via simples, que liga Morrinhos – Caldas Novas, com extensão de 48,36 km, cuja extensão está sendo duplicada.

Contudo, as passagens de fauna devem ser empregadas juntamente com as cercas condutoras, pois as duas estruturas são parte de um conceito único para manter a conectividade entre populações de animais. Na tentativa da travessia dos animais eles serão barrados pelas cercas, que funcionam como guia para conduzi-los até as passagens de fauna. A duplicação da GO – 213 terá efeito negativo na rodovia, decorrente do aumento de velocidade que pode favorecer e aumentar significativamente o atropelamento da fauna. Com a construção das pistas duplas ficará impedido dos deslocamentos de animais expostos aos veículos, dentro das faixas de rolamento, por não conseguirem ultrapassar as barreiras, contribuindo para o aumento de índices de atropelamento. A passagem da fauna subterrânea, redutores de velocidade e placas educativas será a solução para o deslocamento destas espécies e sua proteção contra atropelamentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluí que qualquer atividade que o homem exerce no meio ambiente provocará um impacto ambiental seja ele positivo ou negativo. Infelizmente na maioria das vezes, os impactos são negativos, acarretando degradação, poluição e como no nosso caso da construção ou ampliação de Rodovias atropelamento da fauna, extinção de espécies, perda de hábitat entre outros grandes fatores.

Assim, a duplicação já acontecendo percebemos que não houve nenhum interesse no poder público em mitigar os impactos ambientais que sua ampliação trará para nossa fauna e flora.

6 REFERÊNCIAS

ABRA, D. F. Monitoramento e Avaliação das Passagens Inferiores de fauna Presentes na Rodovia SP-225 no Município de Brotas – São Paulo, 2012.

BERGALHO, HG.; VERAY CONDE, C.F., 2001. O Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono. *Ciencias Hoje*, 29: 37-39.

BOND, A.R; JONES, D.N., 2008. Temporal trends in use of fauna-friendly underpasses and overpasses *Wildlife Research*, 35: 103-112.

COELHO, I. P; KINDEL. A.; COELHO, A.P. **Atropelamento de espécies de vertebrados em duas rodovias através da reserva da biosfera mata atlântica do sul do Brasil.** *Revista Europeia de investigação dos animais selvagens*. New York, v.54, p.669-699, Julho. 2008.

COLCHERO, F. et al. Jaguares no movimento : a modelagem movimento para atentar a fragmentação da expansão rodoviária na Maia Forest. *Conservação Animal*, Cambridge, V. 14, n. 2, p. 158-166, 2011.

CONAMA CONSELHO NACIONAL MEIO AMBIENTE – **Impactos Ambientais é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente.** Segundo a Resolução Conama Nº 01, Jan. 1986, disponível em: www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res186.html. Acessado em 20 Maio de 2017.

COSTA, A. S. Efeitos de Escalas Temporais na Definição de Medidas Mitigação de Impactos de Rodovias, Lavras, MG, 2014.

COSTA, P. S. e FIGUEIREDO, Wellington, C. **Estradas: Estudos e Projetos.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, v.1, 2001, p.430.

CUNHA, S. B. e GEURRA, Antônio J. T. **Avaliação e perícia ambiental**. 2. ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – **Monitoramento e Mitigação de Atropelamento de Fauna**. Coleção Estradas Verdes. Volume 11, 2012. disponível em: <<http://www.dnit.gov.br>>, acessado em 10 de Junho de 2017.

FAHRING, L. **Efeitos da fragmentação habitat para a biodiversidade**. Palo Alto, v.34, p. 487-515, Aug. 2003.

FAHRING, L. RYTWISNKI, T. **Efeitos das estradas sobre a abundância de animais: uma análise empírica e síntese**. *Ecologia e Sociedade*, Wolfville, v. 14, n.1, p. 1-19, Dez. 2009.

FORMAN, R.T.; AKEXANDER, L.E. **Estradas e seu principal efeito ecológico**. Revista anual de ecologia e evolução, Palo Alto, v.29, p. 207-231, Nov.1998.

FORMAN, R.T.T. et al. **Estrada ecologia: ciência e soluções**. Washington: Island. 481 p. 2003

JAEGER, J. A. G. FAHRING, L. **Efeitos de esgrima Estrada sobre a persistência da população** *Biologia de Conservação*, 2004.

LODÉ, T., 2000. Effect a motorway on mortality and isolation of populations. *Ambio*, 29: 163-166.
BERGALHO, H. G., 2001. O Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono. *Ciências Hoje*, 29: 37-39

PRADA, Cristiana Santis. **Atropelamento de vertebrados silvestres em uma região fragmentada do nordeste do estado de São Paulo: Quantificação do impacto e análise de fatores envolvidos**. São Carlos, 2004.

PRADO, T. A.; Ferreira, A. **Monitoramento de Animais Silvestres Atropelados em um trecho de Mata Fragmentado** pela BR-a53/Go-a60. VII Congresso de Ecologia do Brasil. Minas Gerais. 2005.

SAMPAIO, R. S. e BRITO, P. C. R. **Impactos Ambientais Causados pela Construção de Rodovias**. São Paulo, 2010.

ROSA, Clarissa Alves. **Efeito de Borada de Rodovias em Pequenos Mamíferos de Fragmentos Florestais Tropicais**, Lavras, MG, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br>>, acessado: 10 de Junho de 2017.

SANTOS, S. M.; CARVALHO, F.; MIRA, A. Quanto tempo os mortos sobreviver na estrada? Carcass probabilidade persistência e implicações para estudos de monitorização dos atropelamentos. *Plos One*, v. 6, n.9. 2011.

TEIXEIRA, F. Z. COELHO, A. V. P.; KINDEL, A. **Estimativas de mortalidade rodoviária vertebrados: Efeitos de métodos de amostragem e remoção de carcaças**. V. 15, p. 317-323, 2013.

TEIXEIRA, Zimmermann Fernanda. **Fauna atropelada: estimativas de mortalidade e identificação de zonas de agregação**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br>>. Acessado em 29 de Abril de 2017.

PAISAGENS DE CONFRONTAMENTOS DE ELEMENTOS SOCIAIS NAS ÁREAS URBANAS

Carlos Eduardo de Oliveira Marins
Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás e pós-graduando em
Linguagem, Tecnologia e Ensino pela mesma instituição
carloosedumarins@gmail.com

José Elias Pinheiro Neto
Dr. em Geografia Humana (FFLCH/USP), Professor UEG/Campus Itapuranga
joseeliaspinheiro@usp.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo mostrar como as realidades socioeconômicas podem ser percebidas e confrontadas por meio de leituras individuais das paisagens no contexto do espaço urbano. Para tanto, foi realizado uma revisão bibliográfica acerca de tais discussões que envolvem os temas paisagem, espaço urbano e sociedade. Com isso chegamos na conclusão de que o estudo da paisagem é um importante caminho a se seguir para que se entenda as realidades sociais dos diferentes grupos em diferentes locais. Tais resultados contribuem para os estudos que tenham como tema as classes sociais, visto que, o meio em que vivemos está carregado de informações e este estudo traz novas possibilidades de se pensar meios para a extração de informações através do que vimos e sentimos.

Palavras-chave: Paisagem; Linguagem; Classe Social; Políticas Públicas.

Considerações iniciais

Teoricamente o poder público, por meio de suas políticas sociais, trata de servir a população com os serviços básicos de saúde, educação, segurança e também de equipamentos públicos de uso coletivo, tais como: as escolas, as praças, os postos de saúde e entre outros. A partir de tais relações elencadas, fruto de trabalhos coletivos e individuais, intermediadas pelo meio político, a cidade ganha, cada vez mais, novas formas, novas ‘caras’ em termos visuais e, às vezes, até estéticos. Criam-se, com isso, ambientes diferenciados ao longo dos diversos pontos da área urbana. Neste sentido, a paisagem muda constantemente, ela tem significado, pode explicar, ‘falar’ bastante aos olhares mais atentos. As relações sociais desvelam muito das construções, da herança daqueles que transformaram a paisagem por interesses particulares ou coletivo. De acordo com Name (2010, p. 177), “a análise da paisagem é um método para se entender o mundo e as sociedades que, aliás, produzem, mantêm e compartilham as diversas paisagens e suas devidas valorações. Não há de maneira alguma uma distinção entre a paisagem que é supostamente real daquela que seria mera representação”.

A paisagem de uma cidade representa muito mais do que fisicamente ela aparenta visualmente ser, vivenciamos uma cidade heterogênea em termos de cultura, educação e economia. Tais questões, na maioria das vezes, são percebidas por meio do que está em nossa volta. Yanci Maria salienta que “a paisagem expressa a cultura em seus diversos aspectos, revelando seu lado funcional e simbólico. Representa, assim, um elemento chave para a compreensão da realidade sociedade-cultura-natureza” (2010, p. 10). A autora destaca, de modo geral, como a paisagem pode servir de leitura para compreendermos a realidade de uma sociedade em termos de relação entre três elementos, quais sejam: sociedade, cultura e natureza. Para entendermos melhor a comunidade na qual estamos inseridos, é fundamental que partirmos da cultura, pois é ela que caracteriza uma sociedade ou um grupo de pessoas. Para Santos a “cultura diz respeito a tudo aquilo que caracteriza

a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade.” (2003, p. 22). Nesse sentido, podemos inserir as crenças, costumes, hábitos, culinária, entre outros, e é o caminho que embasamos o conceito de cultura.

Uma leitura crítica do que vemos e sentimos em nossa volta pode vir a revelar as atuais relações existentes em determinados ambientes, com questionamentos do tipo: - quais são as pessoas que habitam ou que passam grande parte do dia em determinados locais? e - a qual classe social estão inseridas?, além dos embates sociais. As diversas estruturas físicas como vias, calçadas, residências e vegetação, além das cores e odores são alguns elementos visuais e não visuais, formadores da paisagem, que respondem a muitas destas indagações, principalmente quando se fala em realidade socioeconômica. De acordo com Cosgrove (1998, p. 32), a “paisagem não se presta facilmente às restrições do método científico. Sua unidade e coerência estão, como vimos, enraizadas profundamente em uma maneira de ver, e isso permanece verdadeiro se a visão é a partir do solo, do ar ou do mapa”. É por isso que este trabalho tem como desafio explicar teoricamente como os códigos, os sinais e as linguagens proferidos podem revelar as ‘verdades’ encontradas nos diferentes territórios urbanos e confrontá-las com as realidades sociais e econômicas que se produzem no dia-a-dia destes locais. Por isso, se faz necessário um estudo acerca destes detalhes encontrados na paisagem, na busca e descrição da identidade formada a partir da realidade de determinados grupos sociais.

Paisagem: do conceito a funcionalidade

A paisagem é muito daquilo que nossos olhos alcançam e é válido dizer que ela está além disso. Para Santos (1994, p. 61), “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc”. Percebemos na escrita do autor que a paisagem não se limita apenas as aparências visuais, trata-se de características muito mais abrangentes, fazendo com que a paisagem se torne algo muito mais presente no cotidiano das pessoas. Ab’Sáber (2003, p. 09) afirma que a paisagem está relacionada a uma herança, apontando que “as paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente”. A partir desta ideia, podemos perceber que a paisagem é, na verdade, um processo desenvolvido pelas relações entre os seres ao longo da história, por isso que se torna herança, por ser algo ‘deixado’ por aqueles que contribuíram com as mudanças das paisagens.

Iniciando um estudo pela paisagem é possível chegarmos a diversas conclusões acerca das realidades sociais que estão presentes em nosso meio, pois ela é fruto das relações sociais, é resultado de nossas ações como salientam Pinheiro Neto e Proença (2013), ao dizerem que a paisagem é resultado das atividades e planejamentos do ser humano. Tais conclusões só são possíveis após uma leitura de tudo aquilo que vimos e sentimos, são formas, cores, cheiros, odores, volumes, etc, é também um tipo de leitura.

A semiótica é uma ciência que estuda todos os tipos de linguagens, além da oral e escrita, estão incluídas, conforme Santaella (1983, p. 15), “a linguagem das flores, dos ventos, dos ruídos, dos sinais de energia vital emitidos pelo corpo e, até mesmo, a linguagem do silêncio”. Estas linguagens são, na maioria das vezes, encontradas na paisagem, isto significa que a linguagem não se limita apenas nas falas e nas escritas, ela é muito mais que isso. Cosgrove (2000, p. 39), escreve que as linguagens “constituem a imaginação coletiva e definem a cultura não-material. A linguagem é o modo primário da comunicação humana, constituidora da própria individualidade daqueles que a utilizam.”, independentemente do local que nos encontramos, sempre estamos rodeados de códigos e sinais que estão inseridos no plano linguístico e que nos dão suporte necessário para fazermos uma leitura do nosso meio.

Cumpramos notar que a ilusória exclusividade da língua, como forma de linguagem e meio de comunicação privilegiados é muito intensamente devida a um condicionamento histórico que nos levou à crença de que as únicas formas de conhecimento, de saber e de interpretação do mundo são aquelas veiculadas pela língua, na sua manifestação como linguagem verbal, oral ou escrita (SANTAELLA, 1983, p. 12).

Portanto, é primordial que em nossas indagações, dúvidas e inquietações não nos limitemos em recorrer apenas em livros, revistas, jornais, palestras, às vezes as respostas estão em nossa volta, basta um olhar crítico e reflexivo acerca do que vemos e sentimos para chegarmos nas devidas conclusões. Muitas pessoas que direcionam seus estudos às leituras paisagísticas, têm grandes chances de absorver melhor as realidades, mas além disso, a curiosidade é sempre necessária.

Uma leitura crítica e reflexiva da paisagem nos leva para uma outra face daquela que enxergamos, neste processo, podemos entender o contexto histórico da nossa formação como indivíduos sociais e principalmente as condições socioeconômicas na qual vivemos hoje, além das crenças e simbolismos expressos no cenário social, como aponta Yanci Maria ao salientar que

[p]odemos destacar o caráter simbólico da paisagem que, sendo portadora de significados, expressa valores e crenças. Como também, o caráter político que desvela o embate social, o confronto de poderes econômicos. A paisagem carrega em si marcas da história, do tempo atual e de tempos passados (2010, p. 52).

Dentre as contribuições elencadas pela autora, destacamos o caráter político que trata-se de determinações das formas de organização e o caráter histórico, ambos representados no cenário social que revelam o processo de formação de uma sociedade a partir do contexto histórico e que mostram também as realidades sociais. Estes dois aspectos são importantíssimos para entendermos as condições sociais e econômicas em que determinados grupos vivem, condições estas representadas principalmente através da moradia, renda e acessibilidade.

Por meio da interpretação das paisagens percebemos uma heterogeneidade, são formas diversificadas de sentirmos o que em nossa volta, espaços de lazer, espaços de moradia, pontos comerciais, industriais e entre outros. Essa heterogeneidade é uma característica não só da cidade, mas de um contexto de todas as paisagens como aponta Santos (1994, p. 65) ao escrever que ela “é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea [...]”. Essa diversidade é uma qualidade daquilo que é natural e daquilo que foi modificado pelas mãos do homem, como é o caso da cidade que não só foi construída, mas também é modificada a todo instante a partir de (re)construções que são realizadas a partir dos interesses pessoais e coletivo. Porém, é preciso enxergarmos para além daquilo que nossos olhos podem ver, são os agentes sociais que (re)produzem as relações, falamos sobre a realização de uma leitura a partir do meio em que vivemos. Para Pinheiro Neto (2017, p. 96),

[a] paisagem se estrutura numa rede formada por uma miscelânea construída a partir de elementos naturais e artificiais, há uma junção concatenada de unidades desses elementos e dentro de uma sequência lógica se interconectam produzindo as paisagens a serem percebidas pelo observador. Dentro dessa lógica existem diversificadas variações para a formação desses elementos, consideramos as dimensões, as cores e o que mais estas variações podem nos oferecer para transformação de nossas atividades ou qualquer outro critério que sustente a heterogeneidade da paisagem.

A paisagem se torna um objeto de estudo das ciências naturais e humanas especialmente pela gama de informações que ela traz por meio de uma leitura crítica e reflexiva, sistematizada por um estudo pautado em fundamentos reais. A partir desta observação, podemos perceber que, desde a percepção mais genérica até os estudos mais minuciosos sobre a paisagem, vários autores contribuem para o aprimoramento das pesquisas científicas que tratam desta categoria como objeto de estudo. A exemplo citamos Nunes (2002, p. 216), “[é] como se estivéssemos em um teatro, diante de uma cenografia recém revelada por um abrir de cortinas. Bela ou feia, clara ou mal iluminada, próxima ou distante – não importa – somos atraídos pela paisagem como são os olhares dos espectadores atraídos pelo palco”. Neste sentido, Maria (2016, p. 245) escreve que

[a] paisagem não se reduz às informações visuais do mundo que nos cerca, pois será sempre especificada, de algum modo, pela subjetividade do observador, sendo esta subjetividade mais do que uma simples perspectiva ótica. Todavia, a paisagem se refere aos objetos concretos que existem à nossa volta e, ainda que o que ela representa ou evoca possa ser imaginário, ela sempre exigirá um suporte objetivo.

A paisagem além de vista, é sentida. Essa noção causa uma ruptura em muitos conceitos de pessoas que a projetam como aquilo que se enxerga, ou ainda, muitos pensam que a paisagem é o natural, o belo, o verde, a mata, os rios, uma forma pictórica. O objetivo é findar a ideia de que temos, para muitos, nas séries iniciais do Ensino Fundamental quando a professora de artes nos pede para desenhar uma paisagem e logo procuramos caprichar para desenhar as montanhas, o rio, os pássaros, a vegetação toda verde e um sol sorrindo. O feio, o bonito, o sujo, o limpo, tudo isso faz parte da paisagem, o homem é parte dela porque antes de se tornar um ser social, nasce biológico, é natural. E é por meio dos nossos sentidos que classificamos um ambiente em seus diversos aspectos, ir mais afundo no estudo da paisagem é uma premissa de quem busca a verdadeira realidade acerca das relações sociais que são promovidas em nosso meio.

Vivemos em um mundo metamórfico onde todos os elementos a nossa volta se modificam a todo instante, o ser humano tem a capacidade de construir e destruir as coisas e ao mesmo tempo em que isso acontece ocorre a modificação da paisagem. As marcas, as cores, os sons, as formas, são pistas para entendermos o processo que ocorrem no meio social, organizado e executado a mando dos sistemas. Com o passar dos anos, surgem rupturas nos processos de produção, nos métodos governamentais, enfim, nos diversos processos sociais que são idealizados principalmente por aqueles que estão no poder. Passamos por diversas mudanças, assim o cenário social também é mudado, os atores desta realidade são a sociedade como um todo. Por isso temos essa ideia de que a paisagem foi (re)construída pela sociedade que antecede a esta e que hoje fazemos parte desta (re)produção social a mando do capitalismo, ao mesmo tempo sendo amparados por leis que visam a ordem e o bem estar social.

A cidade é o principal campo destas disputas, também é onde há maior acúmulo de capital. Algumas características importantes sobre a cidade são tratadas por Roberto Lobato Corrêa (1989) que traz um esboço no sentido de explicar alguns conceitos relacionados ao espaço urbano. A área urbana é ambiente carregado de conflitos, disputas, símbolos, poder, ou seja, tudo o que caracteriza uma cidade capitalista, habitada por pessoas que pensam de formas distintas, e que, em muitas das vezes, agem sob o princípio do interesse próprio. Sobre esta análise, Roberto Lobato Corrêa salienta que

[o] espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campos de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consome espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um estado abstrato. A ação destes agentes é

complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (1989, p. 12).

Temos portanto, algumas características vistas com um olhar crítico acerca do meio urbano como um todo, formado por agentes sociais que consomem o espaço a todo instante, sucessores daqueles que consumiram este espaço e deram início a projetos e ações que foram se acumulando ao longo do tempo. São importantes análises do que se passa em nossa volta. O autor aponta que a cidade é um produto da sociedade, fruto de processos complexos que derivam sobretudo do capitalismo. Isso não significa que é algo invisível, mas que muitas das vezes passam despercebidos aos nossos sentidos. Segundo Corrêa (1989), tais relações derivam, dentre outras, das lutas de classes. Isso significa que há diferenças sociais e econômicas entre grupos de pessoas no meio urbano, gerando conflitos e criando relações de poder entre as pessoas ou grupo de pessoas, reforçando a ideia de complexidade existente na cidade.

A paisagem é fruto das relações sociais realizadas no passado e que se desenvolvem nos dias atuais. Sobre este ponto de vista Ab'Sáber (2003) escreve que as paisagens são heranças de processos que aconteceram no passado, e que hoje são remodelados e modificados. Isso significa dizer que a paisagem ao mesmo tempo aparenta ser estática, ela também é modificada, ou seja, é um processo. Esta mesma ideia é representada na fala de Yanci Maria ao defender que “a paisagem, é aqui compreendida como fruto da relação entre as sociedades, suas culturas e a natureza” (2010, p. 20). A autora enfatiza a cultura e a natureza, visto que, a cultura de um povo ou de uma comunidade, muitas vezes está representada na paisagem, e destaca o domínio do homem sobre a natureza, no sentido de modifica-la, que também é representada neste cenário, e tudo isso ocorre a partir da interação entre estes três elementos, sociedade, cultura e natureza

Na área da linguística, temos a linguagem verbal como o principal meio de comunicação, que é representado pela fala e escrita. Porém, nosso mundo é rodeado de elementos que são usados como forma de linguagem não verbal, trata-se de signos que são estudados e interpretados pela semiologia. Para este assunto, aportamos em Orlandi (2003) e Bacelar (1998) que contribuem com uma base teórica acerca deste método de leitura.

Eni Pulcinelli Orlandi (2003) escreve que a semiologia abrange em termos de estudos a leitura de mundo. Segundo esta autora, é do campo da semiologia o estudo das linguagens verbais e não verbais que colaboram para entendermos o que está em nossa volta.

Há, além dos signos da linguagem verbal, muitas outras espécies de signos que povoam de linguagens a vida do homem: a pintura, a mímica, o código de trânsito, a moda, as linguagens artificiais, etc. Os signos, em geral tanto das linguagens não-verbais quanto os da linguagem verbal, são objetos de uma ciência geral dos signos: a Semiologia (ORLANDI, 2003, p. 11).

As palavras da autora reforçam a ideia de que o mundo é formado por signos, e interpreta-los é um desafio pelo qual pesquisador está sujeito. Cada paisagem está carregada destes signos que fazem parte do dia-a-dia das pessoas, e por ventura são elas que as (re)produzem. A sociedade é a responsável pela (re)construção das paisagens. Neste sentido, entendemos que a linguagem abrange muito mais do que podemos ler e ouvir, ela pode ser desencadeada por meio da percepção, se tornando algo inclusivo como aponta Jorge Bacelar.

Sobrepondo a interpretação e a percepção, a linguagem pode ser compreendida inclusivamente, ao invés de exclusivamente. Palavras, imagens, objetos, usos e costumes, ao integrarem os processos de comunicação, podem ou não ocupar categorias separadas, mas contribuem para o entendimento do significado histórico e cultural que integra a mensagem (1998, p. 07).

É importante destacar a visão do autor, ao expor que as linguagens interpretadas por meio dos elementos não verbais, independentemente de ocupar ou não categorias distintas, sempre contribuem para o entendimento dos significados desvelados nestes elementos, o que contribui para que os meios de comunicação entre a sociedade e a natureza se tornem mais abrangentes. Portanto, em se tratando de linguagem verbal ou não, o importante é entendermos que os signos estão expressos em ambos, e que desvendá-los é algo sempre possível.

Considerações finais

Ao explorarmos o campo da Geografia, percebemos a gama de conteúdo que esta ciência traz em seu bojo, o vasto campo desta ciência nos traz infinitas buscas e conclusões dos vários conteúdos que fazem parte da existência humana. O nosso meio está carregado de informações, é sempre virtude de um pesquisador, saber lidar com as várias informações que circulam pelos ambientes. Ao analisarmos a paisagem, nos deparamos com esta realidade, trata-se do que vemos e sentimos no dia-a-dia, nossos sentidos se transformam em ferramentas importantes na percepção das realidades sociais registradas na paisagem. Seja uma comunidade localizada na periferia, uma área central ou um condomínio fechado afastado das conturbações, todos estes locais estão rodeados de marcas e registros e cabe ao pesquisador, independente de campo específico, ter a percepção destes sinais deixados pela sociedade e, principalmente, não deixar de se posicionar de forma crítica às essas diferenças.

Portanto, deixamos aqui reflexões para se pensarmos sobre o cenário urbano, a leitura crítica dos ambientes que, muitas das vezes, são ignorados principalmente pelas pessoas que não fazem parte daquela realidade ou não vivenciam as diferenças, pois um ambiente em termos de aparência se diferencia de outros e por vários motivos. Todo o cenário existe em bastidores e cabe ao leitor crítico de tais realidades buscar entender sobre os processos que acontecem ‘por de baixo dos panos’, repensando sempre tudo aquilo que está sujeito a percepção pelos nossos sentidos.

Referências

AB’SÁBER, Azis Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. Ateliê Editorial: São Paulo, 2003.

BACELAR, Jorge. *Linguagem da visão*. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. 1998. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/bacelar_linguagem. Acessado em 29/03/2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Editora Ática: São Paulo, 1989

COSGROVE, Denis. *Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação*. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: Um Século*. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000.

_____. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Madison: The University of Wisconsin Press, Londres, 1998 [1984]. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=NrD2-nJ52aYC&oi=fnd&pg=PR9&dq=Cosgrove&ots=CpOueIbTV8&sig=FidXUR8P8oER9YLTl8HzhIzWGc#v=onepage&q=&f=tree>>. Acesso em: 20/05/2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *IBGE Cidades*. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/4KH>. Acesso em: 23/03/2017.

MARIA, Yanci Ladeira. *Paisagem: entre o sensível e o factual: uma abordagem a partir da geografia cultural*. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

_____. *Paisagem: cultura-natureza em perspectiva – uma abordagem trajetiva do conceito de paisagem*. 262f. Tese (Doutorado Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP. 2016.

NUNES, Celso. A paisagem como teatro. In: YÁZIGI, Eduardo. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é lingüística*. Editora Brasiliense: São Paulo, 2003.

PINHEIRO NETO, José Elias; PROENÇA, Adriane Coelho. A linguagem e a paisagem na tríade do rio da poética de João Cabral de Melo Neto. In.: *Revista Percurso* (Online), v. 5, p. 153-180, Maringá: UEM, 2013.

PINHEIRO NETO, José Elias. *Tessituras da paisagem cultural às margens do rio Capibaribe e no Recife sob a luz da poética de João Cabral de Melo Neto*. 2017. 312 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. Editora brasiliense: São Paulo, 1983.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. Editora Brasiliense: São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. Editora Hucitec: São Paulo, 1994.

PANORAMA DA INFORMAÇÃO SEGURANÇA DE BARRAGENS NO ESTADO DE GOIÁS

Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos

Programa de Pós-Graduação Stricto sensu (Mestrado) em Geografia da Universidade Federal de Goiás

fellipe.rtcs@gmail.com

Joseane Aparecida Duarte

Programa de Pós-Graduação Stricto sensu (Mestrado) em Geografia da Universidade Federal de Goiás

joseane.sanitarista@yahoo.com.br

Paulo Henrique Kingma Orlando

Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás.

paulo.horlando@gmail.com

Resumo: Barragens são estruturas necessárias para subsidiar a sociedade atual os meios para que possa desenvolver suas atividades, sejam desde a indústria de base até momentos recreativos. Entretanto existem riscos associados a estas estruturas, portanto, faz-se necessário um mecanismo que regulamente a existência das barragens para fins de manutenção da segurança, para tal existe a Política Nacional de Segurança de Barragens. Contudo, a aquisição dos dados para alimentação de um sistema nacional de informações é desarticulada, conforme consta no presente artigo.

Palavras chave: Segurança de barragens. Barragens. SNISB.

1. Introdução

A capacidade e resiliência de ecossistemas está diretamente associada às características das barragens inseridas na mesma e de seus usos. Minimizar as alterações que tais estruturas proporcionam ao meio é uma forma de estabilizar o novo meio físico-químico-biológico, segundo uma perspectiva de equilíbrio dinâmico, no qual as características da natureza se aproximem das mesmas observadas no ambiente original.

Apesar de recente, a Política Nacional de Segurança de Barragens institui quem são os responsáveis diretos pelos danos e riscos de empreendimentos de barragens, regula as instituições de fiscalização e estabelece critérios técnicos de avaliação de riscos e danos potenciais a segurança do ambiente no qual está inserida a estrutura de contenção.

Ela também institui uma ferramenta de articulação das informações e dados sobre barragens, por meio da plataforma do Sistema Nacional de Informação sobre Segurança de Barragens (SNISB), que é alimentado pelos próprios responsáveis do empreendimento.

Tal característica de aquisição de dados é contestável pois pode haver má fé daquele que não está com sua barragem nas devidas condições estruturais, logo o sistema não dispensa o agente fiscalizador e a presença das instituições ligadas ao SISNAMA.

Conforme segue no presente trabalho, a articulação das informações é comprometida conforme instituição que faz uso dos dados. Havendo assim a necessidade de um *database* que dê subsídios e normatiza as informações, principalmente das barragens cujas características solicitem avaliação de Dano Potencial Associado e/ou categoria de risco. O presente artigo faz parte dos resultados parciais de uma dissertação de mestrado, que busca entender a Lei 12.334/2010 que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

2. Material e Método:

A reflexão desse artigo é fundamentada em pesquisa bibliográfica disponível na forma de leis e resoluções de órgãos e agências fiscalizadoras como a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) entre outros.

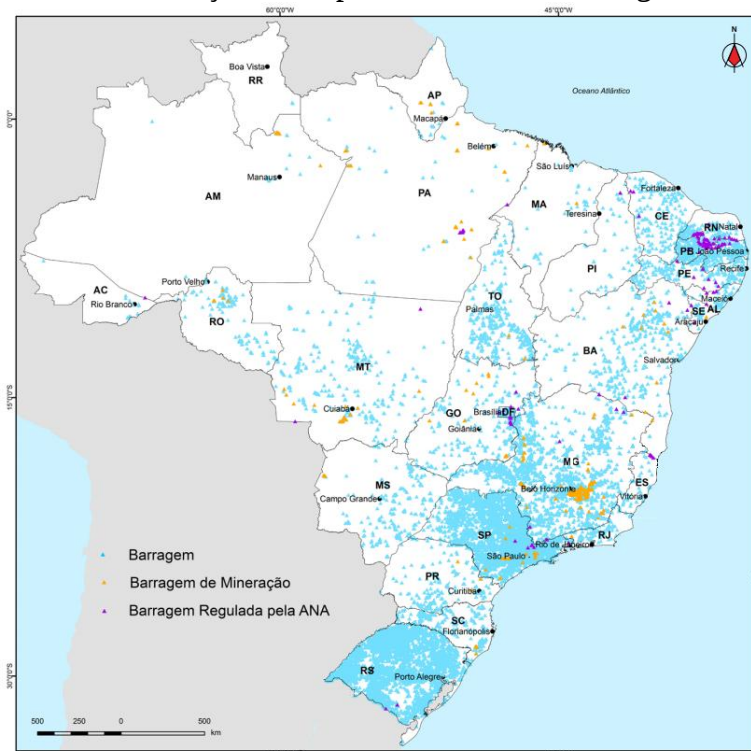
3. Panorama das barragens no estado de Goiás

Barragens são elementos estruturais que fomentaram e ainda subsidiam a qualidade e o conforto de vida da sociedade atual. Registros arqueológicos evidenciam a construção de reservatórios de água em civilizações da Babilônia, Egito antigo, Império Romano, Índia, Sri Lanka. Dados do Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB, 2011) estipulam que no Brasil as barragens são datadas desde antes da invasão holandesa e posteriormente no período Imperial com Dom Pedro I na tentativa de levar água ao nordeste.

A construção de barragens tem seu ápice a partir do séc. XX. Entretanto deve ser observado que tais estruturas fazem parte da própria formação histórica nacional, como no ato contra Canudos no sertão baiano, a construção do lago Paranoá para abastecimento da nova capital, a edificação da usina de Itaipu durante um período ditatorial e atualmente a finalização de um complexo de 32 barragens que serão interligadas através projeto de transposição do Rio São Francisco, identificando a atividade fim da barragem como também um elemento de integração nacional, segundo um óptica mais recente.

Na figura 01 observa-se as localizações das barragens no cenário nacional. Elas estão catalogadas entre barragens de uso múltiplos, de mineração e barragens fiscalizadas pela Agência Nacional de Águas.

Figura 2 – Localização de empreendimentos de barragem no Brasil



Fonte: ANA, (2016) - Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil

das últimas estruturas de barramento a ser finalizada foi a barragem para abastecimento da população, cujo volume aproximado é de 7,5 bilhões de litros, segundo a Superintendência Municipal de Água e Esgoto (SAE). É importante ressaltar a categorização dos usos múltiplos de tais empreendimentos, para que as informações sejam direcionadas e não desarticuladas.

A escala utilizada, por exemplo, mesmo que rica em detalhe, deixa de evidenciar pequenos barramentos, justificando a necessidade do SNISB, que seja alimentada com informações específicas de cada empreendimento, e possam se tornar uma plataforma de vários sistemas, por exemplo o DNPM, ANA, IBAMA, órgãos estaduais de fiscalização, entre outros.

4. Origem e necessidade da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Frente a um crescente número de barramentos e seus usos múltiplos, houveram acidentes como no rompimento da barragem da Pampulha em 1954, observado de perto pelo presidente Juscelino Kubitschek, e demais colapsos nas barragens/ano de rompimento: Euclides da Cunha e Limoeiro/1977, Rio Pomba-Cataguases/2003 e 2007, Camará/2004, Catalão/2004, Espora/2008, Apertadinho/2008, Algodões /2009, Herculano/2014, Samarco/2015 entre outras.

O rompimento da barragem de Euclides da Cunha é um marco inicial na regulamentação de segurança de barragens, em nível estadual São Paulo, Ceará e Minas Gerais estabelecem critérios técnicos de avaliação. Entre 2003 e 2010 é debatida entre parlamentares, e em 2010 é promulgada a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), torna-se o arcabouço jurídico-institucional de recursos hídricos que dispõem as diretrizes nacionais sobre responsabilidade pela fiscalização de barragens.

A evolução do número de barragens está diretamente associada as novas necessidades do capital industrial e financeiro, na atualização das relações homem-sistema de produção, que consequentemente, levou ao aumento da capacidade das barragens e seus usos industriais múltiplos.

No ensaio das relações homem-sistema de produção, Orlando (2013) apresenta que a interação entre homem e a natureza, via recursos naturais, é resultado da complexidade da dependência entre as demandas capitalistas e a esfera social, portanto, a relação homem-natureza nada mais é do que reflexo das relações homem-sociedade. E para suprir as necessidades do sistema de produção, os recursos naturais são utilizados principalmente em indústrias de base.

Para Paniago (2016) o interessante da lei 12.334/2010 é o *benchmarking* sobre legislação de barragens, que originou a normativa brasileira, com influência técnica de consultores americanos e portugueses.

Com forte necessidade de a indústria de base utilizar barragens, segundo a tecnologia atual, visando obter relações ótimas de segurança $\times$ custos, e competindo ao Estado mediar entre as necessidades do bem comum, são definidos quatro critérios para a inserção de uma barragem na Política Nacional de Segurança de Barragens:

- Altura do maciço igual ou superior a 15 metros de altura;
- Capacidade total do reservatório igual ou superior a 3.000.000 m³;
- Reservatórios que contenham resíduos perigosos susceptíveis a normas técnicas;
- Apresentar categoria de dano potencial (DPA) associado médio ou alto, em termos econômicos, sociais, ambientais ou de perda de vidas.

Como parte da PNSB a análise de risco é baseada em critérios técnicos das características estruturais e de projeto da barragem, que tratam de 04 pontos principais que são investigados de maneira analítica de acordo com as características de seus subcritérios. A gestão de riscos é subsidiada na normativa 143 do Conselho Nacional de Recursos Hídrico e é utilizada por instituições integrantes do SISNAMA.

- Características técnicas (CT): em relação à altura da barragem, comprimento e vazão.

- Estado de conservação (EC): Analisa a confiabilidade de estruturas extravasoras, percolação, deformação/recalque e deterioração de taludes.
- Plano de Segurança de barragens (PS): Documentação do projeto, estrutura organizacional e qualificação da equipe de segurança de barragem, manuais de procedimento para inspeções de segurança e monitoramento, plano de emergência, relatórios de inspeção e monitoramento da instrumentação e análise de segurança.
- Características quanto ao dano potencial associado (DPA): Volume total, existência de percolação a jusante, impacto ambiental, impacto socioeconômico.

O resultado da verificação analítica é a geração de uma matriz de categoria de risco $\times$ dano potencial associado, conforme tabela 01.

Tabela 1 – Matriz de Dano Potencial Associado (DPA).

CATEGORIA DE RISCO	DANO POTENCIAL ASSOCIADO		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTO	A	B	C
MÉDIO	A	C	D
BAIXO	A	D	E

Fonte: Paniago (2016).

Cada órgão fiscalizador atribui uma característica de DPA, respeitando as especificidades dos processos atuantes e da atividade fim da barragem. Assim, tem-se a classificação de Dano Potencial Associado em relação as seguintes entidades:

Tabela 2 – Matriz de classificação de DPA segundo ANA, DNPM e ANEEL

CATEGORIA DE RISCO	DPA (ANA)		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTO	A	B	C
MÉDIO	A	C	D
BAIXO	A	C	E

CATEGORIA DE RISCO	DPA (DNPM)		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTO	A	B	C
MÉDIO	B	C	D
BAIXO	C	D	E

CATEGORIA DE RISCO	DPA (ANEEL)		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
ALTO	A	B	B
MÉDIO	B	C	C
BAIXO	B	C	C

Fonte: Paniago (2016).

5. Resultados e discussões

Com tal metodologia fundamentada em lei a nível nacional, é possível investigar quais são as categorias de risco (CRI) e qual é o dano potencial Associado (DPA), quais estruturas apresentam apenas uma das características e quais barragens apresentam as duas características simultaneamente. Tal avaliação é importante para que processos de fiscalização possam ser focados em barragens que apresentem maior DPA e CRI.

No estado de Goiás é de responsabilidade da SECIMA realizar a vistoria e fiscalização das barragens. Entretanto não existe um departamento específico dessa área e há apenas dois agentes designados para tais tarefas.

Segundo o mesmo órgão, estão cadastrados no estado 105 empreendimentos que fazem uso de 134 barragens, das quais 17% apenas possuem informações técnicas necessárias. Foram catalogadas 14 nos critérios de Dano Potencial Associado e 19 na Categoria de Risco.

Entretanto os dados que foram repassados ao Relatório de Segurança de Barragens de 2016 apresentam apenas 07 barragens, que estão dispostas na tabela 03. O mapa de localização das barragens apresenta divergências com órgãos como o DNPM, ANEEL e ANA.

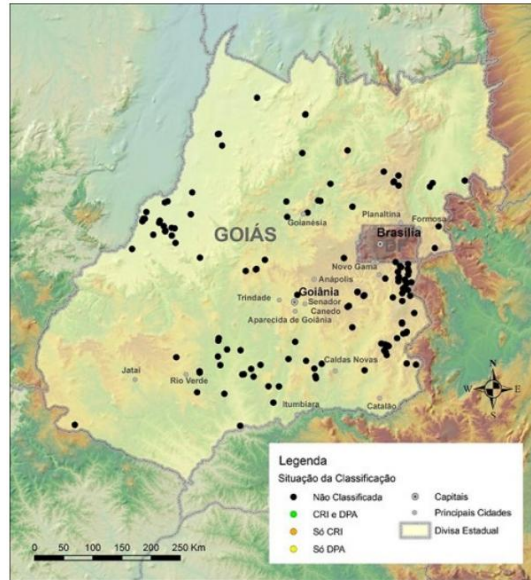
Tabela 3 – Barragens goianas classificadas como Categoria de Risco Alta em 2015.

NOME DA BARRAGEM	NOME DA ENTIDADE FISCALIZADORA	ALTURA (m)	CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO (hm³)	TIPO DE MATERIAL	USO PRINCIPAL
Rio Bezerra	ANA	5	0,11	Sem Informação	Uso múltiplos de água
Barragem no Ribeirão Samambaia - SLC	ANA	25,05	11,68	Terra	Uso múltiplos de água
Fazenda Samambaia - Reservatório 1	ANA	9,12	3,8	Terra	Uso múltiplos de água
Fazenda Samambaia - Reservatório 2	ANA	4,85	1,97	Terra	Uso múltiplos de água
Barragem no rio Samambaia - GELCI	ANA	14,9	3,02	Terra	Uso múltiplos de água
Barragem no rio Samambaia - NARDI	ANA	9,06	3,05	Terra	Uso múltiplos de água
Barragem na Fazenda Poço Claro	ANA	15	3,35	Terra	Uso múltiplos de água

Fonte: ANA, (2016) – Relatório de Segurança de Barragens

Na figura 3 observa-se a localização das barragens no estado de Goiás e a situação de classificação das mesmas em relação ao DPA, ao CRI, se enquadram em ambas as situações ou se não há informação. Como a aquisição dos dados para a construção desse mapa foi feita a partir de dados da SECIMA, o resultado foi que não há classificação quanto a categoria de risco nas barragens goianas. Apresentando uma divergência de informação dentro do mesmo órgão fiscalizador, e reproduzindo o equívoco da informação para demais órgãos do SISNAMA.

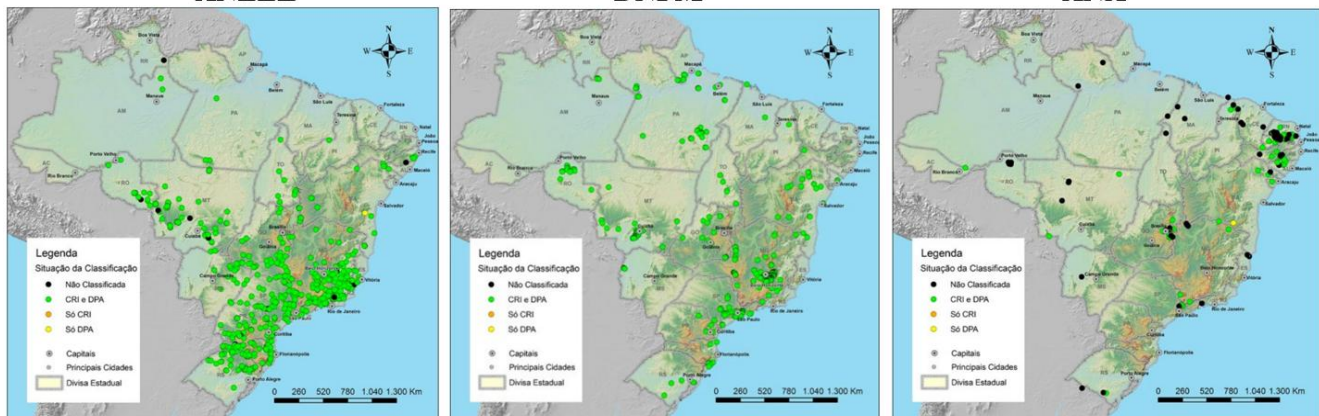
Figura 4 – Mapa de localização das barragens em Goiás



Fonte: ANA, (2016) – Relatório de Segurança de Barragens

Realizando a mesma busca sobre as características de DPA e CRI nas bases de dados do DNPM, ANEEL e ANA, obtém-se informações mais próximas da realidade, conforme mostra a figura 04.

Figura 5 – Caracterização das barragens quanto ao DPA e CRI de órgãos do SISNAMA



Fonte: ANA, (2016) – Relatório de Segurança de Barragens

A partir da figura 05 é possível identificar que existem no estado de Goiás categorizadas no enquadramento da Lei 12.334/2010 no âmbito das avaliações da ANA, ANEEL e DNPM.

6. Conclusões

A lei 12.334/2010 é relativamente recente mas trata de uma estrutura potencialmente perigosa, que são as barragens. Impactos decorrentes de rupturas das mesmas podem ser de escala pontual até mesmo comprometendo toda uma bacia hidrográfica.

Faz-se necessário que a utilização efetiva do Sistema Nacional de Informação sobre Segurança de Barragens (SNISB), visando articular os dados dos mais diversos órgãos fiscalizadores. Além de investimento do governo na capacitação e aumento dos técnicos efetivos para vistoriar as barragens.

7. Referências

BRASIL, ANA, **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil - Encarte especial sobre a Bacia do Rio Doce e o rompimento da barragem de Mariana/MG**, Brasília (DF), 2016.

BRASIL, ANA, **Relatório de Segurança de Barragens**, Brasília (DF), 2016.

BRASIL, SECIMA, **Mapeamento sobre espelhos d'água em Goiás**. Acesso em 15 de Jun. de 2017. Disponível em < <http://www.secima.go.gov.br/post/ver/218926/imb/segplan-divulga-mapeamento-sobre-espelhos-d%C2%B4agua-em-goias>>

CBDB, **A história das Barragens no Brasil - Séculos XIX, XX e XXI**, 1.ed. Editora: Sindicato nacional dos editores de livros, Rio de Janeiro (RJ), 2011.

ORLANDO, P.H.K. **A Natureza na perspectiva da produção capitalista: o cenário da exploração dos recursos naturais na atualidade**. *Emblemas*, v.10, n.1, 91-104, jan-jul, 2013.

PANIAGO, L.N. **Segurança de Barragens – Legislação e Prática**. Acesso em 22 de mar.de 2017. Disponível em < <http://www.institutominere.com.br/materiais/download/e-book-guia-completo-de-legislacao-de-seguranca-de-barragens>>.

PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO NA ATIVIDADE MINERADORA À PARTIR DO TRABALHO DE CAMPO DE GEOGRAFIA EM PIRENÓPOLIS – GOIÁS

Joseane Aparecida Duarte

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás;

joseane.sanitarista@yahoo.com.br

Fellipe Rogério Tavares Carvalho Santos

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de
Goiás

Jussara Martins Fabiano

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de
Goiás

José Henrique Rodrigues Stacciarini

Professor Doutor da Universidade Federal de Goiás

jhrstacciarini@hotmail.com

Resumo: Trata-se de um relato de experiência de um Trabalho de Campo realizado na Pós-Graduação de Geografia para alunos com diversas formações sobre a interpretação de paisagem e sua contribuição para o conhecimento geográfico. Para isso, foi feito um levantamento de referencial bibliográfico sobre o tema Trabalho de Campo, e uma relação da paisagem com projeto de pesquisa de Saúde do Trabalhador da Mineração. Foi possível notar que as marcas históricas da exploração mineral ficam marcadas na paisagem atual da cidade. Conclui-se portanto, que o Trabalho de Campo e a observação da paisagem é uma boa maneira de se ensinar a ciência geográfica.

Palavras-chave: Trabalho de Campo. Paisagem. Mineração. Saúde do Trabalhador.

Introdução

Trata-se de um relato de experiência sobre o Trabalho de Campo, ministrado no Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Goiás de Catalão-Goiás, disciplina Produção e (Re)Produção do Urbano, realizado em março de 2017, por um grupo de estudantes e professores de Geografia, com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre o planejamento urbano ao longo da história da cidade de Pirenópolis, e a partir das observações das paisagens, trazer contribuições relacionadas com o projeto de pesquisa desenvolvido pelos alunos no mestrado, e também, aprimorar de forma crítica a formação multiprofissional dos alunos à partir da holística da ciência geográfica.

Desta forma, este relato de experiência terá como centralidade o trabalho na atividade mineradora na cidade de Pirenópolis ao longo da história, por ser considerado o eixo central do trabalho de campo que mais se relacionou com o projeto de pesquisa que investiga as condições de saúde e trabalho dos trabalhadores da mineração de uma cidade do sudeste goiano, que está em desenvolvimento na UFG. Portanto, será discutido a maneira como o trabalho de campo de geografia e a observação da paisagem pode contribuir para a avaliação sobre as condições de trabalho em que os trabalhadores da mineração foram submetidos ao longo da história na cidade histórica de Pirenópolis, e como o espaço urbano se adequa de acordo com esta atividade econômica.

Sendo assim, a metodologia e as demais orientações sobre como fazer um bom trabalho de campo possui importância fundamental para o enriquecimento e aproveitamento das discussões teóricas realizadas durante as aulas do programa de pós graduação, não apenas da disciplina Produção e (Re)Produção do Urbano, mas também das disciplinas: Teoria e Metodologia da Ciência Geográfica, História do Pensamento Geográfico, Planejamento de Pesquisa, Questão Agrária, Território e Agricultura, Geografia da Indústria, dentre outras.

Este trabalho, além de narrar o relato de experiência de um trabalho de campo através da perspectiva da pós graduação, tem como propósito, subsidiar futuras discussões sobre o planejamento do trabalho de campo, a observação da paisagem para interpretação geográfica e o trabalho de campo como instrumento de ensino da geografia e outras ciências.

Dada a importância do assunto, este artigo será organizado em alguns grandes temas, como O trabalho de Campo em Geografia, em que se haverá a abordagem dos pensamentos dos diversos autores que estudam as contribuições do trabalho de campo para o ensino da ciência geográfica em todos seus aspectos, desde o planejamento, realização e conclusão; O Roteiro do Trabalho de Campo: Goiânia – Pirenópolis (Goiás), em que será apresentado a proposta do trabalho de campo e seus objetivos; o Relato de Experiência, que é o paper entregue para a avaliação do trabalho de campo na disciplina de Produção e (Re)Produção do Urbano, que é o relato na íntegra da perspectiva da aluna que participou deste trabalho, e por fim, as Considerações Finais.

O Trabalho de Campo em Geografia

O Trabalho de Campo é uma ferramenta pedagógica que permite que o ensino ultrapasse os muros das universidades, e coloque o aluno em contato direto com a realidade, para que o mesmo tenha condições de analisar e tirar suas próprias conclusões a respeito daquilo que está sendo ensinado de maneira teórica e prática ao mesmo tempo; ele desempenha as seguintes funções:

Ilustrativa, cujo objetivo é ilustrar os vários conceitos vistos nas salas de aula; motivadora, onde o objetivo é motivar o aluno a estudar determinado tema; treinadora, que visa a orientar a execução de uma habilidade técnica; e geradora de problemas, que visa orientar o aluno para resolver ou propor um problema. (COMPIANI E CARNEIRO, 1993, p. 90)

Cabe ressaltar que durante o trabalho de campo, o aluno fará suas observações e avaliações pautadas no conhecimento teórico adquirido em sala de aula, mas também através da sua perspectiva individual e pessoal, da sua experiência vivida e percebida ao longo do tempo, em um determinado espaço; como Resende reforça: “Se o espaço não é encarado como algo em que o homem está inserido, natureza que ele próprio ajuda a moldar, a verdade geográfica do indivíduo se perde, e a geografia torna-se alheia a ele.” (1989 p.84)

O planejamento do Trabalho de Campo deve estar em congruência com a disciplina ministrada afim de enriquecer as discussões e o ensino, por isso, que deve-se planejar a metodologia de ensino durante o trabalho de campo para se alcançar os objetivos. Parte-se da premissa de que o local do trabalho de campo, deve ser estudado antes de ir ao local pelo professor e alunos, conforme Fantinel enfatiza: “no ensino, o papel das atividades de campo está atrelado à proposta pedagógica da disciplina na qual as atividades se inserem e à concepção do professor acerca do que é ensinar, do que é aprender e de seu entendimento de como se processa o conhecimento” (2000, p. 11).

A paisagem passa a ser uma categoria geográfica a ser observada pelos alunos para a busca da compreensão dos lugares, desenvolvimento urbano, problemas sócio ambientais, e todas as outras relações que aconteceram no passado e que ocorrem no presente, como Correia afirma: “o campo é um meio no qual o geógrafo aprende a ver, analisar e refletir sobre o infindável movimento

de transformação que o homem realiza no espaço, é no campo que o aluno/pesquisador poderá perceber todo o dinamismo do espaço. (1996).

Roteiro do Trabalho de Campo: Pirenópolis (Goiás)

Inicialmente houve a discussão sobre as cidades goianas, e as diferenças entre as cidades planejadas e não planejadas, vídeos com os temas relacionados a ruralidade e urbanidade, além da explicação da observação do profissional geógrafo para a compreensão das categorias geográficas.

Partindo da discussão teórica, fez-se em sala de aula o Roteiro de Trabalho de Campo para que fosse discutido e aprovado pelos alunos da pós-graduação, desta maneira ficou decidido que em Pirenópolis haveria a seguinte ordenação:

- Check-in na pousada, noite livre (durante a noite livre, os estudantes poderiam observar a culinária, laser e comércio local)
- Manhã: passeio com o guia turístico para que o mesmo pudesse apresentar a cidade e contar a história da cidade.
- Tarde: visita às praças e bairros afastados da cidade.

Os alunos puderam tirar fotos e gravar vídeos para deixar registrado em seus relatos de experiência, além de questionar o guia turístico e moradores da cidade se assim quisessem, e anotar suas observações pessoais no diário de campo.

Relato de Experiência

Durante o Trabalho de Campo, foi possível aprofundar os conhecimentos acerca do espaço urbano na linha do pensamento geográfico. A vivência prática veio de encontro com as leituras teóricas e discussões realizadas em sala de aula com o professor e alunos. Desta forma, foi importante a viagem a campo para dar um pouco mais de sentido ao ensino da Geografia no mestrado, principalmente para os alunos que são egressos de outros cursos diferentes da Geografia bacharelado e licenciatura. Pôde-se assim, fechar a disciplina com “chave-de-ouro”.

Foi possível observar nas cidades os níveis de urbanidades em uma mesma cidade. As diferenças entre as cidades planejadas e as não planejadas, de como a agenda política pode ser importante na gestão e organização da cidade, e de como a classe trabalhadora pobre sempre é mais vulnerável, ficando à margem dos benefícios que os impostos pagos pelos cidadãos deveriam ser revertidos à elas, de forma a tentar diminuir e eliminar essa grande desigualdade existente e melhorar a qualidade de vida desta parcela da população.

Todas as observações realizadas na cidade, de certa forma, fazem com que nos remetemos à nossa própria cidade, porque tem-se que a cidade em que se mora ou vive como referência, pelo fato de conhecer a cidade, as necessidades da população e porque vive-se nela. Neste sentido, concluo que o planejamento urbano deve ser realizado de acordo com os anseios da população que deveria ter maior participação popular nos espaços de discussão e planejamento que tratem sobre “o futuro da cidade”, “para que serve a cidade”, dentre outros pontos e de acordo também com experiências de cidades que tiveram planejamentos que usaram estratégias que foram bem sucedidas.

A classe que vive do trabalho, considerada a classe baixa e média, vivem em bairros muito afastados, com falta de equipamentos sociais e péssimas condições de saneamento básico, o que traz impactos negativos à saúde ambiental – vale ressaltar que neste sentido, saúde ambiental está relacionada à saúde da população e do próprio meio ambiente, pois estão interligados.

As políticas públicas que dão acesso à moradia, de certa maneira deixa a desejar, porque as pessoas precisam morar, mas não no “meio do nada”, elas precisam de escola para as crianças,

unidades de saúde para toda a família, ter acesso à transporte (e não passar 1/5 do tempo descocando de casa para o trabalho e vice-versa), à lazer, cultura, etc.

A conservação da arquitetura e sua manutenção deixa marcado na cidade a sua história e suas fases de desenvolvimento, e preservar esses traços é válido para que as novas gerações valorizem e conheçam um pouco mais sobre a história da cidade e de como ela está ligada ao modo de vida e trabalho de uma determinada população.

A beleza e a história do desenvolvimento da cidade em si e a sua contribuição na construção de outras cidades foram contadas pelo Guia Turístico, e nesse sentido, pode-se observar que a história é contada sob o ponto de vista de quem é contado, e que sofre a interferência do ser que está contando – por exemplo, um guia turístico, conta história, contos e boatos visando a atração turística e geração de renda neste setor; um sociólogo poderia contar a história a partir do ponto de vista da formação social do local, e assim por diante.

Além da beleza e do turismo que fez com que a aula de campo em Pirenópolis fosse muito agradável, ressalta-se a importância de observar a paisagem e explorar um pouco mais o Guia Turístico acerca da atividade de extração mineral que historicamente acontece na cidade que é o mesmo tema da minha dissertação de mestrado, mas no caso, é voltado para as atividades de extração mineral formal/legal e em Pirenópolis essa atividade era feita por trabalhadores informais.

Foto 1 – Centro Histórico de Pirenópolis (Goiás): Ruas e calçadas de rochas extraídas da atividade mineradora.



Fonte: Elaborada pela autora Joseane Aparecida Duarte, 11 de março de 2017.

Foi interessante perceber a realidade de muitos artigos publicados que descrevem a extração mineral feita de forma ilegal – desde a falta de licença ambiental de exploração, a informalidade contratual destes trabalhadores que são explorados e colocados em condições sub-humanas de trabalho que já é considerado de risco grave, que adoce e tira a vida de vários trabalhadores e trabalhadoras; até o abandono da área explorada por esgotamento de recursos naturais.

Outro aspecto da pesquisa que também foi contemplado, foi a ação do Estado na busca de promover saúde e segurança nos ambientes de trabalho do setor de exploração mineral, pois apesar de não ter feito nenhuma busca de dados de acidentes e óbitos no trabalho, e nem incidência de doenças profissionais; com certeza essa atividade que era feita sem nenhuma proteção e fiscalização trouxe impactos para a saúde dos trabalhadores que vendiam sua força de trabalho em busca de remuneração.

A mineração com o passar do tempo deixou de ser a atividade principal da cidade e hoje está concentrada no turismo cultural/religioso. O centro histórico é maravilhoso, a cidade é romântica e

limpa, um lugar acolhedor para a família e a natureza de uma beleza exuberante, gostaria de voltar mais vezes para explorar mais as cachoeiras.

Observamos que fora do centro histórico, a cidade cresceu, e que não foi planejado os bairros em que os trabalhadores habitam, trazendo consequência no saneamento ambiental, no trânsito e na organização dos quarteirões e ruas.

Voltando à comparação da nossa cidade de origem, vemos os avanços e atrasos que temos em relação às pequenas e grandes cidades, e de como o Plano Diretor feito com participação popular é de importância para os rumos da cidade em que moramos.

Com certeza, se voltarmos e fazermos o mesmo trajeto desta aula de campo, vamos observar novos detalhes, vamos ter novas percepções do urbano e da relação do urbano com o rural.

Conclusão

Após a realização do Trabalho de Campo realizado em Goiânia e Pirenópolis, os alunos de mestrado fizeram seus relatos de experiência sobre a percepção do urbano, relacionando-o com o projeto de pesquisa em andamento, na oportunidade, houve uma apresentação oral sobre a realização deste trabalho enfatizando fotografias de paisagens que carregam grandes significados ao Trabalho de Campo, mas também na aprendizagem dos diversos alunos.

Foi enriquecedor para todos os alunos, em sua maioria, elogiaram o roteiro, a forma de avaliação e a escolha das cidades que contribuíram para o pensamento crítico geográfico e a compreensão do que é o urbano para cada aluno e aluna.

Conclui-se que a estratégia de realizar o Trabalho de Campo é uma ótima estratégia de ensino, que se diferencia das aulas teóricas engessadas que ocorrem dentro dos muros das salas de aula. O Trabalho de Campo apesar de exigir um pouco mais dos alunos, em relação à investimento de dinheiro e disponibilidade de tempo, é muito mais prazeroso e proveitoso, pois coloca o aluno em contato com a realidade daquilo que foi estudado.

Poder ter tido a oportunidade de enfatizar a linha de pesquisa de cada aluno, também foi uma ideia brilhante do professor, pois a turma é composta por multiprofissionais – sanitaristas, engenheiros, geógrafos, advogados, etc. – e na oportunidade, reforçou que o olhar geográfico pode trazer vários benefícios para as pesquisas desenvolvidas por todos.

Referência Bibliográfica

COMPIANI, M. & CARNEIRO, C. D. R. 1993. Os papéis didáticos das excursões geológicas. Enseñanza de las Ciencias de la Tierra, n.1-2, p.90-98.

CORREA, R. L. 1996. Trabalho de campo e globalização. Trabalho apresentado no colóquio “O discurso Geográfico na Aurora do século XXI”. Programa de pós-graduação em Geografia - UFSC. Florianópolis: 27-29 de novembro de 1996.

FANTINEL, L. M. Práticas de campo em fundamentos de geologia introdutória: papel das atividades de campo no ensino de fundamentos de geologia no curso de geografia. Campinas: Inst. Geociências UNICAMP. 2000. (Dissertação de mestrado em Educação Aplicadas a Geociências).

RESENDE, Márcia M. S. O saber do aluno e o ensino de geografia. In: VESENTINI, J. W.(org) et. al. Geografia e Ensino: textos críticos. 5ª edição Campinas: Papirus, 1989.

POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES DO GEOPROCESSAMENTO NA REDE DE ENSINO DE ITAPURANGA-GO

Quelma Aparecida Braga
Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Itapuranga
Quelma_apbraga@hotmail.com

Rodrigo Guimarães
Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás – Campus Itapuranga. Bolsista BIC/UEG
rodrigoguimaraesgeografia@gmail.com

Marco Túlio Martins
Profº Dr. do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás
marcogeografia2008@yahoo.com.br

Silvio Braz de Sousa
Profº Me. do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás
sousasb@gmail.com

Resumo: Este trabalho se fundamenta no processo de ensino de geoprocessamento no município de Itapuranga – GO. Foi feita uma pesquisa no Colégio Deputado José Alves de Assis onde foi aplicado um questionário para 36 alunos. O questionário foi aplicado para ver o nível de ensino de Geografia (cartografia). Visualizamos que o ambiente escolar da escola estudada ainda não está utilizando meios técnicos para aulas de cartografias. Ao decorrer do artigo mostra a porcentagem alarmante dos alunos que saem do ensino médio sem saber o que é cartografia e automaticamente sem saber ler um mapa. O principal objetivo deste artigo é analisar se as escolas de Itapuranga - GO tem os meios técnicos precisos para ministrar as aulas de geoprocessamento no ensino de Geografia para o ensino médio.

Palavras-chave: Ensino, cartografia, tecnologias, Itapuranga

Introdução

A análise do ensino de geoprocessamento abrange várias áreas afins, tais como a cartografia e o sensoriamento remoto. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) normatizam que todos os professores necessitam de auxílio tecnológico para a aplicação do geoprocessamento no desenvolvimento das atividades escolares. A cartografia é a ciência que promove a representação da superfície terrestre através de mapas, cartas ou plantas. Sensoriamento Remoto é a técnica de representação de um determinado espaço sem que haja contato físico.

Para que exista uma prática mais ampla na aplicação das técnicas de geoprocessamento em determinado ambiente escolar é preciso além dos meios técnicos e o aperfeiçoamento profissional do professor para conduzir os processos de ensino em conjunto com os alunos, há também a necessidade de se criar políticas públicas educacionais que apresente o suporte necessário para se trabalhar com as novas tecnologias em salas de aula e/ou outros ambientes escolares. Nesse sentido existem vários meios, para que, tanto alunos quanto professores, através das metodologias de ensino possam ter uma melhor compreensão do objeto estudado, sobretudo quando se trata da leitura dos elementos espaciais contidos em um mapa. Segundo Awadallak (2008)

As constantes mudanças e o impacto das Novas Tecnologias têm produzido efeitos significativos na Educação, principalmente no que diz respeito aos métodos de ensino e de aprendizagem que vêm incorporando cada vez mais recursos tecnológicos no processo pedagógico. (AWADALLAK. 2008. p. 3)

Assim o objetivo principal deste trabalho é analisar se as escolas de Itapuranga - GO apresenta os meios técnicos e tecnológicos necessários para conduzir o processo de ensino-aprendizagem nas aulas que podem ser utilizadas a técnica do geoprocessamento na Geografia para o ensino médio.

Metodologia de Trabalho

A metodologia utilizada neste artigo é composta por pesquisas bibliografias abordando questões didáticas, cartográficas e de geoprocessamento que possa contribuir com as questões teóricas relativas ao tema; pesquisa de campo com visitas nas escolas da cidade de Itapuranga-GO; aplicação de um questionário nas escolas visitadas para levantamento de dados para que possamos alcançar o objetivo do trabalho; analisar a partir dos dados levantados as técnicas de geoprocessamento e as tecnologias que são utilizadas nas aulas de Geografia no ensino médio. O universo da pesquisa compreende a aplicação de questionário em 1 colégio público do município de Itapuranga (Colégio Estadual Deputado José Alves de Assis)

No que diz respeito à análise da pesquisa trabalhar-se-á tanto com os índices qualitativos quanto com os quantitativos, abordando aspectos que dizem respeito às técnicas estatísticas para analisar informações quantificáveis e também interpretaremos fatos para atribuir significados durante o processo da pesquisa. (FERNANDES, 2008).

Na abordagem qualitativa Severino (2007) destaca a sua importância quando considera os aspectos relacionados a vivência dos sujeitos, ou seja, suas experiências diárias. Uma vez que para o autor a abordagem qualitativa traz a condição de entender o sujeito em seu ambiente natural, seus valores, suas crenças, modo de vida.

No processo de busca para construção deste, não podemos deixar de lado a abordagem quantitativa, que quando associada a qualitativa nos propicia um olhar completo sobre a situação do problema encontrado. Essa abordagem para Severino (2007) proporciona uma formulação matemática revestida por uma lei científica, que descreve quantitativamente os sujeitos.

Resultados e Discussões

A cartografia no ensino básico tem como meta mostrar aos alunos uma visão da realidade com o meio virtual de um mapa, pois assim ele pode reconhecer e analisar o espaço geográfico. Segundo Francischett (2001) “As representações cartográficas estão embasadas na semiologia gráfica. A elas atribui-se a função de comunicação entre povos e civilizações e o entendimento cultural do espaço geográfico”. (FRANCISCHETT, 2001, p.3).

Assim, no processo de ensino de Geografia aplica-se métodos gráficos para aprender a leitura de mapas. Considerados como constituintes de um mapa, a legenda, o título, a orientação, a escala nos ajudam a compreender a mensagem do mapa, de tal modo o processo de aprendizagem deve ser feito de maneira continuada no intuito de construir no aluno a capacidade de analisar e observar as representações cartográficas.

Segundo Francischett (2001) a cartografia enquanto ciência precisa utilizar a linguagem de signos para estudar a imagem da realidade, para a implantação de linear, pontual e polígonos. Com estes métodos o aluno pode ter uma réplica da realidade em uma comunicação visual.

A cartografia se fortificou no século XX com a ocorrência da Segunda Guerra Mundial, sobretudo com a criação do programa de Associação Cartográfica Internacional (ACI) segundo Archela:

Os novos movimentos realizados na Cartografia teórica, resultaram em 1966, na primeira definição de Cartografia apresentada pela ACI, que passa a ser considerada como o conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas que intervêm a partir de resultados de observações diretas ou da exploração de uma documentação existente, tendo em vista a elaboração e a preparação de plantas, mapas e outras formas de expressão, assim como sua utilização. (ARCHELA, 2010 p.2)

Os mapas têm sido utilizados nos mais variados fins, nas aplicações ambientais, na gestão territorial e para as guerras. Os mapas ocupam representações de temas de natureza e da sociedade em estudo ambientais. Os mapas são utilizados nos livros didáticos e materiais específicos como os atlas. A cartografia é utilizada como auxílio didático na formação do aluno.

Os resultados e discussões apresentados referem-se ao ensino de geoprocessamento na escola de ensino médio em Itapuranga – GO onde foi aplicado o questionário para investigar quais as tecnologias trabalhadas com os alunos nas aulas de Geografia.

Numa primeira análise pode-se constatar que os alunos não têm compreensão do que é cartografia e nem tem um senso crítico para fazer uma leitura de mapa. No questionário perguntamos o que é cartografia e os alunos tiveram dificuldade de responder, pois aparentemente o estudo na área de cartografia demonstra dificuldades para ser ministrado por parte dos professores.

As perguntas realizadas foram.

1: O que é cartografia?

2: Já ouviu falar em GPS, imagens de Satélite? Para que eles servem?

3: Você sente dificuldades em aprender os conteúdos de cartografia nas aulas de Geografia?

Por que?

4: Quais as tecnologias que o professor utiliza para ministrar aulas de geoprocessamento\ cartografia? E quais importâncias destes aparelhos no ensino?

5: Você já usou o laboratório de informática da escola nas aulas de geografia? Menciona abaixo caso não exista. ()sim () não

De acordo com as respostas podemos afirmar que a maioria dos alunos estavam totalmente desinformados, justamente pelo fato de não responder corretamente as perguntas que foram direcionadas aos mesmos, o que é resultado de uma escassez deste conteúdo no ensino de Geografia.

Entretanto, a escola tem um laboratório de informática, porém nas aulas de Geografia ressalta-se que o docente não faz a utilização destes meios para o melhoramento do senso crítico do aluno.

Os efeitos nos indicam para um planejamento participativo voltado para a transformação da sociedade de classes, no sentido de torná-la mais justa e igualitária. O aluno deve ser levado a aprender, a criar e ser autônomo, onde possa ser um meio de expressão e libertação. Sendo assim, a educação deve cumprir sua função social auxiliando na integração e difusão de tecnologias, para que haja democratização do acesso ao conhecimento, na produção, na interpretação e na análise crítica destas, bem como de suas linguagens e consequências. (AWDALLAK. 2008. p. 3).

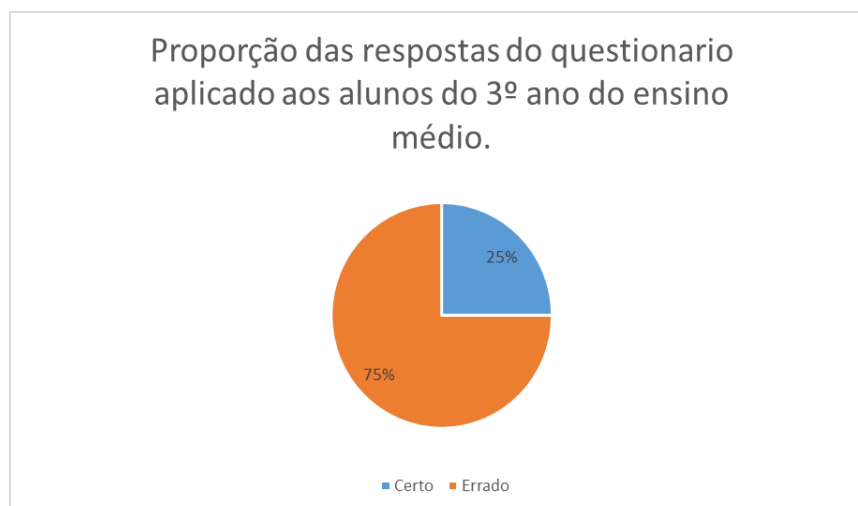
Segundo Awadallak (2008) a tecnologia proporciona o desenvolvimento da visão crítica dos alunos, de modo que a inserção desse instrumento dentro das aulas diariamente funciona como meio de libertação da expressão comunicativa dos alunos.

Os alunos não conseguiram responder o que é Sistema de Posicionamento Global (GPS) e as imagens de Satélite, tiveram como resposta apenas que sim e a minoria falaram que é para se localizar no espaço.

No gráfico 1 é demonstrado a porcentagem dos alunos do 3º ano do ensino médio com 16 alunos na sala de aula, que realmente sabem o que é cartografia sendo que 25% dos alunos souberam responder e 75% não conseguiram emitir opinião sobre a pergunta.

Os alunos do 3º ano que responderam as outras perguntas totalizam 18,8% considerando uma média muito fraca para uma sala de ensino médio, sendo que 81,2% não responderam o que se esperava como resposta para a questão.

Gráfico1 – Proporção das respostas do questionário aplicado aos alunos do 3º ano do ensino médio



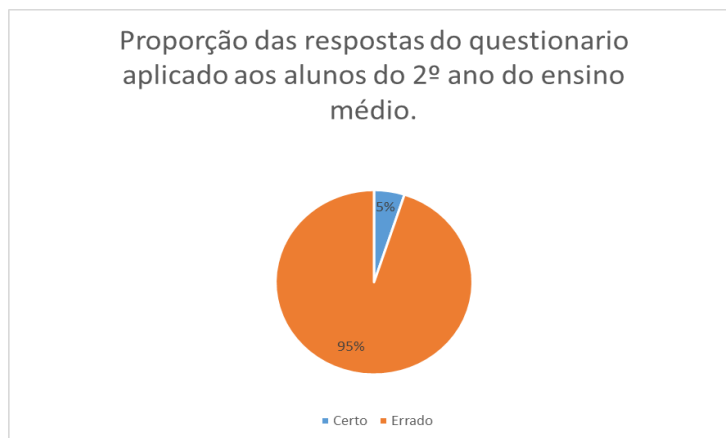
Fonte: BRAGA; GUIMARÃES. 2017

No 2º ano do ensino médio o questionário foi aplicado para 20 alunos, onde apenas 5% dos alunos responderam o que é cartografia e 95% responderam incorreta esta pergunta, ficando alarmante para o ensino aprendizado na escola que foi aplicado o questionário. No gráfico 2 mostra a grande diferença da porcentagem dos alunos que não souberam responder o que é cartografia. Segundo Souza e Rios (2009)

A cartografia hoje está voltada para além de uma técnica de representação voltada à leitura e a explicação do espaço geográfico, onde o aluno passa a ser orientado a desenvolver uma consciência crítica em relação ao mapeamento que estará realizando em sala de aula, sendo que o discente deixou de ser visto como um mapeador, mecânico para ser um mapeador, consciente, de um leitor passivo para um leitor crítico dos mapas. (SOUZA e RIOS. 2009. p. 4)

No gráfico a seguir, a parte azul representa os alunos que conseguiram responder o questionário corretamente. E a cor laranja representa os que responderam incorretamente.

Gráfico 2 – Proporção das respostas do questionário aplicado aos alunos do 2º ano do ensino médio



Fonte: BRAGA; GUIMARÃES, 2017

Na pesquisa realizada no Colégio Deputado José Alves de Assis conclui-se que na escola tem laboratório de informática, porém não fazem uso do mesmo. 100% dos alunos relataram que as aulas no laboratório seriam muito importante para as aulas de Geografia e principalmente na área de cartografia. Os alunos destacaram que a utilização dos aparelhos eletrônicos seria muito mais fácil para a construção do aprendizado dos mesmos.

O ensino nos níveis de ensino fundamental, e médio, é sumariamente importante para despertar a percepção espacial, proporcionando a criança, o entendimento sobre o espaço, físico que habita, sendo papel do professor de geografia, criar situações que estimule a criança a compreender, o contexto em que vive, sendo para isso, é fundamental trabalhar na perspectiva do próprio aluno, sendo que os livros didáticos de geografia são insuficientes para a compreensão, e interpretação do espaço em que vive, pois construir um mapa para ilustrar, ruas para traçar melhor o caminho são ações que fazem parte do cotidiano de grande parte da sociedade. (SOUZA e RIOS. 2009, p. 5).

As questões realizadas na escola mostraram que os alunos não têm o conhecimento do que é ou para que serve a cartografia. Apenas conseguiram destacar que a cartografia tem relação com mapas, o que demonstra uma certa insuficiência nesta área dentro da amostragem destacada nesta pesquisa.

Considerações Finais

Os resultados deste artigo mostram que os docentes não sabem o que é cartografia e para que serve. A análise mostra que a instituição não consegue aplicar o conteúdo para os alunos corretamente. Nesta situação os gestores e os professores têm que tomar decisões rápidas para o melhoramento desta situação. Assim a contribuição dos professores de geografia para o ensino pode despertar o interesse dos alunos nas aulas de geografia e com meios técnicos para as aulas de cartografia.

Os professores podem fazer um curso avançando seus conhecimentos nesta área importante da geografia que estão deixando de trabalhar por falta de aperfeiçoamento ou interesse no conteúdo para ser ensinado.

Referências

AWADALLAK, J.A.M.S. Sistema da Informação Geográfica (SIG) como ferramenta de apoio no ensino de Geografia. 2008, p. 1-18. Disponível em:<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2381-8.pdf>>. Acesso em: 28 Mar.2012.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Geografia/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/ SEF, 1998. p. 76-89. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Geografia.pdf>> Acesso em: 28 Mar. 2012.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A Cartografia no Ensino de Geografia: a aprendizagem mediada. 2001.

ARCHELA, Rosely Sampaio; ARCHELA, Edison. Correntes da cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa. GEOGRAFIA (Londrina), v. 11, n. 2, p. 161-170, 2010.

SEVERINO, antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

FERNANDES, Ivoni de Souza. Metodologias para trabalhos científicos. Rio de Janeiro, Deescubra, 2008.

PRÁTICAS DE ENSINO E O ESPAÇO ESCOLAR PELA GEOGRAFIA

Gustavo Araújo de Carvalho
Universidade Federal de Goiás – Campus Regional Jataí
guttodecarvalho@yahoo.com.br

Arnaldo Ferreira de Araújo Filho
Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal FACIP/UFU
arnaldocicone@hotmail.com

Natalli Adriane Rodrigues de Souza
Universidade Federal de Goiás – Campus Regional Jataí
guttodecarvalho@yahoo.com.br

Resumo: O ensino de Geografia é uma das necessidades a serem discutidas nos dias atuais, para tanto, devemos pensar nos processos que levam este ensino a praticidade. As práticas estão relacionadas ao ensino superior, porém elas atendem diretamente no ensino básico, fazendo com que ocorra a aproximação entre Universidade e Escola, além da teoria e prática, sendo assim, este artigo busca na elucidação das dinâmicas práticas que permeiam parte da Geografia que envolve o ensino superior.

Palavras Chave: Geografia, ensino, práticas, escola.

INTRODUÇÃO

No ensino de geografia têm-se a necessidade de discutir a categoria de análise Espaço Geográfico. Segundo SILVA, GOMES, et. al (2015, p. 3) “O ensino da geografia torna-se necessário inserir os alunos a compreender as dinâmicas espaciais e entender suas contradições, fragmentações e dimensões territoriais do meio em que se encontram”.

Torna-se importante trazer esse debate para que se tenha uma solidificação do processo constituinte da ciência geográfica, a formação cidadã, o que é percebido nas realidades escolares são somente vivenciadas a partir do Estágio e ou poucos projetos que se dedicam ao espaço escolar. Para que se faça entender brevemente essa relação entre o espaço escolar e a Geografia, alguns autores de renome como David Harvey (2012), Henri Lefebvre (2006), Roberto Lobato Corrêa (1998) Milton Santos (1994, 1996) entre outros que tratam a temática espaço.

O espaço é produto de uma expressão social, que é moldado pelas dinamicidades, formando então dimensões reais sobre o cotidiano vivido. De acordo com Santos (1994) o espaço é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, onde os sistemas de objetos são representados pelos fixos, sendo eles as infraestruturas urbanas; e os sistemas de ações são representados pelos fluxos, pelas relações sociais que são estabelecidas. O espaço geográfico é o resultado das relações que nele acontecem. Relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Os diversos autores estudados demonstraram estas relações. A força que move relações é a ação humana impregnada de interesses históricos, culturais e de poder.

Deve ser pensando na escola como um espaço Geográfico, formando por sujeitos em construção do conhecimento, e outros que intervêm nessa construção, ou seja, uma dimensão espacial que propicia a troca de vivências e experiências.

É habitual da Geografia trabalhar com questões relacionadas a localização, situação espacial, cartografia dentre outros aspectos e temáticas que são de sua responsabilidade, além de a geografia tem por objetivo proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e

racional, do caráter variável da superfície da terra. Porém, devemos abrir portas para uma ciência que possa ser interdisciplinar, e que coopere para o rendimento não só dos alunos como também para o aprimoramento do espaço escolar. Esse momento deve surgir enquanto o observador é capaz de notar as fragilidades do espaço de ensino diante da formação do conhecimento.

Esse processo de formação do conhecimento contribui fortemente para a boa qualidade do espaço de escolar, onde o mesmo é capaz de possibilitar uma contextualização entre o sujeito que o observa (estagiário), para o sujeito que compreende uma gama de pontos de vista. O que pode ser oferecido como professores de Geografia, é um engendramento de ideias junto a Geografia que é uma ciência para a vida cotidiana, onde podemos contribuir em meio a extensa pluralidade de escolhas sociais que ocorrem diante da realidade espacial escolar.

Quando os alunos tornam-se um sujeito capaz de contribuir para o espaço que o mesmo esteja inserido, a Geografia lado a lado com o espaço escolar criam metas que possam mediar uma ligação entre o conhecimento e o desenvolvimento, para que o ambiente escolar e o aluno estejam constantemente interligados por meio de aspectos sociais, culturais e até mesmo a nível pessoal.

Por meio destas realidades que são aprimoradas diante do espaço escolar, podemos entender que a Geografia é uma ciência que contribui para o desenvolvimento das habilidades e das possíveis capacidades do aluno. De acordo com Cavalcanti, 2012 “a Geografia escolar lida com os conhecimentos sobre o espaço, visando ao raciocínio espacial, necessário ao exercício da cidadania”, podemos ver claramente a relevância sobre a importância do ensino de conceitos e sua aplicabilidade diante a dimensão do espaço vivido.

Neste artigo, encontram-se análises e reflexões sobre o processo de ensino aliado do Estágio Supervisionado e a aproximação da sala de aula, pautando a importância do ambiente escolar.

O ESTÁGIO COMO MEDIADOR ENTRE LICENCIANDO E ESPAÇO DE ENSINO

O Estágio constitui-se como uma disciplina que possibilita o aluno vivenciar a prática à docência, por meio de observação e atuação no ambiente escolar. Através desta aproximação dos alunos licenciados e o campo de ensino, podemos ver que os mesmos voltam a Universidade com um maior número de questões problematizadoras, ou seja, conhecem parte da realidade estabelecidas pela capacidade analítica e crítica do aluno. Para entender a contribuição desta aproximação Pimenta & Lima (2009 p.76) onde afirma que, “O estágio realizado com pesquisa e como pesquisa contribui para uma formação de melhor qualidade de professores e pedagogos”.

Hoje como Geógrafo licenciado, posso perceber que o estágio nos revela um campo de ensino que é diferente das teorias aplicadas em sala de aula, talvez seja pelo distanciamento que se encontram teoria e prática, porém quando se observa o espaço nos revela verdades que podem ser trabalhadas em diversas situações, portanto o estágio vem com essa proposta, revelar parte de um todo remodelando uma perspectiva diferente das que são reveladas por grande parte das teorias apresentadas no espaço universitário. O estágio nesse momento surge como um agente norteador, que contribui para a formação de profissional que aprenda a lidar com as realidades existentes, e que não aplique somente práticas “engessadas” mas que crie agentes críticos e que possam de fato refletir diante o espaço em que esteja inserido.

Outro fator que pode ser percebido após a prática do estágio é a visão dos alunos diante a valorização da profissão docente, onde muitos conhecem a realidade do profissional perante a sociedade, direcionando suas práticas, confrontando opiniões e outros saberes que envolvem a multiplicidade que compõe o ambiente escolar e suas finalidades.

Para que o Estágio Supervisionado tenha bons resultados, é necessário que tenha como supervisão um professor que propicie a criticidade e a reflexão dos alunos estagiários, é preciso ter conhecimento das possibilidades e os limites que envolvem todas as indagações que envolvam o processo de ensino escolar, além de interesse por parte do licenciando em trabalhar com o ensino,

levando em consideração todos os fatores – econômicos, sociais – que exprimem o contrário para o professor.

Traça uma meta em relação ao contexto escolar, a valorização do espaço de vivência dos alunos dentro da sala de aula. A partir desse contexto a teoria é um dos alicerces a seres utilizados, pois é um dos instrumentos que facilitam o processo de investigação. O estágio dentro das atividades curriculares não deve ser entendido como apenas uma disciplina a ser aprovado, deve ser compreendido como uma articulação matricial entre Universidade e Escola, entre Licenciando e Professor, exigindo constantes atualizações.

As formas como o licenciando atua diante o estágio depende da dedicação que o mesmo realiza dentro da graduação, isso pode variar de acordo com a grade curricular, algumas trabalham com a formação das titulações Bacharel e Licenciatura, fazendo com que muitos que decidem ser bacharéis não empenham em realizar atividades didáticas nos momentos dedicados ao espaço escolar. Segundo Oliveira & Pontuschka (2007, p. 119) “Que aprendizagem prática tem um estagiário tradicional, além da confirmação do mito da desnecessidade do estágio?” Diante do espaço na Universidade ainda encontramos alguns discursos afirmando a mínima necessidade do estágio na licenciatura, não veem que o estágio constitui de algo que podemos denominar construção de um conhecimento a partir das teorias, Passini (2007, p.34) afirma que “a construção do conhecimento em rede que ocorre na escola desafia os sujeitos e nos faz perceber outros ângulos do nosso trabalho, o da negociação e o da importância de saber trabalhar com os pontos de conflito e tensão”.

Os Estágios funcionam como um revelador da prática docente, onde em muitas Universidades ele se divide em várias disciplinas que estimulam a leitura de teorias que envolvem o ensino e a aproximação do ambiente escolar, além do levantamento bibliográfico que faz com que o aluno possa refletir sobre o campo de ensino.

PROJETOS QUE ENALTECEM O ENSINO DE GEOGRAFIA

Como sabido, o ensino de geografia por vezes é deixado de lado, assim como outras ciências sociais e da natureza. Neste sentido, de acordo com as possibilidades da instituição de ensino e do próprio professor, realizar atividades de diferentes modos além do tradicional quadro e giz.

A geografia se preocupa em abordar temas que vão para além das categorias e conceitos geográfico, ela se preocupa no ensino fragmentado do mundo, contendo temas e itens teóricos isolados da geografia. Por este motivo a geografia trabalha com a interdisciplinaridade, e com temas auxiliados por outras áreas de conhecimentos, ofertadas por outras disciplinas. De acordo com SILVA, GOMES, et. al (2015), as práticas de ensino

utilizam-se da exposição dos temas com a realização de trabalho, leitura, pesquisas e registros dos conteúdos, fazendo com que os alunos observem e percebam o meio natural e o espaço geográfico. Mas, existem critérios de seleção para os conteúdos a serem apresentados em sala de aula sempre levando em consideração a formação social e intelectual do aluno (SILVA, GOMES, Et. al 2015, p. 3)

Levando em conta que, um dos objetivos do ensino da geografia é inserir o aluno nas dinâmicas socioespaciais, para que possam compreender as contradições no contexto no qual estão inseridos, desvendando como a desigualdade que está presente em seu cotidiano que, a princípio, está mascarada e necessita de uma análise mais detalhada para chegar a uma possível compreensão das relações do espaço geográfico, que se encontra globalizado, que existe e se faz presente. Neste sentido, o trabalho de campo é uma importante ferramenta de reconhecimento da área de estudo. O trabalho de campo para não ser somente um empirismo, deve articular-se a formação teórica que é, ela também. Indispensável (Yves de Lacoste, 1985).

De acordo com Souza e Pereira o trabalho de campo é entendido como toda e qualquer atividade investigativa e exploratória que ocorre fora do ambiente escolar, é um tipo de atividade que é na maioria das vezes muito bem aceita pelos alunos, em função da possibilidade de sair da rotina escolar de sala de aula, e é um instrumento didático importante no ensino de Geografia, uma ciência que se encarrega de explicar os fenômenos resultantes da relação sociedade/espço

Segundo Canpiani e Carneiro (1993, p. 90) o trabalho de campo desempenha na prática educativa quatro funções:

Ilustrativa, cujo objetivo é ilustrar os vários conceitos vistos nas salas de aula; motivadora, onde o objetivo é motivar o aluno a estudar determinado tema; treinadora, que visa a orientar a execução de uma habilidade técnica; e geradora de problemas, que visa orientar o aluno para resolver ou propor um problema (COMPIANI e CARNEIRO 1993, p. 90).

De acordo com Figueiredo e Silva (2009, p. 2) o trabalho de campo em Geografia tem sido um instrumento metodológico que envolve e motiva, agregando teoria e prática e ainda é possível avaliar se as atividades desenvolvidas em sala proporcionaram mudanças nos que participam desse processo, pois é através desse contato real no campo, que se estabelecem relações no que é observado.

Os projetos desenvolvidos que unem Universidade e Escola criam oportunidades em oferecer conteúdos que valorizam a realidade concreta do aluno, considerar que o aluno possui uma vasta carga de conhecimento é uma importante capacidade da Geografia, oferecendo um grande passo para a consolidação de um ensino crítico que envolve uma educação Geográfica. Para que esse aluno crítico seja concebido, desenvolvemos novas metodologias que superassem um modelo de ensino tradicional, e até mesmo viabilizasse a superação desse modelo, ajudando até mesmo a entender o papel da Geografia que é a investigação in loco.

Diante do exposto, pode ser percebido que o trabalho de campo é de fundamental importância para o bom entendimento do aluno, assim como o reconhecimento da dialética cotidiana. Visto que o o objetivo do trabalho de campo é ilustrar a teoria que foi ou será vista em sala de aula, a fim de relacionar a teoria com a prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que possamos entender o ensino de Geografia, devemos pensar nas práticas que são exercidas dentro do ensino superior, pois é por meio delas que nós professores de Geografia, aprenderemos a lidar com o espaço escolar, buscando contribuir para a formação do senso crítico dos diversos alunos.

O que podemos nesse momento concluir, é que no ensino superior deve ser ampliado as dinâmicas sobre a prática, deixando com que o ensino de Geografia torne algo que esteja intimamente ligado com o cotidiano do aluno, propiciando interações que vão além dos muros da escola, que esteja interligado com todos os espaços de vivência do mesmo.

Entendemos que o movimento que envolve o ensino de Geografia deve ser capaz de construir a reflexões críticas que possam ser fundamentadas na vivência, alimentada pela experiência, surgindo novos espaços de construção para novos conhecimentos, novas praticas e metodologias, integrando os diferentes saberes que envolvem a Universidade e a escola de ensino regular e ou especial.

REFERÊNCIAS

COMPIANI, M. e CARNEIRO C. D. R. **Investigaciones y experiencias educativas: Os Papeis didáticos das excursões geológicas.** Ensenanza de las Ciencias de la Tierra, p 90-97, 1993.

FIGUEIREDO, V. S.; SILVA, G. S. C. **A importância da aula de campo na prática em geografia.** Disponível em:< <http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20%2810%29.pdf>> Acessado em 05-07-2017

LACOSTE, Yves. **"A Pesquisa e o trabalho de Campo"** *Seleção de textos 11.* Co-edicao AGBSP/ AGB nacional. Sao Paulo, 1985. p.01-23.

OLIVEIRA, C. D. M. de. O; PONTUSCKHA, N. N. **Repensando e refazendo uma prática de estágio no ensino de geografia.** In: VESENTINI, J. W. (Org.). *Geografia e ensino: textos críticos.* Campinas, SP: Papirus, 2007. p. 117-133.

PASSINI, E. Y. **Convite para inventar um novo pensar.** In: PASSINI, E. Y.; PASSINI, R.; MALYSZ, S. T. (Orgs). **Prática de Ensino de Geografia e o estágio supervisionado.** 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009

SILVA, R. D. L.; GOMES, E. M. et. al. **O ensino da geografia e a prática docente.** Disponível em: <www.seer.ufal.br/index.php/cipar/article/viewFile/1993/1491> Acessado em: 06-07-2017

SOUZA, J. C.; PEREIRA, R. M. **Uma reflexão acerca da importancia do trabalho de campo e sua aplicabilidade no ensino de geografia.** Disponível em:< https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/uma_reflexao_acerca_da_importancia_do_trabalho_de_campo.pdf> Acessado em: 03-07-2017.

PROPOSTA DE CARTOGRAFIA AMBIENTAL PARA O ESTADO DE GOIÁS

Carolina dos Santos Camargos
Mestranda em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos
carolcamargos03@gmail.com

Diego Péricles Rodrigues de Sousa
Mestrando em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos
diegorodsousa@gmail.com

Laira Cândida da Costa
Mestranda em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos
lalynhah2@gmail.com

Warly Arthur Borges Aquino
Mestrando em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, Campus Morrinhos
warly_borges@hotmail.com

Resumo: O objetivo do trabalho é propor uma cartografia ambiental para esse estado, com a fusão de seis mapas temáticos do estado: Cobertura e Uso da terra, Área de uso restrito, Área irrigada por pivôs centrais, Hidrogeologia, Produção agrícola - grãos 2012 e Densidade Demográfica – 2010. A escolha foi baseada na ideia de que esses temas são possíveis de serem fundidos, e ainda facilitam a ideia de unir o fator ambiental ao social, ponto balizador da Cartografia Ambiental, visto que o homem faz parte e modifica o ambiente, propondo assim um mapa de síntese.

Palavras-chave: Mapa de síntese, Cartografia Ambiental, mapas temáticos

INTRODUÇÃO

Os processos de degradação ambiental vieram acompanhados de desigualdades sociais e econômicas, o que contribuiu para o aparecimento de problemas climáticos principalmente em micro e meso escala, perda da biodiversidade incluindo a fauna e flora e a depredação e poluição dos recursos naturais. E, atualmente, os problemas que se fazem sentir na sociedade contemporânea vão desde a diminuição na quantidade e, o que é pouco falado, na escassez da qualidade de água doce disponível para consumo humano, ao colapso no setor energético, o qual dispõe de um modelo obsoleto para o momento social em que nos encontramos. Essas problemáticas encontram-se associadas à cultura do desperdício e consumismo que vem se arrastando com o modo de produção capitalista.

Tais problemas sociais atrelados aos recursos naturais e uma gestão ambiental deficiente têm sido alvo constante de diversas discussões. O momento de vigília e alarme tem como suporte o forte papel da mídia, principalmente a televisiva e impressa, com o auxílio de especialistas que tentam explicar o momento em curso e sensibilizar a população a adotar hábitos conscientes. Martinelli explica de maneira didática que

A avaliação dos problemas ambientais deve ser assim, feita considerando-se um modo de produção, uma formação econômica e social. Pois o desencadeamento de tal problemática se dá por conta dos processos sociais, através dos quais a sociedade viabiliza acesso e uso dos recursos naturais. (MARTINELLI, 1994)

Neste sentido, a Geografia se apresenta como uma ciência capaz de estudar, analisar e compreender o a dinâmica homem, sociedade e seu entorno. “O homem não só está envolvido pelos objetos e ações, mas envolve-se com eles, numa integração conflitiva” (SUERTEGARAY, 2004, p. 116).

Pensar no ambiente então, significou abranger o homem e suas relações sociais, em uma espécie de coletivismo “a análise do ambiente exige compreensão das práticas sociais, das ideologias e das culturas envolvidas. (SUERTEGARAY, 2004, p. 117).

Dessa forma, a Cartografia Ambiental se apresenta como uma ferramenta de grande importância, no mapeamento das problemáticas apresentadas. A representação gráfica como linguagem de comunicação visual de caráter monossêmico (tem apenas um significado) não pode ficar alheia a este movimento, porquanto pode participar dele mediante mapas. (MARTINELLI, M. 2006. p. 232).

A cartografia ambiental é um tipo de cartografia sintética que tem como objetivo integrar todos fatores ecológicos possíveis (físicos, biológicos, antrópicos) e de obter uma representação cartográfica sintética e única do ambiente (Ozenda, 1974, 1975 e 1986). É uma cartografia de síntese, que implica no resultado de uma série de análises com características específicas. Martinelli (2003) argumenta que

A Cartografia de síntese concebe mapas ditos de síntese. Eles não trazem mais elementos em superposição ou justaposição como os mapas analíticos, mas sim a fusão deles em “tipos” – unidades taxonômicas. Estas agrupam, lugares caracterizados por agrupamentos de atributos ou variáveis. (MARTINELLI, 2003, p.131).

O mapa de síntese é na realidade a fusão de mapas analíticos em conjuntos espaciais característicos, que dão a dinâmica necessária à cartografia ambiental, permitindo a compreensão e a visualização da dinâmica do meio ambiente. (ARCHELA, R.; BARROS, O.; BENADUCE, G. 2002). Consequentemente, a síntese se comporia de conjuntos materiais característicos, em que o mapa do ambiente ressaltaria agrupamentos de espaços definidos por agrupamentos de atributos ou variáveis. (MACEDO M.; OLIVEIRA. A, 2012). Desta síntese surgiu a ideia de propor uma cartografia ambiental para Goiás.

O objetivo do trabalho é propor uma cartografia ambiental para esse estado, com a fusão de seis mapas temáticos do estado: Cobertura e Uso da terra, Área de uso restrito, Área irrigada por pivôs centrais, Hidrogeologia, Produção agrícola - grãos 2012 e Densidade Demográfica – 2010. A escolha foi baseada na ideia de que esses temas são possíveis de serem fundidos, e ainda facilitam a ideia de unir o fator ambiental ao social, ponto balizador da Cartografia Ambiental, visto que o homem faz parte e modifica o ambiente, propondo assim um mapa ambiental.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

De acordo com Suertegaray, (2004): hora o homem é visto como parte da natureza, um elemento natural, hora apesar de não deixar de ser um ser natural deste planeta é visto como ser extrínseco à natureza, o que acaba por gerar um conflito: divergências que criaram o “ambiente” propício e fecundo para discussões em busca de delimitações - definições ou não para a Geografia e seus profissionais. Até mesmo podendo ainda nos apoiar em Suertegaray, que diz, “Sobre a questão ambiental, outras reflexões são, em meu entendimento, significativas. Estas dizem respeito às conexões entre a geografia física, a concepção de natureza e de ambiente. Área, categoria e conceito imbricados na dimensão ambiental” (SUERTEGARAY, D.M.A, 2004).

Em um mundo que se produz e reproduz pela natureza e pela modificação da mesma no sentido mais literal, discutir a natureza e a questão ambiental, por mais longo ou indefinido que esse debate seja, requer a presença ainda que mínima da geografia, justificada pelo fato do conceito de natureza ser tratado historicamente pela ciência geográfica.

Muitas são as propostas metodológicas para a cartografia ambiental, tendo todas elas um caráter estratificado em que na maioria propõe análises progressiva, estabelecida por níveis, como exemplo pode tomar a proposta de Journaux (1975; 1985), que propõe três níveis que perpassam por análises simples as mais complexas: I – mapa de análise (cartografia dos elementos e processos simples); II – mapa de síntese (cartografa a associação de elementos ou de processos para definir sistemas); III – mapas de sensibilização (destinados a conscientização do estado do meio ambiente e sua dinâmica, possibilitando planejamento territorial e de outra ordem). No entanto ainda se estabelece a dúvida sobre o que seria uma cartografia de síntese. E podemos esclarecer ainda por meio de Martinelli que “na representação de síntese não podemos mais contar com a participação dos elementos considerados no nível analítico, e sim a fusão deles em conjuntos espaciais característicos. (...) agrupamentos de lugares definidos por agrupamentos de atributos ou variáveis” (MARTINELLI, 1994. p. 68). O mapa de síntese se estabelece de forma simplificada pela sobreposição de características e informações variadas que possam relacionar com outra a ponto de produzir uma informação pertinente a sociedade e ao ambiente. Nos permeares da cartografia ambiental deve ser ressaltada a importância da informática como ferramenta de grande auxílio que vigora na contemporaneidade, possibilitando o incremento de novos elementos e estabelecendo mais informações e relações (ARCHELA, S. R. *et al.* 2002).

É importante se atentar para o primordial da cartografia, que não somente se estabelece pelo representar dos elementos geográficos, se não utilizaríamos apenas fotografias, mas sim pelo reportarem destes elementos, a articulação que estes estabelecem e às mutações que estes sofrem ao longo do tempo, assim como cabe indicar também a questão polissêmica de alguns elementos como as imagens fotográficas que apresenta um variedade de significados, caso este não possuíssem título e legenda para que se possa inferir a objetividade da imagem. Portanto Entendemos que a cartografia ambiental ainda não atingiu a sua maturidade completa, não atingiu a sua sistematização por conta das variantes que estabelecem em seu contexto, porém cabe aos especialistas que se dedicam ao estudo e aperfeiçoamento desta cartografia, estabelecer de maneira clara uma visão mais despojada da cartografia, no intuito de estabelecer uma preparação segura para solucionar questões metodológicas da representação da realidade mutável que compõe o espaço geográfico ou se preferir o meio ambiente, ou somente ambiente (MARTINELLI, 1996).

É sobre esta cartografia moderna que fazemos nossa discussão de forma mais intrínseca abordando o âmbito de seus conceitos metodológicos as suas características e caráter. Adiante será explicitado todo o conteúdo desta proposta por meio do resultado prático, que é a proposição de uma cartografia ambiental para Goiás.

RESULTADOS

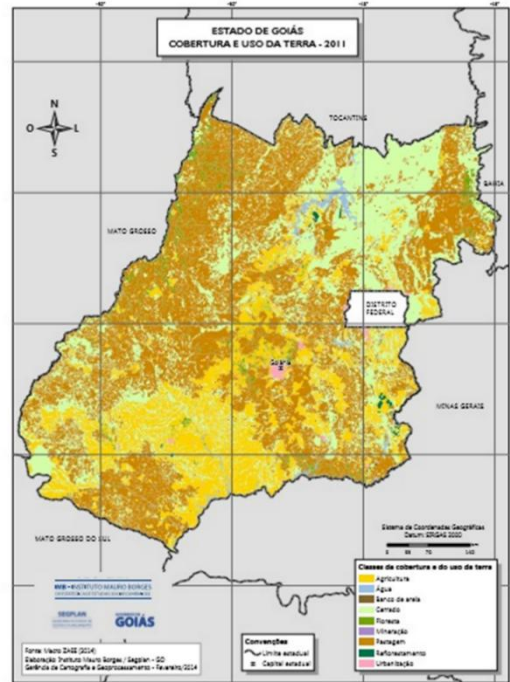
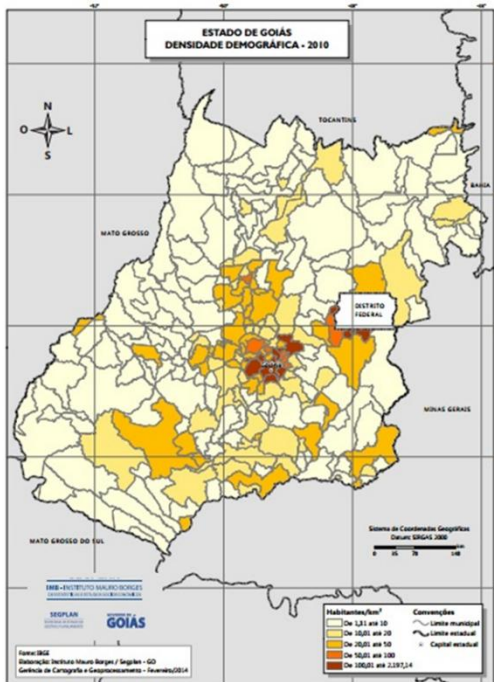
A preocupação com o meio ambiente tem sido alvo de diversos debates atualmente, sendo a representação gráfica não distante representada pelos mapas. Dessa forma busca-se substanciar a Cartografia Ambiental. É cada vez notório a indissociação da natureza/homem como fonte para compreensão desta nova proposta de cartografia, visto que se propõe fazer a fusão de dados da realidade no qual ambos é parte integrante. (Martinelli, p.232)

A aplicabilidade da Cartografia Ambiental requer que compreendemos de que forma ela possa contribuir ao planejamento e à gestão ambiental do estado de Goiás para tomada de decisões, no intuito de contribuir para detectar problemas atuais e erradicar problemas de ordem ambientais futuros. Os critérios estabelecidos aos procedimentos metodológicos são os seguintes: 1-Recorrer a

literatura de referência sobre Cartografia Ambiental sob o ponto de vista de diferentes autores; 2- Levantamento, tratamento e análise dos mapas analíticos embasados em Martinelli (2003); 3- Resultados e discussão dos mapas analíticos de: densidade demográfica, cobertura e uso da terra, produção de grãos, área irrigada de pivôs centrais, áreas de uso restrito.

Figura 01: Densidade Demográfica

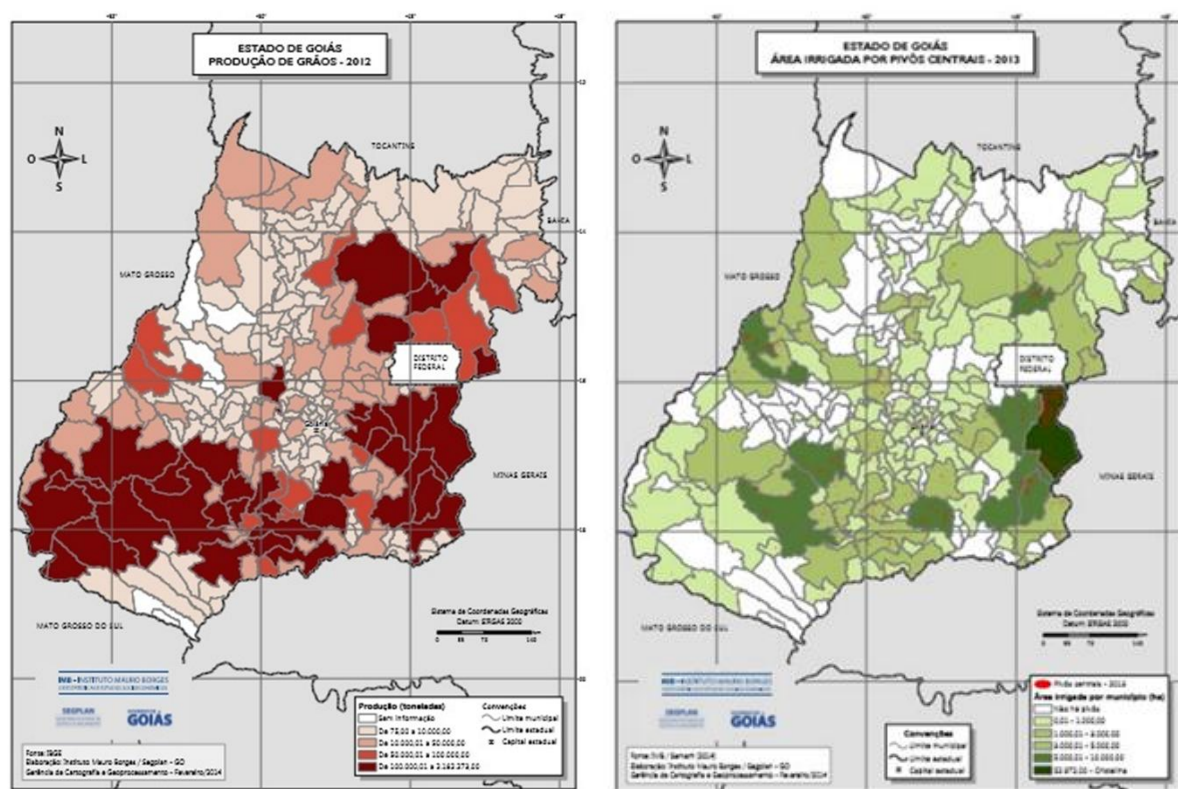
Figura 02: Cobertura e uso da terra



Fonte: SEGPLAN (Secretaria de Estado, Gestão e Planejamento, 2011)

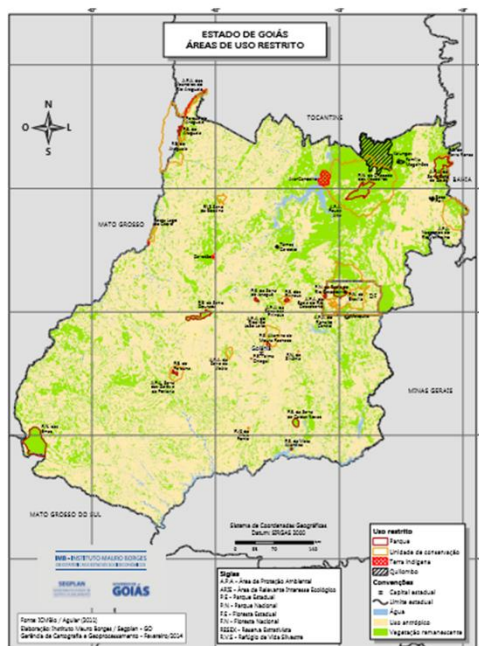
Figura 03: Produção de grãos

Figura 04: Área irrigada por pivôs centrais



Fonte: SEGPLAN (Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, 2011)

Figura 05: Áreas de uso restrito



Fonte: (SEGPLAN (Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, 2011)

Figura 06: Mapa de síntese/ambiental estado de Goiás



Fonte: CAMARGOS, C.; COSTA, L; RODRIGUES, D. 2016

Pela etapa de análise dos mapas, pode-se afirmar que as áreas de mapeamento definidas na escala de 1/1.500. 000 foram:

A1- Área de Interesse Econômico, que compreende a parte sul e leste do Estado de Goiás, aparece em uma representação que une a densidade populacional e atividade agrícola, mostrando que existe uma maior ou menor quantidade de habitantes conforme produção. Nota-se que se trata de uma área destinada à expansão ou fortalecimento potencial produtivo, com aptidão agrícola, com escassa cobertura vegetal, com uso irracional dos recursos hídricos e com alta predominância de tecnologia nestas terras destinadas a produção agrícola.

A2- Área de Remanescentes Florestais, com predominância ao norte do estado com baixo comprometimento às intervenções antrópicas. Observa-se área de preservação permanente, uso restrito e controlado das terras, incidência de conflitos sociais, questão política.

A3- Área Intermitente, que compreende parte central e oeste do estado, com evolução mediana às intervenções humanas. Esse dado mostra no mapa exatamente que a situação também é preocupante. Considera-se o elevado grau de vulnerabilidade natural, a implementação de tecnologia mais espaçada, porção do estado com baixa densidade demográfica, com uso de terras voltado para agropecuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe aqui ressaltar que este trabalho não tem por finalidade apresentar conclusões sobre nenhuma das questões que nortearam esse artigo sobre a concepção de uma Cartografia de Síntese segundo proposta de Martinelli (2003). O objetivo é apontar uma Cartografia que possa contribuir a aplicação de ações estratégicas, especificamente no âmbito ambiental do estado de Goiás. A importância de se conceber uma Cartografia Ambiental está pautada na direção de buscar elementos consistentes sob uma perspectiva atual condicionada a novos referenciais visando ao planejamento da realidade de interesse, para subsidiar ações estratégicas pela perspectiva ambiental.

REFERÊNCIAS

- ARCHELA, R. S. et al. Abordagem Metodológica para Cartografia Ambiental. **Geografia - revista do departamento de geociências**. Londrina, v. 11, n. 1, p. 57 - 65, jan./jun. 2002.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <https://www.embrapa.br/cerrados>. Acesso em 26 de outubro de 2016
- FREITAS. C.M; PORTO. M.F. Saúde, Ambiente e Sustentabilidade. Editora Fiocruz, 2010. 120p.
- MACEDO, M.; OLIVEIRA, A. Cartografia Ambiental e Pesquisa Interdisciplinar. In: SILVA, M.; PESQUERO, M.(Orgs). **Caminhos Interdisciplinares pelo Ambiente, História e Ensino: o Sul Goiano no contexto**. Uberlândia, 2012, p. 19-30.
- MARTINELLI, M. Cartografia Ambiental. In: **Boletim campo-grandense de Geografia**, 1. 1984. Campo Grande – MS. Associação dos geógrafos brasileiros – seção local Campo Grande, 1992. p. 5-14.
- MARTINELLI, M. Cartografia Temática: Caderno de mapas. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 20-25.
- MARTINELLI, M. Cartografia Ambiental: uma cartografia diferente. **Revista do departamento de Geografia - USP**. São Paulo, n. 7, p. 61-80, 1994.
- MARTINELLI, M. A Cartografia do meio ambiente: A cartografia de tudo? **10º Encontro nacional de geógrafos**. Recife, n. 1, p. 1- 10, Ago. 1996.
- MARTINELLI, M. Cartografia ambiental: que cartografia é essa? In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993. p. 232-242.
- MAURE, F.V. *Examples of Environmental Maps*, Instituto Geográfico Nacional, Madrid Spain
- OZENDA, P. La Cartographie Ecologique. Grenoble – França, n. 24, p.1-9. 1976.
- SALICHTCHEV, K. A. *Cartographic Communication: A Theoretical Survey*. In: TAYLOR, W. R. F. (ed.). **Graphic communication and design in contemporary cartography**. New York, John Wiley & Sons Ltda. v. 2, p. 11-36, 1983.
- TUAN, Yi-Fu. Ambigüidade nas atitudes para com o meio ambiente. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, 245 (33): 5-23, 1975.
- TUAN, Yi-Fu. (1983). Espaço e Lugar. São Paulo: Difel.
- SANTOS, M. Aceleração contemporânea tempo – mundo e espaço – mundo. In: **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico - científico informacional**. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 29-80.
- SANTOS, M. Metamorfose do espaço habitado. In: ELIAS, D; SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. Cap. 3, p. 37-44.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia física (?) Geografia ambiental (?) ou Geografia e ambiente.
In: MENDONÇA, F; Kozel, S. (Org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. 2ª ed. Curitiba: Editora UFPR, 2004. p. 111-120.

WOOD, Denis. *The power of maps*. New York: Guildford Press, 1992

RELIGIOSIDADE POPULAR CATÓLICA EM GOIÁS: ensaios preliminares

Rafael Ribeiro dos Santos

Acadêmico do curso de Geografia (3º período) da Universidade Estadual de Goiás,
Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas; Bolsista de Iniciação Científica do
CNPq
rafaeldossantosrrds.rrds@gmail.com

Maria Idelma Vieira D'Abadia

Pós-Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Professora do Programa de Pós-
Graduação em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado da Universidade Estadual de Goiás,
Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas. Professora e pesquisadora do Curso de
Geografia do mesmo campus
cerradocorumba@hotmail.com.

Resumo: Na busca de um sentido de conforto o homem passou a acreditar em um misticismo, como forma de referência e aconchego de seus problemas pré-eminentes. Crer significa confiar, dessa forma as pessoas passaram a “crer” nas religiões que foram se instaurando ao longo do tempo. A chegada da religião católica em Goiás deu-se séculos depois do processo de colonização do Brasil, mais precisamente no início do século XVIII, através dos bandeirantes, na instauração do processo minerador colonial. Com a difusão do catolicismo pelo estado, ocorreu o surgimento de diversos festejos religiosos, principalmente de padroeiros. Nesse sentido o presente artigo visa demonstrar as novas ressignificações da religiosidade popular católica em Goiás, a qual vem adquirindo um estilo próprio de devoção e de inferências na sociedade ao longo dos séculos.

Palavras-chave: Catolicismo – Cultura popular – Sagrado – Ressignificação

Introdução

A religião é um fenômeno que atravessa milênios ao longo da história da humanidade, estando presente desde o surgimento das primeiras civilizações. Desde esse período, percebe-se resquícios de atos realizados voltados às crenças, aos ritos e aos mitos, o que podemos concluir através de diferentes estudos realizados por vários pesquisadores, em sua maioria, arqueólogos e antropólogos.

Essas inúmeras manifestações primitivas nos levam a crer que o homem desde o seu surgimento se vê na necessidade da busca de forças místicas, as quais ocasionalmente o tornam menos suscetível às atrocidades do mundo e o fazem de certa forma expressar o que o mesmo “recebe” dessas forças. As necessidades de nossa existência nos obrigam, independente de crença ou não, a representar de alguma forma as coisas no meio das quais vivemos, sobre as quais a todo instante eloquamos juízos de valor, e que temos a necessidade de observar a nossa conduta (DURKHEIM, 1996). Talvez nem mesmo este ser tão evoluído e racional consegue entender e explicar o motivo da busca por um “conforto” em forças superiores, o que é verídico, é que essa constante procura por um ser supremo vem desde os nossos primórdios.

De acordo com Kovács (2007) a espiritualidade, ou seja, essa atividade religiosa que é inerente ao homem, é uma ação que visa à busca humana em direção a um sentido, a compreensão de um ser supremo (divindade), o que leva o ser humano a um sentimento de pertença maior do que o âmbito individual. Em sua maioria essa caminhada na busca deste ser onipotente parte de uma construção interior, uma possibilidade de uma vivência transcendental.

A religião gera a espiritualidade, ato este que é a exemplificação da crença, a demonstração da devoção a seres superiores, a verificação do divino agindo sobre o homem. Para Bonome (2010), tanto a religião, quanto a espiritualidade, apesar de se apresentarem como aspectos meramente contemplativos, elas estão intimamente ligadas com a ação humana na sociedade. Portanto, não existe uma espiritualidade propriamente dita sem que haja inferência direta do homem, afinal, esta ação/sentido esta intrinsecamente ligada à materialidade corpórea, uma vez que a expressão só é efetivada por meio do uso da figura física humana.

O processo de exposição do ato de crer vem alicerçado na questão da busca constante por uma compreensão do mundo para o indivíduo e de si para si. Desta forma, cabe uma reflexão sobre esse ato, será que realmente o homem através de forças divinas consegue obter todas as respostas? E como ele as percebe? Essas realmente são indagações que muitos tentam entender, poucos explicam, todavia, haverá sempre controvérsias quanto às respostas que são obtidas.

A Religião Católica no Brasil

Por meio do processo citado anteriormente, passa a ser perceptível a presença das manifestações religiosas nas mais diversas sociedades. No Brasil podemos perceber a ocorrência dessas manifestações, desde a implantação do processo de colonização pelos portugueses. Por meio das missões dos padres jesuítas, os quais tinham o objetivo de catequizar os povos do então território “descoberto”, e ao mesmo tempo realizar uma forma de dominação em relação a essas pessoas, inicialmente por meio de sua religião e posteriormente sobre outros aspectos.

Todavia, não podemos alegar a ausência de manifestações de cunho religioso no território pré-colonial, pois a religião se apresentava por meio das crenças da população indígena. Com a chegada do europeu, passou-se então a estabelecer o processo de transmissão dos saberes e práticas religiosas provenientes de vertentes cristãs, tendo como principal a religião católica. Nesse sentido, passou-se a utilizar da imposição do cristianismo sob as populações já existentes, negando as suas crenças, tradições e ritualidades.

O catolicismo foi e ainda é uma das vertentes religiosas mais difundidas em todo o mundo. No Brasil temos a predominância da população, mais de 120 milhões de brasileiros, como sendo adeptos a essa religião⁵. O processo de catequização dos povos brasileiros foi se expandindo em número de praticantes pelo país. Mesmo na contemporaneidade se apresentando como uma nação laica, o Brasil possui uma prática católica intensa e presente, não só na vida da população em si, mas das instituições em âmbito geral.

A Religião Católica em Goiás

O processo de ocupação do território do estado de Goiás, segundo D’Abadia (2014), se deu a partir da procura de riquezas minerais nas terras ainda não desbravadas, fato ocorrido por volta de 1722. Devemos recordar que o padroado régio era algo predominante no Estado português, dessa forma, havia assim a permissão para a igreja se instaurar em qualquer parte do seu território. Com isso, vemos a difusão do catolicismo no estado de Goiás por meio das Bandeiras, as quais eram acompanhadas pelos religiosos católicos, ou seja, a presença religiosa se deu oficialmente por esse processo. Assim, em cada local onde se instaurava a atividade mineradora, também era construído uma capela. Em suma, podemos dizer que essa atividade religiosa serviu como sustentação do processo da religiosidade brasileira.

⁵ Fonte: IBGE, Censo 2010. O número de adeptos ao catolicismo de acordo com os dados é de 123.280.172 seguidores. Informação. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP60>. Acesso em 26 de Junho de 2017.

Após a inserção das práticas religiosas em Goiás, vemos logo em seguida o surgimento das igrejas e consequentemente das festas e dos ritos, os quais são base fundamental da expressão do catolicismo, de modo que a partir desses festejos, os religiosos passam a expor a sua fé e a propagá-la para mais pessoas. Com a disseminação da fé católica, as pessoas então passaram a conhecer mais os dizeres e práticas da mesma, ocasionando então uma adesão a este processo. Sobre essas festas populares, D'Abadia e Silva (2014, p. 203) afirmam que:

A festa de padroeiro no Brasil, e mais tarde em Goiás, ganha relevo no sentido de estabelecer uma relação de proximidade e vínculo territorial dos santos aos territórios ocupados e organizados sob a perspectiva do reino de Portugal. Ela se constituiu por meio das práticas auríferas e agropastoris na ocupação do território e na organização de uma cultura religiosa de comemorações aos santos e padroeiros.

Todas essas manifestações da fé cristã tornam-se então aspectos da religiosidade de um povo, a qual a populariza cada vez mais. Passos (2002, p.176) alega que “a religiosidade popular não é um mero acervo histórico-cultural, mas sim expressão de vida. É um reflexo da ação das pessoas. Está circunscrita no cotidiano, na repetição, nas permanências e singularidades”. Ou seja, vai além de uma representação cultural, se caracteriza como uma expressão viva de sentidos e sentimentos de um povo; elucida uma existência e todo um simbolismo religioso.

Sobre essas festas, devemos destacar a importância e a representação que elas recebem do povo brasileiro, sobre esse aspecto Costa afirma que:

As festas religiosas são parte da cultura do povo brasileiro, um importante elemento na produção da identidade do brasileiro. Festar é a reprodução da vida, a construção de uma sociabilidade, do encontro, do prazer. Em metrópoles ou em pequenas cidades do interior do país, as festas persistem à estratégia capitalista de homogeneização das práticas culturais. Nessa relação entre o velho e o novo as festas persistem, mas transformam-se, uma vez que a cultura é uma prática socioespacial (COSTA, 2008, p. 66)

Dessa forma, estabelecendo uma representação do sagrado não só através da devoção tradicional, mas também a partir de aspectos comuns. Essas demonstrações vão desde um pronunciar o nome de um santo, ou até mesmo lembrar-se de conteúdos propriamente religiosos em meio a conversas, sendo assim, um ato involuntário. Essa dinâmica se dá especialmente em virtude de como a religião católica passou a ser algo onisciente na vida das pessoas, principalmente ao se tratar da linguagem, as expressões católicas tornaram-se recorrentes no vocabulário nacional, com destaque aos goianos.

A Ressignificação do Catolicismo

A partir dessa dinamização dos aspectos religiosos cabe uma análise das novas formas de interagir ou mesmo representar a sua crença. A qual com o passar do tempo foi sofrendo alterações e adaptações, mesmo muitos alegando que estas novas formas são incoerentes, elas não deixam de serem disseminadas e tão pouco de demonstrar a sensibilidade das pessoas frente às bases do sagrado e da espiritualidade.

A reflexão sobre o sagrado passa a ser indistinta de uma consideração do profano, ambos possuem as suas particularidades, mas que no momento do encontro por meio do homem agem num processo de trocas. Para Rosendahl (2002, p.27) a reflexão sobre o sagrado envolve a consideração do profano, a partir de então, mesmo um tendo aspectos de divindade e o outro não, eles passam a operar juntos naquilo que diz respeito aos festejos de caráter popular.

Torna-se impossível, assim como em diversos outros meios, pensar a questão da religiosidade como algo inato, o qual não é suscetível a mudanças. O processo de interações com o novo e o moderno, cujo qual altera e dinamiza, não significa que o ato de crer ficou esquecido, pelo contrário, ele só não se estrutura mais em suas raízes tradicionais, porém, isso não significa que este fora perdido, mas sim passou por um processo de novas ressignificações.

Até mesmo as demonstrações de fé vão se atualizando e se reinventando. Há pouco tempo era impossível se pensar na transmissão de programas e cultos religiosos pelas emissoras de televisão, todavia não só essa, mas também diferentes outras formas de propagação foram surgindo, tais como encontros espirituais, vocacionais, excursões, valoração das tradições, o meio virtual e os mega shows religiosos. Com isso podemos dizer que a dinâmica religiosa acompanhou e se inseriu no processo globalizatório dos veículos de comunicação em massa. A religião assim como diversos elementos da sociedade, após a Revolução Industrial⁶ passou por um processo de modernização, o qual propicia diferentes formas de interpretação. O novo se faz presente cada vez mais em nosso cotidiano.

Novas práticas religiosas vão sendo postas e incorporadas, dessa maneira, como alguém pode negar a força da fé de um praticante dessas novas demonstrações religiosas? E afinal, existe a maneira correta de se expressar a religião, algo tão íntimo e particular? A partir do momento em que há uma demonstração verdadeira daquilo que se quer expressar, e para quem realmente precisa perceber, não se pode criticar essas novas práticas de fé. Pois o intuito da religião não é ligar o homem com um ser divino e supremo, e que ao mesmo tempo é onipresente e onisciente? Então, não cabe aos demais indivíduos a prática do julgamento, pois quem faz o uso desses novos meios espirituais é que necessita estar consciente de suas ações frente o seu “Deus” supremo, ninguém mais.

Portanto, é de suma importância a análise e entendimento dos novos processos de demonstração da religiosidade, tendo em vista todas as particularidades e as novas interações que são estabelecidas entre o homem e o sagrado. Para Eliade (1992, p. 164) o homem religioso assume um modo de existência específico do mundo, um modo sempre reconhecível, sagrado, que transcende esse mundo. Por sua vez, também reconhecível nas manifestações religiosas celebradas em favor da vida. Passos (2002, p. 181) ressalta que:

Através das diversas manifestações, o povo conquista seu espaço, organiza-o e o recria. Sob muitos aspectos, é um meio de fazer valer seus valores, seus desejos e utopias. É uma forma que as camadas populares têm, para fazer valer sua história de vida.

Sendo assim, o homem age continuamente na busca pelo seu processo de afirmação, seja como indivíduo num meio ou como agente dominante de determinado local. Para que essa prática seja fortalecida, o mesmo carece de fatores que contribuirão para que ele consiga atingir seus objetivos, a religião sem sombra de dúvidas passa a ser um desses aspectos, talvez por isso tenhamos essa constante alteração em suas formas de se manifestar.

Atualmente, podemos alegar que a religião deixou de ser algo fechado para passar também por uma reestruturação em um contexto geral. Pode ser observado desde inferências políticas, econômicas e ideológicas, a até mesmo a necessidade de uma adaptação aos novos fiéis, os quais também passam por constantes mudanças. Com isso o caráter dito como opressor e fechado das igrejas, vem sendo gradativamente reformulado. Podemos então dizer que passamos por um

⁶ Caracterizou-se como um conjunto de mudanças ocorrido na Europa nos séculos XVIII e XIX e que se estendem até os dias atuais. Tendo como elemento fundamental a substituição da mão de obra pelas máquinas, esse processo ocasionou uma série de mudanças não somente nos meios de produção da época, mas em uma série de outras coisas, tal como a modernização da sociedade, o que se estende até os dias atuais e de uma forma significativa e ininterrupta.

momento em que a interação com o lado místico e com o sagrado, deixou de ser algo restrito. Assim o homem cria e recria, se instaura e modifica o espaço material, da mesma forma este o faz em relação ao espaço religioso, no caso o catolicismo, numa constante busca pelas ressignificações do sagrado.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Gilbraz S. **A religiosidade popular e a fé cristã**. Departamento de teologia da Universidade Católica de Pernambuco, ano 1. nº 1. Janeiro, 2002.

BONOME, José Roberto. **Cultura e Religião**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.

COSTA, Carmem Lúcia. As Festas e o Processo de Modernização do Território Goiano. **R. RA'E GA, Editora UFPR**, Curitiba, n. 16, p. 65-71, 2008.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira. **Diversidade e identidade religiosa**: uma leitura espacial dos padroeiros e seus festejos em Múquem, Abadiânia e Trindade – GO. Paco Editorial, Jundiaí – SP, 2014.

D'ABADIA, Maria Idelma Vieira; SILVA, Mary Anne Vieira. A Geografia e o Sagrado: festa de Nossa Senhora do Rosário em Goiás. **Ateliê Geográfico**, Goiânia-GO, v. 8, nº 3, p. 198-214, dez, 2014.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1ª edição, 1996.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo de 2010.

KOVÁCS, Maria Julia. Espiritualidade e Psicologia: cuidados compartilhados. **O Mundo da Saúde São Paulo**, São Paulo, nº 2, p. 246-255, abr/jun, 2007.

PASSOS, Mauro. O Catolicismo Popular. In: PASSOS, Mauro (org). **A Festa na Vida: significado e imagens**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, p. 165-190, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2ª edição, p. 27, 2002.

SARAIVA, Adriano Lopes. Religiosidade popular e festejos religiosos: aspectos da espacialidade de comunidades ribeirinhas de Porto Velho, Rondônia. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010.

RESISTÊNCIAS E PRÁTICAS SOCIAIS NO SERTÃO GOIANO – HISTÓRIAS DE LUTA PELO TERRITÓRIO E PELA IDENTIDADE

Ana Carolina de Oliveira Marques
Doutora em Geografia. Professora no curso de Geografia da Universidade Estadual de
Goiás/Campus Itapuranga
carol.geografia@hotmail.com

Luana Nunes Martins de Lima
Mestre em Geografia. Professora no curso de Geografia da Universidade Estadual de
Goiás/Campus Itapuranga
prof.luanunes@gmail.com

Valtuir Moreira da Silva
Doutor em História. Professor no curso de História da Universidade Estadual de
Goiás/Campus Itapuranga
valtuir.silva@ueg.br

Resumo: Os processos dialógicos entre a história e a geografia nos colocaram o desafio de, frente a tempos e espaços coexistentes no sertão goiano, tangenciar algumas das táticas de sujeitos e grupos sociais cujos territórios se encontram ameaçados. O princípio da diferenciação espacial e histórica, que rege os estudos nos dois campos do conhecimento, anuncia paisagens, sujeitos e enfrentamentos de naturezas distintas. Neste artigo, o enfoque se deu em segmentos sociais representativos de três modos de (re)existir no sertão: quilombolas, assentados de reforma agrária e agricultores familiares. Ver-se-á, num exercício de aproximação escalar, as demandas e táticas particulares desses grupos, cuja unidade se encontra na luta pelo território e pela identidade.

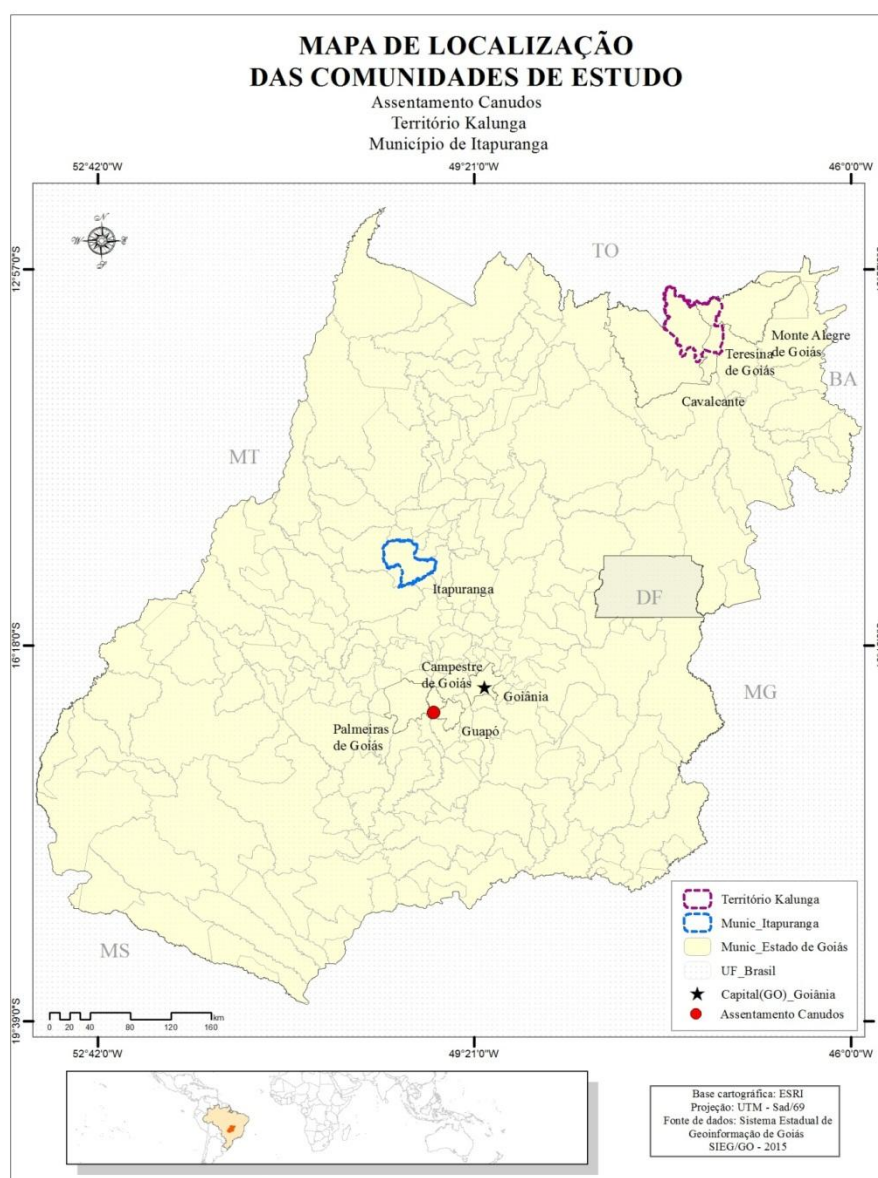
Palavras-chave: Resistências, Sertão Goiano, Território, Identidade.

Introdução

Este artigo resulta de um esforço coletivo de interpretação das múltiplas resistências que ecoam nas paisagens – também múltiplas – do sertão goiano. Três professores, entre estes duas geógrafas e um historiador, reuniram anotações de campo, impressões de pesquisa, dados e informações coletadas ao longo de suas trajetórias, com o objetivo comum de sinalizarem, a partir das experiências nos respectivos campos de estudos, elementos estruturantes das lutas travadas por povos minoritários na defesa de seus territórios.

Os processos dialógicos entre a história e a geografia colocaram o desafio interdisciplinar de correlacionar a luta travada por três segmentos sociais que (re)existem nesse espaço em disputa: as comunidades Kalunga, os trabalhadores Sem-Terra e um conjunto diversificado de sujeitos rurais – camponeses, lavradores, posseiros, agricultores familiares.

Como disse De Certeau (1997), o qual nos interpela para nos chamar a atenção de que o papel da construção do conhecimento histórico se conforma onde a vista alcança, deparamo-nos com formações territoriais cada vez mais complexas, que anunciam o debate da luta e das diversas representações de enfrentamento em trânsito na contemporaneidade. Logo, cartografar resistências edificadas sob diferentes *modus operandi* traduz não só uma iniciativa de compreensão da realidade, mas de intervenção social – ainda que seja restrita ao plano da representação. O artigo comporta três fragmentos de textos, à parte das considerações finais. No primeiro, problematizou-se as lutas travadas por trabalhadores rurais, das mais diversas autodenominações, na região do Rio Vermelho – com ênfase no município de Itapuranga. Em seguida, o texto volta-se ao contexto dos trabalhadores rurais Sem-Terra, cujas considerações se verticalizaram na realidade dos moradores do assentamento Canudos, em Palmeira de Goiás. Adentrou-se, por fim, ao universo quilombola, histórias e paisagens que sustentam tal identidade. As localizações das três comunidades de estudo estão representadas no seguinte mapa:



Cartografia digital: Ana Carolina de Oliveira Marques, 2016.

As três experiências de luta, representativas de três experiências de pesquisa que ocorrem, como se percebe no mapa, em contextos espaciais distintos, realizam –conforme as suas

particularidades de cada uma – um chamado à transformação social e à revisão do próprio estatuto científico.

1. Os trabalhadores rurais: saberes de suas lutas

Nesta paisagem da luta camponesa no Brasil encontramos os homens e mulheres em constante ação. Em toda a trajetória histórica, desde o processo de conquista português, iremos nos deparar com um processo de luta no campo, marcada por experiências de enfrentamento para manter-se na terra e por conquistas de novas áreas a partir da exploração de novas fronteiras.

No que concerne, aos trabalhadores rurais, aos quais reporto-me aqueles que se entenderam como tracionais. Explico. Tradicionais aqui não no sentido de serem os esquecidos, lidos com um viés preconceituoso, mas são representações de luta que aparecem mediadas pela igreja, sindicato, partido e outras instituições que nasceram em toda a trajetória do seu habitus, pensando em Bordieu ().

A partir destas observações mais gerais apresento um intenso processo de luta que se constituiu no município de Itapuranga-Goiás, ao qual os trabalhadores rurais produziram vivências que ainda persistem no processo organizativo em nossa contemporaneidade. Entrementes a este percurso, somos levados a entender que os trabalhadores rurais desta municipalidade conseguiu produzir uma reinvenção do que apreenderam em seu cotidiano de resistência.

Assim, ao fazermos um olhar mais atento de todo este processo vamos encontrar os trabalhadores produzindo a Associação dos Lavradores do Xixá, 1956, à qual pode ser lembrada como uma representação do que fora as ligas camponesas no nordeste. Isso mesmo, tal Associação trouxe consigo a possibilidade de inserir no seu processo de luta as demandas e sonhos dos trabalhadores.

Interessante que, trabalhadores aqui não somente do campo, mas iremos encontrar sujeitos que se integraram a tal entidade que não era, eminentemente, campesino, mas congregava companheiros que estavam na lide de pedreiro, serventes, estudantes e carpinteiros. Tudo para demonstrar que a associação servia como um elo de ligação de interesses e esperanças de um todo coletivo: os trabalhadores.

Evidente que a mobilização a partir da associação serviu como um processo de aprendizado, *costumes em comuns* (2002), lembrando de E. P Thompson. Saberes que ajudaram na intensa atividade da militância entre os seus pares, aos quais se encerrara com o golpe militar de 1964, porém, surgindo outras atividades da luta, com uma relação com este passado recente.

O que se percebe é que os trabalhadores rurais em Itapuranga procuram intensificar suas atividades cooperativas a partir do envolvimento nas atividades das comunidades eclesiais de base, se tornando mais evidentes com a chegada do Padre Ivo Polleto em Itapuranga, a partir de 1971, dentro do processo de implantação de uma igreja popular e em serviço do povo, como ansiou D. Tomás Balduino, bispo da Diocese de Goiás, desde 1967, quando iniciou o seu bispado.

A trajetória dos saberes entrecruzados, vida cotidiana, militância nas comunidades de base e o enfrentamento das diversas experiências de luta e representação que foram se constituído nesta paisagem de luta e resistência produzida cotidianamente. Os saberes socializados e apreendidos no processo de formação e informação que se envolviam levaram os trabalhadores para um intenso processo de produção de atividades que procuram enfrentar a exploração, modernização e individualização existente no mundo do trabalho.

Concernentes a tais capacidades organizativas vamos encontrar estes sujeitos sociais criando a Sociedade do Adubo, na Fazenda Laranjal I, quando os companheiros de produção da familiar se reunindo para comprar os insumos de forma coletiva, conseguindo fazer frente aos inúmeros intermediários capitalistas existentes na região.

Também fora perceptível que as entidades, organizações e instituições que irão nascer neste longo percurso, como as duas já citadas, levou um grupo de posseiros da Fazenda Córrego da Onça, conhecida como Maria Alves, enfrentar um intenso processo judicial e de resistência para na terra permanecerem. Lutaram 32 famílias contra o poder opressor da família Caiado na região, ao qual procurou de todas as formas expropriar suas terras.

Mobilização que se tornou mais um processo de saber socializado, principalmente após a manutenção destas famílias em suas terras, que por direito lhes pertenciam, pois exemplos temos de que muitas das 32 famílias já tinham, cerca de 25 anos, de trabalho efetivo, com fartura e sociabilidade, nesta propriedade.

Com mais este aprendizado sendo apreendido, outras lutas foram sendo intentadas não somente nesta municipalidade, mas ecoou tal vitória que o sentido de ocupação e resistência se materializou em outras regiões vizinhas, como no município de Goiás, nas Fazendas Estiva, Mosquito, São João da Lavrinha e dentre outras.

Este processo de saber sendo socializado e não exclusivo dos trabalhadores não fora único, pois neste percurso que intentamos demonstrar nasce o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Itapuranga, no ano de 1972, cujo processo fora paradoxal e também compreendido por muitos, mas que, serviu para legitimar o nascimento do mesmo. Porque afirmarmos tal paradoxo, uma vez que, o nascimento desta entidade estava relacionado com a expansão, via Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, Fetaeg, que tinha como seu representante legal um fazendeiro, Antonio Ferreira Bueno, demonstrando que tal entidade nascera não com o fito objetivo de lutar pela causa dos trabalhadores, mas deveria servir como um instrumento de cooptação dos mesmos.

No entanto, com suas experiências apreendidas nos embates vivenciados pelos trabalhadores rurais foi possível produzir uma oposição sindical que conseguira vencer e tomar a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ao final da década de 1970, culminando com a eleição de João Benfica.

Aprendizados que foram sendo acumulados, socializados e reinventados, como nos lembra Silva (2007), levando-nos para se conhecer mais atividades de cooperação que serviam para ajudar no processo de mobilização e luta dos trabalhadores. Assim nasce o Hospital do Sindicato, hoje Associação Popular de Saúde, em 1987, processo este que serviu para unir campo e cidade na lógica de luta dos trabalhadores.

Unir mesmo, pois foi o momento em que se presenciou uma relação muito próxima entre aqueles que viviam na luta no campo com aqueles que se encontravam na cidade, quer seja os meeiros, arrendatários, professores, médicos, profissionais liberais e servidores públicos que se uniram em prol de uma unidade hospitalar que estive a serviço de todos os trabalhadores.

Lutar sim, não somente para conquistas de espaços políticos, mas também por garantir o alimento da família cotidianamente, daí trouxeram consigo aprendizados dos companheiros de Anápolis, que se organizavam para compras coletivas dos mesmos. Aqui em Itapuranga reinventaram, criaram a Sociedade da Vaca, a qual ajudou na alimentação de inúmeras famílias, principalmente de camponeses que tinham sido expropriados de suas terras. Servindo como um instrumento de lembrar o trabalho coletivo do campo, não no mundo do trabalho, mas na produção do alimento do dia a dia.

Compravam uma vaca para o grupo e a repartiam com todos os companheiros que ajudaram no negócio, fazendo com que a dieta alimentar das famílias pudesse ser complementada com a carne todas as semanas. Com esta relação de proximidade, organizaram em tempos futuros a Associação das Comunidades de Baixa Renda, 1985, quando se iniciaram um processo de compras

coletivas de produtos e materiais que ajudavam a surtir suas dispensas, tecidos, roupas e até materiais escolares para os seus filhos.

Concernente a sua mobilização nasce em 1987, a primeira experiência de Cooperativa na região. A Cooperativa Mista de Itapuranga foi uma expressão de uma vontade coletiva que se inspirou na Sociedade do Adubo e no mini mercado que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais iniciara dentro de sua sede, no início dos anos de 1980. Tal entidade partiu do pressuposto de que todos aqueles que viviam no campo pudessem se associar, levando consigo a um processo de integralização das cotas na Cooperativa de fazendeiros e proprietários de terras que não tinham nenhuma experiência com este longo processo de aprendizado acumulado na trajetória dos trabalhadores rurais.

Logo, tal entidade passou por problemas de insolvência, gestão e seu fim último que deveria servir de um instrumento para se fugir os intermediários, passou por práticas idênticas encontradas nas empresas capitalistas da região. Desfigurou seu objetivo de atender a coletividade e serviu aos interesses de alguns, levando consigo para sua insolvência financeira em pouco tempo.

No município de Itapuranga encontramos uma ligação que une todas as experiências as quais podemos visualizar na constituição da paisagem da municipalidade, quando encontramos 2860 propriedades da agricultura familiar, às quais encontramos as monumentalizações, como nos ensina Le Goff (), levando-nos para compreender que a memória destas experiências coletivas estão presentes em muitas das entidades e lutas presentes, tais como a Feira do Produtor, Rádio Alternativa FM, Cooperativa de Agricultura Familiar, 14 Associações de Produtores Rurais, Grupo Mulheres Rurais do Xixá e um intenso processo de formação política presentes em várias entidades e movimentos que se articulam na região.

2. Resistência dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Neste tópico, acrescenta-se à apresentação das múltiplas resistências que compõem o tecido social no sertão goiano, a atuação do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Exposta a situação socioespacial, os modos de organização e as demandas dos agricultores familiares na região do Rio Vermelho, volta-se ao enfrentamento de coletivos organizados – movimentos sociais – à macro e micropolítica instituída.

As táticas empreendidas por tais sujeitos, grupos ou movimentos sociais variam de acordo com a natureza e a escala de luta. Essa compreensão exige que diferenciemos o “movimento social” do “movimento da sociedade”, como alerta Porto-Gonçalves (2003). Segundo o geógrafo, o movimento social é acionado por um coletivo organizado, enquanto o movimento da sociedade é efeito de toda e qualquer ação social, o que o faz difuso e, na maioria das vezes, imperceptível em curto prazo.

O movimento da sociedade é produto e condição da própria formação socioespacial (SANTOS, 2010), enquanto o movimento social demanda consciência de luta, bandeiras coletivas, ações pontuais, normas explícitas de organização e conduta dos sujeitos que o materializam.

Porto-Gonçalves (2003) esclarece ainda que toda demanda social é uma demanda por espaço. Uma ligeira reflexão acerca das últimas investidas de coletivos sociais no estado de Goiás, frente a medidas governamentais contrárias a princípios constitucionais, ilustraria tal relação: estudantes, mulheres, negr@s, indígenas, quilombolas, homossexuais ocupando espaços que lhes foram historicamente negados. Trata-se, portanto, da intersecção entre geografia, história e movimento social.

Partindo dessa premissa, afirma-se que o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra intenta alterações na configuração espacial do campo brasileiro. Em meio a uma estrutura agrária – e não só fundiária – favorável aos grandes proprietários, o questionamento do latifúndio se repete nos atos propostos pelo MST em todo o território nacional. Mas não só: enquanto um movimento

fundamentado na teoria marxista, o MST reconhece a relação entre o arranjo espacial e a estrutura classista sob a qual a sociedade moderna se sustenta. Contestar o latifúndio é, portanto, uma ação política e ideológica, pela qual se tece uma crítica radical às leis e princípios da sociedade capitalista.

A tática recorrente no MST é a ocupação de propriedades rurais em descumprimento à função social da terra (Lei nº. 4.504/64). Nesse ato, outra forma e função são propostas àquela unidade: o acampamento. O latifúndio, em geral subutilizado, tornar-se *locus* da vida e produção de inúmeras famílias, vítimas de projetos de vida falidos nas grandes cidades ou campos tomados pelo ideário moderno do “progresso”. Reivindica-se, pois, outra ordem e distribuição dos objetos naturais e culturais, questionando a soberania do estatuto da propriedade privada frente à possibilidade de consolidação de territórios coletivos. Um acampamento bem sucedido desencadeia em um ou mais assentamentos. O assentamento torna-se, assim, a referência espacial da capacidade interventiva do movimento social. É ali, a prova dos nove.

Se no acampamento, a luta se desenvolve em escala macropolítica, no assentamento, a revisão das práticas sociais cotidianas – morar, cozinhar, comunicar, plantar, socializar com o vizinho – possibilita a vitalidade de um movimento social que passa a ser, sobretudo, “projeto de sujeito e cotidiano”. Assentados, aqueles sujeitos seguem construindo a identidade Sem-Terra.

3. Resistência Kalunga: identidade e luta pela terra

Na mesorregião Norte Goiano, nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, situam-se as comunidades Kalunga, um grupo representativo dos modos de (re)existir no sertão goiano, por meio da luta pela terra e pela identidade. Estão entre as maiores comunidades quilombolas do país, ocupando uma área de 253,2 mil hectares do Cerrado, com uma população estimada de 3.752 habitantes, de acordo com os dados de 2004 do “Perfil das Comunidades Quilombolas: Alcântara, Ivapurunduva e Kalunga”.

Diante da expansão e da modernização da fronteira agropecuária no estado a partir da década de 1970, o Norte Goiano foi relativamente poupado em termos de preservação. Em parte, pelos limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e pelo predomínio das formas serranas, com relevo formado por vales e chapadas entremeados por rios encaixados. As condições biogeográficas foram suporte para a resistência das comunidades Kalunga, que vivem entre os Vãos da Serra Geral, na área ocupada pelo vale do Rio Paranã e seus afluentes. As serras e morros dividem as comunidades em quatro núcleos principais nos municípios Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás: o Vão do Muleque, o Vão de Almas, o Vão da Contenda (Vão do Kalunga) e o Ribeirão dos Bois, conforme foi definido por Marinho (2008). De acordo com os dados da SEPIR (2004), ao todo são 62 povoados.

Inegavelmente, este é um espaço de referência identitária, conforme conceitua Cruz (2007), onde são forjadas as práticas materiais e as representações sociais, dotado de referências nas quais as identidades sociais e culturais dos Kalunga se ancoram. Há uma consciência socioespacial de pertencimento que fundamenta a constituição de um território legitimado pelo autorreconhecimento, numa relação dialética com as representações externas (heteroidentidade), mas, também, e sobretudo, por saberes e fazeres vividos cotidianamente.

Baiocchi (2013, p. 18), antropóloga pioneira nos estudos sobre este grupo, diz que “em sua especificidade, os Kalunga põem em pauta a discussão da historicidade dos quilombos no seu sentido de luta, resistência, lugar de moradia e construção de uma nova vida, mas não se esgota o seu perfil de “lavrador negro” e “comunidade negra isolada no mundo rural”. Há elementos da cultura local que denotam uma resistência que se forjou no passado, na constituição do quilombo e extrapola para o presente e futuro, na manutenção de práticas culturais frente à modernização agropecuária que avança para o norte do estado.

Os Kalunga são portadores de saberes únicos sobre a vida no Cerrado, associam as mudanças de estação, fases lunares e ciclos biogeoquímicos, ecológicos e hidrológicos ao conhecimento dos diferentes tipos de solo, utilizando seus espaços em interação com a natureza: nas áreas de roçado, nos quintais ecológicos, no cultivo de plantas medicinais típicas da região, no conhecimento das espécies, entre outros. Suas formas de apropriação pouco alteraram o Cerrado enquanto ambiente natural. A base da economia é a agricultura familiar. As famílias cultivam mandioca, feijão, abóbora, banana, mamão, milho, além de outras frutas, raízes e ervas utilizadas como remédios. Em todas as comunidades pesquisadas, foram identificados poucos criadores de gado, por condições desfavoráveis para pastagens.

Aspectos relacionados à história e ao passado em comum, à ancestralidade étnica, aos laços de parentesco, e amizade entre as famílias das várias comunidades, revelada principalmente nas ocasiões de festas religiosas criam um alto grau de interação comunitária. De um morador escutamos “o Kalunga é um só, só é que é três municípios: Monte Alegre, Teresina e Cavalcante”, o que demonstra a percepção de um único território cujas fronteiras simbólicas diferem das delimitações de ordem político-administrativas.

De acordo com Arruti (2009, p.85), o fato de a titulação se efetuar em nome de uma associação⁷ representativa da comunidade incorpora uma perspectiva comunitarista ao artigo constitucional⁸ (um direito de comunidades e não de indivíduos). A noção de “terra” não se refere apenas a terra efetivamente ocupada no momento da titulação, “mas todos os espaços que fazem parte de seus usos, costumes e tradições e/ou que possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória”.

Haesbaert (2007) defende que existe um elo entre espaço, política e cultura, afirmando que a identidade territorial só se efetiva a partir da referência a um recorte espacial, no qual o grupo se identifique e aja politicamente, ou seja, acione “identidades territoriais de acordo com as estratégias políticas em jogo” (HAESBAERT, 2007, p. 45). Esta foi exatamente a estratégia que o grupo se valeu como forma de resistir: o reconhecimento oficial pelo Estado mediante a autoatribuição étnica.

Na ata de abertura para implantação do Sítio, os oradores ressaltaram “a importância dos trabalhos para a demarcação de um Sítio Histórico onde hoje habitam afro-brasileiros, descendentes de africanos, que participaram da história goiana no período aurífero, na montagem das ‘Minas dos Goyazes’ e ‘Minas do Tocantins’, como também na formação da economia agropastoril” (BAIOCCHI, 2013, p. 94).

A primeira titulação coletiva de propriedade das terras ocorrida em 1985 intensificou ainda mais os conflitos e despejos coletivos. Os anos de 1978 a 1990 foram fortemente marcados pela invasão de empresários rurais, fazendeiros e grileiros no território Kalunga. Esta foi a razão pela qual a população se posicionou por meio da *Associação Povo da Terra Kalunga* e de seus vereadores, mudando a forma de organizar-se politicamente, o que exigiu amplas iniciativas dos

⁷ No caso dos Kalunga, a Associação Quilombo Kalunga.

⁸ Com a inclusão do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal (ADCT) de 1988, que prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos remanescentes de quilombos, esses grupos foram finalmente reconhecidos oficialmente pelo Estado. Em Goiás, o território Kalunga obteve reconhecimento em 1991, pela Lei Complementar do Estado de Goiás, número 11.409-91, que em seu texto delimita a área do sítio histórico, prevê a exclusividade da propriedade das terras aos seus habitantes, bem como a desapropriação e a titulação em favor da comunidade. Atualmente, a norma federal que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, desintrusão, titulação e registro das terras das comunidades quilombola é o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, o qual considera como remanescentes das comunidades dos quilombos, “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Fundação Cultural Palmares, 2008).

órgãos responsáveis e dos próprios membros das comunidades. Houve um processo de adaptação e reelaboração histórica e identitária, com a finalidade exclusiva de garantia de posse do território.

Com o requisito da autoatribuição, as interferências externas se tornaram fundamentais na construção da identidade territorial dos Kalunga. De acordo com Marinho (2008), a partir do reconhecimento, a dinâmica cultural e identitária foi intensificada. Para a autora, o esforço coletivo dos Kalunga pelo reconhecimento oficial foi motivado pela intenção de resolver os conflitos fundiários, aos quais as comunidades sempre estiveram envolvidas, e não por deliberadamente desejarem se afirmar pela continuidade histórica e cultural. Ao contrário, havia inclusive uma negação dessas comunidades de seu passado e até mesmo uma rejeição quanto ao “ser Kalunga”, pela noção colonial que esse termo assumia.

Isso mostra que as estratégias de resistências de comunidades rurais no estado de Goiás são as mais diversas possíveis. Neste caso específico dos Kalunga, ela se revela como forma de institucionalizar o grupo e preservá-lo por meio da titulação do território. Como Marinho (2008) evidenciou, as demandas de reconhecimento não necessariamente se pautam por um sentido de consciência, como às relacionadas ao movimento negro ou aos movimentos pró-reforma agrária. Na verdade, a luta pelo território Kalunga não passa pelo crivo de um ideal reformista. Mesmo assim, diante da possibilidade de manterem-se em suas terras, as comunidades passaram a assumir a identidade quilombola, e especificamente, a identidade Kalunga. O significado dessa luta pela afirmação da identidade, enquanto forma de reconhecimento social da diferença, para Cruz (2007, p. 19) é para que se mantenha “visível a especificidade do grupo, ou melhor dizendo, aquela que o grupo toma para si, para marcar projetos e interesses distintos. Isso significa que a definição discursiva e linguística da identidade está sujeita aos vetores de força, as relações de poder”.

A luta pela terra assumiu uma nova dimensão e direcionamento, uma vez que a reivindicação deixou de ser apenas de camponeses negros e passou a ser de remanescentes quilombolas. Uma luta que se estende por meio de diálogos entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Fundação Cultural Palmares (FCP), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Almeida (2010, p. 41) levantou a seguinte questão: “Qual é o significado de viver em um território patrimônio?” - procurando explicar a maneira pela qual o sentido político do território traduz para o Kalunga um modo de recorte e de controle do espaço considerado como Sítio. Tal território garante a especificidade do grupo e se torna instrumento para a permanência e reprodução dos que o ocupam. Ao ser patrimonializado, preservado e mantido, o Sítio Kalunga representa uma condição de dinamismo nas territorialidades face às novas condições do exterior e às visões de mundo apresentadas por eles próprios. Porém, ressalta o problema da tutela na institucionalização do sítio, ao se tornar patrimônio.

A titulação resultante do Decreto Federal 4.887/03 é registrada em nome da associação da comunidade legalmente constituída e com cláusula de “impenhorabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade” (art.17, § único). Isso impede que os Kalunga disponham de sua terra da forma que melhor lhes convém, pois não podem vender, trocar ou alugar. O que antes era feito por um livre costume comunitário, agora passa a ser feito pela força da lei, sob a justificativa de manutenção de valores culturais e organizacionais do grupo.

No entanto, há problemas muito maiores que colocam as comunidades numa condição de instabilidade. Além da inexistência do direito pleno do uso da terra, há deficiências no sistema educacional, nos serviços de saúde e de infraestrutura social básica (energia elétrica, transporte, estradas, comunicações, saneamento); más condições de moradia; falta de documentação pessoal; dificuldades na obtenção de aposentadoria; pouco aproveitamento das matérias-primas e dos recursos naturais; produtividade limitada e falta de acesso à economia de mercado - o que deixa

muitas famílias abaixo do nível da pobreza; subnutrição; discriminação étnica; e uma situação fundiária não regularizada.

São problemas que induzem os Kalunga a migrarem para as cidades em busca de melhores condições de vida. Durante os trabalhos de campos realizados nas comunidades, não foram poucos casos que ouvimos sobre moradores que teriam “entregado” suas terras sem documentação para fazendeiros da região, a troco de um carro velho, ou de uma quantia que lhe possibilitasse morar alguns meses de aluguel na cidade. Fatos que geram a necessidade de repensar as políticas que priorizam a preservação cultural em detrimento de outras demandas essenciais para a manutenção do grupo.

Urge, para os Kalunga, recriar suas formas de resistência. A luta deve transcender a perspectiva voltada exclusivamente para o reconhecimento cultural e se atrelar à reivindicação de políticas públicas que lhes garantam a cidadania plena de comunidades rurais.

Considerações finais

Toda pesquisa, ainda que não tenha pretensão interventiva, confere visibilidade aos sujeitos e objetos, em graus diferenciados. Nos casos específicos aqui apresentados, as histórias de luta e resistências (por espaço e por identidade) é o que chamam os sujeitos para o centro.

Eis a responsabilidade das pesquisas em ciências humanas. A ciência que nos permite aproximar, enquanto pesquisadores, desses sujeitos, não apenas para explorar suas táticas de resistência e publicizá-las no âmbito acadêmico, mas para, em caráter devolutivo, fazer notórios os seus anseios e necessidades na totalidade político-institucional.

Ao recorrermos a essas histórias, reforçamos os suportes da memória desses grupos, abrindo portas para outras possibilidades concretas, como a própria pressão pela criação de políticas públicas que os alcancem.

A aproximação com esses sujeitos – livres da condição de objeto – demanda revisões e rupturas metodológicas. O “desconfiar”, tão presente em *habitus* de muitos sujeitos rurais – em geral por precaução – e urbanos – em geral por medo – também compõem a prática do pesquisador. Desconfiar de seus instrumentos de pesquisa; das linguagens utilizadas (não necessariamente com o sujeito, mas a linguagem fundamental da própria ciência – a exemplo da cartografia para a Geografia); dos pressupostos teóricos que por vezes sobrepõem metanarrativas à vida que se faz na existência; das “boas intenções” que impedem a crítica e comprometem o engajamento do pesquisador; dos limites do saber e do potencial da experiência.

Enfim, espera-se que esta (re)visão de movimentos operados por sujeitos contrapostos à lógica dominante, incite novos pesquisadores ao resgate de saberes, fazeres e lutas daqueles que, cuja maioria se encontra em situações desfavoráveis, agem na defesa de seus territórios e identidades.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalungas de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Revista Ateliê Geográfico* – edição especial, Goiânia, v. 1, n. 9, p.36-63, 2010.

ARRUTI, José Maurício. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs.). *Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. p. 75-110.

BAIOCCHI, Mari Nasaré. Kalunga: liberdade e cidadania. *Revista do ICHL*, Goiânia, v. 4, n. 2, jul./dez. 1984.

_____. *Kalunga: povo da terra*. 3. ed. Goiânia: UFG, 2013.

CRUZ, Valter do Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, Amélia C. Alves *et al* (Orgs.). *Itinerários Geográficos*. Niterói: EdUFF, 2007. p. 13 - 35.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. [Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003](#). Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em 10 out. 2016.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F.G.B.; HAESBAERT, R. (Orgs.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56.

MARINHO, Thais Alves. *Identidade e Territorialidade entre os Kalunga do Vão do Moleque*. 208 fls. Goiânia. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás.

MELO, Sandro Cristiano de. **No sopé da metrópole**: implicações da relação cidade-campo na dinâmica socioespacial do Assentamento Canudos – GO / Sandro Cristiano de Melo. – Niterói : [s.n.], 2007.

PDA (Assentamento Canudos – Palmeiras de Goiás/Goiás). **Plano de desenvolvimento do Assentamento Canudos**. Coordenação Geral: Manoel Calaça e Eguimar Felício Chaveiro. Universidade Federal de Goiás, 2003.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. **CLACSO** - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. Disponível em: biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf. Acesso em: nov. 2015.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 5. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. - (Coleção Milton Santos; 1).

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Perfil das Comunidades Quilombolas*: Alcantara, Ivaparunduva e Kalunga - Instrumento Facilitador para o Agenciamento de Políticas Públicas. Programa Brasil Quilombola do Governo Federal, 2004.

UMA DÉCADA DO CURSO PRÉ VESTIBULAR SOCIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG – JATAÍ (GO) E A DISCUSSÃO SOBRE AS TURMAS DE 2016 E 2017 ATRAVÉS DO OLHAR DA GEOGRAFIA

Bárbara Maria Freitas da Silva
b.geografia@hotmail.com

Natalli Adriane Rodrigues Souza
natjti@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir o perfil e cenário do pré-vestibular público na UEG e a importância deste projeto para o ingresso dos alunos no ensino superior. Fazendo um recorte para o perfil das turmas 2016 e 2017 referentes à disciplina de geografia.

Palavras-chave: Pré vestibular social; Geografia; metodologia de ensino;

INTRODUÇÃO

O Pré-vestibular é desenvolvido com um objetivo definido desde a elaboração do projeto para a abertura do edital e ingresso de alunos vestibulandos. Ele tem como papel possibilitar que o ingresso em uma universidade, então os professores preparam as aulas direcionadas para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e vestibulares de instituições públicas ou privadas.

Mas e quando o vestibular é social? Qual é a diferença entre este pré-vestibular e o pré-vestibular particular? O perfil dos alunos? O perfil dos profissionais que atuam? Ou as aulas? Qual é a importância destes projetos para a sociedade e o retorno através do ingresso destes estudantes para as instituições? São perguntas que devem ser feitas para que estes projetos sejam desenvolvidos no país todo e os que já são, se mantenham diante das novas reformulações e cortes que o sistema educacional tem passado no país nos últimos três anos.

Levantando o questionamento sobre o progresso das aulas de geografia e como o professor de geografia atuará com o perfil destes alunos que trazem uma heterogeneidade a sala de aula, devido ao retorno de alunos que estão há mais de vinte anos distantes da rotina escolar, ou que concluíram seus estudos através do EJA, e apresentando alunos que estão completando seus estudos no ensino médio no período regular.

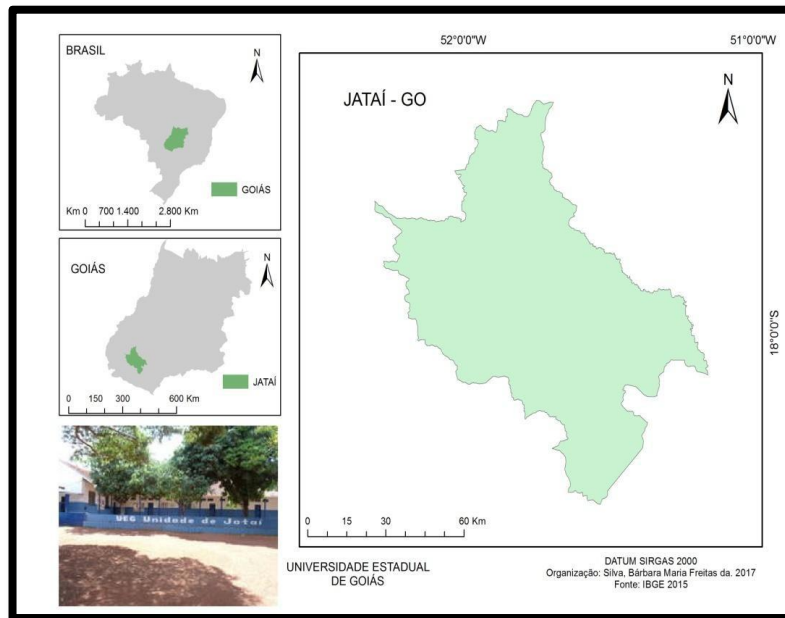
Estes questionamentos sobre como ensinar os conteúdos de geografia para ‘n’ possibilidades de ensino, trazem uma releitura estrutural dos métodos aprendidos pelos professores na sua formação acadêmica e como conseguir progredir com estes alunos a partir do resgate de sua realidade sócio-econômica e o anseio por ocupar uma universidade.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Jataí – GO (Mapa 1) está localizada no sudoeste de Goiás, apresentando índices de crescimento econômico devido à cultura de grãos, fazendo com que ocorra um fluxo contínuo de migrantes na cidade, além disto, devesse ressaltar que a região recebe destaque por possuir três grandes instituições públicas de ensino. A Universidade Federal de Goiás (UFG), o Instituto Federal de Goiás (IFG) e a Universidade Estadual de Goiás (UEG) ambiente que proporcionou a elaboração da pesquisa deste trabalho na perspectiva do papel dos pré vestibulares sociais e o retorno que estes programas trazem a sociedade no ingresso dos alunos no ensino superior.

O “cursinho UEG” no ano de 2017 completa 10 anos de criação, uma cooperação entre professores diversos e a instituição de ensino, possibilitando assim o acesso ao pré-vestibular para a comunidade em geral.

Figura 1 – Localização do município de Jataí – GO



Organização: SILVA, B.M.F, 2017.

DESENVOLVIMENTO

Segundo Zago (2008) houve uma intensificação na procura de cursos superiores por alunos oriundos do ensino público, e diante desta demanda surgem os cursos de pré vestibulares sociais que desenvolvem projetos na perspectiva do ensino, produção e conquista da ocupação destes espaços públicos por alunos que em outros momentos históricos não estariam utilizando os recursos disponíveis na Universidade.

Os cursos pré-vestibulares populares (PVP) ou também chamados comunitários surgem nesse contexto contraditório do sistema educacional, com profundas desigualdades no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. Presenciamos desde os anos 90 várias iniciativas organizadas para protestar contra essa realidade e ao mesmo tempo produzir ações de combate às desigualdades na educação. (ZAGO, 2008, p.150)

Os alunos que utilizam destes programas para aperfeiçoar seus conhecimentos e trazer foco para conquistar almeçadas vagas do ensino superior público, necessitam de apoio e readequação curricular para as suas necessidades educativas, já que pela variação social, estrutural, psicológica e etária, os alunos apresentam dificuldades distintas quando estão aprendendo, relembrando ou reaprendendo aqueles conteúdos ministrados nas aulas de geografia, voltadas para o currículo programático do ENEM.

O pré vestibular não deve ser trabalhado apenas na ótica em que o professor de geografia sinta-se preso a ensinar única e exclusivamente os conteúdos para o vestibular. Há também a necessidade de que ocorra a construção do senso crítico dos alunos e que assim seja

possível que eles se tornem participantes do espaço em que vive que compreendam as dicotomias sociais, por qual motivo que eles estão naquele local, e diante disto, a importância que estes mesmos alunos, independente de faixa etária, econômica, social, consigam ocupar as universidades públicas.

Este ensino faz com que possa haver a interdisciplinaridade entre a geografia e as outras disciplinas que são ofertadas ao longo do programa, como por exemplo, história, português, química, física. Trabalhando assim inúmeras possibilidades de aprendizado, tornando as aulas importantes para o futuro do aluno e não apenas para que ele se forme futuramente.

MÉTODOLOGIA E DISCUSSÃO

O perfil etário da turma do pré vestibular – UEG (Gráfico 1 e 2) fez com que houvesse a necessidade de readequação da forma de transmitir os conteúdos vigentes, devido há possuir alunos que estavam a mais de duas décadas sem estudar, ou que concluíram o ensino médio através da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (gráfico 1) e que apresentam dificuldades sobre os pilares da Geografia: Espaço, Território, Região, Paisagem e Lugar.

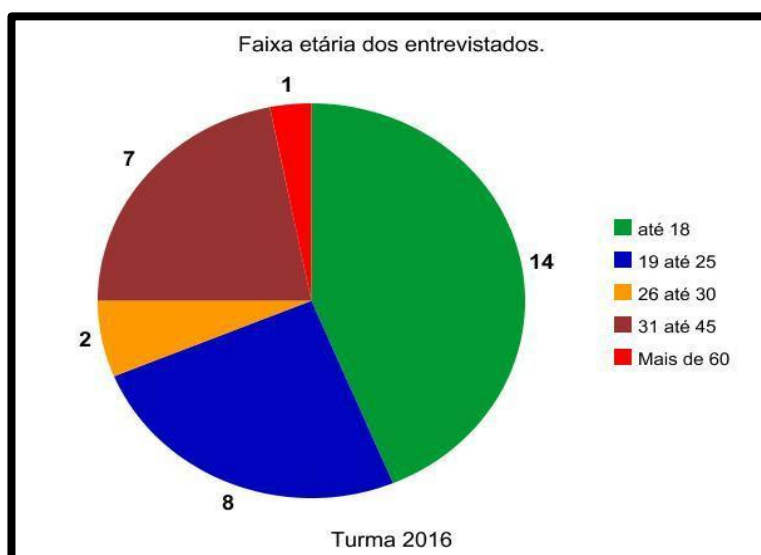
Não havia conhecimento sobre a leitura e interpretação de mapas, figuras, charges, etc. Outra questão é que os alunos mais velhos procuram auxílio sobre o conteúdo no contra turno do curso, sugerindo mais questões para discussão e aplicação de exercícios e resumos sobre os conteúdos. Demonstrando o interesse em aprender e aperfeiçoar seus conhecimentos.

Os conteúdos foram disponibilizados para os alunos anteriormente através de um endereço eletrônico (e-mail), para que tivessem contato previamente com o tema desenvolvido na semana e tirassem dúvidas ao longo da aula.

Diante de todas essas problemáticas, a aula com materiais didáticos, além do uso de data show e quadro e giz, fez com que houvesse um retorno maior no aprendizado daqueles alunos.

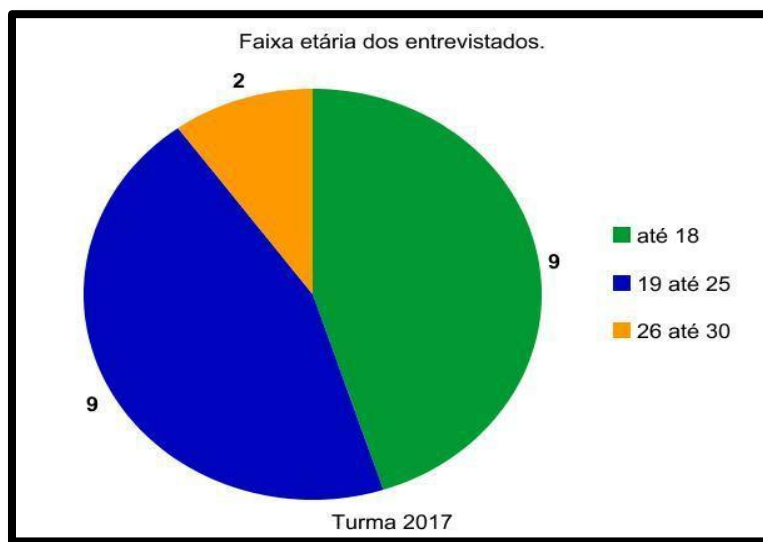
A idade dos alunos no Gráfico 1 demonstra um perfil heterogêneo no curso pré-vestibular.

Gráfico 1 – Perfil dos alunos



FONTE: SILVA, B.M.F, 2016.

A turma 2017 traz um perfil diferente da turma 2016, onde não há alunos com mais de 40 anos em sala de aula, em reunião foi apontado está ausência deste perfil de aluno, uma das possíveis causas seria que no ano de 2017 o processo seletivo foi totalmente online, diferente do ano anterior, fazendo com que aqueles que não têm acesso a internet ou apresentam pouca ou nenhuma familiaridade com informática tenham tido dificuldades na inscrição, então devido a este resultado, as próximas seleções possivelmente serão iguais ao ano de 2016, assim possibilitando que todos consigam ingressar no cursinho.



FONTE: SILVA, B.M.F, 2017.

O tema proposto em 2016 e 2017 foi ‘O Sistema Solar’, trabalhado da seguinte forma, inicialmente houve a utilização de apresentações em Power point (Figura 2) do conteúdo, que foram confeccionadas em texto e imagens em formato de Gifs animados, que traziam as informações detalhadas sobre o tema. Como por exemplo, o surgimento do Sistema Solar, o movimento de Translação e Rotação dos planetas, a localização na Via Láctea, o que são estrelas e meteoros.

Além de retratar os tipos de formações que os planetas possuem, trazendo curiosidades como a origem e o significado dos nomes dos planetas, a duração dos seus dias, sua translação e a forma em que eles se relacionam entre si no Sistema Solar.

Figura 2 – Apresentação em Power Point.



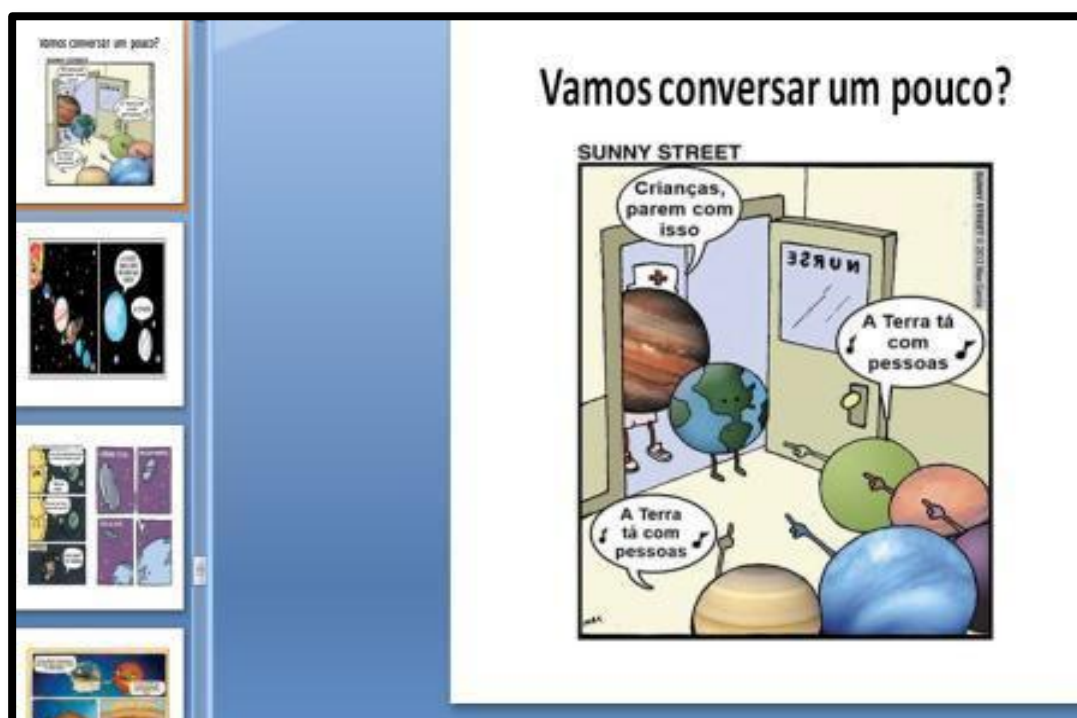
FONTE: SILVA, B.M.F, 2016.

Na apresentação havia uma seção ‘Vamos conversar um pouco’ com charges (Figura 3) referentes ao tema que foram interpretadas em conjunto com os alunos, com o objetivo de estimular a leitura e interpretação de texto, importantíssima para um bom desempenho em qualquer prova avaliativa, seja o ENEM ou concursos públicos.

Além de desmistificar o papel da geografia que tem o histórico de ser uma disciplina decorativa, onde os alunos para atingir seus objetivos necessitariam apenas decorar os conteúdos sem desenvolver senso crítico.

Ao longo das últimas duas décadas, houve o resgate da disciplina de geografia, na perspectiva que o professor consiga desenvolver, estimular os seus alunos e tornar o ensino atrativo, diminuindo a visão de uma disciplina maçante e tecnicista.

Figura 3 – Charges discutidas com a turma.



FONTE: SILVA, B.M.F, 2016

Houve a demonstração dos planetas do Sistema Solar através de duas maquetes, uma retratando a forma e posicionamento dos planetas em relação ao astro Sol (Figura 4).

Figura 4 – O Sistema Solar



FONTE: SILVA, B.M. F, 2016.

E outra referente ao tamanho em escala destes planetas entre si em relação ao Sol (Figura 5).

Figura 5 – Escala entre os planetas do Sistema Solar.



FONTE: SILVA, B.M.F,2016.

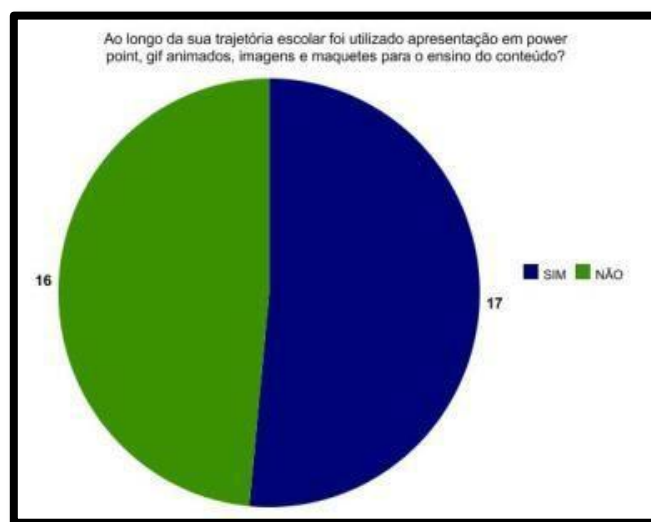
E por fim foi realizada a aplicação de um questionário (gráfico 2 e 3) com duas questões objetivas e uma questão pessoal que os alunos expuseram suas considerações sobre a forma em que o conteúdo foi transmitido.

A terceira questão de resposta pessoal apresentou um resultado unânime entre os alunos que os recursos didáticos deveriam ser utilizados continuamente para que os conteúdos fossem compreendidos pelos mesmos.

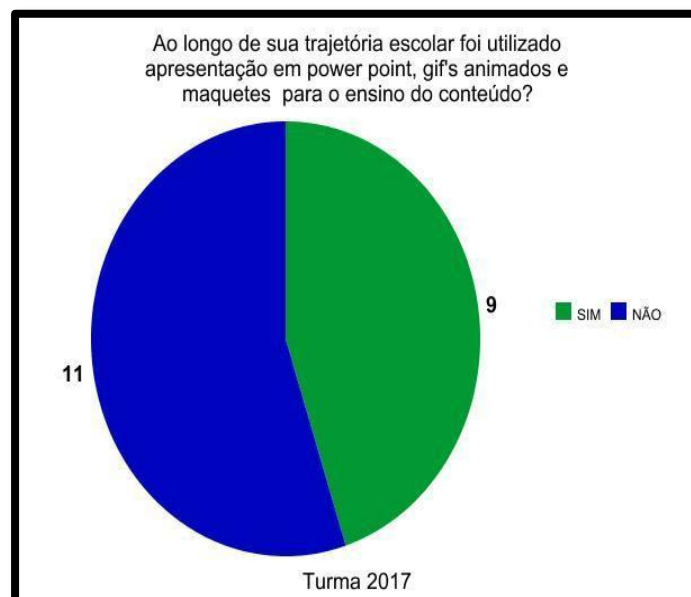
Através do Gráfico 3A e 4A foi possível a criação do diagnóstico que os alunos que tiveram acesso a novas metodologias de ensino majoritariamente foram os que estavam estudando no período regular do ensino, ou seja, que tinha idade entre 18 até 25 anos e frequentaram a rotina escolar há menos de 5 anos.

A pergunta 1 (Gráfico 2A e 2B) teve como objetivo conhecer como os alunos tiveram acesso às conteúdos de geografia ensinados com metodologias diferentes ao longo da sua trajetória escolar, através de Power point, gif's animados, maquetes, etc.

Gráfico 2 A – Pergunta 1.



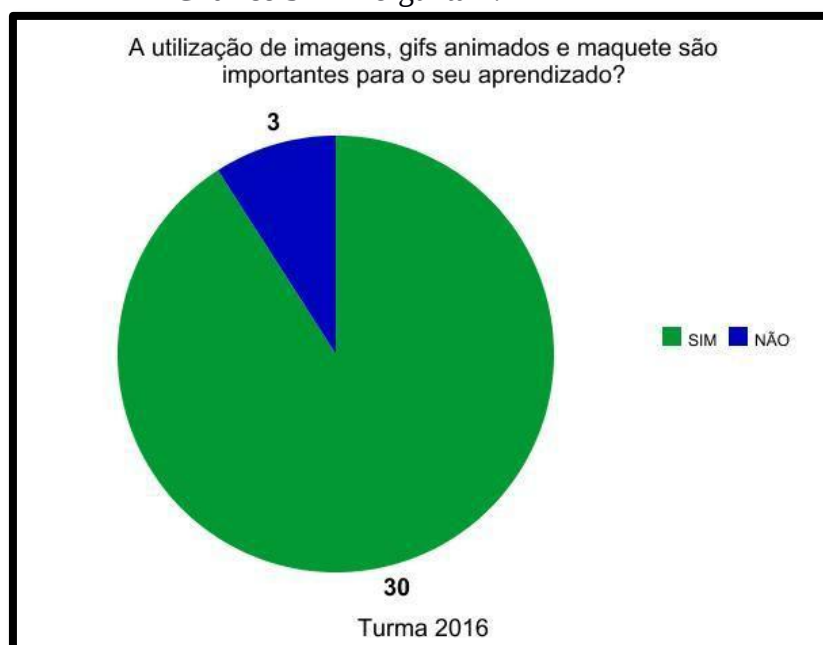
FONTE: SILVA, B.M.F, 2016
Gráfico 2B – Pergunta 1.



FONTE: SILVA, B.M.F, 2017.

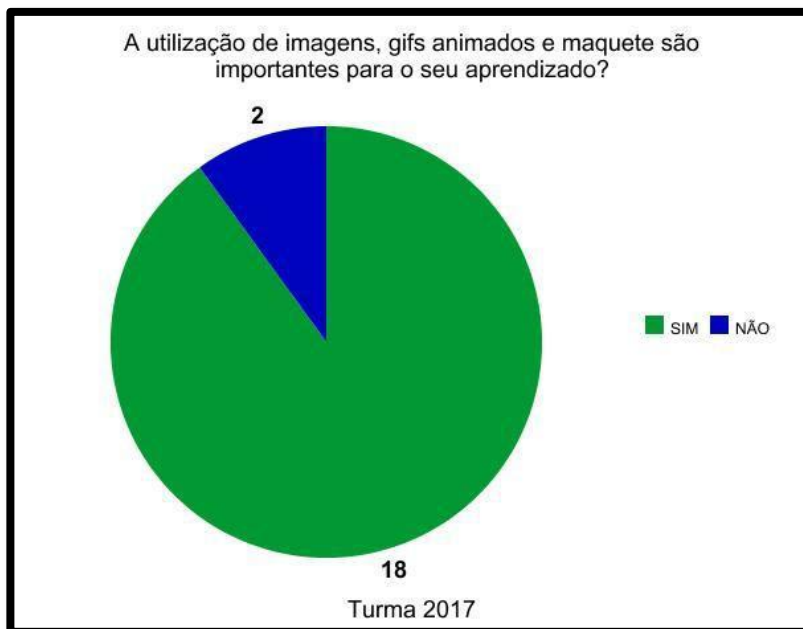
A pergunta 2 (Gráfico 3) teve como objetivo conhecer como os alunos interpretavam a metodologia de ensino em que utilizamos outros meios além do quadro e giz, e se estes métodos trariam benefícios ao ensino-aprendizagem dos mesmos.

Gráfico 3 A– Pergunta 2.



FONTE: SILVA, B.M.F, 2016

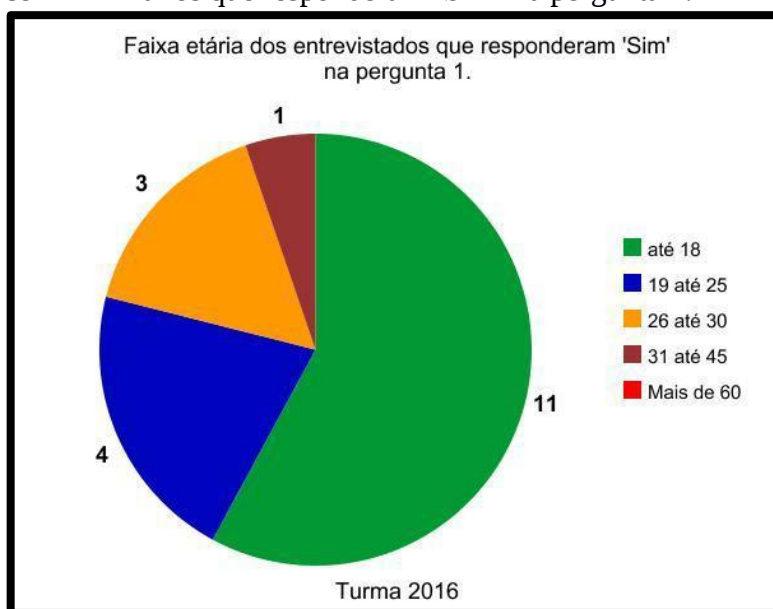
Gráfico 3B – Pergunta 2.



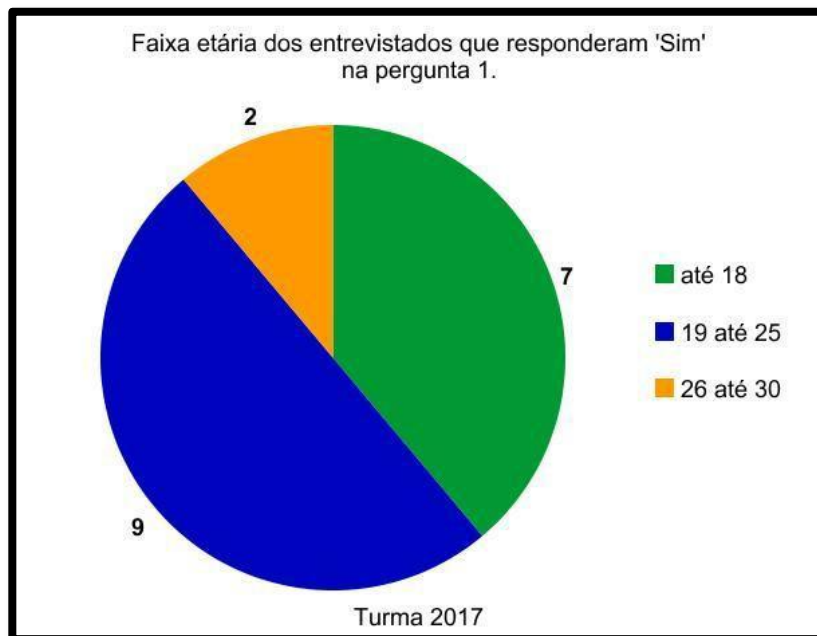
FONTE: SILVA. B.M.F, 2017

Foi observado que os alunos que tiveram contato com aulas de geografia que foram utilizados metodologias além do quadro e giz apresentavam o perfil de estudarem no ensino básico há menos de cinco anos. O índice maior era com alunos que estavam cursando ou terminaram o ensino médio há menos de dois anos.

Gráfico 4 A– Alunos que responderam ‘Sim’ na pergunta 1.

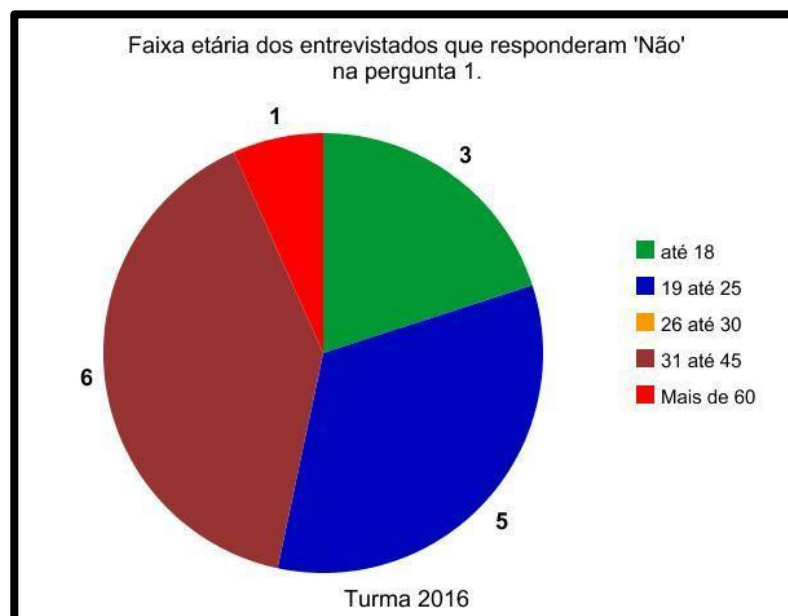


FONTE: SILVA, B.M.F, 2016



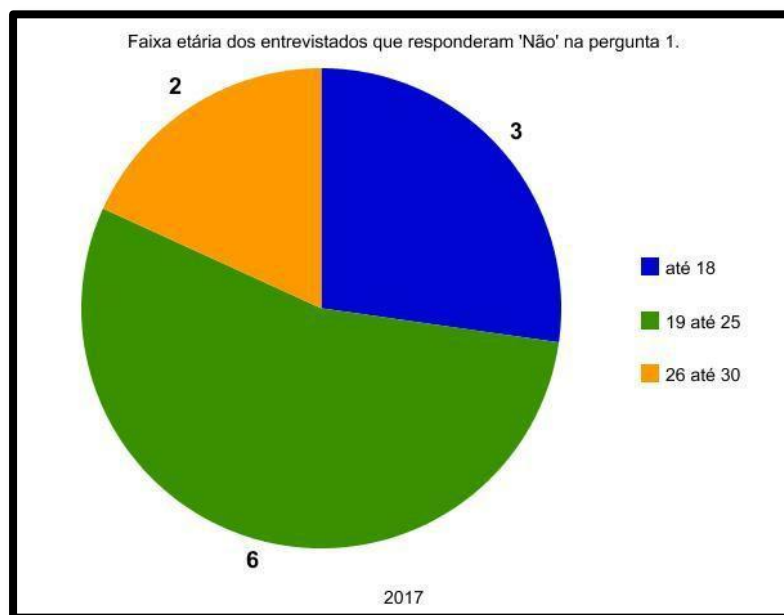
O perfil dos alunos que responderam 'Não' na pergunta 1 (Gráfico 5A) eram aqueles que cursaram o EJA e ou estavam a mais de dez anos fora da sala de aula, porém a turma de 2017 também apresentou um grande índice de alunos com pouco ou nenhum contato com aula que fossem além do quadro e giz.

Gráfico 5A – Alunos que responderam 'Não' na pergunta 1.



FONTE: SILVA, B.M. F, 2016

Gráfico 5B – Alunos que responderam ‘Não’ na pergunta 1.

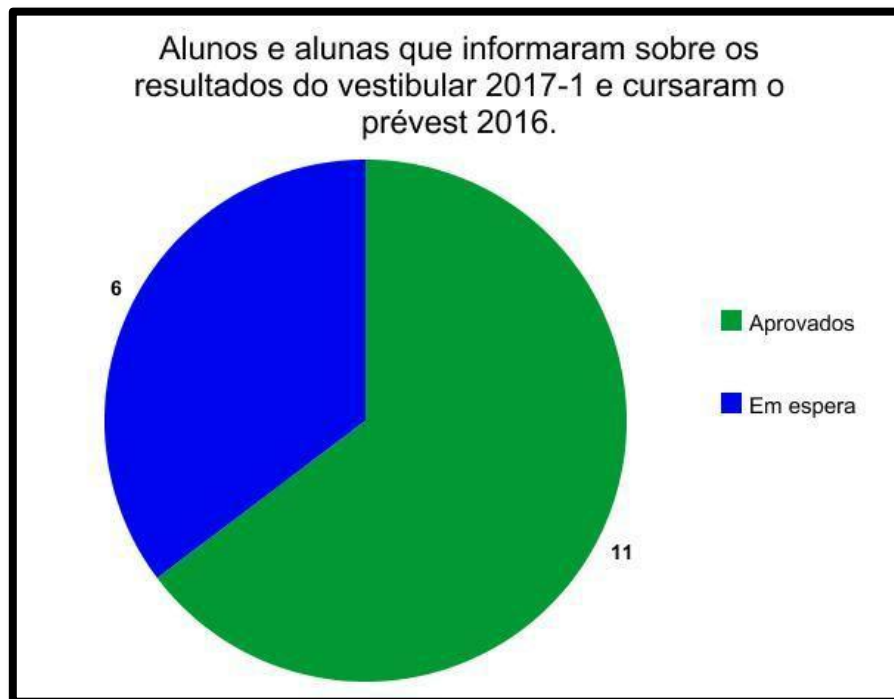


FONTE: SILVA, B.M.F, 2017

Os gráficos 4A/B e 5A/B trazem a discussão de que aqueles alunos que estudaram em períodos regulares de tempo ou recentemente apresentavam o maior contato com novas metodologias de ensino, já os alunos que concluíram através do EJA ou estavam afastados da sala de aula por anos apresentavam um déficit no contato destes conteúdos. Outra questão é que os alunos entre 16 e 25 anos tinham acesso facilitado à internet em contra partida dos alunos idosos que não utilizavam deste recurso para adquirir novas informações sobre as temáticas trabalhadas e programadas para o ENEM e que demonstravam entusiasmo com as charges, Gifs animados, entre outros.

O gráfico 6 indica sobre as informações que os alunos do pré vestibular do ano de 2016 trouxeram para à coordenação da UEG-Jataí sobre sua aprovação no vestibular. Os alunos ingressaram em cursos diversos dentro do estado de Goiás, mas também houve ingresso em uma instituição no Paraná. Estes índices certamente estimulam os professores do cursinho a continuar atuando neste projeto.

Gráfico 6 - Alunos aprovados até a finalização deste trabalho.



FONTE: Coordenação do Curso Pré-vest, 2017

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a importância destes projetos educacionais que tem como objetivo possibilitar que os alunos do ensino público tenham acesso a universidade pública e ou centros de ensino em todo o país, faz com que ocorra uma melhoria na proposta metodológica do profissional que perceberá o perfil daquela turma em questão.

A pesquisa sobre delineamento 'sócio-cultural-etário' da turma torna possível que os conteúdos sejam trabalhados respeitando as necessidades educativas especiais de cada aluno, compreendendo por qual motivo estes alunos que estavam fora de sala de aula retornaram para a escola com o desejo de ingressar em cursos superiores, que estas ações afirmativas antes de tudo são necessárias, possíveis, justas e que tem uma seriedade e comprometimento com a sociedade.

Esperando assim que através destes estudos sociais ocorram amostras dos resultados que são conseguidos ao longo dos meses através de questionários, desenvolvendo os anseios que o curso possui e compreendendo a proposta de ensino sobre o ENEM e o seu conteúdo programático, refletindo também sobre os alunos que buscam estes pré-vestibulares sociais.

REFERÊNCIAS

BRETONES, P.S. **Os segredos do Sistema Solar**. Saraíva, 2011. p.56

NICOLSON, I. **O universo**. São Paulo: Impala, 2005. p. 64

ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 26, n. 2, 149-174, jan./jun. 2008 Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10298/9569> > Acesso em: 12 de Abril de 2016.

UMA LEITURA DA PAISAGEM E DA IDENTIDADE DO SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO CULTURAL KALUNGA

Juliana Andrade Lee
Mestrado, Universidade Federal de Goiás
juliana.andradelee@gmail.com

Resumo: A geografia é uma ciência que possui métodos e conceitos próprios que lhe permitiram ao longo dos anos desenvolver pesquisas que explicam a realidade de maneira própria. O método fenomenológico e a categoria paisagem se compreendidos a partir da geografia Cultural Humanista, nos permitem fazer considerações acerca do turismo e da identidade. Este texto busca a compreensão do processo identitário e da sua utilização para a prática turística no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural dos Kalunga. Para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica da abordagem da Geografia Cultural Humanista e considerações acerca do método fenomenológico e suas aproximações com a ciência geográfica. Por fim foram feitas reflexões a respeito da identidade e do turismo de base comunitária.

Palavras-chave: Kalunga, identidade, Geografia Cultural Humanista, fenomenologia, paisagem, turismo.

A geografia é a ciência que se propõe a estudar a relação entre o homem e a natureza, ou ainda as relações entre a sociedade e o meio. A especificidade da geografia consiste em sua aproximação com outras ciências, que contribuíram para a constituição dos fundamentos teórico-metodológicos em que se baseiam suas categorias. Constituem-se como categorias da geografia: espaço, paisagem, lugar, território e região.

No final do século XIX e início do século XX, os estudos regionais tinham grande importância na Alemanha e França, principalmente com os trabalhos de A. Hettner e Vidal de La Blache, que trabalhavam com um conceito de região geográfica, no qual a descrição da paisagem física e humana tinha papel principal.

Sauer buscava na Geografia Regional, uma “morfologia da paisagem”, que se preocupava com as singularidades, e com a ordenação de paisagens culturais. (Haesbaert, 2010).

Para Haesbaert (2010), o turismo, como uma das atividades mais dinâmicas da economia contemporânea, “é uma das áreas que mais tem estimulado o olhar sobre a diversidade territorial, através da valorização e/ou da recriação da diferença” (Haesbaert, 2010, p.16).

A paisagem é a síntese dos fenômenos geográficos que ocorrem na superfície terrestre, entretanto, levanta-se também a questão da paisagem ser mais do que uma “configuração”, as paisagens podem ser organizadas em grupos de diferentes escalas.

Para Troll, quando se analisa a estrutura interna da paisagem, a lógica a ser compreendida é a de totalidade, com um caráter de conjunto, não apenas uma configuração, formado por componentes que não podem existir por si mesmos. (Troll, 1997) A paisagem cultural para este autor, incluiria além dos fenômenos naturais, “os pertencentes à economia, ao cultivo, ao tráfego, à população com sua língua, sua tradição e sua nacionalidade, à estrutura social, as artes e a religião.” (Troll, 1997, p.3)

Todas as paisagens revelam também as transformações pelas quais passam ao longo do tempo.

De acordo com Almeida (2008), foi Ratzel que em 1880, utilizou o termo “Geografia Cultural”, pela primeira vez. Influenciado por Ritter, Humboldt e Darwin, Ratzel elabora uma nova concepção de geografia, que ele denomina de Antropogeografia. A geografia concebida por Ratzel atribui importância aos fatos de cultura, “pois se vincula aos meios de aproveitamento do ambiente

e àqueles estabelecidos para facilitar os deslocamentos.” (Claval, 1999, p.22) Porém, a cultura em Ratzel é analisada sob os aspectos materiais, sobretudo pelo conjunto de utensílios e o *know-how* que permite os homens se apropriarem do meio, tendo sua obra uma conotação essencialmente política do espaço.

A partir de 1910 os geógrafos alemães marcam suas abordagens por uma ênfase dada aos instrumentos, técnicas e análise da paisagem. (Almeida, 2008)

Carl O. Sauer, fundador da escola de Berkeley ou geografia cultural americana, e seus seguidores, davam orientações à Geografia Cultural, principalmente no sentido das marcas que os grupos imprimiam na paisagem. (Claval, 1999)

Em 1923, é o antropólogo Kroeber que faz referência a cultura. Este autor admite que a noção de cultura foi apreendida de Carl Sauer. Sauer conclui que a ação humana é que constitui a paisagem. A cultura era a ação humana resultando nas construções e cultivos da vegetação e mundo animal. (Almeida, 2008)

Em 1925, Sauer sugeria que ao estudar a paisagem, como conceito síntese da geografia, deveria-se utilizar como método a fenomenologia da paisagem que delimitasse um sistema crítico (Sauer, 1983 *apud* Holzer, 2008). Este deveria ser o método de estudo, para as análises da ação do homem sobre o meio, constituinte da paisagem cultural. Estas ideias desenvolvidas por Sauer propiciaram a criação de muitos cursos de “geografia cultural”, se difundindo por todos os Estados Unidos e para o exterior. (Holzer, 2008)

A cultura era para La Blache e seus seguidores - e Ratzel também tinha a mesma interpretação - o que se entropõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens. A cultura pertinente seria aquela apreendida através dos instrumentos que as sociedades utilizam e as paisagens por eles modeladas. Entretanto, estes elementos só têm sentido como componente de gênero de vida. A noção de gênero de vida explicaria os costumes, hábitos, as técnicas e formas de uso e as paisagens. (Almeida, 2008, p.41)

De acordo com Bonnemaïson (1981), a cultura tende a ser vista “como um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma “visão de mundo” que tem sua coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço.” (Bonnemaïson, 1981, p.86) Para este autor, a primazia do cultural é reencontrada nos movimentos ecológicos e regionalistas, com alguns geógrafos tropicalistas, sendo seguidores de um ponto de vista da ecologia cultural. A ecologia cultural consiste na recusa da dicotomia homem-natureza e põe em questão a noção de “progresso”. (Bonnemaïson, 1981)

Bonnemaïson (1981) afirma ser a abordagem cultural ou análise geocultural: “aquilo que consiste em fazer ressurgir as relações que existem no nível espacial entre a etnia e sua cultura.” (Bonnemaïson, 1981, p.102)

De acordo com Berque (1984): “a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura- que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno.” (Berque, 1984, p.85)

Claval (1999) observa que, ao colocar o homem no centro da análise da geografia cultural, a geografia cultural delimitou novas abordagens: 1- o das sensações e representações; 2- da cultura pela ótica das comunicações; 3- a cultura apreendida na perspectiva da construção de identidades, destacando o papel do indivíduo e das dimensões simbólicas da vida coletiva.

Entre a construção social, a função simbólica e a organização do território de um grupo humano, existe uma inter-relação constante uma espécie de lei de simetria. A paisagem se constitui como o primeiro reflexo visual dessa relação. (Bonneimason, 1981)

De acordo com Pollice (2010), a identidade pode ser considerada tanto uma causa como uma consequência dos processos de territorialização. A identidade possibilita os vínculos necessários para a territorialização e pode ser interpretada como efeito dos processos de territorialização

“enquanto tais processos tendem a crescer a “especificidade do lugar” e como efeito da radicação territorial das redes- “ancoragem” determinada por fatores culturais- determinam uma consolidação do sentido de pertença da comunidade local. (Pollice, 2010, p.9) A identidade para Pollice(2010) é um fenômeno dinâmico, resultado da interação entre uma comunidade e seu espaço relacional.

Para Pollice (2010) uma forte identidade territorial contribui com os processos de desenvolvimento endógenos que se manifestam em escala local e tem condições de predeterminar objetivos e estratégias. Sendo assim, “a identidade territorial, onde oportunamente valorizada, pode contribuir ao desenvolvimento e à implantação dos processos inovadores em escala local”. (Pollice, 2010, p.11)

Aproximações: fenomenologia e geografia

Segundo Holzer (2008) o artigo “Humanistic Geography” é considerado o marco de um movimento que assumia a feição de um novo campo disciplinar dentro da geografia norte-americana.

Holzer (2008) afirma que Sauer, em 1925, o estudo das paisagens deveria se constituir baseado em um sistema crítico fundamentado na fenomenologia da paisagem. Estas ideias se expandiram nos Estados Unidos e exterior, propiciando a criação de muitos cursos de “geografia cultural”.

Um outro geógrafo norte-americano, este de tradição da geografia histórica, John Kirtland Wright, tinha a ideia de incorporar a subjetividade nos estudos geográficos, produzindo uma geografia que estivesse além das análises sistemáticas, uma “geosofia histórica”. (HOLZER, 2008)

De acordo com Santos (2001, p.75) os geógrafos humanistas começaram a utilizar as noções fenomenológicas, por conta do descontentamento com os modelos mecanicistas e cientificistas da Nova Geografia.

Para Buttimer (1982) os fenomenologistas com os existencialistas apregoam “o argumento da libertação da experiência vivida, apelando por descrições mais concretas do espaço e do tempo, e de seus significados na vida humana diária.” A autora afirma que a fenomenologia e o existencialismo, não podem promover soluções prontamente feitas para os problemas epistemológicos enfrentados pela ciência atualmente. Entretanto, vistos como novas perspectivas apontam em direção a novas facetas da pesquisa geográfica, como um valioso desenvolvimento.

No início da década de 1960, David Lowenthal, ex-aluno de Sauer, revisa a obra de Wright, com a intenção de renovar a geografia cultural. Seu ponto de partida era a “geosofia”, buscando uma ciência que: “abarcasse os vários modos de observação, o consciente e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo, o fortuito e o deliberado, o literal e o esquemático.” (HOLZER, 2008, p.138)

A geografia analítica abarcava a maior parte dos estudos no início da década de 1960 nos Estados Unidos. Aos poucos geógrafos analíticos, culturais e da geografia histórica interessados na aproximação com a história, a sociologia a psicologia e a antropologia reuniram-se e em um Encontro Anual da AAG, em 1995, traçando uma linha de ação para uma geografia cultural e histórica renovada, que teria como pontos de partida o “meio pessoalmente apreendido” e as “aproximações humanísticas”, faltando ainda um suporte teórico-conceitual que a diferenciase da geografia comportamental.

Relph em 1970 foi o primeiro a considerar a fenomenologia como o suporte teórico das “aproximações humanísticas”, sendo utilizado “para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva.” (HOLZER, 2008, p.140). Tuan, Mercer e Powell, também exploraram as relações da geografia com a fenomenologia.

De acordo com Holzer (2008) Anne Buttimer sugeria as noções da fenomenologia existencialista, a intencionalidade e o mundo vivido a serem utilizadas pela geografia. Além disso,

ao longo dos anos 1970, havia outros com linhas de pesquisa semelhante. Os mais próximos eram os geógrafos culturais.

Almeida (2008) afirma que as investigações acerca de lugar e identidade, revelam os antes ignorados sentidos de lugar e visões das paisagens.

O turismo e a comunidade Quilombola Kalunga

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga localizado nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás no Norte e Nordeste do estado de Goiás, se caracteriza como o maior quilombo do Brasil. Aproximadamente 3.752 pessoas residem nas comunidades espalhadas no território Kalunga, que possui uma área de 263,2 mil hectares. Entre os povoados estão o Vão de Alma, Vão Contenda, Riachão, Engenho I e Engenho II, Vão do Moleque, Sucuri, Curriola, Ema, Taboca, Areia, Maiadinha e o de Capela.

A região em que está inserida esta comunidade é uma das áreas com cerrado mais preservado, o que é possibilitado tanto pelo modo de vida da população, como pelo relevo montanhoso da área, que não era adequado para o ser utilizado pelo agronegócio.

Entretanto, existem diversas pressões externas que ameaçam o território kalunga. Compreendemos o turismo como uma possibilidade de desenvolvimento local para os kalunga, que pode possibilitar um empoderamento e fortalecer os laços identitários desta comunidade. Entretanto, é necessário destacar o tipo de turismo de que estamos falando.

O turismo de base comunitária vem se apresentando como mais uma opção de desenvolvimento, se inserindo em um conjunto de atividades que representam uma nova multifuncionalidade dos espaços rurais. Esta multifuncionalidade abarca atividades tais com: “a tradicional produção agrária, os serviços ambientais que ela pode oferecer, os valores cênicos e paisagísticos e a própria cultura derivada da relação entre os habitantes e o meio onde vivem.” (Sansolo e Bursztyn, 2009, p.143) Desta maneira, o turismo vem sendo uma opção para habitantes do espaço rural. O Ministério do Turismo (MTur) define da seguinte forma o turismo de base comunitária:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizada pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTur, 2009 *apud* Sansolo e Bursztyn, 2009)

O tipo e significado do turismo são diversos no turismo de base comunitária no Brasil e no mundo. Sansolo e Bursztyn (2009) destacam como componentes que sustentam esta proposta de turismo a conservação ambiental e valorização da identidade cultural, assim como, a geração de benefícios diretos para as comunidades receptoras.

O sítio Kalunga apresenta grande potencial turístico, por seus atrativos naturais, as cachoeiras, e pelo cerrado preservado, e a possibilidade de contato com a cultura e modo de vida dos kalunga.

O turismo se mostra assim uma fonte de renda e trabalho muito próspera, entretanto ainda visto como atividade complementar, pois para os envolvidos com o turismo, a maior parte no trabalho de guagem, a renda do turismo chega a 30% da renda total. As festas religiosas, como a Folia de Santo Antônio, também são um atrativo para os turistas. O turismo propicia uma melhor renda para os proprietários de *campings*, de restaurantes e dos condutores de turismo. (ALMEIDA, 2015) De acordo com Sansolo e Bursztyn (2009), o turismo não é a única atividade econômica e muitas vezes, não é a mais importante, mas se constitui como um apoio a revalorização da identidade cultural e a luta pela manutenção dos modos de vida e pelo direito à terra e ao

empoderamento, por meio da criação de redes solidárias e da valorização da conservação ambiental como um valor intrínseco aos seus modos de vida e não apenas como produto a ser mercantilizado.

Como desafios para o turismo, a Associação dos Quilombolas ainda não consegue ser uma interlocutora e programar um plano de desenvolvimento do turismo no sítio como um todo. São as operadoras, agências de turismo que se consolidam na atividade turística no Sítio Kalunga. (ALMEIDA, 2015) Seria preciso um maior envolvimento da população e da associação dos Kalunga.

A partir do exposto, compreende-se o turismo de base comunitária como uma possibilidade de reforçar os laços identitários, pois a comunidade kalunga estaria em contato com o “outro”, possibilitando a alteridade e a manutenção de seu vínculo com o território, e como possibilidade de uma atividade que possibilite aos kalunga, exercerem eles mesmos, a partir de suas demandas, organizadas coletivamente, a utilização do território e paisagens para fins turísticos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da geografia cultural**. Geonordeste, Revista de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão n. 1, jul. 2008, p. 33-53.

ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). Territórios e identidades dos Kalunga de Goiás. In: _____ **O Território e a comunidade Kalunga: Quilombolas em diversos olhares**. 1 ed, Goiânia: Gráfica UFG, v. 1, 2015, 329 p.

BERQUE, Augustin. **Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique, pour une géographie culturelle**. In: L'Espace géographique, v.12, n. 1, 1984.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: um século (III)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. p. 83-131.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 15-37.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista: uma revisão**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro: UERJ, p.137-147, 2008. Edição comemorativa.

SANSOLO, Davis Gruber, BURSZTYN, Ivan, Turismo de Base Comunitária: Potencialidade no espaço rural Brasileiro, In: BARTHOLO, Roberto, SANSOLO, Davis Gruber, BURSZTYN, Ivan (Org.), **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**, Rio de Janeiro: Letra e Imagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ministério do Turismo, 2009, p. 142-151.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p.61-74.

TROLL, Carl. **A paisagem geográfica e sua investigação**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro: UERJ. N.4, p.1-7, junho. 1997.

MUDANÇAS DE USO E COBERTURA DA TERRA: A PAISAGEM NO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ (GO)

Marcelo Cardoso Monteiro

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás UFG – IESA (Instituto de Estudos Socioambientais) e professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: marcelocardosogeo2013@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como foco, a aplicação de geotecnologias, representadas por meio de Sistema de Informações Geográficas (SIG), Sistema de Posicionamento por Satélites (GPS), sensoriamento remoto e geoprocessamento para o estudo holístico da paisagem visando diagnosticar de maneira mais satisfatória as constantes intervenções humanas na paisagem e as vulnerabilidades e fragilidades ambientais decorrentes. Para isto, adotar-se-á uma abordagem multitemporal para analisar a paisagem e a dinâmica do uso e cobertura da terra e os possíveis impactos ambientais no município de Itaberaí (GO), para o período entre 1972 e 2016. Portanto, é necessário obter aquisição de informações para complementação dos mapas de uso e cobertura da terra, bem como, apreender informações da realidade para complementação das análises cartográficas e estatísticas.

Palavras-chave: Geotecnologias – Impactos Ambientais – Paisagem – Uso e Cobertura da Terra

Introdução

A relação do homem com o meio demonstra a mútua influência de um sobre o outro em diferentes épocas e lugares, retratando o resultado desta inter-relação, a modificação da natureza. Tais modificações, principalmente na cobertura da terra sempre promovem impactos ambientais, sejam eles de natureza e magnitude diretamente locais, ou em uma escala de abrangência regional.

À medida que ocorrem e se intensificam o uso da terra, conseqüentemente, há aumento de impactos ambientais ou maior potencialidade de ocorrências destes. Tem-se como expressão mais real desta premissa o ambiente urbano das metrópoles, o qual promove grande pressão no meio físico natural, resultado da acelerada expansão da malha urbana e crescimento demográfico (GUERRA; MARÇAL, 2006).

O urbanismo e a urbanização no Brasil tiveram um relativo salto evolutivo principalmente no século XIX e século XX, onde está relacionada diretamente à expressão industrialização x urbanização, tendo neste período a criação de nossas cidades atuais, compostas como as demais, mundo afora, de espaços construídos e espaços não construídos, fruto do modelo de desenvolvimento econômico vigente (SANTIAGO; MEDEIROS, 2002).

Estudos deste tipo se mostram cada vez mais necessários, uma vez que envolvem a proteção e conservação de ambientes naturais, que são de suma importância para a garantia da manutenção da vida de inúmeras espécies, bem como da dos seres humanos. A intrínseca relação Sociedade e Natureza, torna-se a base para as mais profundas análises tanto de cunho ambiental quanto social, uma vez que estes interagem direta e indiretamente entre si.

Paradoxalmente, à medida que uma cidade cresce, promovendo os mais diversos impactos ambientais, cada vez mais necessita de suporte ambiental no seu entorno, visto que o crescimento demográfico demanda maior uso de recursos naturais. Nesse contexto, os serviços ambientais promovidos pelos ecossistemas têm grande valor, e interferem diretamente na qualidade de vida da população urbana (COSTANZA et al., 1997).

O uso constante dos recursos naturais, principalmente dos não renováveis, é procedente do acelerado processo de industrialização e globalização. Tal cenário vem desenvolvendo um volume

enorme de poluição e mau uso dos recursos, o que tem acarretado grandes transformações ambientais e aumento de desastres naturais.

Para evitar a degradação ambiental, Silva et al, (2003), comentam que, se faz necessário acompanhar o desenvolvimento local e indicar possíveis falhas no planejamento e gestão de obras na área a ser trabalhada e dos recursos voltados e apresentados por ela. Desta forma afirmam que se pode racionalizar a exploração dos bens disponíveis e direcionar a ocupação do solo para fins adequados em função de sua capacidade de exploração, empregando-se meios de preservar a qualidade do ambiente.

Portanto, serão apresentados neste trabalho, a descrição da área de estudo, o mapeamento da mesma, as mudanças de uso e cobertura da terra e a análise da paisagem do município de Itaberaí, desenvolvidos com o uso de técnicas de geoprocessamento.

A paisagem, segundo Bertrand (1971), é uma determinada porção do espaço, resultado de uma combinação dinâmica e, portanto, instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, a tornam um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. Cavalcanti (1998), nos informa que o conceito de paisagem na geografia tem como campo de estudo os “aspectos e fenômenos que ocorrem para modelar, organizar e modificar materialmente o espaço”.

A estrutura da paisagem pode ser definida pela área, forma e disposição espacial, como, por exemplo, pelo grau de proximidade e de fragmentação das unidades de paisagem. As unidades de paisagem representam cada tipo de componente da paisagem, tais como unidades de recobrimento e uso do território, ecossistemas e tipos de vegetação (Metzger, 2001). Neste contexto, faz-se considerações sobre o uso e cobertura da terra para delimitar as unidades de paisagem.

Santos (1988), define a paisagem na linha dialética como “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem”. Não obstante, o autor afirma que a paisagem é uma aproximação, um primeiro contato do pesquisador com seu objeto de estudo, o que é reforçado e acordado por Cavalcanti (1998) que considera a paisagem “uma chave inicial para apreender as diversas determinações do lugar”.

Desta forma, podemos enfatizar o Bioma Cerrado, uma vez que o mesmo tem passado por intensas e rápidas mudanças na cobertura e uso da terra desde a década de 1970. Tais ações de ocupação, desencadeadas principalmente por ações estatais, visavam implantar nesse espaço a agropecuária moderna (KLINK & MACHADO, 2005; SANO, 2002), devastando aproximadamente 50% da cobertura vegetal original (JEPSON, 2005).

Tal realidade de utilização das terras, é comum para as unidades da federação que eram ocupadas por vegetação do tipo Cerrado, como é o caso do estado de Goiás, o qual conserva apenas 30% de vegetação remanescente (COELHO & SOUSA, 2016). Concentradas principalmente na região norte do estado, já que centro e sul de Goiás possuem alto grau de ocupação.

O município de Itaberaí - GO, localizado na microrregião de Anápolis, possui uma história de uso da terra com mais de um século, é um recorte que reflete bem a realidade do Bioma Cerrado. Nota-se que a paisagem natural se encontra bastante modificada pela intensa atividade antrópica e enfrenta atualmente grandes problemas causados pela ocupação desordenada na área rural. Estas modificações de uso e cobertura da terra vêm sendo motivo de discussões em vários segmentos da sociedade e envolvem, em linhas gerais, a velocidade da ocupação do espaço, o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis e a degradação desse espaço pela má utilização desses recursos.

O levantamento da cobertura vegetal e do uso da terra é indispensável para o planejamento racional que irá superar problemas de desenvolvimento descontrolado e de deterioração da qualidade ambiental, porém, as técnicas convencionais caracterizam-se pelo alto custo e pela dificuldade de obter dados em um curto período (PEREIRA *et al.*, 1989). O uso de sensores orbitais tem demonstrado grande utilidade na detecção de informações sobre os recursos naturais, principalmente quando relacionado à cobertura vegetal e ao uso da terra, além de representar

economia e rapidez no levantamento dos dados. A obtenção das informações, a partir de sensores remotos integrados aos dados fornecidos pelo trabalho de campo, permite a adequação dos programas de planejamento e monitoramento dos ecossistemas e do uso da terra.

No caso de Itaberaí, a qual apresenta uma população de pouco mais de 37 mil habitantes (IBGE, 2010), e representa importância econômica quanto a produção agrícola, detendo, grandes áreas destinadas a lavouras temporárias, além de se destacar quanto a produção de frangos (avicultura), possuindo, rede de produtores e plantas industriais em seu território. Todavia, mesmo com a importância agrícola, que certamente tem potencial de gerar impactos ambientais de grande magnitude, é um recorte ainda pouco analisado, e que requer numa perspectiva geográfica uma análise holística, que prima pela integração dos elementos naturais e socioeconômicos. Tais análises favorecem o planejamento e a gestão racional da paisagem, garantindo, a médio e longo prazos, o uso sustentável dos recursos agrícolas para a presente e as futuras gerações.

Área de estudo

O município de Itaberaí, possui área aproximada de 1.457,3 km² e contava com 35.412 habitantes no último censo demográfico de 2010 (IBGE, 2016). A densidade demográfica é de 24,3 habitantes por km² no território do município. Itaberaí se situa a aproximadamente 102 quilômetros de Goiânia, capital do estado de Goiás, e está dentro da divisão regional do estado na microrregião de Anápolis (Figura 1).

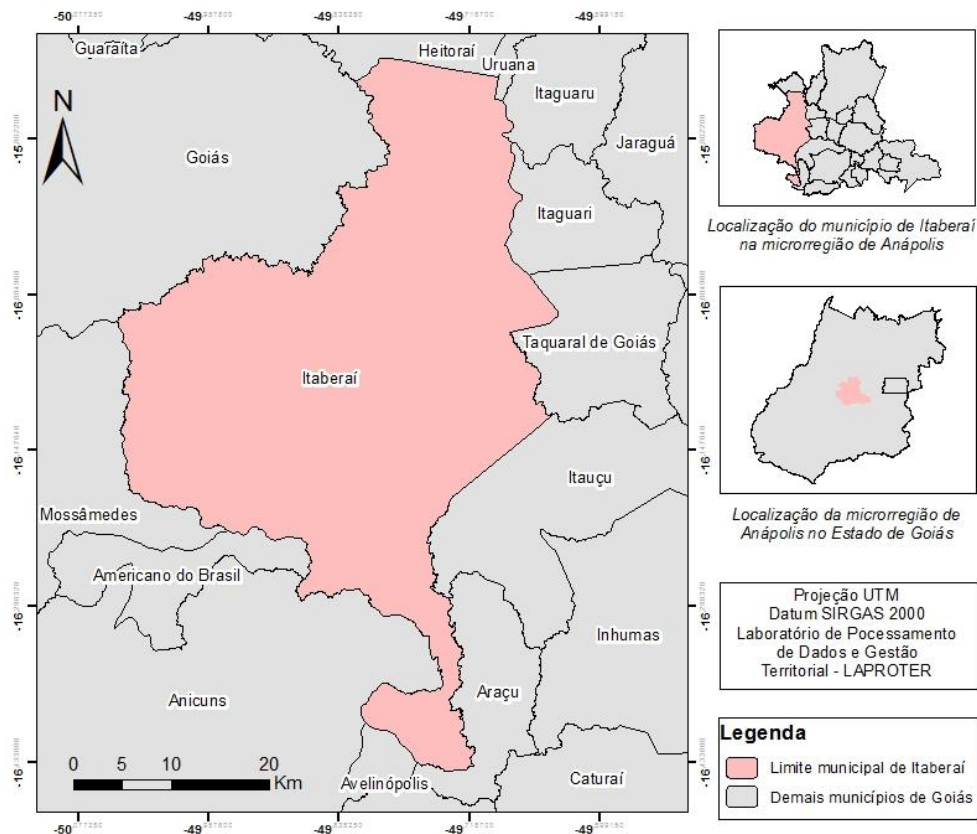


Figura 1: Mapa de localização do município de Itaberaí (GO)

A região de Itaberaí, constitui-se em uma zona de rico potencial agrícola que, durante décadas é utilizada de forma intensiva para realização de culturas agrícolas e constituição de

pastagens. Sua intensidade de uso, deriva da proximidade com a Cidade de Goiás, antiga capital do estado, que já era explorada desde o século XIX para produção aurífera.

Para a concretização do trabalho, foi criado um fluxograma metodológico com dados que subsidiarão o entendimento de todas as etapas utilizadas para a efetivação do mesmo, com a simplificação dos procedimentos, os quais envolvem aquisição de dados satelitários e estatísticos, processamento dos dados e construção dos resultados. Tais procedimentos podem ser conferidos na figura 2.

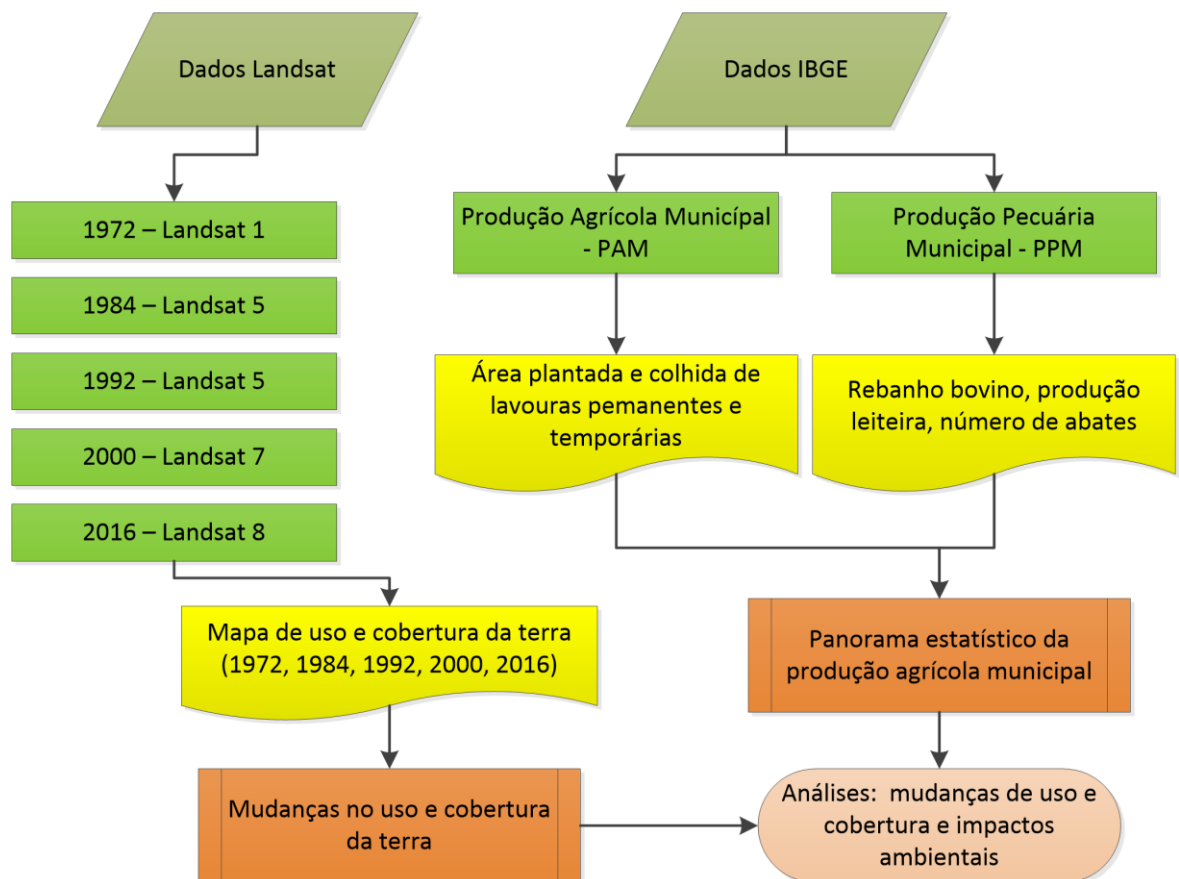


Figura 2: fluxograma metodológico da pesquisa

Dados Utilizados

Dados Landsat

Os dados de satélites utilizados nesta pesquisa, ainda de forma parcial, são provenientes da série estadunidense Landsat, mais particularmente do sensor *Operational Land Imager* (OLI) a bordo do satélite Landsat 8 e podem ser adquiridos de forma gratuita no site do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS) (<http://earthexplorer.usgs.gov/>). A órbita/ponto necessária para mapear a área estudada é a 222/71 a qual tem como anos (1972 – 2016). Nesta mesma proposta, utilizar-se-á como bases os respectivos satélites da série Landsat: 1972 Landsat 1, 1984 Landsat 5, 1992 Landsat 5, 2000 Landsat 7 ETM+ e 2016 Landsat 8, tendo obrigatoriamente dados da estação seca e da estação úmida (preferência de agosto e fevereiro respectivamente) a fim de interpretá-los considerando o comportamento sazonal dos diferentes alvos da superfície terrestre. Com estes mapeamentos é possível diagnosticar os processos de mudanças no uso e cobertura da terra na área de estudo.

Chander et. al. (2009), faz uma classificação dos satélites da série Landsat em três grupos, baseando nos sensores e nas características de suas plataformas. Segundo o autor, o primeiro grupo refere-se aos satélites Landsat 1, 2 e 3, equipados com o *Multispectral Scanner System* (MSS), dotado de quatro bandas espectrais que vão desde o azul-visível até o infravermelho próximo (CHANDER et. al, 2009). O segundo grupo inclui o Landsat 4 e 5 equipados com o sensor *Thematic Mapper* (TM). O terceiro grupo consiste no Landsat 6 e 7, equipados com o *Enhanced Thematic Mapper* (ETM+). Tanto o sensor TM e ETM+ apresentam melhorias em relação ao sensor MSS.

No quadro demonstrativo 1 são apresentados alguns dados sobre cada satélite da série Landsat.

Quadro 1: Sensores que serão utilizados para mapeamento do uso e cobertura da terra

SATÉLITE	SENSOR	ANO
Landsat 1	MSS (Multispectral Scanner System)	1.972
Landsat 5	MSS (Multispectral Scanner System)	1.984
Landsat 5	TM (Thematic Mapper)	1.992
Landsat 7	ETM+ (Enhanced Thematic Mapper)	2.000
Landsat 8	OLI (Operation Land Imager)	2.016

Dados estatísticos e censitários

Os dados estatísticos e censitários usados para modelagem do cenário produtivo agrícola, se constituem dados do IBGE (<http://www.sidra.ibge.gov.br/>), em duas pesquisas diferentes: Produção Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM). Tais pesquisas, disponibilizam, dados estatísticos anualmente sobre a produção no campo brasileiro para todos os 5.570 municípios. São utilizados os dados de área plantada de lavouras temporárias e permanentes (PAM), e os dados de rebanho bovino, número de suínos e aves, produção leiteira e número de abates.

Também são utilizados dados dos Censos Agropecuários brasileiros, os quais apresentam dados com intervalo temporal de uma década entre 1920 e 2006.

Tais dados permitem modelar um panorama da evolução da produção agrícola municipal, complementando as análises dos mapas de cobertura e uso da terra, permitindo uma análise integrada para compreensão das mudanças de uso e cobertura no município de Itaberaí.

Uso e Cobertura da Terra

Os planos de informações de uso e cobertura da terra para o município de Itaberaí -GO (1972, 1984, 1992, 2000 e 2016), será construído por meio do processamento das imagens da série Landsat, as quais serão submetidas a Classificação Supervisionada em ambiente SIG. O algoritmo que será utilizado é o Máxima Verossimilhança (*Maximum-Likelihood*), e serão definidas cinco principais classes de uso: agricultura, área urbana, florestamento, pastagens e vegetação.

Resultados Esperados

Os resultados esperados ao final desta pesquisa relacionam-se com o avanço da compreensão do recorte espacial da cidade de Itaberaí-GO, no que diz respeito a conversão de sua cobertura vegetal e apropriação para atividades antrópicas, tendo como foco a modelagem dos impactos ambientais.

A expectativa é que a pesquisa colabore na gestão do território, na medida em que apresente, características, potencialidades e fragilidades socioambientais na área estudada. Espera-se que o

trabalho possa servir como mais um instrumento norteador com vistas ao Ordenamento Territorial do município, tendo como desafio principal conciliar as atividades produtivas da cidade de Itaberaí, a qual certamente nos próximos anos pode passar por processos de expansão urbana acentuados, não diferente de outras capitais localizadas no Bioma Cerrado.

Referências bibliográficas

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Física Global: Um Esboço Metodológico**. Rev. IGEO/USP, Cad. Ciênc. Terra, 1971.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Papirus: Campinas, 1998.

COELHO, R. V.; SOUSA, S. B. **Utilização de imagens de satélite para criação do mapa de uso e cobertura da terra para o estado de Goiás – Ano base 2015**. Anais do III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG. Pirenópolis, 2016.

COSTANZA, R., R. D'ARGE, R. DE GROOT, S. FARBER, M. Grasso, B. HANNON, S. Naeem, K. LIMBURG, J. PARUELO, R.V. O'NEILL, R. RASKIN, P. SUTTON, M. BELT, V. D. M. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature** 387:253-260, 1997.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. dos S. **Geomorfologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 192p.

METZGER, J. P. **O que é ecologia de paisagens?** Biota Neotropical, 2001

SANTIAGO, Alina Gonçalves; MEDEIROS, Rodrigo Althoff. **Áreas verdes, praças e comunidade**. Episteme, Tubarão, v. 9, n. 26/27, p. 45-48, mar./out. 2002.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

LAZER E GEOGRAFIA: UM PANORAMA DA IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DO LAZER NO ESPAÇO URBANO

Fabricio da Mata Lucas

Mestre em Geografia e Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto
Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Câmpus Ituiutaba
fabriciolucas@iftm.edu.br

Resumo: O presente trabalho visa retratar uma reflexão levantada em nossa Dissertação de Mestrado acerca das relações entre o lazer e a Geografia. Levantamos em tal estudo a ocorrência de políticas públicas voltadas para o lazer em áreas sujeitas à exclusão social em uma cidade média do interior paulista, no caso, Presidente Prudente. No presente texto, procuraremos focar em uma reflexão teórica a respeito da prática do lazer e de sua inserção no entendimento da problemática urbana, com ênfase na relevância dada a esta prática social como possibilidade de ampliar a qualidade de vida nas cidades.

Palavras-chave: cidade, política pública, qualidade de vida e áreas de exclusão.

Pensar o lazer numa sociedade que vem atingindo um alto grau de informação, manuseando novas técnicas⁹ e se caracterizando como pós – industrial, significa pensar em uma permanente diminuição da jornada de trabalho e em consequência uma maior preocupação com relação ao uso do tempo livre e aumento da qualidade de vida.

Essa preocupação com o bem estar e a qualidade de vida vem crescendo em escala mundial, o que não significa dizer que o tempo destinado a tais práticas que contemplem momentos de lazer vem se expandindo de maneira análoga entre os diversos segmentos da sociedade e entre os diversos países. O que vem ocorrendo, sobretudo, é uma expansão das práticas e atividades de lazer para as classes mais abastadas e que detêm um maior poder de consumo.

Ao pensarmos o lazer no âmbito da ciência geográfica, temos em vista a dificuldade existente na tentativa de aproximar atividades possíveis de serem vivenciadas em um tempo ‘livre’ ou ‘disponível’ com a discussão científica que envolve a Geografia.

Na visão de Jesus (2003), ao tentar lidar com uma discussão acerca da utilização do tempo livre, possível de se vivenciar o lazer, verifica-se a pouca expressividade dada a essa discussão na literatura geográfica. Nesse sentido, o autor destaca que:

Cabe aos geógrafos, indubitavelmente, o estudo de suas implicações territoriais ou, no sentido mais geral, de sua espacialidade. Entretanto, esta dimensão espacial permanece pouco estudada, pois quando examinamos a trajetória do pensamento geográfico, o que se percebe em seu extenso e mutante repertório temático é justamente a escassez de preocupações quanto ao uso do tempo livre. (JESUS, 2003, p.8).

Diante do exposto, denota-se imprescindível refletirmos acerca do lazer no âmbito da Geografia, e nessa perspectiva tentar compreender como se configura a prática do lazer no âmbito do espaço urbano, no caso, com foco na cidade de Presidente Prudente – SP. O presente texto visa

⁹ Podemos utilizar a expressão “meio técnico científico informacional” elaborada por Milton Santos para identificar esse período no qual ciência e técnica se fundem, gerando uma aceleração espaço/temporal e um aumento da informação, sendo que a ciência precede a técnica, e sua realização se encontra grandemente atrelada a esta última. (SANTOS, 1988).

contemplar como a prática do lazer é apropriada e consumida na sociedade atual e, conseqüentemente, algumas breves percepções da população local acerca da presença e do uso de equipamentos públicos ligados a tal prática, sobretudo em algumas áreas mais vulneráveis sujeitas a processos de exclusão.

Para intensificarmos essa discussão e formular um possível debate que envolva a relação entre o lazer e a Geografia, torna-se pertinente partirmos de uma tentativa de conceituar a Geografia com ênfase e prioridade no espaço geográfico, para que tenhamos os subsídios necessários para identificar a relação espacial presente na prática do lazer.

Corrêa (2003) destaca que:

Como ciência social a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos – chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície da terra: paisagem, região, espaço, lugar e território. (CORRÊA, 2003, p.16).

Conforme nos apresenta Corrêa (2003), é necessário pensarmos o espaço geográfico em sua multidimensionalidade, ou seja, como algo que é absoluto e relativo, “[...] descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e campo de lutas”. (CORRÊA, 2003, p.44).

No dizer de Santos (1988), a ciência geográfica caracteriza-se como uma ciência do espaço do homem. Assim, cabe a nós situarmos o espaço geográfico como categoria que apresenta grande relevância para a compreensão da Geografia enquanto ciência.

Para Santos,

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. [...] O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais. (SANTOS, 1988, p.71).

Esse mesmo autor faz referência à característica do movimento inerente ao espaço e destaca que o “[...] espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade”. (SANTOS, 1988, p.77). A paisagem, nesse sentido, ganha o status de conjunto de coisas diretamente perceptíveis aos nossos sentidos, enquanto a configuração territorial representa o conjunto total e integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível.

Corrêa enfatiza a organização espacial como sendo o “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, sendo uma materialidade social”. (CORRÊA, 1986 apud CORRÊA, 2003, p.28). Esse autor adverte ainda que o espaço se constitui através das ‘práticas espaciais’, que são “[...] ações que contribuem para garantir os diversos projetos. São meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão do território”. (CORRÊA, 2003, p.35).

Com base nos diversos posicionamentos colacionados acima, podemos, então, pensar no espaço como sendo uma totalidade que compreende objetos (naturais e artificiais), atores sociais, ações e conflitos que se inter-relacionam e se realizam num constante movimento. Essa totalidade, por sua vez, é constituída pela ação do homem sobre o próprio espaço por intermédio de tais objetos e se materializa por via do território e dos lugares.

Portanto, devemos compreender como as formas espaciais que são dadas num determinado momento podem conter muitas vezes os reflexos do passado ou de outras formas espaciais que se transformaram e vêm se transformando através de um constante movimento que se estabelece pelo intermédio das ações do homem.

Faz-se necessário enfatizarmos nesse sentido, a relação espacial presente no conteúdo das práticas de lazer. Pois, conforme Marcellino (1996, p.3) nos apresenta, “é

importante ressaltar, [...], que o entendimento do lazer não é efetuado ‘em si mesmo’, mas como uma das esferas de ação humana historicamente situada”.

Para o presente autor, é possível visualizar o “lazer como a cultura compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no tempo disponível”. (MARCELLINO, 1995, p.31).

Queremos, nesse momento, identificar o lazer como uma prática essencial ao ser humano independente de classe, sexo, idade, etnia ou religião. Mas acima de tudo, é relevante pensarmos além do aspecto pertinente ao tempo livre, procurando enfocar o espaço como lócus fundamental da ocorrência dessa prática.

É nesse sentido que estamos pensando nessa relação entre a Geografia e o lazer, ou seja, como o homem enquanto ator social que garante a produção e (re) produção do

espaço no qual se insere, portanto, espaço este que é construído socialmente, consegue pensar em um espaço destinado ao lazer. O que pode ser compreendido como espaço de lazer? Será que pode ser caracterizado como espaço de lazer apenas as áreas portadoras de equipamentos (específicos ou não) que sejam destinadas a tal prática?

Acreditamos que os espaços de lazer estejam muito além da delimitação de áreas específicas, mesmo assim, destacamos ser de grande relevância pensar em espaços direcionados para tal uso.

Para Camargo (2003, p.36), “[...] hoje percebe-se que não apenas a cidade é em si mesma um espaço de lazer, como todos os seus espaços podem e devem servir a esta finalidade”.

Seguindo este raciocínio, cabe a nós inserirmos a seguinte reflexão: Pensar a cidade através de suas ruas, praças, parques, áreas verdes, teatros, shopping centers, clubes, bares, lojas, através do contato entre vizinhos, etc, corresponde a múltiplos espaços de lazer que se inserem no âmbito do espaço vivido ou vivenciado por cada indivíduo dentro da cidade. Assim, pode-se dizer que os espaços de lazer são denominados através dos mais diferentes anseios da população, cada um tendo em mente a representação do seu espaço de lazer, discussão esta que remete a uma reflexão no nível subjetivo.

A partir, portanto, dessa lógica que vê a cidade em si mesma como espaço de lazer, significa pensar que o espaço de lazer de um morador que habita um condomínio ou loteamento fechado de médio a alto padrão aquisitivo não é o mesmo que o de outro morador da mesma cidade que habita um bairro mais carente e vulnerável a processos excludentes. Isso nos remete à ideia da existência de uma apropriação desigual do espaço intra urbano, o que reflete numa lógica de fruição desigual da prática do lazer. Essa lógica desigual de apropriação do lazer é que propicia a identificação de diferentes espaços destinados a tal prática, atrelados muitas vezes a uma forte conotação dada ao consumo.

Diante de uma nítida segmentação do tempo temos, portanto, a emergência do Espaço de distração, ou seja, o possível espaço de lazer marcado por essa desigual forma de apropriação. Uma necessidade que é socialmente produzida e, portanto, integrada aos condicionantes pode, efetivamente ser apropriada pelo consumidor. Nesse movimento de apropriação, o Espaço é convertido em Lugar. Pois, que o Espaço para o tempo livre é uma reificação operada pelo mercado, disso não resta dúvida. Todavia, a consciência do sujeito acerca dessa nuance já não pode ser atestada com a mesma facilidade, mesmo porque a “liberdade” do tempo de lazer se opõe de maneira contraditória à “necessidade” do mercado:

Na medida em que a publicidade e a cultura de consumo atuam nas sociedades capitalistas como instrumentos que corrompem a arte, a cultura, as necessidades e a própria vida, e na medida em que legitimam a conversão de tudo em mercadoria, elas contribuem para a generalização do processo de reificação ou coisificação. Nesse sentido,

o lazer – enquanto atividade a ser realizada num tempo considerado “livre” – também é mercadoria nas sociedades regidas pela lógica e racionalidade do capital. Por isso, tempo livre e capitalismo formam um par imperfeito, do ponto de vista do caráter de liberdade atribuído a este tempo. (PADILHA, 2006, p.146-147)

Ao tentarmos exemplificar a apropriação desigual dos equipamentos dispostos no espaço intra urbano para a fruição do lazer, focamos na cidade de Presidente Prudente, utilizada como referência em nossa investigação. No âmbito dessa cidade, tomamos como exemplo o “Parque do Povo”, o qual pode ser caracterizado como um dos principais espaços públicos de lazer da cidade. Esse parque pode ser considerado como grande exemplo e ‘modelo’ para a implantação de vários outros parques e praças de lazer instaladas em áreas de fundo de vale ao longo da cidade, muitas delas em áreas periféricas sujeitas a processos de exclusão social.

Pensando no “Parque do Povo”, torna-se possível estabelecer uma importante diferenciação no uso desse espaço de acordo com os diversos públicos que o frequentam, tendo em vista que o mesmo encontra-se localizado numa área mais central da cidade.

Tal espaço pode ser caracterizado por múltiplos olhares através das diversas formas de vê-lo e representá-lo, pois cada um se apropria dele de forma diferenciada e de acordo com sua disponibilidade de tempo e recursos. O cidadão de classe média se apropria predominantemente da pista de caminhada, transformando esse equipamento em verdadeiras ‘passarelas’ nos finais de tarde ao longo da semana. Já o cidadão que pertence a classes mais baixas, geralmente residente em bairros mais periféricos e distantes das imediações desse parque, se apropria desse espaço de forma temporária, acima de tudo nos finais de semana ficando em torno de bares, lanchonetes, playground com crianças e do teatro de arena onde ocasionalmente ocorrem eventos, como por exemplo, alguns shows. Temos em um mesmo espaço, considerando o Parque do Povo como um todo, uma nítida divisão em outros dois. De um lado o lazer da classe média e de outro o lazer das classes com menor poder de consumo, divisão esta que é evidenciada em termos de apropriação do espaço e do tempo de lazer.

Outra possibilidade de se vivenciar o lazer, é trazida à tona por Camargo (2003), se encontrando segundo este, grandemente associada à vida de pessoas mais desfavorecidas economicamente, embora essas na maioria das vezes ainda usufruem precariamente desse espaço. Para o referente autor, torna-se possível usufruir momentos de lazer no espaço da própria casa, ou seja, no espaço doméstico. Sendo que na visão deste, “a casa é, pois, o principal equipamento de lazer das pessoas”. (CAMARGO, 2003, p.37).

Nessa afirmação, é apresentada a ideia de que a maior parte do tempo livre ou disponível das pessoas é utilizado no espaço da própria casa, já que o indivíduo deixa de ser mais uma pessoa em meio a tantas outras, reconhecido pelo crachá do emprego ou por fazer parte de uma associação e passa a desenvolver a sua intimidade, seja individualmente ou com a família. “[...] Uma cidade que se preocupa com o lazer das pessoas, deve começar a preocupar-se com as casas em que seus habitantes moram”. (CAMARGO, 2003, p.37).

É relevante destacar que o ‘espaço de casa’ compreende o espaço materializado através do lugar, no qual o indivíduo pode em parte do seu dia ser ‘livre para ele mesmo’ e vivenciar relações com seu entorno, contemplando de atividades desinteressadas e porque não prazerosas. De qualquer forma, é fundamental reforçar a necessidade dos cidadãos vivenciarem a cidade em sua forma plena, tendo acesso aos diferentes locais e equipamentos, sobretudo, que existam opções de lazer de acesso público ao longo do espaço urbano principalmente para as pessoas que se encontram em áreas periféricas.

De uma forma geral, o que se observou na cidade de Presidente Prudente foi a predominância de um conjunto de praças dotadas de equipamentos esportivos, sendo bastante ínfima a presença de outros tipos de equipamentos culturais voltados para atividades coletivas,

como teatro, música, dentre outras. As quadras de areia, os parques infantis e os quiosques representam alguns dos equipamentos mais presentes nas áreas (praças) de lazer da cidade.

Outro aspecto de grande relevância que merece ser analisado a respeito dessas praças refere-se à presença de áreas verdes. A implantação dessas praças não deveria vir desacompanhada de vegetação arbórea propícia para gerar um maior conforto térmico durante os momentos de lazer. Observa-se a predominância de extensas faixas compostas por ‘gramados’, sendo possível constatar ainda a presença de outras espécies de maior porte, que ora aparecem de forma bastante reduzida em algumas praças, ora de forma mais presente em outras.

Ao pensar nessas áreas podemos destacar, fundamentalmente, a importância de gerar um novo uso, pois ambas se encontravam na maior parte das vezes degradadas, sendo marcadas pela deposição e acúmulo de diversos tipos de resíduos. Pensando assim, torna-se possível levantar a importância desse novo uso através da instalação de equipamentos de lazer, propiciando sem dúvida, ao menos paisagisticamente num primeiro momento, melhorias no âmbito das opções de lazer das pessoas que habitam essas áreas de periferia. Mesmo assim, não devemos deixar de ressaltar, conforme Amorim (2001) aponta, que segundo a lei municipal que regula a instalação de loteamentos urbanos, as áreas que deveriam ser destinadas para a formação de “sistemas de lazer” não poderiam ser as topograficamente menos privilegiadas no loteamento, não cabendo a ocupação maciça das áreas de fundo de vale.

De qualquer forma, foi possível verificar uma constante ampliação de tais “praças de lazer” em áreas de fundo de vale ao longo da cidade, obras inspiradas em uma relevante área de lazer pública mais centralizada já destacada - Parque do Povo - que serviu para valorizar o entorno e de certa forma acabou impulsionando o deslocamento de parte da população com menor poder aquisitivo.

Na visão de Miño (2004), a implantação desse conjunto de obras ligadas à urbanização dessas áreas de fundo de vale representou o grande “slogan” da administração municipal que esteve presente pela segunda vez à frente do poder, levantando até certa relação clientelista no interior do discurso de instalação de tais obras, porém, não deixa de ser algo consideravelmente positivo, ao constituir:

[...] Um fato muito interessante que os bairros beneficiados são áreas residenciais de população de renda baixa e média - baixa, [...], já que possibilitam áreas para o lazer da população que tem tido, historicamente, menos direito à apropriação de espaços como esses. (MIÑO, 2004, p.85).

No intuito de levantar brevemente o entendimento e uso dos moradores próximos a três praças de lazer localizadas na franja periférica da cidade, apresentamos a seguir uma tabela que evidencia a frequência dos moradores nesses espaços públicos destinados ao lazer.

Tabela 1 - Distribuição referente à frequência dos moradores nas praças de lazer

ÁREA	Frequência às praças de lazer (Nº absoluto e percentual %)				Total
	Não	Todos os dias	Finais de semana	Não possui regularidade	
1 – Ana Jacinta	51 25,37	17 8,46	25 12,44	108 53,73	201
2 – Z. Leste	121 64,36	12 6,38	3 1,61	52 27,65	188
3 – Watal Ishibashi	58 54,21	3 2,80	10 9,35	36 33,64	107
Total	230	32	38	196	496

Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor (julho/ agosto de 2006)

É possível destacar que não existe a princípio uma quantidade representativa de pessoas frequentadoras dessas praças durante todos os dias. Segundo os respondentes “chefes de família”, essa frequência durante os períodos da manhã e da tarde está exclusivamente ligada à presença de crianças, no período da noite observa-se a presença de outros segmentos como adolescentes e adultos. Muito embora, a presença nesse período da noite seja praticamente insignificante, se levarmos em conta o montante de pessoas entrevistadas e residentes nos respectivos domicílios entrevistados.

É importante destacar que grande parte dos respondentes enfatizou não haver condições de frequentar essas praças no período noturno, pois nesse período elas se tornam verdadeiros “(...) *redutos de marginais*”, prevalecendo o consumo de ‘drogas’ e entorpecentes. Quando nos referimos à frequência nos finais de semana, bem como à frequência que não apresenta uma regularidade específica, chegamos a percentuais bem maiores em ambas as áreas, com exceção da frequência durante os finais de semana na área 2 (Z. Leste). Embora a frequência de forma irregular em todas as três áreas seja considerável, não podemos perder de vista as diferenças fundamentais presentes no uso dessas praças de lazer. É significativo apontarmos que em apenas uma verificou-se grande frequência de pessoas, apresentando um percentual somando as frequências diárias, em finais de semana e irregulares de aproximadamente 75%, correspondendo à chamada área 1(Ana Jacinta).



Fonte: Trabalho de campo realizado pelo autor – 03/07/2005.
Figura 1: **Área de lazer (Z. Leste)**

É significativo destacar que a presença desses espaços de lazer representa algo extremamente vital para o bem estar urbano e, portanto, agrega valor à qualidade de vida nas cidades e principalmente em suas áreas sujeitas a processos excludentes, no entanto, é necessário que o poder público mantenha adequadamente o mobiliário, equipamentos, segurança e área verde, mas acima de tudo é dever da população ocupar tais espaços.

No dizer de Marcellino (1996, p.24), “esse caráter parcial que se observa quanto ao conteúdo, dificulta o estabelecimento de ações específicas, e é verificado também quando se procura detectar os valores associados ao lazer”. Mesmo assim, algo fundamental que consideramos, diz respeito à inclusão e não separação dessas novas áreas em “guetos” onde cada um dos grupos se sobressaia perante o outro, impondo uma espécie de apropriação privada desses espaços de lazer. De acordo com Gomes (2002, p.177), “o livre acesso (a tais espaços públicos) pressupõe a não - exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são os de interesse comum”. Algo que também é ressaltado por Frúgoli Júnior (1995), o qual reforça a necessidade do poder público tentar equacionar no mesmo ‘espaço’, os diferentes anseios da população. Tendo em vista, que a sociedade capitalista por ser em sua origem contraditória e desigual, congrega pessoas com diferentes origens sociais e com diferentes perspectivas quanto ao modo de se apropriar dos espaços públicos.

Tentamos, então, aproximar esse componente espacial inerente à Geografia com a questão do lazer, para termos condições de observar o lazer como uma prática que é socialmente construída no cotidiano das pessoas e que seus espaços são e devem continuar sendo pensados de variadas maneiras para propiciar a cidadania.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Margarete Cristiane de C. T. **Caracterização das áreas verdes em Presidente Prudente**. In SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Textos e Contextos para a Leitura Geográfica de uma Cidade Média**. Presidente Prudente: Programa de Pós – Graduação em Geografia - (Gasperr), 2001. P.37 – 52.

CAMARGO, Luiz O.de Lima. **Apropriação de Espaços Públicos para o Lazer**. In TURINO, Célio (Org.). **Lazer nos Programas Sociais – Propostas de combate à violência e à exclusão**. São Paulo: Anita, 2003. P.35 - 44.

CORRÊA, Roberto L. **Espaço, um conceito – chave da Geografia**. In CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C. e CORRÊA, Roberto L. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. P.15 – 47.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GOMES, Paulo César da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. P.129 -191.

JESUS, Gilmar Mascarenhas. A cidade moderna e as técnicas: uma nova espacialidade do tempo livre. (**Anais do encontro da Comissão de Geografia Cultural da União Geográfica Internacional**). Rio de Janeiro, 2003.

LUCAS, Fabrício da Mata. **A prática do lazer em áreas urbanas sujeitas à exclusão social em Presidente Prudente – SP** / Presidente Prudente: [s.n], 2007, 170 f. Dissertação (mestrado).

MARCELLINO, Nelson C. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1995.

_____. (Org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer – O papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

MIÑO, Oscar A. Sobarzo. **Os Espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2004.

PADILHA, Valquíria. **Consumo e lazer reificado no universo onírico do shopping center**. In: _____. (Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 126-155.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado – Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

GESTÃO DO ESPAÇO RURAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR: UMA ANÁLISE SOBRE O MUNICÍPIO DE NOVO REPARTIMENTO (PA)

Monique Helen Cravo Soares Farias
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA),
Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil
adm.moniquefarias@gmail.com

Christian Nunes da Silva
Doutor em Ecologia Aquática e Pesca na Amazônia. Pós-Doutorando em
Desenvolvimento Regional no PPGMDR/UNIFAP. Professor Adjunto II da Universidade Federal
do Pará (UFPA), Brasil

Norma Ely Santos Beltrão
Doutora em Economia Agrícola; Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Ambientais (PPGCA), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Brasil

Resumo: O crescimento vertiginoso e descontrolado das cidades despertou grandes preocupações de políticos, da sociedade e de cientistas, acerca dos mecanismos de proteção e defesa do bem-estar dos habitantes da cidade, em meio a um mundo globalizado economicamente. O Plano Diretor Municipal no Brasil, principal instrumento de planejamento de um município, se preocupou, até fins do século XX apenas com o planejamento urbano enquanto que o planejamento do espaço rural foi insipiente e várias vezes, inexistente. Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre o planejamento do espaço e a importância do Plano Diretor, fazendo referências ao do município de Novo Repartimento (Pará), mostrando como esse instrumento pode ser um importante aliado no ordenamento do espaço rural das cidades.

Palavras-chave: Áreas Rurais. Planejamento. Política.

1. INTRODUÇÃO

A pluralidade enquanto essência da cultura brasileira, verificada na configuração do território nacional e nos costumes impressos na paisagem, pouco se faz notória nos processos de urbanização, especialmente em cidades de médio e grande porte. Nesses centros, é recorrente a prática da organização espacial a partir das condições socioeconômicas de seus habitantes, caracterizando-se o solo urbano como uma mercadoria, suscetível às faanhas dos agentes produtores da cidade. Essa distribuição explicitamente desigual da população no território urbano agrava-se com a ocorrência de fenômenos frequentes, cujos desdobramentos implicam a perda da qualidade de vida urbana. O significativo número de vazios urbanos que geram lacunas na ocupação do solo e descontinuidade do sistema viário e das redes de infraestrutura e, em contraposição, o adensamento desordenado de algumas regiões, são algumas referências desses fenômenos (BATTUS & OLIVEIRA, 2016).

Segundo Henz et al. (2016), a transformação do Brasil teve início com o fortalecimento dos municípios, onde esse processo de mudança trazido com o robustecimento da municipalidade foi de grande importância no país quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, onde os municípios ficaram mais fortalecidos na conjuntura jurisdicional. O crescimento vertiginoso e descontrolado das cidades despertou grandes preocupações de políticos, da sociedade e de cientistas, acerca dos mecanismos de proteção e defesa do bem-estar dos habitantes da cidade, em meio a um mundo globalizado economicamente. Nesse sentido, a ocupação desordenada e em áreas

de riscos pela população, a falta de todas as infraestruturas sociais, a exemplo de saneamento básico, saúde e transporte, aliada à falta de planejamento público, o consumismo exagerado das populações, a poluição da água, do ar e das paisagens, a ausência de áreas verdes nas cidades e outras mazelas, frutos do caráter predatório da expansão econômica capitalista, vêm corroborando para deterioração da qualidade de vida do homem nas cidades.

O crescimento populacional, conforme apresentado por Braga et al. (2012), tem sido apontado como um dos grandes vilões da degradação dos recursos naturais, fato este reforçado pelos padrões culturais de vida da sociedade capitalista. Tal modelo de sociedade entende o meio ambiente como um mero provedor de recursos a baixo custo e, até pouco tempo, visto como fonte inesgotável e autorrenovável de insumos naturais. Em meio a este cenário, a crise ambiental e o agravamento dos problemas urbanos ganharam maior espaço nas discussões acadêmicas e sociais. Com isso, questões como moradia irregular, ocupação de áreas de preservação, falta de infraestrutura urbana, entre outras, indicaram a necessidade de renovação da forma de planejamento e de gestão do espaço, considerando aspectos sociais e políticos. Nesse contexto se inserem questões como a definição do que seja espaço urbano e espaço rural.

Apresentam Mesquita & Ferreira (2017) que o Plano Diretor Municipal no Brasil, principal instrumento de planejamento de um município, se preocupou, até fins do século XX apenas com o planejamento urbano enquanto que o planejamento do espaço rural foi insipiente e várias vezes, inexistente, visto que passou a ser incluído no Plano Diretor somente após a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001. A complexidade do mundo globalizado, a diversidade de atividades realizadas nos territórios obriga-nos a reconhecer suas características, tipos de usos e as atuais relações entre o urbano e o rural; tarefas importantes e necessárias ao desenvolvimento territorial.

Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre o planejamento do espaço e a importância do Plano Diretor, fazendo referências ao do município de Novo Repartimento (Pará), mostrando como esse instrumento pode ser um importante aliado no ordenamento do espaço rural das cidades.

2. METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido através de uma abordagem qualitativa com foco na revisão bibliográfica de artigos científicos, baseado em pesquisa documental, bibliográfica e análise e interpretação de documentos institucionais e da legislação pertinente, constituindo um trabalho com um enfoque interpretativo da realidade.

3. PLANO DIRETOR: INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

O conceito de Plano Diretor no Brasil surge por volta da década de 1950, embora já se utilizasse a expressão no Plano Agache em 1930. No entanto, foi após a promulgação da Constituição Federal (1988), nos artigos 182 e 183, que o Plano Diretor passou a ser usado como instrumento de política e desenvolvimento urbano, tendo como uma das suas principais funções ordenar a expansão urbana e o desenvolvimento das funções sociais, garantindo o bem-estar dos habitantes no município. Embora não sendo obrigatório aos municípios com menos de 20 mil habitantes, muitos deles utilizam-no como mecanismo de desenvolvimento urbano e municipal (FERREIRA, 2017).

Por meio do Estatuto da Cidade, de acordo com Martins & Godinho (2016), o Plano Diretor foi definido como o principal instrumento da política urbana, responsável por fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade, resumindo e tornando expresso o propósito acordado para o Município, estabelecendo princípios, diretrizes e normas a serem empregadas como sustentação

para as decisões dos envolvidos no processo de desenvolvimento, orientando a todos os públicos envolvidos para que caminhem, tanto quanto possível, na direção desses objetivos.

Define Braga (2001) que o Plano Diretor é um instrumento eminentemente político, cujo objetivo precípua deverá ser o de dar transparência e democratizar a política urbana, ou seja, o plano diretor deve ser, antes de tudo, um instrumento de gestão democrática da cidade. Nesse sentido, é importante salientar esses dois aspectos do Plano: a transparência e a participação democrática. A transparência é um atributo fundamental em qualquer política pública. Desse modo, um objetivo essencial do plano diretor deve ser o de dar transparência à política urbana, na medida em que esta é explicitada num documento público, em uma lei. Tornar públicas as diretrizes e prioridades do crescimento da cidade, de forma transparente, para a crítica e avaliação dos agentes sociais, esta é uma virtude básica de um bom plano diretor.

4. RESULTADOS

4.1 Apresentação do Plano Diretor Municipal

Por meio da Lei nº 550, em 14 de novembro de 2007, foi instituído o Plano Diretor do Município de Novo Repartimento, no estado do Pará, abrangendo a totalidade do território, sendo o instrumento básico da política urbana do Município e integrando o sistema de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei do orçamento municipal orientar-se pelos princípios fundamentais, objetivos gerais e diretrizes nele contidas.

Apresenta como objetivos:

- Considerar, no processo de planejamento e execução das políticas públicas a integração social, econômica, ambiental e territorial do Município;
- Construir um sistema democrático e participativo de planejamento e gestão da cidade;
- Garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, recuperando e transferindo para a coletividade parte da valorização imobiliária decorrente de ações do poder público;
- Regular o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano a partir da capacidade de suporte do meio físico, da infraestrutura de saneamento básico e das características do sistema viário;
- Combater a especulação imobiliária;
- Preservar e conservar o patrimônio de interesse histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico;
- Preservar visuais significativos dos principais marcos da paisagem urbana;
- Promover a urbanização e a regularização fundiária das áreas irregulares ocupadas por população de baixa renda;
- Induzir a utilização de imóveis não edificadas e não utilizados;
- Distribuir equitativamente os equipamentos sociais básicos;
- Preservar os ecossistemas e recursos naturais;
- Promover o saneamento ambiental em seus diferentes aspectos;
- Reduzir os riscos ambientais;
- Promover a reabilitação e o repovoamento da área central da cidade;
- Promover a acessibilidade universal, garantindo o acesso de todos os cidadãos a qualquer ponto do território, através da rede viária e do sistema de transporte coletivo;
- Promover políticas específicas as comunidades indígenas do Município;

- Implementar mecanismo para o desenvolvimento territorial urbano sustentável a agrovilas.

4.2 Ênfase no Planejamento Territorial Rural

Por meio das Políticas de Desenvolvimento Econômico, estipuladas no Capítulo VII do Plano Diretor, percebe-se a inserção do planejamento e assistência voltados ao desenvolvimento rural do município, apresentadas nas diretrizes:

- Intensificar e melhorar a assistência técnica na orientação sobre o emprego e utilização dos programas financeiros destinados ao pequeno produtor rural, associações e cooperativas agropecuárias;
- Intensificar e melhorar a assistência técnica na implantação e monitoramento de projetos destinados ao pequeno produtor rural, associações e cooperativas agropecuárias;
- Implementar mecanismos para o desenvolvimento do processo de setorização sinérgica da produção agrícola;
- Difundir e incentivar o processo de verticalização econômica do potencial de produção do babaçu;
- Difundir e incentivar o processo de verticalização econômica do potencial de produção do cacau;
- Difundir e incentivar a implantação tecnológica nas atividades agropecuárias;
- Incentivar a implantação de agroindústrias no município;
- Incentivar ações de fiscalização agropecuária;
- Implantar mecanismos para agregar valor aos produtos agropecuários do município;
- Implantar a feira do produtor rural;
- Incentivar a produção de animais de pequeno e médio porte, utilizando a biotecnologia para intensificar a cadeia produtiva;
- Difundir e incentivar a implantação da fruticultura, aproveitando as potencialidades locais;
- Incentivar a verticalização econômica das atividades de piscicultura no município de maneira sustentável;
- Implementar o desenvolvimento turístico no município;
- Reformular o conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável;
- Implantar o ensino profissionalizante agrícola que atenda a demanda local;
- Implantar a indústria de beneficiamento do couro animal.
- Implementar o macrozoneamento econômico e ecológico do município.

Uma vez que o Plano Diretor Municipal também congrega aspectos das áreas rurais, torna-se um avanço nas metodologias para a organização desses territórios, uma vez que as áreas rurais carecem de planejamento e assistência adequadas às suas realidades, além de que o desenvolvimento rural acarreta melhorias em todo o município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos reconhecidos avanços alcançados com a instituição e leis acerca do planejamento e ordenamento territorial, verifica-se que ainda é limitada a abordagem da estrutura e da dinâmica das áreas rurais nas políticas públicas, sendo refletida assim na elaboração dos planos

diretores municipais. Sem esse aprofundamento, permanecem lacunas na compreensão das áreas rurais e uma consequente dificuldade no ordenamento das mesmas.

Dessa forma, a discussão acerca do planejamento das áreas rurais torna-se imprescindível e imediata, proporcionando inclusão da temática de integração regional como estratégia de desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente sustentado.

REFERÊNCIAS

BATTAUS, D. M., A.; OLIVEIRA, E. A. B. O Direito à Cidade: Urbanização Excludente e a Política Urbana Brasileira. **Lua Nova**, n. 97, 2016.

BRAGA, R. **Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano**. In: Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias. Rio Claro: LPM-UNESP, p. 95-109, 2001.

BRAGA, M. D. C. A.; ARAÚJO, M. P.; SALVADOR, A. C. B. A Necessidade de um Novo Olhar sobre o Espaço Rural no Planejamento e Gestão do Território. **ARCHITECTON-Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 2, n. 3, 2016.

FERREIRA, A. S. O Plano Diretor como instrumento de planejamento do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico em pequenos municípios. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 8, n. 1, p. 77-84, 2017.

HENZ, S. C.; OLIVEIRA, T. D.; BERTOLLO, F. H. Planejamento Urbano: Conceitos, Reflexões e uma Breve Análise do Plano Diretor do Município de Santo Augusto –RS. **Salão do Conhecimento**, v. 2, n. 2, 2016.

MARTINS, E.; GODINHO, R. F. Processo de Elaboração do Plano Diretor nos Municípios da AMEG. **Baru**, v. 2, n. 1, p. 139-149, 2016.

MESQUITA, A. P.; FERREIRA, W. R. O Município e o Planejamento do Território Rural no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 1, n. 58, p. 331-355, 2017.

O PROJETO PORTO MARAVILHA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A PAISAGEM DA PRAÇA MAUÁ

Tamiris Batista Diniz

Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro – UERJ
tamirisbdiniz@hotmail.com

Resumo: A paisagem está sempre em processo de transformação tanto da sua materialidade, quanto dos seus componentes culturais, políticos e socioeconômicos. Essas mudanças são mais significativas quando há interesse no consumo desse espaço, como foi o caso da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, conhecido também como Projeto Porto Maravilha que foi um agente transformador da paisagem da Praça Mauá na cidade do Rio de Janeiro. As principais intervenções foram a demolição do viaduto da Perimetral, a readequação da Avenida Rodrigues Alves como via expressa, a construção da nova Via Binário do Porto, a implantação de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e a criação de dois novos museus, o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã.

Palavras-chave: Paisagem. Urbano. Materialidade.

INTRODUÇÃO

As Operações Urbanas Consorciadas tem sido uma realidade em algumas cidades do Brasil. De acordo com o Estatuto da Cidade (2001, p. 30), a OUC é uma lei municipal específica, baseada no plano diretor que poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas que são um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, tendo como objetivo as transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. Sendo assim, o que define uma Operação Urbana é uma intenção de transformação do território, expressa em um projeto urbano.

Cidades como Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro realizaram essas transformações, sendo que São Paulo foi onde as OUC foram precursoras. Desde 2009 vem ocorrendo a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio ou Projeto Porto Maravilha que abrange uma área estratégica do centro da cidade (figura 1) nos bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde, onde se localiza a Praça Mauá (figura 2) que é o foco desse estudo e se encontra às margens da Baía de Guanabara. Esse projeto urbano tem um prazo máximo de realização de trinta anos e custo estimado em oito bilhões de reais, conforme Prospecto de Registro da OUC na Comissão de Valores Mobiliários do Rio de Janeiro.

Figura 1: Área abrangida pelo Projeto Porto Maravilha.



Fonte: Pizzolante, 2014.

Figura 2: Localização da Praça Mauá.



Fonte: Wikimapia, 2017.

A PRAÇA MAUÁ E O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

Essa série de mudanças tem consequências para o espaço urbano, pois a relação entre o mesmo e os processos produtivos da região se tornou mais complexa, principalmente devido à intenção expressa na gestão do antigo prefeito Eduardo Paes de vocacionar essa cidade para a cadeia produtiva do turismo e do lazer, no intuito de receber megaeventos que foram a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Para Santos (1978, p. 122), o espaço precisa ser considerado como totalidade, isto é, um conjunto de formas representativas de relações sociais atribuídas no passado e no presente. “O espaço é um verdadeiro campo de forças, cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”.

O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer

conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

O espaço é resultado e condição dos processos sociais, conforme lembra Santos (1978, p. 145):

[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia (SANTOS, 1978, p. 145).

Nessa perspectiva, Corrêa (2002) esclarece a relação entre o tempo e o espaço:

O espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizam no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente (CORRÊA, 2002, p. 8).

Dessa forma, o espaço também reflete não só o modo de vida atual, como também a maneira de viver em sociedade que se tinha no passado. Corrêa (2002) prossegue afirmando que o espaço da cidade é um condicionante da sociedade, pois as formas espaciais oriundas de obras realizadas pelo homem desempenham na reprodução das condições e nas relações de produção. Também aborda a questão do simbolismo no espaço urbano, já que se trata do lugar onde diversas classes vivem e reproduzem suas crenças, valores e mitos que são representados através de monumentos, lugares sagrados, etc.

A paisagem é uma fração do espaço ao alcance da nossa vista, uma vez que "a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima" (SANTOS, 1996, p. 66). O referido autor também denomina essas formas como materialidade, então a relação desses aspectos com os componentes políticos, culturais, econômicos, e sociais do ambiente estabelecem a dinâmica paisagística.

O termo paisagem abrange uma pluralidade de interpretações. Durante o processo de ocupação de um território, estabelecem-se diversas relações entre a paisagem e os processos produtivos, visto que, à medida que o trabalho humano torna-se mais complexo, são exigidas alterações espaciais correspondentes às inovações em curso. No entanto, a paisagem não revela apenas as relações entre a produção e a estrutura da sociedade, mas também o imaginário social, as crenças, os valores e os sentimentos das pessoas que a constroem. Assim, a paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais (SANTOS, 1996, p. 138).

Tuan (1980, p. 188) esclarece a origem e o significado de tal conceito:

A palavra *landschap*, originária do holandês, designava alguns lugares comuns como "um conjunto de fazendas ou campos cercados, às vezes uma pequena propriedade ou uma unidade administrativa". Somente quando foi transplantada para a Inglaterra, em fins do século XVI, é que a palavra perdeu suas raízes terrenas e adquiriu significado valioso a arte. Paisagem chegou a significar um panorama visto de um determinado ponto. Depois, foi a representação artística desse panorama. Paisagem também foi o pano de fundo de retratos oficiais; o "cenário" de uma "pose". Com tal significado, a palavra integrou-se inteiramente no mundo de faz de conta.

O referido autor lembra que cenário e paisagem são quase sinônimos, sua diferença se reflete da origem desses conceitos em que paisagem se referia ao mundo real e não ao mundo do faz de conta. No entanto, com o tempo, o conceito de paisagem foi incorporando significado à arte.

Cosgrove (1985, p. 223) ressalta o valor cultural desse conceito que é expresso pelo significado simbólico incorporado a partir da transformação e apropriação do homem com o meio ambiente.

A paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, como a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da Terra e com sua composição. A paisagem, de fato, é uma "maneira de ver", uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma "cena", uma unidade visual. A palavra surgiu no Renascimento para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seu ambiente.

Nesse sentido, se a paisagem é uma “maneira de ver”, de compor e harmonizar o mundo com o externo em uma unidade visual (“cena”), então sua interpretação é influenciada pela perspectiva do observador que a compreende a partir da decodificação de seu significado cultural e simbólico. Os seus aspectos culturais precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado, logo as paisagens são dinâmicas, estão sempre em processo de construção, nunca estão finalizadas ou estáticas.

De acordo com Tuan (1980), a superfície terrestre é extremamente variada e são diversas as maneiras com que as pessoas a percebem e a avaliam, logo duas pessoas não veem a mesma realidade e nem dois grupos sociais fazem a mesma avaliação do meio ambiente. No entanto, por mais que a visão do meio ambiente seja feita de diversas formas, as pessoas por serem da mesma espécie, limitam-se a ver a realidade de uma determinada maneira. Dessa forma, todos os seres humanos em virtude de possuírem órgãos similares, acabam compartilhando percepções comuns, um mundo comum.

A percepção da paisagem consiste em analisar os diferentes tipos de paisagens e compreender a realidade ambiental que caracteriza cada lugar. A percepção se dá conforme a personalidade de cada observador e sua capacidade de interpretação, que ocorre através dos cinco sentidos (audição, olfato, paladar, tato e visão), os quais irão detectar estímulos que definirão o processo de estruturação e a possibilidade de reestruturação de conceitos e atitudes (CARDOZO & PASQUALI, 2013, p. 04).

Vale ressaltar que é através dos cinco sentidos que o ser humano consegue perceber o mundo e que a percepção é uma atividade que depende dos nossos objetivos e de nossa cultura.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar as transformações na paisagem da Praça Mauá na cidade do Rio de Janeiro a partir da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto.

Objetivos Específicos

- Identificar os antigos símbolos da Praça Mauá;
- Analisar as mudanças ocorridas na materialidade desse espaço através da Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio;
- Caracterizar as antigas e atuais atividades econômicas e culturais presentes na Praça Mauá.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi:

- Levantamento e revisão bibliográfica (livros, artigos e teses), referentes, sobretudo à paisagem da Praça Mauá nas bibliotecas da UERJ e virtuais, bem como em artigos disponíveis em revistas eletrônicas, de modo a indicar os conceitos, estudos, análises espaciais, críticas e reflexivas sobre o tema abordado.
- Coleta de dados secundários: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (RJ), instituições públicas e privadas que disponham de documentos e fotos sobre a paisagem da Praça Mauá antes do Projeto Porto Maravilha, além de sites especializados.
- Visita de campo.
- Organização e análise dos dados coletados.
- Elaboração do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto Porto Maravilha transformou a paisagem da Praça Mauá foi inaugurada em 1910, trata-se de uma área que teve parte do seu território aterrado com sedimentos do Morro do Senado e que antes se localizava embaixo do viaduto da Perimetral (figura 3), não era muito frequentada pelos moradores da cidade, era um ponto onde ocorria a prostituição e não havia segurança para os pedestres, principalmente à noite. Antes da Operação Urbana Consorciada a Praça era composta pela via elevada e pelos Armazéns do Porto que já não compõe mais essa paisagem, já a Baía de Guanabara, o Pier, a coluna triunfal Barão de Mauá (figuras 4 e 5), a Avenida Rio Branco (figura 6) e pelo Edifício a Noite (figura 7) são estruturas que continuam na paisagem da Praça Mauá pós o projeto urbano de revitalização.

Figura 3: A antiga Praça Mauá e o viaduto da Perimetral - 01/01/2011.



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

Figuras 4 e 5: Coluna triunfal Barão de Mauá nas décadas de 1940 e de 2010.



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e a autora, 2017.

Figuras 6 e 7: Avenida Rio Branco e Edifício A Noite - 25/06/2017.



Fonte: A autora, 2017.

Essa antiga paisagem faz referência a questão que desde os anos 1950 foi intensificado o desenvolvimento de uma lógica de crescimento urbano que tem um impacto na mobilidade que é da população com maior renda, em busca de um maior consumo do espaço, morarem cada vez mais longe das áreas centrais onde se concentra o trabalho.

O que há de novo no processo de dispersão urbana contemporânea é a ocupação descontrolada de áreas cada vez maiores para ocupar um volume populacional cada vez menos intenso; ou seja, uma segunda etapa no processo de transição urbana em que as aglomerações urbanas têm apresentado um arrefecimento nas suas taxas de crescimento populacional. Áreas cada vez mais extensas do seu espaço foram ocupadas, não apenas pela expulsão das camadas sociais mais empobrecidas como forma de segregação socioespacial, mas também pela generalização dessa dispersão para todas as camadas sociais sob uma nova orientação dos padrões de consumo. Por exemplo, com novas formas de ocupação do espaço, na forma de condomínios e loteamentos fechados, ocupando áreas mais afastadas das áreas centrais (OJIMA; HOGAN, 2009 apud HOGAN; MARANDOLA JR; OJIMA, 2010, p. 44).

Nesse sentido, houve uma necessidade maior do deslocamento dessa população, assim nos anos 1970 o ideário de desenvolvimento brasileiro se baseava no transporte rodoviário, principalmente no individual e o viaduto da Perimetral era o maior símbolo de uma cidade que era pensada para carros.

A Praça Mauá foi reinaugurada em 6 de setembro de 2015, com esse projeto o viaduto foi derrubado, privilegiando o espaço para os pedestres (figura 8), o Veículo Leve sobre Trilhos foi implementado conectando outros modais de transporte, dois novos museus foram criados, o Museu do Amanhã (figura 9) e o Museu de Arte do Rio (figura 10) e houve a readequação da Avenida Rodrigues Alves, fazendo com que o espaço fosse aproveitado para o lazer e para a cultura, com pequenos empreendimentos como restaurantes e vendas que movem a economia no local.

Figura 8: A Praça Mauá após o projeto urbanístico Porto Maravilha – 25/06/2017.



Fonte: A autora, 2017.

Figuras 9 e 10: Museu do Amanhã e Museu de Arte do Rio – 25/06/2017.



Fonte: A autora, 2017.

Todas essas mudanças na materialidade da paisagem, fizeram com que a percepção dos moradores da cidade sobre o local se transformasse, fazendo com que a população o frequentasse mais seja para o lazer ou para passeios culturais, criassem laços e vissem esse espaço como um lugar.

CONCLUSÃO

Quando analisamos as paisagens da Praça Mauá antes e depois do Projeto Porto Maravilha, podemos observar diversos símbolos, alguns permaneceram ao longo dos anos, outros foram retirados ou construídos, esse projeto modificou muito o local e consequentemente a vida das pessoas que tem uma relação com esse lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOZO, S. B. A.; PASQUALI, I. S. R. Percepção da paisagem como ferramenta de sensibilização como auxilia à educação ambiental. Simpósio de Estudos Urbanos: as dinâmicas das

cidades e a produção do espaço, 2, **Anais...** Campos Mourão-PR: Universidade Estadual do Paraná, 2013.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

COSGROVE, D. E. (1985): Social formation and symbolic landscape. London: Croom Helm.

_____. (1998): A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 92-123.

INSTITUTO PÓLIS, CÂMARA DOS DEPUTADOS/ COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO/ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília, 2001.

HOGAN, D. J. ; MARANDOLA JR., E. ; OJIMA, R. *População e Ambiente: Desafios à Sustentabilidade*. 1. ed. São Paulo: Blucher, 2010. v. 1. 106p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec. 1996.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

TUAN, Y. **Topofilia- Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

ÁREAS VERDES URBANAS: UM PANORAMA DO DEBATE CONTEMPORÂNEO

Thiago Diniz Faria Coelho

Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais

diniz.coelho@hotmail.com

Frederico Rodrigues Bonifácio

¹Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais

fredrodrigues93@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta um panorama do debate contemporâneo acerca das áreas verdes urbanas. Discussão esta, que é pertinente frente às modificações que acontecem nas áreas verdes urbanas ainda existentes nas cidades. As ocupações sem planejamento contribuem para as grandes modificações no território, e muitas das vezes na supressão das áreas verdes que perderam espaço frente a esta expansão urbana. Assim, é de grande relevância a discussão sobre o debate contemporâneo sobre conceitos, atribuições e novas formas de se pensar a conservação das áreas urbanas nas cidades.

Palavras-chave: áreas verdes, planejamento.

Introdução

Este artigo é parte constituinte da pesquisa *Situação das áreas verdes urbanas no município de Contagem/MG nos anos de 2000 e 2015* (COELHO, 2016), apresentada como monografia de graduação ao curso de bacharelado em Geografia da UFMG. Acredita-se que a discussão do tema referente as áreas verdes urbanas, pode ser expandido de forma a alinhar novas conceituações sobre a dinâmica do território que está sendo discutida no âmbito da ciência. E que possam servir de parâmetro para a tomada de decisões nas esferas públicas das cidades brasileiras, frente à expansão urbana que acaba por não ter políticas públicas adequadas para ocupação urbana.

Discussões na atualidade sobre as áreas verdes urbanas

O processo de expansão urbana no sudeste brasileiro não foi acompanhado de um planejamento adequado que tivesse em conta o incremento populacional nos grandes centros nas últimas décadas. Uma das consequências desta mobilidade campo-cidade, foi a fixação de parte da população migrante em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura para o recebimento das famílias que buscavam melhores condições de vida nos centros urbanos, devido ao baixo custo das terras.

Essa ocupação sem planejamento contribuiu para que ocorressem grandes modificações na dinâmica do território, e muitas das vezes na supressão das áreas verdes que perderam espaço frente a esta expansão urbana. No caso, não só as áreas verdes nas cidades sofrem com os impactos antrópicos, os cursos d'água geralmente são canalizados e os esgotos são despejados diretamente em córregos e rios por falta de saneamento básico em áreas periféricas; as áreas de risco geológico por vezes são ocupadas ilegalmente, o que contribui para o agravamento da pressão sobre o meio ambiente no contexto urbano. A pressão por novas moradias e a construção de imóveis, faz com que e os gestores públicos – mais das vezes ancorados no cabedal teórico-metodológico fornecido pela ciência – busquem a conciliação do desenvolvimento urbano aliado à preservação das áreas verdes urbanas.

Muitas pesquisas são desenvolvidas nas universidades com o objetivo de se desenvolver novas formas de planejamento urbano adequado nas cidades, para atender as necessidades da

população, preservação e manutenção das áreas verdes, tais como Couto (1996), Villaça (2001), Nucci e Buccheri (2006), Guzzo e Carneiro (2006), Rosseti (2007), Benini e Martin (2010), Pina e Santos (2012). Em linhas gerais, todos estes autores tratam da terminologia das chamadas áreas verdes urbanas e se atentam para a necessidade de proteção das áreas verdes e no desenvolvimento da legislação específica que trata dos recursos naturais existentes nos municípios brasileiros.

Couto (1996) aborda a questão das áreas verdes como espaços livres, e os define da seguinte forma:

- Parque – cumpre dupla função, a física que é feita pela regeneração da atmosfera e moral, pelo contato que oferece com a natureza e a influência que esta exerce sobre o equilíbrio humano.
- Praça – diferencia-se do parque pela extensão é mais restrito e satisfaz diretamente as necessidades das casas próximas, do bairro no que se refere ao lazer ativo e passivo.
- Canteiros centrais e ou laterais – são jardinados e arborizados pelo poder público para proporcionar ao povo local um bem-estar ao ar livre nas vias públicas.

Pode-se constatar que o autor busca caracterizar o verde nas áreas urbanas por equipamentos disponibilizados para a sociedade nas cidades, tais como as praças, parques e canteiros centrais. Esse tipo de abordagem é relevante na caracterização e quantificação da acessibilidade por parte da população nas cidades na busca por áreas verdes que influenciam na qualidade de vida urbana.

Outros autores como Nucci e Buccheri (2006), tratam o verde como um bem que deve estar ao alcance de todos, desta forma são criados indicadores sociais associados à quantidade de áreas verdes nas cidades que indicam se uma cidade possui condições ideais que atendam a demanda da população.

Essa abordagem é relevante na medida em que auxilia na criação e aplicação de parâmetros de qualidade vida que podem ser inseridos no planejamento urbano dos municípios com o objetivo de dar manutenção e criação de áreas verdes no município, ou seja, reforçam a importância da existência e da boa distribuição destas áreas no município.

Os autores ao estudarem o bairro Alto da XV em Curitiba (PR), afirmaram que o verde é uma necessidade dentro das cidades e que este precisa estar ao alcance de todos os cidadãos nos grandes centros. Os autores identificaram, classificaram, e quantificaram a cobertura vegetal, os espaços livres e as áreas verdes, com o propósito de aprimorar e fornecer mais índices para possíveis comparações, e diagnosticar a situação do “verde” no bairro em questão.

A quantificação e a criação de indicadores urbanos associados aos espaços verdes urbanos livres auxiliam os planejadores na criação de novas áreas de cobertura vegetal e são importantes para aferir medidas que visam à conservação do verde urbano para a melhor qualidade vida e a preservação do solo.

No que tange o desenvolvimento dos componentes da Paisagem, existe pesquisadores como Guzzo e Carneiro, que não tratam somente das áreas verdes como componente aparte da Paisagem, os autores procuraram englobar os componentes não edificadas da Paisagem, como córregos/rios e matas, na mesma categoria: espaços livres urbanos. E as áreas verdes públicas, são as destinadas à conservação ambiental. (GUZZO E CARNEIRO, 2006)

Essas abordagens demonstraram a existência de especificidades como os corpos hídricos que são de grande importância para a preservação das áreas verdes existentes nas cidades. Esse tipo de análise que insere os variados componentes da natureza, como por exemplo, os corpos d’água, podem servir como base para elaboração de planos de preservação ambiental que possuem como objetivo a proteção da biodiversidade.

Uma abordagem mais abrangente sem distinção das características de uso e tamanho das áreas verdes é utilizada por ROSSETI (2007), que afirma que o elemento cobertura vegetal, em geral, tem sido incluída na terminologia técnica como “áreas verdes”, sendo focado de forma diferenciada, especialmente quando tratadas por profissionais de formações diversificadas. A autora definiu as áreas verdes urbanas como toda e qualquer vegetação, seja de porte arbóreo, arbustivo ou rasteiro, que ocorre no espaço urbano construído, ou em processo de ocupação.

Essa abordagem abrangente, não é utilizada por todos os pesquisados, como por exemplo, (BENINI E MARTIN, 2010) que propuseram uma aproximação conceitual das áreas verdes desde os enfoques utilizados na literatura e na legislação urbana e ambiental.

Os autores definiram várias especificidades referentes ao conceito, onde a área verde pública é todo espaço livre (área verde/lazer) de uso comum e que apresente algum tipo de (vegetação espontânea ou plantada), que possa contribuir em termos ambientais (fotossíntese, evapotranspiração, sombreamento, permeabilidade, conservação da biodiversidade e mitigue os efeitos da poluição sonora e atmosférica) e que também seja utilizado com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais.

Pesquisas realizadas por (PINA E SANTOS, 2012) em Uberlândia, referente às áreas verdes, são de grande importância para o desenvolvimento da terminologia em estudo. Os dois autores afirmam que ao se considerar a importância das áreas verdes urbanas como categoria de espaço livre de construção, podemos assim reforçar a ideia de conservação da biodiversidade, surgindo a partir daí a questão da sustentabilidade urbana, capaz de influenciar a qualidade ambiental.

A grande diversidade de conceitos referentes às áreas verdes demonstra a dificuldade na adequação do conceito para o melhor desenvolvimento de programas e serviços que visem a melhorar a qualidade de vida da população das áreas urbanas.

Essa crítica referente às várias conceituações é analisada por (Bargos e Matias, 2011) que afirmam existir a necessidade de uma padronização e adequação mínima do conceito de áreas verdes urbanas, mesmo que sem conhecer as especificidades de cada local, é importante nos dias atuais para garantir uma compreensão adequada sobre os problemas a serem enfrentados e também para permitir uma correta intervenção nos espaços urbanos com vistas à manutenção e preservação das áreas verdes.

Considerações Finais

São vários os problemas atrelados com o aumento da população nas grandes e médias cidades brasileiras. Muitas das vezes, os gestores municipais se perguntam qual a melhor medida específica para solucionar determinado tipo de problema no planejamento urbano dos municípios. Um dos instrumentos de gestão do território que surgiu ao longo das últimas décadas, foi o Plano Diretor que foi instituído na constituição de 1988 para cidades acima de 20.000 habitantes. Esse instrumento de gestão tinha como objetivo, dar instrumentos de regulação e ordenação ao pleno crescimento e ocupação do espaço urbano, sendo que o Estatuto da Cidade (Lei 10.257-2011, art.41) estendeu essa obrigatoriedade para diversas outras categorias de cidades, como as integrantes de regiões metropolitanas. Esse instrumento de gestão possui regras específicas que tratam dos recursos naturais remanescentes dos municípios, e que possuem como premissa a preservação dos recursos hídricos e das áreas verdes urbanas.

Acredita-se que as pesquisas acadêmicas que estão sendo realizadas pelas universidades brasileiras a respeito das áreas verdes urbanas, possam contribuir com os gestores dos municípios brasileiros, para alinhar novas ideias para a preservação ambiental. Por fim, destaca-se a importância de não somente um Plano Diretor para o município, mas a importância de corpo técnico de qualidade e quantidade dentro dos órgãos de planejamento, que consigam dialogar com os pesquisadores que estudam as formas de planejar a preservação das áreas verdes urbanas nos municípios.

Bibliografia

BARGOS, Danúbia; MATIAS, Lindon. *Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual*. In: REVSBAU, Piracicaba – SP, v.6, n.3, p. 172 – 188, 2011.

BENINI, S. M.; MARTIN, E. S. *Decifrando as áreas verdes públicas*. Revista Formação, São Paulo, v.2, n. 17, p. 63-80, 2010.

BERTOLO, L.S.; ROCHA, J.V.; Young, A.F. *Evolução temporal do índice de vegetação da área urbana de Curitiba - PR*. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 12. Anais... Goiânia, GO: INPE, 2005. p. 1907-2058.

BORGES, C. A. R. F.; MARIN, G. C. *Análise da cobertura vegetal como Indicador de qualidade ambiental em áreas urbanas: um trabalho comparativo entre os bairros da Pedreira e Marambaia-Belém/PA*. Belém: IFPA, 2010.

BRITO, Fausto e SOUZA, Joseane. *Expansão Urbana nas Grandes Metrôpoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza*. In: São Paulo em Perspectiva, Vol. 19/Nº 4/outubro-dezembro 2005. Revista da Fundação SEADE. P. 48-63.

COELHO, Thiago. *Situação das áreas verdes urbanas no município de Contagem/MG nos anos de 2000 e 2015*. Monografia de Graduação em Geografia, UFMG, 2016.

COPQUE, Augusto César da Silva Machado et al. *Expansão Urbana e Redução de Áreas Verdes na Localidade do Cabula VI Região do Miolo da Cidade de Salvador, Bahia*. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.0706

CORREA, Roberto lobato. *O Espaço Urbano*. Ática S.A, 1989

FILHO, A.T.B.; NUCCI, J.C. *Espaços Livres, Áreas Verdes e Cobertura Vegetal no Bairro Alto da XV, Curitiba/PR*. Revista do Departamento de Geografia, 18 (2006) 48-59. Curitiba, 2006.

JESUS, Rafael Justino; COELHO, André Luiz. *Análise Temporal da Cobertura Vegetal com o Emprego de Geotecnologias: Estudo de Caso no Município de Cariacica – ES*. ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.14, jan. /abr. de 2013. pp.199-212.

NUCCI, J.C. *Qualidade ambiental e adensamento urbano*. São Paulo, SP: Humanitas, 2001.

PINA, José Almeida e SANTOS, Douglas Gomes. *A Influência das Áreas Verdes Urbanas na Qualidade de Vida: O caso dos Parques do Sabiá e Victório Siquierolli em Uberlândia-MG*.

ROSSETT, L.A.F.G. *Geotecnologias Aplicadas a Caracterização e Mapeamento das Alterações da Cobertura Vegetal Intra-Urbana e da Expansão Urbana da Cidade de Rio Claro (SP)*. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro-SP, 2007.

ROSSETT, L.A.F.G.; PINTO, S.A.F.; ALMEIDA, C.M. *Geotecnologias Aplicadas a Caracterização das Alterações da Cobertura Vegetal Intra-Urbana e Expansão Urbana da Cidade de Rio Claro (SP)*. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13. (SBSR). 2007, Florianópolis.

SANCHOTENE, M. do C.C. *Conceitos e Composição do índice de áreas verdes*. Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, n.1, p.4-9, 2004.

TROPPMAIR, H. *Estudo biogeográfico das áreas verdes de duas cidades médias do interior paulista: Piracicaba e Rio Claro*. In: *Geografia*, 1(1): 63-78, 1976.
Villaça, Flávio. *"Dilemas do plano diretor."* (2010).

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Editora Studio Nobel, 2001.

PARQUES LINEARES: INFRAESTRUTURA VERDE EM GOIÂNIA-GO

Andressa Rodrigues Santos

Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás

andressa.ueg@hotmail.com

Laís Naiara Gonçalves dos Reis

Professora Doutora, do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás

geografalais2013@gmail.com

Resumo: A qualidade de vida deve ser entendida como uma condição que dura longo tempo. Esta perpassa pelos níveis de educação e saúde, contudo, também, está associada ao meio ambiente e lazer. As áreas verdes nas regiões urbanas são de total importância, sem essas áreas têm-se as alterações no microclima. Essas proporcionam para os cidadãos recreação e lazer, questões fundamentais para a qualidade de vida. Goiânia é considerada a capital verde do Brasil, pois apresenta uma área verde de 94 m², por habitante, contendo 32 parques e bosques municipais, introduzidos em várias partes da cidade. Este trabalho tem como objetivo apresentar o referencial teórico do movimento cidade saudáveis e utiliza Goiânia como cidade modelo deste conceito.

Palavras-chave: Parques. Cidade. Goiânia. Planejamento.

1. Introdução

No Brasil, a partir da década de 1950, o processo de urbanização brasileira se intensificou. A industrialização atraiu parte da população rural para as cidades em busca de emprego de serviços de melhores condições de vida. Sendo assim, o êxodo rural contribuiu para o inchaço populacional, e com o precário planejamento urbano, ocorreu uma piora na expectativa de vida dos cidadãos, tais como: a falta de acesso aos serviços básicos de qualidade, educação e saúde. Segundo relatório da ONU (2010), mais de 53 milhões de pessoas vivem em áreas impróprias para moradia saudável, isso faz com que seja (re)pensado um modo de vida saudável nas cidades (SOUZA, SOARES, 2017). Para melhorar a qualidade de vida, são necessárias as políticas de planejamento e de gestão do território.

O conceito de qualidade de vida emergiu nos anos 60 e abrange diretamente os indicadores sociais. Este se contrapõe às visões economicistas que analisam o crescimento econômico das sociedades, exclusivamente baseadas nos indicadores econômicos, como por exemplo, produto interno bruto (PIB), negligenciando outros aspectos sociais. Neste sentido, a qualidade ambiental urbana se torna objetivo do planejamento urbano das cidades (SANTOS; MARTINS; BRITO).

A qualidade de vida deve ser entendida como uma condição que dura longo tempo. Esta perpassa pelos níveis de educação e saúde, contudo, também, está associada ao meio ambiente e lazer. Nesta lógica, os pensadores do espaço urbano apontam a criação das cidades saudáveis, ideia esta, que desde a década de 90, foi apontada na cidade do Rio de Janeiro, na conferência ECO-92 ou Rio-92¹⁰ (FRANCISCO, 2017).

1.1 Cidades Saudáveis

¹⁰ Na Rio-92 foi feita uma avaliação tanto das dificuldades existentes quanto dos avanços realizados, e formou documentos admiráveis que permanecem constituindo referência para as alterações ambientais.

Povoações são entendidas como associações administrativas, onde acrescentam-se a espaços emblemáticos, construindo assim identidades coletivas e econômicas para as cidades. Neste sentido o modelo de cidade saudável é quando ela está sempre se (re)inovando e mantendo seus recursos, para que todos os cidadãos se apoiem uns aos outros fazendo com que a região cresça em todas as suas questões funcionais melhorando o modo de vida urbana (WESTPHAL,1999).

Após a década de 70 se configurou um grande movimento, a globalização em conjunto, com as grandes expansões urbanas possibilitaram novos conflitos nas cidades como, religiosos, culturais e humanos tornando-se propício a discussão de vida sobre os aspectos qualitativos, nas áreas urbanas.

Para Westphal (1997), o movimento cidades saudáveis tem propostas ardis nas áreas da saúde, propondo melhores condições de vida para a população. Toda essa inspiração começou na década de 70 em Toronto no Canadá, e foi se ampliando por outros países do mundo.

O Movimento Cidades Saudáveis fundamenta-se no movimento sanitário europeu do século XIX, que já reconhecia os governos pontos das cidades e as agregações comunitárias como admiráveis agentes na clareza dos problemas de saúde. Por volta de 1840, começou o processo de urbanização da Europa, e com isso veio também todo o procedimento de doenças infecciosas devido à falta de saneamento básico e outros recursos para vida saudável (Westphal, 2000).

Segundo a Organização mundial da saúde ¹¹(OMS, 1995), uma cidade saudável deve promover esses dez itens, para se tornar uma cidade saudável: 1) ambiente, limpo e seguro; 2) ecossistema firme e sustentável; 3) alto suporte social, sem abuso; 4) elevado grau de participação social na comunidade; 5) necessidades básicas satisfatórias; 6) acesso a experiências, recursos, contatos, interações e comunicações; 7) capitalização local diversificada e inovadora; 8) respeito pela legado biológico e cultural; 9) serviços de saúde compreensíveis a todos; e 10) alto nível de saúde.

Já para a Organização pan-americana da saúde¹² (OPAS) o processo de construção de um município saudável, dá-se pelo meio dos seguintes cinco pontos: 1) estabelecimento público de compromisso do governo local por avançar para a meta de ser um município saudável; 2) criação e funcionamento de um grupo intersetorial; 3) preparação de um diagnóstico com o conhecimento dos cidadãos e estabelecimentos locais; 4) implementação de um plano de concordância estabelecendo prioridades e recursos; 5) estabelecimento de um aparelho de informação para o monitoramento e a estimativa do nível local.

Cada organização tem um modo de pensar a construção de cidades saudáveis, porém o mais aconselhável seria a junção de todos os pontos supracitados para a construção das cidades, porque a OMS pensou nas necessidades básicas do modo de vida dos cidadãos, já a OPAS se visa nos modos políticos e econômicos para a gestão da cidade. É importante que todos participem do processo de decisões, de modo mais consciente, colocando todos como sujeito ativo no processo de cidadania e formação da paisagem urbana.

1.2 Áreas verdes urbanas

As áreas verdes nas regiões urbanas são de total importância, sem essas áreas têm-se as alterações no microclima. Essas proporcionam para os cidadãos recreação e lazer, questões fundamentais para a qualidade de vida. O meio urbano é formado pelas características físicas e biológicas, sociedade e suas atividades, que moldam a paisagem urbana.

¹¹ É uma agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à organização das nações unidas.

¹² É um organismo internacional de saúde pública com um século de experiência, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países da América.

Com a urbanização das regiões, o meio natural é modificado. Esta gera modificações sem planejamento, desastres naturais como, por exemplo, alagamentos e enchentes das ruas, deslizamentos das encostas, indevidamente habitadas.

Em função destes problemas apresentados, surge o emprego das infraestruturas verdes. Os parques lineares não é um projeto tão recente, pois ele já é empregado na Europa desde o século XIX. O mesmo propõe elementos que podem melhorar a qualidade urbana. Friedrich (2007) refere-se aos parques, como sendo fundamentais, pois eles ajudam na infiltração da água no solo, evitando assim, os desastres naturais. (CARDOSO; CARNIATTO, 2010).

Em Curitiba Paraná, existem alguns exemplos de parques lineares, os mais conhecidos são o Parque Barigui (**Foto 1**) e o Parque Tingui (**Foto 2**), o Barigui contém uma área de 1.400.000 m², é rico em fauna e flora, foi implantado no ano de 1972, com o intuito de diminuir o alagamento do rio Barigui, e de ser área de lazer para população, pois está localizado no centro da cidade e também refúgio para os animais nativos e migratórios.

Foto 6- Parque Barigui.



Fonte: Prefeitura de Curitiba:

Já o Parque Tingui, tem uma área de 380.000 m² foi implantado para fazer parte de um projeto compreensivo da Prefeitura de Curitiba onde prevê a implantação de um parque linear em toda a extensão do Rio Barigui, acoplando-se aos parques Tanguá e Barigui. É obra de saneamento e preservação ambiental, ele alterna suas paisagens nas pistas de caminhada entre lagos, pontes e mata nativa, corridos ao lado do Rio Barigui. O parque além disso abriga o Memorial Ucrâniano, onde está inserida a cópia fiel de uma igreja ucraniana aonde são realizados exposições e acontecimentos culturais (PREFEITURA DE CURITIBA, 2015).

Foto 7– Parque Tingui.



Fonte: Prefeitura de Curitiba.

Todos os parques da cidade são funcionais tanto para as cidades, como, também para conservação de áreas verdes urbanas. Os parques em geral são abertos a população, no entanto os parques não servem somente para os cidadãos se divertirem, porque ajudam na diminuição de acúmulo de sedimentos, na poluição dos rios, preservam grande variedade de fauna e flora (CARDOSO; CARNIATTO, 2010).

Os parques se tornaram grandes abrigos para os animais, além de refrigerar o ar na região, pelo processo de evapotranspiração. Os rios, lagos e nascentes, dentro dos parques, também contribuem muito para a umidade do ar e do solo. Todos esses processos abafam as enchentes que ocorriam corriqueiramente nas partes mais baixas da cidade de Curitiba (CARDOSO; CARNIATTO, 2010).

As áreas verdes nas cidades contribuem para a preservação e recuperação de áreas ribeirinhas das cidades, necessita dos planejadores e gestores urbanos. Eles perceberam que se mantiverem os recursos naturais d'água e suas matas ciliares, gerariam assim, condições ambientais para o uso das áreas, tanto para o lazer e exploração das paisagens naturais.

Por conseguinte, Coelho (2010) mostrou que o espaço urbano é apenas representações das deslocamentos históricos de mudanças ecológicas e sociais, que assim mudam o ambiente permanentemente. Porém, os problemas ambientais não atingem de forma uniforme os espaços urbanos, e sim, os espaços menos favorecidos, áreas essas com desvalorização do espaço urbano. Enquanto a classe alta é repleta de superfícies livres, fazendo assim com que a vegetação se mantenha preservada. A classe menos abastada se acumula em um espaço menor, aumentando a densidade populacional, e alterando intensamente o solo urbano.

O impacto ambiental não é um elemento de base da cidade, o mesmo é resultado do desequilíbrio do arranjo dos elementos da paisagem urbana. Eles são resultados das mudanças de ligações ecológicas, sociais e que precisam de monitoramento constante. Desta maneira, os estudiosos de impactos ambientais se preocupam mais com o reconhecimento dos efeitos imediatos, do que com os estudos e significação dos processos e das causas do desequilíbrio ambiental.

Para os cientistas físicos, a sociedade é um conjunto de seres que convivem de forma organizada. A sua noção inclui objeções que influenciam nas inter-relações dos seus componentes. Já para os cientistas sociais, a junção da sociedade com as teorias na elaboração dos conhecimentos sobre os impactos ambientais é primordial. São existentes duas hesitações a serem vencidas neste meio: 1- a dos cientistas físicos em inferir na organização da sociedade, e 2- a dos cientistas sociais em se habituarem ao caráter básico da física, da mecânica, e da química, e também a relação entre matérias do solo, da água, da vegetação, entre outros.

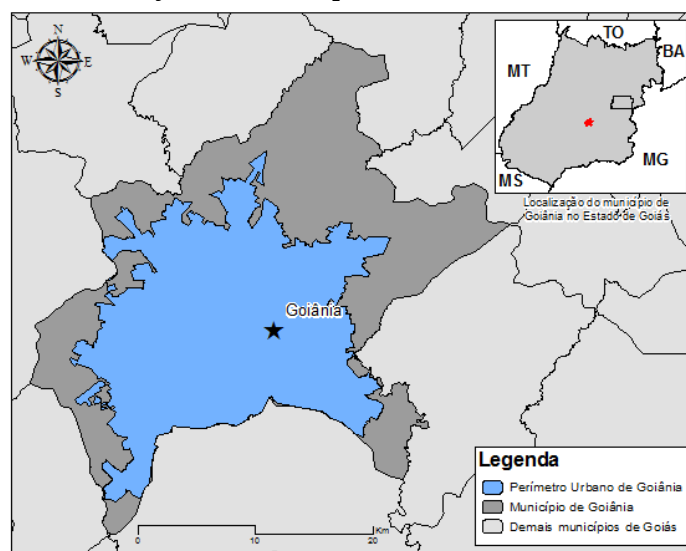
2. Metodologia

Este trabalho é de cunho teórico, portanto foi feito um levantamento bibliográfico sobre os autores que pesquisam cidades saudáveis e infraestrutura verde nas cidades. Para a pesquisa dos parques lineares em Goiânia, utilizou-se o site da prefeitura da cidade.

3. Resultados e discussões

A cidade de Goiânia (**Mapa 1**), fica próxima da Capital Federal 209 Km. Segundo IBGE (2015), a capital apresenta área territorial de 728,841 km², e apresentava população de 1,448,639 pessoas. Foi fundada em 24 de outubro de 1933, por Pedro Ludovico Teixeira, sua rede hidrográfica tem como canal principal, o Rio Meia Ponte e seus afluentes, destaca-se o Ribeirão João Leite.

Mapa 1- Localização do município de Goiânia no Estado de Goiás.



Elaborado por: Robson Vieira Coelho. LAPROTER-UEG, 2017.

Goiânia é considerada a capital verde do Brasil, pois apresenta uma área verde de 94 m², por habitante, perdendo apenas para a cidade de Edmonton, no Canadá, com um quantitativo de 100 m² de área verde, por habitante. Esta apresenta uma quantidade expressiva de árvores nas vias públicas. O título de capital verde veio pelo intenso investimento na implantação de unidades de conservação (UC), contendo 32 parques e bosques municipais, introduzidos em várias partes da cidade. Desde 2011, a capital goiana faz parte da rede de cidades urbanas europeias, latino-americanas e caribenhas (URBELAC)¹³. Segundo dados do IBGE (2010), Goiânia possui o maior parque de diversão público da América-Latina, o Parque Mutirama, e em breve terá o maior parque linear do mundo: o Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (Puana).

¹³ O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável nas cidades e contribuir para enfrentar os desafios de promoção do desenvolvimento social, maior produtividade urbana e maior proteção ambiental através da criação de redes, intercâmbio de experiências, benchmarking e elaboração de planos de ação nas cidades latino-americanas.

O Bosque José Eduardo Nascimento (**Foto 3**), situado na região leste Endereço, entre as Ruas César Neto Borges Teixeira e Joana, com área de 28.321.44 m².

Foto 8-Bosque José Eduardo Nascimento.



Fonte: Prefeitura de Goiânia (S/D). Foto: Mauro Júnio.

O Parque Municipal Liberdade (**Foto 4**), região norte Endereço, entre as Avenidas Venerando de Freitas, Liberdade, Belo Horizonte e Rua J-10, a unidade de conservação ocupa uma área de 10.115 m².

Foto 9-Parque Municipal Liberdade.



Fonte: Prefeitura de Goiânia (S/D). Foto: Mauro Júnio.

O programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns (Puana) corresponde a ações que estão sendo desenvolvidas, pela prefeitura municipal de Goiânia-GO, por meio de uma Unidade Executora do Programa (UEP), e está focado na questão ambiental e na sustentabilidade para a cidade. O projeto é resultado do histórico de negociações entre a prefeitura e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para a legalização do mesmo, os técnicos e os secretários municipais foram para Washington (Estados Unidos), para iniciar as discussões sobre o desenvolvimento do programa em 2003.

Goiânia teve uma criação de núcleo urbano planejado, pautado na ideia das cidades- jardins, onde procuram conservar e organizar o espaço urbano e incorporá-lo ao verde dos bosques e fundos de vales. Porém, a cidade cresceu sobre as áreas próximas aos fundos de vales que consequentemente são áreas prioritárias de atenção ambiental. De acordo com a Agência Municipal

do Meio Ambiente (AMMA), os 85 cursos de água já catalogados que cortam Goiânia-GO estão em maior ou menor grau de contaminação e/ou poluídos, agravando ainda mais com outros problemas recorrentes nas áreas urbanas, tais como, construções em áreas de preservações, processos erosivos decorrentes do mesmo, esgotos in natura nos mananciais, deposição de lixo nos vales, entre outros.

O Ribeirão Anicuns em Goiânia é conhecido como o mais poluído entre todas as drenagens existentes na cidade, sendo o seu principal afluente o Córrego Macambira, tornando-o assim, a bacia hidrográfica mais representativa, formada pelos dois rios, o curso d'água drena aproximadamente 70 % da área urbana da cidade. O projeto tem como objetivo cuidar do córrego Macambira e do Ribeirão Anicuns, onde foi implantando um Parque Linear, com 24 km de extensão, com larguras mínimas de 30 metros em cada margem, ao longo do Córrego Macambira, parte do Ribeirão Anicuns e o Parque Ambiental Urbano Macambira, com o planejamento e dimensão de 25,5 hectares, situando-se na região sudeste de Goiânia, que já é considerada uma área de preservação ambiental, porque abriga as nascentes do córrego Macambira.

O Projeto também tem o intuito de fazer um reassentamento de famílias e negócios, construindo no local uma infraestrutura urbana e social, tais como, pavimentação, iluminação pública, drenagem, escolas, unidades de saúde, centros comunitários, quadras poliesportivas, praças públicas dentre outros. A área de abrangência do Programa será favorecida com a infiltração de 131 bairros. A realização dos Parques do Puama e o conjunto de benefícios e obras têm como principal objetivo contribuir para reduzir problemas ambientais, urbanísticos e sociais que afetam a cidade de Goiânia, resultantes da ocupação desordenada do espaço urbano, em especial, das margens dos cursos d'água Macambira e Anicuns, estimulando a participação (individual e coletiva) dos cidadãos no processo de construção de um desenvolvimento sustentável da cidade.

4. Considerações Finais

Promover a proteção da saúde dos povos é essencial para o desenvolvimento econômico e social e colabora para a melhor qualidade de vida e para a paz mundial. É direito e dever dos cidadãos participar individual e coletivamente no planejamento e na execução de seus cuidados de saúde.

Uma das principais metas sociais dos governos, das organizações internacionais e de toda a comunidade mundial na próxima década deve ser a de que todos o mundo, até o ano 2000, atinjam uma condição de saúde que lhes permita levar uma vida produtiva; Todos os governos devem formular políticas, estratégias nacionais de ação para sustentar os cuidados primários de saúde em coordenação com outros setores. Para esse fim, será necessário agir com vontade política, mobilizar os recursos do país e utilizar racionalmente os recursos externos disponíveis.

REFERÊNCIAS

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Eco-92"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>>. Acesso em março de 2017.

WESTPHAL, M.F., MUNICIPIOS SAUDAVEIS: Aspectos Conceituais. Saúde e Sociedade, 1997.

PORTAL DA PREFEITURA DE CURUTIBA. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-smma/267>>. Acesso em: março de 2017.

REVISTA LABVERDE/ Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Projeto. LABVERDE- Laboratório Verde – v.1, n.4 (2012) – São Paulo: FAUUSP, 2012 –

LONDE, Patrícia Ribeiro et al. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 10, n. 18, p. 264, 2014.

LIMA, Valéria; AMORIM, Margarete Cristiane da Costa Trindade. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (Online)**, v. 1, n. 13, 2011.

MINAKI, Cíntia; AMORIM, Margarete Cristiane da Costa Trindade. ESPAÇOS URBANOS E QUALIDADE AMBIENTAL–UM ENFOQUE DA PAISAGEM. **Formação (Online)**, v. 1, n. 14, 2007.

SANTOS, Luís Delfim; MARTINS, Isabel; BRITO, Paula. O conceito de qualidade de vida urbana na perspectiva dos residentes na cidade do Porto. **Estudos Regionais**, v. 9, n. 11, p. 5-18, 2005.

DE SOUZA, Josimar dos Reis; SOARES, Beatriz Ribeiro. Em busca de cidades saudáveis: metodologia de análise de indicadores ambientais urbanos em Uberlândia, Minas Gerais. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 13, n. 1, 2017.

DA SILVA CARDOSO, Fernanda; CARNIATTO, Irene. As Cidades Sustentáveis e os Parques Lineares: uma proposta de criação do Parque Recanto das Águas em Cascavel–PR.

COELHO, Maia Célia Nunes. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; DA CUNHA, Sandra Baptista. (org) **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Bertrand Brasil, 2010.

Declaração de Alma Ata; Disponível em: <<http://www.opas.org.br/declaracaodealmaata/>> Acesso em 21 de março de 2017

Rio 92 Disponível em:
<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26> Acesso em 21 de março de 2017

Prefeitura de Goiânia; Disponível em < <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/goiania.shtml> > Acesso em 05 de abril de 2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/5208707> > Acesso em 06 de abril de 2017

Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns. Disponível em:
<<https://www.goiania.go.gov.br/download/puama/programa.pdf>> Acesso em 20 de abril de 2017.

O CLIMA URBANO: VARIAÇÕES E FREQUÊNCIAS TÉRMICAS ENTRE JATAÍ E CAÇU (GO)

José Ricardo Rodrigues Rocha

Doutorando em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFG – Regional Jataí
Professor de Geografia no Colégio Estadual Serafim de Carvalho

Zilda de Fátima Mariano

Professora Doutora da Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí

Resumo: Sabemos que as alterações que são ocasionadas na superfície terrestre geram diversos impactos urbanos. Desta forma, o objetivo do presente artigo foi analisar a variação e frequência térmica máxima nas cidades de Jataí e Caçu (GO), no período de agosto de 2013 a julho de 2014. Para tanto, utilizou-se Datalogger HT-500 para a coleta de temperatura do ar, sendo armazenados a cada 30 min. Desta forma, foram produzidas representações gráficas dos perfis horários da distribuição e das frequências das temperaturas do ar. Por meio da frequência das temperaturas máximas, observou-se que há influência da ocupação do solo nas variações e frequências de temperaturas, sendo que nos pontos P2, P4, P6 e P7, e Caçu, no P2 e P4, maior frequência de temperaturas menores, enquanto que o P1 em Jataí e P3 em Caçu tiveram maior frequência de temperaturas maiores.

Palavras chave: Clima urbano, frequência, Jataí (GO).

INTRODUÇÃO

O ambiente urbano é diferenciado pelas modificações provocadas no meio pelo homem (ação antrópica); essas modificações nas alterações do meio dão-se através da construção de estruturas e superfícies artificiais (BARBIRATO, BARBOSA e TORRES, 2012). Com essas modificações, é gerado o que é chamado de “clima urbano”. Assim, o clima urbano pode afetar positivamente ou negativamente a qualidade ambiental, afetando assim a vida do ser humano.

O clima urbano é definido como “[...] um sistema que abrange o clima de um dado espaço terrestre e sua urbanização [...]” (MONTEIRO, 1975, p.116). Desta forma, seguindo a perspectiva de Monteiro, a definição do clima urbano é o estudo que busca compreender o comportamento dos fenômenos – climáticos – em áreas urbanas, como aponta Cruz (2009, p. 28), quando diz que:

o Clima Urbano é então o clima que se observa nas áreas urbanas, que envolve as condições naturais pré-existentes e também transformadas pela ação do homem e a cidade com todos os seus elementos, os quais criam inúmeros microclimas. As atividades humanas e a dinâmica existente no cotidiano das cidades, também, contribuem para as variações constantes do tempo nas áreas urbanas, que culminam em condições diferenciadas com relação ao clima da cidade.

Segundo Lombardo (1985), o clima urbano pode ser definido como o resultado das modificações causadas pelo processo de urbanização da superfície terrestre e da interferência dessa urbanização nas características da atmosfera de um determinado local.

Portanto, compreendemos que grande parte das alterações climáticas que o meio sofre é decorrente a modo/forma de ocupações do espaço, sendo que Araújo e Caram (2006) colocam que o ecossistema da cidade envolve variáveis ambientais que modificam as características físicas do espaço urbano, e vice-versa, sendo uma combinação no espaço e no tempo, em que o clima afeta diretamente os espaços construídos e o homem, e estes, por sua vez, modificam o clima.

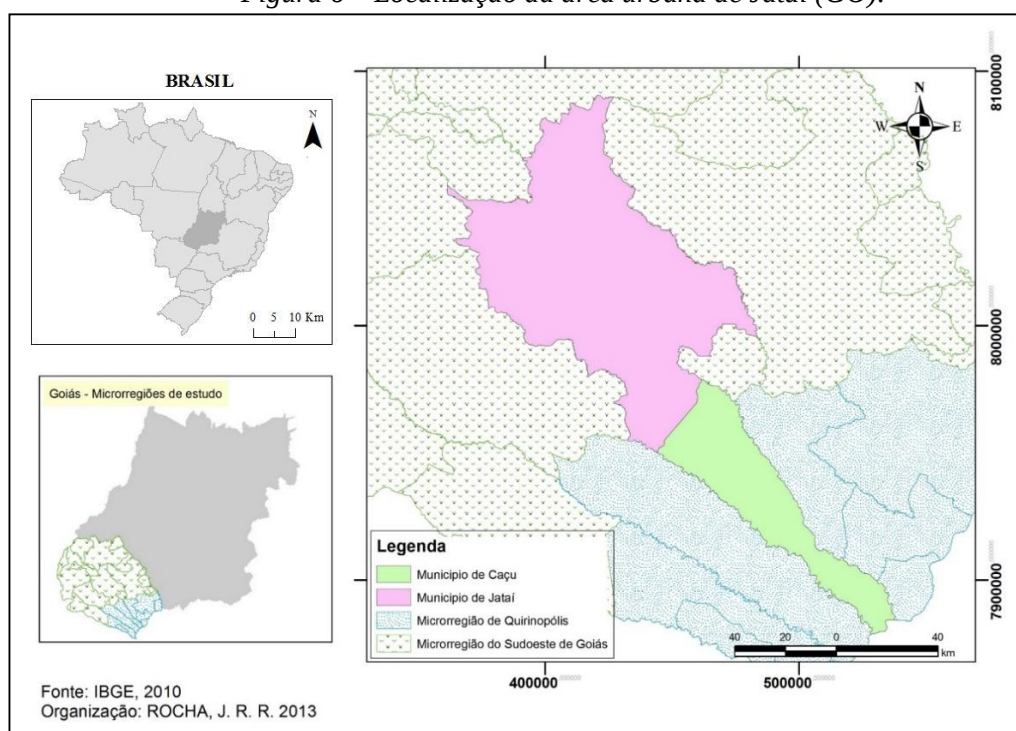
O De acordo com Gregory et al. (2009, p. 324), “os eventos extremos são escassos por definição, mas podem ter um impacto significativo sobre as pessoas e os países nas regiões afetadas”. Assim, vemos que o conceito é um acontecimento no contexto de risco, capaz de provocar danos a população.

Desta forma, estudo para verificar a variação e frequência da temperatura máxima foi realizado nas cidades de Jataí e Caçu (GO). A presente pesquisa é parte da dissertação de mestrado intitulada de “MICROCLIMA DO CERRADO: Características higrótérmicas em Jataí e Caçu (GO)” a qual teve como base metodológica a teoria do clima urbano de Monteiro (1976) e de Monteiro e Sezarino (1990), abordando o subsistema termodinâmico a partir das variáveis climáticas (temperatura e umidade relativa do ar), correlacionados com a hipsometria, exposição das vertentes, sendo aqui relatado as temperaturas do ar e frequência de ocorrência no município de Caçu (GO).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O recorte espacial estabelecido compreendeu os municípios de Jataí e Caçu, ambos localizadas na mesorregião sul goiano. O município de Caçu possui área total de 2.251 km², com a área urbana ocupando 4,1 km², população de 13.283 habitantes e densidade demográfica de 5,88 hab/km², pertencente à microrregião de Quirinópolis, (IBGE, 2010). O município de Jataí está inserido na microrregião Sudoeste de Goiás e possui área total de 7.174 km², sendo que o perímetro urbano da cidade ocupa uma área de 28,8 km². A população do município é de 88.006 habitantes e densidade de 12,23 hab/km² (IBGE, 2010) (Figura 1).

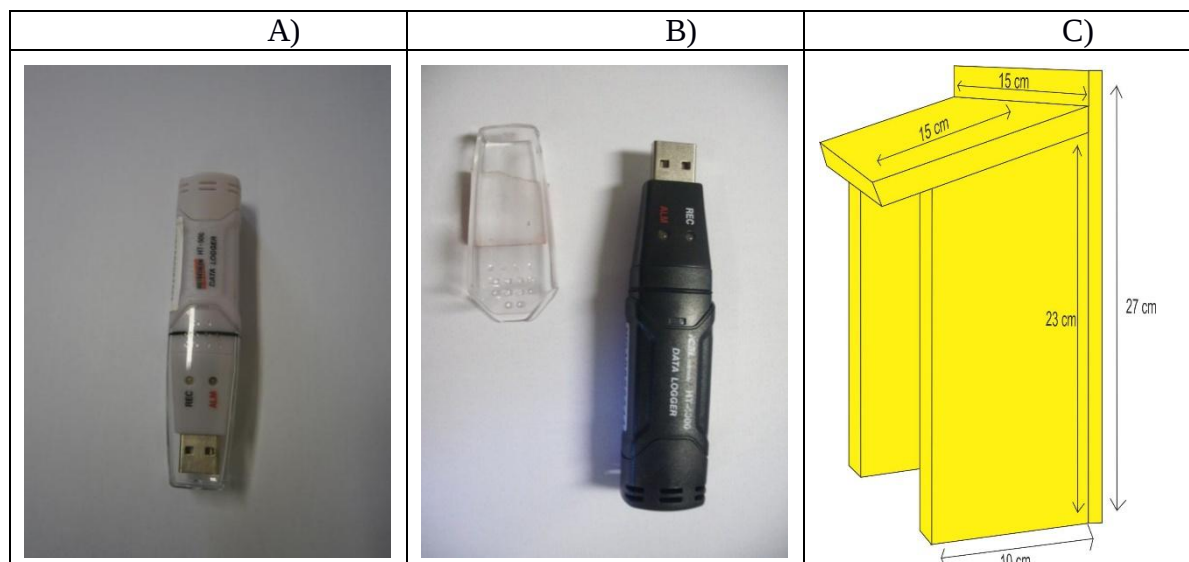
Figura 6 – Localização da área urbana de Jataí (GO).



Fonte: Rocha (2015).

Para a coleta dos dados de temperatura e umidade relativa do ar, utilizou-se termohigrômetros digitais (DataLogger, modelo HT-500 e HT-4000), seguindo a proposta de Monteiro (1990), a qual consiste na utilização de mini abrigos meteorológicos fixos, pintados na cor branca, revestidos de tela de nylon para proteger de insetos, instalados com a face voltada ao Sul (Figura 2A, 2B e 2C).

Fotografia 2 - A) Termohigrômetro modelo HT-500; B) Termohigrômetro modelo HT-4000 e C) Mini-abrigo meteorológico



Fonte: Rocha, J. R. R. (2014)

A frequência das temperaturas máximas, utilizou-se o intervalo de classe obtido pela regra de Sturges (CRESPO, 1997), a qual obteve os valores descritos na Tabela 1.

Tabela 4 - Classes de frequências de temperatura e umidade relativa do ar

Classes de temperatura do ar (°C)					
21,1 – 25,2	25,3 – 29,3	29,4 – 33,4	33,5 – 37,5	37,6 – 41,6	> 41,7
Classes de umidade relativa do ar (%)					
71 - 75	76 - 80	81 - 85	86 - 90	91 - 96	>97

Fonte: ROCHA, (2015)

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise das temperaturas máximas, observou-se que, no período de agosto de 2013 a julho de 2014, as temperaturas variaram de 44,6 a 35,8°C entre as cidades, sendo que as maiores temperaturas ocorreram em agosto, no dia 25, em ambas cidades. Caçu apresentou a maior temperatura máxima - de 44,6°C no P3 - e Jataí com 43,1°C, no P1; a menor temperatura máxima ocorreu em junho, nas duas cidades, sendo que Caçu teve 35,8°C no P5 (dia 07) e Jataí 36,1°C no P8 (dia 13), conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Temperatura máxima absoluta e amplitude térmica entre Jataí e Caçu (GO)

Temperatura do ar máxima absoluta										
Mês	Dia	Cidade	Máxima			Cidade oposta			Amplitude entre as cidades	
			°C	Hora	Ponto	Cidade	°C	Hora		Ponto
Ago	25	Jataí	43,1	13:25	P1	Caçu	44,6	14:39	P3	Caçu > 1,5
	25	Caçu	44,6	14:39	P3	Jataí	43,1	13:25	P1	Caçu > 1,5
Set	02	Jataí	42,8	13:55	P1	Caçu	44,2	14:09	P3	Caçu > 1,4
	01	Caçu	44,4	13:09	P3	Jataí	42,7	14:25	P1	Caçu > 1,7
Out	22	Jataí	41,5	14:00	P5	Caçu	42,2	13:49	P3	Caçu > 0,7
	26	Caçu	44,2	15:49	P3	Jataí	40,1	16:02	P1	Caçu > 4,1
Nov	11	Jataí	43,0	13:30	P5	Caçu	41,9	14:31	P4	Jataí > 1,1
	09	Caçu	42,6	16:19	P3	Jataí	40,6	14:00	P5	Caçu > 2,0
Dez	06	Jataí	41,6	14:39	P3	Caçu	40,8	13:24	P4	Jataí > 0,8
	19	Caçu	42,3	14:24	P4	Jataí	38,9	14:24	P1	Caçu > 3,4
Jan	04	Jataí	41,7	07:41	P5	Caçu	41,3	13:18	P1	Jataí > 0,4
	03	Caçu	42,4	15:54	P4	Jataí	40,1	12:11	P5	Caçu > 2,3
Fev	02	Jataí	41,1	15:09	P3	Caçu	40,8	14:04	P3	Jataí > 0,3
	07		41,1	15:41	P5	Caçu	43,3	16:57	P5	Caçu > 2,2
	07	Caçu	43,3	16:57	P5	Jataí	41,1	15:41	P5	Caçu > 2,2
Mar	10	Jataí	39,3	07:52	P5	Caçu	36,6	12:56	P1	Jataí > 2,7
	20	Caçu	39,9	13:56	P1	Jataí	37,2	15:08	P3	Caçu > 2,7
Abr	08	Jataí	42,9	15:57	P1	Caçu	39,0	14:40	P3	Jataí > 3,9
	05	Caçu	41,2	13:10	P3	Jataí	37,6	16:27	P1	Caçu > 3,6
Mai	21	Jataí	36,8	12:30	P8	Caçu	38,9	13:10	P3	Caçu > 2,1
	08	Caçu	39,6	13:10	P3	Jataí	36,2	12:30	P1	Caçu > 3,4
Jun	13	Jataí	36,1	13:00	P8	Caçu	34,7	13:42	P5	Jataí > 1,4
	07	Caçu	35,8	13:12	P5	Jataí	35,2	13:00	P8	Caçu > 0,6
Jul	21	Jataí	38,4	12:05	P1	Caçu	32,0	14:12	P5	Jataí > 6,4
	17	Caçu	36,6	13:42	P5	Jataí	42,7	09:35	P1	Jataí > 6,1
	23		36,6	14:42	P5	Jataí	39,7	10:35	P1	Jataí > 3,1
		Maior			Menor					



Maior



Menor

Fonte:

ROCHA. J. R. R. (2014)

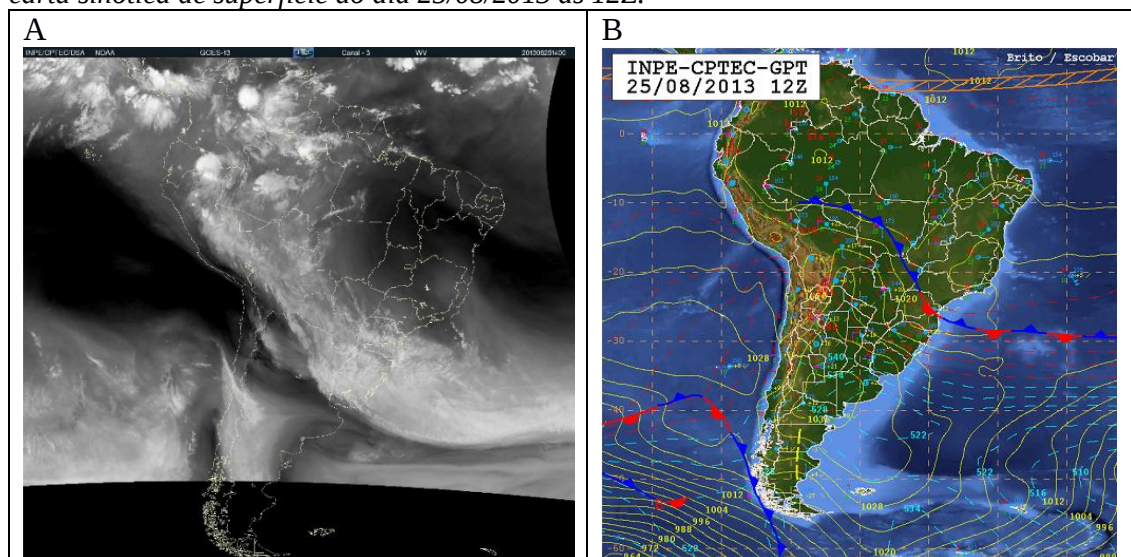
As temperaturas máximas absolutas mais elevadas foram verificadas nos meses de agosto a abril, em ambas cidades, com temperaturas de 44,6 a 41,2°C.

A maior temperatura máxima, em 25 agosto, ocorreu sob a condição atmosférica da presença da Alta Subtropical do Atlântico Sul (ASAS), com 1024 hPa, a qual atuou pelo Centro do Brasil (Figura 3 A e B), com dias de céu claro e ausência de chuvas, o que contribui para as temperaturas elevadas do dia (VIANELLO E MAIA, 1986), em ambas localidades, com amplitude térmica de 1,5°C.

Nos dias 07 e 13 de junho ocorreram as menores temperaturas máximas em Caçu e Jataí, respectivamente. No dia 07, isso deveu-se à atuação da massa de ar fria ao sul do Brasil e seca na Região Centro-Oeste, sendo que Jataí teve a temperatura mais elevada (36,1°C) em relação a Caçu

(34,7°C). No dia 13, houve a atuação do Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul (ASAS), com 1036 hPa.

Figura 3 – A) Imagem do satélite de vapor de água na atmosfera às 14 horas do dia 25/08/2013 e B) carta sinótica de superfície do dia 25/08/2013 às 12Z.



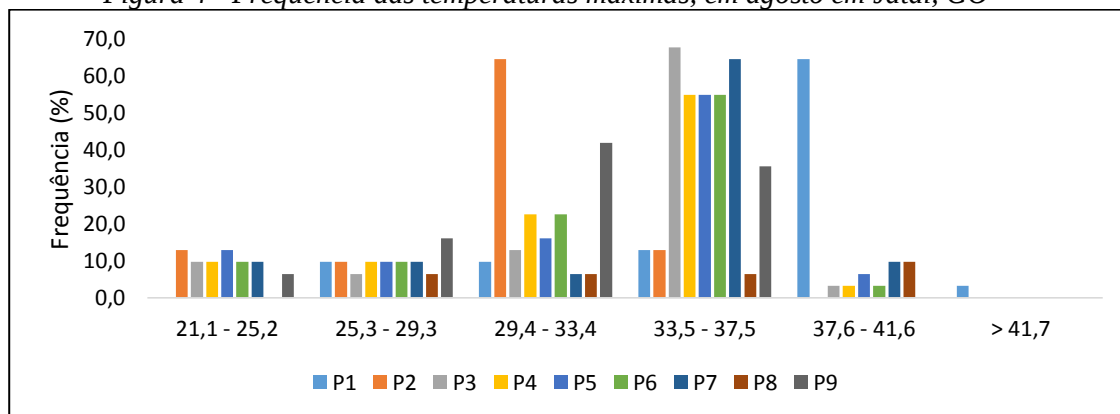
Fonte: ROCHA. J. R. R. (2014)

Em Jataí, verificou-se que a classe de temperatura máxima de 33,5 a 37,5°C teve maior frequência, sendo 68% no P3, 65% no P7, 55% no P4, P5 e P6 e 36% no P9 (Figura 4).

A temperatura menor em relação aos demais pontos foi na localidade P2, com frequência na classe 29,4 a 33,4°C (65%), sendo um local com média taxa de construção (27,1%) e terrenos vagos (43,8%).

O P1 não teve valores na primeira classe (21,1 a 25,2°C); conteve-se na maior frequência na classe de 37,6 a 41,6°C (65%) e apresentou-se sozinho na classe acima de 41,7°C (3,2%) devido à baixa taxa de arborização (5,9%), alta taxa de pavimentação asfáltica (16,9%) e de construção (63,1%), contribuindo para que as temperaturas fossem elevadas.

Figura 4 - Frequência das temperaturas máximas, em agosto em Jataí, GO

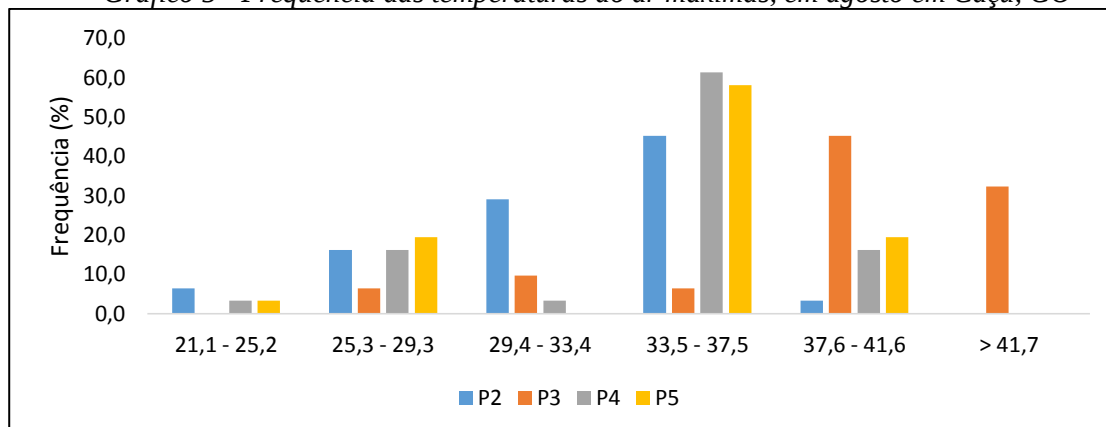


Fonte: ROCHA. J. R. R. (2014)

A maior ocorrência das temperaturas máximas em Caçu também aconteceu na classe de 33,5 a 37,5°C, com 14 dias no P2, 19 no P4, 18 dias no P5 e 2 dias no P3. O P3 apresentou maior frequência com temperaturas entre as classes 37,6 a 41,6°C e acima de 41,7°C (45 e 3%

respectivamente), sendo que a localidade possui baixa taxa de construção, porém há alta taxa de terrenos vagos, os quais ficam com o solo exposto em período de estiagem (Figura 5, 6A e 6B).

Gráfico 5 - Frequência das temperaturas do ar máximas, em agosto em Caçu, GO



Fonte: Laboratório de Climatologia, UFG/Regional Jataí
Organização: ROCHA. J. R. R. (2014)

Figura 6 – A e B) Áreas próximas ao P3 em Caçu, com solo exposto



Fonte: ROCHA. J. R. R. (2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa visou analisar a variação e frequência da temperatura do ar máxima em duas cidades, consideradas de pequeno porte no cerrado brasileiro, assim procurou-se identificar as relações existentes entre os aspectos físicos e climáticos, entre eles a hipsometria, exposição das vertentes, e os padrões de uso e ocupação do solo, a partir do canal termodinâmico proposto por Monteiro (1990), o qual insere a cidade no sistema de clima urbano (S.C.U.).

Os resultados demonstraram que agosto de 2013, foi o mês mais quente, em que foram registrados os valores máximos absolutos de temperatura, e junho que registou os menores valores de temperaturas do ar máximas, ambas ocorreram entre os horários de 13h00m às 15h00m.

Por meio da frequência das temperaturas máximas, observou-se que há influência da ocupação do solo nas frequências de temperaturas, como também confirmado por Silva e Ribeiro (2006), que verificaram que em Jataí, nos pontos P2, P4, P6 e P7, e Caçu, no P2 e P4, maior frequência de temperaturas menores, enquanto que o P1 em Jataí e P3 em Caçu tiveram maior frequência de temperaturas maiores.

REFERENCIAS

ARAÚJO, B. C. D. de.; CARAM, R. Análise ambiental: estudo bioclimático urbano em cen-tro histórico. **Ambiente e Sociedade**. Vol. 9, nº. 1 jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a08v9n1.pdf>>. Acesso em 29 abril 2014.

BARBIRATO, Gianna Melo; BARBOSA, Ricardo Victor Rodrigues; TORRES, Simone Carnaúba. Articulação entre clima urbano e planejamento das cidades: velho consenso, contínuo desafio. In. **Congresso Internacional Ciudad y Territorio Virtual**, VIII. Rio de Janeiro, 2012. Acesso em 21 fev 2014. Disponível em: <<http://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/13345/1/ARTI%23%23W7.PDF>>.

CRUZ G. C. F. da. **Clima Urbano de Ponta Grossa-PR: uma abordagem da dinâmica climática em cidade média subtropical brasileira**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), São Paulo 2009.

GREGORY, D.; JOHNSTON, R.; PRATT, G.; WATTS, M.; WHATMORE, S. **The dictionary of human geography**. 2009.

LOMBARDO, M. A. **Ilha de Calor nas metrópoles: o exemplo de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

MONTEIRO, C. A. de. F. **Teoria e clima urbano**. São Paulo: Tese. (Apresentada ao concurso de livre- docência junto ao Departamento de Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1975.

MONTEIRO, C.A de F. Adentrar a cidade para tomar-lhe a temperatura. **Revista Geosul**, Florianópolis, v.5, n.9, p. 61-79,1990.

ROCHA. J. R. R. **MICROCLIMA DO CERRADO: Características higrotérmicas em Jataí e Caçu (GO)**. Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí. 2014.

MAPAS MENTAIS E O CONTEÚDO DE GLOBALIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gabriella Goulart Silva

Mestranda pela Universidade Federal de Goiás – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

gabinodlle@hotmail.com

Resumo: O presente artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida em um trabalho de conclusão de curso que teve como principal objetivo analisar o uso do mapa mental como metodologia de ensino de Geografia em sala de aula do 9º ano do Ensino Fundamental dos alunos do Colégio Estadual de tempo integral Horácio Antônio de Paula, na cidade de Inhumas – GO, localizada na região metropolitana de Goiânia. Para tanto, foram desenvolvidas e aplicadas aulas com uma metodologia que associou os conteúdos a serem contemplados nos planos de aula, com a produção do mapa mental. Posteriormente feitas análises desses mapas produzidos, a fim de compreender como essa metodologia tem relevância na análise do espacial no ensino de Geografia.

Palavras-Chave: Geografia. Mapa mental. Aluno. Metodologia

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar o uso do mapa mental como metodologia de ensino de Geografia em sala de aula do 9º ano do Ensino Fundamental dos alunos do Colégio Estadual de tempo integral Horácio Antônio de Paula. Para tanto, foram desenvolvidos planos de aula com uma metodologia que associou os conteúdos a produção do mapa mental. Aplicadas as aulas, com a problematização do conteúdo, através de discussões em sala e de texto, foi pedido que os alunos produzissem mapas mentais que representassem o seguinte tema “A globalização na cidade de Inhumas-GO”. Após esse momento, foram feitas análises desses mapas produzidos, por parte dos alunos com o intuito de identificar as dificuldades mais recorrentes, que elementos eles usaram para as representações. Portanto, diante de uma análise feita através dos resultados dessas aulas, dos mapas mentais dos alunos e de suas análises, foi possível perceber como esses alunos conseguem associar os conteúdos ministrados em sala de aula com a realidade socioespacial de sua cidade, e entender como essa metodologia de mapas mentais pode auxiliar o professor em suas práticas em sala de aula.

O ensino de cartografia nas aulas de Geografia sempre foi alvo de muitas discussões no sentido de como desenvolver as habilidades necessárias dentro dessa linguagem, despertando uma visão mais crítica no aluno.

Ao longo de todo o processo em que a Geografia se constituiu enquanto disciplina muitas influências de cunho teórico-metodológico já moldaram essa ciência, passando por uma perspectiva de descrição do espaço até a sua compreensão como um produto das relações humanas.

Já no âmbito educacional, existe dentro da Geografia caminhos que possibilitam a formação de um indivíduo mais atento às questões espaciais da realidade que o cerca, saindo somente da descrição e adentrando na prática da reflexão, da perspectiva analítica, de modo que o próprio indivíduo consiga por meio do desenvolvimento de suas habilidades crítico-espaciais, produzir e ler representações do espaço.

Nesse sentido, na busca por um ensino/aprendizagem mais consciente e crítico, várias são as discussões e tentativas de se produzir atividades escolares de Geografia que incentivem a atuação do aluno no ato de descobrir o espaço, de entender as relações estabelecidas nele, de entender como os espaços estão interligados, de como ele é influenciado e influencia o meio em que vive, entre tantos outros aspectos, que só a partir de um ensino de Geografia mais dinâmico será possível.

Diante dessa busca, procurando identificar e diagnosticar as dificuldades apresentadas pelos alunos e os resultados significativos dentro de uma perspectiva onde o aluno possa produzir o conhecimento, a pesquisa buscou analisar o uso do mapa mental no ensino de Geografia em sala de aula do 9º ano do Ensino Fundamental dos alunos do Colégio Estadual de tempo integral Horácio Antônio de Paula através de um conjunto de aulas com o uso do mapa mental como atividade associada aos conteúdos ministrados em sala, com o propósito de despertar um raciocínio espacial a partir da visão do aluno e analisar os resultados dessa prática por meio dos mapas produzidos e questionário aplicado aos alunos.

Os resultados da pesquisa desenvolvida foram contemplados em um primeiro momento através da discussão sobre o “**Ensino de geografia e a análise espacial**”, onde apresenta a interferência das fases da Geografia Tradicional e Crítica no que se constituiu como ensino em sala de aula e como isso reflete na produção do olhar crítico/espacial do aluno.

Em um segundo momento é discutido “**Ensino de Geografia e a relevância do “Lugar” na produção dos mapas mentais**”, fazendo-se uma abordagem da importância da conexão entre cartografia escolar e o lugar de vivência do aluno na construção dessa linguagem e no desenvolvimento da leitura espacial. Dessa forma consegui uma base teórica para se desenvolver para trabalhar a temática “**Mapas mentais como metodologia de ensino em Geografia**”, que apresenta uma análise da importância de se trabalhar dentro do contexto cartográfico escolar, consequentemente do ensino de Geografia, as diferentes formas de linguagem que possibilitem a realização de um ensino-aprendizagem que contemple o conhecimento do cotidiano com os saberes científicos, a partir da atuação do aluno pela realização dessa atividade.

E posteriormente ao aparato teórico desenvolvi as aulas e foi possível fazer uma análise das produções dos mapas mentais feitas pelos alunos do 9º ano do Colégio de Tempo Integral Estadual Horácio Antônio de Paula na tentativa de diagnosticar como o uso dessa linguagem cartográfica que associa os saberes cotidianos com os saberes científicos, pode ser significativa no ensino/aprendizagem de Geografia e no desenvolvimento das noções espaciais. É feita também uma análise acerca do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar e do plano de curso da disciplina de Geografia, de modo que esses aspectos foram abordados para entendermos em que contexto o ensino de Geografia e o desenvolvimento das noções espaciais ocorrem.

Antes de propor aos alunos a construção do mapa mental, foi desenvolvida uma aula onde começamos com a discussão e problematização de um tema proposto pela expectativa de aprendizagem do bimestre, sendo ele o de entender os processos da globalização da economia e suas consequências econômicas, políticas, sociais e culturais para o mundo atual.

O foco inicial da aula foi uma discussão oral acerca do tema, elencando os seguintes pontos: por que estudar esse conteúdo? O que vocês entendem por globalização? Como os resultados desse processo podem ser visto em sua cidade? Quais as maneiras de disseminação desse fenômeno na esfera social cultural em seu bairro e em sua cidade. Para que dessa forma fosse feito um contato inicialmente investigativo do conteúdo a partir do que os alunos sabiam a respeito e associando ao seu lugar de vivência.

Levantada a problemática, muitos alunos ao se depararem com a pergunta a respeito do que eles entendiam sobre Globalização, sentiram uma dificuldade em apresentar um conceito que explique esse fenômeno. Diante da dificuldade, propus que eles citassem algo que os remetesse a ideia de Globalização.

A partir daí pedi que pensassem em processos de transformação da cidade de Inhumas quanto a contextos econômicos, sociais e culturais, e quais as inovações tecnológicas que são visíveis na cidade, e como isso tem mudado e influenciado no modo de viver de cada um. Ao se fazer essa prévia discussão onde os alunos falavam o que pensavam, outros intervinham complementando ou discordando, onde toda a sala se viu envolvida na discussão sobre Globalização. Recorremos ao livro didático e fizemos uma leitura dinâmica da unidade “A

Globalização e seus efeitos”, com pausas para associação do que era apresentado no corpo do texto com a realidade da cidade.

Dessa forma, o tema Globalização e seus efeitos foram discutidos e paralelamente associados ao lugar de vivência do aluno. Durante a aula foi perceptível a agitação da turma quando lhes foi dado à oportunidade de falar o que eles sabiam sobre o assunto. Alguns disseram que a cidade mudou muito e que a cada dia irá mudar mais quanto às tecnologias, que às vezes eles não precisam nem sair de casa para comprar alguma mercadoria, associaram o fluxo de carros na cidade e a implantação de sinaleiros nas principais avenidas, como sendo efeito de um processo de globalização.

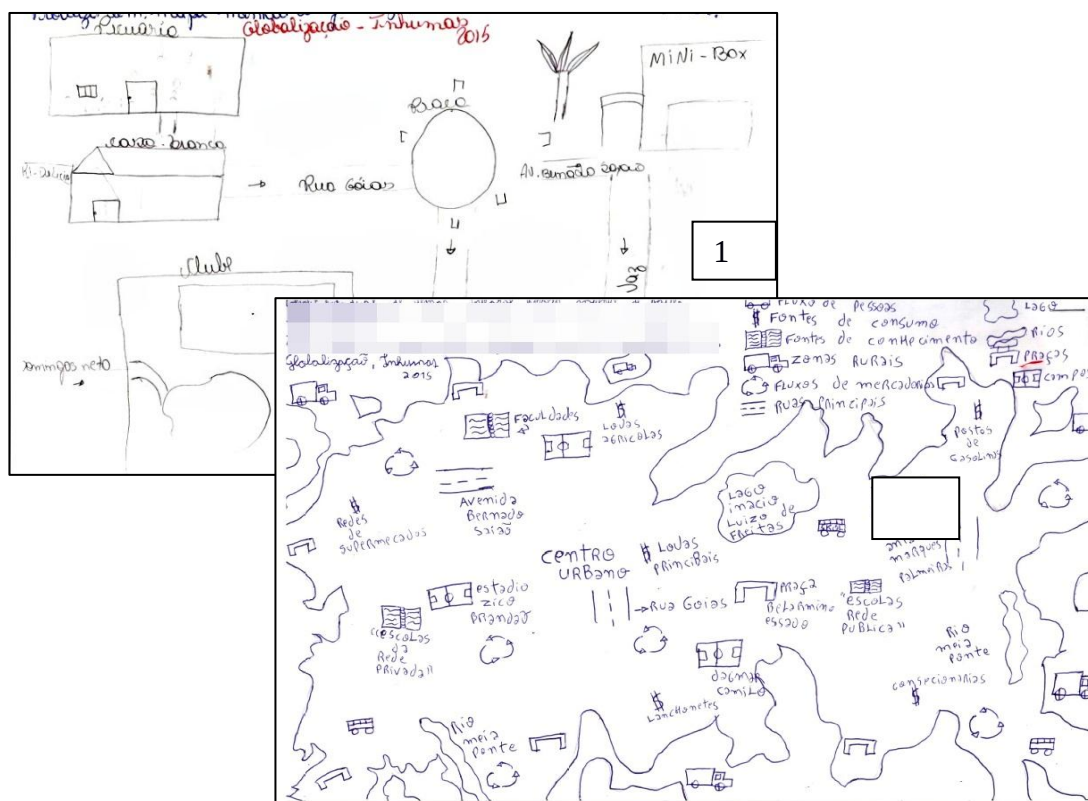
Na segunda aula, depois de feita toda a apresentação e análise sobre alguns efeitos da globalização e suas principais fases, e de como isso reflete no dia-a-dia desse aluno na cidade, pedi que em sua mente projetassem a sua cidade e os diferentes espaços dela, que eles acreditam ser resultantes de um processo de transformação econômica, social e cultural.

Após toda essa explanação, foi proposta a produção de um mapa mental com a seguinte temática “Globalização na cidade de Inhumas-GO”. Nesse momento, os alunos iriam produzir um mapa mental que pudesse representar a Globalização na cidade, a partir de sua óptica, associando o que ele descobriu quanto ao tema na sala de aula e o que ele tem como referência através do seu saber.

A partir daí as dúvidas foram várias, muitos dos alunos disseram que não sabiam fazer mapas, ou que não conheciam a cidade muito bem, se era para fazer de toda a cidade que não iriam conseguir. Contudo, todos os alunos presentes na sala participaram e fizeram a atividade de produção do mapa mental.

Foram utilizadas diferentes delimitações espaciais nos mapas mentais, desde uma visão geral da cidade de Inhumas e os espaços que refletem os efeitos da globalização, até mesmo a exclusividade de ruas, bairros, revelando a dimensão inicial do conhecimento espacial do aluno a respeito da cidade. Como pode ser observado nos mapas abaixo:

Figura 01- Mapas Mentais sobre a “Globalização na cidade de Inhumas-GO”, como exemplo das diferentes formas da cidade representada pelos alunos (2015)

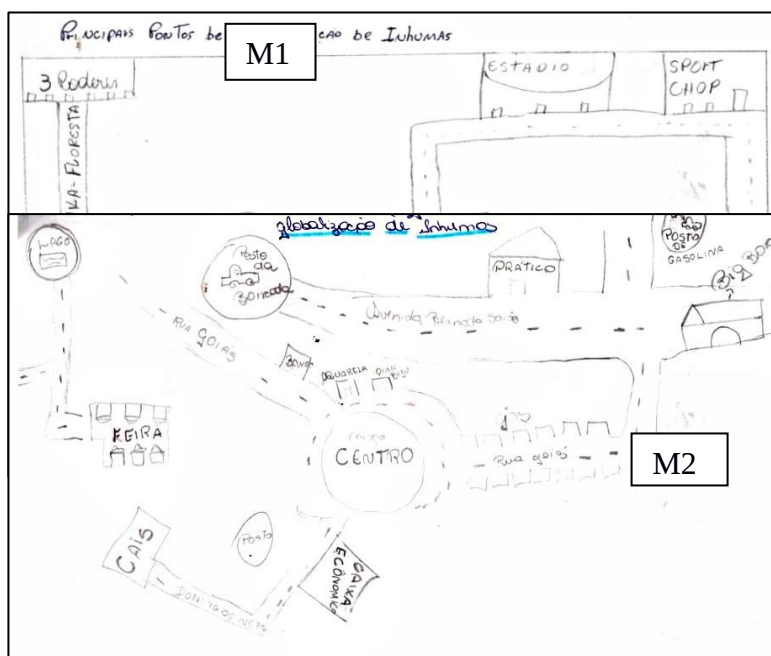


A temática do mapa mental foi representar a globalização na cidade de Inhumas, portanto nas representações dos alunos são expostas informações iniciais que os próprios alunos organizam para a construção do mapa. Segundo Vigotski (1998), quando o indivíduo utiliza a comunicação para expressar algo, ele realiza uma seleção de informações, de dados que considera mais relevante para destacar.

Portanto, ao observarmos esses mapas mentais, temos a possibilidade de analisar as interpretações feitas pelos estudantes sobre um determinado espaço e certos fenômenos que nele acontecem nesse caso o da globalização.

Na Figura 2, os mapas mentais dos alunos (M1 e M2) representaram de uma forma bem geral os principais pontos de comércio de toda a cidade, como uma das filiais de uma rede de supermercado da cidade (Big Box), padarias, a rodoviária, concessionárias, o estádio da cidade (Zico Brandão), postos de gasolina, e as principais avenidas que percorrem Inhumas (Avenida Bernardo Sayão e Avenida Domingos Neto) onde se concentra todo o grande fluxo comercial e bancário.

Figura 02 - Mapas Mentais sobre a “Globalização na cidade de Inhumas – GO”, exemplos de representação de forma geral dos principais pontos de fluxo de pessoas, informações, capital e mercadorias (2015)



Quando questionados nesses dois casos acima, sobre o que eles representaram em seu mapa mental, um dos alunos escreveu que representou alguns lugares que para ele retrata a globalização de Inhumas, como bares, empresas internacionais e avenidas principais. E quando questionado quais elementos ele escolheu para representar a globalização da cidade, ele respondeu: “eu escolhi a avenida principal porque é onde tem os principais lugares de fluxos de pessoas e isso para mim representa a globalização também.”

No mapa mental M4, a aluna que o produziu é residente em uma zona rural, ao escrever sobre os elementos que ela escolheu para representar a globalização na cidade e o porquê, percebe-se que os pontos representados por ela, de certa forma, têm uma ligação direta com as suas ações do dia-a-dia. Trata-se dos lugares frequentados por ela e pelas pessoas do seu convívio, ela conseguiu relacionar o conteúdo desenvolvido em sala com a realidade que a cerca, como é possível constatar

em sua resposta “a praça do centro porque é onde se localiza a maior quantidade de lojas, os postos de gasolina, o lago por ser um ponto turístico, o Big Box uma fonte de comercialização (...) feira um ponto de compras que é um ponto onde localiza os produtos produzidos em roças, fazendas (...)”

Quando a aluna representa a feira e descreve como sendo um ponto de troca entre o urbano e rural, está feita a associação entre os conhecimentos científicos e a realidade, e o mapa mental foi o resultado desse processo desencadeado através do pensar do aluno, através da sua investigação, das discussões levantadas nas aulas anteriores.

Na figura 3, a representação da área geográfica nos mapas mentais já é mais específica, ou seja, alguns alunos representaram somente o grande centro da cidade, como a praça principal (Praça Belarmino Essado) (M3), e as quadras próximas e seus principais pontos de fluxo de pessoas, mercadorias, informações, entre outros. E em outro caso (M4), a aluna representou seu setor e os pontos próximos a sua casa que representam a globalização, pois, ao responder sobre o que ela representou em seu mapa mental, ela escreveu o seguinte: “é um lugar que eu conheço melhor, diferente dos outros lugares da cidade”. Portanto, aluna também associou o que tinha em seu bairro como representantes do processo de globalização, como podem ver um dos elementos do mapa mental são as casas e as antenas de TV a cabo, que para ela representam fluxo de informação.

Figura 03 – Mapas mentais sobre a “Globalização de Inhumas – GO” - exemplo de representações de uma área geográfica mais específica da cidade (2015)



Com base nas observações mais atentas das áreas geográficas, podemos definir quais são os lugares/espços da cidade que são mais representativos para os alunos referente ao tema globalização, o que revela algumas leituras produzidas pelos alunos.

Foram produzidos vários mapas mentais e diante de todas as etapas e desenvolvimentos das aulas com a proposta dos mapas mentais como metodologia de ensino, fica posto que, são inúmeras as possibilidades de análise dentro das representações dos alunos. Análises que podem ser feitas tanto pelo professor, quanto direcionada ao aluno. Sobre essa possibilidade Richter afirma que:

[...] cabe ao professor desenvolver atividades, propostas, leituras e reflexões pertinentes que apresentem essa proximidade entre a construção dos espaços de

vivência com o conhecimento científico, como o uso dos mapas mentais integrado ao desenvolvimento e ao ensino dos conteúdos geográficos. A compreensão mais aprofundada da formação e dos contextos que envolvem a produção do espaço são fundamentais para ampliar as leituras e as interpretações dos estudantes a respeito dos lugares.

De acordo com as propostas expostas e as possibilidades de interpretação através dos mapas mentais, cria-se condições para o professor identificar e reconhecer com mais propriedade o raciocínio geográfico e espacial que os alunos foram desenvolvendo ao longo de sua trajetória escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do término da pesquisa, percebemos que a utilização dos mapas mentais como uma linguagem pertinente às ações pedagógicas nas aulas de Geografia, não é tarefa tão simples. É preciso todo um estudo e entendimento de como fazer com que essa linguagem possa interferir de forma significativa na construção do conhecimento do aluno, e não se tornar somente uma atividade de “desenho” aleatória aos conteúdos ministrados em sala.

A contribuição do uso do mapa mental no processo de ensino-aprendizagem de Geografia dá possibilidade de expressão, principalmente, ao raciocínio geográfico do aluno. Através da articulação entre esses esboços cartográficos e os conhecimentos científicos surgem leituras de mundo e interpretações do cotidiano. Portanto, fica evidente, que sua função vai além de servir como uma linguagem capaz de ajudar o aluno a produzir uma leitura dos espaços, o mapa mental tem o papel de auxiliar no trabalho docente ao diagnosticar que conhecimentos e interpretações os estudantes deveriam produzir.

REFERÊNCIAS

RICHTER, Denis. **O mapa mental no ensino de geografia: concepções propostas para o trabalho docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ENSINO DE GEOGRAFIA MEDIADO PELA CATEGORIA PAISAGEM A PARTIR DA LITERATURA CABRALINA

Francisco Tomaz de Moura Júnior
Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí.
fthomaz-junior@hotmail.com

Suzana Ribeiro Lima Oliveira
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/IESA/Goiânia. Professora do
curso de Geografia da UFG/Regional Jataí.
suzanarili@yahoo.com.br

Resumo: A aproximação entre ensino de Geografia e Literatura constitui, neste trabalho, o foco das análises, para tanto, como procedimento metodológico, utilizou-se a revisão da literatura, partindo-se de um pressuposto interdisciplinar em que a paisagem é o elemento mediador entre as duas ciências, entendendo-a como: um componente cultural cuja aprendizagem depende de uma série de códigos, símbolos e linguagens; em que, a obra literária é um desses elementos capaz de, num processo dialético entre o espaço literário e a literatura no espaço, permitir que os alunos adquiram um raciocínio reflexivo, possibilitando, construir conceitos e entendimentos, capazes de auxiliá-los na compreensão da realidade e exercício efetivo da cidadania.

Palavras-chaves: Ensino de Geografia. Paisagem. Literatura.

Introdução

Desde a institucionalização da Geografia como ciência no final do século XIX, a concepção de paisagem foi objeto de interesse de inúmeros geógrafos com diferentes enfoques. Esse conceito/categoria, por sua vez, durante o processo de renovação na década de 1970, passa por uma reestruturação, diferentes correntes teórico-metodológicas direcionaram as reflexões.

Para o marxismo, ela se constitui um arranjo dos elementos visíveis, mas também de uma contradição de classes, em que, há diversos elementos invisíveis atuando para sua constituição. Na fenomenologia, por sua vez, o que interessa é a paisagem enquanto elemento cultural, junção de símbolos, códigos e linguagens, percebida, vivenciada pelo sujeito, ativa e passiva, acolhedora e inóspita.

Considerando essas reflexões, e buscando análises e interpretações da paisagem em uma perspectiva interdisciplinar dialética, foram alguns direcionamentos que permearam a construção do presente trabalho em uma abordagem qualitativa, referindo aos estudos dos sujeitos sociais e suas subjetividades para a construção de conceitos.

Acredita-se que a Literatura, em especial a literatura “regionalista”, constitua um importante e enriquecedor campo de estudos para Geografia, sendo a paisagem a interface entre as duas ciências.

Desse modo, com o presente trabalho, objetivou-se apontar as potencialidades, que o uso da literatura, em geral e, em específico, a literatura cabralina¹⁴ - a partir da categoria paisagem, possui para contribuir com a mediação do ensino de Geografia e da aprendizagem a partir da construção de conceitos geográficos.

¹⁴ A opção pela poesia de João Cabral de Melo Neto, especificamente, “Morte e Vida Severina” se deve ao fato de ser uma literatura regional, repleta de paisagens, descritas de forma bastante detalhista, tendo uma linguagem acessível aos alunos e cujo rol temático vai desde intempéries climáticas, concentração fundiária, monocultura canavieira, conflitos agrários e processos migratórios, conteúdos presentes na matriz curricular do ensino de Geografia para a educação básica.

A paisagem contextualizada

Etimologicamente o vocábulo paisagem como se conhece vem do termo *paesaggio* da língua italiana, construído no período do Renascimento, ele é derivado do francês, *paysage*, sendo proveniente do latim, *pays*, intimamente associado à noção de um espaço limitado, podendo ser traduzido de forma literal como país (FERRAZ, 2013).

Historicamente, a elaboração da concepção de paisagem significou, no final da Idade Média, uma redescoberta da natureza, mediante sua representação em pinturas, rompendo com as explicações teológicas de mundo, dominantes naquele período (SALGUEIRO, 2001).

É dessa forma, pautada numa concepção romântica de natureza e no positivismo nascente que, Alexander von Humboldt, no final do século XIX, estruturara a ciência geográfica, ressaltando inclusive seu caráter estético, representando uma nova forma de se ver/compreender o mundo.

Essa concepção, contudo, posteriormente, é substituída por um modelo racionalista que separa a arte da ciência, eliminando, assim, o ideal estético presente no conceito de paisagem. Isso se deve, ao seu surgimento estar acompanhado de uma revolução técnica-científica que torna a natureza objeto de manipulação e a transformação a serviço do capitalismo (SALGUEIRO, 2001).

Essa reestruturação do conceito de paisagem na sociedade ocidental, “emergiu no mesmo período em que a ciência arquitetava a dicotomia entre sociedade e natureza” (LUCHIARI, 2001, p. 12).

Dessa forma, desde seu surgimento, a concepção de paisagem esteve envolto num conflito entre objetividade (descrição dos elementos concretos/visíveis da paisagem) e subjetividade (descrição subjetiva/perceptiva dos elementos da paisagem) (LUCHIARI, 2001).

Dentro da ciência geográfica, o conceito de paisagem, central para a Geografia clássica, seja ela uma paisagem natural, em sua vertente determinista, ou uma região-paisagem, no possibilismo, em que interessa descrever seus elementos naturais ou humanos já incorporados (naturalizados), perde importância para novos conceitos/categorias, durante um período. Conceitos como região e espaço foram amplamente debatidos, o que perdurou até o começo do século XX quando Carl Sauer retoma-o, ao passo que o qualifica como cultural, sendo elas aquelas provenientes da ação humana, existindo tantas quanto existem culturas diferentes (SAUER, 1998).

Sauer (1998), propagando os ideais da escola morfológica da paisagem e, apesar das críticas feitas à concepção de cultura superorgânica, da qual é partidário, tem seu mérito em trazer o conceito de cultura para a Geografia, ao passo que resgata o conceito de paisagem (FERRAZ, 2013).

Porém, novamente, em virtude de mudanças nas conjunturas socioeconômicas, o conceito de paisagem é colocado de lado em favor da concepção de espaço e região pautados no positivismo lógico da Geografia teórica-quantitativa, privilegiando uma linguagem matemática, a adoção de modelos e o cientificismo como parâmetro, sendo, no geral, tratada apenas como um “retrato” dos elementos do meio natural.

Essa Geografia irá ganhar força, no Brasil, até a década de 1970, quando inúmeras discussões promovidas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) fomentou um processo de renovação, dando origem ao que ficou conhecido como Geografia crítica, embasada, principalmente, em concepções marxistas, o espaço se torna o conceito/categoria central ao lado do território.

Porém, diferente da Geografia tradicional, para quem a paisagem se restringe a natureza humanizada, que incorporou aqueles elementos humanos fixados ao solo, não capitando o movimento e as transformações do pós-Guerra e das sociedades industriais; e da Geografia teórica-quantitativa, para a qual o espaço é uma planície isotrópica e a paisagem um “retrato”

deste, ele é construído pelo homem a partir da base natural, formando uma segunda natureza, surge uma discussão de renovação.

Dentro do movimento de renovação, tem-se o surgimento de uma Geografia cultural/humanística, embasada no método fenomenológico cujo principal expoente é Yi-Fu Tuan, para quem: a Geografia humanista busca a compreensão do mundo humano por meio das relações do homem com a natureza, na especificidade geográfica, bem como seus anseios e ideias a respeito do espaço e lugar onde vive (TUAN, 2012).

A paisagem, nesse sentido, deixa de ser uma porção do espaço visível, seja ela natural ou antrópica, e passa a ser compreendida como “uma construção mental a partir da percepção e vivência do território” (SALGUEIRO, 2001, p. 44). Deslocando o centro de análise do objeto para o sujeito e sua subjetividade. Assim,

A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida ainda que refratária a toda redução puramente científica. Ela coloca em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, se preferirmos, sua *geograficidade* original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização. Presença atraente ou estranha, e, no entanto, lúcida. Limpidez de uma relação que afeta a carne e o sangue (DARDEL, 2015, p. 31).

Essa centralidade no sujeito e em sua subjetividade, na sua ligação com a Terra, faz com se expanda a interface da Geografia com outras ciências, especialmente a psicologia, a antropologia, a semiótica, a literatura e as artes, de sorte que, obras de arte ou literárias, jornais, festas tradicionais, adquirem valor como fonte de informação. O conceito de paisagem, portanto, se transformou ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica, desde uma posição muito próxima da Natureza, até uma posição mais próxima de aspectos culturais e econômicos (SALGUEIRO, 2001).

Nesse entendimento, a paisagem pode ser entendida como “aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimento, odores, sons, etc.” (SANTOS, 1996, p. 61). Comporta, portanto, uma dimensão material – a base física – mas, principalmente, uma dimensão subjetiva – a forma como se percebe essa base física.

A percepção da paisagem, assim, se transforma de acordo com um conjunto de fatores, como, o posicionamento do observador, sua idade, seus códigos culturais e linguagem, seu estado emocional, a escala de observação, entre outros.

Dentro da multiplicidade de correntes teóricas e pensamento que se constitui a Geografia, numa perspectiva interdisciplinar, observa-se o diálogo possível que relaciona a Geografia com a Literatura e a Arte, revalorizando aspectos estéticos e subjetivos, que perpassam a percepção dos sujeitos, sendo importantíssimo, nesse contexto, o conceito de paisagem, expresso como a materialização de práticas socioespaciais que possuem um simbolismo, um pertencimento, uma valoração afetiva para o sujeito. Nesse contexto, a Geografia e a Literatura se aproximam.

A Geografia, a Literatura e a paisagem

O diálogo entre a Geografia, a Literatura e a paisagem, constitui uma construção socioespacial e cultural, existindo tantas paisagens diferentes quanto o número de sociedades e culturas, com isso, “ressalta-se que no estudo da paisagem é possível considera-la por intermédio de textos diversos como aqueles dos romances, poemas, letras de músicas, filmes, pinturas e outras representações” (CORRÊA e ROSENDAHL, 2014, p. 16).

É dessa forma, que lançamos mão da literatura que, apesar de ser uma representação artística e não ter um comprometimento explícito com o real representa a vivência e percepção do autor e do momento histórico em que ele vive.

O poema, o romance e outras expressões artísticas têm como contribuições à Geografia, o relato de experiências vividas no/pelo espaço, a memória das paisagens, apreendendo as transformações espaciais e suas contradições, sempre envoltas numa afetividade, numa íntima entre a ficção e a realidade (PINHEIRO NETO, 2015).

Tal relação é alvo de interesse de geógrafos desde os anos de 1970, contudo, é na década de 1990 e 2000 que estudos se intensificam ao ponto de se configurar, hoje, todo um campo de pesquisa dentro da ciência geográfica.

O enlace entre a Geografia e a Literatura é anterior a esse período, datando desde o começo do século XX, estudos que tomam a obra literária como fonte de informação, porém, tomam-na de forma objetiva, analisando-a como “síntese” das informações dos lugares, paisagens e das organizações espaciais (VILANOVA NETA, 2004).

Durante as décadas de 1940 a 1970, a perspectiva neopositivista, tem-se uma tentativa de valorização da experiência concreta do autor, tomando-a como elemento objetivo, uma descrição fiel da realidade, especialmente nos romances realistas.

Assim, “observa-se uma tendência a tomar o romance, em especial o realista, de forma também utilitária, sendo que agora em relação às experiências pessoais do autor em relação a dado lugar” (VILANOVA NETA, 2004).

É nos anos de 1970 que, durante o processo de renovação, que a Geografia radical, utilizou a literatura como forma de denúncia social, numa espécie de rompimento com o monopólio do real estabelecido por uma classe dominante. Essa perspectiva considera literatura apenas aqueles textos que afrontam o *status quo*.

Soma-se a isso, o destaque que a literatura ganhou com a chamada Geografia cujo foco reside no sujeito, na valorização de sua percepção e ordenamento do espaço vivido/percebido. Aqui a obra literária é tida como uma representação deste espaço pelo autor, sem a pretensão de fidelidade e objetividade positivista, ao contrário, mediada por códigos, pela linguagem e mesmo instrumentos.

Destarte, pode-se caracterizar o texto literário como conotativo, aberto a múltiplas interpretações das mais diversas ciências e cientistas, sendo uma representação parcial e plural da realidade, “um discurso sobre o real formado a partir da relação que o escritor estabelece com o contexto cultural no qual se insere” (VILANOVA NETA, 2004, p. 111). O texto literário, desse modo, é a apreensão, subjetiva, do espaço vivido pelo escritor, bem como das questões de seu tempo.

Toma-se como exemplo o poema “Morte e Vida Severina” de João Cabral de Melo Neto, nele o autor narra à história de Severino, retirante nascido na Serra da Costela, nos limites entre Pernambuco e Paraíba, que, em busca de sua sobrevivência, inicia um percurso de descida rumo ao Recife, sempre margeando o rio Capibaribe em que, as cidades, vilas e povoados, são as contas do rosário de sua penitência.

Nessa descida, João Cabral descreve com uma riqueza de detalhes o migrante e as paisagens pelas quais caminha, de tal sorte que, fazendo-o nos contar a história do povo retirante que, fugindo da seca rumo ao litoral, descreve as personagens e sua sina, com forte teor de crítica social a elementos da realidade nordestinas, ainda atuais como o latifúndio, a monocultura, os conflitos por terras, etc.

E se somos Severinos/ iguais em tudo na vida,/ morremos de morte igual, mesma morte Severina:/ que é a morte de que se morre/ de velhice antes dos trinta,/ de emboscada antes dos vinte,/ de fome um pouco por dia/ (de fraqueza e de doença/ é que a morte Severina/ ataca qualquer idade, e até gente não nascida) (MELO NETO, 2012, p. 76).

O excerto acima nos dá a dimensão do que trata o poeta e de qual paisagem descreve Severino: a paisagem do medo e da morte, de um Sertão inóspito a vida, conflituoso, em que a terra é elemento central de disputa.

Essa paisagem que o eu-lírico descreve o acompanha até chegar à Zona da Mata, quando, encontra uma paisagem cujos aspectos naturais destoam do Sertão a qual se habituará: fartos canaviais, com grandes usinas, rios perenes. Aqui, entretanto, suas expectativas são frustradas, ao presenciar a desigualdade, a concentração fundiária e novamente, a morte. De tal forma, que ao comparar os “nordestes”, Severino aponta:

Mas não senti diferença/ entre o Agreste e a Caatinga,/ e entre a Caatinga e aqui a Mata/ a diferença é a mais mínima./ Está apenas em que a terra/ é por aqui mais macia;/ está apenas no pavio,/ ou melhor, na lamparina:/ pois é igual o querosene/ que em toda parte ilumina,/ e quer nesta terra gorda,/ quer na serra, de calça,/ a vida arde sempre com/ a mesma chama mortíça (MELO NETO, 2012, p. 98).

É assim, fugindo dessa morte que o migrante apressa o passo com destino a Recife e, quando ao adentrar a cidade, na busca de prolongar sua vida, senta-se ao pé de um muro sem desconfiar que do outro lado seja um cemitério, até ouvir a conversa de dois coveiros que reclamam da quantidade de serviço.

Os cemitérios, Santo Amaro e Casa Amarela, que, fruto de uma sociedade de classes, reproduzem uma segregação, sendo as pessoas de “alta sociedade” enterradas no centro, local onde para se trabalhar precisa-se usar quepe e farda, e os profissionais liberais, industriais, comerciários nas ruas paralelas, até, no ponto mais distante onde se enterrarem os indigentes, em regra, retirantes.

Para os coveiros, a tentativa de uma vida duradoura e menos sofrida como a que Severino almeja é um equívoco, o que encontram na descida é apenas mais sofrimento. Passam a viver em meio aos mangues, cobertos de lama escura e densa, se alimentam de siris e as oportunidades de emprego raramente aparecem para essa gente, Severino carrega consigo um sonho, a sobrevivência. Permanecer na Serra da Costela era consentir em morrer um pouco por dia, sua esperança está em mudar-se do seu lugar e chegar ao Recife (PINHEIRO NETO, 2015, p. 10023-10024).

É desnordeado que Severino se desloca até o cais e fitando o Capibaribe deseja abreviar sua vida, quando outro retirante, já acomodado ao mangue, lhe aborda e tenta o persuadir a não se jogar no rio, é em meio a essa conversa que uma senhora o chama, dando-lhe a notícia de que seu filho acabara de nascer.

É, pois, o nascimento da criança que se torna determinante na reviravolta, expressando uma nova paisagem para além daquela que inspira medo e morte, a paisagem da esperança, quando Seu José, mestre carpina, se dirige ao retirante e lhe diz:

– Severino, retirante,/ deixe agora que lhe diga:/ não sei bem a resposta/ da pergunta que fazia,/ se não vale mais saltar/ fora da ponte e da vida;/ nem conheço essa resposta,/ se quer mesmo que lhe diga:/ é difícil defender,/ só com palavras, a vida,/ ainda mais quando ela é/ esta que vê, severina;/ mas se responder não pude/ à pergunta que fazia,/ ela, a vida, respondeu/ com sua presença viva./ E não há melhor resposta/ que o espetáculo da vida:/ vê-la desfiar o seu fio,/ que também se chama vida,/ ver a fábrica que ela mesma,/ teimosamente, se fabrica,/ vê-la brotar como há pouco/ em nova vida explodida,/ mesmo quando é assim pequena/ a explosão, como a ocorrida;/ mesmo quando é uma explosão/ como a de há pouco, franzina;/ mesmo quando é a explosão/ de uma vida severina (MELO NETO, 2012, p. 120-121).

O poema, portanto, enquanto elemento literário, ao tratar da paisagem, percebida pelo autor, apresenta um contato íntimo com a ciência geográfica o que lhe permite a constituição de uma interface de contato entre Geografia e Literatura, ampliando a riqueza dos estudos do espaço na literatura e da literatura no espaço.

Desse modo, notam-se, nos trechos citados, conteúdos geográficos que, abordados a partir da Literatura, possibilitam aos alunos, num processo de mediação conduzido pelo professor, construir conceitos, especialmente, o conceito de paisagem, mas também, migração, latifúndio, entre outros.

Pode-se ainda, estabelecer nexos com outras temáticas como desigualdade social, segregação socioespacial, apontando-se o fato de que os migrantes ao chegarem a Recife vão ocupar áreas de mangues, impróprias a moradia, sem qualquer auxílio do poder estatal. Nesse contexto, acredita-se na aproximação entre a Geografia e a literatura-poética em uma perspectiva real interdisciplinar.

O ensino, a paisagem geográfica e a poética

A relação ensino, Geografia e Literatura, por sua vez, têm, no presente trabalho, como principal intuito a construção de uma metodologia de ensino que permita ao alunado construir de maneira dialógica com o professor e o conteúdo, seu conhecimento sobre a temática, assimilando-a de forma crítica e reflexiva.

As relações filosófico-geográficas e didático-pedagógicas pela literatura promovem a ampliação da interpretação do que seja o mundo e como o mesmo é organizado, essa verificação crítica será direcionada pelas experiências dos estudantes pela leitura imbricada à sua própria cotidianidade (SILVA e BARBOSA, 2014, p. 80).

Com isso, objetiva-se uma relação entre Literatura e ensino de Geografia que esteja para além da busca, nos textos literários das categorias e conceitos geográficos, como se esses fossem a expressão positiva da realidade vista pelo escritor. Ao contrário, busca-se compreender a Literatura como manifestação cultural de um espaço vivido/percebido.

A relação entre o ensino de Geografia e a Literatura, por meio do conceito de paisagem, nesse ímpeto, deve buscar não uma correspondência exata entre os manuais científicos e os textos poéticos e romanescos, ao contrário, deve apreender nesses o simbolismo das paisagens, seus códigos e linguagens como uma construção que permitam aos alunos contextualizarem outras paisagens.

Junto disso, tem-se o fato de que a paisagem é uma “primeira aproximação do lugar” (CAVALCANTI, 2013, p. 99) e que, por meio das paisagens literárias, pode-se transitar por diferentes lugares, ricos em elementos geográficos, sem que haja a necessidade de deslocar-se da sala de aula, fato muitas vezes inviabilizado pela limitação orçamentária das escolas.

Dessa forma, as paisagens literárias podem ser estudadas e abordadas pelo ensino de Geografia, contribuindo no sentido de romper com a imagem estática e idealizada, presente na representação dos estudantes, para os quais, paisagem, constitui-se sinônimo de primeira natureza, praticamente inexistente hoje (CAVALCANTI, 2013).

Retorna-se aqui, as paisagens cabralinas. Elas, por exemplo, constituem-se de uma fertilidade incrível as abordagens que contemplam o ensino, a Geografia e a Literatura, ao ponto que tratam de temas como migrações, concentração fundiária, conflitos agrários, condições precárias de moradias, entre outros.

O uso da Literatura para ensinar Geografia, por fim, além de prover um alargamento no domínio de códigos e símbolos pelos estudantes, promove uma interatividade maior entre professor e aluno, possibilitando a materialização de sentido e significado para os dois conhecimentos, o

geográfico e o literário, dando significado às aulas, presando pela qualidade e estimulando a criatividade dos alunos (CASTELLAR, 2010).

Considerações geográficas que não se findam

Ademais, sinaliza-se no sentido de que a relação Geografia, Literatura e ensino são dotados de um valor singular, capaz de tornar leve, quase lúdico, o ensino de temáticas tão densas e delicadas, despertando o interesse dos alunos e quebrando a inércia dominante nas aulas.

Assim, partindo-se de um pressuposto interdisciplinar que associa Geografia e Literatura, de modo que, compreendendo dialeticamente o espaço literário e a literatura no espaço, possa o estudante construir um conjunto de códigos, símbolos, linguagens e conceitos que os permitam compreender as paisagens ordenadas no espaço vivido, percebido e concebido.

Nesse sentido, o que se traçou aqui, foi um percurso inicial buscando pensar o planejamento/plano de aula alicerçado em textos literários já utilizados em sala de aula, entendendo-o como uma criação de seu autor e, por isso, parte de sua cultura e contexto de vida, logo, histórico e geográfico.

6-Referências

CASTELLAR, S. Educação geográfica: formação e didática. In: MORAIS, E. M. B.; MORAES, L. B. (Orgs.). **Formação de professores: conteúdos e metodologias no ensino de Geografia**. Goiânia: NEPEG, 2010. p. 39-58.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 18ª. ed. Campinas: Papirus, 2013.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: introduzindo a temática. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 9-18.

DARDEL, E. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FERRAZ, M. K. **Origem e utilização do conceito de paisagem na Geografia e nas artes**. Anais do XIV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL). Lima: Observatório Geográfico da América Latina. 2013.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (Re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z.; CÔRREA, R. L. (Orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-28.

MELO NETO, J. C. Morte e Vida Severina (auto de Natal pernambucano). In: MELO NETO, J. C. **O rio**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 73-121.

PINHEIRO NETO, J. E. **Diálogos entre Geografia e Arte: análise de algumas paisagens de João Cabral de Melo Neto**. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. Presidente Prudente: UFGD. 2015. p. 10016-10027.

SALGUEIRO, T. B. Paisagem e Geografia. **Finisterra**, Lisboa, v. 36, n. 72, p. 37-53, 2001.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAUER, C. Morfologia da paisagem. In: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SILVA, I. A.; BARBOSA, T. O ensino de geografia e a literatura: uma contribuição estética. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, v. 15, n. 49, p. 80-89, mar. 2014.

TUAN, Y.-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: EdUEL, 2012.

VILANOVA NETA, M. A. Decifrando o espaço a partir da literatura. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 17-18, p. 107-118, jan./dez. 2004.

GEOGRAFIA E OS DIFERENTES MÉTODOS NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Marcos Paulo Françozi

Graduando em Geografia (licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí (UFG/REJ), Unidade Acadêmica Especial de Estudos Geográficos. Jataí, Estado de Goiás

francozimarcos@gmail.com

Resumo: o presente trabalho surgiu das discussões tidas sobre método de pesquisa durante a graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás (Regional Jataí), na disciplina de Elaboração de Projeto de Pesquisa. Diante disso, o artigo tem por objetivo abordar as diferentes e principais correntes metodológicas existentes na trajetória do pensamento da ciência geográfica, o qual ocorrerá através de revisão bibliográfica, explorando as diferentes facetas da Geografia numa tentativa de compreender qual o sentido do método nas pesquisas geográficas. Nele, buscamos contribuir com a discussão sobre o método de maneira sucinta e objetiva, apesar da brevidade, temos a dimensão necessária para o equacionamento diferenciado das técnicas, dos métodos e teorias.

Palavras-chave: métodos; epistemologia da Geografia; pensamento geográfico;

Introdução

Ao pensar em ciência, no decorrer de sua evolução e na atualidade, remete-se ao conhecimento adquirido através do estudo e da pesquisa da prática ou pesquisa científica. Fazer pesquisa ou “fazer ciência” designa-se por se adequar a certos princípios e bases teóricas e métodos que historicamente foram construídos através da prática social e espacial.

Neste sentido, o método científico, escopo deste trabalho, entendendo-o como um conjunto sistemático e lógico de procedimentos intelectuais, destaca-se importante no desenvolvimento científico, como elemento responsável pela diferenciação do conhecimento científico, ou seja, aquele conhecimento passível de verificação, dos demais conhecimentos.

Para a elaboração do presente texto, buscou-se em sua abordagem inicial, delimitar o que se entende por método científico, a partir de revisão bibliográfica sobre a temática, a fim de relacioná-lo em com o pensamento geográfico, parte que constitui outro momento deste artigo.

Dando sequência, na tentativa de compreender como o método é aplicado na Geografia, são explanadas as diferentes facetas da ciência geográfica durante a evolução do seu pensamento, buscando a fundamentação em autores como Moraes (1995), Moreira (1997), Kozel (2014) e Tuan (2012).

Em uma última discussão, são apresentados os métodos. Com base em Sposito (2004), para a elaboração do texto, foram considerados os seguintes métodos de análise na Geografia: hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. Para o autor estes são os que mais contêm as características de um método científico, como leis e categorias, e estão, historicamente, relacionados a procedimentos específicos e teorias disseminadas pela comunidade científica do pensamento geográfico.

O método científico

Antes de aprofundar os estudos sobre as diferentes concepções metodológicas, considero importante esclarecer o que de fato é tido como método científico. Desta maneira, através de bibliografia específica, utilizando de autores que discutem a temática, busco responder a seguinte questão: o que é e para que serve o método científico?

De acordo com o dicionário de língua portuguesa, a palavra método etimologicamente é compreendida por um procedimento, técnica ou meio de fazer alguma coisa, de acordo com um plano, processo organizado, lógico e sistemático de pesquisa, instrução, investigação e apresentação.

Para Gil (2008) “pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2008, p.08).

Segundo Lakatos e Marconi (2003),

Método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.83).

Desta maneira, podemos definir então que o método científico é o conjunto das normas que devem ser seguidas para a produção de conhecimentos que têm rigor científico. Sabendo então que o método tem certo cunho normativo, cada corrente metodológica/ideológica elege suas etapas de utilização a partir de pressupostos próprios que são remetidos às suas fundamentações, partindo do geral para o específico.

Durante a evolução do pensamento científico a questão do método sempre foi evidenciada e, por este e outros motivos, as discussões de qual o melhor método a ser utilizado entre as inúmeras ciências existentes gerou e ainda gera embates sobre a cientificidade ou não de determinada ciência, principalmente dentre as ciências humanas, não sendo diferente com a Geografia.

A evolução do pensamento geográfico

Assim como outras ciências, a Geografia – desde sua constituição – está em constante processo de transformação e sistematização. A ciência geográfica passou, e ainda passa, por diferentes abordagens de acordo com suas diversas correntes que se subsidia principalmente no uso de novos métodos.

A confluência entre as diferentes formas de se abordar as metodologias e processos é típico da Geografia, desde sua constituição até o enunciado de seus pressupostos metodológicos no século XIX. Segundo Moraes (1995) a sistematização da Geografia como um conhecimento autônomo nesse período, só pode ser concretizada após atender condições históricas, enfatizadas pela transição do feudalismo para o capitalismo. Para ele, “estes pressupostos históricos da sistematização geográfica objetivam-se no processo de avanço e domínios das relações capitalistas de produção. Assim, na própria constituição do modo de produção capitalista” (MORAES, 1995, p.34).

Como contribui Moraes (1995), com o desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, berço dos autores tidos como pais da Geografia, estabelece-se uma linha de continuidade no pensamento geográfico. Esta linha que compõe a base da Geografia Tradicional, com trabalhos de cunho naturalista e empirista lógico, abarca autores como Humboldt (1769-1859), Ritter (1779-1859) e Ratzel (1844-1904).

Ratzel foi um dos principais pensadores e legitimadores da ideologia expansionista do Estado germânico. A partir da simplificação de suas teorias, o pensamento ratzeliano deu origem à doutrina do determinismo geográfico, onde o meio é condicionante fundamental das ações do homem, que polarizou as discussões no final do século XIX com a doutrina possibilista, fundada em Vidal de La Blache (1845-1918), onde a natureza é apropriada como possibilidade da ação humana. Cabe ressaltar que, em questão de método, como afirma Moraes (1995), ambos os autores se aproximam das concepções positivistas, oriundas das ciências naturais.

Durante o transcorrer da primeira metade do século XX, a Geografia Racionalista de Hartshorne – fundamentada em outra base, no neokantismo – desenvolve as discussões regionalistas, com base no método dedutivo. Diante dessa concepção, Kozel (2004) aponta que o universo e o mundo material passam a ser explicados pelo movimento aparente, tendo suas partes regidas por leis mecânicas, onde a relação com o todo, a vida e a espiritualidade são desconsideradas.

Essas discussões marcam uma era de transição entre a Geografia Tradicional para uma Geografia Nova. De acordo com Moreira (2007), nos anos 1950 essa Geografia nasce da revolução teórico quantitativa, com berço nos Estados Unidos (*New Geography*) e se difunde rapidamente pelo mundo até a década de 1960. Para o autor “sua origem [...] revela seu caráter mais preciso: a mundialização do capital. Sua expressão mundial revela a face nova do imperialismo: as empresas multinacionais” (MOREIRA, 2007, p.43)

A denominada Geografia Nova ganha espaço durante uma “onda matematizadora” do pensamento científico, na adoção do positivismo lógico (ou neopositivismo), onde “a matemática, a quantificação e a medição se tornaram o cerne do ‘fazer científico’, desconsiderando as análises subjetivas e a visão integrada do todo” (KOZEL, 2004, p.162).

Com a mundialização do capital e conseqüentemente da economia, as desigualdades advindas das relações de trabalho deste modelo econômico se afloram. No meio científico, a Geografia encontra novos caminhos que contrapõem à Geografia teórica quantitativa, gerando diversos embates no período final do século XX, na crítica ao positivismo clássico e principalmente ao modo capitalista de produção.

Este período de renovação do pensamento geográfico ficou conhecido pelo embate entre a Geografia pragmática, considerada um instrumento de dominação burguesa de cunho positivista e tecnicista, e a Geografia crítica, a partir da lógica dialética, principalmente de cunho marxista, elevando os aspectos subjetivos do homem no tempo e no espaço.

Paralelo a isso, dentro do movimento de renovação da Geografia no final do século XX, tem-se a corrente cultural-humanística, preocupada com o sujeito, suas representações e os valores simbólicos, fundamentada principalmente no método fenomenológico.

Assim, a geografia cultural-humanista buscará compreender o mundo através das relações que o homem estabelece com a natureza, na especificidade geográfica de sua percepção e vivência, bem como seus desejos e ideias a respeito do espaço e lugar onde vive (TUAN, 2012). O lugar, portanto, aparece como categoria central nas análises, sendo entendido como o espaço em que o indivíduo se encontra com o qual mantém laços de afetividade.

Tendo em mente a evolução do pensamento geográfico e das respectivas escolas de pensamento discutidos acima, bem como a definição do que é e para que serve o método, passar-se-á a discussão dos mesmos de acordo com a proposição aqui já supracitada.

O método hipotético-dedutivo

Tendo suas raízes em René Descartes (SPOSITO, 2004), o próprio nome já direciona que o método hipotético-dedutivo engendra suas análises a partir da formulação de hipóteses, onde os resultados obtidos podem ser deduzidos, podendo serem refutadas ou não. Em seu cerne encontra-se uma tentativa de estabelecer um método baseado no rigor matemático e na razão, que para uns é a única lógica existente e para outros o principal ponto de críticas a seus defensores.

Este método foi/é utilizado principalmente pelos cientistas de corrente positivista onde o empírico e o racional protagonizaram as pesquisas científicas. A lógica do pensamento positivista e na contemporaneidade do neopositivista tem como base a produção de conhecimentos que seriam passíveis de refutação, que pudessem ser experimentados, negados ou aceitos.

Sposito (2004) afirma que:

A lógica da pesquisa e dos procedimentos científicos para se elaborar conhecimentos, para a tendência neopositivista, teria que adequar um sistema lógico de raciocínio, a uma linguagem específica (a linguagem matemática). Todo conhecimento produzido, por sua vez, teria que passar “pela prova de falseabilidade” para atingir o estatuto científico (SPOSITO, 2004, p.33).

Lakatos e Marconi (2003) ao analisar o método hipotético-dedutivo contribuem indicando que “se a hipótese não supera os testes, estará falseada, refutada, e exige nova reformulação do problema e da hipótese, que, se superar os testes rigorosos, estará corroborada, confirmada provisoriamente” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.96).

Na Geografia, o método hipotético-dedutivo foi utilizado na chamada Geografia Nova, que começou a se difundir e adquirir relevância a partir da segunda metade do século XX. O surgimento de novas perspectivas de abordagem – com a *New Geography* – está integrado na transformação profunda provocada pela Segunda Guerra Mundial nos setores científico, tecnológico, social e econômico.

Explicando como a Nova Geografia adotou e reproduziu este método, Christofolletti (1985) ressalta que:

A Nova Geografia salienta a necessidade de maior rigor no enunciado e na verificação de hipóteses, assim como na formulação das explicações para os fenômenos geográficos. E não se deve só explicar o existente e o acontecido, mas com base nas teorias e nas leis ser capaz também de propor previsões. [...] Os enunciados geográficos assumem validade em função da sua verificação e teste. O critério de refutabilidade ganha importância. Em vez de a validade depender da autoridade do geógrafo que observou e descreveu o fenômeno (ou a região), passa-se a aferi-la conforme os procedimentos de verificação propostos pela metodologia científica (CHRISTOFOLETTI, 1985, p.04).

Outro grande fator de críticas ao método hipotético dedutivo é sua relação entre sujeito e objeto. Aqui o objeto é mais relevante do que o sujeito, as relações e fenômenos humano-sociais são retratados a partir do que pode ser mensurado, testado, aceito ou refutado, nele “o objeto estudado é posicionado a montante, influenciando o pesquisador e os seus conhecimentos, mesmo que a neutralidade científica seja um pressuposto básico. O real é descrito por meio de hipóteses e deduções” (SPOSITO, 2004, p.34).

Na atualidade este método é pouco ou quase não aceito por pesquisadores das ciências humanas devido ao grau de subjetividade que envolvem tais experimentações. Nela o homem e suas relações enquanto sujeito não passam de um “fator”, de uma “variável” (MORAES, 1995; GOMES, 1997; KOZEL, 2004). Na Geografia ainda é muito utilizado pelas vertentes da Geografia Física, como a Geologia, Geomorfologia, Climatologia, entre outras vertentes.

O método fenomenológico

Como já abordada anteriormente, o método fenomenológico estabelece suas bases na Geografia a partir da década de 1970. Esta, em busca de uma renovação conceitual, teórica e metodológica, faz com que surja a Geografia Humanista, tendo como base os trabalhos realizados por Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer, Edward Relph, Mercer e Powell.

Observa-se que a Geografia Humanista realizou um esforço de recuperação do conceito de Lugar por estar associada à base filosófica da Fenomenologia e do Existencialismo. Assim o conceito de Lugar constitui-se como conceitos-chave nos trabalhos geográficos desenvolvidos na corrente humanista (HOLZER, 1997).

Gil (2008) ao retratar o método fenomenológico aponta que este método,

[...] tal como foi apresentado por Edmund Husserl (1859-1938), propõe-se a estabelecer uma base segura, liberta de proposições, para todas as ciências. Para Husserl, as certezas positivas que permeiam o discurso das ciências empíricas são "ingênuas". A suprema fonte de todas as afirmações racionais é a "consciência doadora originária". Daí a primeira e fundamental regra do método fenomenológico: "avançar para as próprias coisas". Por coisa entende-se simplesmente o dado, o fenômeno, aquilo que é visto diante da consciência. A fenomenologia não se preocupa, pois, com algo desconhecido que se encontre atrás do fenômeno; só visa o dado, sem querer decidir se este dado é uma realidade ou uma aparência: haja o que houver, a coisa está aí (GIL, 2008, p.14).

Segundo Sposito (1999) a tendência fenomenológico-hermenêutica busca explicitar críticas às abordagens fundadas no experimentalismo, nos métodos quantitativos e nas propostas tecnicistas. O autor pontua ainda que essas pesquisas expressam interesse específico na denúncia e na explicitação das ideologias subjacentes, interessando-se pela conscientização dos indivíduos envolvidos na pesquisa. No nível epistemológico, essa abordagem não prioriza a relação causal, mas tem "uma concepção de causalidade entendida como uma relação entre o fenômeno e a essência, o todo e as partes, o objeto e o contexto" (SPOSITO, 1999, p.354).

A corrente fenomenológica surge então com a visão de valorização da subjetividade humana e sua relação com o meio em que vive. A explicação do fenômeno – ou a abordagem total do fenômeno (SPOSITO, 2004) – é feita a partir da consciência subjetiva de cada sujeito e do seu entendimento e relação com o espaço a fim de elevar o pensamento científico no que se refere ao ponto de vista humanístico de mundo e de percepção.

O método dialético

O método dialético é muito mais antigo do que Karl Marx, apesar desse autor ser considerado por muitos como seu precursor. Platão utilizou-o no sentido de arte do diálogo. Na Antiguidade e na Idade Média o termo era utilizado para significar simplesmente lógica. A concepção moderna de dialética, no entanto, fundamenta-se em Hegel (GIL, 2008). O autor ainda afirma que "para esse filósofo, a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução" (GIL, 2008, p.13).

É com Hegel (1770-1831) e posteriormente com Marx (1818-1883) que o pensamento científico dialético, ou a crítica dialética, ganham espaço nas discussões científicas, principalmente nas ciências humanas. Dissertando sobre o método dialético, Gil (2008) aponta que:

A concepção hegeliana de dialética é de natureza idealista, ou seja, admite a hegemonia das ideias sobre a matéria. Essa concepção foi criticada por Karl Marx e Friedrich Engels, que "viraram a dialética de cabeça para baixo" e apresentaram-na em bases materialistas, ou seja, admitindo a hegemonia da matéria em relação às ideias (GIL, 2008, p.13).

Sposito (2004) explica a dialética hegeliana onde "o pensamento que é elaborado, uma vez estabelecido, vai ser confrontado com um novo pensamento, criando assim uma tensão entre dois modos de pensamento. A isso Hegel chamou de processo dialético" (SPOSITO, 2004, p.42). De acordo com o autor, "Karl Marx com base na leitura da dialética de Hegel, vai fazer sua crítica e mostrar os limites do idealismo na interpretação das transformações do mundo" (SPOSITO, 2004, p.43).

Sposito (2004) afirma que

Para Marx, a dialética compreende necessariamente a noção de movimento na História. Esse movimento ocorre quando, na confrontação de tese e antítese, a síntese contém aspectos positivos da tensão anterior, e apresenta-se como estágio superior que, por sua vez, se coloca também como nova tese (SPOSITO, 2004, p.44).

Gomes (1997) retrata a “negação dialética” como fator de desenvolvimento, um elemento de ligação do novo com o velho, onde o confronto entre os mesmos atinge seu ápice, dando-se a ruptura, surgindo uma nova forma superior. Da mesma maneira, a “negação da negação” aparece como síntese de todo o desenvolvimento anterior. Assim, no desenvolvimento do pensamento científico “cada uma das etapas nega-se através de outra etapa; esta, por sua vez, através de uma terceira, e, sucessivamente, vai se estruturando no processo dinâmico uma cadeia contínua de negações” (GOMES, 1997, p.37).

Ainda para Gomes (1997), a metodologia dialética

[...] revela a unicidade na pluralidade dos objetos, dos corpos existentes no universo. Define-se por meio de padrões comuns que todos os objetos, todos os corpos possuem existência própria, o que significa existir independente do nosso julgamento subjetivo (daquilo que pensamos). O método dialético confirma a inesgotabilidade, a conservação e a renovação da matéria nas suas propriedades e manifestações, bem como o espaço e tempo objetivos e como formas universais, infinitas da existência da matéria. Não há matéria fora do espaço e do tempo e não há espaço e tempo fora da matéria (GOMES, 1997, p.38).

Assim, onde acontece a contradição do material, “a relação entre o sujeito e o objeto se dá de forma contraditória não ocorrendo a soberania de nenhum deles, [...] o sujeito se constrói e se transforma vis-à-vis o objeto e vice-versa. Nesse caso, teremos as antíteses e as teses e, constante contradição e movimento” (SPOSITO, 2004, p.46).

O homem aqui é tido como ser social e histórico, determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, criando e transformando esses contextos da realidade social, atuando na reprodução da ideologia dominante, sendo também reproduzidor das contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestação de novas formações sociais.

Considerações finais

De acordo com o que foi apresentado no desenvolvimento deste trabalho, o pensamento geográfico em seu desenvolvimento histórico, passou por diversas transformações, com debates e discussões acalorados entre diversos geógrafos que contribuíram para a formulação da ciência geográfica.

Na tentativa de contribuir para tais discussões é que o presente trabalho se constituiu. A partir da explanação das diferentes tendências metodológicas, podemos compreender que o estudo do método – e por consequência suas teorias, técnicas, vertentes, entre outros – é de grande importância para o desenvolvimento do pensamento científico e, por conseguinte, do pensamento geográfico.

Além da compreensão do método, também se faz necessária a contextualização do mesmo, de acordo com o recorte espaço-temporal, da realidade histórica de sua produção e suas transformações conceituais que foram sendo elaboradas no decorrer da evolução da Geografia.

Referências

CHRISTOFOLETTI, Antônio. As perspectivas dos estudos geográficos. **Perspectivas da Geografia**. 2ª ed. São Paulo:DIFEL, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Horieste. **Reflexões sobre Teoria e Crítica em Geografia**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

HOLZER, Werther. **Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e Lugar, território e meio ambiente**. Território, 1997, 77-85.

KOZEL, Salete. Das “velhas certezas” a (re)significação do geográfico. *In*: DANTAS DA SILVA, Aldo. & GALENO, Alex. (Org.). **Geografia ciência do complexus: ensaios transdisciplinares**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas 2003.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 14ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1995.

MOREIRA, Ruy. **O que é Geografia**. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. A crise paradigmática e a crítica do conhecimento geográfico. *In*: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio Antônio. (Org.). **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 347-359.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: EdUEL, 2012.